



**BANCO BPI, S.A.**

1.º semestre de 2012

## **1. Relatório e Contas Consolidado**

## **2. Demonstrações financeiras individuais e respectivas notas**

### **Sociedade aberta**

Sede: Rua Tenente Valadim, n.º 284, Porto

Capital Social: 1 190 000 000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto  
sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 214 534

Esta página foi intencionalmente deixada em branco



# Relatório e Contas

CONSOLIDADO

1.º semestre de 2012

**BANCO BPI, S.A.**

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

# Índice

## **RELATÓRIO**

Principais indicadores	4
Introdução	5
Órgãos sociais	7
Accionistas	8
Estrutura financeira e negócio	9
Canais de distribuição	11
Recursos humanos	12
Enquadramento da actividade	13
Banca comercial doméstica	22
Banca-Seguros	29
Gestão de Activos	30
Banca de Investimento	32
Actividade bancária internacional	36
Análise financeira	38
Gestão dos riscos	63
Rating	84
Acção Banco BPI	85

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS**

Demonstrações financeiras consolidadas	89
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	93
Declaração	249
Relatório de Auditoria elaborado por Auditor registado na CMVM	250

# Principais indicadores

Montantes consolidados em M.€, excepto quando indicado de outra forma

	30 Jun. 11	30 Jun. 12	Var. %
Activo total líquido	43 225	44 656	3.3%
Activos financeiros de terceiros sob gestão <sup>1</sup>	16 951	13 049	(23.0%)
Volume de negócios <sup>2</sup>	65 056	62 464	(4.0%)
Crédito a Clientes (bruto) e garantias	32 558	31 409	(3.5%)
Recursos totais de Clientes	32 497	31 055	(4.4%)
Volume de negócios <sup>2</sup> por Colaborador (milhares de euros)	7 115	7 076	(0.5%)
Rácio de transformação de depósitos em crédito <sup>3,4</sup>	117%	107%	
Produto bancário	603.9	632.9	4.8%
Produto bancário por Colaborador (milhares de euros)	65	72	10.1%
Custos de estrutura / produto bancário <sup>5</sup>	62.6%	62.5%	
Lucro líquido	79.1	85.1	7.5%
Rentabilidade do activo total médio (ROA)	0.6%	0.6%	
Rentabilidade dos capitais próprios (ROE) <sup>6</sup>	7.2%	9.5%	
Valores por acção ajustados (euros) <sup>7</sup>			
Lucro líquido por acção	0.081	0.087	7.4%
Valor contabilístico	1.136	1.002	(11.7%)
N.º médio ponderado de acções (em milhões) <sup>7</sup>	982.2	983.0	0.1%
Crédito vencido há mais de 90 dias (balanço) / crédito a Clientes	2.3%	2.6%	
Crédito em risco / crédito a Clientes <sup>4,8</sup>	3.0%	3.6%	
Perda líquida de crédito <sup>9</sup>	0.48%	0.83%	
Responsabilidades com pensões de Colaboradores	2 226	814	(63.4%)
Financiamento das responsabilidades com pensões	105%	110%	
Situação líquida e interesses minoritários	1 588	1 307	(17.6%)
Capital core tier I <sup>4</sup>	2 388	3 640	52.4%
Rácio de capital core Tier I <sup>4</sup>	9.1%	14.5%	
Rácio de capital core Tier I (EBA)	-	9.4%	
Cotação de fecho (euros) <sup>7</sup>	1.015	0.538	(47.0%)
Capitalização bolsista no final do semestre	1 005	533	(47.0%)
Rede de distribuição	913	913	0.0%
Colaboradores do Grupo BPI (número) <sup>10</sup>	9 144	8 829	(3.4%)

1) Valores não corrigidos de duplicações de registo (aplicações de produtos financeiros noutros produtos financeiros). Inclui fundos de investimento, planos poupança reforma e planos poupança acções, seguros de capitalização, obrigações risco limitado/ capital seguro, activos de Clientes de Private Banking e de Clientes institucionais sob gestão discricionária e aconselhamento e activos dos fundos de pensões sob gestão (incluindo os fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo BPI).

2) Crédito, garantias e recursos totais de Clientes (recursos do balanço, fundos de investimento, PPR e PPA).

3) Depósitos em percentagem do crédito líquido.

4) Calculado de acordo com a Instrução 23/2011 do Banco de Portugal.

5) Custos de estrutura em percentagem do produto bancário, excluindo impactos não recorrentes quer nos custos quer nos proveitos.

6) Na determinação do ROE, excluiu-se do capital próprio as reservas de reavaliação.

7) Valores ajustados pelo aumento de capital por incorporação de reservas em Maio de 2011.

8) O crédito em risco inclui o crédito vencido há mais de 90 dias, crédito vincendo associado, crédito reestruturado e situações de insolvência.

9) Imparidades de crédito no semestre, deduzidas de recuperações de crédito vencido abatido ao activo (conta de resultados) / crédito a Clientes. Em termos anualizados.

10) Exclui trabalho temporário.

# Introdução

O enquadramento da actividade bancária continuou no 1.º semestre de 2012 muito desfavorável para o negócio doméstico. Aos impactos na economia portuguesa da forte correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, transversal aos diferentes agentes económicos – Estado, empresas e particulares-, num curto espaço de tempo e num contexto de fraco crescimento económico dos principais mercados europeus, somaram-se o contágio da crise da dívida soberana à Espanha e à Itália e os receios crescentes relativamente à Grécia, agravados com a indefinição política naquele país durante o 2.º trimestre.

Refira-se, contudo, que apesar da contracção esperada da economia portuguesa decorrente de um programa de ajustamento muito exigente, é notória uma correcção progressiva dos desequilíbrios, destacando-se a redução do défice comercial, mais intensa que o previsto no próprio plano de ajustamento. Estes desenvolvimentos positivos têm sido confirmados pelas sucessivas reavaliações do Programa de Assistência Financeira pela queda das yields da dívida portuguesa no mercado secundário.

Neste enquadramento difícil, o BPI manteve níveis de capitalização adequados, uma situação de recursos e liquidez equilibrada e níveis de risco relativamente bons.

**Capital.** No que respeita ao Capital, o BPI detinha, no final de Junho de 2012, um rácio Core Tier I de 14.5%. Cumpria assim com o requisito mínimo de 9% definido pelo Banco de Portugal para o final de Junho.

O rácio core Tier I de acordo com a Recomendação da Autoridade Bancária Europeia, que considera a valorização da carteira de dívida soberana a 30 de Setembro de 2011 a preços dessa data, ascendia a 9.4% no final de Junho, respeitando também o nível mínimo de 9% estabelecido naquelas normas.

**Liquidez.** No domínio da Liquidez, o Banco apresenta uma situação equilibrada:

- o rácio consolidado de transformação de depósitos em crédito melhorou de 117% em Junho de 2011 para 107% em Junho de 2012, reflectindo a expansão em 5.8% dos depósitos e a contracção da carteira de crédito em 3.1%. Deste modo, o BPI cumpre já o rácio indicativo de 120% para os bancos portugueses para o final de 2014;
- as necessidades de refinanciamento de dívida de médio e longo prazo até final de 2017 são inexpressivas, ascendendo a apenas 229 M.€;
- o BPI dispunha no final de Junho de 4.5 mil M.€ de activos refinanciáveis junto do BCE ainda não utilizados, e portanto susceptíveis de transformação em liquidez imediata.

**Riscos.** O rácio consolidado de crédito vencido há mais de 90 dias situava-se no final de Junho de 2012 em 2.6% e o rácio de crédito em risco, indicador que considera a totalidade da exposição em operações com prestações em atraso há mais de 90 dias, era de 3.6% naquela data.

A exposição total a créditos com prestações em incumprimento (em atraso há mais de 30 dias), que inclui o crédito vincendo associado, estava coberto em 83% por imparidades acumuladas no balanço para esses créditos e colaterais associados a essas operações.

No 1.º semestre de 2012, as imparidades reflectidas na conta de resultados, deduzidas de recuperações de crédito, representaram 0.83% da carteira de crédito média, em termos anualizados.

O património dos fundos de pensões assegurava, no final de Junho de 2012, o financiamento a 110% das responsabilidades com pensões a cargo do banco.

**Rendibilidade.** O **lucro líquido consolidado** ascendeu a 85.1 M.€ no 1.º semestre de 2012, o que correspondeu a um crescimento de 7.5% em relação ao semestre homólogo do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo aumento do contributo da actividade doméstica em 13.5 M.€, para 45.2 M.€, enquanto o contributo da actividade internacional, à qual esteve alocado cerca de 19% do capital próprio médio, diminuiu em 7.5 M.€, para 39.8 M.€.

A rentabilidade dos capitais próprios médios consolidados situou-se em 9.5% no 1.º semestre de 2012. Na actividade doméstica foi de 6.2% e na actividade internacional ascendeu a 22.8%.

**Recapitalização.** O Banco BPI concluiu o Plano de Recapitalização que resultou num reforço do capital core tier I em 1.5 mil M.€, por forma a cumprir com Recomendação da Autoridade Bancária Europeia (EBA) a qual determina a observância de um rácio core tier I mínimo de 9% em Junho de 2012, considerando a carteira de dívida soberana detida a 30 de Setembro 2011, valorizada a preços dessa data.

O Plano de Recapitalização do Banco BPI compreendeu:

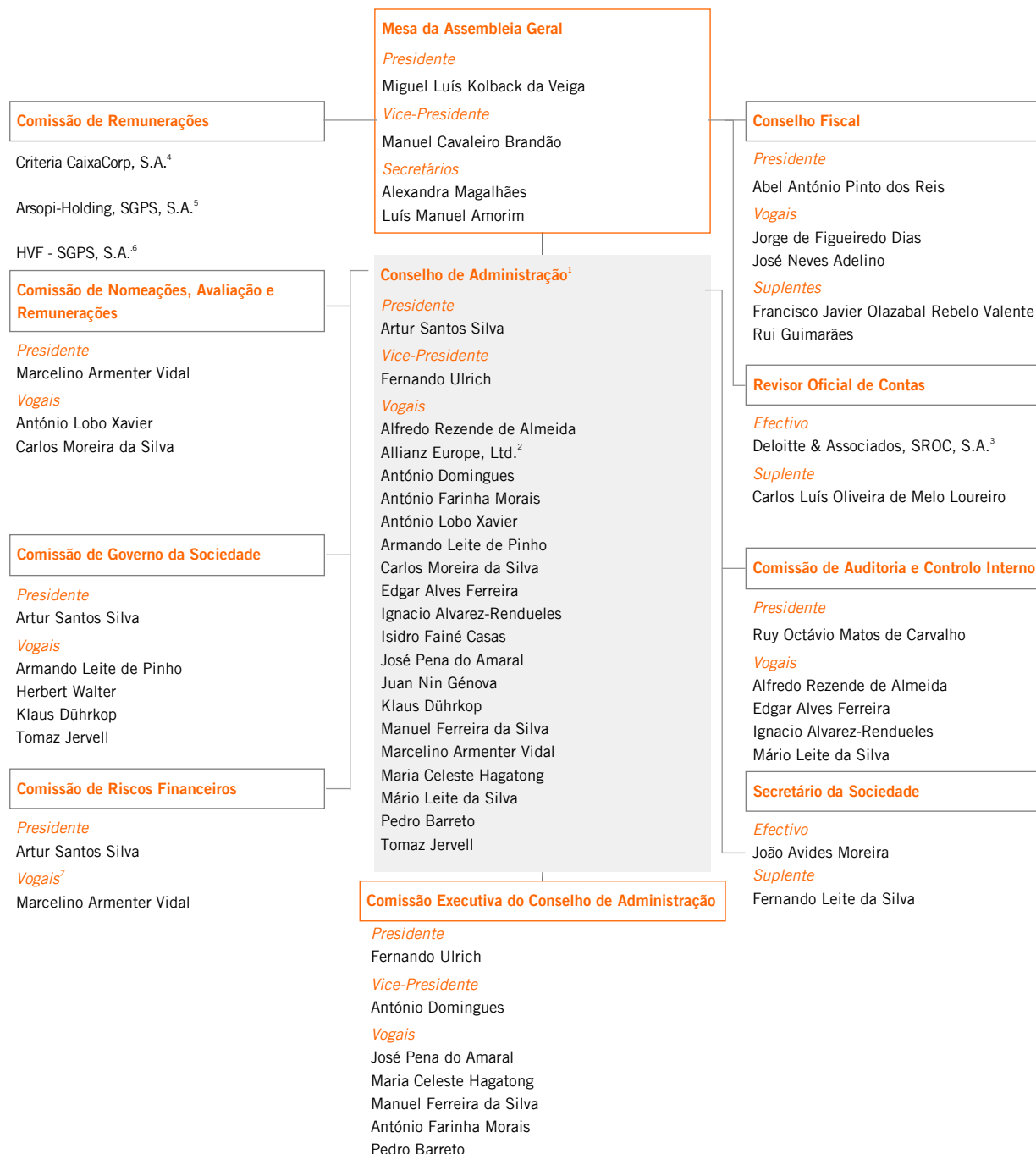
- uma emissão de 1.5 mil M.€ de instrumentos de capital Core Tier 1 (obrigações subordinadas de conversão contingente) subscritos pelo Estado Português em 29 de Junho de 2012. Este valor foi reduzido em Agosto para 1.3 mil M.€ pela utilização do encaixe do aumento de capital referido no

travessão seguinte na recompra ao Estado Português de parte daqueles instrumentos, conforme previsto no Plano de Recapitalização.

- Aumento de capital de 200 M.€ dirigido à subscrição pelos accionistas, concluído a 10 de Agosto.

O aumento de capital, cujo preço de subscrição das novas acções teve implícito um desconto de 8.3% relativamente à cotação de mercado, foi integralmente subscrito. Os principais accionistas acorreram à operação, desse modo mantendo ou mesmo reforçando as suas posições.

# Órgãos sociais



- 1) A composição do Conselho de Administração até 30 de Junho de 2012 incluía ainda Carlos da Camara Pestana, no cargo de Vice-Presidente, e os membros Henri Penchas e Ricardo Villela Marino, que apresentaram no dia 7 de Maio de 2012 renúncia ao respectivo cargo exercido, a qual nos termos previstos no artigo 404.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais, produziu efeitos no dia 30 de Junho de 2012.
- 2) A Allianz Europe, Ltd. nomeou, nos termos do n.º 2 do artigo 15 dos Estatutos do Banco BPI, S.A. Herbert Walter para a representar no exercício do cargo.
- 3) A Deloitte & Associados, SROC, S.A. designou António Marques Dias para a representar no exercício do cargo.
- 4) A Criteria CaixaCorp, S.A. designou Isidro Fainé Casas para a representar no exercício deste cargo. Em 1 de Julho de 2011, no âmbito da reorganização do Grupo "La Caixa", a Criteria CaixaCorp – que passou a desenvolver o negócio bancário do Grupo – alterou a sua designação para CaixaBank. Esta entidade é detida a 81.21% pelo "La Caixa".
- 5) A Arsopi-Holding, SGPS, S.A. designou Armando Leite de Pinho para a representar no exercício deste cargo.
- 6) A HVF,SGPS, S.A. designou Edgar Alves Ferreira para a representar no exercício deste cargo.
- 7) Carlos da Camara Pestana apresentou renúncia ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme referido na nota 1 acima.

# Accionistas

## Estrutura accionista

A 30 de Junho de 2012 o capital do Banco BPI era detido por 21 522 Accionistas, dos quais 21 040 eram particulares e estavam na posse de 15.6% do capital, enquanto 482 pertenciam às classes dos investidores institucionais e das empresas e detinham 84.4% do capital.

## Posições accionistas superiores a 2% do capital do Banco BPI<sup>1, 2</sup>

Accionistas	N.º de acções	Participação	Direitos de voto <sup>1</sup>
Grupo La Caixa <sup>3</sup>	391 410 330	39.5%	39.5%
Santoro <sup>4</sup>	192 365 325	19.4%	19.4%
Grupo Allianz <sup>5</sup>	87 243 078	8.8%	8.8%
HVF SGPS, S.A. <sup>6</sup>	29 946 410	3.0%	3.0%

Nota: Posições do Grupo La Caixa e da Santoro em 2 de Julho de 2012, conforme comunicação divulgada ao mercado nessa data. Posições do Grupo Allianz e HVF SGPS registadas a 30 de Junho de 2012 na Central de Valores Mobiliários (CVM), com base na informação recebida da Central. Em 30 de Junho de 2012 o Grupo BPI detinha 7 015 212 acções próprias correspondentes a 0.71% do capital social do Banco BPI.

O CaixaBank informou em 3 de Maio de 2012, conforme comunicação ao mercado nessa data, ter adquirido a participação de 18.9% detida pelo Grupo Itaú, passando a ser imputáveis ao Grupo La Caixa um total de 48.97% dos direitos de voto do Banco BPI. Posteriormente, a 7 de Maio de 2012, o CaixaBank celebrou um acordo com a Santoro Finance – Prestação de Serviços, S.A. (“Santoro”) para a venda de uma participação representativa de 9.436% do capital social do Banco BPI. A concretização da referida venda ocorreu a 2 de

1) De acordo com disposição estatutária, os direitos de voto, para efeitos do seu exercício, estão limitados a 20%.

2) Em 30 de Junho de 2012, sociedades dominadas pelo Administrador Armando Leite de Pinho detinham 7 856 695 acções representativas de 0.8% do capital do BPI. Pessoas relacionadas por laços familiares e sociedades com as mesmas ligadas detinham participações que, somadas às anteriormente mencionadas, ascendem a 30 049 406 acções, representativas de 3.0% do capital do BPI. Tal não significa, de acordo com a informação de que o Banco dispõe, que a referida agregação configure uma participação qualificada no capital do BPI nos termos do artigo 16.º e seguintes do Código dos Valores Mobiliários.

3) Através da CaixaBank, S.A., a qual é detida a 81.21% pela entidade-mãe do Grupo La Caixa, a Caixa d’Estativis i Pensions de Barcelona (“La Caixa”), entidade à qual é imputada a referida participação no Banco BPI, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20º do CVM.

4) Participação directamente detida pela Santoro Finance – Prestação de Serviços, SA (“Santoro Finance”), e imputável, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20º do CVM, à Santoro Financial Holdings, SGPS (“Santoro”), por deter a totalidade do capital da Santoro Finance, e à Senhora Engenheira Isabel José dos Santos, na qualidade de accionista da Santoro Financial Holdings, SGPS.

5) Através de subsidiárias dominadas pela Allianz SE e imputável a esta entidade nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20º do CVM: participação directa de 8.66% detida pela Allianz Europe Ltd. (detida a 100% pelo Grupo Allianz) e participação directa de 0.16% detida pela Companhia de Seguros Allianz Portugal (detida a 65% pelo Grupo Allianz).

6) Participação directa de 2.86% detida pela HVF SGPS, e, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do CVM, inclui 242 000 acções detidas por Otilia Soares Violas Alves Ferreira (0.02% do capital do Banco BPI) e 1 352 619 acções detidas por Edgar Alves Ferreira (0.14% do capital do Banco BPI), respectivamente Presidente e Vogal do Conselho de Administração da sociedade HVF – SGPS.

Julho após a obtenção, pela Santoro, da declaração de não oposição do Banco de Portugal ao aumento da respectiva participação qualificada.

Após estas transacções, passaram a ser imputados ao CaixaBank e à Santoro, respectivamente, 39.5% e 19.4% dos direitos de voto do Banco BPI.

## Evento subsequente - aumento de capital com reserva de preferência

A 10 de Agosto de 2012, o Banco BPI concluiu o aumento do capital social de 990 M.€ para 1 190 M.€, mediante a emissão de 400 milhões de acções dirigidas à subscrição pelos accionistas. O preço de subscrição foi fixado em 0.50 €, tendo implícito um desconto de 8.3% por referência à cotação de fecho do dia 10 de Julho de 2012 (“cum-rights”), data de deliberação do Conselho de Administração sobre as condições do aumento de capital.

O aumento de capital foi integralmente subscrito, tendo os principais accionistas ocorrido à operação, desse modo mantendo ou mesmo reforçando as suas posições.

O encaixe obtido, de 200 M.€, foi utilizado na recompra ao Estado Português do mesmo montante de instrumentos de capital Core Tier 1 (obrigações subordinadas de conversão contingente) emitidos pelo Banco BPI e subscritos pelo Estado Português em 29 de Junho de 2012, conforme previsto no Plano de Recapitalização do Banco BPI oportunamente comunicado ao mercado. Com esta recompra, o montante dos referidos instrumentos de capital Core Tier 1 na titularidade do Estado Português foi reduzido de 1 500 M.€ para 1 300 M.€.

O quadro seguinte apresenta as posições accionistas superiores a 2% do capital do Banco BPI após o referido aumento de capital, tendo por base a última informação recebida da Interbolsa, reportada a 31 de Julho de 2012, e os resultados apurados no referido aumento de capital.

## Posições accionistas superiores a 2% do capital do Banco BPI após o aumento de capital<sup>7</sup>

Accionistas	N.º de acções	Participação	Direitos de voto
Grupo La Caixa	642 462 536	46.2%	46.2%
Santoro	270 643 372	19.5%	19.5%
Grupo Allianz	122 744 370	8.8%	8.8%
HVF SGPS, S.A.	29 946 410	2.2%	2.2%

7) Com base na informação recebida da Central de Valores Mobiliários reportada a 31 de Julho de 2012 e os resultados apurados no aumento de capital.

# Estrutura financeira e negócio

O Grupo BPI – liderado pelo Banco BPI – é um grupo financeiro, multiespecializado, centrado na actividade bancária, dotado de uma oferta completa de serviços e produtos financeiros para os Clientes empresariais, institucionais e particulares.

A actividade do Grupo desenvolve-se principalmente em Portugal, um mercado desenvolvido e concorrencial onde o BPI detém uma forte posição competitiva – a terceira por volume de negócios entre os bancos privados –, e em Angola, uma economia emergente que tem registado um crescimento forte e sustentado ao longo dos últimos anos, onde o BPI, através da participação no BFA, é líder de mercado.

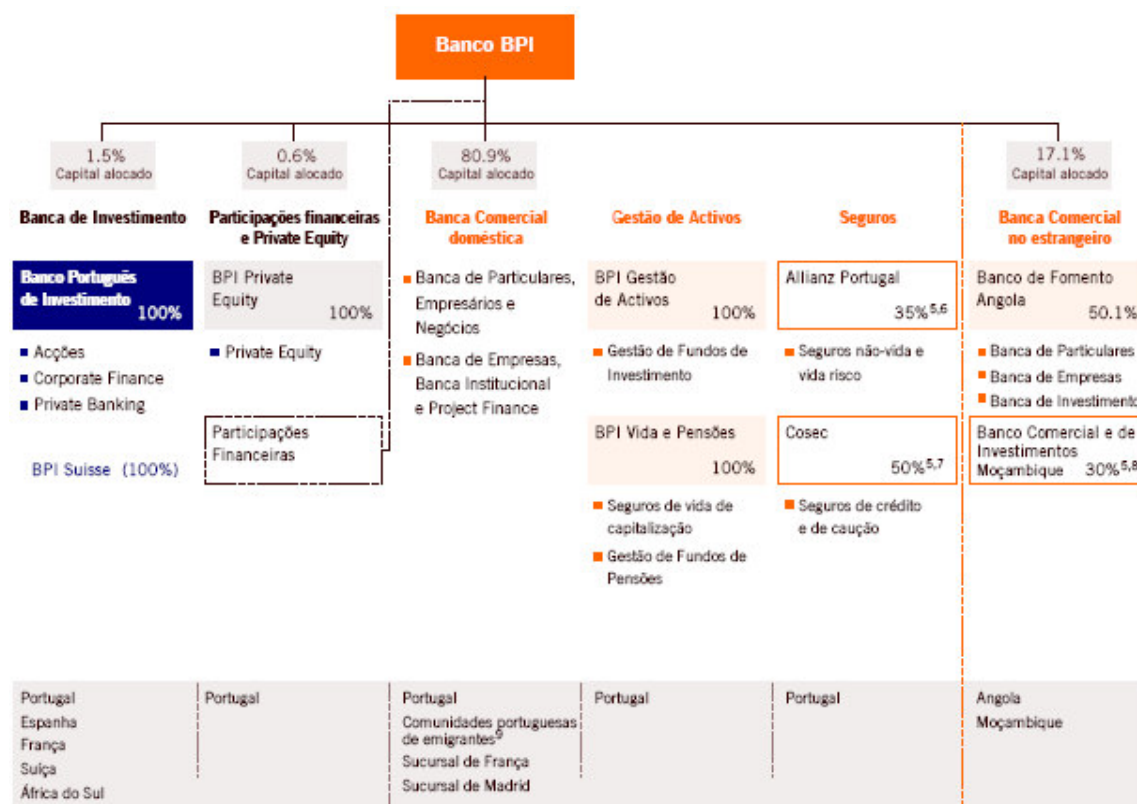
No final de Junho de 2012 estavam afectos à actividade doméstica<sup>1</sup> 82.9% do capital próprio do Grupo<sup>2</sup> e à actividade internacional estavam afectos os restantes 17.1%.

## Principais indicadores por segmento de negócio

Em 30 de Junho de 2012

Valores em M.€

	Actividade doméstica	Actividade internacional	Consolidado
Activo total <sup>2</sup>	38 956	5 701	44 656
Crédito a Clientes <sup>3</sup> e garantias	29 819	1 590	31 409
Recursos totais de Clientes	26 143	4 912	31 055
Volume de negócios <sup>4</sup>	55 962	6 502	62 464
N.º Clientes (milhares)	1 657	971	2 629
N.º Colaboradores	6 614	2 215	8 829
Rede de distribuição (unidades)	753	160	913



Nota: As percentagens indicadas referem-se à participação (directa e indirecta) do Banco BPI em cada uma das sociedades. Na determinação do capital alocado à actividade doméstica e à actividade internacional considerou-se o capital próprio contabilístico, excluindo as reservas de reavaliação. Relativamente às áreas de negócio integrantes da actividade doméstica pressupôs-se uma utilização de capital idêntica à utilização média, no conjunto dessa actividade, excepto quanto às reservas de reavaliação, que foram excluídas do cálculo do capital afecto.

- O Grupo BPI definiu como segmentação primária das suas actividades a segmentação geográfica, tendo definido dois segmentos: a actividade doméstica e a actividade internacional.
- O valor do activo apresentado para cada segmento geográfico está corrigido dos saldos resultantes de operações entre estes segmentos.
- Crédito bruto.
- Crédito, garantias e recursos totais de Clientes.
- Sociedades registadas pelo método de equivalência patrimonial.
- Em parceria com a Allianz, detentora de 65% do capital.
- Em parceria com a Euler Hermes, entidade do Grupo Allianz.
- Em parceria com a Caixa Geral de Depósitos (51%) e um grupo de investidores moçambicanos, que, em conjunto, detêm 19% do capital.
- O BPI dispõe de sucursais e escritórios de representação nas cidades estrangeiras onde vivem comunidades de emigrantes portugueses de dimensão expressiva.

### Actividade doméstica

A actividade doméstica corresponde às actividades de banca comercial em Portugal, à prestação, no estrangeiro, de serviços bancários a não-residentes – designadamente às comunidades de emigrantes portugueses e os serviços prestados na sucursal de Madrid –, e às actividades de banca de investimento, *private equity*, gestão de activos e seguros.

A **actividade de banca comercial** é desenvolvida pelo Banco BPI, a quarta maior instituição financeira a operar em Portugal (a 3.ª entre os bancos privados), em termos de volume de negócios que serve cerca de 1.7 milhões de Clientes e detém quotas de mercado próximas de 10% em crédito e recursos.

A Banca de Particulares, Empresários e Negócios serve Clientes Particulares, empresários e empresas com um volume de negócios até 5 M.€.

A Banca de Empresas, Project Finance e Banca Institucional serve as empresas com um volume de negócio superior a 2 M.€, operando em concorrência com a Banca de Particulares no segmento até 5 M.€. Inclui ainda a prestação de serviços de *project finance* e o relacionamento com organismos do Sector Público, Empresas Públicas, Municipais e Sector Empresarial do Estado, Fundações e Associações.

O BPI disponibiliza ainda uma oferta de seguros alargada do ramo vida-risco e ramo real, mediante um acordo de distribuição de seguros da Allianz Portugal, a qual é detida a 35% pelo Grupo BPI no âmbito da parceria estratégica com o Grupo Allianz.

A **actividade de banca de investimento** é conduzida pelo Banco Português de Investimento, e encontra-se estruturada em quatro áreas: Acções, Corporate Finance – cujo foco geográfico é, prioritariamente, a Península Ibérica e inclui equipas dedicada em África, sobretudo Angola e Moçambique –, Private Equity e Private Banking. O BPI é membro das bolsas Euronext de Lisboa e Paris, da Bolsa de Madrid e da Bolsa de Joanesburgo.

A **Gestão de Activos** do BPI – fundos de investimento, seguros de vida-capitalização e fundos de pensões é assegurada por subsidiárias especializadas, detidas a 100%, sendo os produtos colocados junto dos Clientes através das redes de distribuição do Banco BPI e do Banco Português de Investimento.

No final de Junho de 2012, a BPI Gestão de Activos era a terceira maior gestora de fundos em Portugal, com uma quota de mercado de 16.2%, a BPI Vida e Pensões era a terceira maior gestora de fundos de pensões, com uma quota de mercado próxima de 15% e detinha uma quota de mercado de 8.3% nos segmentos de produtos de capitalização e PPR sob a forma de seguros.

A actividade de *private equity* investe, essencialmente, através de fundos de capital de risco, destacando-se os fundos de capital de risco promovidos pelo Grupo BPI e actualmente geridos por uma participada detida a 49%, a Inter-Risco.

### Actividade internacional

A actividade internacional compreende a actividade desenvolvida pelo **Banco de Fomento em Angola (BFA)**, detido a 50.1% pelo BPI em parceria com a Unitel detentora dos restantes 49.9% do capital, bem como a apropriação de resultados da participação de 30% detida no **Banco Comercial e de Investimentos (BCI)**, em Moçambique.

O BFA é um banco de retalho e dispõe de uma ampla base de depósitos e reduzida transformação de depósitos em crédito. O BFA detém posições de liderança em Angola, com quotas próximas dos 15% e 9% em depósitos e crédito, respectivamente, de 17% na rede de distribuição e de 24% em cartões e 30% em terminais de pagamento.

O BFA dispõe de uma oferta de produtos e serviços estruturada e diferenciada para particulares e empresas complementada neste caso pela disponibilização de serviços de *project finance*, *corporate finance* e *private equity*.

No final de Junho de 2012, o BFA servia 971 mil Clientes, através de uma rede de distribuição, com forte presença em Luanda e uma cobertura alargada de todo o território, constituída por 138 balcões, 8 centros de investimento e 14 centros de empresas. A rede física é complementada pelos serviços de *homebanking* – BFA Net Particulares e BFA Net Empresas.

O BCI é um banco de retalho predominantemente focado na captação de recursos e concessão de crédito, em cujas actividades o banco detém quotas de mercado de 29% e 32%, respectivamente. O BCI serve 486 mil Clientes através de uma rede de 127 balcões, que representava 27% da rede total de balcões no sistema bancário moçambicano.

# Canais de distribuição



Figura 2

## Principais indicadores da rede de distribuição

	Banco BPI	Banco de Fomento Angola	BCI – Banco Comercial e de Investimentos <sup>2)</sup>
Balcões tradicionais	649	138	117
Sucursal de Paris (balcoes)	12	–	–
Centros de investimento	39	8	–
Centros de empresas <sup>1)</sup>	53	14	10
Banco automático (ATM)	1 588	311	304
Terminais de pagamento automático activos	41 002	3 337	3 024
Parceiros comerciais	30 753	–	–
Banca na Internet (utilizadores activos)	BPI Net: 771 655 BPI Net Empresas: 75 604	BFA Net Particulares: 266 585 BFA Net Empresas: 6 776	E-banking Particulares: 23 011 E-banking Empresas: 4 587
Banca telefónica (utilizadores activos)	BPI Directo: 390 649	–	–
BPI Expresso Imobiliário (imóveis anunciados)	581 058	–	–

1) A rede de distribuição da Banca de Empresas em Portugal inclui 1 centro de Project Finance, 6 Centros institucionais e a sucursal de Madrid.

2) Participação de 30%.

# Recursos humanos

A 30 de Junho de 2012 faziam parte do quadro do Grupo BPI 8 829 Colaboradores, o que representa uma diminuição homóloga de 3.4%.

O quadro de pessoal afecto à actividade doméstica diminuiu 6.2%, ascendendo a 6 614 Colaboradores no final de Junho de 2012.

Na actividade internacional, em Angola, registou-se um aumento no quadro de pessoal de 5.6% (+117 Colaboradores), em termos homólogos. No final de Junho de 2012, o Banco de Fomento Angola contava com 2 213 Colaboradores, o que representava cerca de 25% do total de Colaboradores do Grupo BPI.

## Colaboradores do Grupo BPI

		Valores em fim de período				Valores médios do período		
		Jun.11	Dez.11	Jun.12	Δ% Jun.11 / Jun. 12	1.º sem. 11	1.º sem. 12	Δ% Jun.11 / Jun. 12
<b>Actividade doméstica</b>								
Banco BPI	1	6 607	6 238	6 205	(6.1%)	6 746	6 220	(7.8%)
Banco Português de Investimento	2	167	148	140	(16.2%)	167	143	(14.4%)
Outras empresas subsidiárias	3	72	69	70	(2.8%)	74	68	(8.1%)
<b>Subtotal – actividade em Portugal</b> <sup>1</sup> [= Σ1 a 3]	4	<b>6 846</b>	<b>6 455</b>	<b>6 415</b>	<b>(6.3%)</b>	<b>6 987</b>	<b>6 431</b>	<b>(8.0%)</b>
Sucursais e escritórios de representação	5	202	204	199	(1.5%)	207	205	(1.0%)
<b>Subtotal – actividade doméstica</b> [= Σ4 + 5]	6	<b>7 048</b>	<b>6 659</b>	<b>6 614</b>	<b>(6.2%)</b>	<b>7 194</b>	<b>6 636</b>	<b>(7.8%)</b>
<b>Actividade internacional</b>								
Banco de Fomento Angola	7	2 096	2 172	2 213	5.6%	2 042	2 159	5.7%
BPI Capital Africa		0	1	2	-	0	2	-
<b>Subtotal – actividade internacional</b> <sup>1</sup> [= 7]	8	2 096	2 173	2 215	5.7%	2 042	2 161	5.8%
<b>Total</b> <sup>1</sup> [= 6 + 8]	9	<b>9 144</b>	<b>8 832</b>	<b>8 829</b>	<b>(3.4%)</b>	<b>9 236</b>	<b>8 797</b>	<b>(4.8%)</b>

1) Inclui contratos a termo. Em 30 de Junho de 2012 o número de Colaboradores com contratos a termo em Portugal ascendeu a 51 e nas actividades no estrangeiro ascendeu a 19. Em termos médios no 1º semestre de 2012, o número de Colaboradores com contratos a termo em Portugal ascendeu a 54 e nas actividades no estrangeiro ascendeu a 13.

# Enquadramento da actividade

## PORTUGAL – ECONOMIA E MERCADOS

### ECONOMIA GLOBAL

Os sinais de enfraquecimento da actividade económica global aumentaram no decorrer dos primeiros seis meses de 2012. Segundo o Fundo Monetário Internacional<sup>1</sup>, a taxa de crescimento da economia mundial deverá quedar-se por 3.5% este ano, em franco abrandamento face a 3.9% estimados em 2011 e 5.3% verificados em 2010.

A intensificação dos receios em torno da crise de dívida soberana da zona euro, o processo de redução de endividamento que decorre em simultâneo em vários sectores – famílias, empresas e estados – e coincide em zonas económicas de relevo, e o esforço de consolidação orçamental nas economias desenvolvidas, constituíram os principais elementos na origem daquele arrefecimento. O impacto desfasado do aumento dos preços do petróleo nos primeiros meses do ano e das políticas restritivas adoptadas no passado não muito distante pelas economias emergentes, contribuíram também para o quadro actual.

Ao contrário de 2011, este ano a redução do ritmo de expansão global deverá ficar a dever-se sobretudo às economias emergentes, cujo ritmo de crescimento deverá abrandar para 5.6%, depois de 6.2% em 2011 e 7.5% em 2010, segundo o FMI. Os efeitos de contágio induzidos pela intensificação da crise na UEM constituem o principal factor justificativo desta tendência. Relativamente ao grupo de economias desenvolvidas espera-se que o ritmo de crescimento desça ligeiramente, de 1.6% para 1.4%.

### A crise de dívida soberana

Nos primeiros meses do ano, o sentimento económico global foi nitidamente mais positivo, reflectindo sobretudo os efeitos das intervenções pelo Banco Central Europeu em finais de 2011/princípios de 2012, fornecendo ampla liquidez aos mercados e descendo as suas taxas directoras para valores mínimos (1%).

No decorrer do primeiro trimestre, foram determinantes os desenvolvimentos em torno do processo de perdão de dívida da Grécia. As negociações envolvendo autoridades helénicas e internacionais e investidores acabaram por ditar uma redução do valor nominal dos títulos gregos de 50%, correspondendo a uma perda de valor actual de cerca de 75%, processo concluído em Março. Todavia, a

troca de dívida grega com perdão despertou receios no âmbito do mercado de dívida pública. Até recentemente, somente ao FMI seria reconhecida senioridade no pagamento aos credores. Contudo, no caso do perdão de dívida à Grécia, o BCE conseguiu negociar um plano de troca, o qual não implicou perdas para a autoridade monetária, na medida em que a operação se registou ao valor de aquisição dos títulos pelo BCE, configurando-se a autoridade monetária como um credor privilegiado. Este precedente alterou a percepção dos investidores relativamente à dívida da periferia da Europa. Em caso de reestruturação da dívida, quando maior for a participação do BCE (e dos restantes credores oficiais) maior será a penalização dos credores privados para se obter o mesmo perdão global de dívida.

Esgotados os efeitos preliminares da almofada de liquidez provida pelo Banco Central Europeu na viragem do ano, regressou um ambiente de pessimismo e desconfiança incidindo em particular sobre Espanha e Itália, que registaram aumento progressivo dos prémios de risco soberanos ao longo do segundo trimestre. Em simultâneo, alguns bancos espanhóis, a braços com uma exposição elevada a activos de fraca qualidade (crédito imobiliário e elevado nível de incumprimento) viram o acesso ao mercado interbancário grossista dificultado. Neste contexto, o Estado espanhol formalizou um pedido de auxílio financeiro externo dirigido apenas ao sector bancário, que poderá chegar aos 100 mil milhões de euros, tendo sido a primeira tranche de 30 mil milhões de euros concretizada em finais de Julho. Aparentemente este montante de auxílio não pesará directamente sobre a dívida pública do Estado espanhol, ainda que se considere que este tem sempre a responsabilidade implícita, funcionando como garante do empréstimo.

Para além da situação do sistema bancário, as dúvidas crescentes quanto à situação financeira de algumas regiões autónomas espanholas contribuiu também para suscitar a especulação relativamente à necessidade de um pedido formal de assistência financeira ao soberano, motivando o aumento sistemático do prémio de risco do país e arrastando igualmente Itália. De facto, no caso do estado italiano, os motivos de maior preocupação incidem sobre o peso da sua dívida pública no PIB, nas suas elevadas necessidades de financiamento externo (em níveis absolutos, atendendo à dimensão da terceira maior economia da UEM) e também ao fraco crescimento económico e falta de competitividade.

1) "World Economic Outlook, July update"

### **A intervenção das autoridades europeias**

Já próximo do final do semestre, perante o agudizar da situação de Espanha, o Banco Central Europeu reduziu a sua taxa de intervenção para 0.75%, um novo mínimo histórico, e colocou a taxa de remuneração dos depósitos de instituições de crédito junto do banco central, em zero. Esta decisão reflectiu-se quase de imediato na redução significativa dos fundos parquoados junto do banco central, canalizados para outras instituições de crédito ou facilitando o acesso a financiamento por empresas e famílias.

Adicionalmente, no Conselho Europeu realizado em finais de Junho, os chefes de Estado da UEM afirmaram ser imperativo quebrar a relação entre o sistema bancário e as dívidas soberanas. Os Chefes de Estado ou de Governo decidiram criar um mecanismo único de supervisão bancária gerido pelo Banco Central Europeu; uma vez estabelecido esse mecanismo, dar ao Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) a possibilidade de injectar fundos directamente nos bancos. Relativamente a Espanha, ficou decidido iniciar de imediato o processo de recapitalização bancária sem que o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF)/ Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) adquira um estatuto preferencial. Ficou igualmente decidido que os fundos do FEEF/MEE podem ser utilizados de uma forma flexível para comprar obrigações, em relação aos Estados-Membros que respeitem as respectivas recomendações específicas por país, os demais compromissos assumidos, nomeadamente em termos de prazos, no âmbito do Semestre Europeu, do Pacto de Estabilidade e Crescimento e do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos.

Mas, a ausência de avanços mais concretos e definitivos nestas matérias, a ambiguidade e interpretação diversa por alguns responsáveis europeus e o facto de os actuais mecanismos existentes se revelarem insuficientes para socorrer estados como a Itália, dada a dimensão da sua dívida pública, persiste a desconfiança dos investidores no futuro da zona do euro.

### **ECONOMIA PORTUGUESA**

#### **PIB, emprego e inflação**

Nos primeiros seis meses do ano, a economia portuguesa observou uma contracção em termos reais, de 2.7% em relação ao período homólogo, de acordo com a informação preliminar (estimativa rápida relativa ao segundo trimestre) do INE. Apesar dos riscos que persistem, tem-se vindo a registar melhoria ligeira das previsões macroeconómicas para Portugal pela maior parte dos observadores, que estimam em média, que a contracção da actividade económica em 2012 se situe em torno de 3%. Esta melhoria das expectativas face a cenários que previam uma retracção superior a 4%, justifica-se sobretudo pelos progressos registados em várias vertentes.

Em primeiro lugar, a evolução das exportações ao longo do primeiro semestre de 2012 confirma que o fortalecimento progressivo do sector dos bens transaccionáveis se tem tornado mais abrangente, com quotas de mercado crescentes para países fora da UE, mais que compensando o pior desempenho das vendas para os parceiros comunitários. Em segundo lugar, assinala-se uma progressiva melhoria dos desequilíbrios macroeconómicos registados: os níveis relativos de endividamento das famílias e sector empresarial reduzem-se, embora lentamente, progressos que se reflectem na queda do rácio crédito/depósitos no sistema financeiro português; a taxa de poupança das famílias regista melhoria, ainda que ligeiras limitadas pelas quedas de rendimento observadas no sector público e pelo agravamento das condições no mercado de trabalho; as necessidades de financiamento externas encolhem. Em terceiro lugar, a consolidação orçamental prossegue a bom ritmo, tendo o Governo cumprido as metas trimestrais fixadas para o saldo público em Março e Junho, no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Este quadro favorável tem sido confirmado pelas sucessivas reavaliações do Programa de Assistência Financeira (PAEF) efectuadas com regularidade pela Troika – FMI/UE/BCE, que na mais recente avaliação, em Junho, reafirmaram a sua apreciação positiva no que diz respeito ao cumprimento dos requisitos estabelecidos e reconheceram o avanço na implementação das reformas estruturais, com ênfase para o mercado de trabalho, a alteração ao regulamento do regime de arrendamento, ou a melhoria nos mecanismos de controlo e gestão orçamental, medidas estruturais destinadas a conferir sustentabilidade ao processo de consolidação orçamental.

A nível do sistema financeiro, o ajustamento prossegue a bom ritmo, tendo o rácio de transformação declinado para 128% em Dezembro de 2011. Adicionalmente, no âmbito das exigências relativamente aos rácios de *capital core tier 1* pela EBA – Autoridade Bancária Europeia, três instituições recorreram ao fundo de apoio à capitalização dos bancos de 12 mil milhões de euros, tendo sido utilizados cerca de 5.5 mil milhões de euros. Entretanto, sem afectar a utilização dos fundos disponíveis para apoio à capitalização dos bancos portugueses, a Caixa Geral de Depósitos reforçou o seu capital em 1.65 mil milhões de euros através da emissão de acções subscritas pelo Estado e via a emissão de instrumentos financeiros híbridos.

Em contrapartida, o mercado de trabalho tem surpreendido pela negativa, sofrendo um agravamento superior ao esperado. A taxa de emprego continua em queda e a taxa de desemprego atinge máximos históricos (15% no segundo trimestre, segundo o INE).

O comportamento dos preços ao consumidor tem estado condicionado pelo impacto das oscilações dos preços dos combustíveis e sobretudo, pelo aumento de impostos verificado na segunda metade de 2011 e início deste ano, tendo a inflação homóloga atingido um máximo de 3.6% em Fevereiro. Até Junho, a tendência tem sido de abrandamento, comportamento que se deverá acentuar nos últimos meses do ano por efeitos base favoráveis.

### Depósitos

Os depósitos do sector privado não financeiro residente (particulares e empresas) cresceram cerca de 6.4% y/y nos primeiros cinco meses do ano, mantendo mais uma vez um desempenho positivo contrastante com alguns países da UEM, nomeadamente as economias mais

afectadas pela crise da dívida soberana. A esse respeito, Portugal continua a evidenciar-se claramente pela confiança depositada pelos agentes económicos residentes nas instituições financeiras locais. Para o aumento observado nos depósitos contribuíram ainda: a reduzida atractibilidade e o grau de incerteza relativamente a aplicações mais arriscadas (nomeadamente o mercado de acções) e a continuidade de uma política de oferta atractiva de remunerações de depósitos por parte do sector bancário.

No que concerne aos particulares, os depósitos no sistema bancário residente aumentaram cerca de 8.8% (taxa anual de variação), mantendo-se a preferência por aplicações a prazo e beneficiando do aumento verificado na taxa de poupança das famílias possivelmente por motivos de maior precaução: 10.9% do rendimento disponível no 1T12, um nível não observado desde meados de 2010. Relativamente às empresas, registou-se uma queda no volume de depósitos junto do sistema bancário residente de cerca de 1.5% face ao período homólogo.

Nos primeiros cinco meses de 2012, de acordo com informação do Banco de Portugal, as taxas de juro sobre novas operações de depósitos com prazo acordado, registaram uma tendência de queda, tanto no segmento dos particulares como de empresas não financeiras. No primeiro caso, em termos médios, declinaram de 3.65% em Dezembro de 2011 para 3.3% observados em Maio de 2012; relativamente ao segmento empresarial, a remuneração caiu de 2.94% para 1.74%. A queda das taxas de juro Euribor – recorde-se que em Novembro de 2011, o Banco de Portugal impôs uma penalização a depósitos a prazo com remunerações superiores em 300 pontos-base à taxa Euribor 6 meses correspondente a uma redução dos fundos próprios no valor de 0.5% dos juros em excesso ao limite imposto, ponderados pela maturidade – e a menor necessidade de liquidez no sistema bancário graças à actuação do Banco Central Europeu, justificam esta tendência.

### Crédito

Entre Janeiro e Maio, o crédito a residentes recuou 4.5% comparativamente ao período homólogo, 3.9% excluindo o sector da Administração Pública. No que diz respeito aos Particulares e Empresas não Financeiras, com peso conjunto no crédito bancário superior a 80%, o ritmo de queda foi semelhante, respectivamente 3% e 3.2%. O financiamento para aquisição de habitação, que

representa cerca de 83% do crédito a particulares, foi o que registou menor ritmo de queda, 2.3% até Maio; em contrapartida, o crédito ao consumo e outros fins registou uma variação negativa de 6.6% no mesmo período.

A tendência de evolução do crédito deverá manter-se até final do ano, atendendo à necessidade de prosseguir com a redução do endividamento do sector privado e também reflectindo a previsível dificuldade de crescimento da base de recursos do sistema bancário doméstico, sugerindo a prossecução de uma política cautelosa de concessão de financiamento.

Relativamente ao crédito em incumprimento, a tendência de agravamento registada em 2011 intensificou-se ao longo do primeiro semestre de 2012, sendo extensiva a todos os sectores. No entanto, este comportamento continuou a ser mais vincado no segmento das empresas não financeiras, tendo o rácio de crédito vencido aumentado para 9.1% em Maio, face a 6.7% observados em Dezembro de 2011.

Relativamente ao crédito a particulares, o rácio de incumprimento situou-se em 3.6% em Maio.

#### Expectativas para o segundo semestre

Ao longo do segundo semestre, as condicionantes ao desempenho da economia portuguesa deverão manter-se, ressalvando-se apenas o aumento de riscos relativamente à procura externa, que poderá abrandar mais do que o esperado. O esforço de consolidação orçamental, as restrições ao financiamento e a necessidade de desalavancagem, para além das variáveis externas, continuam a sugerir a manutenção de uma trajectória de contracção da actividade económica. Em 2013, antecipase uma queda ligeira da actividade, dependendo no entanto, do sucesso no alcance das metas orçamentais este ano; da envolvente externa, nomeadamente do andamento da procura externa e dos progressos na resolução da crise de dívida soberana da zona euro.

#### Portugal - Cenário Macroeconómico - Previsões comparativas (Agosto 2012)

	2011 <sup>1</sup>	Min.Finanças		Banco de Portugal		Comissão Europeia		FMI	
		2012F	2013F	2012F	2013F	2012F	2013F	2012F	2013F
PIB real	-1.7	-3.0	0.6	-3.0	0.0	-3.0	0.2	-3.0	0.2
Consumo Privado	-4.0	-6.3	-0.7	-5.6	-1.3	-6.0	-0.5	-6.3	-0.7
Gastos Públicos	-3.8	-3.2	-2.9	-3.8	-1.6	-3.4	-2.7	-3.2	-2.6
Investimento	-11.3	-9.8	-0.6	-12.7	-2.6	-12.2	-0.5	-12.2	-0.5
Exportações	7.6	3.4	5.6	3.5	5.2	3.5	3.5	3.5	5.0
Importações	-5.3	-6.4	1.6	-6.2	1.5	-6.2	0.9	-6.2	0.9
Taxa Média de Inflação	3.6	3.2	1.3	2.6	1.0	2.7	1.1	2.7	1.1
Desemprego (% Pop.Activa)	12.7	14.5	14.1	-	-	15.4	15.8	15.5	15.9
Saldo Orçamental (% PIB)	4.2	-4.5	-3.0	-	-	-4.5	-3.0	-4.5	-3.0
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	-5.2	-2.5	-0.4	-1.7	0.8	-3.4	-1.4	-3.9	-3.4

Fonte: INE, Ministério das Finanças (DEO 2012-16), Banco de Portugal, Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional

1) A variação anual do PIB tem por base a revisão anunciada no âmbito da publicação da Estimativa Rápida do INE, relativa ao 2.º trimestre de 2012. Não existe ainda informação revista para as várias componentes da Procura Agregada.

#### MERCADOS

##### Mercado cambial

O prolongamento da crise do euro, ao longo do primeiro semestre de 2012, acentuou a perda de valor da moeda europeia em relação às moedas rivais. A Cimeira Europeia de final de Junho trouxe soluções adicionais: utilização dos fundos de estabilização financeira na compra de dívida soberana; intenção de progressão para a união bancária com um supervisor único, possibilidade de recapitalização directa da banca, quebrando o elo entre

risco soberano e risco bancário. Com estas intenções, o euro mostrou sinais de querer inverter as perdas acumuladas ao longo de meses. Entretanto, a ajuda financeira à banca espanhola e o resultado eleitoral na Grécia, favorável à continuidade do projecto da união monetária e ao cumprimento dos compromissos financeiros, não deixaram de criar expectativas mais favoráveis em relação ao valor da moeda. No entanto, a política monetária ultra expansionista é limitadora de uma apreciação mais forte.

Também o facto de os sinais de abrandamento económico estarem já disseminados por todas as latitudes, retirou uma possível maior pressão de apreciação do dólar, tendência em que as autoridades norte-americanas não estão interessadas. De Janeiro a Julho, o valor máximo do EUR/USD foi de 1.3486 e mínimo observado situou-se em 1.2040.

### **Mercado monetário**

No primeiro semestre de 2012 as autoridades monetárias das economias desenvolvidas reforçaram o cariz acomodatório da sua política monetária, designadamente as medidas de cariz não convencional. Nos EUA, a Reserva Federal prolongou a operação TWIST, que consiste na compra de títulos com maturidades entre os 6-30 anos, totalmente compensada pelo vencimento ou venda de outros títulos com maturidade inferior a 3.25 anos. No Reino Unido e Japão, foram também reforçadas as medidas de carácter não convencional, procurando canalizar liquidez para a economia real e reduzir os riscos de natureza sistémica. Em simultâneo, à medida que o semestre progrediu, a generalidade dos bancos centrais reviu em baixa as suas previsões de crescimento, perante o agravamento dos riscos de curto/médio prazo.

O BCE prosseguiu com a política de injeção de avultados montantes de liquidez no mercado, retomada em finais de 2011, levando a cabo, no mês de Fevereiro, a segunda operação de cedência de fundos a 3 anos. Com esta operação, foram colocados no mercado 530 mil milhões de euros (m.M.€), contribuindo decisivamente para a diminuição das tensões nos mercados financeiros e reflectindo-se na queda das taxas Euribor.

Entretanto, a 5 de Julho o BCE reduziu a sua taxa directora para 0.75% e diminuiu para zero a remuneração dos depósitos junto do banco central, resultado das operações regulares de absorção de liquidez.

Entretanto, ao abrigo da sua política de suporte ao sistema financeiro, o BCE prolongou até ao final do ano a realização de leilões sem limite de colocação e indexados à taxa principal de refinanciamento. Acresce referir que a autoridade monetária tem vindo a relaxar pontualmente os critérios relativamente aos colaterais que as instituições financeiras podem apresentar em contrapartida da obtenção de financiamento.

Reflectindo este enquadramento, as taxas de juro de curto prazo registaram novas descidas ao longo do semestre, movimentos observados quer no caso do euro quer do

dólar, embora mais intenso no que diz respeito às taxas Euribor, que no prazo de 1 ano recuaram quase 1 p.p. desde início do ano até princípio do mês de Agosto. As taxas de juro Libor do dólar recuaram também no mesmo período, mas de forma menos intensa, situando-se em torno dos 0.46% na viragem do semestre. Refira-se que em resultado deste movimento, as taxas de juro de curto prazo do euro atingiram valores inferiores às do dólar, pela primeira vez desde 2007.

### **Mercado de obrigações**

A tendência de queda das taxas de juro de longo prazo de obrigações de dívida pública consideradas de referência continuou no primeiro semestre de 2012, alcançando sucessivamente novos mínimos históricos. Os títulos de dívida pública a 10 anos norte-americanos e alemães iniciaram o ano ligeiramente abaixo da fasquia de 2% mas em finais de Julho atingiram um mínimo de 1.41% e 1.16%, respectivamente no caso dos US Treasuries e da dívida alemã.

No início de 2012, a liquidez abundante proporcionada pelos respectivos bancos centrais, visando assegurar taxas de juro de dívida pública baixas durante um período de tempo prolongado, contribuiu para a prossecução de um processo de desalavancagem suave. A tendência de redução das taxas de juro de longo prazo intensificou-se no segundo trimestre, por regresso do modo de aversão ao risco decorrente do recrudescimento da crise grega e da intensificação da discussão em torno da possibilidade da saída deste país da área do euro. A redução da inclinação de curva de rendimentos registada, com particular ênfase nos EUA, atesta a correcção de expectativas registada. Deste modo, confirmou-se a precipitação da declaração do fim do ciclo de reduzidas taxas de juro de longo prazo, designadamente nos EUA. Acredita-se que as taxas de juro, ao longo do espectro de maturidades, vão permanecer em patamares historicamente reduzidos.

O ressurgimento da agitação em torno do futuro da Grécia implicou efeitos de contágio aos restantes países europeus da periferia, materializados em novos alargamentos de *spread* face ao bund alemão. Contudo, o grau de contaminação apresentou matizes. Irlanda e Portugal apresentaram menos sinais de impacto, tendo sido a Espanha o estado mais penalizado pela confluência de vários factores negativos: crise helénica, nova reforma do sector bancário espanhol, nacionalização do quarto maior banco privado em termos de activos, rumores da possibilidade de Espanha necessitar de recorrer a formas mais estruturadas de financiamento oficial que culminou

com um pedido formal de ajuda externa, efectuado no mês de Junho, tendo em vista a recapitalização do sistema bancário espanhol e receios associados aos níveis de subordinação dos diversos detentores da dívida espanhola. Os prémios de risco exigidos aos títulos espanhóis de 10 anos durante o mês de Junho observaram novos máximos históricos, superando os 550 pontos base.

O mercado de dívida diversa registou um comportamento heterogéneo ao longo do semestre. Nos primeiros meses do ano, a abundante liquidez disponível no mercado induziu um estreitamento significativo dos prémios de risco, afectando de igual forma as diversas classes de risco. No entanto, o regresso dos receios quanto ao projecto do euro em Abril/Maio, a incerteza relativamente aos resultados das eleições na Grécia, e mais tarde, a necessidade de intervenção externa no sector financeiro espanhol, vieram alterar esta situação, situação que penalizou de forma mais determinante a dívida com pior risco. Em concreto, enquanto o *spread* face ao *swap* na classe de risco “AAA” estreitou de 57 p.b. para 30 p.b. entre Janeiro e Junho, na classe “BBB” estreitou de 306 p.b. para 200 p.b. entre Janeiro e Março mas aumentou de novo para 286 p.b. no final de Junho.

Relativamente ao mercado primário, o volume de emissões manteve-se elevado até Março, semelhante aos níveis do ano anterior. No entanto, na viragem do trimestre, em Abril e Maio a propensão ao risco diminuiu consideravelmente, e observou-se uma redução significativa do volume de emissões, situação que registou uma melhoria de novo em Junho, reflectindo a melhoria do sentimento de mercado. Neste período, destacou-se a forte participação de instituições bancárias no mercado. As emissões destas entidades centraram-se em obrigações hipotecárias e dívida sénior, potencialmente para colocação nas suas redes comerciais e reforço dos seus balanços com activos elegíveis nas operações de crédito com o Banco Central Europeu.

## Mercado de acções

### Contexto global

Pese embora o agudizar da crise da dívida soberana e o contágio de Espanha, o Stoxx 600 fechou o trimestre com um apreciação de 3%. De forma semelhante, o S&P500

– principal índice do mercado Norte Americano – registou uma apreciação de 8% durante o primeiro semestre de 2012.

### Ibéria – mercado secundário

Em Portugal e Espanha, a performance dos índices de referência foi a oposta à dos principais índices: o PSI-20 e o IBEX35 registaram uma queda de 14% e 17%, respectivamente. O pedido de assistência financeira por parte de Espanha para a recapitalização dos seus bancos e nacionalização do Grupo BFA-Bankia, conjuntamente com a deterioração da actividade económica quer em Portugal quer em Espanha foram algumas das causas desta performance.

Como consequência dos factores acima mencionados e do aumento da aversão ao risco, que conduziu a uma queda generalizada dos montantes investidos em *equities*, verificou-se uma redução dos volumes transaccionados: assim, em Portugal durante o 1.º semestre de 2012 os volumes transaccionados decresceram 28% face ao período homólogo para 11 m.M.€ (42% abaixo da média semestral desde 2002). Em Espanha a queda foi de 24% para 347 m.M.€ (19% abaixo da média semestral desde 2002). Este desempenho compara com quebras de volumes de 18% e 7% para o Stoxx 600 e o S&P, respectivamente.

### Ibéria – mercado primário

Em 2012, o mercado primário ibérico foi uma vez mais negativamente afectado pela instabilidade nos mercados de dívida soberana. Não houve nenhuma oferta pública inicial de subscrição nos mercados Português e Espanhol. No entanto, o mercado alternativo espanhol – MAB – mostrou alguma actividade com a entrada em bolsa de mais 4 empresas (compara com 4 ofertas efectuadas em 2011). Em termos de obrigações convertíveis, no primeiro semestre só a Espanhola Pescanova completou uma emissão de 160 M.€.

Relativamente a ampliações de capital de empresas cotadas, 2012 está a ser um ano de alguma actividade em Espanha e Portugal, fundamentalmente no sector bancário.

## ECONOMIA ANGOLANA

### Actividade económica

Para 2012, prevê-se uma aceleração da expansão económica, atingindo um acréscimo real do PIB próximo de 7%, face ao crescimento estimado de 3.9% em 2011, beneficiando da entrada em produção de novos poços petrolíferos e da intensificação da exploração do gás natural. A publicação recente de indicadores de conjuntura por parte do INE confirma a aceleração da actividade económica nos primeiros três meses de 2012 – em particular, a produção industrial – abrindo boas perspectivas para o conjunto do ano. O sector não petrolífero poderá registar um comportamento mais moderado relativamente a 2011. Os sectores da energia, transportes e construção deverão continuar com um ritmo de expansão significativo, reflexo da ênfase na prossecução de projectos de investimento público, designadamente na área da energia eléctrica (a OCDE estima que apenas cerca de 36.3% da população tenha acesso a energia eléctrica; 68% das empresas tem um gerador privado de energia). No entanto, a produção agrícola e os preços da alimentação poderão ser negativamente afectados por factores climatéricos adversos (seca extrema em algumas regiões).

### Sector externo

Em Junho, as reservas cambiais ascendiam a 30.2 mil milhões de dólares, um incremento de 4.1 mil milhões face a Dezembro de 2011. O aumento progressivo da extracção e exportação de petróleo ao longo dos últimos meses, depois das dificuldades técnicas sentidas em 2011, e a manutenção dos preços do petróleo no mercado internacional em níveis elevados, ainda que voláteis, contribuíram para a acumulação de reservas ao longo do primeiro semestre.

O petróleo continua a ter um peso muito significativo nas exportações angolanas, com outros produtos a perderem peso no conjunto de exportações. Em 2011, o rácio de cobertura das importações pelas exportações situou-se nos 319%.

Nos primeiros seis meses do ano, o câmbio médio USD/KWZ manteve-se praticamente estável em torno de 95.59 kwanzas por dólar. Para este comportamento contribuíram o aumento das receitas petrolíferas e das reservas internacionais. A estabilidade cambial prolongar-se-á, beneficiando de estimativas de manutenção de saldos excedentários na Balança Corrente.

### Contas públicas

O governo antecipa um superávit orçamental de 8.5%, ligeiramente acima do patamar referido pelo FMI (6.1%), prosseguindo as autoridades angolanas esforços de apresentação de contas públicas equilibradas.

A dependência considerável em relação a receitas petrolíferas, dada a sua volatilidade, dificulta a manutenção de um quadro fiscal estável e o reforço da resiliência da economia. Neste contexto, salienta-se o compromisso do governo angolano em melhorar a gestão das receitas petrolíferas e dar seguimento à proposta do FMI para criação de um fundo de estabilização. Destaque ainda para alguns resultados visíveis da implementação do PERT – Projecto Executivo da Reforma Tributária, cujo principal objectivo é a diversificação das fontes de receita do Estado e a instituição da cultura de pagamento de impostos, no âmbito de uma reorganização e melhoria da Administração e Sistema Judicial Tributários. Assim, segundo fontes do Ministério das Finanças, nos primeiros cinco meses de 2012 verificou-se um acréscimo na arrecadação de impostos não petrolíferos de cerca de 54 mil milhões de kwanzas, sendo o valor directamente imputável como resultado desta reforma cerca de 15 mil milhões de kwanzas.

No início de 2012, foram retomados os leilões de Obrigações do Tesouro (OT's), em moeda nacional e indexadas ao dólar, com a colocação de 63.4 mil milhões de kwanzas no seu conjunto. A colocação de obrigações por parte do BNA bem como as preferências dos investidores, concentraram-se maioritariamente nas maturidades mais curtas, de 2 e 3 anos. O financiamento do Estado continuou também a ser assegurado pela emissão regular de Bilhetes do Tesouro, tendo o volume de emissões ascendido a cerca de 70.8 mil milhões de kwanzas. Aproximadamente metade deste montante foi colocado pelo prazo de 1 ano, com uma taxa média de 4.2%. No primeiro semestre verificou-se uma tendência de descida ligeira das taxas médias de colocação, extensível a todas as maturidades.

### Inflação e Taxas de Juro

A taxa de inflação mantém a trajectória descendente, tendo atingido 10.02% em Julho, comparativamente a 11.4% no final de 2011, colocando ao alcance a meta de 10% para final deste ano. O menor ritmo de crescimento dos preços ao consumidor tem-se vindo a confirmar e favorece a persistência da política de baixas taxas de juro

prosseguidas pelas autoridades na colocação de dívida pública.

A Taxa Básica de Juro (Taxa BNA), principal instrumento de intervenção da autoridade monetária, revista mensalmente em sede do Comité de Política Monetária, fixou-se em 10.25% desde Janeiro, tendo permanecido neste patamar até final do ano.

Nos primeiros seis meses do ano, a autoridade monetária reforçou a utilização dos instrumentos de absorção de liquidez do Banco Nacional de Angola (Títulos do Banco Central – TBC) em linha com a aceleração significativa dos depósitos no sistema bancário. As emissões totais corresponderam a 641 mil milhões de AOA, contrastando com um total de 273.6 mil milhões de AOA colocados em todo o ano de 2011. O prazo de 63 dias foi o mais utilizado correspondendo a cerca de 89% do montante colocado. O aliviar das pressões cambiais permitiu registar um movimento descendente expressivo nas taxas de juro. A taxa média de colocação dos TBC a 63 dias situava-se, em Junho de 2012, em 3.3% que compara com 7.06% no início do ano.

O Banco Nacional de Angola tem também estado atento à evolução do nível de dolarização da economia angolana, factor que continua a causar constrangimentos à eficácia da política monetária. De realçar alguns avanços no sentido de aumentar a eficácia da política monetária, tendo sido estabelecida a obrigação dos bancos locais

terem pelo menos 80% do seu capital denominado em kwanzas até ao final de 2012 e mais recentemente, aprovada uma lei que requer às empresas petrolíferas a realização de pagamentos através de bancos domésticos.

### Crédito

Nos primeiros cinco meses de 2012, o crédito interno total à economia manteve um ritmo de expansão semelhante ao registado em 2011. Até Maio, o financiamento total à economia cresceu em média 19.6% enquanto o crédito ao sector privado aumentou 29%. O peso do financiamento concedido ao sector público (incluindo SEE) no crédito total concedido pela banca comercial declinou para 29% face a 41% observados no final de 2010.

No sector privado, e em termos de peso no financiamento total concedido, continuam a evidenciar-se os seguintes sectores: Comércio por Grosso e a Retalho (17.4%), Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados a Empresas (15.2%), Indústria Transformadora (8.5%) e Construção (8.2%).

### Depósitos

Os depósitos cresceram, em termos médios anuais, 35.6% até Maio (13% em 2011). O crescimento dos depósitos foi particularmente notório no que se refere aos depósitos em moeda nacional, que se expandiram em termos médios cerca de 48%.

## ECONOMIA MOÇAMBICANA

### CRESCIMENTO

A informação ainda preliminar relativa ao primeiro trimestre de 2012 aponta para um crescimento de 6.2% face ao período homólogo, desacelerando comparativamente ao ritmo registado nos três meses anteriores (8.9%). Os principais contributos tiveram origem no sector secundário, particularmente dos ramos de Electricidade e Água (+11.2% y/y) e da Construção (+10.5%). O sector primário, que detém um peso determinante na actividade económica registou também um ritmo de crescimento sólido, +5.8%, suportado pela actividade na indústria mineira, +25.4% y/y. Refira-se que em 2011 alguns grandes projectos de investimento no sector mineiro deram início à sua produção e o país exportou carvão pela primeira vez. As projecções do Governo apontam para uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) este ano de 7.5% enquanto o FMI antecipa um crescimento de 6.7%.

Nos próximos anos, a economia deverá manter taxas de expansão em torno de 7%, pois o esforço de investimento vai perdurar dado o défice de infra-estruturas prevalecente. De facto, mesmo os projectos já implantados, em fase de produção, enfrentam constrangimentos à utilização da capacidade instalada devido a estrangulamentos de transporte, entre outros. A médio prazo, o potencial de expansão será provavelmente superior e as actuais estimativas poderão ser conservadoras. As recentes descobertas de gás natural colocam o país no centro das atenções de grandes empresas internacionais na área de energia pois tudo indica que possua reservas à escala mundial. Caso as actuais estimativas se confirmem, os contornos de desenvolvimento e crescimento económico alterar-se-ão provavelmente num futuro próximo bem como a posição do país no panorama económico internacional.

Considerando o Índice de Preços no Consumidor de Moçambique, a taxa de inflação homóloga decresceu para 1.6% em Julho, comparativamente a 10% registados no período homólogo. Em termos médios anuais, a taxa de inflação situa-se em 5.4%. Para este comportamento de abrandamento acentuado dos preços ao consumidor tem contribuído principalmente a classe de Produtos Alimentares e Bebidas não Alcoólicas, com peso preponderante no cabaz de bens. Esta evolução vai ao encontro do objectivo oficial, pretendendo-se manter a inflação na casa de um dígito.

Dada a forte componente importada da procura interna, os preços praticados ao consumidor estão sujeitos à volatilidade dos preços internacionais (designadamente bens alimentares e energia), bem como ao andamento da taxa de câmbio. Refira-se que o metical (MT) tem registado uma tendência de valorização desde finais de 2010, tendência que se explica quer pelo aumento das taxas de juro como forma de combate à inflação, quer também pelas significativas entradas de Investimento Directo Estrangeiro (IDE): de acordo com o Banco de Moçambique, em 2011 os fluxos anuais de IDE ultrapassaram 2 mil milhões de dólares, comparativamente a valores históricos em torno de 800 milhões de dólares. Embora a orientação da política monetária se tenha alterado desde Agosto de 2011, quando o banco central efectuou o primeiro corte das suas taxas directoras, a tendência de apreciação do metical tem persistido, embora mais contida.

A expectativa de uma pressão contínua proveniente de significativas entradas de IDE e o esforço para controlar a inflação deverão manter a moeda em níveis relativamente fortes. No entanto, as autoridades deverão actuar no sentido da moderação desta tendência por forma a que o valor da moeda não constitua um elemento restritivo ao desenvolvimento da produção doméstica, que tem vindo a perder competitividade para os fornecedores internacionais, nomeadamente da África do Sul.

### SECTOR FINANCEIRO, DEPÓSITOS E CRÉDITO

O sector financeiro tem registado um ritmo de expansão significativo e o nível de intermediação financeira tem vindo a aprofundar-se de uma forma geral. Os custos de financiamento ainda permanecem relativamente elevados, mas o *spread* entre as taxas de juro praticadas em operações de crédito e de depósitos tem vindo a declinar: 15% em 2006 para cerca de 11.5% em 2011.

O crédito à economia desacelerou nos primeiros seis meses de 2012. Segundo informação do Banco Central de Moçambique, este agregado cresceu, em média 7.3% no período de Janeiro a Junho, face ao período homólogo, contrastando com uma expansão de 12.9% em 2011.

Em contrapartida, os depósitos no sistema bancário aumentaram 13.9% nos primeiros seis meses do ano em termos médios, superando o crescimento registado no ano de 2011, de 10.6% em termos médios. Este comportamento ficou sobretudo a dever-se à evolução dos depósitos em meticais, quer à ordem quer a prazo.

# Banca Comercial doméstica

## BANCA DE PARTICULARES, EMPRESÁRIOS E NEGÓCIOS

No final do primeiro semestre de 2012, a Banca de Particulares, Empresários e Negócios tinha 1 580.4 mil contas de Clientes, mais 2.8 % que em Junho de 2011, sendo responsável por uma carteira de Recursos de Clientes de 21 113.4 M.€ e por uma carteira de Crédito e Garantias de 14 929.6 M.€. Durante o semestre foram abertas 68 mil novas contas, em linha com o observado no período homólogo de 2011.

### RECURSOS DE CLIENTES

Em 30 de Junho de 2012, os recursos dos Clientes da Banca de Particulares, Empresários e Negócios ascendiam a 21 113.4 M.€, reflectindo um decréscimo de 5.6% face a Junho de 2011.

Em paralelo, a Banca de Particulares, Empresários e Negócios colocou junto de Clientes um montante de 445 M.€<sup>1</sup> de obrigações de empresas nacionais, nas quatro emissões realizadas desde Dezembro de 2011 até ao final de Junho.

1) Valor em carteira detido por Clientes no final de Junho 2012.

### Recursos de Clientes na Banca de Particulares, Empresários e Negócios<sup>1</sup>

Valores em M.€

	30 Jun.11	31 Dez.11	30 Jun.12	Δ% Jun.11 / Jun.12
Depósitos à ordem	3 652.6	3 506.1	3 470.4	(5.0%)
Depósitos a prazo	10 277.9	11 077.3	11 457.1	11.5%
Obrigações e produtos estruturados <sup>2</sup> colocados em Clientes	3 376.4	2 814.3	1 951.0	(42.2%)
PPR <sup>3</sup>	1 192.1	1 191.9	1 122.0	(5.9%)
Seguros de capitalização <sup>4</sup>	1 847.5	1 638.3	1 421.8	(23.0%)
<b>Recursos com registo no balanço</b>	<b>20 346.4</b>	<b>20 227.8</b>	<b>19 422.4</b>	<b>(4.5%)</b>
Fundos de investimento <sup>4</sup>	1 199.1	948.2	1 022.8	(14.7%)
PPR <sup>5</sup>	816.8	715.5	668.1	(18.2%)
<b>Recursos com registo fora do balanço</b>	<b>2 015.9</b>	<b>1 663.8</b>	<b>1 691.0</b>	<b>(16.1%)</b>
<b>Recursos totais de Clientes</b>	<b>22 362.3</b>	<b>21 891.6</b>	<b>21 113.4</b>	<b>(5.6%)</b>
Por memória:				
Carteira de obrigações de empresas detida por Clientes	-	51.6	445.2	

Os recursos de Clientes com registo no balanço diminuíram 924.1 M.€ relativamente a Junho de 2011 (-4.5%) devido principalmente a vencimentos em montante elevado de Obrigações BPI que não foram compensados por novas emissões, sendo que uma parte destes recursos foram realocados a depósitos a prazo, e à redução da carteira de seguros de capitalização.

Os Depósitos a Prazo aumentaram 11.5% (+1 179.2 M.€) relativamente a Junho de 2011, embora o crescimento tenha sido menos pronunciado a partir de Dezembro de 2011. Em 2012 é de sublinhar a evolução positiva dos Depósitos Especiais com prazo superior a 1 ano, e dos

Depósitos Valor, que atribuem uma taxa de juro superior em função do grau de envolvimento do Cliente.

Os seguros de capitalização (excluindo PPR) registaram uma redução de 425.7 M.€ face a Junho de 2011 (-23.0%), justificada pela subida das taxas de juro dos produtos alternativos de poupança que se mostram mais atractivos para os Clientes.

A carteira dos planos de poupança reforma, sob a forma de seguros de capitalização e sob a forma de fundos de investimento, registou um decréscimo de 10.9% (-218.7 M.€) em relação a Junho de 2011, influenciada

1) Não inclui carteiras de títulos.

2) Obrigações de capital seguro e risco limitado.

3) PPR sob a forma de seguros de capitalização.

4) Exclui PPR.

5) PPR sob a forma de fundos de investimento.

pela redução dos benefícios fiscais associados a estes produtos.

Os recursos fora do balanço diminuíram em 16% em termos homólogos. Refira-se, todavia, que relativamente a Dezembro de 2011 os recursos fora de balanço registam um ligeiro aumento de 27.2 M.€, assente na evolução positiva dos fundos de investimento. Destaque para o contributo dos Fundos de Tesouraria e Taxa Indexada e dos Fundos Especiais de Investimento, destacando-se o reforço do BPI Monetário, um Fundo Especial de Investimento que investe essencialmente em depósitos a prazo, e a colocação do Fundo Especial de Investimento Fechado BPI Obrigações Portuguesas, com um prazo aproximado de 2 anos e 4 meses.

Destacam-se as seguintes campanhas de produtos de recursos efectuadas no semestre:

- Campanha “Devagar se vai longe” destinada à divulgação das Soluções de Poupança BPI, com o objectivo de reforçar e promover a poupança através da dinamização das contas poupança e de planos de entregas periódicos.
- Campanha “Soluções de Poupança Júnior” focalizada em promover o planeamento da poupança continuada e a captação de novas Contas Júnior, através da sensibilização dos Clientes BPI para a importância da constituição de uma poupança infantil.

## OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS PORTUGUESAS COLOCADAS PELO BANCO

O BPI tem desempenhado um papel relevante na montagem e colocação junto de Clientes de obrigações emitidas por grandes empresas nacionais.

No final de Junho de 2012, os Clientes da Banca de Particulares Empresários e Negócios detinham uma carteira de obrigações que ascendia a 445 M.€, sendo de sublinhar que, nas três emissões que decorreram no primeiro semestre de 2012, o montante colocado pelo BPI representa mais de 50% do total emitido.

### Banca de Particulares, Empresários e Negócios

Carteira de obrigações colocadas

Valores em M.€

	31 Dez.11	30 Jun.12
Obrigações EDP-Energias de Portugal – 6% – 07.12.2014	51.6	52.2
Obrigações Semapa – 6.85% – 30.03.2015	-	134.3
Obrigações EDP-Energias de Portugal – 6% – 04.05.2015	-	132.1
Obrigações ZON Multimédia – 6.85% – 19.06.2015	-	126.5
<b>Total carteira obrigações colocadas</b>	<b>51.6</b>	<b>445.2</b>

## CRÉDITO A CLIENTES

Em Junho de 2012 a carteira de crédito e garantias a Clientes particulares, empresários e negócios atingia os 14 929.6 M.€, a que correspondeu uma redução de 938.3 M.€ (-5.9%) face a Junho 2011. Neste período, o

crédito a particulares diminuiu 497.8 M.€ (-3.7%) e o crédito vocacionado para empresários e negócios decresceu 410.8 M.€ (-19.1%).

### Crédito e garantias a Clientes na Banca de Particulares, Empresários e Negócios

Valores em M.€

	30 Jun.11	31 Dez.11	30 Jun.12	Δ% Jun.11/ Jun.12
Crédito a particulares				
Crédito hipotecário <sup>1,2</sup>	12 305.5	12 116.7	11 936.4	(3.0%)
Crédito pessoal <sup>3</sup>	759.6	744.6	722.4	(4.9%)
Cartões de crédito <sup>4</sup>	172.9	174.9	158.9	(8.1%)
Financiamento automóvel <sup>5</sup>	303.4	267.2	225.7	(25.6%)
<b>Crédito a particulares</b>	<b>13 541.3</b>	<b>13 303.4</b>	<b>13 043.5</b>	<b>(3.7%)</b>
Crédito a empresários e negócios				
Crédito comercial <sup>6</sup>	1 616.0	1 452.5	1 292.7	(20.0%)
Leasing mobiliário <sup>5</sup>	98.5	83.9	68.6	(30.4%)
Leasing imobiliário <sup>5</sup>	421.2	393.2	364.2	(13.5%)
Factoring <sup>5</sup>	9.6	10.6	9.0	(5.7%)
<b>Crédito a empresários e negócios</b>	<b>2 145.2</b>	<b>1 940.2</b>	<b>1 734.5</b>	<b>(19.1%)</b>
<b>Total da carteira de Crédito</b>	<b>15 686.6</b>	<b>15 243.6</b>	<b>14 778.0</b>	<b>(5.8%)</b>
Garantias e avals	181.4	166.6	151.7	(16.4%)
<b>Total</b>	<b>15 867.9</b>	<b>15 410.2</b>	<b>14 929.6</b>	<b>(5.9%)</b>

1) Crédito com garantia sobre imóveis. Corresponde principalmente a crédito à habitação e a crédito para obras.

2) Em Jun.11 e Dez.11 inclui 789.4 M.€ e 762.2 M.€ de operações de titularização desconhecidas, respectivamente. Em Fevereiro de 2012, na sequência de recompra de 35% das equity pieces das emissões de titularização de crédito hipotecário, o banco passou a reconhecer no balanço a totalidades dos saldos de crédito associados aquelas operações.

3) Inclui crédito ao consumo e linha de crédito para privatizações.

4) Inclui os montantes de crédito outstanding de não Clientes.

5) Montantes de financiamento automóvel, leasing, factoring com e sem recurso e confirming, originados pela Banca de Particulares, Empresários e Negócios.

6) Inclui descobertos, créditos em conta corrente, desconto de letras e outros créditos que integram a oferta de produtos de crédito orientada principalmente para empresários em nome individual e pequenos negócios.

### Crédito hipotecário, crédito pessoal e financiamento automóvel

A carteira de crédito hipotecário do BPI diminuiu 3.0% em termos homólogos, para 11 936.4 M.€. Esta redução reflecte a retracção da procura a par com o reforço da exigência dos critérios de avaliação de risco e a revisão de spreads para os novos créditos, ajustando-os ao aumento dos custos de financiamento bancário no mercado português.

As carteiras de crédito pessoal e de financiamento automóvel ascendiam, em Junho de 2012, a 722.4 M.€ e 225.7 M.€, respectivamente, reflectindo reduções, face ao mês homólogo de 2011, de -4.9% e -25.6%,

respectivamente. Esta evolução é explicada principalmente pela redução da procura, a que acresce uma política de crédito mais restritiva no crédito pessoal e o aumento dos spreads no financiamento automóvel.

### Crédito comercial, leasing e factoring

A carteira de crédito comercial, leasing e factoring destinada essencialmente a empresários em nome individual e pequenos negócios, registou um decréscimo de 410.8 M.€ (-19.1%) face a Junho de 2011.

Apesar desta evolução, durante o primeiro semestre de 2012 o BPI manteve uma actuação activa nas Linhas de Crédito PME Investe VI - 2ª fase e PME Crescimento, o

que lhe permitiu alcançar uma posição de liderança com uma quota de 20% no cômputo geral das linhas de crédito PME Investe/Crescimento. A rede de particulares, empresários e negócios contribuiu com a contratação de 1 060 operações no valor de 37 M.€ (de um total de 1 142 operações contratadas pelo Banco).

O BPI detém igualmente a liderança como banco de apoio à atribuição do Estatuto PME Líder. Em Março, o banco iniciou o processo de renovação do estatuto às empresas que o obtiveram em 2011, bem como a selecção de outras empresas que reúnam condições de adesão.

No primeiro semestre de 2012 destacam-se, ainda, as seguintes iniciativas lançadas pelo BPI:

- Com o objectivo de apoiar o segmento das "empresas exportadoras", em Janeiro foi disponibilizada a oferta "BPI Exportação Segura", que agrega um conjunto de soluções de comércio internacional, nomeadamente o seguro de créditos para operações de exportação. Este seguro, lançado em parceria com a COSEC, permite apoiar exportações individuais e específicas com cobertura de risco de cobrança factura a factura.
- Duas novas Linhas de Crédito - a Linha BPI Empresas 2012 e a Linha BPI Negócio 2012, no valor global de 1 500 milhões de euros, com o objectivo de incrementar o financiamento às empresas.

#### Cartões de débito e de crédito

O número de cartões de débito colocados junto de clientes aumentou 1.7% em relação a Junho de 2011, para 1 091 mil cartões, enquanto a facturação acumulada no primeiro semestre de 2012 registou uma redução homóloga de 0.8%.

No final de Junho, o Banco BPI detinha em carteira 555.6 mil cartões de crédito, -0.9% relativamente a Junho de 2011. A facturação acumulada diminuiu 5.9%, em termos homólogos, o que se explica essencialmente pelo fim de algumas parcerias Private Label. O montante de crédito *outstanding* decresceu 8.1%, ascendendo a 158.9 M.€ no final de Junho de 2012.

#### Cartões de débito e de crédito

##### Principais indicadores

	30 Jun.11	31 Dez.11	30 Jun.12	Δ% Jun.11/ Jun.12
<b>Cartões de débito</b>				
N.º de cartões no final do ano (x mil)	1.072.2	1.089.7	1.091.0	1.7%
Facturação (M.€)	2.763.4	5.788.0	2.742.2	(0.8%)
<b>Cartões de crédito</b>				
N.º de cartões no final do ano (x mil)	560.4	560.8	555.6	(0.9%)
Facturação (M.€)	507.3	1025.1	477.2	(5.9%)
Saldo da carteira (M.€) <sup>1</sup>	172.9	174.9	158.9	(8.1%)

#### Contas ordenado

O número de contas ordenado com domiciliação automática de ordenado atingiu os 318.4 mil em Junho 2012, reflectindo um aumento de 8.6% relativamente ao mês homólogo e mantendo a tendência de crescimento dos últimos anos. O Banco tem prosseguido uma estratégia de captação de contas ordenado através do lançamento de campanhas com oferta de 10% do valor domiciliado em produtos de poupança BPI e, durante 2012, foi dada a possibilidade de escolher, para além do PPR, a Conta Poupança BPI ou a ABCConta BPI.

#### Seguros de venda isolada

No âmbito da parceria com a Allianz Portugal, o Banco BPI dispõe de uma oferta diversificada de seguros de venda isolada vocacionada para os segmentos de Clientes particulares e para pequenas empresas, empresários em nome individual e profissionais liberais.

Durante o primeiro semestre de 2012, manteve-se o enfoque da venda de seguros empresariais, através da implementação de diferentes acções comerciais, nomeadamente a realização de uma acção de dinamização dirigida ao segmento de pequenas empresas, empresários em nome individual e profissionais liberais. Como consequência desta acção, a carteira de seguros empresariais registou um crescimento de 66% face a Junho 2011.

Em termos globais, considerando todos os seguros de venda autónoma, a carteira atingiu os 235 mil seguros em

1) Outstanding de clientes da Banca de Particulares, Empresários e Negócios e de não Clientes.

Junho de 2012, correspondendo a um crescimento de 25% face ao mês homólogo.

#### Seguros de venda isolada

Principais indicadores	Valores em milhares			Δ%
	30 Jun. 11	31 Dez. 11	30 Jun. 12	
Particulares	180.5	204.4	221.5	22.7%
Empresas	8.3	11.1	13.7	66.0%
<b>Total</b>	<b>188.7</b>	<b>215.5</b>	<b>235.2</b>	<b>24.6%</b>

#### Qualidade

O BPI ficou em primeiro lugar na Satisfação dos Clientes, de entre os Bancos estudados individualmente, de acordo com o ECSI Portugal 2011 – Índice Nacional de Satisfação do Cliente. Este índice, baseado numa

metodologia europeia comum, permite avaliar a qualidade dos bens e serviços disponíveis no mercado nacional, em vários sectores de actividades, com base em 8 dimensões: imagem, expectativas dos Clientes, qualidade apercebida, valor apercebido (relação preço/qualidade), satisfação, reclamações, confiança e lealdade.

O ECSI Portugal é um estudo independente, desenvolvido anualmente pelo IPQ (Instituto Português da Qualidade), pela APQ (Associação Portuguesa para a Qualidade) e pelo ISEGI-UNL (Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação – Universidade Nova de Lisboa). Este estudo é realizado com recurso a 250 entrevistas telefónicas a Clientes de cada Banco/Marca estudado, com base numa amostra seleccionada de modo aleatório e extraída da população portuguesa.

## BANCA DE EMPRESAS, BANCA INSTITUCIONAL E PROJECT FINANCE

Em Junho de 2012 a carteira de crédito a clientes da Banca de Empresas, do Sector Público e do Project Finance atingiu 11 244.2 M.€ o que representa uma redução de 7.7% face a Junho de 2011.

Os recursos registaram um aumento de 358.4 milhões, o que representa um crescimento de 19.5%.

### Crédito e Recursos

Valores em M.€

	Jun. 11	Dez. 11	Jun. 12	Jun. 11 / Jun. 12	
				Δ M.€	Δ%
<b>Crédito a clientes</b>					
Empresas	6 049.2	5 907.9	5 667.9	-381.3	(6.3%)
Grandes Empresas	2 769.0	2 782.8	2 763.1	-5.9	(0.2%)
Médias Empresas	3 280.2	3 125.1	2 904.8	-375.4	(11.4%)
Project Finance - Portugal	1 178.2	1 225.3	1 234.8	56.6	4.8%
Sucursal de Madrid	2 294.3	1 972.6	1 889.4	-404.9	(17.6%)
Project Finance	815.1	799.1	739.1	-76.0	(9.3%)
Empresas	1 479.2	1 173.5	1 150.3	-328.9	(22.2%)
Sector Público	2 656.0	2 466.5	2 452.1	-203.9	(7.7%)
<b>Total</b>	<b>12 177.7</b>	<b>11 572.3</b>	<b>11 244.2</b>	<b>-933.5</b>	<b>(7.7%)</b>
<b>Recursos<sup>1</sup></b>	<b>1 839.9</b>	<b>2 229.7</b>	<b>2 198.3</b>	<b>358.4</b>	<b>19.5%</b>

1) Inclui depósitos à ordem e a prazo.

No primeiro semestre de 2012 continuou a observar-se um enquadramento macroeconómico e financeiro difícil, com consequências negativas sobre a actividade das empresas, em particular das que actuam apenas no mercado nacional.

Com vista a apoiar as PME o BPI criou linhas de crédito específicas para o financiamento de médias e grandes empresas e pequenos negócios, com condições muito favoráveis face às condições gerais do mercado: Linha BPI Empresas 2012, no valor de 1 000 M.€ para Médias e Grandes Empresas e Linha BPI Negócios 2012, no valor de 500 M.€ para Micro, Pequenas e Médias. Num contexto em que as empresas enfrentam dificuldades acrescidas no acesso ao crédito, estas linhas permitem facilitar o financiamento das empresas e dos seus projectos de investimento. O BPI tem vindo a promover activamente as linhas, existindo um forte interesse pelas mesmas por parte das empresas.

O Banco manteve a sua política de apoio às PME portuguesas, continuando a ter uma posição de destaque em todos os programas dirigidos às PME protocolados com o Governo: PME Investe, PME Líder e PME Excelência, Garantia Mútua.

O BPI prosseguiu a sua política de apoio ao segmento de empresas exportadoras, através de estruturas especializadas, nomeadamente para o mercado angolano, o Gabinete para África, e para o mercado ibérico, o Gabinete de Empresas Espanholas, e disponibilizando ofertas específicas de produtos e serviços para mercados prioritários: “Soluções Ibéricas para Empresas”, “Soluções Angola-Empresas”, “Soluções Moçambique-Empresas” e “Linha Brasil Express”.

Para reforçar o apoio à actividade internacional das empresas portuguesas, o Banco criou, no final de 2011, o BPI Exportação Segura, uma oferta generalista para empresas exportadoras, com características inovadoras, nomeadamente um pacote de produtos que agrega soluções de apoio à exportação, de financiamento e de cobertura de risco, este último em parceria com a Cosec.

O Banco manteve uma actuação de proximidade ao cliente, assegurando uma elevada qualidade de serviço prestado e uma adequada e rigorosa gestão do risco de crédito.

## GRANDES EMPRESAS E MÉDIAS EMPRESAS

A carteira de crédito a Grandes Empresas e Médias Empresas atingiu 5 667.9 M.€, o que significa uma redução de 6.3% face a Junho de 2011. Esta redução decorreu, essencialmente, da evolução no segmento de Médias Empresas, que registou uma diminuição de 11.4%, devido à quebra no investimento, à redução da actividade das empresas vocacionadas para o mercado interno, e ao risco de mercado.

No segmento Grandes Empresas observou-se estabilidade no montante da carteira de crédito face ao observado no período homólogo.

Em complemento à actividade de concessão directa de crédito a Grandes Empresas, o BPI tem estado particularmente empenhado na montagem e colocação junto dos seus clientes, de obrigações emitidas por grandes empresas nacionais, instrumento esse que se constitui, cada vez mais, como uma forma relevante de financiamento das mesmas. De facto, o BPI é o único banco que participou em todas as sete ofertas públicas de subscrição de obrigações, realizadas entre Dezembro de 2011 e Julho de 2012, tendo o BPI, do total de 1 775 M.€ emitidos, sido responsável pela colocação de 922 M.€, isto é 52% do total. Especificamente durante o primeiro semestre de 2012, realizaram-se 3 das 7 ofertas referidas, que permitiram a emissão de obrigações no valor de 750 M.€, dos quais 448 M.€ (i.e. 60%) subscritos por clientes do BPI.

Os resultados atingidos são claramente demonstrativos do compromisso do Banco para com as empresas e para com os seus clientes particulares, tendo em vista a oferta, em cada momento, dos produtos que melhor se adequam às suas necessidades.

No segmento de Médias Empresas as condições macroeconómicas têm condicionado a actividades das empresas observando-se uma redução da actividade, forte retracção do investimento e menor procura de crédito.

O BPI continuou a assegurar às Médias Empresas o acesso a financiamento em condições especiais através das linhas PME Investe. O Banco é líder nas Linhas PME Investe / Crescimento, com mais de 1 750 M.€ de operações enquadradas, representando uma quota de mercado de 20%, a que correspondem mais de 17 400 operações. No que se refere aos estatutos PME Líder e PME Excelência, o Banco tem vindo a assumir uma posição de liderança sustentada. Cerca de 36% das PME Líder

aderiram, em 2011, a este estatuto através do BPI, das quais 65% são Clientes BPI. Cerca de 45% das PME Excelência aderiram ao estatuto pelo BPI, das quais 67% são clientes BPI.

## PROJECT FINANCE

O segmento de Project Finance evidenciava, no final de Junho de 2012, um montante de responsabilidades em crédito de 1 974 M.€, traduzindo um decréscimo de 1.0% relativamente ao mês homólogo de 2011. Esta variação resultou do efeito conjugado de um acréscimo de cerca de 5% no saldo dos financiamentos domésticos, por força dos desembolsos de operações já em carteira, com uma redução, na ordem dos 9%, verificada no portfolio de projectos domiciliado na Sucursal de Madrid, envolvendo operações no mercado internacional.

O Banco tem procurado manter a aposta nos serviços de assessoria financeira em operações de Project Finance e PPP, dando continuidade ao seu papel de consultor financeiro permanente em diversos projectos, em particular nos sectores das infra-estruturas e transportes, envolvendo quer entidades privadas, quer a administração central e local. Ao nível dos países de expressão portuguesa, em especial Angola, Moçambique e Cabo Verde, as actividades neste segmento de negócio passaram a ser asseguradas pela recém-criada (Dezembro de 2011) Direcção de Serviços Financeiros Moçambique e por uma Sociedade de Serviços Financeiros de direito moçambicano, baseada em Maputo.

## SUCURSAL DE MADRID

A carteira de crédito sediada na Sucursal de Madrid, no montante de 1 889 M.€ em Junho de 2012, registou uma redução de 17.6% face a Junho de 2011. Esta evolução deve-se, em grande parte, a vencimentos de empréstimos sindicados concedidos a empresas espanholas domiciliados na Sucursal de Madrid.

## SECTOR PÚBLICO

A Direcção de Banca Institucional e Sector Empresarial do Estado acompanha os Clientes institucionais, empresas públicas e outras empresas detidas por entidades do sector público.

O crédito a clientes da Direcção de Banca Institucional e Sector Público Empresarial, atingiu 2 452.1 M.€ no final de Junho de 2012, o que representa um decréscimo de 7.7% em termos homólogos.

# Banca-seguros

O BPI dispõe, na área dos seguros, de uma parceria estratégica com o líder mundial do sector, o grupo alemão Allianz. Esta associação encontra-se firmada numa participação do BPI no capital da Allianz Portugal (35%) e num acordo de distribuição de seguros através da rede comercial do Banco.

Os Clientes do BPI dispõem, assim, de uma extensa oferta de seguros. Esta oferta inclui tanto o ramo vida-risco – que abrange os seguros de morte e invalidez – como os ramos reais – que compreendem os seguros automóveis e os seguros multirriscos: habitação, incêndio, obras e montagens, responsabilidade civil, roubo, acidentes pessoais, desemprego e doença.

O desempenho no 1.º semestre de 2012 da banca-seguros reflecte-se nos indicadores de proveitos seguintes:

- o valor das comissões atingiu 18.9 M.€;
- os prémios de seguros de vida-risco e de não-vida atingiram, respectivamente, 37.1 M.€ e 30.5 M.€, o que corresponde a um crescimento de 2.1% em vida-risco e de 5.1% em não-vida.
- o número de seguros, no final do 1.º semestre de 2012, era de 470 mil seguros activos no ramo vida-risco e 445 mil seguros activos no ramo não-vida.

## Gestão de activos

O volume de activos financeiros sob gestão era de 7 392 M.€ no final do 1.º semestre 2012, o que representa um decréscimo de 26.3% relativamente ao período homólogo de 2011. Esta diminuição, no valor de 2 640 M€, é fortemente influenciada pela transferência para o Estado Português de activos no valor de 1 373 M.€, relativos aos fundos de pensões do sector bancário, decorrente da transferência parcial das responsabilidades

com pensões de reformados e pensionistas para a Segurança Social.

Com excepção dos activos de Clientes, a redução dos activos sob gestão verificou-se em todos os restantes segmentos, tendência que se verificou igualmente nos respectivos mercados de actuação.

### Activos sob gestão

Valores em M.€

	30 Jun. 11	31 Dez. 11	30 Jun. 12	Δ% Jun. 11 / Jun. 12
Fundos de investimento mobiliário	2 374	1 912	1 917	(19%)
Fundos de investimento imobiliário	206	200	196	(5%)
Fundos de Pensões	3 260	1 565	1 736	(47%) <sup>1</sup>
Seguros de Capitalização	3 744	3 405	3 052	(19%)
Clientes	448	494	492	10%
<b>Total</b>	<b>10 032</b>	<b>7 576</b>	<b>7 392</b>	<b>(26%)<sup>2</sup></b>

1) (5%) não considerando as transferências para o Estado relativas aos Fundos de Pensões

2) (13%) não considerando as transferências para o Estado relativas aos Fundos de Pensões

## FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

Os fundos de investimento mobiliário (FIM) sob gestão totalizavam 1 917 M.€ no final do 1.º semestre de 2012. No final de Junho de 2012, a BPI Gestão de Activos

ocupava a terceira posição na gestão de fundos de investimento mobiliário, com uma quota de mercado de 16.2% (17.5% em Junho de 2011).

### Activos sob gestão

Valores em M.€

	30 Jun. 11	31 Dez. 11	30 Jun. 12	Δ% Jun. 11 / Jun. 12
Obrigações e tesouraria	489	391	538	10%
Valorização (acções)	551	416	376	(32%)
Eficiência fiscal (PPR/E e PPA)	871	761	713	(18%)
Diversificação	464	344	290	(38%)
<b>Total</b>	<b>2 374</b>	<b>1 912</b>	<b>1 917</b>	<b>(19%)</b>

A diminuição do valor das carteiras dos produtos de eficiência fiscal, que foram penalizados por importantes movimentos de resgate de PPR em todo o período, foi uma tendência comum a todo o mercado. Em sentido contrário, é de destacar a evolução do segmento “Obrigações e Tesouraria”. No BPI, salienta-se o crescimento de 86%, entre Junho de 2011 e Junho de 2012, do FEI BPI Monetário Curto Prazo que atingiu nesta data um total de 212 M.€ sob gestão.

As elevadas remunerações esperadas que têm sido possíveis de encontrar nos mercados de dívida, decorrentes dos preços deprimidos, provocaram um crescimento da procura por estes títulos, tendência que foi acompanhada pela oferta da BPI Gestão de Activos. No decorrer do 1.º semestre, a BPI Gestão de Activos procedeu ao lançamento de dois novos produtos – FEI BPI Obrigações Portuguesas I e FEI BPI Obrigações Portuguesas II – dirigidos a clientes de Centros de Investimento e *Private Banking* do BPI. Estes dois fundos têm como principal finalidade o investimento em obrigações de empresas portuguesas que apresentam uma elevada rentabilidade esperada.

### Reconhecimento da BPI Gestão de Activos em 2011

A BPI Gestão de Activos foi distinguida com 3 importantes prémios na edição de 2012 dos Prémios Morningstar – Diário Económico para os melhores Fundos de Investimento, nas seguintes categorias:

- Melhor Sociedade Gestora Nacional do Ano
- Melhor Sociedade Gestora Nacional de Acções (prémio recebido pelo 4.º ano consecutivo)
- Melhor Fundo Nacional de Acções Portugal

### SEGUROS DE CAPITALIZAÇÃO

A 30 de Junho de 2012 a produção acumulada de seguros de capitalização da BPI Vida e Pensões era de 128 M.€, o que corresponde a uma diminuição de 39.5% face ao 1º semestre de 2011.

O volume de activos sob gestão situou-se, a 30 de Junho de 2012, em 3 052 M.€, evidenciando um decréscimo de 18.5% relativamente ao 1.º semestre do ano passado. Esta percentagem compara com a redução de 14.6% registada no mercado português no mesmo período.

### FUNDOS DE PENSÕES

Em 30 de Junho de 2012 a BPI Vida e Pensões geria 1 736 M.€, relativos a 126 planos de pensões empresariais, dos quais 73 do tipo Contribuição Definida, 43 do tipo Benefício Definido e 10 planos mistos. Face ao final do ano anterior, verificou-se uma extinção e uma transferência de planos de contribuição definida, tendo-se obtido dois novos mandatos: um plano de benefício definido e um plano misto.

# Banca de Investimento

## CORPORATE FINANCE

A actividade de Fusões e Aquisições em Portugal continuou a ser fortemente afectada pelo contexto de crise económica e financeira, o qual tende por um lado a condicionar a percepção de risco dos potenciais investidores e consequentemente as suas decisões de investimento em activos Portugueses, e por outro a limitar a capacidade de financiar potenciais operações. Adicionalmente, observa-se ainda frequentemente um diferencial significativo na perspectiva de valor entre compradores e vendedores, dificultando a concretização de operações.

Não obstante este contexto adverso e a manutenção do número de operações de Fusões e Aquisições domésticas em níveis muito baixos, o BPI Corporate Finance tem conseguido estar envolvido nas principais operações realizadas em Portugal, assim como num conjunto de outras operações de média dimensão. A natureza destas operações tem-se caracterizado essencialmente por (i) privatizações, (ii) alienação de empresas ou activos com objectivos de desalavancagem ou (iii) investimentos de empresas portuguesas em activos internacionais para reduzir a exposição ao mercado Português.

A Direcção de Corporate Finance do BPI foi seleccionada para prestar serviços de assessoria em algumas operações de grande relevo, nomeadamente a assessoria ao Conselho de Administração da Brisa na OPA lançada pela Tagus, e a estruturação e montagem da emissão de Obrigações Contingente pela Sonae.

Adicionalmente, o BPI assessorou um alargado conjunto de entidades nacionais, incluindo seus clientes tradicionais e novos clientes, na tomada de decisões de investimento, reestruturação e financiamento.

Entre as assessorias em que o BPI esteve envolvido durante o primeiro semestre de 2012, referem-se as seguintes (i) à Porto Editora na tomada de uma decisão de investimento; (ii) à Ascendum na avaliação de uma oportunidade de investimento; (iii) à MCH na avaliação da Talgo; (iv) à ProCME/Tecneira na análise de opções estratégicas para alguns dos seus activos nacionais e internacionais; (v) à Prisa na análise de opções estratégicas para alguns activos; (vi) ao Hospital Particular de Viana do Castelo na avaliação de um potencial alvo de

aquisição; e (vii) a uma empresa de retalho de vestuário na busca de soluções de consolidação no sector.

Assinale-se ainda a assessoria prestada pelo BPI à Partex na avaliação dos seus activos petrolíferos.

**Brisa** – Assessoria ao Conselho de Administração na OPA da Tagus.

**Sonae** – Assessoria na estruturação e montagem de programa de emissão de Obrigações.

**Porto Editora** – Assessoria na tomada de decisão de investimento.

**Ascendum** – Assessoria na análise de oportunidade de investimento internacional.

**Partex** – Assessoria na determinação do fair value de interesses petrolíferos.

**ProCME/Tecneira** – Assessoria na análise de opções estratégicas para alguns dos seus activos nacionais e internacionais.

**Prisa** – Opções estratégicas para alguns activos.

**MCH** – Exercício valorativo para a Talgo.

## UNIDADE DE BUSINESS DEVELOPMENT

### Missão

A Unidade de Business Development (UBD) tem como missão:

- prestar serviços de assessoria financeira e de banca de investimento a entidades Angolanas, sejam entidades governamentais, empresariais, públicas ou privadas, com vista ao desenvolvimento económico de Angola e do seu mercado financeiro;
- apoiar e incentivar o investimento estrangeiro para Angola, através da oferta, de modo proactivo, de uma gama alargada de serviços de assessoria às empresas que queiram operar e crescer em Angola;
- apoiar o BFA na montagem de operações de maior dimensão e complexidade.

A unidade actua em articulação com a equipa do BFA, reforçando significativamente o posicionamento do BPI com o parceiro financeiro de referência das empresas que operam em Angola.

A actuação da UBD assenta num esforço contínuo de identificação de oportunidades de investimento em Angola, em particular nos sectores com maior potencial de desenvolvimento e promoção destas dentro e fora do território angolano, de forma a identificar os *players* que reúnam as melhores condições para as concretizar.

Ao longo dos últimos anos, a equipa da UBD desenvolveu um intenso esforço de marketing institucional da "A oportunidade Angolana" em diferentes geografias de que resultou o apoio ao investimento em Angola por parte de empresas internacionais, de sectores como a agricultura e pescas, alimentação, bebidas, indústria transformadora, infra-estruturas, etc.

### 1.º semestre de 2012

No 1.º semestre de 2012 a UBD continuou a desenvolver uma intensa actividade comercial, tendo sido realizados cerca de 250 contactos directos ou reuniões com potenciais investidores.

Durante o período, a UBD angariou um número muito apreciável de mandatos de prestação de serviços de assessoria financeira e em paralelo esteve envolvida na execução de mandatos obtidos.

### ACÇÕES

#### Mercado secundário

No primeiro semestre de 2012, o BPI intermediou um volume de negociação em acções de 3.1 m.M.€ e gerou comissões de corretagem líquidas de 3.7 M.€.

#### Mercado primário

No início do segundo semestre 2012 o BPI participou como "Underwriter" na emissão de acções de 125 M.€ da Pescanova, entidade cotada no mercado espanhol.

#### Research e vendas

Durante o primeiro semestre de 2012 o BPI continuou a destacar-se nas áreas de Equity Research pela qualidade de serviço, consistência e amplo universo de cobertura. Nesse mesmo período, o BPI Equity Research expandiu o seu universo para 120 empresas, das quais 104 empresas ibéricas (74 empresas em Espanha e 30 em Portugal), 13 francesas e uma dinamarquesa. No âmbito do projecto de corretagem em França, o BPI iniciou a cobertura de mais 11 empresas nesse mercado no primeiro semestre de 2012.

No 1.º semestre de 2012, o BPI Equity Research elaborou 358 relatórios sobre empresas Ibéricas (excluindo notas diárias). O "*Iberian Small & Mid Caps Guide*" e o "*Iberian Strategist*" assumem-se hoje como publicações de grande notoriedade na comunidade de investidores institucionais especializados neste tipo de empresas.

O BPI continuou a organizar vários eventos com o objectivo de aproximar as empresas e a comunidade de investidores institucionais. Durante o primeiro semestre de 2012 destaca-se a organização, em conjunto com a BME, do "Spanish Small & Midcaps Conference" em Nova York, um evento que contou com a presença de 11 empresas de pequena e média capitalização cotadas na Bolsa de Madrid.

A equipa de vendas institucionais continuou a fortalecer o seu "franchise" junto dos principais investidores institucionais que actuam no mercado ibérico e conta actualmente com clientes em 18 países. Tal como em anos anteriores, ficou bem colocada nos rankings mais considerados pela indústria, tendo ficado no Top 3 na categoria de Iberian Sales elaborado pela Thomson Extel, bem como na categoria Trading & Execution na Ibéria. Durante a primeira metade de 2012, o BPI realizou 60 roadshows com empresas e analistas e 7 reverse roadshows (visitas de investidores institucionais a Portugal e Espanha).

#### Corretagem online

No primeiro semestre de 2012 o Grupo BPI foi líder de mercado na corretagem online para investidores particulares com uma quota de mercado agregada de 22.8%, tendo intermediado 951 M.€. O BPI disponibiliza dois serviços que permitem o acesso ao mercado nacional e a 12 mercados internacionais:

- o BPI NetBolsa, integrado na oferta de serviços de homebanking para os Clientes do Banco BPI, que sendo líder em Portugal na corretagem online há 4 anos, por volume de transacções, voltou a destacar-se no primeiro semestre com uma quota de 21%;
- o BPI Online, canal exclusivo do Banco de Investimento.

#### BPI Capital África

O BPI Capital Africa, filial do BPI na África do Sul, continuou a expandir a sua actividade na corretagem de acções. Durante o primeiro semestre de 2012, aumentou o

seu universo de cobertura de “research” de 6 para 26 acções, incluindo empresas cotadas em várias bolsas da África Subsariana (África do Sul, Gana, Nigéria, Quênia, Ruanda, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe). Por outro lado, o BPI Capital África realizou 6 “roadshows” com analistas e empresas em vários países europeus bem como na África do Sul, ao mesmo tempo que abriu as primeiras contas de investidores institucionais sul-africanos.

### Trading

A actividade de trading do Departamento de Acções encontra-se desde 2010 segregada principalmente no BPI Alternative Fund – Iberian Equities Long/Short do qual o BPI é detentor de cerca de 80% das unidades de participação emitidas.

Da consolidação deste fundo nas contas do Banco BPI adicionado da actividade de arbitragem em acções realizadas directamente no balanço do banco, resultaram no final do primeiro semestre de 2012 lucros em operações financeiras no montante de cerca de 1 M.€. O investimento inicial do BPI no fundo em Janeiro de 2010 foi de 60 M.€

### PRIVATE BANKING

No final de Junho de 2012, os activos sob gestão discricionária e aconselhamento efectivo do BPI Private Banking ascendiam a 2 885 M.€ (-0.2% relativamente a Junho de 2011). A carteira de crédito atingia o montante de 111 M.€, correspondendo a uma diminuição de 23% face ao final de Junho de 2011.

No primeiro semestre de 2012 agravou-se a conjuntura económica particularmente adversa, em resultado da manutenção da crise da dívida soberana da zona euro com evidentes impactos na confiança global e na evolução dos indicadores de actividade em outras zonas do globo.

Perante a perspectiva de um arrefecimento económico global mais acentuado, os mercados continuaram a apresentar-se voláteis e assistiu-se a uma manutenção da tendência de aversão dos agentes económicos ao risco, com impacto natural na actividade de *private banking*. Neste enquadramento, o aconselhamento e a selecção de investimentos assumiu uma maior exigência e complexidade, focando-se a actividade comercial na preservação do património dos Clientes. Deste modo, combinou-se uma atenção contínua à exposição a Activos de maior risco, com a promoção de uma diversificação gradual de parte dos investimentos, de forma a aproveitar oportunidades de investimento em produtos ou mercados específicos.

A angariação de novos Clientes no primeiro semestre de 2012 representou 6% da base inicial dos Clientes.

### Private Banking

#### Principais indicadores

Valores em M.€

		Jun. 11	Jun. 12	Δ%
Gestão discricionária e aconselhamento	1	2 891	2 885	0%
Participações estáveis sob custódia	2	409	346	(15%)
Carteira de crédito	3	143	111	(23%)
<b>Volume de negócio</b>	4	<b>3 443</b>	<b>3 342</b>	<b>(3%)</b>

## PRIVATE EQUITY

A actividade de *private equity* do Grupo é desenvolvida pela BPI Private Equity essencialmente através de investimentos em fundos de capital de risco, e de uma participação de 49% na Inter-Risco, sociedade gestora de fundos de capital de risco. A BPI Private Equity tem ainda uma carteira própria de investimentos que gere directamente.

No final de Junho de 2012, a carteira global de activos da área de *private equity* do Grupo, constituída pela carteira própria e pelas participações em fundos de capital de risco, ascendia a cerca de 73 M.€ em termos de valores de balanço.

As unidades de participação em fundos de capital de risco correspondiam:

- à participação de 51.6% no Fundo Caravela - Fundo de Capital de Risco com um capital de 30 M.€, promovido pelo BPI e gerido pela Inter-Risco. Este fundo encontra-se em fase de desinvestimento;
- à participação de 46% no Fundo Inter-Risco II, lançado em 2010, e que é igualmente gerido pela Inter Risco. Em Dezembro de 2011, concluiu-se o período de captação de fundos, atingindo uma dotação de 81.5 M.€. Para além da participação do BPI como patrocinador, com uma posição de 37.5 M.€, tem como investidores de referência o Fundo Europeu de Investimento e a Fundação Calouste Gulbenkian. O fundo segue uma abordagem sectorial generalista e

direcciona-se para investimentos de *buyout* e *build-up* em empresas Portuguesas de pequena e média dimensão, não cotadas. O período de investimento iniciou-se em 2010 e prolonga-se até 2014. O fundo concretizou até Junho 2012 os seguintes investimentos: Frissul, uma empresa de logística de frio; 32 Senses Group, um projecto de consolidação de clínicas dentárias em Portugal e a One Vet, um projecto na área da medicina veterinária, lançado em 2012;

- à participação de 9% no Fundo PVCi, um fundo de 111 M.€ gerido pelo Fundo Europeu de Investimento, direccionado para investimentos em fundos de *private equity* e *venture capital* em Portugal.

A actual carteira de investimentos sob gestão da área de Private Equity do BPI é a que se segue:

### Investimentos de Private Equity

	% detida	Descrição
<b>Fundos investidos</b>		
Fundo caravela	51.6%	Investimentos de early-stage e capital desenvolvimento em PME portuguesas
Fundo Inter-Risco II	46.0%	Investimentos de expansão e buyout em PME portuguesas
PVCI	9.0%	Investimento em fundos de Private Equity e venture capital em Portugal
<b>Participações<sup>1</sup></b>		
Inter-Risco	49.0%	Sociedade gestora de fundos de capital de risco

1) Inclui participação de 2.1% na Arco Bodegas Unidas (Produção e comercialização de vinhos), de 20.0% na Caravela Gest (Retailo alimentar - Haagen Dazs e de 9.2% na Conduril (Engenharia Civil e Obras Públicas).

# Actividade internacional

## BANCO DE FOMENTO ANGOLA

Em Junho de 2012 os capitais próprios (incluindo interesses minoritários) do Banco de Fomento Angola (BFA) ascendiam a 521 M.€ e os activos atingiram no mesmo período os 5 661 M.€.

No final do primeiro semestre de 2012 o BFA dispunha de uma Rede Comercial composta por 160 Balcões, o que representa um crescimento de 10% face ao período homólogo, que servia um total de 971 mil Clientes (+130 mil Clientes face a Junho de 2011).

## Recursos

Em Junho de 2012, os recursos de Clientes atingiram os 4 912 M.€ (6 181 M.US\$), registando um crescimento de 22% face ao período homólogo em 2011.

O BFA detinha no período em referência uma quota de 15.4% nos depósitos.

## CRÉDITO

A carteira de crédito a Clientes, expressa em euros, registou um aumento de 21% em termos homólogos, atingindo 1 216 M.€. (1 530 M.US\$, correspondendo a um aumento de 6% em dólares americanos). De acordo com as estatísticas do BNA, a quota de mercado do BFA era em Junho de 2012, de 9.3%.

## Carteira de títulos

A carteira de títulos do BFA ascendia em 30 de Junho de 2012 a 1 865 M.€ o que representava 33% do Activo do Banco. A carteira de títulos de curto prazo, constituída por Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central, ascendia a 647 M.€ e a carteira de títulos de médio prazo, constituída por Obrigações do Tesouro, denominadas em Kwanzas e em USD, ascendia a 1 217 M.€.

## Cartões

O BFA continuou, durante o primeiro semestre de 2012, a consolidar a sua posição como principal operador de cartões multicaixa; obtendo uma quota de mercado na ordem dos 23.9%, a que corresponde o primeiro lugar do mercado angolano de cartões de débito.

No mesmo período o BFA atingiu 311 ATM activas, mais 44 face ao período homólogo em 2011. Em Junho de 2012 o BFA detinha a primeira posição do parque de

terminais de pagamento automático (TPA) activos com uma quota de 29.6%.

## Banca Automática

Relativamente a Banca Remota, o BFA SMS tinha no final do primeiro semestre 75.7 mil Clientes. Trata-se de um serviço para particulares, que permite realizar, através da troca de mensagens de texto (SMS), operações como consulta de saldos e movimentos de contas. A nível do homebanking, o BFA registava em Junho de 2012 um total de 273.4 mil utilizadores do BFA NET, dos quais 266.6 mil correspondem ao segmento Particulares e 6.8 mil ao segmento Empresas.

## Banco de Fomento Angola

### Principais indicadores

	Jun. 11	Jun. 12	Δ%
Activo líquido total	4 683.5	5 661.1	20.9%
Crédito líquido a Clientes	1 006.0	1 215.6	20.8%
Recursos de Clientes	4 013.4	4 911.9	22.4%
Situação líquida	424.3	521.4	22.9%
Produto bancário	157.4	150.2	-4.5%
Margem financeira	104.5	94.1	-10.0%
Comissões e outros proveitos operacionais	21.6	23.9	10.5%
Lucros em operações financeiras	31.3	32.3	3.3%
Custos de estrutura	55.4	64.2	15.9%
Custos de estrutura / produto bancário	35%	43%	
Custos com pessoal / produto bancário	17%	20%	
Contributo do BFA para o lucro líquido do Grupo BPI	44.6	36.9	-17.3%
Rendibilidade do activo total médio (ROA)	4.3%	2.9%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	47.4%	32.0%	
N.º de Colaboradores	2 096	2 213	5.6%
N.º de Balcões	146	160	9.6%
N.º de Clientes	841 060	971 316	15.5%
Clientes aderentes BFA NET	163 470	273 361	67.2%
Particulares	157 903	266 585	68.8%
Empresas	5 567	6 776	21.7%
Nº de caixas multicaixa (ATM) activas	267	311	16.5%
Cartões multicaixa (cartões em situação regular)	622 178	611 472	-1.7%
N.º de TPA (activos)	2 238	3 337	49.1%

### BCI – BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS

O activo total ascendeu, no final do primeiro semestre de 2012, a 1 667 M.€, o que representa um crescimento de 51% relativamente a Junho de 2011. Em Junho de 2012, o Banco detinha uma quota de mercado de 27.9% sobre os activos totais do sistema financeiro moçambicano.

#### Depósitos

Os depósitos captados junto de Clientes registaram em Junho de 2012, quando medidos em euros, um crescimento de 47%, atingindo 1 200 M.€. Os depósitos em moeda nacional constituíram a componente mais importante do referido crescimento. No final de Junho de 2012, a quota de mercado de depósitos do BCI situava-se em 28.7%, o que representa um ganho de quota (+1.8 p.p.) face ao valor registado em Junho de 2011.

#### Crédito

A carteira de crédito líquida, avaliada em euros, registou um aumento de 29%, atingindo os 955 M.€. Esta variação positiva foi impulsionada principalmente pelo crescimento do crédito em moeda nacional, o que inverteu a tendência de dominância do crédito em moeda estrangeira.

A quota de mercado do BCI no segmento Crédito situou-se, em Junho de 2012, em 32.1%.

#### Rede de distribuição

O BCI continuou a reforçar a rede física de agências, abrindo 19 novos balcões, 3 Centros BCI Exclusivo nos últimos 12 meses (dos quais 7 foram abertas no 1.º semestre de 2012).

No final de Junho de 2012, o banco dispunha assim de um total de 127 balcões, sendo 117 balcões tradicionais, 6 centros de negócios e 4 centros Exclusivos, e um quadro de pessoal constituído por 1 805 colaboradores.

### Banco Comercial e de Investimentos

Principais indicadores	Valores em M.€		
	30 Jun. 11	30 Jun. 12	Δ%
Activo líquido total	1 104	1 667	51%
Crédito líquido a Clientes	739	955	29%
Depósitos de Clientes	815	1 200	47%
Situação líquida	90	123	37%
Colaboradores (nº)	1 531	1 805	18%
Balcões (nº)	105	127	21%

# Análise financeira

## Principais indicadores

Valores em M.€

	1.º sem.11	1.º sem.12			Δ%
	Consolidado	Actividade doméstica	Actividade internacional	Consolidado	Consolidado
<b>Lucro, eficiência e rentabilidade</b>					
Lucro líquido	79.1	45.2	39.8	85.1	7.5%
Lucro líquido por acção <sup>1</sup>	0.081	0.046	0.041	0.087	7.4%
Produto bancário	603.9	482.6	150.3	632.9	4.8%
Produto bancário por Colaborador <sup>2</sup> (milhares de euros)	65	73	70	72	10.1%
Custos de estrutura / produto bancário <sup>3</sup>	62.6%	70.3%	43.2%	62.5%	
Rentabilidade do activo (ROA)	0.6%	0.2%	2.9%	0.6%	
Rentabilidade dos capitais próprios (ROE)	7.2%	6.2%	22.8%	9.5%	
<b>Capital</b>					
Situação líquida e interesses minoritários	1 588	749	559	1 307	(17.6%)
Capital core Tier I	2 388			3 640	52.4%
Fundos próprios totais	2 719			3 652	34.3%
Activos ponderados pelo risco	26 241			25 186	(4.0%)
Rácio core Tier I	9.1%			14.5%	
Rácio core Tier I (EBA)	-			9.4%	
<b>Qualidade dos activos</b>					
Crédito vencido há mais de 90 dias	677	688	62	750	10.7%
Crédito vencido há mais de 90 dias / crédito a Clientes	2.3%	2.5%	4.8%	2.6%	
Crédito em risco <sup>4</sup> / crédito a Clientes	3.0%	3.4%	6.8%	3.6%	
Perda líquida de crédito <sup>5</sup>	0.48%	0.82%	1.06%	0.83%	
<b>Responsabilidades com pensões</b>					
Responsabilidades com pensões de Colaboradores	2 226	814		814	(63.4%)
Património dos fundos de pensões de Colaboradores do Grupo	2 329	898		898	(61.5%)
Financiamento das responsabilidades com pensões	105%	110%		110%	

1) Lucro líquido a dividir pelo nº médio de acções emitidas deduzidas de acções próprias, e ajustadas pelo aumento de capital por incorporação de reservas ocorrido em Maio de 2011 (982 milhões de acções no 1º semestre de 2011 e 983 milhões de acções no 1º semestre de 2012).

2) Tomando em consideração o número de Colaboradores das empresas que consolidam por integração global.

3) Excluindo impactos não recorrentes quer nos custos quer nos proveitos.

4) De acordo com Instrução 23/2011 do Banco de Portugal, inclui crédito vencido há mais de 90 dias, crédito vincendo associado, crédito reestruturado (anteriormente com prestações em atraso há mais de 90 dias e sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos) e situações de insolvência ainda não contempladas no crédito vencido há mais de 90 dias.

5) Imparidades de crédito no semestre, líquidas de recuperações, em % da carteira média de crédito. Em termos anualizados.

## SÍNTESE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS E ROE

O BPI registou no 1.º semestre de 2012 um lucro líquido consolidado de 85.1 M.€, o que corresponde a um crescimento de 7.5% relativamente ao lucro de 79.1 M.€ reportado no semestre homólogo de 2011.

A rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE) situou-se nos 9.5% no 1.º semestre de 2012 (7.2% no 1.º semestre de 2011).

A **actividade doméstica** contribuiu para o lucro consolidado com 45.2 M.€, aumentando 13.5 M.€ (+42%) em relação ao 1.º semestre do ano anterior. O

ROE da actividade doméstica, à qual esteve afecto 81% do capital médio do Grupo, situou-se em 6.2%.

O contributo da **actividade internacional** para o lucro consolidado, que diz respeito sobretudo à actividade desenvolvida em Angola através do BFA, ascendeu a 39.8 M.€, o que corresponde a uma diminuição de 16% (-7.5 M.€) em termos homólogos. O ROE da actividade internacional, à qual estiveram alocados os restantes 19% do capital médio do Grupo, foi de 22.8%.

### ROE por áreas de negócio no 1.º semestre de 2012

Valores em M.€

		Actividade doméstica				Actividade internacional	Grupo BPI (consolidado)
		Banca comercial	Banca de investimento	Participações de capital e outros	Total		
<b>Activo médio ponderado pelo risco</b>	<b>1</b>	<b>21 644.0</b>	<b>354.2</b>	<b>163.5</b>	<b>22 161.8</b>	<b>2 915.0</b>	<b>25 076.8</b>
Capital próprio afecto	2	1 293.9	54.1	101.5	1 449.5	349.2	1 798.7
Reafecção de capital	3	121.7	(30.9)	(90.8)			
<b>Capital ajustado para cálculo do ROE</b> [= 2+3]	<b>4</b>	<b>1 415.6</b>	<b>23.2</b>	<b>10.7</b>	<b>1 449.5</b>	<b>349.2</b>	<b>1 798.7</b>
Lucro líquido recorrente	5	42.3	(0.1)	3.0	45.2	39.8	85.1
Ajustamento ao lucro por reafecção do capital	6	0.9	(0.2)	(0.7)			
<b>Lucro líquido recorrente ajustado</b> [= 5+6]	<b>7</b>	<b>43.2</b>	<b>(0.3)</b>	<b>2.3</b>	<b>45.2</b>	<b>39.8</b>	<b>85.1</b>
<b>ROE</b> [=7/4]	<b>8</b>	<b>6.1%</b>	<b>-</b>	<b>43.5%</b>	<b>6.2%</b>	<b>22.8%</b>	<b>9.5%</b>

#### Segmentação geográfica da actividade do Grupo BPI

- 1) A actividade doméstica corresponde à actividade de banca comercial desenvolvida em Portugal (incluindo a prestação, no estrangeiro, de serviços bancários a não-residentes, designadamente às comunidades de emigrantes portugueses e os serviços prestados na sucursal de Madrid), à actividade de banca de investimento, e à actividade de *private equity* e outras participações.
- 2) Entende-se por actividade internacional a actividade desenvolvida pelo Banco de Fomento Angola, detido a 50.1% e consolidado por integração global, bem como a apropriação de resultados da participação de 30% detida no BCI, em Moçambique, e as participações de 92.7% na corretora BPI Dealer, em Moçambique e de 100% na BPI Capital Africa, na África do Sul. O contributo para o resultado da actividade internacional, no 1.º semestre de 2012, do Banco de Fomento Angola ascendeu a 36.9 M.€, o do BCI foi de 3.6 M.€, o da BPI Dealer Moçambique foi de -0.019 M.€ e o da BPI Capital Africa foi de -0.7 M.€.

#### Cálculo do ROE por áreas de negócio

A rentabilidade de cada área resulta do quociente entre o contributo e o capital médio alocado à área. Na determinação do capital alocado à actividade doméstica e à actividade internacional considerou-se o capital próprio contabilístico, excluindo as reservas de reavaliação. Relativamente às áreas de negócio integrantes da actividade doméstica pressupôs-se uma utilização de capital idêntica à utilização média, no conjunto dessa actividade, excepto quanto às reservas de reavaliação, que foram excluídas do cálculo do capital afecto. O valor do capital afecto a cada área calcula-se multiplicando o activo ponderado pelo quociente entre situação líquida (sem reservas de reavaliação) e activo ponderado para o conjunto das referidas áreas. Sempre que a situação líquida de uma área de negócio seja superior (ou inferior) ao capital afecto pelo procedimento acima descrito, pressupõe-se uma redistribuição de capital, sendo o contributo da área ajustado pelos custos (proveitos) que resultam do aumento (diminuição) dos recursos alheios, em virtude da reafecção do capital.

## Conta de resultados consolidada

Valores em M.€

		1.º sem. 11 proforma <sup>2</sup>	1.º sem. 11	1.º sem. 12	Δ% 1.º sem. 11/ 1.º sem. 12
Margem financeira estrita	1	286.5	286.5	274.8	(4.1%)
Outros rendimentos <sup>1</sup>	2	18.5	18.5	17.3	(6.8%)
<b>Margem financeira</b>	[= 1 + 2]	<b>305.1</b>	<b>305.1</b>	<b>292.1</b>	<b>(4.3%)</b>
Resultado técnico de contractos de seguros	4	7.4	7.4	12.3	65.8%
Comissões e outros proveitos (líquidas)	5	148.1	148.1	156.9	5.9%
Ganhos e perdas em operações financeiras	6	133.8	133.8	178.1	33.1%
Rendimentos e encargos operacionais	7	9.5	9.5	(6.4)	(167.1%)
<b>Produto bancário</b>	[= Σ 3 a 7]	<b>603.9</b>	<b>603.9</b>	<b>632.9</b>	<b>4.8%</b>
Custos com pessoal, excluindo custos não recorrentes	9	192.5	192.9	186.8	(3.1%)
Fornecimentos e serviços de terceiros	10	119.3	119.3	119.5	0.2%
Amortizações de imobilizado	11	19.6	19.6	16.9	(13.8%)
<b>Custos de estrutura</b>	[= Σ 9 a 11]	<b>331.4</b>	<b>331.8</b>	<b>323.2</b>	<b>(2.6%)</b>
Custos não recorrentes	13	39.9	39.9	(7.3)	(118.4%)
<b>Custos de estrutura</b>	[= 12+13]	<b>371.3</b>	<b>371.7</b>	<b>315.9</b>	<b>(15.0%)</b>
<b>Resultado operacional</b>	[= 8 - 14]	<b>232.6</b>	<b>232.2</b>	<b>317.0</b>	<b>36.5%</b>
Recuperação de créditos vencidos	16	9.5	9.5	7.7	(19.3%)
Provisões e imparidades para crédito	17	79.8	79.8	146.5	83.5%
Outras imparidades e provisões	18	34.2	34.2	34.5	0.8%
<b>Resultado antes de impostos</b>	[= 15+ 16 - 17 - 18]	<b>128.0</b>	<b>127.7</b>	<b>143.7</b>	<b>12.6%</b>
Impostos sobre lucros	20	12.1	12.0	27.4	128.2%
Resultados de empresas reconhecidas por equivalência patrimonial	21	15.4	15.4	8.7	(43.1%)
Interesses minoritários	22	51.9	51.9	40.0	(22.9%)
<b>Lucro líquido</b>	[= 19 - 20 + 21 - 22]	<b>79.4</b>	<b>79.1</b>	<b>85.1</b>	<b>7.5%</b>
<b>Cash flow após impostos</b>	[= 23 + 11 + 17 + 18]	<b>213.1</b>	<b>212.8</b>	<b>282.9</b>	<b>32.9%</b>

1) Margem bruta de unit links, rendimento de instrumentos de capital e comissões associadas ao custos amortizado (líquido).

2) Resultado proforma considerando a aplicação retrospectiva da política contabilística de reconhecimento dos desvios actuariais directamente em capitais próprios às demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 Junho 2011.

### Alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios actuariais relativos a pensões em 2011

No final de 2011, o BPI alterou a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais e financeiras directamente em capitais próprios, na Demonstração de rendimento integral, no período em que ocorrem, conforme previsto na IAS 19. Esta alteração de política contabilística visou antecipar a adopção das alterações à IAS 19 emitida em Junho de 2011, as quais são obrigatórias na União Europeia para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013 (ver nota às demonstrações financeiras 2.1).

Em 30 de Junho de 2012 o Banco BPI apresenta uma adequada capitalização, um rácio crédito/depósitos que cumpre já o limite indicativo aplicável a partir de 2014, reduzidas necessidades líquidas de refinanciamento de dívida de médio e longo prazo, uma cobertura integral das responsabilidades com pensões pelos respectivos fundos de pensões e bons indicadores de risco.

#### Capitalização adequada

O rácio de capital Core Tier 1 – essencialmente capital próprio e interesses minoritários excluindo acções preferenciais – ascendia a 14.5%, após subscrição pelo Estado Português, no final de Junho, de instrumentos de dívida elegíveis para fundos próprios Core Tier 1 (obrigações subordinadas de conversão contingente) no montante de 1.5 mil M.€. O BPI cumpria assim largamente com o requisito mínimo de Core Tier 1 de 9% estabelecido pelo Banco de Portugal.

O rácio Core Tier 1 previsto na Recomendação da Autoridade Bancária Europeia acolhida no Aviso 5/2012 do Banco de Portugal, que considera a valorização da carteira de dívida soberana detida a 30 de Setembro de 2011 a preços de mercado dessa data, ascendia no final de Junho de 2012 a 9.4% cumprindo com o requisito de 9%, estabelecido nessas normas.

O montante de obrigações subordinadas de conversão contingente foi reduzido em Agosto para 1.3 mil M.€, logo após a conclusão do aumento de capital, mediante a utilização do encaixe nele obtido (200 M.€) na recompra ao Estado Português de uma parte daqueles instrumentos, conforme estava previsto no Plano de Recapitalização do Banco BPI.

#### Qualidade dos activos

No final de Junho o BPI mantinha bons indicadores de qualidade de crédito:

- o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias era de 2.6%;
- o rácio de crédito em risco<sup>1</sup> era de 3.6%;

1) De acordo com Instrução 23/2011 do Banco de Portugal, inclui crédito vencido há mais de 90 dias, crédito vincendo associado, crédito reestruturado (anteriormente com prestações em atraso há mais de 90 dias e sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos) e situações de insolvência ainda não contempladas no crédito vencido há mais de 90 dias.

- as imparidades acumuladas para créditos com prestações em incumprimento<sup>2</sup> e garantias (reais ou pessoais) cobriam a 83% a totalidade da exposição de crédito com prestações em atraso, isto é, o crédito vencido há mais de 30 dias e o crédito vincendo associado;
- o custo do risco de crédito reflectido na conta de resultados representou 0.83% da carteira de crédito no 1.º semestre de 2012, em termos anualizados;
- o valor bruto de imóveis por recuperações de crédito era de 150.8 M.€ e estava coberto por imparidades em 39%;
- a exposição ao sector da construção e actividades imobiliárias representa 5.6% da carteira de crédito.

#### Cobertura integral das responsabilidades com pensões

Em 30 de Junho de 2012, as responsabilidades com pensões que permanecem a cargo do BPI (814 M.€) estavam cobertas a 110% pelos fundos de pensões.

#### Financiamento e liquidez equilibrados

O financiamento do balanço é estável e a situação de liquidez equilibrada:

- melhoria do gap de liquidez comercial em virtude da expansão dos depósitos em 5.8% em relação a Junho de 2011 e da redução homóloga da carteira de crédito em 3.1%, reflectindo a desalavancagem do balanço na actividade doméstica;
- o rácio de transformação de depósitos em crédito, de acordo com a Instrução 23 / 2011 do Banco de Portugal, melhorou de 117% em Junho de 2011 para 107% em Junho de 2012, pelo que o BPI cumpre com o rácio máximo de 120% exigível aos bancos portugueses em 2014.
- as necessidades de refinanciamento de dívida de médio e longo prazo a acontecer nos próximos anos são pouco expressivas: 229 M.€<sup>3</sup> entre Julho de 2012 e final de 2017.
- o Banco dispunha de 4 543 M.€ de activos susceptíveis de transformação em liquidez imediata em operações junto do BCE e ainda não utilizados.

2) Adicionalmente, o BPI tinha 300.6 M.€ de imparidades para créditos sem qualquer prestação em atraso e para garantias. Considerando também este valor, a cobertura do crédito vencido total e vincendo associado ascende a 106%.

3) Necessidades de refinanciamento de dívida, líquida de reembolsos de obrigações detidas em carteira.

## Balço consolidado

Valores em M.€

		Jun.11 proforma <sup>1</sup>	Jun.11	Dez.11	Jun.12	$\Delta\%$ Jun.11/ Jun.12
<b>Activo</b>						
Disponibilidades e aplicaões em bancos centrais e instituões de crédito	1	3 182.0	3 182.0	3 867.5	3 484.3	9.5%
Créditos a clientes	2	29 121.1	29 121.1	28 318.3	28 212.3	(3.1%)
Activos financeiros detidos para negociaão	3	1 035.1	1 035.1	937.5	961.1	(7.1%)
Activos financeiros disponiveis para venda	4	6 555.1	6 555.1	6 778.1	9 246.7	41.1%
Activos financeiros detidos até à maturidade	5	1 085.8	1 085.8	766.2	479.7	(55.8%)
Investimentos em associadas e entidades sob controlo conjunto	6	182.9	182.9	179.2	186.5	2.0%
Outros	7	1 868.5	2 062.7	2 109.1	2 085.3	1.1%
<b>Total do Activo</b>	[= $\sum$ 1 a 7]	<b>43 030.6</b>	<b>43 224.8</b>	<b>42 955.9</b>	<b>44 656.0</b>	<b>3.3%</b>
<b>Passivo e capitais próprios</b>						
Recursos de bancos centrais	9	1 270.5	1 270.5	2 499.2	4 037.7	217.8%
Recursos de outras instituões de crédito	10	2 895.1	2 895.1	2 071.5	1 400.9	(51.6%)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	11	23 898.5	23 898.5	24 671.3	25 136.3	5.2%
Responsabilidades representados por títulos	12	7 465.3	7 465.3	6 692.0	5 139.1	(31.2%)
Provisões técnicas	13	2 777.1	2 777.1	2 625.2	2 350.6	(15.4%)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	14	1 497.8	1 497.8	1 414.6	1 690.6	12.9%
Obrigaões subordinadas de conversão contingente	15				1 500.7	
Outros passivos subordinados e títulos de participação	16	348.8	348.8	214.5	174.7	(49.9%)
Outros	17	1 484.7	1 484.2	1 945.3	1 918.1	29.2%
Capitais próprios atribuiveis aos accionistas do BPI	18	920.6	1 115.3	469.4	985.4	(11.6%)
Interesses minoritários	19	472.2	472.2	353.0	322.1	(31.8%)
<b>Capitais próprios</b>	[=18+19]	<b>1 392.8</b>	<b>1 587.5</b>	<b>822.4</b>	<b>1 307.4</b>	<b>(17.6%)</b>
<b>Total do Passivo e Capitais Próprios</b>	[= $\sum$ 9 a 19]	<b>43 030.6</b>	<b>43 224.8</b>	<b>42 955.9</b>	<b>44 656.0</b>	<b>3.3%</b>
Nota: crédito por assinatura	22	2 847.7	2 847.7	2 540.7	2 476.7	(13.0%)
recursos de Clientes com registo fora do balanço	23	2 371.6	2 371.6	1 913.2	1 945.9	(18.0%)

1) Considerando a aplicaão retrospectiva da política contabilística de reconhecimento dos desvios actuariais directamente em capitais próprios às demonstraões financeiras do 1.º semestre de 2011.

## CAPITAL DO GRUPO

Consolidado

### CAPITAL PRÓPRIO CONTABILÍSTICO

O capital próprio contabilístico era de 1 307.4 M.€ no final de Junho de 2012, e correspondia a:

- capital próprio atribuível aos accionistas do BPI de 985.4 M.€;
- interesses minoritários de 322.1 M.€, correspondendo no essencial à participação de 49.9% da Unitel no capital do BFA (262.7 M.€) e às acções preferenciais emitidas pela BPI Capital Finance (51.0 M.€).

O aumento em 485.0 M.€ do capital próprio e interesses minoritários (excluindo acções preferenciais) em relação a Dezembro de 2011 é principalmente explicado por:

- lucro consolidado gerado no semestre de 125.1 M.€, do qual 85.1 M.€ atribuível aos accionistas e 40.0 M.€

atribuível aos interesses minoritários, no essencial relativos à participação da Unitel no capital do BFA;

- variação positiva da reserva de justo valor em 382.5 M.€. A evolução da reserva de justo valor reflecte sobretudo a valorização das obrigações na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, em particular dívida pública portuguesa, em consequência da descida dos respectivos yields no mercado secundário;
- desvios actuariais positivos de 29.9 M.€. Este valor resultou, no essencial, do desvio positivo entre a rentabilidade efectiva do fundo de pensões no 1.º semestre de 2012 (7.9%, não anualizado) e o pressuposto financeiro de rendimento do fundo;
- e com impacto negativo, o pagamento de dividendos pelo BFA à Unitel (64.2 M.€) relativos ao exercício de 2011.

### Evolução do capital próprio contabilístico e interesses minoritários no 1.º sem. 2012

Valores em M.€

		Capital atribuível aos accionistas BPI	Interesses minoritários	Total
<b>Capital próprio em 31 Dez. 11</b>	1	<b>469.4</b>	<b>353.0</b>	<b>822.4</b>
Dividendos do BFA pagos a minoritários	2		( 64.2)	( 64.2)
Lucro líquido	3	85.1	40.0	125.1
Desvios actuariais, líquidos de impostos diferidos	4	29.9		29.9
Variação da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos	5	382.5		382.5
Outros	6	18.5	( 6.8)	11.7
	[= Σ 2 a 6]	<b>516.0</b>	<b>( 31.0)</b>	<b>485.0</b>
<b>Capital próprio em 30 Jun. 12</b>	[=1+7]	<b>985.4</b>	<b>322.1</b>	<b>1 307.4</b>

### RÁCIOS DE CAPITAL

O rácio de capital Core Tier 1 ascendia no final de Junho de 2012 a 14.5%.

O aumento do rácio de capital Core Tier 1 em 5.2 p.p. relativamente ao seu valor no final de 2011 (9.2%) reflecte o aumento do capital core em 1 319 M.€, principalmente explicado pelos seguintes factores:

- emissão, no final de Junho, de 1.5 mil M.€ de obrigações subordinadas de conversão contingente subscritas pelo Estado Português, no quadro do Plano de Recapitalização do Banco, e elegíveis para o core Tier I;
- resultados gerados no semestre;
- reconhecimento no capital core, no final de Junho, do impacto negativo da transferência parcial dos fundos de

pensões para a Segurança Social ocorrida em 2011 (261.8 M.€).

O capital core (3 640 M.€ em Junho 2012) compreende o capital contabilístico e interesses minoritários (excluindo destes as acções preferenciais) no montante de 1 223 M.€ e as obrigações de conversão contingente subscritas pelo Estado (1.5 mil M.€), sendo efectuados os seguintes ajustamentos:

- adição dos desvios actuariais negativos acomodados no corredor prudencial (62.3 M.€);
- adição das menos valias latentes em obrigações disponíveis para venda (865.9 M.€) que, de acordo com regulamentação do Banco de Portugal, não abatem ao capital regulamentar.

**Rácio de requisitos de fundos próprios**

De acordo com as normas do Banco de Portugal

Valores em M.€

		30 Jun. 11	31 Dez. 11	30 Jun. 12
<b>Capital próprio contabilístico atribuível aos accionistas do BPI</b>	1	<b>1 115.3</b>	<b>469.4</b>	<b>985.4</b>
Interesses minoritários, excluindo acções preferenciais	2	216.3	280.0	263.7
Obrigações subordinadas de conversão contingente	3			1 500.0
Dividendos relativos ao exercício a distribuir aos accionistas do BPI	4	( 31.7)		
Dividendos do BFA relativos ao exercício a distribuir aos interesses minoritários	5	( 30.4)	( 62.5)	( 26.4)
[ ∑ 1 a 5]	6	1 269.6	686.9	2 722.7
Exclusão de:				
Impacto da transferência parcial dos fundos de pensões para a Segurança Social	7		261.8	
Desvios actuariais relativos às responsabilidades com pensões que permanecem no banco sem impacto no Core Tier I	8		117.2	62.3
Reserva de justo valor relativa a obrigações, líquida de impostos diferidos <sup>1</sup>	9	1 093.6	1 241.4	865.9
Reserva de justo valor positiva em acções <sup>2</sup>	10	( 23.8)	( 25.1)	( 26.3)
Reserva de reavaliação de activo imobilizado incluída em Tier II	11	( 8.5)	( 8.5)	( 8.5)
Outros ajustamentos	12	3.3	8.0	( 1.5)
[ ∑ 7 a 12]	13	1 064.6	1 594.8	891.8
Inclusão de:				
Imobilizações incorpóreas	14	( 6.2)	( 9.6)	( 10.9)
Ajustamentos da transição para as IAS / IFRS a diferir <sup>3</sup>	15	60.4	48.5	36.6
[ ∑ 14 a 15]	16	54.2	39.0	25.7
<b>Core Tier I</b>	17	<b>2 388.3</b>	<b>2 320.7</b>	<b>3 640.2</b>
[= 6 + 13 + 16]				
Acções preferenciais	18	236.7	53.4	51.3
Deduções relativas a participações em IC e seguradoras	19	( 97.6)	( 101.6)	( 91.3)
<b>Fundos próprios de base</b>	20	<b>2 527.4</b>	<b>2 272.5</b>	<b>3 600.2</b>
[= 17 + 18 + 19]				
<b>Fundos próprios complementares</b>	21	<b>191.4</b>	<b>76.9</b>	<b>52.2</b>
dos quais, fundos próprios complementares antes de deduções	22	294.7	184.7	145.4
dos quais, deduções relativas a participações em IC e seguradoras	23	( 97.6)	( 101.6)	( 91.3)
dos quais, outras deduções	24	( 5.8)	( 6.1)	( 2.0)
<b>Total dos fundos próprios</b>	25	<b>2 718.8</b>	<b>2 349.4</b>	<b>3 652.4</b>
[= 20 + 21]				
<b>Activos ponderados pelo risco</b>	26	<b>26 240.7</b>	<b>25 152.2</b>	<b>25 186.4</b>
Requisitos totais (activos ponderados pelo risco x 8%)	27	2 099.3	2 012.2	2 014.9
<b>Rácio core Tier I</b>	28	<b>9.1%</b>	<b>9.2%</b>	<b>14.5%</b>
[= 17 / 26]				
Rácio Tier I	29	9.6%	9.0%	14.3%
[= 20 / 26]				
Rácio de requisitos de fundos próprios	30	10.4%	9.3%	14.5%
[= 25 / 26]				

1) De acordo com o Aviso 6 / 2008 do Banco de Portugal, de Outubro de 2008, as menos-valias latentes em obrigações da carteira de disponíveis para venda, sem indícios de imparidade, que são registadas directamente no capital próprio contabilístico (na reserva de justo valor), não são deduzidas ao capital regulamentar. Do mesmo modo, as mais-valias potenciais em obrigações disponíveis para venda (registadas na reserva de justo valor) também não são incluídas no capital regulamentar.

2) As mais-valias potenciais em acções da carteira de disponíveis para venda, que são registadas directamente no capital próprio contabilístico (na reserva de justo valor), são excluídas do core capital. Posteriormente, 45% das mais-valias potenciais é reacionado aos fundos próprios complementares (em 30 Junho 2012 o valor reacionado aos fundos próprios complementares foi de 11.8 M.€, que corresponde a 45% dos 26.3 M.€).

3) Os impactos da transição para IAS / IFRS estão a ser reconhecidos até 2014, inclusive.

Em 30 de Junho, o rácio Core Tier 1 previsto na Recomendação da Autoridade Bancária Europeia acolhida no Aviso 5/2012 do Banco de Portugal, considerando a valorização da carteira de dívida

soberana a 30 de Setembro de 2011 a preços dessa data, ascendeu a 9.4% cumprindo com o requisito de 9% estabelecido nessas normas.

### Rácio de Core Tier 1

De acordo com as regras da

Autoridade Bancária Europeia (EBA)

Valores em M.€

	30 Jun. 12
<b>Core Tier I (Banco de Portugal)</b>	<b>3 640</b>
Deduções participações em IC e seguradoras	( 91)
Necessidades temporárias de capital	
Buffer temporário EBA	(1 359)
Montante reconhecido em resultados (Grécia)	175
Necessidades temporárias de capital	(1 184)
<b>Core Tier I (EBA)</b>	<b>2 365</b>
Activos ponderados pelo risco	25 186
<b>Rácio core Tier I (EBA)</b>	<b>9.4%</b>

Nota – as necessidades temporárias ascenderam a 1 184 M.€, sendo inferiores em 175 M.€ ao montante apurado com referência a 30 de Setembro de 2011, na medida em que 175 M.€ de imparidades para a dívida soberana grega foram registados nos resultados de 2011.

O recálculo com referência a 30 de Junho de 2012 dos requisitos de capital para a exposição a risco soberano resultaria em necessidades temporárias de capital de 822 M.€, valor que é inferior em 537 M.€ relativamente ao buffer temporário da EBA.

Para efeitos daquele recálculo, o Banco considerou a dívida soberana detida em carteira a 30 de Junho de 2012, valorizada a preços de mercado nessa data, e pressupôs a redução das necessidades que resultará da compra pelo Estado de 0.7 mil M.€ de créditos concedidos pelo Banco ao sector público, compromisso que foi assumido pelo Estado no âmbito da transferência de parte das responsabilidades com pensões para a Segurança Social.

## RESULTADOS DA ACTIVIDADE DOMÉSTICA

### LUCRO LÍQUIDO

A actividade doméstica gerou, no 1.º semestre de 2012, um lucro líquido de 45.2 M.€, o que correspondeu a um aumento de 13.5 M.€ em relação ao semestre homólogo de 2011.

A progressão do lucro é principalmente explicada:

- pelo aumento dos lucros em operações financeiras em 43.2 M.€;
- pela redução dos custos recorrentes em 17.7 M.€ (-6.4%);
- pela redução dos custos não recorrentes em 47.2 M.€.

Aqueles impactos permitiram compensar:

- o aumento das imparidades, líquidas de recuperações, em 68.1 M.€;
- o aumento das dotações para impostos sobre lucros em 15.9 M.€ ( a taxa média de imposto<sup>1</sup> subiu de 26% no 1.º semestre de 2011 para 37% no 1.º semestre de 2012).

1) Relação entre as dotações para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos.

### Conta de resultados da actividade doméstica Valores em M.€

		1º sem.11 proforma <sup>2</sup>	1º sem. 11	1º sem. 12	Δ% 1º sem.11/ 1º sem.12
Margem financeira estrita	1	182.0	182.0	180.7	(0.7%)
Outros rendimentos <sup>3</sup>	2	18.5	18.5	17.3	(6.8%)
<b>Margem financeira</b>	[= 1 + 2]	<b>200.6</b>	<b>200.6</b>	<b>198.0</b>	<b>(1.3%)</b>
Resultado técnico de contractos de seguros	4	7.4	7.4	12.3	65.8%
Comissões e outros proveitos (líquidas)	5	126.9	126.9	133.0	4.8%
Ganhos e perdas em operações financeiras	6	102.6	102.6	145.8	42.1%
Rendimentos e encargos operacionais	7	9.1	9.1	( 6.5)	(171.0%)
<b>Produto bancário</b>	[= ∑ 3 a 7]	<b>446.5</b>	<b>446.5</b>	<b>482.6</b>	<b>8.1%</b>
Custos com pessoal, excluindo custos não recorrentes	9	165.7	166.1	155.7	(6.2%)
Fornecimentos e serviços de terceiros	10	96.0	96.0	91.9	(4.3%)
Amortizações de imobilizado	11	13.9	13.9	10.6	(23.6%)
<b>Custos de estrutura</b>	[= ∑ 9 a 11]	<b>275.6</b>	<b>276.0</b>	<b>258.3</b>	<b>(6.4%)</b>
Custos não recorrentes	13	39.9	39.9	( 7.3)	(118.4%)
<b>Custos de estrutura</b>	[= 12+13]	<b>315.5</b>	<b>315.9</b>	<b>251.0</b>	<b>(20.6%)</b>
<b>Resultado operacional</b>	[= 8 - 14]	<b>131.0</b>	<b>130.6</b>	<b>231.6</b>	<b>77.3%</b>
Recuperação de créditos vencidos	16	7.7	7.7	6.4	(17.1%)
Provisões e imparidades para crédito	17	73.2	73.2	139.4	90.4%
Outras imparidades e provisões	18	32.4	32.4	33.0	1.9%
<b>Resultado antes de impostos</b>	[= 15+ 16 - 17 - 18]	<b>33.1</b>	<b>32.8</b>	<b>65.6</b>	<b>100.3%</b>
Impostos sobre lucros	20	8.7	8.6	24.5	184.6%
Resultados de empresas reconhecidas por equivalência patrimonial	21	11.9	11.9	4.8	(60.1%)
Interesses minoritários	22	4.3	4.3	0.7	(83.5%)
<b>Lucro líquido</b>	[= 19 - 20 + 21 - 22]	<b>32.0</b>	<b>31.8</b>	<b>45.2</b>	<b>42.4%</b>
<b>Cash flow após impostos</b>	[= 23 + 11 + 17 + 18]	<b>151.5</b>	<b>151.3</b>	<b>228.3</b>	<b>50.9%</b>

<sup>2</sup> Proforma pela aplicação retrospectiva da política contabilística de reconhecimento dos desvíos actuariais directamente em capitais próprios às demonstrações financeiras do 1º semestre de 2011.

<sup>3</sup> Margem bruta de unit links, rendimento de instrumentos de capital e comissões associadas ao custos amortizado (líquido).

## BALANÇO

O activo total líquido da actividade doméstica ascendeu a 39 693 M.€ no final de Junho de 2012.

O balanço da actividade doméstica reflecte principalmente a actividade de Banca Comercial desenvolvida em Portugal. No final de Junho de 2012, o crédito a Clientes representa 68% do activo e os recursos de Clientes constituem a principal fonte de financiamento do Balanço. Os recursos de Clientes no balanço (excluindo seguros de capitalização) asseguram o financiamento de 80% do crédito.

O financiamento de curto prazo corresponde à posição líquida devedora no mercado interbancário (796 M.€), a reporte de títulos (718 M.€) e ao financiamento de curto prazo junto do BCE (4 000 M.€).

No final de Junho de 2012, o Banco dispunha de 4 543 M.€ de activos elegíveis ainda não utilizados e susceptíveis de transformar em liquidez em operações junto do BCE, o que representava 11% do activo total da actividade doméstica.

O Banco tem, nos próximos anos, reduzidas necessidades líquidas de recursos para refinanciamento de dívida de médio e longo prazo, tendo em consideração os vencimentos bem como os reembolsos de obrigações detidas na carteira de activos disponíveis para venda. As necessidades de refinanciamento de dívida, líquida de reembolsos de obrigações, ascendem a 229 M.€ entre o final de Julho de 2012 e final de 2017.

## Crédito a Clientes

A carteira de crédito da actividade doméstica diminuiu 1.1 mil M.€ (-4.0%), em termos homólogos, reflectindo, em parte, a retracção da procura de crédito. Cerca de 1/3 daquela diminuição (-0.4 mil M.€) foi efectuada através da redução da carteira de crédito da sucursal de Madrid.

A carteira de crédito a empresas diminuiu 6.3% (-381 M.€), em termos homólogos. Entretanto, o BPI tem apoiado as empresas Portuguesas no acesso ao mercado de capitais, através de emissão de obrigações, como fonte alternativa de financiamento. Do montante total de 1 775 M.€ emitidos entre Dezembro de 2011 e Julho 2012, correspondente a 7 emissões, o BPI colocou 922 M.€, o que correspondeu a 52% daquele total.

A carteira de crédito ao sector público registou uma diminuição de 204 M.€. Refira-se que no âmbito do acordo de transferência parcial dos activos dos fundos com pensões e responsabilidades para a Segurança Social em 2011, o Estado Português comprometeu-se a adquirir ao Banco um montante de créditos concedidos a entidades públicas de 0.7 m.M.€, operação que ainda não se concretizou.

O crédito a particulares, empresários e negócios diminuiu em 154 M.€ (-1.0%), em termos homólogos. A evolução da carteira deste segmento foi todavia influenciada pela recompra, em Fevereiro de 2012, de 35% das equity pieces das emissões de titularização de crédito hipotecário que determinou o reconhecimento no balanço de um montante de créditos de 0.8 m.M.€. Em base comparável, a diminuição homóloga da carteira de crédito a particulares, empresários e negócios foi de 0.9 m.M.€.

**Carteira de crédito a Clientes**

Valores em M.€

		Jun.11	Dez.11	Jun.12	Δ% Jun.11 / Jun.12
<b>Banca de Empresas</b>	1	<b>6 049.2</b>	<b>5 907.9</b>	<b>5 667.9</b>	<b>(6.3%)</b>
Grandes empresas	2	2 769.0	2 782.8	2 763.1	(0.2%)
Médias empresas	3	3 280.2	3 125.1	2 904.8	(11.4%)
<b>Project Finance - Portugal</b>	4	<b>1 178.2</b>	<b>1 225.3</b>	<b>1 234.8</b>	<b>4.8%</b>
<b>Sucursal de Madrid</b>	5	<b>2 294.3</b>	<b>1 972.6</b>	<b>1 889.4</b>	<b>(17.6%)</b>
Project Finance	6	815.1	799.1	739.1	(9.3%)
Empresas	7	1 479.2	1 173.5	1 150.3	(22.2%)
<b>Sector Público</b>	8	<b>2 656.0</b>	<b>2 466.5</b>	<b>2 452.1</b>	<b>(7.7%)</b>
Administração central	9	132.9	128.1	122.7	(7.7%)
Administração regional e local	10	1 115.4	1 096.9	1 033.0	(7.4%)
Sect. Empresarial Estado - no perímetro orçamental	11	535.3	343.4	312.9	(41.5%)
Sect. Empresarial Estado - fora do perímetro orçamental	12	771.1	803.3	904.3	17.3%
Outros institucionais	13	101.3	94.8	79.2	(21.8%)
<b>Banca de Particulares e Pequenos Negócios</b>	14	<b>14 988.1</b>	<b>14 546.5</b>	<b>14 834.1</b>	<b>(1.0%)</b>
Crédito hipotecário a particulares	15	11 515.0	11 354.0	11 936.1	3.7%
Crédito ao consumo/outros fins	16	759.3	744.2	722.4	(4.9%)
Cartões de crédito	17	174.1	175.9	160.2	(8.0%)
Financiamento automóvel	18	355.6	313.9	268.4	(24.5%)
Empresários e negócios	19	2 184.1	1 958.4	1 747.0	(20.0%)
<b>Outros</b>	20	<b>949.4</b>	<b>1 178.8</b>	<b>918.4</b>	<b>(3.3%)</b>
<b>Total</b>	21	<b>28 115.2</b>	<b>27 297.7</b>	<b>26 996.8</b>	<b>(4.0%)</b>
Por memória:					
Crédito titularizado desconhecido do activo	22	793.2	765.8	-	-
Crédito por assinatura	23	2 689.7	2 400.4	2 187.1	(18.7%)

**Recursos de Clientes**

Os depósitos de Clientes aumentaram em 418 M.€ (+2.2%). No final de Junho de 2012, os depósitos de Clientes ascendiam a 19.3 m.M.€ representando 89% do agregado de depósitos e obrigações colocadas em Clientes (82% em Junho de 2011).

Os recursos totais de Clientes, que para além dos recursos com registo no balanço, incluem ainda os fundos de investimento, PPR e PPA registaram uma redução homóloga de 8.2%. Contribuíram para a evolução negativa dos recursos totais a redução das carteiras dos seguros de capitalização (-17.9%) e dos fundos de

investimento, PPR e PPA (-18.0%), que foram afectados por resgates e pelo efeito da desvalorização das carteiras dos títulos detidos.

A apreciação da evolução dos recursos de Clientes deve ter em conta a colocação junto da base de Clientes do banco de 500 M.€<sup>1</sup> de obrigações emitidas por empresas portuguesas desde Dezembro de 2011 até Junho (esse valor sobe para 922 M.€ até final de Julho, o que representa 52% do montante total emitido).

1) Dos quais 52 M.€ colocados pelo BPI na emissão realizada em Dezembro de 2011 e 448 M.€ colocados pelo BPI nas 3 emissões realizadas no 1º semestre de 2012.

**Carteira de recursos de Clientes**

Valores em M.€

		Jun.11	Dez.11	Jun.12	Δ% Jun.11 / Jun.12
<b>Recursos de Clientes no balanço</b>					
Depósitos					
Depósitos à ordem	1	6 210.8	5 142.0	5 027.6	(19.1%)
Depósitos a prazo	2	12 664.7	13 880.4	14 265.6	12.6%
	[ = 1 + 2 ]	18 875.5	19 022.5	19 293.2	2.2%
Obrigações colocadas em Clientes <sup>1</sup>	4	4 037.1	3 344.7	2 329.6	(42.3%)
<b>Subtotal</b>	[ = 3 + 4 ]	<b>22 912.6</b>	<b>22 367.1</b>	<b>21 622.8</b>	<b>(5.6%)</b>
Seguros de capitalização e PPR (BPI Vida)	6	3 499.0	3 205.0	2 873.9	(17.9%)
<b>Recursos de Clientes no balanço</b>	[ = 5 + 6 ]	<b>26 411.6</b>	<b>25 572.1</b>	<b>24 496.7</b>	<b>(7.3%)</b>
<b>Recursos de Clientes fora do balanço<sup>2</sup></b> [= 8]	8	<b>2 371.6</b>	<b>1 913.2</b>	<b>1 945.9</b>	<b>(18.0%)</b>
Duplicações de registo <sup>3</sup>	9	- 299.3	- 212.0	- 299.2	
<b>Recursos totais de Clientes<sup>4</sup></b>	[ = 7 + 8 + 9 ]	<b>28 483.9</b>	<b>27 273.3</b>	<b>26 143.3</b>	<b>(8.2%)</b>
<b>Por memória:</b>					
Valor colocado de obrigações de empresas	11	-	52.0	500.0	

1) Produtos estruturados (obrigações com remuneração indexada aos mercados de acções, de mercadorias e outros, e com protecção de capital, total ou parcial, no final do prazo), obrigações de taxa fixa e obrigações subordinadas.

2) Exclui fundos de pensões.

3) Aplicações dos fundos de investimento geridos pelo Grupo BPI em depósitos e produtos estruturados.

4) Corrigido de duplicações de registo.

**Carteira de títulos e participações financeiras**

A carteira de títulos e participações financeiras, que inclui, para além dos activos financeiros disponíveis para venda, os detidos para negociação e as carteiras de investimentos até à maturidade e de participações, ascendia a 8 972 M.€ no final de Junho de 2012.

A carteira de activos financeiros disponíveis para venda ascendia a 7449 M.€, a valores de mercado.

A evolução da carteira de activos financeiros disponíveis para venda no 1.º semestre de 2012 reflecte principalmente:

- a aquisição de uma carteira de bilhetes do tesouro português pela utilização de recursos obtidos junto do BCE nas 2 operações especiais de financiamento a 3 anos realizadas em Dezembro de 2011 e Fevereiro de 2012. No final de Junho, a carteira de bilhetes do tesouro ascendia a 2 354 M.€ (custo de aquisição);
- a aquisição, ao longo do semestre, de uma carteira de obrigações do tesouro português de 891 M.€ (custo de aquisição), com um yield médio de 12.5% (no momento de aquisição). A maturidade média residual desta carteira no final de Junho era de 4.5 anos;
- o reembolso em Junho de uma emissão de obrigações do tesouro português com um valor de aquisição de 1 079 M.€.

**Carteira de activos financeiros disponíveis para venda** Valores em M.€

		30 Jun. 11		31 Dez. 11		30 Jun. 12	
		Valor de aquisição	Valor balanço	Valor de aquisição	Valor balanço	Valor de aquisição	Valor balanço
Obrigações - dívida pública							
Portugal	1	2 885.2	2 037.6	2 973.1	2 068.3	5 173.9	4 751.7
OT - Compras anteriores a 2012	2	2 885.2	2 037.6	2 885.4	1 980.0	1 806.4	1 217.6
OT - Compras 2012	3					1 013.8	1 150.9
BT	4			87.7	88.2	2 353.7	2 383.2
Itália	5	1 003.5	973.2	1 003.5	864.7	1 003.5	930.0
Grécia	6	530.4	265.4	0.0	0.0	36.9	22.6
Irlanda	7	357.3	236.3	357.3	298.0	358.5	333.0
	[=1+ ∑ 5 a 7]	4 776.4	3 512.5	4 334.0	3 231.0	6 572.9	6 037.3
Obrigações de empresas	9	1 203.9	1 165.5	1 207.0	1 074.0	1 199.5	1 133.9
Acções	10	76.0	49.4	138.8	110.2	124.0	94.4
Outros	11	163.5	170.6	163.2	171.2	178.6	183.8
<b>Total</b>	[=∑ 8 a 11]	<b>6 219.8</b>	<b>4 898.0</b>	<b>5 843.0</b>	<b>4 586.5</b>	<b>8 075.0</b>	<b>7 449.4</b>

**PROVEITOS**

O produto bancário da actividade doméstica aumentou 36.1 M.€ (+8.1%) em relação ao semestre homólogo de 2011, devido sobretudo ao aumento dos lucros em operações financeiras em 43.2 M.€.

**Margem financeira**

A margem financeira estrita reduziu-se em 1.3 M.€ (-0.7%) em relação ao 1.º semestre de 2011.

A evolução da margem financeira estrita foi principalmente penalizada pelo aumento do custo médio dos recursos, em particular dos depósitos a prazo. Todavia, o impacto negativo do aumento do custo dos recursos foi em parte compensado pelos efeitos positivos do alargamento dos spreads de crédito e do rendimento da carteira de dívida pública portuguesa (na carteira de activos financeiros disponíveis para venda).

**Margem financeira**

Valores em M.€

		1.º sem. 11	1.º sem. 12	Var. %
Margem financeira estrita	1	182.0	180.7	(0.7%)
Margem bruta de unit links	2	2.1	1.4	(31.6%)
Rendimento de instrumentos de capital	3	1.5	3.0	96.3%
Comissões associadas ao custo amortizado	4	14.9	12.8	(14.0%)
<b>Margem financeira</b>	<b>5</b>	<b>200.6</b>	<b>198.0</b>	<b>(1.3%)</b>

**Impactos negativos:**

- o aumento da remuneração média dos depósitos a prazo de 0.9 p.p. acima da Euribor no 1.º semestre de 2011 para 1.8 p.p. acima da Euribor no 1.º semestre de 2012 (+0.9 p.p.). O agravamento do custo daqueles recursos é explicado pela intensificação da concorrência na captação de recursos de Clientes. De referir, entretanto, que o spread dos depósitos a prazo regista já no 2.º trimestre de 2012 uma estabilização;
- a redução das taxas de juro de mercado, o que determinou um estreitamento da margem unitária nos depósitos à ordem;
- a redução da carteira de crédito, originando efeitos-volume negativos na margem financeira.

**Impactos positivos:**

- O *spread* contratual médio da carteira (*spread* face aos indexantes, nas respectivas datas *repricing*), aumentou em 0.4 p.p em relação ao 1.º semestre de 2011 (para 1.9%), em resultado sobretudo do ajustamento do preço

do crédito no segmento de empresas. No crédito a empresas aumentou 0.7 p.p, para 2.5%;

- a constituição, ao longo do 1.º semestre de 2012, de uma carteira de bilhetes do tesouro português, financiada através de recursos obtidos junto do BCE, nas operações especiais de financiamento a 3 anos realizadas no final de 2011 e início de 2012. O valor de balanço da carteira de BT ascendia a 2.4 mil M.€ no final de Junho.
- A aquisição, até final de Junho de 2012, de uma carteira de obrigações do tesouro português de 891 M.€ (custo de aquisição). O yield médio de aquisição da carteira detida era de 12.5%.

De referir que desde 2008 a margem financeira se encontra igualmente pressionada por um ambiente de baixas taxas de juro de mercado, uma vez que estas se repercutem directamente num estreitamento da margem unitária nos depósitos à ordem. A margem média unitária nos depósitos à ordem situou-se em 0.8% no 1.º semestre de 2012, quando em 2008 ascendera a 3.9%.

**Comissões**

As comissões e outros proveitos líquidos aumentaram 4.8% em relação ao 1.º semestre de 2012.

**Comissões e outros proveitos (líquidos)**

Valores em M.€

		1º sem. 11	1º sem. 12	Var. %
Banca comercial	1	94.3	105.5	11.9%
Gestão de activos	2	24.7	19.6	(20.9%)
Banca de investimento	3	7.9	7.9	0.9%
<b>Total</b>	<b>[= Σ 1 a 3]</b>	<b>126.9</b>	<b>133.0</b>	<b>4.8%</b>

As comissões de banca comercial aumentaram em 11.2 M.€, reflectindo principalmente comissões de liderança e colocação nas emissões de obrigações de empresas realizadas no semestre.

A queda de 20.9% das comissões de gestão de activos é explicada pela diminuição do montante de activos sob gestão em virtude de resgates e da desvalorização das carteiras de títulos.

Por sua vez, as comissões de banca de investimento ascenderam a 7.9 M.€ no 1.º semestre de 2012 (+0.9%).

### Lucros em operações financeiras

Os lucros em operações financeiras aumentaram em 43.2 M.€.

Os resultados em operações financeiras ascenderam a 145.8 M.€, e resultaram principalmente de ganhos líquidos relativos a operações de recompra de passivos e a valias em obrigações de 115.4 M.€ e a mais-valias realizadas na venda de obrigações de 21 M.€.

No semestre homólogo de 2011, os lucros em operações financeiras, de 102.6 M.€, incluíam um ganho de 74.2 M.€ com a recompra de obrigações Tier II próprias efectuada naquele período.

Lucros em operações financeiras		Valores em M.€		
		1.º sem. 11	1.º sem. 12	Δ M.€
Operações ao justo valor	1	96.4	127.5	+ 31.1
Activos disponíveis para venda	2	0.2	17.9	+ 17.7
Resultado financeiro com pensões	3	6.0	0.4	- 5.5
<b>Total</b>	[= Σ 1 a 3]	<b>102.6</b>	<b>145.8</b>	<b>+ 43.2</b>

### Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros resultados operacionais (líquidos de perdas) registaram um valor negativo de 6.5 M.€, pelo que, relativamente ao valor positivo de 9.1 M.€ apurado no 1.º semestre de 2011 (incluía ganhos de 9.6 M.€ na contribuição em espécie – imóveis- para o fundo de pensões), representa uma variação negativa de 15.5 M.€.

### CUSTOS DE ESTRUTURA

Os custos de estrutura – custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações –, excluindo custos não recorrentes, diminuíram 6.4% em relação ao 1.º semestre de 2012. Esta evolução reflecte a racionalização do quadro de pessoal e da rede de distribuição, a redução das remunerações e o controlo rigoroso de custos.

O indicador “custos de estrutura em percentagem do produto bancário”, excluindo impactos não recorrentes quer nos custos quer nos proveitos, situou-se nos 70.3% no 1.º semestre de 2012.

#### Custos de estrutura

		Valores em M.€		
		1º sem. 11	1º sem. 12	Δ%
Custos com pessoal, excluindo custos não recorrentes	1	166.1	155.7	(6.2%)
Fornecimentos e serviços de terceiros	2	96.0	91.9	(4.3%)
<b>Custos de funcionamento</b>	[=1 + 2]	<b>262.1</b>	<b>247.7</b>	<b>(5.5%)</b>
Amortizações	4	13.9	10.6	(23.6%)
<b>Custos de estrutura, excluindo não recorrentes</b>	[=3 + 4]	<b>276.0</b>	<b>258.3</b>	<b>(6.4%)</b>
Custos não recorrentes	6	39.9	-7.3	
<b>Custos de estrutura</b>	[=5+6]	<b>315.9</b>	<b>251.0</b>	<b>(20.6%)</b>
Rácio de eficiência <sup>1</sup>	8	74.1%	70.3%	

Os impactos não recorrentes corresponderam:

- no 1.º semestre de 2011, a custos de 39.9 M.€ com reformas antecipadas;
- no 1.º semestre de 2012, a um ganho líquido de 7.3 M.€ que resulta: (i) da contabilização de 25 M.€ de custos com reformas antecipadas a concretizar até final do ano e (ii) do reconhecimento de um ganho de 32.3 M.€ correspondente à redução das responsabilidades com pensões de reformados na sequência da alteração pelo Decreto Lei 133/2012, de 27 Junho, do cálculo do subsídio por morte.

1) Custos de estrutura em percentagem do produto bancário, excluindo impactos não recorrentes quer nos custos quer nos proveitos.

**Custos com pessoal**

Os custos com pessoal, excluindo custos não recorrentes, diminuíram 6.2% em termos homólogos, o que resultou principalmente da redução do quadro médio de pessoal na actividade doméstica em 7.8% e do crescimento nulo

da componente fixa das remunerações, no âmbito da actualização da tabela salarial em Portugal definida pelo Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) do sector bancário.

**Custos com pessoal**

Valores em M.€

		1º sem.11 proforma <sup>1</sup>	1º sem.11	1º sem.12	Δ%
<b>Remunerações</b>					
Remunerações fixas	1	113.8	113.8	108.0	(5.1%)
Remunerações variáveis	2	9.1	9.1	8.8	(2.6%)
Outros <sup>2</sup>	3	4.4	4.4	4.7	6.6%
<b>Remunerações</b>	[= ∑ 1 a 3]	<b>127.3</b>	<b>127.3</b>	<b>121.5</b>	<b>(4.5%)</b>
Custos com pensões e encargos sociais <sup>3</sup>	5	38.4	38.8	34.3	(11.7%)
<b>Subtotal</b>	[= 4 + 5]	<b>165.7</b>	<b>166.1</b>	<b>155.7</b>	<b>(6.2%)</b>
<b>Custos não recorrentes</b>					
Custos com reformas antecipadas	7	39.9	39.9	25.0	(37.4%)
Alteração ao plano- subsídio por morte	8			(32.3)	-
<b>Custos não recorrentes</b>	[= 7 + 8]	<b>39.9</b>	<b>39.9</b>	<b>(7.3)</b>	<b>(118.4%)</b>
<b>Total</b>	[= 6 + 9]	<b>205.6</b>	<b>206.0</b>	<b>148.4</b>	<b>(27.9%)</b>

1) Proforma pela aplicação retrospectiva da política contabilística de reconhecimento dos desvios actuariais directamente em capitais próprios às demonstrações financeiras do 1º semestre de 2011.

2) Inclui prémios e incentivos de motivação à rede comercial, prémios de antiguidade, custo com crédito a Colaboradores e outros.

3) Inclui o custo do serviço corrente, outros encargos sociais, a amortização de alterações das condições do plano de pensões e no 1º semestre de 2011 como reportado inclui também a amortização de desvios actuariais e de rendimento do fundo registados fora do corredor. Em 2012 (e 2011 proforma) os ganhos e perdas actuariais e financeiras passaram a ser reconhecidos directamente em capitais próprios.

**Responsabilidades com pensões de Colaboradores**

Em 30 de Junho de 2012, o valor actual das responsabilidades que permanece a cargo do Banco era de 813.6 M.€.

O património dos fundos de pensões dos Colaboradores ascendia a 897.7 M.€, o que assegurava o financiamento em 110% do valor das responsabilidades com pensões a cargo do Banco.

**Responsabilidades com pensões de Colaboradores e fundos de pensões**

Valores em M.€

		30 Jun. 11	31 Dez. 11			30 Jun. 12
			Antes transf. Seg. Social	Impacto tranf. Seg. Social	Após transf. Seg. Social	
Responsabilidades com pensões	1	2 225.7	2 109.4	(1 273.6)	835.8	813.6
Fundos de pensões <sup>1</sup>	2	2 329.4	2 212.4	(1 373.2)	839.1	897.7
Excesso de financiamento	3	103.7	103.0		3.4	84.1
<b>Financiamento das responsabilidades com pensões</b>	4	<b>105%</b>	<b>105%</b>		<b>100%</b>	<b>110%</b>
Corredor prudencial total	5	422.9	312.8	( 191.1)	121.7	126.2
Desvios actuariais totais <sup>2</sup>	6	( 274.4)	( 316.7)	+ 193.7	( 123.0)	( 81.0)
Desvios com impacto no capital regulamentar (fora do corredor)	7	0.0	( 8.6)	+ 2.8	( 5.8)	0.0
Rentabilidade do fundo de pensões <sup>3</sup>	8	-1.9%	-7.2%			7.9%

1) O valor dos fundos de pensões em 31 Dez.11, inclui 37.9 M.€ transferidos para o fundo de pensões em Janeiro de 2012.

2) No final de 2011, o BPI adoptou o método de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios (OCI – Other Comprehensive Income), em concordância com a revisão da IAS19 cuja aplicação se torna obrigatória partir de

1 Jan. 2013. Em 30 de Junho de 2012 o valor de 81.0 M.€ de desvios actuariais está abatido aos capitais próprios.

3) Rentabilidade desde início do ano (não anualizada).

**Pressupostos financeiros e actuariais**

Em Dezembro de 2011, o BPI alterou a taxa de desconto das responsabilidades de 5.5% (para toda a população) para 5.83% aplicável às responsabilidades associadas a Colaboradores no activo e para 5.0% aplicável às responsabilidades associadas a reformados, dada a maturidade mais curta destas últimas.

O valor das responsabilidades com pensões que resultam da utilização das taxas de desconto referidas anteriormente para a população de activos e de reformados em 31 de Dezembro de 2011 é semelhante à que se obteria caso fosse utilizada para a totalidade da população uma taxa de desconto única de 5.5% (igual à taxa de rendimento esperada dos fundos de pensões).

Em Dezembro de 2011, o Banco reviu também os pressupostos financeiros de crescimento dos salários pensionáveis, de 3.0% para 2.0%, e das pensões de 1.75% para 1.25%, reflectindo a expectativa de evolução mais moderada dos salários e pensões nos próximos anos.

**Pressupostos actuariais e financeiros**

	Dez.10	Jun.11	Dez.11	Jun.12
Taxa de desconto – trabalhadores no activo	5.25%	5.50%	5.83%	5.83%
Taxa de desconto – reformados	5.25%	5.50%	5.00%	5.00%
Taxa de crescimento dos salários	3.00%	3.00%	2.00%	2.00%
Taxa de crescimento das pensões	1.75%	1.75%	1.25%	1.25%
Taxa de rendimento esperado do fundo	5.50%	5.50%	5.50%	5.50%
Tábua de mortalidade	TV 73/77-H – 1 ano <sup>4)</sup> TV 88/90-M – 1 ano <sup>4)</sup>			

**Desvios actuariais**

Os desvios actuariais negativos (acumulados) ascendiam a 81.0 M.€ no final de Junho de 2012 e encontravam-se integralmente acomodados no corredor prudencial previsto pelo Banco de Portugal, e portanto sem ocasionar qualquer impacto no capital Core Tier 1 regulamentar.

A redução dos desvios actuariais em 41.9 M.€ em relação a Dezembro é principalmente explicada pela rentabilidade efectiva obtida pelo fundo de pensões no semestre, de 7.9% (não anualizada), superando o pressuposto financeiro de rendimento do fundo.

4) Considera-se, para a população abrangida, uma idade inferior em 1 ano à idade efectiva dos beneficiários, o que equivale a considerar uma expectativa de vida superior.

## IMPARIDADES E PROVISÕES

As imparidades no exercício, deduzidas das recuperações de crédito anteriormente abatido ao activo, ascenderam a 166.0 M.€ no 1.º semestre de 2012 e corresponderam a:

- imparidades para crédito (deduzidas de recuperações) de 133.0 M.€;
- imparidades para outros fins de 33.0 M.€. Este valor inclui imparidades de 16.1 M.€ para os títulos de dívida soberana grega registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda<sup>1</sup>, tendo por base o

1) Estes títulos resultaram da troca, no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, dos títulos detidos pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2011 e registados na carteira de crédito a Clientes. Por se considerar que existe mercado activo para os novos títulos emitidos pela Grécia, estes foram registados na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

respectivo valor de mercado em 30 Junho de 2012 (no final de Junho, o valor de balanço destes títulos era de 22.6 M.€) e 7.8 M.€ de imparidades para imóveis e equipamentos por recuperação de créditos.

### Imparidades de crédito a Clientes

A perda líquida de crédito, que corresponde ao valor das imparidades (139.4 M.€) deduzido das recuperações de crédito (6.4 M.€), ascendeu a 133.0 M.€ no 1.º semestre de 2012. A perda líquida de crédito representou 0.82% do saldo médio da carteira de crédito, em termos anualizados. O valor médio deste indicador nos cinco anos anteriores foi de 0.31%.

### Imparidades de crédito

Valores em M.€

		1.º sem. 11				1.º sem. 12			
		Imparidades	Em % da carteira de crédito <sup>2</sup>	Imparidades deduzidas de recuperações	Em % da carteira de crédito <sup>2</sup>	Imparidades	Em % da carteira de crédito <sup>2,3</sup>	Imparidades deduzidas de recuperações	Em % da carteira de crédito <sup>2,3</sup>
Banca de empresas, banca institucional e project finance	1	34.5	0.56%	32.8	0.53%	80.1	1.07%	78.8	1.05%
Banca de particulares, empresários e negócios									
Crédito hipotecário	2	12.9	0.22%	12.1	0.21%	28.3	0.44%	27.9	0.44%
Crédito a particulares – outros fins	3	7.1	1.07%	4.7	0.72%	9.4	1.58%	7.0	1.19%
Crédito a empresários e negócios	4	12.6	1.11%	9.7	0.86%	15.2	1.63%	12.9	1.37%
[ = $\sum$ 2 a 4 ]	5	32.6	0.43%	26.6	0.35%	52.9	0.68%	47.8	0.61%
Outro	6	6.1	1.54%	6.1	1.54%	6.4	1.54%	6.4	1.54%
<b>Total</b> [ = 1 + 5 + 6 ]	7	<b>73.2</b>	<b>0.52%</b>	<b>65.5</b>	<b>0.46%</b>	<b>139.4</b>	<b>0.87%</b>	<b>133.0</b>	<b>0.82%</b>

2) Em % do saldo médio da carteira de crédito produtivo, em termos anualizados.

3) Relativo ao 1º semestre de 2012, não foi anualizado o montante de 44 M.€ de reforço de imparidades no semestre (39.4 M.€ para crédito a empresas, 4.3 M.€ associados à recompra de equity piece de titularizações de crédito hipotecário e 0.4 M.€ para crédito a empresários e negócios).

### RESULTADOS DE SUBSIDIÁRIAS RECONHECIDAS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O contributo das subsidiárias reconhecidas por equivalência patrimonial para o resultado da actividade doméstica ascendeu a 4.8 M.€ (-7.2 M.€ em relação ao 1.º semestre de 2011), penalizado sobretudo pela redução em 5.5 M.€ do contributo da Allianz Portugal.

#### Resultados de subsidiárias reconhecidas por equivalência patrimonial

Valores em M.€

		1.º sem.11	1.º sem.12	Δ%
Allianz Portugal	1	7.4	1.9	(74.2%)
Cosec	2	1.6	1.5	(9.2%)
[ = 1 + 2]	3	9.0	3.4	(62.4%)
Finangeste	4	0.5	0.3	(30.7%)
Unicre	5	1.1	0.8	(29.3%)
Viacer	6	1.3		(100.0%)
Outras	7	0.1	0.3	-
<b>Total</b>	[ =Σ 3 a 7]	<b>11.9</b>	<b>4.8</b>	<b>(60.1%)</b>

### INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários nos resultados da actividade doméstica ascenderam a 0.7 M.€ no 1.º semestre de 2012. Este valor diz respeito essencialmente ao dividendo não-cumulativo das acções preferenciais emitidas pela BPI Capital Finance (valor de balanço de 51 M.€ em Junho de 2012)<sup>1</sup>.

A redução dos interesses minoritários nos resultados, de 4.3 M.€ no 1.º semestre de 2011 para 0.7 M.€ no 1.º semestre de 2012, é explicada pela operação de recompra daquelas acções preferenciais efectuada em Dezembro de 2011, que obteve uma taxa de aceitação de 77% das acções objecto da oferta.

1) Remuneração que corresponde à Euribor a 3 meses adicionada de uma margem de 1.55 pontos percentuais com step up para 2.55 pontos percentuais em 12 de Agosto de 2013.

## RESULTADOS DA ACTIVIDADE INTERNACIONAL

### LUCRO LÍQUIDO

O contributo da actividade internacional para o lucro líquido consolidado ascendeu a 39.8 M.€ no 1.º semestre de 2012, o que corresponde a uma redução de 15.9% em relação ao semestre homólogo do ano anterior (47.4 M.€).

Os principais contributos para o lucro da actividade internacional corresponderam:

- ao contributo do Banco de Fomento Angola (BFA) de 36.9 M.€, relativo à apropriação de 50.1% do lucro

individual deste (que diminuiu 17% em termos homólogos);

- ao contributo do Banco Comercial e de Investimentos (BCI), relativo à apropriação de 30% do seu lucro individual (reconhecido em resultados por equivalência patrimonial), que cresceu 16% (+0.5 M.€) para 3.6 M.€.

A rentabilidade do capital médio alocado à actividade internacional ascendeu a 22.8% no 1.º semestre de 2012.

### Conta de resultados da actividade internacional

Valores em M.€

		1.º sem. 11	1.º sem. 12	Δ%
Margem financeira estrita	1	104.5	94.1	(10.0%)
Comissões e outros proveitos (líquidas)	2	21.2	23.8	12.6%
Ganhos e perdas em operações financeiras	3	31.2	32.3	3.3%
Rendimentos e encargos operacionais	4	0.4	0.1	(81.9%)
<b>Produto bancário</b>	[= ∑ 1 a 4]	<b>157.4</b>	<b>150.3</b>	<b>(4.5%)</b>
Custos com pessoal	6	26.8	31.1	15.9%
Fornecimentos e serviços de terceiros	7	23.3	27.5	18.4%
Amortizações de imobilizado	8	5.7	6.3	10.2%
<b>Custos de estrutura</b>	[= ∑ 6 a 8]	<b>55.8</b>	<b>64.9</b>	<b>16.4%</b>
<b>Resultado operacional</b>	[= 5 - 9]	<b>101.6</b>	<b>85.3</b>	<b>(16.0%)</b>
Recuperação de créditos vencidos	11	1.8	1.3	(29.1%)
Provisões e imparidades para crédito	12	6.6	7.0	6.5%
Outras imparidades e provisões	13	1.9	1.5	(17.9%)
<b>Resultado antes de impostos</b>	[= 10 + 11 - 12 - 13]	<b>94.9</b>	<b>78.1</b>	<b>(17.7%)</b>
Impostos sobre lucros	15	3.4	2.9	(14.5%)
Resultados de empresas reconhecidas por equivalência patrimonial	16	3.4	4.0	16.3%
Interesses minoritários	17	47.6	39.3	(17.3%)
<b>Lucro líquido</b>	[= 14 - 15 + 16 - 17]	<b>47.4</b>	<b>39.8</b>	<b>(15.9%)</b>
<b>Cash flow após impostos</b>	[= 18 + 8 + 12 + 13]	<b>61.6</b>	<b>54.7</b>	<b>(11.2%)</b>

Nota: As rubricas de custos e proveitos, assim como as rubricas de activo e passivo, apresentadas como decorrentes da actividade internacional, dizem respeito quase em exclusivo ao Banco de Fomento Angola, dado que o contributo do BCI (Moçambique) é reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo BPI por equivalência patrimonial e a BPI Dealer Moçambique e a BPI Capital Africa, também consolidadas por integração global, têm reduzida expressão. Ver notas às demonstrações financeiras 2.2 e 3.

**PROVEITOS<sup>1</sup>**

O produto bancário da actividade internacional (actividade do BFA) diminuiu 4.5% (-7.1 M.€) em relação ao 1.º semestre de 2012.

**Produto bancário**

		Valores em M.€		
		1.º sem. 11	1.º sem. 12	Var.%
Margem financeira	1	104.5	94.1	(10.0%)
Comissões e outros proveitos (líquidas)	2	21.2	23.8	12.6%
Ganhos e perdas em operações financeiras	3	31.2	32.3	3.3%
Rendimentos e encargos operacionais	4	0.4	0.1	(81.9%)
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>157.4</b>	<b>150.3</b>	<b>(4.5%)</b>

**Margem financeira**

A evolução negativa da margem financeira (-10%) relativamente ao 1.º semestre de 2011 deveu-se principalmente à redução da remuneração média da carteira de títulos, de 10.5% no 1.º semestre de 2011 para 6.3% no 1.º semestre de 2012, em virtude da queda das taxas de juro de colocação das emissões de títulos realizadas pelo Banco Central e Estado Angolanos.

Aquele efeito foi todavia parcialmente compensado pelo efeito positivo da redução da taxa média de remuneração dos recursos de Clientes, de 3.1% no 1.º semestre de 2011 para 1.8% no 1.º semestre de 2012.

**Comissões**

As comissões e outros proveitos equiparados aumentaram 12.6%, em termos homólogos, para 23.8 M.€.

**Lucros em operações financeiras**

Os lucros em operações financeiras ascenderam a 32.3 M.€ no 1.º semestre de 2012 (+3.3%). Os lucros em operações financeiras correspondem maioritariamente a ganhos cambiais decorrentes da actividade comercial com Clientes.

1) Os proveitos e custos da actividade internacional são relativos à actividade do BFA em Angola (consolidada por integração global) dado que a participação de 30% no BCI em Moçambique é reconhecida por equivalência patrimonial.

**CUSTOS DE ESTRUTURA**

Os custos de estrutura aumentaram 16.4% relativamente ao 1.º semestre de 2011. A continuação da expansão da rede de distribuição em Angola, que cresceu 9.6% em relação a Junho de 2011, e o aumento do quadro de pessoal que lhe está associado, com um crescimento homólogo do número médio de Colaboradores de 5.7%, constituem os principais factores explicativos da evolução dos custos.

O indicador “custos de estrutura em percentagem do produto bancário” situou-se nos 43.2% no 1.º semestre de 2012.

**Custos de estrutura**

		Valores em M.€		
		1.º sem. 11	1.º sem. 12	Δ%
Custos com pessoal	1	26.8	31.1	15.9%
Fornecimentos e serviços de terceiros	2	23.3	27.5	18.4%
<b>Custos de funcionamento</b>	<b>3</b>	<b>50.1</b>	<b>58.6</b>	<b>17.1%</b>
Amortizações	4	5.7	6.3	10.2%
<b>Custos de estrutura</b>	<b>5</b>	<b>55.8</b>	<b>64.9</b>	<b>16.4%</b>
Rácio de eficiência <sup>2</sup>	6	35.4%	43.2%	

**IMPARIDADES E PROVISÕES DE CRÉDITO**

As imparidades de crédito ascenderam a 7.0 M.€ no 1.º semestre de 2012 e, por sua vez, as recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo ascenderam a 1.3 M.€.

Deste modo, as imparidades de crédito, deduzidas das recuperações, ascenderam a 5.8 M.€, o que correspondeu a 1.06% da carteira de crédito média, em termos anualizados.

2) Custos de estrutura em percentagem do produto bancário.

No final de Junho de 2012, o BFA tinha um rácio de crédito a Clientes vencido há mais de 90 dias de 4.8%.

A cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias pelas provisões totais para crédito ascendia a 147%.

#### Imparidades de crédito

		1.º sem. 11		1.º sem. 12	
		M.€	% carteira crédito <sup>1</sup>	M.€	% carteira crédito <sup>1</sup>
Imparidades de crédito	1	6.6	1.21%	7.0	1.29%
(-) Recuperações de crédito vencido	2	1.8	0.33%	1.3	0.23%
<b>Imparidades de crédito deduzidas de recuperações</b> [=1 - 2]	<b>3</b>	<b>4.8</b>	<b>0.88%</b>	<b>5.8</b>	<b>1.06%</b>

1) Saldo médio da carteira de crédito produtivo.

#### RESULTADOS DE SUBSIDIÁRIAS RECONHECIDAS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Os resultados reconhecidos por equivalência patrimonial – que correspondem à apropriação de resultados da participação de 30% no BCI em Moçambique – cresceram 16.3% relativamente ao 1.º semestre de 2011, para 4.0 M.€<sup>2</sup>.

A evolução dos resultados do BCI reflecte o elevado crescimento do negócio bancário suportado pela expansão da rede de distribuição (+21% em termos homólogos) e o reforço do quadro de pessoal (+18% em termos homólogos).

O activo total cresceu 51% em relação a Junho de 2011, os depósitos e o crédito registaram taxas de crescimento homólogas de 47% e 29%, respectivamente, e o número de Clientes aumentou 45% para 486 mil.

2) O contributo do BCI para o resultado consolidado do BPI, além dos resultados reconhecidos por equivalência patrimonial inclui ainda impostos diferidos relativos aos resultados distribuíveis do BCI. No 1º semestre de 2012, o contributo do BCI ascendeu a 3.6 M.€, sendo superior em 16.3% relativamente ao semestre homólogo de 2011.

#### INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários nos resultados da actividade internacional correspondem à participação de 49.9% do capital do BFA detida pela Unitel.

O BPI reconheceu 39.3 M.€ de interesses minoritários no lucro do BFA obtido no 1.º semestre de 2012.

## BALANÇO

O activo total líquido da actividade internacional ascendeu a 5 701 M.€ no final de Junho de 2012.

Na actividade internacional, o Banco dispõe de um balanço muito líquido, assente na captação de recursos de Clientes e a aplicação dessa liquidez em crédito (24% dos recursos de Clientes), em títulos emitidos pelo Banco Central Angolano e pelo Tesouro Angolano com maturidades até um ano (13% dos recursos de Clientes) e em obrigações do Tesouro Angolano (24% dos recursos de Clientes).

No final de Junho de 2012, os recursos de Clientes, no montante de 4 912 M.€, financiavam 87% do activo, e, em conjunto com recursos próprios, asseguram o financiamento praticamente integral do activo.

A elevada utilização do Dólar americano na economia angolana (a moeda nacional é o kwanza) explica que a maior parte do negócio efectuado com Clientes do Banco de Fomento Angola seja expresso em dólares americanos. O BFA mantém as posições em moedas estrangeiras balanceadas, pelo que a exposição líquida do balanço do BFA a moedas estrangeiras não é material.

## Crédito a Clientes

A carteira de crédito a Clientes do BFA aumentou 20.8% em termos homólogos<sup>1</sup>. A carteira de crédito a empresas cresceu 23.9% e o crédito a particulares cresceu 14.4%.

No final de Junho de 2012, cerca de 48% da carteira de crédito do BFA estava expressa em dólares.

1) Medidos em dólares, o crédito a Clientes aumentou 5.5%, em termos homólogos.

## Carteira de crédito a Clientes

Valores em M.€

		Jun.11	Dez.11	Jun.12	Δ% Jun.11 / Jun.12
<b>Crédito a empresas</b>	1	<b>666.6</b>	<b>644.9</b>	<b>825.9</b>	<b>23.9%</b>
<b>Crédito a particulares</b>					
Habituação	2	116.7	128.8	134.1	14.9%
Consumo	3	178.1	194.2	203.8	14.4%
Outro	4	56.4	59.0	63.8	13.0%
[= Σ 2 a 4]	5	<b>351.2</b>	<b>382.0</b>	<b>401.6</b>	<b>14.4%</b>
Crédito vencido	6	62.3	66.4	63.8	2.4%
Imparidades de crédito	7	- 80.0	- 77.1	- 84.8	6.0%
Juros e outros	8	5.9	4.5	9.1	54.6%
<b>Total [=1 + Σ 5 a 8]</b>	9	<b>1 006.0</b>	<b>1 020.6</b>	<b>1 215.6</b>	<b>20.8%</b>
Crédito por assinatura	10	158.0	140.2	289.6	83.3%

### Recursos de Clientes

A carteira de recursos do BFA registou uma expansão de 22.4% em relação a Junho de 2012<sup>1</sup>. Os depósitos à ordem representam cerca de metade dos recursos captados de Clientes.

Em Junho de 2012, cerca de 56% dos depósitos de Clientes estavam expressos em dólares, 40% em kuanzas e 4% noutras moedas.

1) Medidos em dólares, os recursos totais de Clientes aumentaram 6.9%, em termos homólogos.

### Carteira de recursos de Clientes

Valores em M.€

		Jun.11	Dez.11	Jun.12	Δ% Jun.11 / Jun.12
Depósitos à ordem	1	1 847.4	2 404.8	2 498.0	35.2%
Depósitos a prazo	2	2 165.9	2 350.9	2 413.9	11.4%
<b>Total</b> [= 1 + 2]	<b>3</b>	<b>4 013.4</b>	<b>4 755.7</b>	<b>4 911.9</b>	<b>22.4%</b>

### Carteira de títulos e participações financeiras

A carteira de activos financeiros é constituída por títulos de curto prazo, com maturidades até um ano, expressos em kuanzas e emitidos pelo Banco Nacional de Angola (Títulos do Banco Central – TBC) e pelo Estado (Bilhetes do Tesouro) e por Obrigações do Tesouro Angolano, com maturidades de 1 a 6 anos.

liquidez em kuanzas é aplicado em títulos de curto prazo emitidos pelo BNA e pelo Tesouro Angolano e Obrigações do Tesouro em kuanzas e o excesso de liquidez em dólares é aplicado no mercado interbancário e em Obrigações do Tesouro Angolano expressas em dólares ou indexadas ao dólar.

Esta carteira é utilizada para aplicação da liquidez excedentária do BFA e gestão do balanço. O excesso de

A carteira de títulos ascendia no final de Junho de 2012 a 1 865 M.€, o que corresponde a um aumento de 7.0% em relação a Junho de 2011.

### Carteira de títulos e participações financeiras

Valores em M.€

		Jun.11	Dez.11	Jun.12	Δ% Jun.11 / Jun.12
Títulos de curto prazo					
Títulos Banco Central (TBC)	1	249.9	784.3	527.5	111.1%
Bilhetes Tesouro Angolano (BT)	2	514.6	310.9	119.4	(76.8%)
	[= 1 + 2]	<b>764.5</b>	<b>1 095.2</b>	<b>646.9</b>	<b>(15.4%)</b>
Obrigações Tesouro Angolano (OT)	4	977.7	1 107.2	1 217.3	24.5%
Outros	5	0.6	0.7	0.8	32.7%
	[= Σ 3 a 5]	<b>1 742.8</b>	<b>2 203.2</b>	<b>1 865.0</b>	<b>7.0%</b>
Participações financeiras <sup>1</sup>	7	27.0	35.0	37.0	37.4%
<b>Total</b> [= 6 + 7]	<b>8</b>	<b>1 769.7</b>	<b>2 238.1</b>	<b>1 902.1</b>	<b>7.5%</b>

1) Valor da participação de 30% no BCI reconhecida por equivalência patrimonial.

**Indicadores consolidados de rentabilidade, eficiência, qualidade do crédito e solvabilidade de acordo com Instrução 23/2011 do Banco de Portugal**

	30 Jun. 11 reportado	31 Dez. 11 reportado	31 Dez. 11 excl. não recorrentes	30 Jun. 12 reportado
Produto bancário e resultados de "equity method" / ATM	2.8%	2.4%	2.4%	2.9%
Resultados antes de impostos e interesses minoritários / ATM	0.6%	-0.8%	0.5%	0.7%
Resultados antes de impostos e interesses minoritários / capital próprio médio (incluindo interesses minoritários)	15.3%	-20.5%	13.0%	28.6%
Custos com pessoal / produto bancário e resultados de "equity method" <sup>1</sup>	31.1%	36.1%	36.8%	27.3%
Custos com pessoal, FST e amortizações / produto bancário e resultados de "equity method" <sup>1</sup>	53.6%	61.6%	62.6%	48.6%
Crédito com incumprimento em % do crédito bruto total	2.4%	2.5%		2.7%
Crédito com incumprimento, líquido de imparidades acumuladas / crédito líquido total	0.4%	0.3%		0.2%
Crédito em risco <sup>2</sup>	3.0%	3.2%		3.6%
Crédito em risco <sup>2</sup> , líquido de imparidades acumuladas / crédito líquido total	1.1%	1.1%		1.1%
Rácio de adequação de fundos próprios	10.4%	9.3%		14.5%
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier I)	9.6%	9.0%		14.3%
Rácio Core Tier I	9.1%	9.2%		14.5%
Crédito a Clientes líquido / Depósitos de Clientes	117%	109%		107%

1) Excluindo custos com reformas antecipadas.

2) De acordo com Instrução 23/2011 do Banco de Portugal, inclui crédito vencido há mais de 90 dias, crédito vincendo associado, crédito reestruturado (anteriormente com prestações em atraso há mais de 90 dias e sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos) e situações de insolvência ainda não contempladas no crédito vencido há mais de 90 dias.

ATM = Activo total médio.

# Gestão dos riscos

A gestão de riscos no Grupo BPI assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (risco de crédito, risco país, riscos de mercado, riscos de liquidez, riscos operacionais ou outros), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas. A gestão é complementada pela análise, à *posteriori*, de indicadores de desempenho.

## ORGANIZAÇÃO

A gestão global de riscos do Grupo BPI é da competência global da Comissão Executiva do Conselho de Administração. Ao nível da Comissão Executiva, o pelouro das Direcções de Risco é atribuído a um Administrador sem responsabilidade directa por Direcções Comerciais.

Existem ainda, a nível superior, duas comissões executivas especializadas: a Comissão Executiva de Riscos Globais (riscos globais de Mercado, Liquidez, Crédito, País, Operacionais) e a Comissão Executiva de Riscos de Crédito, cuja atenção incide sobre a análise das operações de maior relevo.

O Banco possui uma unidade de estrutura centralizada e independente no que à análise e controlo de riscos diz respeito, conforme as melhores práticas de organização neste domínio e as exigências do Acordo de Basileia. A Direcção de Análise e Controlo de Riscos é responsável pelo acompanhamento de todos os riscos globais e pela gestão do Datamart de Risco de todo o Grupo (para onde converge a informação relevante dos sistemas do Banco).

No domínio específico dos riscos de crédito a Empresas, Empresários e Negócios, Clientes Institucionais e Project Finance, a Direcção de Riscos de Crédito assegura uma apreciação independente das estruturas comerciais, do risco dos vários proponentes ou garantes e das características das operações. A atribuição de *ratings* é da competência desta Direcção e ainda – em casos de maior relevo - de um Comité de *Rating*. Estão disponíveis modelos quantitativos de suporte a esta atribuição de ratings, produzidos pela Direcção de Análise e Controlo de Riscos. A Direcção de Recuperação de Crédito de Empresas assume a gestão dos processos de recuperação em caso de incumprimento.

No domínio específico dos riscos de crédito a particulares, compete à Direcção de Risco de Crédito de Particulares assegurar funções semelhantes de análise independente de proponentes, garantes e operações, com o apoio de vários indicadores de risco e de modelos de scoring produzidos pela Direcção de Análise e Controlo de Riscos. A gestão dos processos de recuperação é também da competência da Direcção de Risco de Crédito de Particulares.

Em segmentos específicos como o crédito a Instituições financeiras ou Derivados, existem áreas de análise de risco de crédito assegurando funções semelhantes às descritas para Empresas ou Particulares.

A gestão do Risco Operacional no Grupo BPI está assente em dois órgãos específicos - Comité de Risco Operacional e Área de Risco Operacional - e ainda em elementos de cada um dos órgãos do Grupo que asseguram a identificação e gestão do risco operacional nas suas áreas de actividade.

A Direcção de Compliance abrange todas as áreas, processos e actividades das empresas que constituem o Grupo BPI e tem como missão contribuir para a prevenção e a mitigação dos “Riscos de Compliance”, que se traduzem no risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas bancárias, promovendo o respeito do Grupo BPI e dos seus colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as unidades orgânicas do Banco.

### Matriz de competências para a gestão e controlo de riscos

	Identificação e análise de exposição	Estratégia	Limites e controlo	Recuperação	Avaliação de performance
Risco de crédito / contraparte	DACR: modelos de <i>rating</i> e <i>scoring</i> (PD) e LGD para todos os segmentos de crédito DACR e DF: identificação de <i>ratings</i> externos para títulos de dívida e para crédito a Instituições Financeiras DRC: <i>Rating</i> de Empresas, Empresários e Negócios, Project Finance e clientes Institucionais Comité de Rating – Rating de Empresas e clientes Institucionais de maior dimensão DRCP – Expert system para crédito a Particulares DACR: Exposição em Derivados DACR: análise de exposição global ao risco de crédito	CECA, CERG: estratégia global  CECA, CERG: aprovação de operações de maior relevância  Conselho de Crédito, DRC, DBI, DRCP, DF: aprovação de operações	CA (com aconselhamento da CRF), CECA, CERG, Conselho de Crédito, DRC, DRCP, DACR, DF: limites  CA (com aconselhamento da CRF), CECA, CACI, CERG, CERG, Conselho de Crédito, DACR, DO, Auditores internos e externos <sup>1</sup> , Conselho Fiscal, Banco de Portugal: controlo	DRCE: Empresas  DRCP: Particulares e Empresários em nome individual	CECA, CERG, CERG  DCPE, DACR, Todas as outras Direcções
Risco-país	DF: análise de risco-país individual por recurso a <i>ratings</i> e análises externas DACR: análise de exposição global	CECA e CERG: estratégia global  DF, DA, DIAPE: operações	CA (com aconselhamento da CRF), CECA, CACI, CERG, DACR, DC Auditores internos e externos <sup>1</sup> , Conselho Fiscal, Banco de Portugal: controlo		
Risco de mercado	DACR: análise de riscos por livros / instrumentos e análise global de riscos – taxas de juro, câmbios, acções, mercadorias, outros	CECA e CERG: estratégia global  DF, DA, DIAPE: operações	CECA, CERG, DACR, DF, DA: limites  CA (com aconselhamento da CRF) CECA, CACI, CERG, DACR, DC Auditores internos e externos <sup>1</sup> , Conselho Fiscal, Banco de Portugal: controlo		
Risco de liquidez	DF, DA, DIAPE: análise de riscos individuais de liquidez, por instrumento  DACR: análise de risco global de liquidez	CECA e CERG: estratégia global	CA (com aconselhamento da CRF), CECA, CACI, CERG, DACR, DC Auditores internos e externos <sup>1</sup> , Conselho Fiscal, Banco de Portugal: controlo		
Riscos operacionais	DACR: análise de exposição global  DORG e todas as Direcções: identificação de processos e pontos críticos	CECA: organização global  Comité de Risco Operacional  DORG: regulamentação	CECA, CERG, DORG, DACR: regulamentação e limites  CA (com aconselhamento da CRF), CECA, CACI, DORG, DACR, DC, Auditores internos e externos <sup>1</sup> , Conselho Fiscal, Banco de Portugal: controlo	DJ, DAI, DO, Direcções Comerciais	CECA, DORG
Riscos legais e Compliance	DJ, DC		CECA, CACI, DJ, DC, Auditores internos e externos <sup>1</sup> , Conselho Fiscal, Banco de Portugal: controlo		

**CACI** – Comissão de Auditoria e de Controlo Interno; **CECA** – Comissão Executiva do Conselho de Administração; **CERC** – Comissão Executiva de Riscos de Crédito; **CERG** – Comissão Executiva de Riscos Globais; **CRF** – Comissão de Riscos Financeiros; **DA** – Departamento de Acções; **DACR** – Direcção de Análise e Controlo de Riscos; **DAI** – Direcção de Auditoria Interna; **DC** – Direcção de Compliance; **DF** – Direcção Financeira; **DIAPE** – Direcção de Investimentos Alternativos e Produtos Estruturados; **DJ** – Direcção Jurídica; **DO** – Direcção de Operações; **DORG** – Direcção da Organização; **DP** – Direcção de Planeamento; **DRC** – Direcção de Riscos de Crédito; **DRCE** – Direcção de Recuperação de Crédito a Empresas; **DRCP** – Direcção de Riscos de Crédito a Particulares

1) No âmbito da execução dos serviços de auditoria e revisão legal das contas do Grupo BPI, os Auditores Externos contribuem também para o processo de controlo dos diversos riscos a que o Grupo se encontra exposto.

## RISCO DE CRÉDITO

### Processo de gestão

O risco de crédito, associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte (ou à variação do valor económico de um dado instrumento ou carteira, em face da degradação da qualidade do risco da contraparte), constitui o risco mais relevante de toda a actividade do Grupo BPI.

A análise específica de créditos a **empresas, empresários e negócios, ou institucionais**, segue os princípios e procedimentos estabelecidos nos regulamentos de crédito e resulta essencialmente da análise dos seguintes indicadores:

- Filtros básicos: existência de incidentes e incumprimentos, penhoras ou dívidas ao fisco e segurança social; outros.
- Limites de exposição ao risco de crédito: avaliação da capacidade actual de serviço de dívida e estabelecimento de limites máximos de exposição correspondentes, tendo também em atenção a capacidade de envolvimento do Banco.
- Fronteira de aceitação/rejeição em função da probabilidade de incumprimento da contraparte: é estabelecida uma fronteira de acordo com o *rating* interno (são rejeitados potenciais Clientes classificados em classes de risco considerado excessivo, isto é, com uma elevada probabilidade de incumprimento); ou de acordo com análise equivalente por *expert system*.
- Mitigação do Risco das Operações: são consideradas eventuais garantias pessoais ou reais que contribuam para reduzir os riscos.

No segmento de **empresas** procura-se que as operações de longo prazo tenham associadas garantias reais (financeiras ou não financeiras), com níveis de cobertura pelo colateral (líquido de *haircuts* e ajustamentos temporais, no caso de activos financeiros), de 100%.

No segmento de **Empresários e Negócios** as operações de médio/longo prazo deverão ter, em regra, cobertura integral por garantias reais.

Para mitigar o risco de crédito de operações de Empresas em derivados, além da elaboração de contratos com cláusulas que permitem a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento, o BPI

procura assinar acordos de colateralização com as suas contrapartes.

A aprovação específica de **créditos a particulares**, segue os princípios e procedimentos estabelecidos no regulamento de crédito e resulta essencialmente, da análise dos seguintes indicadores:

- Filtros básicos: existência de incidentes e incumprimentos, penhoras ou dívidas ao fisco e segurança social; restrições por idade mínima ou máxima; outros.
- Limites de Exposição: avaliação da capacidade actual de serviço de dívida, mediante cálculo da taxa de esforço ou da estimativa do valor da poupança dos proponentes, fiadores ou avalistas. Regra geral, são rejeitadas as propostas em que a taxa de esforço seja considerada excessiva ou a poupança se torne pouco positiva ou mesmo negativa, em função dos encargos com o novo empréstimo.
- Fronteira de aceitação/rejeição em função da probabilidade de incumprimento da contraparte: existem *scorings* reactivos em cada segmento de crédito (habitação, crédito pessoal, cartões de crédito e financiamento automóvel), destinados a avaliar a probabilidade de incumprimento da contraparte ou de fiadores ou avalistas. Em casos complexos, a identificação da classe de risco (probabilidade de incumprimento), exige a intervenção da Direcção de Riscos de Crédito de Particulares. São rejeitados potenciais Clientes classificados em classes de risco considerado excessivo, isto é, com uma elevada probabilidade de incumprimento.
- Mitigação do Risco das Operações: na aceitação ou rejeição de Clientes e de operações, são consideradas eventuais garantias pessoais ou reais que contribuam para reduzir os riscos. No segmento mais expressivo - Crédito à Habitação - a relação entre o financiamento e a garantia assume, regra geral, um valor máximo de 80%.

Estão definidos, em cada uma das diferentes direcções envolvidas, os níveis hierárquicos competentes para a aprovação das operações de crédito, consoante as características de risco ou características comerciais de cada uma, o que visa uma descentralização das decisões que garanta a celeridade e eficácia do processo.

*A posteriori*, o Banco mantém vigilância constante sobre a evolução da sua exposição a diferentes contrapartes; sobre a evolução da sua carteira (diversificação por área geográfica, sector de actividade, segmento de crédito, contraparte, moeda e maturidade); e sobre os resultados e índices de rentabilidade alcançados, face aos riscos assumidos.

São também analisados mensalmente, os créditos problemáticos, índices de cobertura por provisões, write-offs e recuperações.

Procede-se ainda a uma estimativa das provisões por imparidade, o que envolve quer um cálculo estatístico para créditos regulares, com incidentes ou em incumprimento; quer uma avaliação por *expert system*, da mesma imparidade, para todos os créditos de maior significado. As imparidades e provisões são mensalmente avaliadas pela Comissão Executiva do Conselho de Administração (Comissão Executiva para os Riscos de Crédito), e são analisadas semestralmente pelos Auditores externos e apreciadas regularmente pela Comissão de Riscos Financeiros.

Para além do Conselho de Administração, da Comissão de Auditoria e Controlo Interno, do Conselho Fiscal e da Comissão Executiva de Riscos de Crédito, a Direcção de Análise e Controlo de Riscos, os auditores internos, os auditores externos<sup>1</sup> e o Banco de Portugal, funcionam como agentes de controlo de todo o processo de gestão descrito.

#### **Avaliação da exposição ao risco de crédito** **Empresas, Clientes institucionais, financiamento especializado, empresários e negócios**

O BPI utiliza, em Portugal e na sucursal de Madrid, um sistema interno de *rating* de empresas (excluindo o segmento de empresários e negócios), com 10 classes (E1 a E10) a que se somam duas classes em caso de incidentes (ED1 e ED2) e uma em caso de

incumprimento (ED3, com “probabilidade de incumprimento” de 100%). A cada classificação estão associadas probabilidades de incumprimento, para avaliação de crédito, garantias e títulos, de empresas de média e grande dimensão.

#### **Rating interno de empresas**

Repartição da exposição por classes de risco em 30 Jun. 2012

Classes de risco		Valor (M.€) <sup>2</sup>	% valor carteira	Probabilidade de incumprimento <sup>3</sup> a 1 ano
E1	1	151.2	1.9%	0.03%
E2	2	723.9	9.0%	0.15%
E3	3	818.9	10.2%	0.19%
E4	4	1,184.9	14.7%	0.43%
E5	5	1,300.5	16.2%	0.54%
E6	6	966.9	12.0%	0.81%
E7	7	624.4	7.8%	1.46%
E8	8	942.5	11.7%	2.64%
E9	9	230.7	2.9%	4.34%
E10	10	241.0	3.0%	8.08%
Sem Rating	11	115.7	1.4%	8.08%
ED1	12	206.6	2.6%	35.39%
ED2	13	42.1	0.5%	49.34%
ED3 (incumprimento)	14	485.7	6.0%	100%
<b>Total</b>	<b>[=Σ 1 a 14]</b>	<b>8,035.1</b>	<b>100.0%</b>	<b>2.23%</b>

A probabilidade de incumprimento média, da carteira de Empresas da actividade doméstica, a 1 ano, ponderada pelo valor das responsabilidades em 30 de Junho de 2012, era de 2.23%. A perda em caso de incumprimento neste segmento é, em média, de 18.64%, valor superior ao do passado indiciando maiores dificuldades de recuperação de operações em incumprimento em face da crise económica. A perda esperada é, em média, para toda a carteira, de 0.40%.

No domínio do *project finance* e *structured finance*, há um sistema de classificação baseado em 5 classes. A carteira mantém-se constituída maioritariamente por projectos de *rating* “bom” ou “forte”.

2) Carteira inclui obrigações, garantias bancárias e papel comercial do segmento de empresas e exclui operações de factoring sem recurso e derivados.

3) No cálculo das probabilidades de incumprimento, todas as operações em *default* de um só Cliente foram consideradas como um único caso negativo (e não vários). O cálculo da probabilidade de incumprimento média da carteira exclui, naturalmente, a classe ED3.

1) No âmbito da execução dos serviços de auditoria e revisão legal das contas do Grupo BPI, os Auditores Externos contribuem também para o processo de controlo dos diversos riscos a que o Grupo BPI se encontra exposto.

### Rating interno de project finance

Repartição da exposição potencial por classes de risco em 30 de Junho de 2012

Classes de risco		Valor (M.€)	% valor carteira
Forte	1	413.1	14.4%
Bom	2	1 790.3	62.6%
Satisfatório	3	256.1	8.9%
Fraco	4	328.0	11.5%
Incumprimento	5	74.0	2.6%
<b>Total</b> [=Σ 1 a 5]	<b>6</b>	<b>2 861.5</b>	<b>100.0%</b>

O segmento de empresários e negócios encontra-se ainda em fase embrionária de um processo de avaliação por *Rating*. Não obstante este facto, é possível estimar uma probabilidade média de incumprimento a 1 ano desta carteira e uma perda em caso de incumprimento de 4.26% e 60.24%, respectivamente (definições de incumprimento por atraso igual ou superior a 180 dias, utilizadas nos cálculos de imparidade).

Estes sistemas de avaliação de risco da contraparte são complementados por outras metodologias, em especial o cálculo do capital em risco, segundo avaliação consagrada na regulamentação sobre rácio de solvabilidade ou nela inspirada.

São também analisados índices de concentração da exposição. De forma global, numa apreciação qualitativa, a carteira revela um grau médio/alto de concentração por contrapartes ou grupos (incluindo cumprimento conservador do regulamento sobre “grandes exposições”) e um grau de concentração reduzido por sectores. Segundo metodologia de cálculo do Banco de Portugal, o indicador de concentração individual é de 47% e o índice de concentração sectorial é de 11.4%. A concentração a nível geográfico é inerente à localização da actividade do Grupo.

### Instituições financeiras

Nos financiamentos a outras instituições financeiras, o BPI utiliza como suporte de análise de risco, os *ratings* externos disponíveis. As relações de financiamento restringem-se, no momento do investimento, a instituições *investment grade*.

Este sistema de avaliação de risco da contraparte é complementado pelo cálculo do capital em risco, segundo avaliação consagrada na regulamentação sobre rácio de solvabilidade.

### Particulares

No domínio dos particulares, existe um scoring reactivo em cada segmento, destinado a avaliar probabilidades de incumprimento (distribuição dos resultados de cada scoring por 10 classes, mais duas em caso de incidente e uma em caso de incumprimento).

Ao longo da vida das operações, as probabilidades de incumprimento vão sendo actualizadas por scorings comportamentais. É de sublinhar que no segmento do Crédito à Habitação, não obstante a difícil conjuntura económica, a probabilidade de incumprimento média da carteira é reduzida (1.75%). Esta evolução favorável deve-se não apenas a um aperto de critérios de decisão, mas também ao natural declínio das probabilidades de incumprimento dos créditos mais antigos (a idade média da carteira ronda os 5 anos e o pico das probabilidades de incumprimento no seu ciclo de vida, situa-se nos 2 anos).

### Probabilidade de incumprimento no crédito a particulares

Classes de risco	Probabilidade de incumprimento a 1 ano <sup>1,2</sup>	Perda em caso de incumprimento	Perda esperada
Crédito à habitação	1.75%	27.35%	0.50%
Crédito pessoal	1.44%	26.83%	0.42%
Crédito automóvel	1.96%	11.52%	0.26%
Cartões de crédito	1.18%	40.64%	0.48%

A estimativa de perda em caso de incumprimento nestes segmentos, é também revista periodicamente ao longo da vida das operações. A expectativa de perda mais reduzida em caso de incumprimento nos segmentos de financiamento automóvel e habitação, prende-se directamente com a existência de garantias reais, facilitando a recuperação dos créditos. A existência de livranças e, por vezes, de colateral financeiro, facilita também a recuperação de montantes (relativamente reduzidos) atribuídos em crédito pessoal.

1) Probabilidade ponderada pelas responsabilidades em carteira ou também potenciais (cartões de crédito).

2) O cálculo da probabilidade de incumprimento média inclui situações de crédito vencido com atraso inferior a 90 dias.

## Rácios financiamento / garantia no crédito habitação

Em 30 de Junho de 2012

	Jun 2012
Novas operações <sup>1</sup>	59.6%
Carteira de crédito habitação	49.8%
Operações em incumprimento (+90 dias)	71.6%

Este sistema de avaliação de risco da contraparte é complementado pelo cálculo do capital em risco, segundo avaliação consagrada na regulamentação sobre rácio de solvabilidade.

## Carteira de títulos de dívida

No que respeita à avaliação dos riscos da carteira de títulos, o BPI recorre sobretudo, a *ratings* externos. Não obstante a vaga de downgrades e o facto de as valorizações a preços de mercado das obrigações em geral conterem, implicitamente, nesta conjuntura, prémios de risco elevados, a carteira de investimento é composta, predominantemente, por títulos de emissores de reduzido risco de crédito.

## Carteira de investimento de obrigações e títulos de rendimento fixo<sup>2</sup>

Valores em M.€

Rating	Dez. 11	%	Jun.12	%
AAA	1	0.0%	1	0.0%
AA	10	0.2%	11	0.1%
A	1 126	17.5%	1 112	12.5%
BBB	1 047	16.3%	1 034	11.6%
BB	2 124	33.0%	4 774	53.7%
B	24	0.4%	29	0.3%
CCC	29	0.4%	56	0.6%
CC	124	1.9%	4	0.0%
Sem rating	639	9.9%	598	6.7%
Papel Comercial garantido por Instituições	90	1.4%	97	1.1%
Papel Comercial não garantido	1 215	18.9%	1 176	13.2%
<b>Total</b>	<b>6 428</b>	<b>100.0%</b>	<b>8 891</b>	<b>100.0%</b>

1) Operações contratadas no mês de Jun. 2012.

2) Inclui carteiras: Disponíveis para Venda, Obrigações classificadas como Empréstimos e Papel Comercial. Não inclui as carteiras do Banco de Fomento Angola e da BPI Vida e Pensões. Dado que em Jun.12 o Fundo BPI Taxa Variável deixou de fazer parte do perímetro de consolidação do Grupo BPI, excluíram-se os títulos de taxa de juro deste fundo para esta data.

## Carteira de acções e participações

Quanto à posição estrutural resultante da carteira de acções ou participações, o risco de mercado da mesma não é facilmente medido por metodologias tradicionais como o VaR, dado o horizonte temporal de investimento, a importância das posições, ou a sua falta de cotação no mercado de acções. Segundo o Acordo de Basileia, este risco é tratado como risco de crédito (e incluído, eventualmente, no tratamento das grandes exposições).

A realização de um *stress test* a esta carteira (quebra de 30% nas cotações) evidencia um capital em risco de 58 M.€.

## Operações de derivados

A análise do risco de crédito proveniente das operações em derivados assenta no conceito de valor de substituição (exposição equivalente a crédito), e em probabilidades de incumprimento e valores de perda em caso de incumprimento inerentes à contraparte e à operação, respectivamente.

No cálculo da exposição influem, naturalmente, os contratos de compensação e colateralização estabelecidos. Estes acordos, que implicam o recebimento (e pagamento) de valores colaterais para cobertura de risco entre as contrapartes, permitiram, no final do primeiro semestre de 2012, uma redução do valor de substituição da carteira de derivados de 592 M.€ (valor bruto) para 265 M.€ (valor líquido, após compensação e colateralização).

### Risco corrente de crédito – valor de substituição de derivados por tipo de contraparte<sup>1</sup>

	Valores em M.€			
	Dez-11	%	Jun-12	%
<b>Mercado de balcão</b>	<b>242.2</b>	<b>100.0%</b>	<b>264.9</b>	<b>100.0%</b>
OTC com Instituições Financeiras	19.2	7.9%	9.6	3.6%
OTC com Outros Intermediários Financeiros	3.8	1.6%	5.6	2.1%
OTC com Sector Público Admin. e Local	0.4	0.2%	0.9	0.3%
OTC com Empresas	214.5	88.5%	245.6	92.7%
OTC com Fundos Investimento / Pensões	0.0	0.0%	0.0	0.0%
OTC com Particulares	4.4	1.8%	3.2	1.2%
<b>Mercados regulamentados (bolsas)</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>242.3</b>	<b>100.0%</b>	<b>264.9</b>	<b>100.0%</b>

Esta forma de avaliação de exposição ao risco de contraparte é completada pela tradicional abordagem regulamentar (requisitos de fundos próprios por capital em risco).

#### Níveis de incumprimento, provisionamento e recuperação

O BPI mantém indicadores de qualidade de crédito em níveis relativamente bons e um provisionamento adequado do risco.

No final de Junho de 2012, o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias era de 2.6% no consolidado. Na actividade doméstica, que representa cerca de 96% da

1) O valor de substituição total é a soma dos valores de substituição das contrapartes quando positivos. Não inclui opções inseridas em obrigações emitidas ou compradas. O valor de substituição incorpora o efeito de redução do risco que resulta da compensação entre saldos credores e devedores entre a mesma contraparte e da existência de acordos com as contrapartes que servem de garantia ao cumprimento das responsabilidades.

carteira de crédito consolidada, o rácio de crédito vencido (há mais de 90 dias) era de 2.5% e na actividade internacional (em Angola), que representa 4% da carteira de crédito consolidada, era de 4.8%.

O crédito em risco, de acordo com a definição do Banco de Portugal, que para além do crédito vencido há mais de 90 dias inclui também o crédito vincendo associado, crédito reestruturado e situações de insolvência, correspondia a 3.6% da carteira de crédito bruta consolidada no final de Junho de 2012. Na actividade doméstica aquele rácio era de 3.4% e na actividade internacional (em Angola) era de 6.8%.

As imparidades reconhecidas no 1.º semestre de 2012, deduzidas de recuperações de crédito, representaram 0.83% da carteira de crédito média, em termos anualizados.

As imparidades acumuladas no balanço para créditos com prestações em incumprimento<sup>2</sup> e garantias (reais e pessoais) asseguravam uma cobertura de 83% da totalidade da exposição em operações com capital ou juros em mora, considerando para o efeito todas as operações com prestações de capital ou juros em atraso há mais de 30 dias e incluindo o crédito vincendo associado.

Em 30 de Junho, o BPI tinha imparidades acumuladas para imóveis recebidos por recuperação de crédito que cobriam 39% do seu valor bruto de balanço. O valor líquido de balanço daqueles imóveis era de 92.2 M.€, o que comparava com um valor de mercado dos mesmos imóveis de 164.8 M.€

2) Adicionalmente, o BPI tinha 300.6 M.€ de imparidades para créditos sem qualquer prestação em atraso e para garantias. Considerando também este valor, a cobertura do crédito vencido total e vincendo associado ascende a 106%.

## Crédito a Clientes vencido e imparidades

Valores em M.€

		30 Jun. 11	31 Dez. 11	30 Jun. 12		
		Consolidado	Consolidado	Actividade doméstica	Actividade internacional	Consolidado
Carteira de crédito a Clientes (bruta)	1	29 710.7	28 994.5	27 631.8	1 300.4	28 932.2
<b>Crédito vencido, vincendo e imparidades</b>						
Crédito vencido há mais de 90 dias	2	677.4	686.6	687.6	62.2	749.9
Crédito em incumprimento (crédito vencido há mais de 90 dias e crédito de cobrança duvidosa) <sup>1,2</sup>	3	700.4	700.4	708.4	62.2	770.7
Crédito em risco <sup>1,3</sup>	4	895.8	923.9	939.8	89.0	1 028.8
Crédito vencido há mais de 30 dias	5	702.8	728.4	732.3	63.8	796.1
Imparidades de crédito (acumuladas no balanço)	6	617.0	642.9	667.8	91.3	759.1
<b>Rácios (em % do crédito total)</b>						
Crédito vencido há mais de 90 dias em % do crédito total [=2/1]	7	2.3%	2.4%	2.5%	4.8%	2.6%
Crédito em incumprimento em % do crédito total <sup>1,2,4</sup>	8	2.4%	2.5%	2.6%	4.8%	2.7%
Crédito em incumprimento, líquido de imparidades acumuladas em percentagem do crédito líquido total <sup>1,4</sup>	9	0.4%	0.3%	0.3%	-1.9%	0.2%
Crédito em risco em % do crédito total <sup>1,3,4</sup>	10	3.0%	3.2%	3.4%	6.8%	3.6%
Crédito em risco, líquido de imparidades acumuladas em percentagem do crédito líquido total <sup>1,4</sup>	11	1.1%	1.1%	1.1%	0.3%	1.1%
Crédito vencido há mais de 30 dias em % do crédito total [=5/1]	12	2.4%	2.5%	2.7%	4.9%	2.8%
Imparidades de crédito (acumuladas no balanço) em % do crédito total [=6/1]	13	2.1%	2.2%	2.4%	7.0%	2.6%
Imparidade do crédito, em % do crédito vencido (+ 90 dias)[= 6/2]	14	91.1%	93.6%	97.1%	146.7%	101.2%
Write-offs no período	15	38.2	86.3	33.3	0.0	33.3
Recuperações de crédito e juros vencidos abatidos ao activo	16	9.5	20.3	6.4	1.3	7.7

1) Calculado de acordo com a Instrução 23 / 2011 do Banco de Portugal.

2) Crédito vencido há mais de 90 dias e de cobrança duvidosa tratado como vencido para efeitos de provisionamento.

3) De acordo com Instrução 23/2011 do Banco de Portugal, inclui crédito vencido há mais de 90 dias, crédito vincendo associado, crédito reestruturado (anteriormente com prestações em atraso há mais de 90 dias e sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos) e situações de insolvência ainda não contempladas no crédito vencido há mais de 90 dias.

4) Para efeito de cálculo dos indicadores de qualidade do crédito é considerado o perímetro do Grupo sujeito à supervisão do Banco de Portugal pelo que no caso do BPI, a BPI Vida e Pensões é reconhecida por equivalência patrimonial (enquanto nas contas consolidadas, de acordo com as normas IAS/IFRS, aquela entidade é consolidada por integração global).

As entradas de novo crédito em incumprimento (há mais de 90 dias) no 1º semestre de 2012, calculadas como a variação do saldo de crédito vencido entre o início e o fim do semestre sendo adicionada dos write-offs efectuados nesse período, ascenderam a 89.8 M.€, o que correspondeu a 0.64% da carteira de crédito média consolidada, em termos anualizados.

Por outro lado recuperaram-se 7.7 M.€ de crédito e juros vencidos anteriormente abatidos ao activo.

Deste modo, as entradas de novo crédito em incumprimento (há mais de 90 dias), líquidas de recuperações de crédito, ascenderam a 82.1 M.€, o que correspondeu a 0.59% da carteira média de crédito, em termos anualizados.

A perda líquida de crédito, medida pelas imparidades de crédito reconhecidas no período e deduzidas das recuperações de crédito vencido, ascendeu a 138.8 M.€ no 1º semestre de 2012. As imparidades deduzidas de

recuperações representaram 0.83% da carteira de médio de crédito produtivo, em termos anualizados (0.82% na actividade doméstica e 1.06% na actividade internacional).

### Perda de crédito e custo do risco

Valores em M.€

		Actividade doméstica		Actividade internacional		Grupo BPI (consolidado)	
		1º sem.11	1º sem.12	1º sem.11	1º sem.12	1º sem.11	1º sem.12
<b>Carteira de crédito produtivo (saldo médio)</b>	1	<b>28</b> <b>253.3</b>	<b>26</b> <b>967.5</b>	<b>1 088.3</b>	<b>1 083.8</b>	<b>29</b> <b>341.5</b>	<b>28</b> <b>051.3</b>
<b>Variação do crédito vencido</b>							
<b>Aumento do crédito vencido (há mais de 90 dias), ajustado por write-offs</b>	2	125.4	92.2	13.3	- 2.4	138.6	89.8
em percentagem da carteira de crédito (saldo médio) <sup>1</sup> [= 2/1]	3	0.89%	0.68%	2.44%	-0.45%	0.94%	0.64%
– Recuperações de crédito e juros vencidos abatidos ao activo	4	7.7	6.4	1.8	1.3	9.5	7.7
<b>= Aumento do crédito vencido (há mais de 90 dias), ajustado por write-offs e deduzido das recuperações de crédito vencido [= 2-4]</b>	5	<b>117.6</b>	<b>85.8</b>	<b>11.5</b>	<b>- 3.7</b>	<b>129.1</b>	<b>82.1</b>
em percentagem da carteira de crédito (saldo médio) <sup>1</sup> [= 5/1]	6	0.83%	0.64%	2.11%	-0.68%	0.88%	0.59%
<b>Perda líquida de crédito</b>							
Imparidades de crédito	7	73.2	139.4	6.6	7.0	79.8	146.5
em percentagem da carteira de crédito (saldo médio) <sup>1,2</sup> [= 7/1]	8	0.52%	0.87%	1.21%	1.29%	0.54%	0.89%
– Recuperações de crédito e juros vencidos abatidos ao activo	9	7.7	6.4	1.8	1.3	9.5	7.7
<b>= Perda líquida de crédito [= 7 - 9]</b>	10	<b>65.5</b>	<b>133.0</b>	<b>4.8</b>	<b>5.8</b>	<b>70.3</b>	<b>138.8</b>
em percentagem da carteira de crédito (saldo médio) <sup>1,2</sup> [= 10/1]	11	0.46%	0.82%	0.88%	1.06%	0.48%	0.83%

1) Em termos anualizados.

2) Relativamente ao 1º semestre de 2012, não foi anualizado o montante de 44 M.€ de reforço de imparidades no semestre.

O quadro seguinte apresenta os rácios de crédito vencido há mais de 90 dias e vincendo associado e as imparidades no

balanço, por segmento de mercado, bem como o contributo de cada segmento para a carteira de crédito bruta.

### Crédito vencido e imparidades acumuladas no balanço, por segmentos de mercado

		30 Jun. 11			30 Jun. 12			
		Carteira de crédito (bruta), em% do total	Crédito vencido (+90 dias) e crédito vincendo associado	Imparidades acumuladas no balanço	Carteira de crédito (bruta), em% do total	Crédito vencido (+90 dias) e crédito vincendo associado	Imparidades acumuladas no balanço	
<b>Actividade doméstica</b>								
Banca de Empresas, Banca Institucional e Project Finance	1	42%	2.6%	2.0%	40%	3.0%	2.9%	
Banca de Particulares, Empresários e Negócios								
Crédito hipotecário	2	39%	2.5%	0.9%	42%	3.1%	1.2%	
Crédito a particulares – outros fins	3	4%	3.0%	3.0%	4%	3.8%	3.6%	
Crédito a empresários e negócios	4	8%	5.5%	4.8%	6%	8.4%	7.2%	
	[=Σ 2 a 4]	5	52%	3.0%	1.7%	53%	3.8%	2.1%
Outros	6	3%	0.5%	3.5%	3%	0.8%	1.1%	
	[=1+5+6]	7	<b>96%</b>	<b>2.8%</b>	<b>1.9%</b>	<b>96%</b>	<b>3.4%</b>	<b>2.4%</b>
<b>Actividade internacional</b>	8	<b>4%</b>	<b>8.7%</b>	<b>7.7%</b>	<b>4%</b>	<b>6.8%</b>	<b>7.0%</b>	
<b>Total</b>	[=7+8]	9	<b>100%</b>	<b>3.0%</b>	<b>2.1%</b>	<b>100%</b>	<b>3.5%</b>	<b>2.6%</b>
Por memória:								
<b>Rácio de crédito em risco</b>								
Actividade doméstica			2.8%			3.4%		
Actividade internacional			8.7%			6.8%		
<b>Consolidado</b>			<b>3.0%</b>			<b>3.6%</b>		

No final de Junho de 2012, o crédito vencido total (prestações de capital e juros em atraso há mais de 30 dias) ascendia a 796.1 M.€ e a parte não vencida nessas operações de crédito ascendia a 512.0 M.€.

Em termos médios, a totalidade da exposição a operações com prestações de capital ou juros em mora (crédito vencido total e prestações vincendas associadas) encontrava-se coberta a 83% pelo valor das garantias reais (622.5 M.€) e imparidades individuais constituídas para esses créditos (458.6 M.€).

### Crédito vencido há mais de 30 dias e crédito produtivo associado a crédito vencido

Valores em M.€

Em 30 de Junho de 2012

		Crédito com incumprimento			Garantias reais <sup>2</sup> (hipotecas e outras <sup>3</sup> )	Imparidades <sup>4</sup>
		Vencido	Vincendo <sup>1)</sup>	Total		
Crédito com garantias reais	1	327.7	354.1	681.8	622.5	168.3
Crédito sem garantias	2	468.4	158.0	626.4		290.2
	[= 1+2]	<b>796.1</b>	<b>512.0</b>	<b>1 308.1</b>	<b>622.5</b>	<b>458.6</b>

1) Crédito produtivo associado a crédito em incumprimento.

2) Considerou-se o valor em dívida quando este é inferior ao justo valor das garantias reais.

3) Incluem penhor de depósitos e de valores mobiliários.

4) No cálculo de imparidades em crédito hipotecário relativamente ao qual se iniciou processo judicial de recuperação, o valor dos imóveis (considerado) é o valor de execução, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

No final de Junho de 2012, o BPI detinha em carteira imóveis recebidos por recuperações de crédito com um valor bruto de balanço de 150.8 M.€. Deste valor, 57.2 M.€ dizem respeito a imóveis provenientes de recuperação de créditos à habitação e 93.6 M.€ dizem respeito a imóveis recebidos por recuperações de outros créditos.

Em 30 de Junho, o montante acumulado de imparidades para imóveis recebidos por recuperação de crédito ascendia a 58.6 M.€, o que correspondia a 39% do seu valor bruto de balanço. Deste modo, o valor líquido de balanço destes imóveis era de 92.2 M.€, o que compara com um valor de mercado dos mesmos imóveis de 164.8 M.€.

#### Imóveis por recuperação de créditos

Valores em M.€

		30 Jun. 11	31 Dez. 11	30 Jun. 12
<b>Habitação</b>				
Valor bruto	1	51.2	52.1	57.2
Imparidade	2	18.0	19.6	24.6
<b>Valor líquido</b> [= 1-2]	3	<b>33.2</b>	<b>32.4</b>	<b>32.6</b>
<b>Imparidades em % do valor bruto</b>	4	<b>35%</b>	<b>38%</b>	<b>43%</b>
Valor de mercado	5	64.7	65.1	71.1
<b>Outros</b>				
Valor bruto	6	71.4	87.1	93.6
Imparidade	7	28.7	33.9	34.0
<b>Valor líquido</b> [= 6-7]	8	<b>42.7</b>	<b>53.2</b>	<b>59.6</b>
<b>Imparidades em % do valor bruto</b>	9	<b>40%</b>	<b>39%</b>	<b>36%</b>
Valor de mercado	10	75.6	98.8	93.8
<b>Total</b>				
Valor bruto	11	122.6	139.2	150.8
Imparidade	12	46.7	53.6	58.6
<b>Valor líquido</b> [= 11-12]	13	<b>75.8</b>	<b>85.6</b>	<b>92.2</b>
<b>Imparidades em % do valor bruto</b>	14	<b>38%</b>	<b>38%</b>	<b>39%</b>
Valor de mercado	15	140.3	163.9	164.8

No cálculo das imparidades para imóveis recebidos por recuperação de crédito, o Banco BPI utiliza critérios especialmente prudentes, que a seguir se enunciam.

Nos imóveis recebidos por operações de crédito à habitação, o valor da imparidade corresponde à diferença, se positiva, entre o valor bruto e o valor de avaliação depois de considerados determinados factores de desconto a este.

Data de aquisição do imóvel (DA) em anos	Factor de desconto aplicado ao valor de avaliação	Imparidade, se valor avaliação igual ao valor bruto
DA ≤ 1 ano	25%	25%
1 ano < DA ≤ 2 anos	50%	50%
2 anos < DA ≤ 3 anos	75%	75%
DA > 3 anos, arrendados ou sem condições de venda	100%	100%

Nos restantes imóveis são considerados os seguintes valores mínimos para as imparidades, se as avaliações não determinarem o registo de imparidades mais elevadas.

Antiguidade do imóvel (DA) em anos	Imparidade mínima
2 anos < DA ≤ 5 anos	30% VB
DA > 5 anos	50% VB
Sem condições de venda	100% VB

VB = Valor Bruto.

#### RISCO PAÍS

##### Processo de gestão

O risco país, sendo muito semelhante nos efeitos ao risco de contraparte, está associado a alterações ou perturbações específicas de natureza política, económica ou financeira, nos locais onde operam as contrapartes (ou, mais raramente, num terceiro país onde o negócio tem lugar), que vêm impedir o integral cumprimento do contrato, independentemente da vontade ou capacidade das contrapartes. A designação “risco país” é ainda utilizada para classificar o risco de contraparte envolvido em empréstimos a entidades estatais, dada a semelhança entre os métodos de análise do risco país e do risco de contraparte de um Estado (risco soberano).

A Comissão Executiva do Conselho de Administração aprova a lista de países para os quais é autorizada a exposição ao risco-país. Em termos genéricos, poderão ser considerados países elegíveis, os mercados emergentes de grande dimensão aderentes à economia de mercado, abertos ao comércio internacional e com importância estratégica no quadro político internacional.

Adicionalmente, as operações definidas como elegíveis são os financiamentos de curto prazo de comércio externo, os empréstimos de certos bancos multilaterais, as operações de médio prazo com cobertura de risco político ou que, pela sua estruturação, não estejam sujeitas a risco de transferência.

## Avaliação da exposição ao risco país

### Exposição a risco-país

Em 30 de Junho de 2012

Valores em M.€

País	Rating	Exposição Bruta <sup>1</sup>	Garantias Pessoais <sup>2</sup>	Garantias Financeiras <sup>2</sup>	Exposição Líq.
<b>Países do Grupo I<sup>3</sup></b>		<b>5 778.5</b>	<b>23.1</b>	<b>( 481.7)</b>	<b>5 319.9</b>
<b>Espaço Euro</b>		<b>4 930.3</b>	<b>9.4</b>	<b>( 423.7)</b>	<b>4 516.0</b>
	AAA	1 244.1	0.5	( 49.8)	1 194.8
	AA	49.7		( 9.8)	39.9
	A	1 051.2		( 0.0)	1 051.1
	BBB	2 536.3	8.9	( 364.1)	2 181.1
	BB	0.3			0.3
	CCC	48.7			48.7
<b>Outros Países da UE</b>		<b>526.0</b>	<b>4.3</b>	<b>( 46.0)</b>	<b>484.3</b>
	AAA	525.1	4.3	( 46.0)	483.4
	A	0.8			0.8
	BBB	0.1			0.1
	BB	0.1			0.1
Suiça	AAA	179.0	9.4	( 2.9)	185.5
EUA	AAA	62.5		( 4.4)	58.1
Outros		16.3		( 0.5)	15.7
Offshores		64.4		( 4.1)	60.3
<b>Países do Grupo II<sup>4</sup></b>		<b>622.4</b>	<b>( 185.5)</b>	<b>( 30.9)</b>	<b>406.0</b>
Brasil	BBB	56.5		( 1.1)	55.4
Trade		13.7			13.7
Finance		42.8		( 1.1)	41.7
Outra		328.1	( 129.1)	( 13.1)	185.9
Angola	BB	10.2			10.2
Trade		317.9	( 129.1)	( 13.1)	175.7
Finance		41.2			41.2
Outra		2.2			2.2
Rússia	BBB	0.3			0.3
Cazaquistão	BBB	1.8			1.8
Trade		10.1			10.1
Finance		61.3		( 0.2)	61.1
Outra		18.9		( 0.9)	18.0
Turquia	BB	19.8	( 0.0)	( 6.2)	13.6
México	BBB	62.0	( 57.3)		4.7
Moçambique	B	17.4		( 9.4)	8.0
Venezuela	B	5.0	0.9	( 0.1)	5.8
Cabo Verde	BBB				
África do Sul					
Outros					
<b>Filiais</b>		<b>300.8</b>			<b>300.8</b>
Angola (BFA)		263.7			263.7
Moçambique (BCI)		37.0			37.0
<b>TOTAL</b>		<b>6 701.7</b>	<b>( 162.4)</b>	<b>( 512.6)</b>	<b>6 026.7</b>

1) A exposição bruta inclui operações de Balanço e Fora de Balanço (exposição corrente de derivados).

2) As garantias prestadas por uma entidade de um país a uma entidade de outro país surgem com sinal negativo (diminuem a exposição), face ao país beneficiário da garantia; e surgem com sinal positivo (aumentam a exposição), face ao país que a concede.

3) Grupo I - Autorização genérica para operações dentro do país sujeita aos limites individuais aplicáveis. Inclui operações com bancos domiciliados nos centros offshore,

A avaliação individual do risco de cada país é efectuada com o apoio de ratings externos, estudos externos (IIF e outros) e estudos internos elaborados pela Direcção Financeira.

A exposição ao risco país / soberano por via da actividade de trading, está englobada na secção sobre riscos de mercado-trading.

## RISCOS DE MERCADO – POSIÇÕES DE TRADING

### Processo de gestão

O risco de mercado ou de preço (taxas de juro, taxas de câmbio, preço de acções, preço de mercadorias e outros), define-se como a possibilidade de incorrer em perdas, devido a variações inesperadas do preço de instrumentos ou de operações.

As posições de *trading* são geridas autonomamente pelos *traders* e mantidas dentro dos limites de exposição por mercado ou produto, fixados e revistos periodicamente. Há diferentes limites de exposição, incluindo limites globais de VaR fixados pela Comissão Executiva de Riscos Globais e distribuídos depois, autonomamente, pelos diversos livros, pelas direcções envolvidas na actividade de *trading*. São definidos adicionalmente, limites de *stop-loss*.

Regra geral, o Banco abstém-se de quaisquer posições abertas em venda de opções.

### Avaliação da exposição ao risco de mercado – trading

No caso da avaliação da exposição em operações de *trading*, é executada diariamente uma rotina de cálculo do VaR – *Value at Risk* – segundo hipóteses estandardizadas, constantes, em regra, do conjunto de recomendações do BIS. A exposição devida a opções é controlada a partir de modelos específicos. A informação proveniente do Sistema de Avaliação e Controlo de Risco está disponível *on-line* para os utilizadores autorizados.

desde que esses bancos sejam detidos a 100% ou sejam sucursais de contrapartes autorizadas cujas sedes são domiciliadas nos países do Grupo I.

4) Grupo II - Restantes Países / Operações.

Os valores de VaR encontrados mostram que os níveis de exposição em trading são materialmente irrelevantes.

Risco de mercado em livros de trading <sup>1</sup>	Valores em M.€			
	Dez-11		Jun-12	
	VaR Médio	VaR Máximo	VaR Médio	VaR Máximo
Risco de Taxa Juro	0.7	8.3	2.9	8.1
Risco Cambial	0.3	1.4	0.5	1.0
Risco de Acções	0.5	2.6	0.6	2.6
Risco de Mercadorias	0.0	0.0	0.0	0.0
Risco Spread	0.0	0.0	0.0	0.0

### RISCOS DE MERCADO – POSIÇÃO ESTRUTURAL DE RISCO DE TAXA DE JURO

#### Processo de gestão

A gestão do risco de taxa de juro de posições estruturais (excluindo portanto, a actividade de trading) até 1 ano, encontra-se delegada na Direcção Financeira, dentro de limites definidos pela Comissão Executiva de Riscos Globais.

As posições estruturais de longo prazo de risco de taxa de juro gerem-se segundo as directrizes estabelecidas pela Comissão Executiva de Riscos Globais.

#### Avaliação da exposição ao risco estrutural de taxa de juro

A avaliação das posições de tesouraria (curto prazo) e das demais posições estruturais sujeitas a risco de taxa de juro (longo prazo), assenta em mapas de *gaps* (*gaps* cambiais, *gaps* de *repricing*, *gaps* de duração).

Adicionalmente são efectuados diversos stress tests (deslocação paralela de curvas de rendimento, inclinação de curvas, risco de spread / basis).

Em 30 de Junho de 2012, o *gap* de *repricing* (de taxas de juro) acumulado até 1 ano ascendia a 4 670 M.€.

1) Perda máxima potencial, com um nível de confiança de 99%, resultante de uma evolução desfavorável dos preços, índices e taxas de juro num horizonte temporal de duas semanas, considerando no cálculo do risco global o efeito de correlação dos retornos. É assumida uma distribuição normal dos retornos. VaR máximo extraído de cálculos diários.

### Risco de taxa de juro<sup>2</sup>

Posição estrutural, em 30 de Junho de 2012 Valores em M.€

	1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 7 anos	7 a 15 anos	> 15 anos
Gap acumulado	4 670	4 807	4 667	4 918	5 124	5 347

O Banco está estruturalmente exposto ao risco de queda das taxas de juro, com uma perda de margem financeira de 23.7 M.€ associada a um stress test de variação de taxas de juro em 100 pontos base.

### RISCOS DE MERCADO – POSIÇÃO ESTRUTURAL DE RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

#### Processo de gestão

A gestão do risco de taxa de câmbio de posições estruturais resultantes do negócio com os Clientes do Banco encontra-se delegada na Direcção Financeira, dentro de linhas de acção traçadas superiormente. Regra geral, o Banco procura a cobertura substancial destas posições cambiais.

As posições estruturais cambiais resultantes de investimentos ou participações gerem-se segundo as directrizes estabelecidas pela Comissão Executiva de Riscos Globais. A “cobertura” ou a “não cobertura” são opções a decidir em função das perspectivas de evolução das taxas de câmbio e do nível de risco envolvido.

#### Avaliação da exposição ao risco estrutural de taxa de câmbio

No domínio cambial, a posição em kuanzas atinge um valor significativo devido à participação financeira no BFA. As posições nas restantes moedas não têm expressão significativa. Um *stress test* a esta exposição estrutural (depreciação entre 20% e 30%), revela um capital em risco de 125 M.€.

2) Os depósitos à ordem de Clientes foram considerados não sensíveis à taxa de juro.

**Risco de taxa de câmbio**

Posição estrutural, em 30 de Junho de 2012

Valores em M.€

Tipo de instrumento financeiro	Activos e passivos por moedas				
	EUR	USD	AKZ	Outras moedas	Total
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	423	474	415	3	1 316
Disponibilidades em outras instituições de crédito	291	23	25	32	371
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	784	105	67	5	961
<b>Activos</b> financeiros disponíveis para venda	8 491	1 318	631	0	10 442
Aplicações em instituições de crédito	701	347	746	3	1 798
Crédito a clientes	26 656	761	628	167	28 212
Investimentos detidos até à maturidade	480				480
Derivados de cobertura	295	5		8	308
Devedores e outras aplicação	51	153	2	0	206
	<b>38 172</b>	<b>3 187</b>	<b>2 514</b>	<b>219</b>	<b>44 093</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de Bacos Centrais	4 038				4 038
Passivos financeiros detidos para negociação	315	40		0	355
Recursos de outras instituições de crédito	1 195	203	0	3	1 401
Recursos de clientes e outros empréstimos	18 898	4 038	2 015	185	25 136
Responsabilidades representadas por títulos	4 926	144		69	5 139
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 691				1 691
Derivados de cobertura	667	19		0	686
Provisões	107	35	1	1	144
Provisões técnicas	2 351				2 351
Passivos subordinados	1 501				1 501
Títulos de participação	175				175
	<b>35 863</b>	<b>4 480</b>	<b>2 016</b>	<b>258</b>	<b>42 616</b>
Operações cambiais a prazo	(1 374)	1 373	(23)	42	18
Posição estrutural		16	408	(1)	
Stress Test <sup>1</sup>		<b>3</b>	<b>122</b>	<b>(0)</b>	125

1) O stress test é calculado sobre a posição estrutural em moedas. A posição estrutural é calculada retirando as rubricas relativas aos activos e passivos detidos para negociação e ao justo valor através de resultados. O stress test representa o impacto de uma variação positiva de 20% nas taxas de câmbio, com excepção do Kwanza em que se considerou uma variação de 30%.

## RISCO DE LIQUIDEZ

### Processo de gestão

O risco de liquidez é acompanhado em duas vertentes:

- i) na transaccionabilidade dos activos ;
- ii) na globalidade, sendo o risco de liquidez definido como a capacidade de acompanhar o crescimento do activo e de satisfazer as necessidades de tesouraria em cada momento.

Ao nível dos diversos activos é mantida uma constante vigilância sobre a possibilidade de transacção dos mesmos (quotas de mercado do BPI, números de dias para desfazer posições, dimensão e volatilidade), respeitando limites de actuação em cada mercado.

Ao nível global, a estratégia de gestão do risco de liquidez é da competência da Comissão Executiva de Riscos Globais e da Direcção Financeira do Grupo, suportada no acompanhamento constante dos movimentos de liquidez e no nível de exposição.

### Liquidez e Funding

Tendo em conta o contexto de mercado verificado no 1º semestre de 2012 o BPI continuou a manter a gestão de liquidez como uma das principais prioridades, o que se traduz na seguinte forma de actuação:

- acompanhamento permanente do gap de liquidez de curto prazo, tendo em conta os movimentos de grande montante, bem como as operações de natureza comercial com impacto relevante;
- utilização criteriosa do financiamento junto do BCE;
- incremento da carteira de activos elegíveis para financiamento junto do Eurosistema;
- acompanhamento dos recursos de clientes, que continua a ser a principal fonte de financiamento.

Merecem referência três eventos ocorridos no semestre com relevo na gestão de liquidez durante o período: (i) participação nas 2 operações de financiamento a 3 anos realizadas pelo BCE, tendo o BPI obtido 4 mil M.€; (ii) a emissão no final de Junho de 1.5 mil M.€ de obrigações subordinadas de conversão contingente subscritas pelo Estado Português, no quadro do Plano de Recapitalização; (iii) a conclusão da transferência de parte dos activos dos fundos de pensões para a Segurança Social que conforme acordado com o Estado foi efectuada até final do semestre (0.6 mil M.€).

### Gap de curto prazo

O Gap de financiamento de curto prazo do BPI (actividade doméstica) passou de - 3.9 m.M.€ em Dezembro 2011 para - 5.6 m.M.€ em Junho 2012.

Esta evolução reflecte principalmente o aumento dos recursos obtidos junto do BCE e a emissão de instrumento de capital core tier I no quadro do plano de recapitalização, sendo que parte da liquidez obtida foi utilizada na compra de dívida pública portuguesa de curto prazo (Bilhetes do Tesouro) e Obrigações do Tesouro:

- Em Dezembro de 2011 e em Fevereiro 2012 o Banco Central Europeu anunciou a possibilidade de financiamento por um prazo de 3 anos com opção de reembolso antecipado ao fim de 1 ano. O BPI recorreu a esta forma de financiamento pelo valor de 4 mil M.€.
- No final de semestre, o BPI emitiu 1.5 mil M.€ de obrigações subordinadas de conversão contingente e subscritas pelo Estado, ao abrigo da linha de recapitalização do sistema bancário português. Este valor foi posteriormente reduzido para 1.3 mil M.€, após conclusão do aumento de capital, em Agosto, pela utilização do respectivo encaixe (200 M.€) na recompra ao Estado de parte daqueles instrumentos, conforme previsto no plano de recapitalização.

No final de Junho de 2012, o financiamento de curto prazo estruturava-se da seguinte forma:

- posição devedora líquida no mercado monetário interbancário de 0.8 mil M.€;
- reportes de títulos de 0.7 mil M.€. Refira-se que enquanto a dívida portuguesa, por via do risco de correlação entre contraparte e país, continua a não ser reportável, a dívida irlandesa voltou a ser transaccionada na LCH Clearnet sem dificuldade.
- financiamento junto do BCE de 4.0 mil M.€.

## Financiamento da posição de liquidez de curto prazo

		Valores em M.€	
		31 Dez. 2011	30 Jun. 2012
Aplicações de curto prazo			
Créditos sobre instituições de crédito	1	152	74
[ = 1 ]	2	<b>152</b>	<b>74</b>
Financiamento de curto prazo			
Mercado monetário	3	(1 074)	(870)
Reportes de títulos	4	(1 143)	(718)
[ = 3+4 ]	5	<b>(2 216)</b>	<b>(1 587)</b>
Euro commercial paper	6	(30)	(45)
Financiamento líquido junto do BCE	7	(1 800)	(4 000)
[ = ∑ 5 a 7 ]	8	<b>(4 045)</b>	<b>(5 632)</b>
Total gap curto prazo [ = 1+8 ]	9	<b>(3 894)</b>	<b>(5 558)</b>

## Activos elegíveis

As regras de elegibilidade de activos junto do Eurosistema foram flexibilizadas, permitindo a constituição de portfolios compostos por crédito à habitação, crédito a empresas e crédito ao consumo.

Esta alteração gerou um aumento no valor da carteira elegível para o BCE de 570 milhões de euros, já depois de aplicados os haircuts regulamentares. O aumento do valor da carteira face a Dezembro reflecte ainda a mencionada compra de dívida pública portuguesa.

No final de Junho de 2012, o BPI dispunha de uma carteira de activos elegíveis para o Eurosistema de 9.8 mil M.€ (valores líquidos de valorizações e haircuts).

Tendo em conta as utilizações da carteira nessa data, para reportes ou financiamento junto do BCE, o BPI dispunha ainda de activos elegíveis susceptíveis de serem utilizados em operações junto do BCE de 4.5 mil M.€.

## Activos elegíveis para o eurosistema

		Valores em M.€	
		31 Dez. 11	30 Jun. 12
<b>Activos elegíveis totais<sup>1</sup></b>	1	<b>6 974</b>	<b>9 780</b>
dos quais: comprometidos <sup>2</sup>	2	1 257	1 220
<b>Activos elegíveis líquidos [ = 1 - 2 ]</b>	3	<b>5 717</b>	<b>8 560</b>
Colateral entregue ao BCE	4	2 300	4 017
<b>Activos elegíveis disponíveis [ = 3 - 4 ]</b>	5	<b>3 417</b>	<b>4 543</b>

1) Activos elegíveis totais, líquidos de valorizações e haircuts e antes de utilizações.

2) Activos comprometidos perante outras entidades que não o BCE.

## Refinanciamento da dívida de médio e longo prazo e recompra de dívida própria

Durante o primeiro semestre o Banco reembolsou 894 M.€ de dívida de médio e longo prazo, valor a que acresce, já em Julho, o reembolso da emissão de Obrigações Hipotecárias BPI 2012, no montante total de 1 000 milhões de euros. O BPI dispendeu ainda 347 M.€ em operações de recompra de dívida própria entre Dezembro e Junho.

O montante de amortizações de dívida própria a ocorrer entre Julho e o final de 2012 diz respeito à amortização de empréstimos de médio e longo prazo e ascende apenas a 32 M.€.

Para os anos seguintes, as necessidades de liquidez decorrentes do programa de vencimentos de dívida de médio e longo prazo do BPI são reduzidas: 364 M.€ entre 2013 e o final de 2017, uma vez que as amortizações de dívida própria (1 929 M.€) são em grande parte compensadas pelo reembolso de obrigações detidas em carteira (1 564 M.€).

## Recursos de Clientes

Em termos da composição dos recursos de clientes verificou-se um decréscimo substancial nas obrigações emitidas e nos seguros de capitalização, e um aumento nos depósitos. A progressão dos recursos de Clientes deve, ainda assim ser apreciada, tendo em conta a colocação pelo Banco, junto da sua base de Clientes, de emissões de obrigações de empresas nacionais realizadas no ano corrente.

O rácio consolidado de transformação de depósitos em crédito era 107% em Junho, de acordo com as regras do Banco de Portugal (Instrução 23/2011).

## Recursos de Clientes com registo no Balanço

	Valores em M.€			
	Actividade doméstica		Consolidado	
	31-Dez-11	30-Jun-12	31-Dez-11	30-Jun-12
Depósitos de Clientes	19 022	19 293	23 778	24 205
Obrigações e outros títulos colocados junto de clientes	3 345	2 330	3 345	2 330
	<b>22 367</b>	<b>21 623</b>	<b>27 123</b>	<b>26 535</b>
Seguros de capitalização	3 205	2 874	3 205	2 874
<b>Total</b>	<b>25 572</b>	<b>24 497</b>	<b>30 328</b>	<b>29 409</b>

## RISCOS OPERACIONAIS

### Processo de gestão

No Grupo BPI, a gestão do risco operacional, que por definição é o risco de prejuízos financeiros provocados por deficiências na definição ou execução de procedimentos, falhas nos sistemas de informação ou como consequência de factores externos, assenta nos seguintes vectores:

- Envolvimento activo da CECA, aprovando e revendo periodicamente os princípios de identificação, de avaliação, de controlo, de monitorização e de mitigação do risco operacional enquanto categoria específica de risco. Este envolvimento é garantido pela existência de um Comité de Risco Operacional.
- Centralização da função de controlo do risco operacional numa área com responsabilidades de concepção e desenvolvimento de metodologias para gestão do risco e que assegure o sistema de reporte numa perspectiva global e integrada. Esta área está integrada na Direcção de Organização.
- Definição de procedimentos para detectar, avaliar, reduzir e monitorizar o risco operacional. O modelo de gestão baseia-se num sistema de auto-avaliação dos riscos associados a processos e no reporte descentralizado de ocorrências.
- Definição de medidas mitigadoras de risco operacional potencial ou efectivo assim como de indicadores que permitam a monitorização do mesmo.

### Avaliação da exposição ao risco operacional

As ocorrências de risco operacional são tipificadas utilizando a tabela de riscos prevista na regulamentação do Banco de Portugal.

Em termos de frequência as ocorrências de risco operacional no 1º semestre de 2012 foram ligeiramente superiores às do período homólogo em 2011 (1 306 eventos).

O impacto financeiro negativo associado a estas ocorrências atingiu 1.2 M.€. <sup>1</sup>

### Continuidade de negócio

O BPI, no âmbito da Gestão da Continuidade de Negócio e em conformidade com as recomendações das Entidades Supervisoras, estabeleceu um conjunto de políticas e

1) Estes dados são válidos na data de elaboração do relatório, sendo passíveis de alterações de acordo com o evoluir de cada processo.

procedimentos que visam assegurar a manutenção do funcionamento contínuo da organização, ou – caso tal seja de todo impossível – garantir a recuperação atempada da actividade, minimizando o impacto no negócio.

A Gestão da Continuidade de Negócio no Grupo BPI está assente em órgãos específicos: Comité de Continuidade de Negócio, Área de Gestão da Continuidade de Negócio e nos elementos que, em cada um dos órgãos do Grupo, asseguram a identificação das actividades críticas e a implementação dos planos de contingência nas respectivas áreas.

Os Planos de Continuidade de Negócio explicitam a estratégia de resposta do BPI a eventos susceptíveis de pôr em causa a segurança de pessoas e outros activos, ou provocar perturbação ao normal funcionamento, identificando os procedimentos e recursos alternativos para assegurar a continuidade das actividades críticas. Realça-se a existência de plataformas tecnológicas alternativas para todos os sistemas informáticos e de comunicações, assegurando o funcionamento do Banco, mesmo em condições de contingência.

Os Planos de Continuidade de Negócio e a informação que os suporta estão localizados fora do Banco em sistemas redundantes, disponíveis e acessíveis aos respectivos gestores, a qualquer momento e em qualquer lugar.

## RISCOS LEGAIS

Num domínio particular dos Riscos Operacionais - os riscos legais – verifica-se a possibilidade de haver prejuízos inesperados decorrentes de deficiências na análise do enquadramento jurídico aplicável num dado momento aos contratos / posições a estabelecer, ou da alteração do mesmo enquadramento jurídico.

É dado especial relevo, no domínio dos riscos legais, à análise do enquadramento jurídico e à identificação de eventuais desajustamentos regulamentares; à análise das perspectivas de alteração do enquadramento jurídico e das suas consequências; à clarificação da natureza das relações contratuais e do entendimento que delas fazem as contrapartes; à análise de produtos, seu enquadramento jurídico, centralização das comunicações às entidades de supervisão e instrução dos respectivos processos junto das mesmas entidades; e à identificação / proposta de medidas susceptíveis de reduzirem eventuais riscos de litigância.

## ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

O *Financial Stability Forum* (FSF), no relatório “*Report of the Financial Stability Forum on Enhancing Market and Institutional Resilience*”, de 11 de Abril de 2008, e o *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS), nos relatórios “*CEBS report on banks' transparency on activities and products affected by the recent market turmoil*” e “*Report on issues regarding the valuation of complex and illiquid financial instruments*”, ambos de 18 de Junho de 2008, emitiram um conjunto de recomendações relativas à transparência e divulgação de informação.

O Banco de Portugal, através da carta circular 97 / 08 / DSBDR de 3 de Dezembro de 2008 e 58 / 09 / DSBDR de 5 de Agosto de 2009, veio recomendar que nos documentos de prestação de contas seja elaborado um capítulo autónomo ou anexo específico ao Relatório e Contas, destinado a dar resposta às recomendações do CEBS e do FSF, tendo em conta o princípio da proporcionalidade e seguindo o questionário apresentado em anexo à carta circular 46 / 08 / DSBDR do Banco de Portugal.

O BPI atribui grande importância à manutenção de uma relação franca e transparente com accionistas, investidores, analistas financeiros, autoridades e restantes intervenientes

do mercado de capitais. A disseminação de forma verdadeira, oportuna, frequente, clara e equitativa, da informação relevante para a avaliação das suas acções cotadas em bolsa constitui uma preocupação central do BPI.

Ao longo do Relatório de Gestão e das demonstrações financeiras e respectivas notas, descreve-se de forma detalhada os modelos de negócio e de governo do Grupo, os riscos mais relevantes na actividade desenvolvida, os processos de análise e gestão dos riscos e da repartição de competências entre os vários órgãos, analisa-se de forma pormenorizada a actividade desenvolvida e resultados obtidos no 1º semestre de 2012 e os impactos da crise financeira internacional na actividade, nos resultados e no capital, descreve-se as políticas contabilísticas e métodos de valorização de activos financeiros e disponibiliza-se informação qualitativa e quantitativa sobre as exposições a activos financeiros.

De forma a dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal, no presente capítulo dá-se resposta ao referido questionário utilizando remissões para a informação pormenorizada apresentada no Relatório e Contas do 1º semestre de 2012.

### I. MODELO DE NEGÓCIO

#### 1. Descrição do modelo de negócio

No capítulo Estrutura financeira e negócio, é apresentada uma descrição pormenorizada da estrutura financeira do Grupo e das principais áreas de negócio do Grupo.

A actividade do Grupo BPI centra-se no negócio de banca comercial, preponderantemente focada na captação de recursos de Clientes e na concessão de crédito a particulares, empresas e institucionais, em Portugal, através do Banco BPI, e em Angola, através do BFA. O Grupo desenvolve também as actividades de banca de investimento (Acções, *Corporate Finance*, *Private Banking* e *private equity*) e de gestão de activos (gestão de fundos de investimento, fundos de pensões e seguros de capitalização).

*RG – Estrutura financeira e negócio, pág.9.*

#### 2. Descrição das estratégias e objectivos

No texto de Apresentação do Relatório e nos capítulos da Análise Financeira e Gestão de Riscos são apresentadas as prioridades estratégicas da gestão e é feita uma avaliação do desempenho e resultados do Grupo no 1º semestre de 2012.

Desde o início da crise financeira internacional, em meados de 2007, sucedida mais tarde (a partir de 2009) por uma crise de dívida soberana na Europa, com graves implicações no funcionamento do sistema financeiro internacional o BPI implementou um programa de resposta aos desafios que este enquadramento colocou: (i) defesa e reforço do capital; (ii) garantia de níveis de liquidez confortáveis, (iii) redução e

controlo dos riscos; e (iv) fortalecimento da relação com os Clientes. A esse conjunto de prioridades adicionou, em 2009, (v) a melhoria da rentabilidade, inevitavelmente afectada pelos impactos da crise internacional.

*RG – Apresentação do relatório, pág.5; Análise financeira, pág. 38; Gestão dos Riscos, pág. 63.*

#### 3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio

Nos capítulos de “Banca Comercial Doméstica”, “Banca-Seguros”, “Gestão de Activos”, “Banca de Investimento” e “Actividade Bancária Internacional”, descreve-se, de forma pormenorizada, a actividade desenvolvida no 1º semestre de 2012 por cada área de negócio. No capítulo da Análise Financeira, e na Nota às Demonstrações Financeiras 3 – Relato por Segmentos, é feita a análise da contribuição de cada área de actividade para os resultados, o balanço e os investimentos do Grupo BPI, e da alocação do capital do Grupo a cada uma das áreas de negócio.

*RG – Actividade de banca comercial doméstica, pág. 22; Banca-Seguros, pág. 29; Gestão de Activos, pág. 30; Banca de Investimento, pág. 32; Actividade bancária internacional, pág. 36; Análise financeira, pág. 38;*

*NDF – 3. Relato por Segmentos, pág. 114.*

#### **4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas**

#### **5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição, relativamente a cada actividade desenvolvida**

No capítulo “Estrutura financeira e negócio”, é apresentada uma descrição da estrutura financeira do Grupo e das principais áreas de negócio do Grupo. A actividade desenvolvida por cada área de negócio no 1º semestre de 2012 é descrita nos capítulos de “Banca Comercial Doméstica”, “Banca-Seguros”, “Gestão de Activos”, “Banca de Investimento” e “Actividade Bancária Internacional”.

*RG – Actividade de banca comercial doméstica, pág. 22; Banca-Seguros, pág. 29; Gestão de Activos, pág. 30; Banca de Investimento, pág. 32; Actividade bancária internacional, pág. 36; Enquadramento da actividade, pág. 13; Análise financeira, pág. 38; Gestão dos riscos, pág. 63.*

### **II. RISCOS E GESTÃO DOS RISCOS**

#### **6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados**

No capítulo de Gestão dos Riscos e na nota às demonstrações financeiras 4.48. Riscos financeiros, são descritos os riscos mais relevantes na actividade desenvolvida e instrumentos utilizados pelo Grupo.

*RG – Gestão dos riscos, pág. 63;  
NDF – 4.48. Riscos financeiros, pág. 193 e seguintes.*

#### **7. Descrição das práticas de gestão de risco relevantes para as actividades**

No capítulo de Gestão dos riscos descreve-se em detalhe os riscos mais relevantes na actividade desenvolvida pelo Grupo, os processos de análise e gestão dos riscos e a repartição de competências entre os vários órgãos.

Na nota às Demonstrações Financeiras 4.48 – Riscos financeiros é apresentado o justo valor dos instrumentos financeiros e a avaliação da exposição a riscos resultantes de instrumentos financeiros – risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado (riscos de taxa de juro, acções e cambial).

*RG – Gestão dos riscos, pág. 63;  
NDF – 4.48. Riscos financeiros, pág. 193 e seguintes;*

### **III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS**

#### **8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados**

No capítulo da Análise Financeira, é feita uma análise qualitativa e quantitativa da evolução da actividade e resultados do Grupo e dos impactos do enquadramento macroeconómico e de mercados.

*RG – Análise financeira, pág. 38.*

#### **9. Decomposição dos “write-downs” / perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência**

As Notas às Demonstrações Financeiras 4.5 Activos financeiros disponíveis para venda e 4.7 Crédito a Clientes apresentam o detalhe das imparidades e menos-valias potenciais, título a título e na nota 4.48 Riscos financeiros é prestada informação adicional sobre a exposição a dívida soberana.

As notas 4.20. Provisões e imparidades e 4.40. Resultados em operações financeiras apresentam o detalhe das perdas reconhecidas no lucro líquido consolidado, resultantes das carteiras de crédito e títulos detidas pelo Grupo BPI.

*NDF – 4.5. Activos financeiros disponíveis para venda, pág. 127, 4.7. Crédito a Clientes, pág. 134, 4.20. Provisões e imparidades, pág. 158, 4.40. Resultados em operações financeiras, pág. 184 e 4.48. Riscos financeiros, pág. 193.*

#### **10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido**

No capítulo da Análise Financeira, é feita uma análise qualitativa e quantitativa da actividade e resultados do Grupo no período e dos impactos da crise internacional.

No capítulo de Enquadramento da Actividade, é feita uma descrição da evolução do enquadramento económico das actividades doméstica e internacional (Angola e Moçambique), da evolução dos mercados financeiros e dos impactos da crise internacional nas economias e nos mercados.

*RG – Análise financeira, pág.38; Enquadramento da actividade, pág. 13.*

#### **11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência**

A descrição dos impactos da crise internacional e a análise comparativa das demonstrações financeiras do 1º semestre de 2012 relativamente ao semestre do ano anterior são apresentadas no capítulo da Análise Financeira.

*RG – Análise financeira, pág. 38.*

#### **12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados**

O impacto nos resultados do Grupo da desvalorização das carteiras de acções e obrigações encontra-se descrito no capítulo da Análise Financeira, nas secções “Lucros em operações financeiras” e “Imparidades do exercício” e nas Notas às Demonstrações Financeiras 4.40 Resultados em operações financeiras e 4.20 Provisões e imparidades.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras 4.5 Activos financeiros disponíveis para venda e 4.7 Crédito a Clientes apresenta-se o detalhe das imparidades e menos-valias potenciais, título a título, em 30 de Junho de 2012.

RG – Análise financeira, pág. 38;  
NDF – 4.5. Activos financeiros disponíveis para venda, pág. 127;  
4.7. Crédito a Clientes, pág. 134; 4.40. Resultados em operações financeiras, pág. 184 e 4.20. Provisões e imparidades, pág. 158.

### 13. Descrição da influência da turbulência financeira na evolução da cotação das acções do Banco BPI

No capítulo Acção Banco BPI, é apresentada uma descrição do comportamento bolsista das acções do Banco BPI e da influência que a evolução dos mercados de acções, a nível global, teve no comportamento da acção.

RG – Acção Banco BPI, pág. 85.

### 14. Divulgação do risco de perda máxima

No capítulo de Gestão dos Riscos e na Nota às Demonstrações Financeiras 4.48. Riscos financeiros é prestada informação sobre as perdas máximas resultantes de variações inesperadas do preço de instrumentos ou operações e são apresentados indicadores de risco com base em modelos de VaR e stress tests.

RG – Gestão dos Riscos, pág. 63;  
NDF – 4.48. Riscos financeiros, pág. 193 e seguintes.

### 15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados

No capítulo da Análise financeira é feita uma análise da evolução dos spreads dos activos e passivos remunerados e do seu impacto nos resultados do Grupo. O Banco não procedeu à reavaliação dos seus passivos.

RG – Análise financeira, págs. 51 e 58.

## IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

### 16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições

Na Nota às Demonstrações Financeiras 4.48. Riscos financeiros compara-se o valor contabilístico e o justo valor estimado para a generalidade dos activos e passivos financeiros do Grupo BPI em 30 de Junho de 2012.

A Nota 4.5 Activos financeiros disponíveis para venda apresenta o detalhe do valor nominal, do valor contabilístico e das mais e menos-valias potenciais registadas na reserva de justo valor, título a título, nessa data.

NDF – 4.48. Riscos financeiros, pág. 193 e seguintes e 4.5 Activos financeiros disponíveis para venda, pág. 127.

### 17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito e o respectivo efeito nas exposições existentes

No capítulo de Gestão dos Riscos, é feita uma descrição do impacto dos mitigantes de risco de crédito em operações com Clientes e em operações com derivados

RG – Gestão dos Riscos, pág. 63 e seguintes.

### 18. Divulgação detalhada sobre as exposições

No capítulo de Gestão de Riscos e na Nota às Demonstrações Financeiras 4.48. Riscos financeiros é apresentada uma análise da qualidade das carteiras de crédito e de títulos com base nos sistemas de rating e scoring internos e no recurso a ratings externos. A informação é complementada pela análise dos níveis de incumprimento, da existência de garantias reais e da cobertura por imparidades.

A exposição ao risco-país é descrita em secção própria do capítulo de Gestão de Riscos.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras 4.5 Activos financeiros disponíveis para venda e 4.7 Crédito a Clientes é apresentado o detalhe, título a título, das exposições do BPI em títulos disponíveis para venda e crédito titulado (incluindo produtos estruturados, nomeadamente ABS).

RG – Gestão dos Riscos, pág. 63;  
NDF – 4.48. Riscos financeiros, pág. 193 e seguintes, 4.5. Activos financeiros disponíveis para venda, pág. 127 e 4.7. Crédito a Clientes, pág. 134.

### 19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.)

No capítulo da Análise Financeira, são descritas as principais alterações ocorridas nas carteiras de activos financeiros e participações.

RG – Análise financeira, págs. 49 e 61.

### 20. Explicações acerca das exposições que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas

O Grupo BPI consolida todas as exposições em que detém controlo ou influência significativa, conforme previsto no IAS 27, 28 e IFRS 3. Não foram efectuadas alterações no perímetro de consolidação do Grupo BPI decorrentes do período de turbulência nos mercados financeiros.

### 21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados

A 30 de Junho de 2012, a exposição do BPI a seguradoras monoline era totalmente indirecta e advinha da existência de posições em carteira cujos juros e capital estavam incondicionalmente garantidos por este tipo de empresas. Não havia quaisquer perdas a salientar, dado que nenhum destes títulos se encontrava em incumprimento. No final de Junho de 2012, a exposição do BPI a seguradoras monolines ascendia a 15 M.€ (valor contabilístico).

## V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

### 22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico

Na Nota às Demonstrações Financeiras 2.2 Activos e passivos financeiros são descritos os critérios contabilísticos utilizados no reconhecimento e valorização de activos e passivos financeiros.

Os investimentos do BPI em produtos estruturados (nomeadamente ABS) foram incluídos na carteira de crédito titulado e em activos disponíveis para venda (Notas às Demonstrações Financeiras 2.2.3 e 2.2.4).

As operações de titularização de créditos originadas pelo BPI são reconhecidas em Passivos financeiros associados a activos transferidos (Notas às Demonstrações Financeiras 2.2.4 e 4.19).

*NDF – 2.3. Activos e passivos financeiros, pág. 99; 2.3.3. Activos financeiros disponíveis para venda, pág. 100; 2.3.4. Crédito e outros valores a receber, pág. 101; 4.19. Passivos financeiros associados a activos transferidos, pág. 155.*

### 23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência

Os veículos através dos quais são efectuadas as operações de titularização de créditos do Banco BPI são registados nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo BPI nestas operações, determinado com base na percentagem detida da *equity piece* dos respectivos veículos.

### 24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros

Na Nota às Demonstrações Financeiras 4.48. Riscos financeiros apresenta o detalhe do justo valor estimado para a generalidade dos activos e passivos financeiros do Grupo BPI em 30 de Junho de 2012.

*NDF – 4.48. Riscos financeiros, pág. 193 e seguintes.*

### 25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros

As Notas às Demonstrações Financeiras 2.2. Activos e Passivos Financeiros e 4.48. Riscos financeiros descrevem as técnicas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros.

*NDF – 2.3. Activos e passivos financeiros, pág. 99 e 4.48. Riscos financeiros, pág. 193 e seguintes.*

## VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

### 26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte financeiro

No Relatório sobre o Governo do Grupo BPI de 2011, no ponto 9. Comunicação com o mercado, é prestada informação pormenorizada sobre os princípios de divulgação de informação financeira, o processo de divulgação de informação financeira e canais de comunicação utilizados, as competências da Direcção de Relações com Investidores e actividade desenvolvida no exercício.

*RGov 2011 – 9. Comunicação com o mercado, pág. 303.*

# Rating

Ao longo de 2011 e no 1º semestre de 2012 as agências de rating Fitch, Moody's e S&P efectuaram sucessivas revisões em baixa do rating da República, com consequência nos ratings dos bancos que sofreram também revisões em baixa no período.

As acções de rating efectuadas no 1º semestre de 2012 foram as seguintes:

- a S&P reviu, a 14 de Fevereiro, em baixa o rating de longo prazo atribuído ao BPI de BB+ para BB-, com outlook negativo, alteração que foi também influenciada pela revisão da metodologia. O rating de curto prazo foi reafirmado em B. Em Julho, a S&P reafirmou os ratings de longo prazo e curto prazo atribuídos ao BPI e reviu em alta a notação individual de rating (standalone credit profile) em um nível para bb-.

- a Moody's, a 28 de Março, reviu em baixa a notação de rating de longo prazo do BPI de Ba2 para Ba3 com Outlook negativo e manteve a notação de curto prazo em Not-prime.

Já em Julho, a agência Fitch reviu em alta a notação individual de rating do BPI (viability rating) em cinco níveis para bb-, tendo reafirmado os ratings de longo prazo e curto prazo, com outlook negativo.

As notações actuais de rating de longo prazo atribuídas ao BPI pela Moody's e pela Fitch são equivalentes às da República, enquanto no caso da Standard & Poor's, o rating do BPI é 1 nível inferior ao da República. O Outlook para os ratings atribuídos ao BPI é negativo.

Fitch Ratings		Moody's		Standard & Poor's	
<b>Banco BPI<sup>1</sup></b>		<b>Banco BPI<sup>2</sup></b>		<b>Banco BPI<sup>3</sup></b>	
Rating de crédito (LP / CP)	BB+ / B	Rating de crédito (LP / CP)	Ba3 / Not prime	Rating de crédito (LP / CP)	BB- / B
Outlook	Negativo	Outlook	Negativo	Outlook	Negativo
Viability rating	bb-	Solidez financeira (BFSR)	E+	Stand-alone credit profile (SACP)	bb-
Dívida "sénior" colateralizada		Dívida "sénior" colateralizada		Certificados de depósito (LP / CP)	BB- / B
▪ Hipotecária	BBB	▪ Hipotecária	Baa3	Dívida "sénior" colateralizada	
Dívida "sénior" não- colateralizada (LP / CP)	BB+ / B	▪ Sector público	Baa3	▪ Hipotecária	A-
Dívida subordinada	B+	Dívida "sénior" não- colateralizada	Ba3	▪ Sector público	BB-
Papel Comercial	B	Dívida subordinada	(P) B2	Dívida "sénior" não- colateralizada	BB-
Acções preferenciais	CCC	Dívida "júnior" subordinada	(P) B3	Dívida subordinada	B-
		Outra dívida de curto prazo	(P) Not prime	Dívida "júnior" subordinada	CCC-
		Acções preferenciais	Caa1 (hyb)	Papel Comercial	B
				Dívida de curto prazo	B
				Acções preferenciais	CCC-
<b>Risco soberano da República Portuguesa</b>		<b>Risco soberano da República Portuguesa</b>		<b>Risco soberano da República Portuguesa</b>	
Longo prazo / Curto prazo	BB+ / B	Longo prazo / Curto prazo	Ba3 / Not prime	Longo prazo / Curto prazo	BB / B
Outlook	Negativo	Outlook	Negativo	Outlook	Negativo

1) Decisão de rating em 25 de Novembro de 2011. Em 17 de Julho 2012 a Fitch Ratings reafirmou os ratings de crédito (LP/CP), com Outlook negativo e reviu em alta a notação individual de rating (viability rating).

2) Decisão de rating em 28 de Março de 2012.

3) Decisão de rating em 14 de Fevereiro de 2012. Em 11 de Julho 2012 a Standard & Poor's reafirmou os ratings de crédito (LP/CP), com Outlook negativo, e reviu em alta a notação individual de rating (standalone credit profile).

# Acção BPI

## COMPORTAMENTO EM BOLSA

A acção Banco BPI registou no primeiro semestre do ano uma subida de 11.9%, o que compara com um avanço de 0.2% do sector bancário europeu, representado pelo DJ Europe Stoxx Banks.

Durante o semestre, os índices portugueses PSI 20 e Espanhol IBEX 35 registaram quedas de 14.5% e 17.1%, respectivamente, reflectindo o agravamento das preocupações sobre as economias periféricas da zona do Euro, perante a deterioração da situação económica e da capacidade de financiamento de Itália e sobretudo de Espanha. O pedido espanhol de ajuda financeira para a recapitalização dos seus bancos veio agudizar os receios quanto à solvabilidade do sector bancário e a sustentabilidade da zona euro.

Neste contexto, a acção Banco BPI registou em Junho uma forte recuperação bolsista, tendo ganho 45% (o índice DJ Europe Stoxx Banks registou uma subida de 10% no mês), impulsionada pelo anúncio do Plano de Recapitalização do Banco no montante de 1.5 mil milhões de euros. O gradual reconhecimento internacional da execução do plano de ajustamento e a progressiva correcção do défice externo português -reflectidos no alívio da pressão sobre as yields das OT's terão contribuído igualmente para esta boa performance da acção Banco BPI que fechou o semestre nos 0.538 euros.

### Aumento de capital por reserva de preferência

Após o fecho do 1º semestre de 2012, a 10 de Agosto, o Banco BPI concluiu um aumento do capital social de 990 M.€ para 1 190 M.€, mediante a emissão de 400 milhões de acções, com reserva de preferência dos accionistas, a um preço de subscrição de 0.5€ cada.

O aumento de capital foi integralmente subscrito tendo proporcionado um encaixe de 200 M.€. As novas acções emitidas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext em 13 de Agosto de 2012.

Após a referida operação, o capital social passou a ser representado por 1 390 milhões de acções ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal.

## Principais indicadores das acções do Banco BPI

	1.º sem. 2011	1.º sem. 2012
<b>Cotações das acções Banco BPI (€)<sup>(1)</sup></b>		
Cotação de abertura	1.284	0.495
Cotação máxima	1.340	0.635
Cotação média	1.161	0.497
Cotação mínima	0.921	0.345
Cotação de fecho	1.015	0.538
<b>Varição da cotação e de índices de referência</b>		
Banco BPI	(19.4%)	11.9%
PSI-20	(3.5%)	(14.5%)
IBEX 35	5.1%	(17.1%)
Dow Jones Europe STOXX Banks	(5.5%)	0.2%
Dow Jones STOXX 600	(1.1%)	2.7%
<b>Valores por acção (€)<sup>(1)</sup></b>		
Lucro líquido	0.08	0.09
Cash flow após impostos	0.22	0.29
Valor contabilístico	1.14	1.00
N.º médio ponderado de acções (em milhões) <sup>(1)</sup>	982.2	983.0
<b>Capitalização bolsista</b>		
Capitalização bolsista (M.€)	1005	533
<b>Liquidez</b>		
Volume transaccionado no período (M.€)	171	54
Volume transaccionado médio diário (M.€)	1.3	0.4
Quantidade média diária de acções transaccionadas (x mil)	1157	849

1) Valores não ajustados pelo aumento de capital de 200 M.€, concluído após o fecho do 1º semestre

### Peso em índices (30 Jun. 12)

PSI-20: 1.48%; #15

Next 150: 0.39%; #83

### Códigos e tickers

ISIN e Euronext code: PTBPIOAM004

Reuters: BBPI.LS

Bloomberg: BPI PL

## ACÇÕES PRÓPRIAS

O Banco BPI gere uma carteira de acções próprias constituída tendo em vista a execução do programa de remuneração variável em acções (RVA) dos Colaboradores e Administradores Executivos. Com esse propósito, foram realizadas no 1.º semestre de 2012 as transacções abaixo discriminadas.

No final de Junho de 2012, o Banco BPI detinha 7 015 212 acções próprias (0.7% do capital).

O Banco Português de Investimento, S. A., entidade detida a 100% pelo Banco BPI, e restantes subsidiárias cuja gestão é controlada pelo Banco BPI não detinham nem transaccionaram quaisquer acções do Banco BPI no semestre.

### Transacções de acções próprias no 1.º semestre de 2012

	N.º acções detidas (31 Dez.11)	Venda (fora de bolsa) <sup>1</sup>			Total transaccionado (quantidade)	N.º acções detidas (30 Jun. 12) <sup>2</sup>
		Quantidade	Valor (€)	Preço médio (€)		
Banco BPI (fora de bolsa) <sup>1</sup>	7 024 380	9 168	4 089	0.446	9 168	7 015 212
% do capital social	0.71%	0.001%			0.001%	0.71%

Nota: o fundo de pensões dos trabalhadores do Banco BPI detinha, àquela data, 5 652 472 acções do Banco BPI, correspondentes a 0.57% do capital do Banco.

1) Operações realizadas exclusivamente fora de bolsa.

2) O saldo de acções próprias no final de Junho de 2012 não inclui 14 590 acções atribuídas sob condição resolutive no âmbito do RVA mas ainda não disponibilizadas. A transmissão da propriedade das acções atribuídas, no âmbito do programa RVA, é integralmente efectuada na data de atribuição, mas a disponibilização está dependente da permanência dos Colaboradores no Grupo BPI, pelo que para efeitos contabilísticos, as acções permanecem na carteira de acções próprias do Banco BPI até à data da disponibilização, mas cujo reporte de transacções à CMVM e ao mercado ocorre no momento da atribuição.

27 de Agosto de 2012

**Banco BPI, S.A.**

**Demonstrações financeiras consolidadas  
em 30 de Junho de 2012 e 2011**

**BANCO BPI, S.A.**
**BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012, 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 1 DE JANEIRO DE 2011 PRO FORMA**

(Montantes expressos em milhares de euros)

		30 Jun. 12		31 Dez. 11		01 Jan. 11 Proforma					
	Notas	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido		Notas	30 Jun. 12	31 Dez. 11	01 Jan. 11 Proforma
<b>ACTIVO</b>							<b>PASSIVO</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.1	1 315 853		1 315 853	1 145 118	1 328 222	Recursos de bancos centrais	4.14	4 037 663	2 499 197	1 245 537
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.2	370 720		370 720	384 768	338 551	Passivos financeiros detidos para negociação	4.15/4.4	355 395	454 238	261 493
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	4.3/4.4	961 100		961 100	937 490	1 241 651	Recursos de outras instituições de crédito	4.16	1 400 857	2 071 520	4 726 084
Activos financeiros disponíveis para venda	4.5	9 334 854	88 138	9 246 716	6 778 125	8 156 321	Recursos de clientes e outros empréstimos	4.17	25 136 306	24 671 328	23 240 863
Aplicações em instituições de crédito	4.6	1 798 771	998	1 797 773	2 337 591	1 439 145	Responsabilidades representadas por títulos	4.18	5 139 134	6 691 953	7 782 274
Crédito a clientes	4.7	28 932 179	719 834	28 212 345	28 318 264	30 055 006	Passivos financeiros associados a activos transferidos	4.19	1 690 619	1 414 597	1 570 418
Investimentos detidos até à maturidade	4.8	479 704		479 704	766 190	1 043 584	Derivados de cobertura	4.4	686 442	661 904	499 444
Derivados de cobertura	4.4	307 815		307 815	279 843	250 263	Provisões	4.20	143 779	128 188	110 573
Outros activos tangíveis	4.9	733 671	514 381	219 290	225 108	252 077	Provisões técnicas	4.21	2 350 583	2 625 181	2 991 907
Activos intangíveis	4.10	96 573	85 630	10 943	9 557	6 378	Passivos por impostos	4.22	88 544	32 943	38 049
Investimentos em associadas e entidades sob controlo conjunto	4.11	186 503		186 503	179 244	194 221	Obrigações subordinadas de conversão contingente	4.23	1 500 694		
Activos por impostos	4.12	783 124		783 124	903 529	504 255	Outros passivos subordinados e títulos de participação	4.24	174 684	214 491	647 556
Outros activos	4.13/4.26	824 284	60 133	764 151	691 090	669 532	Outros passivos	4.25/4.26	643 916	667 989	581 988
							<b>Total do Passivo</b>		<b>43 348 616</b>	<b>42 133 529</b>	<b>43 696 186</b>
							<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>				
							Capital	4.27	990 000	990 000	900 000
							Prémios de emissão	4.28		128 432	441 306
							Outros instrumentos de capital	4.29	8 079	8 030	9 894
							Reservas de reavaliação	4.30	( 863 226)	( 1 251 533)	( 716 874)
							Outras reservas e resultados transitados	4.31	786 408	900 312	467 842
							(Acções próprias)	4.29	( 20 943)	( 21 020)	( 21 699)
							Resultado consolidado do Grupo BPI	4.46	85 053	( 284 871)	185 179
							<b>Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas do BPI</b>		<b>985 371</b>	<b>469 350</b>	<b>1 265 648</b>
							Interesses minoritários	4.32	322 050	353 038	517 372
							<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>1 307 421</b>	<b>822 388</b>	<b>1 783 020</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>46 125 151</b>	<b>1 469 114</b>	<b>44 656 037</b>	<b>42 955 917</b>	<b>45 479 206</b>	<b>Total do Passivo e dos Capitais Próprios</b>		<b>44 656 037</b>	<b>42 955 917</b>	<b>45 479 206</b>
<b>RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS</b>											
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	4.7/4.33			2 476 733	2 540 652	3 012 038					
Dos quais:											
[Garantias e avales]				[2 262 175]	[2 378 533]	[2 820 405]					
[Outros]				[214 558]	[162 119]	[191 633]					
Compromissos	4.33			2 477 563	2 716 999	3 856 696					

As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva do Conselho de Administração

**BANCO BPI, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 PRO FORMA**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
Juros e rendimentos similares		990 190	969 910
Juros e encargos similares		( 715 410)	( 683 363)
<b>Margem financeira estrita</b>	4.34	<b>274 780</b>	<b>286 547</b>
Margem bruta de unit links	4.35	1 402	2 051
Rendimentos de instrumentos de capital	4.36	3 036	1 547
Comissões líquidas associadas ao custo amortizado	4.37	12 840	14 931
<b>Margem financeira</b>		<b>292 058</b>	<b>305 076</b>
Resultado técnico de contratos de seguro	4.38	12 250	7 389
Comissões recebidas		157 126	147 679
Comissões pagas		( 21 792)	( 23 454)
Outros proveitos líquidos		21 518	23 863
<b>Comissões líquidas</b>	4.39	<b>156 852</b>	<b>148 088</b>
Ganhos e perdas em operações ao justo valor		159 745	127 616
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda		17 899	233
Juros, ganhos e perdas financeiros com pensões	4.26	441	5 988
<b>Resultados em operações financeiras</b>	4.40	<b>178 085</b>	<b>133 837</b>
Rendimentos e receitas operacionais		3 627	24 847
Encargos e gastos operacionais		( 7 618)	( 12 331)
Outros impostos		( 2 388)	( 3 004)
<b>Rendimentos e encargos operacionais</b>	4.41	<b>( 6 379)</b>	<b>9 512</b>
<b>Produto bancário</b>		<b>632 866</b>	<b>603 902</b>
Custos com pessoal	4.42	( 179 475)	( 232 421)
Gastos gerais administrativos	4.43	( 119 472)	( 119 272)
Depreciações e amortizações	4.9/4.10	( 16 927)	( 19 631)
<b>Custos de estrutura</b>		<b>( 315 874)</b>	<b>( 371 324)</b>
Recuperação de créditos, juros e despesas		7 685	9 527
Imparidade e provisões líquidas para crédito e garantias	4.20	( 146 457)	( 79 822)
Imparidade e outras provisões líquidas	4.20	( 34 513)	( 34 245)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>143 707</b>	<b>128 038</b>
Impostos sobre lucros	4.44	( 27 375)	( 12 097)
Resultados de empresas associadas (equivalência patrimonial)	4.45	8 743	15 359
<b>Resultado consolidado global</b>		<b>125 075</b>	<b>131 300</b>
Resultado atribuível a interesses minoritários	4.32	( 40 022)	( 51 904)
<b>Resultado consolidado do Grupo BPI</b>	4.46	<b>85 053</b>	<b>79 396</b>
<b>Resultados por acção (euros)</b>			
Básico		0.087	0.081
Diluído		0.086	0.080

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva do Conselho de Administração

**BANCO BPI, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 PRO FORMA**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	30 Jun. 12			30 Jun. 11 Pro Forma		
	Atribuível aos accionistas do Grupo BPI	Atribuível aos interesses minoritários	Total	Atribuível aos accionistas do Grupo BPI	Atribuível aos interesses minoritários	Total
<b>Resultado consolidado</b>	<b>85 053</b>	<b>40 022</b>	<b>125 075</b>	<b>79 396</b>	<b>51 904</b>	<b>131 300</b>
Diferenças de conversão cambial	8 475	9 046	17 521	( 21 143)	( 23 136)	( 44 279)
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:						
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	537 611		537 611	( 546 685)		( 546 685)
Impacto fiscal	( 155 094)		( 155 094)	159 136		159 136
Transferência para resultados por alienação	( 20 893)		( 20 893)	63		63
Impacto fiscal	6 033		6 033	( 73)		( 73)
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	17 114		17 114	100		100
Impacto fiscal	( 4 939)		( 4 939)	( 29)		( 29)
Desvios actuariais	42 043		42 043	( 19 752)		( 19 752)
Impacto fiscal	( 12 112)		( 12 112)	5 697		5 697
Reavaliação de activos de empresas associadas	16 403		16 403	( 6 912)		( 6 912)
Impacto fiscal	( 4 591)		( 4 591)	2 404		2 404
<b>Resultado não incluído na demonstração de resultados consolidada</b>	<b>430 050</b>	<b>9 046</b>	<b>439 096</b>	<b>( 427 194)</b>	<b>( 23 136)</b>	<b>( 450 330)</b>
<b>Rendimento integral consolidado</b>	<b>515 103</b>	<b>49 068</b>	<b>564 171</b>	<b>( 347 798)</b>	<b>28 768</b>	<b>( 319 030)</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva do Conselho de Administração

**BANCO BPI, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 PRO FORMA**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Acções próprias	Resultado do período	Interesses minoritários	Capitais próprios
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>900 000</b>	<b>441 306</b>	<b>9 894</b>	<b>( 716 874)</b>	<b>649 153</b>	<b>( 21 699)</b>	<b>184 796</b>	<b>517 372</b>	<b>1 963 948</b>
Impacto da alteração de política contabilística (Nota 2)					( 181 311)		383		( 180 928)
<b>Saldos em 1 de Janeiro de 2011 Proforma</b>	<b>900 000</b>	<b>441 306</b>	<b>9 894</b>	<b>( 716 874)</b>	<b>467 842</b>	<b>( 21 699)</b>	<b>185 179</b>	<b>517 372</b>	<b>1 783 020</b>
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2010					185 179		( 185 179)		
Aumento de capital social por incorporação de reservas	90 000				( 90 000)				
Utilização de prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos		( 312 874)			312 874				
Pagamento de dividendos de acções preferenciais								( 3 292)	( 3 292)
Pagamento de dividendos a interesses minoritários								( 57 287)	( 57 287)
Remuneração variável em acções (RVA)			( 1 946)			679			( 1 267)
Venda / compra de acções próprias					865	( 838)			27
Venda / compra de acções preferenciais					4 014			( 8 231)	( 4 217)
Consolidação do BPI Alternative Fund								( 3 228)	( 3 228)
Consolidação do Fundo BPI Taxa Variável								( 1 866)	( 1 866)
Rendimento integral no 1º semestre de 2011				( 408 631)	( 18 563)		79 396	28 768	( 319 030)
Outros					( 61)				( 61)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2011 Pro forma</b>	<b>990 000</b>	<b>128 432</b>	<b>7 948</b>	<b>( 1 125 505)</b>	<b>862 150</b>	<b>( 21 858)</b>	<b>79 396</b>	<b>472 236</b>	<b>1 392 799</b>
Pagamento de dividendos de acções preferenciais								( 3 945)	( 3 945)
Remuneração variável em acções (RVA)			82						82
Venda / compra de acções próprias					2	838			840
Venda / compra de acções preferenciais					69 809			( 175 399)	( 105 590)
Consolidação do BPI Alternative Fund								( 3 855)	( 3 855)
Consolidação do Fundo BPI Taxa Variável								( 3 704)	( 3 704)
Rendimento integral no 2º semestre de 2011				( 126 028)	( 31 723)		( 364 267)	67 705	( 454 313)
Outros					74				74
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>990 000</b>	<b>128 432</b>	<b>8 030</b>	<b>( 1 251 533)</b>	<b>900 312</b>	<b>( 21 020)</b>	<b>( 284 871)</b>	<b>353 038</b>	<b>822 388</b>
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2011					( 284 871)		284 871		
Utilização de prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos		( 128 432)			128 432				
Pagamento de dividendos de acções preferenciais								( 756)	( 756)
Pagamento de dividendos a interesses minoritários								( 64 181)	( 64 181)
Remuneração variável em acções (RVA)			49			77			126
Venda / compra de acções próprias					( 18)				( 18)
Venda / compra de acções preferenciais					747			( 2 088)	( 1 341)
Consolidação do BPI Alternative Fund								( 2 362)	( 2 362)
Consolidação do Fundo BPI Taxa Variável								( 10 669)	( 10 669)
Rendimento integral no 1º semestre de 2012				388 307	41 743		85 053	49 068	564 171
Outros					63				63
<b>Saldos em 30 de Junho de 2012</b>	<b>990 000</b>		<b>8 079</b>	<b>( 863 226)</b>	<b>786 408</b>	<b>( 20 943)</b>	<b>85 053</b>	<b>322 050</b>	<b>1 307 421</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva do Conselho de Administração

**BANCO BPI, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 PRO FORMA**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	<b>30 Jun. 12</b>	<b>30 Jun. 11 Pro forma</b>
<b>Actividades operacionais</b>		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	1 398 454	1 475 510
Juros, comissões e outros custos pagos	( 806 489)	( 835 454)
Recuperações de crédito e juros vencidos	7 685	9 527
Pagamentos a empregados e fornecedores	( 296 439)	( 323 250)
<b>Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos</b>	<b>303 211</b>	<b>326 333</b>
Diminuições (aumentos) em:		
Activos financeiros detidos para negociação, disponíveis para venda e detidos até à maturidade	( 1 346 789)	1 346 278
Aplicações em instituições de crédito	527 947	( 42 910)
Créditos a clientes	618 659	941 656
Outros activos	( 88 968)	( 75 641)
<b>Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais</b>	<b>( 289 151)</b>	<b>2 169 383</b>
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	849 655	( 1 806 231)
Recursos de clientes	145 171	394 330
Passivos financeiros de negociação	( 98 844)	( 129 598)
Outros passivos	30 339	( 122 158)
<b>Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais</b>	<b>926 321</b>	<b>( 1 663 657)</b>
Contribuições para Fundos de Pensões	( 40 695)	( 28 875)
Pagamento de impostos sobre lucros	( 16 944)	( 24 492)
	<b>882 742</b>	<b>778 692</b>
<b>Actividades de investimento</b>		
Aquisições de outros activos tangíveis e activos intangíveis	( 9 929)	( 7 735)
Vendas de outros activos tangíveis	365	17 918
Dividendos recebidos e outros proveitos	19 351	25 060
	<b>9 787</b>	<b>35 243</b>
<b>Actividades de financiamento</b>		
Passivos por activos não desreconhecidos	( 489 782)	( 72 480)
Emissão de obrigações subordinadas de conversão contingente	1 500 000	
Emissões de dívida titulada e subordinada	94 340	1 229 801
Amortizações de dívida titulada	( 1 396 119)	( 1 791 971)
Aquisições e vendas de dívida titulada e subordinada própria	( 275 110)	38 515
Aquisições e vendas de acções preferenciais	( 1 644)	( 8 231)
Juros de dívida titulada e subordinada	( 102 342)	( 114 482)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	( 756)	( 3 292)
Distribuição de dividendos a interesses minoritários	( 64 181)	( 57 287)
Aquisições e vendas de acções próprias	108	( 1 239)
	<b>( 735 486)</b>	<b>( 780 666)</b>
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	157 043	33 269
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 529 469	1 666 269
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>1 686 512</b>	<b>1 699 538</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações

**O Técnico Oficial de Contas**

Alberto Pitôrra

**A Comissão Executiva do Conselho de Administração**

*Presidente* Fernando Ulrich  
*Vice-Presidente* António Domingues  
*Vogais* José Pena do Amaral  
 Maria Celeste Hagatong  
 Manuel Ferreira da Silva  
 António Farinha Morais  
 Pedro Bissaia Barreto

**Banco BPI, S.A.**

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros - m. euros - excepto quando expressamente indicada outra unidade)

## 1. GRUPO FINANCEIRO

O Banco BPI é a entidade principal de um Grupo Financeiro, centrado na actividade bancária, multiespecializado, que oferece um extenso conjunto de serviços e produtos financeiros para empresas, investidores institucionais e particulares. O Banco BPI está cotado em Bolsa desde 1986.

O Grupo BPI iniciou a sua actividade em 1981 através da constituição da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos, S.A.R.L. Por escritura pública de Dezembro de 1984, esta sociedade foi transformada no BPI – Banco Português de Investimento, S.A. que se constituiu no primeiro banco de investimento privado criado em Portugal após a reabertura do exercício da actividade bancária à iniciativa privada ocorrida em 1984. Em 30 de Novembro de 1995, o BPI - Banco Português de Investimento, S.A. (BPI Investimentos) deu origem ao BPI – SGPS, S.A. que exercia, em exclusivo, as funções de holding do Grupo BPI. Nesta data, foi constituído o BPI Investimentos para exercer a actividade de banca de investimento do Grupo BPI. Em 20 de Dezembro de 2002, o BPI SGPS, S.A. incorporou por fusão a totalidade do património e operações do Banco BPI e alterou a sua denominação para Banco BPI, S.A.

Em 30 de Junho de 2012, a actividade bancária do Grupo é desenvolvida, principalmente, através do Banco BPI na área da banca comercial e do BPI Investimentos na área da banca de investimento. O Grupo BPI detém também 50.1% do capital social do Banco de Fomento Angola, S.A. que exerce a actividade de banca comercial em Angola.

Durante o 1º semestre de 2011, ocorreu a fusão da BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. na BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., ambas detidas a 100% pelo Banco BPI, passando a BPI Vida a designar-se BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Durante o exercício de 2011, o Banco BPI alterou a sua participação no capital social da Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda de 25% para 14%, através da contribuição em espécie para o fundo de pensões do Banco BPI de 11% do capital social daquela sociedade. A participação actualmente detida pelo Grupo BPI deixou de ser registada pelo método da equivalência patrimonial, por ter deixado de existir influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira, estando, a partir de 31 de Dezembro de 2011 registada na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda, conforme previsto na IAS 28 - Investimentos em associadas (Nota 4.5).

Durante o primeiro semestre de 2012, o Grupo BPI alterou a sua participação no Fundo BPI Taxa Variável, Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Variável (Fundo BPI Taxa Variável), gerido pela BPI Gestão de Activos, passando a deter uma participação inferior a 50% (35.53%), pelo que este Fundo deixou de ser consolidado pelo método de integração global e passou a ser registado pelo método de equivalência patrimonial.

Durante o 1º semestre de 2012, ocorreu a fusão por incorporação da TC Turismo Capital – SCR, S.A. e da Aicep Capital na Inovcapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., com alteração da denominação desta para Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA. O Grupo BPI deixou de deter as participações de 25% na TC Turismo Capital – SCR, S.A. e de 4.4% na Inovcapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. e passou a deter uma participação de 6.4% na Portugal Capital Ventures, que foi registada na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

Os veículos através dos quais são efectuadas as operações de titularização de créditos do Banco BPI são registados nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo BPI nestas operações, determinado com base na percentagem detida da equity piece dos respectivos veículos.

Em 30 de Junho de 2012, as sociedades que integram o Grupo BPI são:

	Sede	Capitais próprios	Activo	Lucro (prejuízo) do período	Participação directa	Participação efectiva	Método de Consolidação/ Registo
<b>Bancos</b>							
Banco BPI, S.A.	Portugal	5 05 421	45 079 805	79 840			
Banco Português de Investimento, S.A.	Portugal	63 029	2 949 813	70	100.00%	100.00%	Integr. global
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Moçambique	1 23 489	1 666 579	13 084	29.70%	30.00%	Eq. patrimonial
Banco de Fomento Angola, S.A.	Angola	526 431	5 688 446	81 451	50.08%	50.10%	Integr. global
Banco BPI Cayman, Ltd.	Ilhas Cayman	1 55 727	297 289	931		100.00%	Integr. global
<b>Crédito especializado</b>							
BPI Locação de Equipamentos, Lda	Portugal	5 320	5 729	853	100.00%	100.00%	Integr. global
<b>Gestão de activos e corretagem</b>							
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), S.A.R.L.	Moçambique	63	316	( 21)	13.50%	92.65%	Integr. global
BPI Gestão de Activos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A	Portugal	14 833	23 897	4 171	100.00%	100.00%	Integr. global
BPI – Global Investment Fund Management Company, S.A.	Luxemburgo	963	1 912	112	100.00%	100.00%	Integr. global
BPI (Suisse), S.A.	Suíça	4 000	6 057	1 045		99.90%	Integr. global
BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund	Portugal	54 865	75 012	72		85.06%	Integr. global
Fundo BPI Taxa Variável	Portugal	14 071	14 156	195		35.53%	Eq. patrimonial
<b>Capital de risco/ desenvolvimento</b>							
BPI Private Equity - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Portugal	28 423	32 209	129	100.00%	100.00%	Integr. global
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Portugal	1 116	2 588	272		49.00%	Eq. patrimonial
<b>Seguros</b>							
BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	1 63 689	3 134 257	10 993	100.00%	100.00%	Integr. global
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	Portugal	45 817	1 06 869	2 980	50.00%	50.00%	Eq. patrimonial
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	Portugal	1 85 798	1 093 930	5 428	35.00%	35.00%	Eq. patrimonial
<b>Outras</b>							
BPI Capital Finance Ltd. <sup>1</sup>	Ilhas Cayman	53 575	53 578	723	100.00%	100.00%	Integr. global
BPI Capital Africa (Proprietary) Limited	África do Sul	313	2 100	( 685)		100.00%	Integr. global
BPI, Inc.	E.U.A.	1 218	6 265	76	100.00%	100.00%	Integr. global
BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.	Portugal	152 832	154 844	9	100.00%	100.00%	Integr. global
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	Portugal	81 939	88 238	1 052	32.78%	32.78%	Eq. patrimonial
Ulissipair ACE	Portugal	61	61	( 0)		50.00%	Proporcional
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	74 949	310 476	3 631	20.65%	21.01%	Eq. patrimonial

Nota: Os valores reportam-se a 30 de Junho de 2012 (saldos contabilísticos, antes de ajustamentos de consolidação) excepto se outra data for explicitada. As demonstrações financeiras das empresas filiais, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respectivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco BPI que não haverá alterações com impacto significativo no lucro consolidado do Banco.

<sup>1</sup> O capital social está representado por 5 000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 euro cada e por 53 427 000 de acções preferenciais, sem direito de voto, com o valor nominal de 1 euro cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Grupo BPI nesta empresa é de 0.009%.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

### A) BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco BPI e das suas filiais e associadas e foram processadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou *International Accounting Standards / International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS)* adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro.

#### **Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia**

Em 30 de Junho de 2012, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros (alteração): esta norma foi revista para incluir melhorias ao nível dos requisitos de divulgação sobre transacções que envolvam a transferência de activos financeiros, nomeadamente permitir uma melhor avaliação da exposição aos riscos subjacentes a essa transferência e o seu impacto na posição financeira da entidade. Foram também incluídas divulgações adicionais caso ocorra uma transferência significativa de activos financeiros no final do período de reporte. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.
- IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Apresentação de rubricas na Demonstração de Rendimento Integral (alteração): esta norma foi revista para esclarecer a apresentação das várias rubricas incluídas na Demonstração de Rendimento Integral e possibilitar a distinção de entre os saldos dessas rubricas quais os que podem posteriormente ser reclassificados para resultados do exercício. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2012.
- IAS 19 – Benefícios a empregados – esta norma foi revista para incluir diversas alterações, nomeadamente quanto ao: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais ocorridos no exercício, por contrapartida de capital próprio; (ii) reconhecimento do custo com serviços passados como um gasto no momento da alteração do plano, quando forem reconhecidos os custos da reestruturação relacionada ou os benefícios de cessação de emprego. Foram também introduzidas novas exigências em termos de divulgação nas notas às demonstrações financeiras. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo BPI em 30 de Junho de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

## B) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BPI.

### 2.1. Comparabilidade da informação

Conforme referido na Nota 2.7, até 30 de Junho de 2011, inclusive, o Grupo BPI utilizou o método do corredor para reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, conforme previsto no parágrafo 92 da IAS 19. De acordo com este método, os ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e de diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados eram reconhecidos no balanço nas rubricas de "Outros activos" ou "Outros passivos" e era estabelecido um corredor para absorver os ganhos e perdas actuariais acumulados que não excedessem 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excedessem o corredor eram amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano. Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco BPI alterou a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na rubrica "Outras reservas - desvios actuariais" (Demonstração de Rendimento Integral), no período em que ocorrem, conforme também previsto no parágrafo 93A da IAS 19. Deste modo, o Banco BPI adoptou antecipadamente uma política contabilística prevista na actual versão da IAS 19 e que será de adopção obrigatória, com a nova versão da IAS 19, para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

O enquadramento fiscal desta alteração está previsto na Lei nº 64 – B/2011, de 30 de Dezembro, relativa ao Orçamento de Estado para 2012, que estabelece que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, não concorrem para os limites anuais estabelecidos no artigo 43º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, sendo dedutíveis para efeitos fiscais, em partes iguais, no período de tributação que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2012 e nos nove períodos de tributação seguintes, pelo que foram registados os respectivos impostos diferidos activos sobre o montante de desvios actuariais registados em Capitais Próprios.

O Aviso nº 2/2012, de 10 de Janeiro do Banco de Portugal estabelece que os desvios actuariais acumulados considerados no cálculo dos Fundos Próprios Regulamentares não deve depender da política contabilística adoptada em resultado das opções previstas na IAS 19. Por este motivo, o referido aviso prevê a manutenção do limite do corredor, para que sejam excluídas dos fundos próprios de base as perdas actuariais acumuladas que estariam por reconhecer como custo, dentro dos limites anteriormente referidos.

A aplicação retrospectiva da política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, conforme previsto pela IAS 8, teve os seguintes impactos:

	Capitais próprios consolidados em 31 Dez. 10 (inclui resultado do exercício)	Resultado do primeiro semestre de 2011	Capitais próprios consolidados em 30 Jun. 11 (inclui resultado do semestre)
Saldos conforme reportado (antes da aplicação retrospectiva da alteração de política contabilística)	1 963 948	79 141	1 587 528
Impacto da aplicação retrospectiva da política contabilística			
Desvios actuariais e financeiros acumulados em 1 de Janeiro de 2011	( 254 252)		( 254 252)
Desvios actuariais e financeiros originados no 1º semestre de 2011			( 19 752)
Anulação da amortização do excesso do corredor registada no 1º semestre de 2011		358	358
Impacto fiscal	73 324	( 103)	78 917
Saldos (proforma)	1 783 020	79 396	1 392 799

## 2.2. Consolidação de empresas filiais e entidades sob controlo conjunto e registo de empresas associadas (IAS 27, IAS 28, IAS 31 e IFRS 3)

O Banco BPI detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que o Banco detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa. Empresas associadas são aquelas em que o Banco BPI exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira mas não detém o controlo da empresa. Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

As demonstrações financeiras das empresas filiais são consolidadas pelo método de integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de integração global são eliminados no processo de consolidação e o valor do capital, das reservas e dos resultados correspondente à participação de terceiros nestas empresas é apresentado na rubrica interesses minoritários. Quando necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo BPI.

As diferenças de consolidação negativas - *goodwill* - correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas filiais na data da primeira consolidação, são registadas como activo e sujeitas a testes de imparidade. No momento da venda de uma empresa filial, o saldo líquido do goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia gerada na venda.

A consolidação das contas de empresas sob controle conjunto do Grupo BPI e doutras entidades é efectuada pelo método da consolidação proporcional, sendo os activos, passivos, custos e proveitos desta entidade integrados nas contas consolidadas na proporção da participação que o Grupo BPI detém no seu capital.

As empresas associadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Segundo este método, o valor do investimento inicialmente reconhecido pelo custo é ajustado pela alteração pós-aquisição do valor dos activos líquidos da empresa associada, na proporção detida pelo Grupo BPI.

O *goodwill* das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação. O valor de balanço das empresas associadas (incluindo goodwill) é sujeito a teste de imparidade nos termos do IAS 36 e IAS 39.

No caso de empresas associadas adquiridas por fases, o goodwill é calculado no momento em que a empresa adquirida se torna uma associada, sendo determinado com base na diferença entre o custo total de aquisição do investimento e a proporção detida no justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada nessa data. Conforme previsto no IAS 28, o custo total de aquisição corresponde ao justo valor do investimento original determinado na data em que passa a existir influência significativa, acrescido do valor pago pela participação adicional. De acordo com a política definida pelo Grupo BPI, os ganhos ou perdas na reavaliação ao justo valor do investimento original são reconhecidos em resultados na data em que a empresa adquirida se torna uma associada.

Na sequência de perda de influência significativa sobre uma empresa associada (presume-se uma participação de capital inferior a 20%) e de acordo com o previsto na IAS 28, a participação detida é reclassificada da carteira de Investimentos em Associadas para a carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, sendo registada pelo seu justo valor na data da perda de influência significativa. A diferença entre o justo valor da participação detida e o custo do investimento nessa data é reconhecida em resultados.

Conforme previsto na IFRS 1 e de acordo com as políticas contabilísticas em vigor no Grupo BPI até à data de transição para as IAS/IFRS, o valor do goodwill gerado em investimentos efectuados até 1 de Janeiro de 2004 foi integralmente deduzido aos capitais próprios.

As diferenças de consolidação positivas - *badwill* - correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas filiais e associadas na data da primeira consolidação ou do registo pelo método da equivalência patrimonial são imediatamente reconhecidas em resultados.

As demonstrações financeiras das empresas filiais ou associadas inactivas ou em liquidação são excluídas da consolidação e de reavaliação por equivalência patrimonial. Estas participações são classificadas em activos financeiros disponíveis para venda.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco BPI e das empresas filiais, associadas e entidades de controlo conjunto, estes na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos, após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

### **Empresas filiais e associadas em moeda estrangeira (IAS 21 e IAS 29)**

As demonstrações financeiras de empresas filiais e associadas expressas em moeda estrangeira é precedida da sua conversão para euros com base no câmbio de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal:

- a conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio à data do balanço;
- os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do mês em que são reconhecidos; e,
- as diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios, na rubrica reservas de reavaliação, uma vez que o Banco não detém participações em empresas filiais e associadas cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária.

### **2.3. Activos e passivos financeiros (IAS 32 e IAS 39)**

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo BPI na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- preços de um mercado activo, ou
- métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacente:
  - cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
  - preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

No momento da aquisição ou originação, os activos financeiros são classificados numa das quatro categorias previstas no IAS 39:

- activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados;
- activos financeiros detidos até à maturidade;
- activos financeiros disponíveis para venda;
- créditos e outros valores a receber

Na sequência da alteração do IAS 39 em Outubro de 2008, sob a designação "Reclassificação de activos financeiros" passou a ser possível efectuar as seguintes reclassificações entre as categorias de activos financeiros: (i) em circunstâncias particulares, activos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados no âmbito da "Fair Value Option") podem ser transferidos da categoria ao justo valor através de resultados, e (ii) activos financeiros que cumpram com a definição de crédito ou outros valores a receber podem ser transferidos da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito e outros valores a receber, desde que a entidade tenha a intenção e capacidade de os deter no futuro próximo ou até à maturidade. Para reclassificações ocorridas até 1 de Novembro de 2008, as alterações efectuadas pelo Grupo BPI tiveram como referência 1 de Julho de 2008. As reclassificações verificadas em ou após 1 de Novembro de 2008 têm impacto apenas a partir da data da reclassificação.

Na nota 4.48 são apresentadas em detalhe as metodologias de valorização dos activos e passivos financeiros registados ao justo valor (Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, Passivos financeiros de negociação e Activos financeiros disponíveis para venda).

### **2.3.1. Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados e Passivos financeiros de negociação**

Estas rubricas incluem:

- títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos e em que o Banco tenha optado, na data de escrituração, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, podendo estar classificadas em posições detidas para negociação ou ao justo valor através de resultados;
- títulos afectos às carteiras de seguros de capitalização; e
- derivados (incluindo derivados embutidos em activos e passivos financeiros), excepto se forem designados como instrumentos de cobertura no âmbito da aplicação de contabilidade de cobertura (Nota 2.3.8).

A avaliação destes activos e passivos é efectuada diariamente com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados.

No caso de incumprimento, os derivados são liquidados antecipadamente e registados pelo seu valor de substituição. As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida de prejuízos em operações financeiras.

### **2.3.2. Activos financeiros detidos até à maturidade**

Esta rubrica inclui activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo BPI tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

### **2.3.3. Activos financeiros disponíveis para venda**

Esta rubrica inclui:

- títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, títulos detidos até à maturidade ou como carteira de crédito;
- títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado ou estimado, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica reservas de reavaliação de justo valor, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das acções) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Com referência à data de preparação das demonstrações financeiras, o Banco avalia a existência de situações de evidência objectiva que os activos financeiros disponíveis para venda estão com imparidade, considerando a situação dos mercados e a informação disponível sobre os emitentes.

Conforme previsto no IAS 39, um activo financeiro disponível para venda está com imparidade e são incorridas perdas por imparidade se, e apenas se: (i) existir evidência objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo (um "evento de perda"); e (ii) esse(s) evento(s) de perda tiver(em) impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro, que possa ser fiavelmente estimado.

De acordo com o IAS 39, a evidência objectiva de que um activo financeiro disponível para venda está com imparidade inclui dados observáveis acerca dos seguintes eventos de perda:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente;
- Incumprimento contratual do emitente em termos de reembolso de capital ou pagamento de juros;
- Probabilidade de falência do emitente;
- Desaparecimento de um mercado activo para o activo financeiro devido a dificuldades financeiras do emitente.

Para além dos eventos relativos a instrumentos de dívida acima referidos, a existência de evidência objectiva de imparidade em instrumentos de capital considera ainda a informação acerca dos seguintes eventos de perda:

- Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emitente opera que indiquem que o custo do investimento pode não ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado do activo financeiro abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência objectiva que um activo financeiro disponível para venda está com imparidade, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo são revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidades relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são registadas em reservas de reavaliação por diferenças cambiais. As variações cambiais dos restantes títulos são registadas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda designados como activos cobertos são valorizados conforme descrito na Nota 2.3.8. Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

#### **2.3.4. Créditos e outros valores a receber**

O crédito e valores a receber abrange os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito, incluindo operações de locação financeira, operações de factoring, empréstimos sindicados e créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por Empresas) que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

Os empréstimos e créditos titulados transaccionados num mercado activo são classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

No momento inicial os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito. Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas). As operações de crédito hipotecário passam a situação de contencioso no momento da entrega de requerimento executivo em tribunal, normalmente 180 dias após a data do 1º incumprimento.

O Grupo BPI procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões (de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal) e imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate.

Os créditos designados como activos cobertos são valorizados conforme descrito na Nota 2.3.8. Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

### **Locação financeira (IAS 17)**

As operações de locação em que o Banco transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem para o cliente ou para um terceiro são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor do desembolso líquido efectuado na data de aquisição dos bens locados. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento dos proveitos reflecte uma taxa de juro efectiva sobre o capital em dívida.

### **Factoring**

Os activos decorrentes de operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes de operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de “credores por operações de factoring”. As entregas de fundos efectuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de “credores por operações de factoring”.

As tomadas, ao abrigo dos contratos de factoring, de facturas com recurso sem adiantamento de fundos por conta dos contratos respectivos são registadas na rubrica extrapatrimonial “contratos com recurso – facturas não financiadas” pelo valor das facturas tomadas. A regularização do saldo desta rubrica ocorrerá à medida que tais facturas forem liquidadas.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados como elemento extrapatrimonial.

### **Crédito titularizado não desreconhecido**

O Banco não desreconhece do activo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e,
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica Crédito sobre Clientes e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o prazo da operação de crédito.

Os fundos recebidos pela operação de titularização são registados na rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos. Os juros e comissões associados a este passivo são periodificados, pela parte que representa o risco e/ou benefícios retidos, com base na remuneração cedida pelo Banco e de acordo com o período correspondente à vida média esperada da operação de titularização à data do seu lançamento.

A manutenção de risco e/ou benefícios é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no activo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo BPI são eliminadas no processo de consolidação.

### **Reportes**

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, como um crédito, sendo periodificado o valor de juros.

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

### **Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis**

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações. Estas operações estão sujeitas a testes de imparidade.

### **Imparidade**

Mensalmente, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com o IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda (loss event) após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

O IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objectiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; tornar-se provável que o mutuário vá entrar em falência, etc), mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional.

A existência de evidência objectiva de situações de imparidade é avaliada com referência à data de apresentação das demonstrações financeiras.

A avaliação da imparidade é efectuada em base individual para créditos de montante significativo e em base individual ou colectiva para as operações que não sejam de montante significativo.

Para efeitos de determinação de imparidade, a carteira de crédito do Banco BPI encontra-se segmentada da seguinte forma:

- Banca de empresas;
- Particulares e pequenos negócios;
- Crédito especializado: crédito à habitação, leasing de equipamento, leasing imobiliário, financiamento automóvel, crédito ao consumo e cartões de crédito;
- Carteira comercial: cobrança – desconto, crédito com plano, crédito sem plano e descobertos;
- Project Finance;
- Banca institucional e Sector Empresarial do Estado;
- Outros.

As perdas por imparidade associadas aos segmentos da Banca de Empresas, Project Finance, Banca institucional e Sector Empresarial do Estado são apuradas através de uma análise individual sempre que os créditos evidenciam indícios de imparidade ou se encontram em situação de incumprimento. As perdas por imparidade associadas a exposições superiores a 500 m.euros incluídas no segmento de Particulares e pequenos negócios são também apuradas através de análise individual.

As operações de crédito incluídas nestes segmentos que não evidenciam indícios de imparidade, bem como as operações incluídas nos restantes segmentos, são sujeitas a análises colectivas para a determinação do valor da imparidade associada.

### **Análise individual**

Para os activos relativamente aos quais existe evidência objectiva de imparidade numa base individual, o cálculo da imparidade é efectuado operação a operação, tendo como referência a informação que consta dos modelos de análise de risco de crédito do Banco os quais consideram, entre outros, os seguintes factores:

- Exposição global do cliente e natureza das responsabilidades contraídas junto do Banco: operações financeiras ou não financeiras (nomeadamente, responsabilidades de natureza comercial ou garantias de boa execução);
- Notação de risco do cliente determinada através de um sistema de cálculo implementado no Grupo BPI. Esta notação de risco incorpora, entre outras, as seguintes características:
  - Situação económico-financeira do cliente;
  - Risco do sector de actividade em que opera;
  - Qualidade de gestão do cliente, medida pela experiência no relacionamento com o Grupo BPI e pela existência de incidentes;
  - Qualidade da informação contabilística apresentada;
  - Natureza e montante das garantias associadas às responsabilidades contraídas junto do Banco;
  - Crédito em situação de incumprimento superior a 30 dias.

Nestas situações, o montante das perdas identificadas é calculado com base na diferença entre o valor de balanço e a estimativa do valor que se espera recuperar do crédito, após custos de recuperação, actualizado à taxa de juro efectiva durante um período correspondente à diferença entre a data de cálculo da imparidade e a data prevista para a recuperação.

De salientar que o valor expectável de recuperação do crédito reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar da execução das garantias ou colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respectivo processo de recuperação.

Os activos avaliados individualmente e para os quais não tenham sido apuradas perdas por imparidade são incluídos num grupo de activos com características de risco de crédito semelhantes, e a existência de imparidade é avaliada colectivamente.

A determinação da imparidade para estes grupos de activos é efectuada nos termos descritos no ponto seguinte – Análise colectiva.

Os activos para os quais são apuradas perdas por imparidade na análise individual não são sujeitos ao registo de perdas por imparidade na análise colectiva.

### Análise colectiva

Os cash-flows futuros de grupos de crédito sujeitos a análise colectiva de imparidade são estimados com base na experiência histórica de perdas para activos com características de risco de crédito semelhante.

A análise colectiva envolve a estimativa dos seguintes factores de risco:

- Possibilidade de uma operação ou cliente em situação regular vir a demonstrar indícios de imparidade manifestados através de atrasos ocorridos durante o período de emergência (período de tempo que medeia entre a ocorrência do evento da perda e a identificação desse mesmo evento por parte do Banco).  
Conforme previsto no IAS 39, estas situações correspondem a perdas incorridas mas ainda não observadas (“incurred but not reported”), ou seja, casos em que, para parte da carteira de crédito, o evento de perda já ocorreu mas o Banco ainda não o identificou.
- Possibilidade de uma operação ou cliente que já registou atrasos entrar em default (situação de contencioso) durante o prazo residual da operação.
- Perda económica das operações no caso de entrarem em situação de default.

Para a determinação da percentagem de perda estimada para as operações ou clientes em situação de default são considerados os pagamentos efectuados pelos clientes após o default e as recuperações por via da execução de garantias, deduzidos de custos directos do processo de recuperação. Os fluxos considerados são descontados à taxa de juro das operações e comparados com a exposição existente no momento do default.

Os inputs para cálculo da imparidade colectiva são determinados com base em modelos estatísticos para grupos de crédito e revistos regularmente para aproximar os valores estimados aos valores reais.

Para as exposições com evidência objectiva de imparidade, o montante da perda resulta da comparação entre o valor de balanço e o valor actual dos cash-flows futuros estimados. Para efeitos de actualização dos cash-flows futuros é considerada a taxa de juros das operações na data de cada análise.

### **2.3.5. Depósitos e outros recursos**

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Incluem-se nesta categoria os seguros de capitalização do ramo Vida sem participação discricionária de resultados.

Os depósitos designados como passivos cobertos são valorizados conforme descrito na Nota 2.3.8. Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

### **2.3.6. Dívida titulada emitida pelo Banco**

As emissões de obrigações do Banco estão registadas nas rubricas Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados.

Na data de emissão, as obrigações emitidas são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações são registados separadamente e reavaliados ao justo valor através de resultados.

As obrigações designadas como passivos cobertos são valorizados conforme descrito na Nota 2.3.8. Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

As obrigações emitidas pelo Banco podem ser ou não cotadas em Bolsa.

#### ***Transacções em mercado secundário***

O Banco efectua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respectivas rubricas da dívida emitida (capital, juros, comissões e derivados) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate ou aumento do passivo são reconhecidas de imediato em resultados.

### **2.3.7. Obrigações subordinadas de conversão contingente**

No âmbito do Plano de Recapitalização para reforço dos fundos próprios Core Tier 1, para cumprimento dos rácios mínimos estabelecidos pela Autoridade Bancária Europeia e pelo Banco de Portugal, o Banco BPI emitiu instrumentos financeiros elegíveis para fundos próprios Core Tier 1 (obrigações subordinadas de conversão contingente), que foram subscritos pelo Estado Português (Notas 4.23, 4.27 e 4.50).

Tendo em conta as respectivas características, definidas na Lei nº63-A/2008, de 24 de Novembro, republicada pela Lei nº 4/2012, de 11 de Janeiro (Lei da Recapitalização da Banca), na Portaria nº 150-A/2012, de 17 de Maio e nos Termos e Condições constantes do Despacho nº 8840-A/2012, do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Junho de 2012, e os requisitos previstos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente na IAS 32, estes instrumentos financeiros foram registados pelo Grupo BPI como passivos financeiros, uma vez que:

- Se encontra previsto que, sobre o valor nominal destes instrumentos, se vençam juros, os quais deverão ser pagos pelo Emitente, em dinheiro ou em acções do Emitente, sob pena de se verificar a conversão desses instrumentos em acções do Emitente nos termos previstos no ponto 8 dos Termos e Condições acima mencionados;
- Os instrumentos deverão ser recomprados pelo Banco BPI ao Estado até ao termo do dia de 29 de Junho de 2017, sob pena da sua conversão em acções do Emitente;
- A conversão a que aludem os pontos anteriores, será efectuada mediante a entrega de um número de acções que não é possível determinar antes de se verificar o evento que determina essa conversão, uma vez que (i) conforme decorre da definição de Preço de Conversão constante do ponto 1.1. dos Termos e Condições acima mencionados, esse preço depende da cotação/valor de mercado das acções no período que anteceder a verificação desse evento e (ii) a determinação daquele número de acções é feita em função desse Preço de Conversão.

As obrigações subordinadas de conversão contingente são valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

### **2.3.8. Contabilidade de cobertura – derivados de cobertura e instrumentos cobertos**

O Grupo BPI designa como instrumentos de cobertura os derivados contratados para cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio (operações de cobertura de justo valor), quer para cobertura de activos e passivos financeiros individualmente identificados (carteira de obrigações, emissão de obrigações próprias e empréstimos), quer para conjuntos de operações (depósitos a prazo e crédito a taxa fixa).

O Grupo BPI dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, quando da transacção inicial, o instrumento (ou parte do instrumento, ou parte do risco) que está a ser coberto, a estratégia e tipo de risco coberto, o derivado de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Banco testa a eficácia das coberturas, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125%.

Os instrumentos derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos e perdas resultantes da sua reavaliação são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de activos ou passivos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos activos ou passivos cobertos, no caso de operações ao custo amortizado (crédito, depósitos e dívida emitida) ou por contrapartida de reserva de reavaliação de justo valor, no caso de activos financeiros disponíveis para venda (carteira de obrigações).

Um activo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberto (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente.

Na aplicação da Contabilidade de cobertura, o Banco não valoriza os spreads comerciais dos activos ou dos passivos cobertos.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, por a variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

Os testes à eficácia das coberturas são devidamente documentados em cada final de mês, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas.

### **2.3.9. Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira**

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados segundo o sistema multi-currency, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio oficial de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

### **2.4. Activos tangíveis (IAS 16)**

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	<b>Anos de vida útil</b>
Imóveis	20 a 50
Obras em edifícios próprios	10 a 50
Imobilizações não passíveis de recuperação efectuadas em edifícios arrendados	3 a 10
Equipamento	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos pelo Grupo BPI até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultou dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

### **Activos tangíveis adquiridos em locação financeira**

Os activos tangíveis adquiridos através de operações de locação, em que o banco detém todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem, são amortizados de acordo com o procedimento descrito no ponto anterior.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os passivos são reduzidos pelo montante correspondente à amortização do capital de cada uma das rendas e os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação.

## **2.5. Activos tangíveis disponíveis para venda**

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos por recuperações de créditos são registados na rubrica outros activos, dado que nem sempre se encontram em condições de venda imediata e o prazo de detenção destes activos pode ser superior a um ano. Estes activos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

São também registados na rubrica outros activos, os activos tangíveis do Banco retirados de uso (imóveis e equipamento descontinuados) e que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos de activos tangíveis pelo valor contabilístico nos termos do IAS 16 (custo de aquisição líquido de amortizações e imparidades acumuladas) na data em que ficam disponíveis para venda e são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

As mais-valias potenciais em outros activos não são reconhecidas no balanço.

## **2.6. Activos intangíveis (IAS 38)**

O Banco regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

## **2.7. Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)**

As Instituições do Grupo BPI que aderiram ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário português assumem o compromisso de atribuir aos seus Colaboradores ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência (plano de benefícios definidos). Estas prestações consistem numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do Colaborador, aplicada aos seus salários. Até 31 de Dezembro de 2010, a generalidade dos Colaboradores do Grupo BPI não estava abrangida pelo Sistema de Segurança Social.

Com a publicação do Decreto-Lei n.1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social, a partir de 1 de Janeiro de 2011, passando a estar cobertos por este regime em matéria de pensões por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, cujos encargos o Banco deixou de suportar. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário (ACT), o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Em relação a estes trabalhadores, mantém-se a cargo do Banco as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Na sequência do Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, as Instituições de Crédito e os Sindicatos do sector bancário, foi publicado o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que prevê a transferência para a Segurança Social das responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 estavam nessa situação e se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (Pilar 1), bem como a correspondente entrega ao Estado Português de parte dos activos dos fundos de pensões que cobriam as referidas responsabilidades.

O Banco BPI, através do respectivo fundo de pensões, mantém a responsabilidade pelo pagamento (i) das actualizações do valor das pensões referidas anteriormente, de acordo com os critérios previstos no ACT; (ii) dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumida pelo ACT; (iii) da contribuição sobre as pensões de reforma e sobrevivência para os

Serviços de Apoio Médico-Social (SAMS); (iv) do subsídio por morte; (v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente desde que referente ao mesmo trabalhador e (vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

O valor dos activos dos fundos de pensões transferidos para o Estado deve ser igual ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social e foi determinado tendo em consideração os seguintes pressupostos: (i) taxa de desconto de 4 %; (ii) tábuas de mortalidade, nos termos da regulamentação definida pelo Instituto de Seguros de Portugal: população masculina: TV 73/77 menos 1 ano; população feminina: TV 88/90.

A transferência de activos dos fundos de pensões do Banco foi constituída na sua totalidade por numerário.

A transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos: (i) até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a 55% do valor actual provisório das responsabilidades; (ii) até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades, como resultado da conclusão do processo de apuramento final das responsabilidades transferidas, realizado por uma entidade independente especializada e contratada para o efeito pelo Ministério das Finanças.

Dado que a transferência para a Segurança Social configura uma liquidação, com a extinção das correspondentes responsabilidades por parte do Banco BPI, a diferença entre o valor dos activos do fundo de pensões transferidos para o Estado Português, e o valor das responsabilidades transferidas determinado com base em pressupostos actuariais utilizados pelo Banco BPI foi registada em resultados na rubrica Ganhos e perdas operacionais, conforme previsto no parágrafo 61 do IAS 19.

De acordo com o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, os custos incorridos em consequência deste processo de transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social são dedutíveis, em partes iguais, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012 em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas, o qual se estima em 18 anos, pelo que foram registados os respectivos impostos diferidos activos sobre o montante da liquidação reconhecido em resultados.

Os métodos de valorização actuarial utilizados são o "Projected Unit Credit", para o cálculo do custo normal e das responsabilidades com serviços passados por velhice, e Prémios Únicos Sucessivos, para o cálculo dos custos relativos aos benefícios de invalidez e sobrevivência. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. A análise dos pressupostos actuariais e, caso aplicável, a respectiva alteração, é efectuada pelo Grupo BPI com referência a 30 de Junho e 31 de Dezembro de cada ano. Em 30 de Junho de 2012, o Grupo BPI não alterou os pressupostos actuariais por se considerar que os pressupostos com referência a 31 de Dezembro de 2011 continuam a ser aplicáveis face às actuais condições de mercado e expectativas à data de balanço. A actualização dos referidos pressupostos reflecte-se prospectivamente nos custos com pensões e na determinação dos desvios actuariais. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma e sobrevivência, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

Até Junho de 2011, o Grupo BPI reconhecia o valor acumulado líquido (após 01Jan04) dos ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e de diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados, na rubrica Outros activos ou Outros passivos - Desvios actuariais. Eram enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas actuariais acumulados que não excediam 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excediam o corredor eram amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano. A partir de 31 de Dezembro de 2011, conforme referido na Nota 2.1. Comparabilidade da informação, o Grupo BPI alterou a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na Demonstração de rendimento integral, no período em que ocorrem, conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada são integralmente reconhecidos como custo nos resultados do exercício.

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente de alterações das condições dos Planos de Pensões são integralmente reconhecidos como custo no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período até os benefícios se

tornarem adquiridos. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevados como custo está registado na rubrica Outros activos.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego) é assegurada por fundos de pensões. O valor dos Fundos de Pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

O regime de financiamento pelo Fundo de Pensões está definido no Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 que determina:

- a obrigatoriedade de financiamento integral (100%) das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados referentes aos Colaboradores no activo;
- o estabelecimento de um período transitório para o financiamento do acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de Dezembro de 2004. Este acréscimo de responsabilidades pôde ser financiado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade para as quais o plano de financiamento poderia ir até 31 de Dezembro de 2011;
- em 31 de Dezembro de 2005, o Banco optou por financiar a totalidade das responsabilidades com pensões de reforma dos Colaboradores, não tendo aplicado o plano de amortizações uniformes permitido pelo Banco de Portugal.

Nas demonstrações financeiras do Grupo BPI, o valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos (insuficiência de cobertura) ou Outros Activos (excesso de cobertura).

Os resultados consolidados do Grupo BPI incluem os seguintes custos relativos a pensões de reforma e sobrevivência:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- rendimento esperado dos Fundos de Pensões;
- custos com acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas;
- custos (ou amortização) resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões.

Na data da transição, o Grupo BPI adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção designada de “reset”). Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo BPI em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados na data da transição (1 de Janeiro de 2004).

## 2.8. Prémios de antiguidade (IAS 19)

As Instituições do Grupo BPI que aderiram ao Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português assumem o compromisso de atribuir aos Colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

O Grupo BPI determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método de “Project Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica Outros Passivos.

Os resultados consolidados do Grupo BPI incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- custo do serviço corrente (custo do ano)
- custo dos juros
- ganhos e perdas resultantes da alteração das condições dos benefícios.

## 2.9. Acções próprias (IAS 32)

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

## 2.10. Remuneração variável em acções – RVA (IFRS 2)

O Programa de Remuneração Variável em Acções (RVA) é um programa que prevê que, sempre que seja decidida a atribuição de remuneração variável aos Administradores Executivos e aos Colaboradores do Grupo BPI (neste caso, desde que superior a 2 500 euros), esta seja, em parte, composta por acções representativas do capital social do Banco BPI (acções BPI) e em opções de compra de acções BPI. A parcela de remuneração variável individual que corresponde ao RVA oscila entre 10% e 50%, sendo a percentagem tanto maior quanto maior for o nível de responsabilidade do seu beneficiário.

No que respeita aos Colaboradores, as acções atribuídas no âmbito do RVA transmitem-se na sua totalidade, na data da atribuição, para a titularidade dos mesmos, mas essa transmissão fica, quanto a 75% das acções em causa, sujeita a condição resolutiva (traduzida na cessação da relação laboral, salvo se feita com justa causa do Colaborador), sujeição essa que cessa de uma forma gradual ao longo dos três anos seguintes à data de atribuição (25% em cada ano). As opções de compra de acções podem ser exercidas entre o 90º dia e o quinto ano a contar da data de atribuição. A cessação da relação laboral do Colaborador com o Grupo BPI afecta, também, nos termos previstos no Regulamento do RVA, as opções atribuídas.

No que respeita aos Administradores Executivos, até ao RVA 2009, inclusive, as condições de atribuição das acções e opções sobre acções eram idênticas às referidas anteriormente para os Colaboradores. A partir do RVA 2010, as acções e as opções sobre acções atribuídas aos Administradores Executivos no âmbito do RVA ficam sujeitas à seguinte condição suspensiva: a situação líquida do Banco BPI, apurada com base nas suas contas consolidadas relativas ao terceiro exercício posterior àquele a que respeita a remuneração variável ser de valor superior à situação líquida do Banco BPI, apurada com base nas suas contas consolidadas relativas ao exercício a que respeita a remuneração variável, observados, para o efeito, os pressupostos previstos no Regulamento do RVA. A atribuição de acções fica, ainda, sujeita, também como condição suspensiva, à não verificação da cessação da relação de administração ou laboral nos termos previstos pelo Regulamento do RVA. Para além das condições referidas, a atribuição de acções fica também sujeita a um termo suspensivo de 3 anos a contar da data de atribuição; o período de exercício para as opções sobre acções inicia-se após o decurso desse mesmo prazo.

Conforme previsto no Plano de Recapitalização (Notas 4.23, 4.27, e 4.50), durante o período do investimento público, não serão pagas aos membros da Comissão Executiva do Banco BPI quaisquer remunerações variáveis, isto sem prejuízo de a Comissão de Remunerações poder continuar a realizar anualmente a avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração e a determinação do valor da remuneração variável que lhes caberia por aplicação das regras da Política de Remuneração aprovadas pela Assembleia Geral de Abril de 2011, valor esse cujo pagamento ficará dependente de uma decisão da Comissão de Remunerações então em funções, a tomar após o reembolso integral do investimento público.

Os custos com o programa de remunerações variáveis em acções são periodificados em custos com pessoal, em contrapartida da rubrica Outros Instrumentos de Capital, conforme definido na IFRS 2 para programas de share-based payment. O custo das acções e dos prémios das opções na data de atribuição são periodificados de forma linear desde o início do ano do programa (1 de Janeiro) até à respectiva data de disponibilização ao Colaborador.

Para as remunerações variáveis em acções, o Banco adquire uma carteira de acções BPI e transmite a propriedade das acções para os Colaboradores na data de atribuição do RVA (no caso dos Administradores Executivos, após a verificação dos termos e condições suspensivos). No entanto, para efeitos contabilísticos, as acções permanecem na carteira de acções próprias do Banco BPI até à data de disponibilização. Nesta data, as acções são desreconhecidas em contrapartida dos montantes acumulados na rubrica Outros Instrumentos de Capital.

Para as remunerações variáveis em opções, o Grupo BPI constituiu uma carteira de acções BPI de modo a assegurar a cobertura das responsabilidades decorrentes da emissão de opções de compra de acções BPI de acordo com uma estratégia de cobertura de delta (determinada por um modelo de avaliação de opções do BPI desenvolvido internamente e baseado na metodologia Black-Scholes).

Esta estratégia corresponde a constituir uma carteira com delta acções por cada opção emitida, sendo que o montante delta corresponde à relação entre a variação do preço de uma opção e a variação do preço da acção subjacente. As acções próprias detidas para cobrir o risco de variação do valor das opções vendidas são registadas na rubrica de Acções Próprias para cobertura do RVA onde permanecem enquanto estiverem afectas àquela finalidade.

Na data de exercício das opções, as acções próprias são desreconhecidas em simultâneo com a transmissão de propriedade para os Colaboradores. Nesta data é reconhecida uma mais ou menos-valia correspondente à diferença entre o preço de exercício e o custo médio de aquisição da carteira de acções próprias afecta à cobertura de cada um dos programas, deduzida dos custos com prémios de opções acumulados na rubrica Outros Instrumentos de Capital.

As mais e menos-valias realizadas em acções próprias na cobertura e exercício de opções do RVA, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

### 2.11. Provisões técnicas (IFRS 4)

O Grupo BPI comercializa seguros de capitalização do ramo Vida, através da sua filial BPI Vida. Os seguros de capitalização sem participação discricionária de resultados são registados nos termos do IAS 39 e incluídos na rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos. Os seguros de capitalização com participação discricionária de resultados são contabilizados nos termos do IFRS 4 e incluídos na rubrica Provisões técnicas.

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões Matemáticas determinadas segundo métodos actuariais prospectivos, de acordo com as bases técnicas de cada um dos produtos.  
Inclui também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é registada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas.
- Provisão para Participação nos Resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas.
- Provisão para Sinistros para fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados. Na medida em que o Grupo BPI não comercializa seguros de risco, não é constituída provisão para sinistros ocorridos e não declarados (IBNR).

### 2.12. Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da actividade do Grupo BPI.

### 2.13. Impostos sobre os lucros (IAS 12)

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente.

O Banco BPI bem como as empresas filiais e associadas cuja sede se encontra localizada em Portugal estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

As Sucursais Financeiras Exteriores do Banco BPI nas Regiões Autónoma da Madeira e de Santa Maria beneficiaram, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 34º do referido Estatuto, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona Franca da Madeira e Santa Maria. Este regime foi aplicável desde 1 de Janeiro de 2003. A partir de 1 de Janeiro de 2012, é aplicado o regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas às Sucursais Financeiras Exteriores.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, nos países onde o Banco tem presença, para o período a que se reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais dão também origem ao registo de impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios (nomeadamente, ganhos e perdas em acções próprias e em títulos disponíveis para venda e os desvios actuariais em responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência).

O Grupo BPI não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível, excepto nos seguintes casos:

- são reconhecidos os impostos diferidos passivos associados à estimativa dos dividendos a distribuir às empresas do Grupo BPI, no ano seguinte, sobre o resultado líquido do exercício do Banco de Fomento Angola;
- são reconhecidos os impostos diferidos passivos associados à totalidade dos lucros distribuíveis do Banco Comercial e de Investimentos.

Os lucros distribuídos ao Banco BPI por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

#### **2.14. Acções preferenciais (IAS 32 e IAS 39)**

As acções preferenciais são classificadas como instrumento de capital próprio quando:

- Não existe uma obrigação contratual por parte do Grupo BPI em reembolsar (em numerário ou outro activo financeiro) as acções preferenciais adquiridas pelo detentor;
- A remissão ou reembolso antecipado das acções preferenciais apenas pode ocorrer por opção do Grupo BPI;
- As distribuições de dividendos efectuadas pelo Grupo BPI aos detentores das acções preferenciais são discricionárias.

O Grupo BPI classificou como instrumento de capital próprio as emissões de acções preferenciais da BPI Capital Finance Ltd. O pagamento de dividendos e o reembolso destas acções são garantidos pelo Banco BPI.

As acções preferenciais classificadas como instrumentos de capital próprio e detidas por terceiros são apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Interesses minoritários".

As mais e menos valias realizadas na recompra e na venda de acções preferenciais classificadas como instrumentos de capital próprio, bem como o respectivo impacto fiscal, são registadas directamente em capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

#### **2.15. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros**

O Banco BPI é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros o Banco BPI efectua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Banco BPI recebe comissões pela mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre o Banco BPI e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efectuadas através do Banco BPI e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente;
- Comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de Janeiro) aquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo recebimento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objecto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros activos por contrapartida da rubrica Comissões recebidas – Por serviços de mediação de seguros.

O Banco BPI não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pelo Banco BPI, para além dos já divulgados.

## **2.16. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo BPI são utilizadas estimativas e valores futuros esperados, nomeadamente nas seguintes áreas:

### ***Pensões de reforma e sobrevivência***

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e o rendimento dos Fundos de Pensões constituídos para cobrir estas responsabilidades são estimados com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários e de rendimento futuro dos Fundos de Pensões. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Grupo BPI para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

### ***Imparidade do crédito***

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos Clientes. Eventuais diferenças entre os pressupostos utilizados e o comportamento futuro dos créditos, ou alterações nos pressupostos adoptados pelo Grupo BPI, têm impacto nas estimativas efectuadas.

### ***Justo valor de derivados e activos financeiros não cotados***

O justo valor dos derivados e activos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização destes instrumentos financeiros em algumas situações específicas, incluindo a alienação antes da respectiva maturidade.

### ***Impostos sobre lucros***

Os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as empresas do Grupo BPI ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura.

### 3. RELATO POR SEGMENTOS

O reporte de segmentos do Grupo BPI reparte-se da seguinte forma:

- Actividade doméstica: corresponde à actividade relacionada com a prestação de serviços bancários a clientes nacionais, incluindo elementos das comunidades de emigrantes e filiais de empresas portuguesas e inclui:
  - Banca Comercial
  - Banca de Investimentos
  - Participações de capital e outros
- Actividade internacional: corresponde à actividade desenvolvida em Angola pelo Banco de Fomento Angola, S.A., em Moçambique pelo Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. e pela BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.R.L. e na África do Sul pela BPI Capital Africa (Proprietary) Limited.

#### Banca comercial

O Grupo BPI é predominantemente focalizado no negócio da banca comercial. A banca comercial inclui:

- Banca de retalho – A banca de retalho assegura a acção comercial junto dos clientes particulares, empresas e empresários em nome individual com facturação até 2,5 milhões de euros através de uma rede de distribuição multicanal constituída por balcões de retalho, centros de investimento, serviço de homebanking (BPI Net), banca telefónica (BPI Directo), balcões especializados e rede de promotores externos.
- Banca de empresas - A banca de empresas assegura a acção comercial junto de empresas privadas, públicas e municipais, de organismos do sector público (incluindo Administração Central e Local) e ainda junto de Fundações e Associações. Está também englobada na banca de empresas a actividade de Project Finance e Parcerias Público-Privadas, na vertente de promoção comercial, estruturação e montagem de operações financeiras e ainda de consultoria relacionada com este tipo de actividade.

#### Banca de Investimento

A actividade de Banca de Investimento engloba as seguintes áreas de negócio:

- Corretagem – Inclui as actividades de corretagem (compra e venda de valores mobiliários) realizadas por conta de clientes.
- Private Banking – A área de Private Banking mantém a seu cargo a responsabilidade de implementação de estratégias e propostas de investimento apresentadas aos clientes e assegura a gestão da totalidade ou de parte do seu património financeiro, através da atribuição ao Banco de um mandato de gestão. Adicionalmente, a área de Private Banking assegura a prestação de serviços de planeamento patrimonial, informação fiscal e consultoria empresarial.
- Corporate finance – Inclui as actividades referentes à prestação de serviços relacionados com assessoria na análise de projectos e decisões de investimento e com operações de mercado de privatizações e de estruturação de processos de fusões e aquisições.

#### Participações de capital e outros

Este segmento inclui essencialmente a actividade de Participações Financeiras e Private Equity. A área de Private Equity do Grupo BPI promove essencialmente a realização de investimentos em empresas não cotadas com os seguintes objectivos: desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, financiamento de investimentos em fundo de maneio, realização de aquisições e reforço de autonomia financeira.

Neste segmento está também incluída a actividade residual do Banco, cujos segmentos representam individualmente menos de 10% do total dos proveitos, do resultado líquido e dos activos do Grupo.

O valor das operações entre segmentos é apresentado com base nas condições efectivas das operações e na aplicação das políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BPI.

Os reportes utilizados pela gestão têm essencialmente uma base contabilística suportada nos IFRS.

Em 30 de Junho de 2012, a segmentação do balanço do Grupo BPI e dos investimentos efectuados em activos tangíveis e intangíveis durante o semestre é a seguinte:

	Actividade Doméstica					Actividade Internacional			Operações entre segmentos	Banco BPI Consolidado
	Banca Comercial	Banca de Investimento	Participações de capital e outros	Operações entre segmentos	Total	Angola	Outros	Total		
<b>ACTIVO</b>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	430 610	149			430 759	885 094		885 094		1 315 853
Disponibilidades em outras instituições de crédito	534 575	66 773	4 682	( 277 989)	328 041	58 746	6	58 752	( 16 073)	370 720
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	833 864	120 101		( 60 551)	893 414	67 619	67	67 686		961 100
Activos financeiros disponíveis para venda	7 366 464	36 381	46 431	102	7 449 378	1 797 338		1 797 338		9 246 716
Aplicações em instituições de crédito	2 500 777	2 684 351	2 893	( 4 152 992)	1 035 029	1 482 331	1 687	1 484 018	( 721 274)	1 797 773
Crédito a clientes	26 876 332	140 019		( 19 588)	26 996 763	1 215 582		1 215 582		28 212 345
Investimentos detidos até à maturidade	510 628	36 211		( 67 135)	479 704					479 704
Derivados de cobertura	310 664	361		( 3 210)	307 815					307 815
Outros activos tangíveis	84 490	1 809	1		86 300	132 509	481	132 990		219 290
Activos intangíveis	9 050	59			9 109	1 829	5	1 834		10 943
Investimentos em associadas e entidades de controlo conjunto	65 030	4 999	79 429		149 458		37 045	37 045		186 503
Activos por impostos	780 561	2 945	( 476)		783 030	5	89	94		783 124
Outros activos	854 818	51 434	485	( 162 683)	744 054	20 011	86	20 097		764 151
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>41 157 863</b>	<b>3 145 592</b>	<b>133 445</b>	<b>( 4 744 046)</b>	<b>39 692 854</b>	<b>5 661 064</b>	<b>39 466</b>	<b>5 700 530</b>	<b>( 737 347)</b>	<b>44 656 037</b>
<b>PASSIVO</b>										
Recursos de bancos centrais	4 037 663				4 037 663					4 037 663
Passivos financeiros detidos para negociação	358 247	27 450		( 30 302)	355 395					355 395
Recursos de outras instituições de crédito	4 897 648	29 401	20 081	( 2 810 507)	2 136 623	1 362	219	1 581	( 737 347)	1 400 857
Recursos de clientes e outros empréstimos	19 032 463	2 780 932		( 1 650 363)	20 163 032	4 973 274		4 973 274		25 136 306
Responsabilidades representadas por títulos	5 241 506	24		( 102 396)	5 139 134					5 139 134
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 693 569			( 2 950)	1 690 619					1 690 619
Derivados de cobertura	687 008	6		( 572)	686 442					686 442
Provisões	107 174	218			107 392	36 387		36 387		143 779
Provisões técnicas	2 194 926	155 657			2 350 583					2 350 583
Passivos por impostos	82 247	3 106	( 1 802)		83 551	4 993		4 993		88 544
Obrigações subordinadas de conversão contingente	1 500 694				1 500 694					1 500 694
Outros passivos subordinados e títulos de participação	236 495	4 807		( 66 618)	174 684					174 684
Outros passivos	530 259	64 772	3 787	( 80 338)	518 480	123 610	1 826	125 436		643 916
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>40 599 899</b>	<b>3 066 373</b>	<b>22 066</b>	<b>( 4 744 046)</b>	<b>38 944 292</b>	<b>5 139 626</b>	<b>2 045</b>	<b>5 141 671</b>	<b>( 737 347)</b>	<b>43 348 616</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>										
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas do BPI	506 808	71 019	111 379		689 206	258 749	37 416	296 165		985 371
Interesses minoritários	51 156	8 200			59 356	262 689	5	262 694		322 050
<b>TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>557 964</b>	<b>79 219</b>	<b>111 379</b>		<b>748 562</b>	<b>521 438</b>	<b>37 421</b>	<b>558 859</b>		<b>1 307 421</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>41 157 863</b>	<b>3 145 592</b>	<b>133 445</b>	<b>( 4 744 046)</b>	<b>39 692 854</b>	<b>5 661 064</b>	<b>39 466</b>	<b>5 700 530</b>	<b>( 737 347)</b>	<b>44 656 037</b>
<b>Investimentos efectuados em:</b>										
Imóveis	5				5	1 033	2	1 035		1 040
Equipamento e outros activos tangíveis	417	43			460	6 743	193	6 936		7 396
Activos intangíveis	991	39			1 030	462		462		1 492

Em 30 de Junho de 2012, a segmentação dos resultados do Grupo BPI é a seguinte:

	Actividade Doméstica				Actividade Internacional			Operações entre segmentos	Banco BPI Consolidado
	Banca Comercial	Banca de Investimento	Participações de capital e outros	Operações entre segmentos	Total	Angola	Outros		
<b>Margem financeira estrita</b>	<b>181 644</b>	<b>322</b>	<b>( 1 250)</b>		<b>180 716</b>	<b>94 074</b>	<b>( 10)</b>	<b>94 064</b>	<b>274 780</b>
Margem bruta de unit links	430	972			1 402				1 402
Rendimentos de instrumentos de capital	1 191	100	1 745		3 036				3 036
Comissões líquidas associadas ao custo amortizado	12 840				12 840				12 840
<b>Margem financeira</b>	<b>196 105</b>	<b>1 394</b>	<b>495</b>		<b>197 994</b>	<b>94 074</b>	<b>( 10)</b>	<b>94 064</b>	<b>292 058</b>
Resultado técnico de contratos de seguro	12 106	144			12 250				12 250
Comissões recebidas	138 010	17 327		( 12 050)	143 287	14 433	31	14 464	( 625)
Comissões pagas	( 27 284)	( 4 366)	( 1)	12 050	( 19 601)	( 2 816)		( 2 816)	( 21 792)
Outros proveitos líquidos	9 272	49			9 321	12 197		12 197	21 518
<b>Comissões líquidas</b>	<b>119 998</b>	<b>13 010</b>	<b>( 1)</b>		<b>133 007</b>	<b>23 814</b>	<b>31</b>	<b>23 845</b>	<b>156 852</b>
Ganhos e perdas em operações ao justo valor	125 641	1 833	1		127 475	32 270		32 270	159 745
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda	17 390	10	499		17 899				17 899
Juros, ganhos e perdas financeiros com pensões	369	71	1		441				441
<b>Resultados em operações financeiras</b>	<b>143 400</b>	<b>1 914</b>	<b>501</b>		<b>145 815</b>	<b>32 270</b>		<b>32 270</b>	<b>178 085</b>
Rendimentos e receitas operacionais	3 070	161			3 231	377	19	396	3 627
Encargos e gastos operacionais	( 7 285)	( 188)	( 2)		( 7 475)	( 143)		( 143)	( 7 618)
Outros impostos	( 1 874)	( 339)			( 2 213)	( 175)		( 175)	( 2 388)
<b>Rendimentos e encargos operacionais</b>	<b>( 6 089)</b>	<b>( 366)</b>	<b>( 2)</b>		<b>( 6 457)</b>	<b>59</b>	<b>19</b>	<b>78</b>	<b>( 6 379)</b>
<b>Produto bancário</b>	<b>465 520</b>	<b>16 096</b>	<b>993</b>		<b>482 609</b>	<b>150 217</b>	<b>40</b>	<b>150 257</b>	<b>632 866</b>
Custos com pessoal	( 138 839)	( 9 473)	( 87)		( 148 399)	( 30 582)	( 494)	( 31 076)	( 179 475)
Gastos gerais administrativos	( 86 577)	( 5 335)	( 22)		( 91 934)	( 27 323)	( 215)	( 27 538)	( 119 472)
Depreciações e amortizações	( 9 946)	( 686)			( 10 632)	( 6 252)	( 43)	( 6 295)	( 16 927)
<b>Custos de estrutura</b>	<b>( 235 362)</b>	<b>( 15 494)</b>	<b>( 109)</b>		<b>( 250 965)</b>	<b>( 64 157)</b>	<b>( 752)</b>	<b>( 64 909)</b>	<b>( 315 874)</b>
Recuperação de créditos, juros e despesas	6 421				6 421	1 264		1 264	7 685
Imparidades e provisões líquidas para crédito e garantias	( 138 995)	( 447)			( 139 442)	( 7 015)		( 7 015)	( 146 457)
Imparidade e outras provisões líquidas	( 32 380)	( 35)	( 562)		( 32 977)	( 1 536)		( 1 536)	( 34 513)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>65 204</b>	<b>120</b>	<b>322</b>		<b>65 646</b>	<b>78 773</b>	<b>( 712)</b>	<b>78 061</b>	<b>143 707</b>
Impostos sobre lucros	( 24 099)	( 281)	( 91)		( 24 471)	( 2 565)	( 339)	( 2 904)	( 27 375)
Resultados de empresas associadas (equivalência patrimonial)	1 900	69	2 786		4 755		3 988	3 988	8 743
<b>Resultado consolidado global</b>	<b>43 005</b>	<b>( 92)</b>	<b>3 017</b>		<b>45 930</b>	<b>76 208</b>	<b>2 937</b>	<b>79 145</b>	<b>125 075</b>
Resultado atribuível a interesses minoritários	( 704)	( 12)			( 716)	( 39 308)	2	( 39 306)	( 40 022)
<b>Resultado consolidado do Grupo BPI</b>	<b>42 301</b>	<b>( 104)</b>	<b>3 017</b>		<b>45 214</b>	<b>36 900</b>	<b>2 939</b>	<b>39 839</b>	<b>85 053</b>
Cash flow após impostos	223 622	1 064	3 579		228 265	51 703	2 982	54 685	282 950

Em 31 de Dezembro de 2011, a segmentação do balanço do Grupo BPI e dos investimentos efectuados em activos tangíveis e intangíveis durante o exercício é a seguinte:

	Actividade Doméstica					Actividade Internacional			Operações entre segmentos	Banco BPI Consolidado
	Banca Comercial	Banca de Investimento	Participações de capital e outros	Operações entre segmentos	Total	Angola	Outros	Total		
<b>ACTIVO</b>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	223 705	199			223 904	921 214		921 214		1 145 118
Disponibilidades em outras instituições de crédito	659 825	92 082	4 417	( 415 651)	340 673	66 773	50	66 823	( 22 728)	384 768
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	831 832	143 252		( 49 099)	925 985	11 437	68	11 505		937 490
Activos financeiros disponíveis para venda	4 514 534	29 203	41 532	1 212	4 586 481	2 191 644		2 191 644		6 778 125
Aplicações em instituições de crédito	3 438 111	2 730 212	2 892	( 4 090 013)	2 081 202	1 075 209	626	1 075 835	( 819 446)	2 337 591
Crédito a clientes	27 190 928	126 583		( 19 858)	27 297 653	1 020 611		1 020 611		28 318 264
Investimentos detidos até à maturidade	840 079	55 212		( 129 101)	766 190					766 190
Derivados de cobertura	282 355	259		( 2 771)	279 843					279 843
Outros activos tangíveis	95 363	2 027	1		97 391	127 393	324	127 717		225 108
Activos intangíveis	7 752	69			7 821	1 730	6	1 736		9 557
Investimentos em associadas e entidades de controlo conjunto	65 468		78 822		144 290		34 954	34 954		179 244
Activos por impostos	900 523	3 158	( 240)		903 441	6	82	88		903 529
Outros activos	771 970	34 295	739	( 136 620)	670 384	20 681	25	20 706		691 090
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>39 822 445</b>	<b>3 216 551</b>	<b>128 163</b>	<b>( 4 841 901)</b>	<b>38 325 258</b>	<b>5 436 698</b>	<b>36 135</b>	<b>5 472 833</b>	<b>( 842 174)</b>	<b>42 955 917</b>
<b>PASSIVO</b>										
Recursos de bancos centrais	2 499 197				2 499 197					2 499 197
Passivos financeiros detidos para negociação	465 536	24 182		( 35 480)	454 238					454 238
Recursos de outras instituições de crédito	5 807 482	27 559	( 43 287)	( 2 878 099)	2 913 655	39		39	( 842 174)	2 071 520
Recursos de clientes e outros empréstimos	18 683 548	2 845 976		( 1 658 177)	19 871 347	4 799 981		4 799 981		24 671 328
Responsabilidades representadas por títulos	6 841 269	36		( 149 352)	6 691 953					6 691 953
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 418 177			( 3 580)	1 414 597					1 414 597
Derivados de cobertura	662 811	18		( 925)	661 904					661 904
Provisões	92 825	103			92 928	35 260		35 260		128 188
Provisões técnicas	2 463 289	161 892			2 625 181					2 625 181
Passivos por impostos	23 100	3 275	( 1 857)		24 518	8 425		8 425		32 943
Outros passivos subordinados e títulos de participação	276 613	6 297		( 68 419)	214 491					214 491
Outros passivos	611 485	56 147	3 868	( 47 869)	623 631	43 268	1 090	44 358		667 989
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>39 845 332</b>	<b>3 125 485</b>	<b>( 41 276)</b>	<b>( 4 841 901)</b>	<b>38 087 640</b>	<b>4 886 973</b>	<b>1 090</b>	<b>4 888 063</b>	<b>( 842 174)</b>	<b>42 133 529</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>										
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas do BPI	( 76 183)	69 848	169 439		163 104	271 207	35 039	306 246		469 350
Interesses minoritários	53 296	21 218			74 514	278 518	6	278 524		353 038
<b>TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>( 22 887)</b>	<b>91 066</b>	<b>169 439</b>		<b>237 618</b>	<b>549 725</b>	<b>35 045</b>	<b>584 770</b>		<b>822 388</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>39 822 445</b>	<b>3 216 551</b>	<b>128 163</b>	<b>( 4 841 901)</b>	<b>38 325 258</b>	<b>5 436 698</b>	<b>36 135</b>	<b>5 472 833</b>	<b>( 842 174)</b>	<b>42 955 917</b>
<b>Investimentos efectuados em:</b>										
Imóveis	65				65	7 859		7 859		7 924
Equipamento e outros activos tangíveis	8 125	285			8 410	17 270	404	17 674		26 084
Activos intangíveis	4 319	51			4 370	1 619	9	1 628		5 998

Em 30 de Junho de 2011 (Pro forma), a segmentação dos resultados do Grupo BPI é a seguinte:

	Actividade Doméstica				Actividade Internacional			Operações entre segmentos	Banco BPI Consolidado
	Banca Comercial	Banca de Investimento	Participações de capital e outros	Operações entre segmentos	Total	Angola	Outros		
<b>Margem financeira estrita</b>	<b>181 711</b>	<b>1 474</b>	<b>( 1 155)</b>		<b>182 030</b>	<b>104 508</b>	<b>9</b>	<b>104 517</b>	<b>286 547</b>
Margem bruta de unit links	602	1 449			2 051				2 051
Rendimentos de instrumentos de capital	1 156	100	291		1 547				1 547
Comissões líquidas associadas ao custo amortizado	14 931				14 931				14 931
<b>Margem financeira</b>	<b>198 400</b>	<b>3 023</b>	<b>( 864)</b>		<b>200 559</b>	<b>104 508</b>	<b>9</b>	<b>104 517</b>	<b>305 076</b>
Resultado técnico de contratos de seguro	7 301	88			7 389				7 389
Comissões recebidas	132 818	21 159		( 16 290)	137 687	10 617		10 617	( 625)
Comissões pagas	( 31 215)	( 6 781)	( 1)	16 290	( 21 707)	( 2 372)		( 2 372)	625
Outros proveitos líquidos	10 897	41			10 938	12 925		12 925	
<b>Comissões líquidas</b>	<b>112 500</b>	<b>14 419</b>	<b>( 1)</b>		<b>126 918</b>	<b>21 170</b>		<b>21 170</b>	<b>148 088</b>
Ganhos e perdas em operações ao justo valor	90 497	5 869			96 366	31 250		31 250	
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda	234	( 1)			233				
Juros, ganhos e perdas financeiros com pensões	5 954	33	1		5 988				
<b>Resultados em operações financeiras</b>	<b>96 685</b>	<b>5 901</b>	<b>1</b>		<b>102 587</b>	<b>31 250</b>		<b>31 250</b>	<b>133 837</b>
Rendimentos e receitas operacionais	23 671	267	( 51)		23 887	960		960	
Encargos e gastos operacionais	( 11 755)	( 148)			( 11 903)	( 428)		( 428)	
Outros impostos	( 2 267)	( 630)			( 2 897)	( 105)	( 2)	( 107)	
<b>Rendimentos e encargos operacionais</b>	<b>9 649</b>	<b>( 511)</b>	<b>( 51)</b>		<b>9 087</b>	<b>427</b>	<b>( 2)</b>	<b>425</b>	<b>9 512</b>
<b>Produto bancário</b>	<b>424 535</b>	<b>22 920</b>	<b>( 915)</b>		<b>446 540</b>	<b>157 355</b>	<b>7</b>	<b>157 362</b>	<b>603 902</b>
Custos com pessoal	( 194 665)	( 10 858)	( 85)		( 205 608)	( 26 607)	( 206)	( 26 813)	
Gastos gerais administrativos	( 90 463)	( 5 495)	( 59)		( 96 017)	( 23 082)	( 173)	( 23 255)	
Depreciações e amortizações	( 13 241)	( 676)			( 13 917)	( 5 688)	( 26)	( 5 714)	
<b>Custos de estrutura</b>	<b>( 298 369)</b>	<b>( 17 029)</b>	<b>( 144)</b>		<b>( 315 542)</b>	<b>( 55 377)</b>	<b>( 405)</b>	<b>( 55 782)</b>	<b>( 371 324)</b>
Recuperação de créditos, juros e despesas	7 744				7 744	1 783		1 783	
Imparidades e provisões líquidas para crédito e garantias	( 73 124)	( 114)			( 73 238)	( 6 584)		( 6 584)	
Imparidade e outras provisões líquidas	( 32 094)	( 25)	( 254)		( 32 373)	( 1 872)		( 1 872)	
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>28 692</b>	<b>5 752</b>	<b>( 1 313)</b>		<b>33 131</b>	<b>95 305</b>	<b>( 398)</b>	<b>94 907</b>	<b>128 038</b>
Impostos sobre lucros	( 7 138)	( 1 637)	73		( 8 702)	( 3 104)	( 291)	( 3 395)	
Resultados de empresas associadas (equivalência patrimonial)	7 398		4 532		11 930		3 429	3 429	
<b>Resultado consolidado global</b>	<b>28 952</b>	<b>4 115</b>	<b>3 292</b>		<b>36 359</b>	<b>92 201</b>	<b>2 740</b>	<b>94 941</b>	<b>131 300</b>
Resultado atribuível a interesses minoritários	( 3 368)	( 979)			( 4 347)	( 47 557)		( 47 557)	
<b>Resultado consolidado do Grupo BPI</b>	<b>25 584</b>	<b>3 136</b>	<b>3 292</b>		<b>32 012</b>	<b>44 644</b>	<b>2 740</b>	<b>47 384</b>	<b>79 396</b>
Cash flow após impostos	144 043	3 951	3 546		151 540	58 788	2 766	61 554	

## 4. NOTAS

### 4.1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Caixa	288 375	319 814
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	237 564	36 496
Depósitos à ordem em Bancos Centrais Estrangeiros	789 890	788 490
Juros a receber	24	318
	<b>1 315 853</b>	<b>1 145 118</b>

A rubrica depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Os depósitos à ordem em Bancos Centrais Estrangeiros incluem os depósitos do Banco de Fomento Angola no Banco Nacional de Angola (BNA) com vista a cumprir as disposições em vigor em Angola de manutenção de reservas obrigatórias e não são remunerados. As reservas obrigatórias são apuradas actualmente nos termos do disposto no *Instrutivo n.º 2 / 2011* de 28 de Abril do BNA, e são constituídas em kwanzas e em outras moedas, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem. Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de uma taxa de 20% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em kwanzas e de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em outras moedas.

### 4.2. Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País		
Depósitos à ordem	4 182	2 877
Cheques a cobrar	67 431	97 799
Outras disponibilidades	553	1 800
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Depósitos à ordem	285 737	277 871
Cheques a cobrar	12 780	4 322
Juros a receber	37	99
	<b>370 720</b>	<b>384 768</b>

O saldo da rubrica cheques a cobrar sobre Instituições de Crédito no País corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições monetárias residentes, os quais, em geral, não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

### 4.3. Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	5 588	3 387
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	67 345	23 031
Obrigações de outros emissores nacionais		
Dívida não subordinada	8 014	1 960
Obrigações de outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada	4 678	14 760
Dívida subordinada	69	3 524
	<b>85 694</b>	<b>46 662</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
Acções de emissores nacionais	87 025	96 063
Acções de emissores estrangeiros	50 159	51 600
	<b>137 184</b>	<b>147 663</b>
<b>Outros títulos</b>		
Unidades de participação de emissores estrangeiros	79	92
	<b>79</b>	<b>92</b>
	<b>222 957</b>	<b>194 417</b>
<b>Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados</b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	14 404	72 805
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	144 902	81 648
Obrigações de outros emissores nacionais		
Dívida não subordinada	12 229	21 241
Obrigações de organismos financeiros internacionais	748	730
Obrigações de outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada	50 453	60 294
Dívida subordinada	1 959	2 082
	<b>224 695</b>	<b>238 800</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
Acções de emissores nacionais	447	403
Acções de emissores estrangeiros	21 889	21 973
	<b>22 336</b>	<b>22 376</b>
<b>Outros títulos</b>		
Unidades de participação de emissores nacionais	16 478	11 936
Unidades de participação de emissores estrangeiros	115 818	127 387
	<b>132 296</b>	<b>139 323</b>
	<b>379 327</b>	<b>400 499</b>
<b>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 4.4)</b>	<b>358 816</b>	<b>342 574</b>
	<b>961 100</b>	<b>937 490</b>

Esta rubrica inclui os seguintes activos afectos à cobertura de seguros de capitalização emitidos pela BPI Vida e Pensões:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De emissores públicos	158 822	154 453
De outros emissores	65 389	84 362
<b>Instrumentos de capital</b>		
	5 327	5 919
<b>Outros títulos</b>		
	132 375	139 323
<b>Instrumentos derivados com justo valor positivo</b>	169	747
	<b>362 082</b>	<b>384 804</b>

Durante o exercício de 2011, de acordo com indicação recebida do Instituto de Seguros de Portugal, a BPI Vida e Pensões procedeu à reclassificação dos títulos em carteiras afectas a Seguros de Capitalização da subrubrica Activos financeiros detidos para negociação

para a subrubrica Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados. Esta reclassificação não tem qualquer impacto nos critérios de mensuração aplicáveis aos referidos títulos.

Nos exercícios de 2008 e 2009 e no primeiro semestre de 2012, o Grupo BPI procedeu à reclassificação de obrigações de Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor por contrapartida de resultados para Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5), Crédito a Clientes (Nota 4.7) e Investimentos detidos até à maturidade (Nota 4.8) no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7 (Notas 2 e 4.48). As reclassificações efectuadas até 31 de Outubro de 2008 tiveram por base os preços em 1 de Julho de 2008, as reclassificações efectuadas após aquela data tiveram por base os preços na data da reclassificação.

#### 4.4. Derivados

A rubrica instrumentos derivados detidos para negociação (Nota 4.3 e 4.15) tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12			31 Dez. 11		
	Valor nocial <sup>1</sup>	Valor de balanço		Valor nocial <sup>1</sup>	Valor de balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
<b>Contratos sobre taxa de câmbio</b>						
Futuros	239 448			239 448		
Opções				1 087	6	
Forwards e swaps cambiais	1 496 919	869	275	1 266 768	1 329	487
<b>Contratos sobre taxa de juro</b>						
Futuros	409		1	92 568	1 172	6
Opções	553 087	5 757	5 493	965 982	7 992	7 578
Swaps	8 137 369	260 288	260 147	8 561 116	228 439	221 283
<b>Contratos sobre acções</b>						
Futuros	29 608		430	38 378	5	239
Swaps	189 749	9 711	5 523	235 541	6 663	2 724
Opções	177 943	219	251	219 316	1 934	429
<b>Contratos sobre outro tipo de subjacente</b>						
Futuros	172 413			165 204		
<b>Outras</b>						
Opções <sup>2</sup>	1 397 030	81 068	80 800	1 566 524	94 412	94 562
Outros <sup>3</sup>	2 242 359		2 045	2 346 662		590
<b>Derivados vencidos</b>		904			622	
	<b>14 636 334</b>	<b>358 816</b>	<b>354 965</b>	<b>15 698 594</b>	<b>342 574</b>	<b>327 898</b>

<sup>1</sup> No caso de swaps e forwards só foram considerados os valores activos.

<sup>2</sup> Partes de operações que são autonomizadas para efeitos contabilísticos e comumente designadas "derivados embutidos".

<sup>3</sup> Corresponde a derivados associados a Passivos financeiros associados a activos transferidos (Nota 4.19).

A rubrica instrumentos derivados detidos para cobertura tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12			31 Dez. 11		
	Valor nocial <sup>1</sup>	Valor de balanço		Valor nocial <sup>1</sup>	Valor de balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
<b>Contratos sobre taxa de câmbio</b>						
Forwards e swaps cambiais	56 893	30		45 835	20	2
<b>Contratos sobre taxa de juro</b>						
Futuros	255 267	986	49	1 981 482	450	5 727
Swaps	16 408 675	266 613	642 722	17 073 707	234 657	604 522
<b>Contratos sobre acções</b>						
Swaps	309 694	678	5 475	366 449	46	9 546
<b>Contratos sobre eventos de crédito</b>						
Swaps	48 664	139	247	48 730	272	588
<b>Contratos sobre outro tipo de subjacente</b>						
Swaps	70 260	2 492	1 072	72 976	4 212	1 333
<b>Outras</b>						
Opções <sup>2</sup>	688 203	36 877	36 877	716 726	40 186	40 186
	<b>17 837 656</b>	<b>307 815</b>	<b>686 442</b>	<b>20 305 905</b>	<b>279 843</b>	<b>661 904</b>

<sup>1</sup> No caso de swaps e forwards só foram considerados os valores activos.

<sup>2</sup> Partes de operações que são autonomizadas para efeitos contabilísticos e comumente designadas "derivados embutidos".

O Grupo BPI realiza operações derivadas no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus Clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Grupo BPI transacciona derivados financeiros, nomeadamente, sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro, sobre preços futuros de mercadorias e metais, sobre acções e sobre vários índices (sobre inflação, acções, etc.) ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter) e em mercados organizados (especialmente bolsas de valores).

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação própria desses mercados.

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um Master Agreement da ISDA – International Swaps and Derivatives Association. No caso de relações com Clientes, um contrato próprio do BPI.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou feitos sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transacções por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transacções em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com o IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu valor de mercado.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal). O valor nominal é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O valor de mercado (fair value) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

Na nota 4.48 são apresentadas em detalhe as metodologias de determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

O valor de exposição corresponde à perda potencial, em termos de valor actual, no caso de incumprimento da contraparte. No caso de um contrato de derivados em que esteja prevista a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento o valor de exposição é igual à soma algébrica dos valores de mercado do conjunto das operações regidas por esse contrato quando positiva. No caso de operações cujo contrato não preveja a compensação de responsabilidades, o valor de exposição é igual à soma dos valores de mercado de cada transacção individual, quando positivos. A abrangência das cláusulas de compensação em caso de incumprimento é considerada pelo Grupo BPI de forma conservadora, sendo em caso de dúvida considerado que a compensação não existe.

A perda potencial de um conjunto de operações derivadas num dado momento é dada pelo seu valor de exposição nesse momento. No caso dos futuros, as contrapartes do Grupo BPI são bolsas de valores pelo que o risco de crédito é eliminado diariamente através da liquidação financeira. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações prevêem em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito. Com a finalidade de controlar o risco de crédito em derivados OTC, foram também assinados alguns acordos pelos quais o Banco recebe da (ou transfere para a) sua contraparte valores (em divisas ou em títulos) que servem de garantia ao bom cumprimento das responsabilidades.

Em 30 de Junho de 2012, a repartição do valor nominal por maturidades residuais é:

	<b>&lt;= 3 meses</b>	<b>&gt; 3 meses &lt;= 6 meses</b>	<b>&gt; 6 meses &lt;= 1 ano</b>	<b>&gt; 1 ano &lt;= 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Contratos negociados em mercado de balcão</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>	<b>1 525 048</b>	<b>17 370</b>	<b>11 394</b>			<b>1 553 812</b>
Forwards	194 171	17 370	4 024			215 565
Swaps	1 330 877		7 370			1 338 247
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>	<b>4 240 769</b>	<b>1 391 188</b>	<b>3 982 595</b>	<b>9 475 443</b>	<b>6 009 136</b>	<b>25 099 131</b>
Swaps	4 231 364	1 374 440	3 942 719	9 011 397	5 986 124	24 546 044
Opções	9 405	16 748	39 876	464 046	23 012	553 087
<b>Contratos sobre índices e acções</b>	<b>222 711</b>	<b>4 486</b>	<b>235 606</b>	<b>214 583</b>		<b>677 386</b>
Swaps	222 711	4 486	89 737	182 509		499 443
Opções			145 869	32 074		177 943
<b>Contratos sobre eventos de crédito</b>		<b>33 500</b>		<b>15 164</b>		<b>48 664</b>
Swaps		33 500		15 164		48 664
<b>Contratos sobre outros subjacentes</b>		<b>37 425</b>	<b>9 708</b>	<b>23 127</b>		<b>70 260</b>
Swaps		37 425	9 708	23 127		70 260
<b>Outros</b>	<b>95 243</b>	<b>174 949</b>	<b>412 737</b>	<b>3 274 828</b>	<b>369 835</b>	<b>4 327 592</b>
Opções	95 243	174 949	412 737	1 032 469	369 835	2 085 233
Outros				2 242 359		2 242 359
	<b>6 083 771</b>	<b>1 658 918</b>	<b>4 652 040</b>	<b>13 003 145</b>	<b>6 378 971</b>	<b>31 776 845</b>
<b>Contratos negociados em mercados organizados</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>	<b>239 448</b>					<b>239 448</b>
Futuros	239 448					239 448
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>	<b>145 479</b>	<b>12 197</b>	<b>20 000</b>	<b>78 000</b>		<b>255 676</b>
Futuros	145 479	12 197	20 000	78 000		255 676
<b>Contratos sobre índices e acções</b>	<b>29 608</b>					<b>29 608</b>
Futuros	29 608					29 608
<b>Contratos sobre outros subjacentes</b>	<b>50 936</b>	<b>46 327</b>	<b>64 669</b>	<b>10 481</b>		<b>172 413</b>
Futuros	50 936	46 327	64 669	10 481		172 413
	<b>465 471</b>	<b>58 524</b>	<b>84 669</b>	<b>88 481</b>		<b>697 145</b>
	<b>6 549 242</b>	<b>1 717 442</b>	<b>4 736 709</b>	<b>13 091 626</b>	<b>6 378 971</b>	<b>32 473 990</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a repartição do valor nocional por maturidades residuais é:

	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<b>Contratos negociados em mercado de balcão</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>	<b>1 260 152</b>	<b>7 892</b>	<b>44 559</b>			<b>1 312 603</b>
Forwards	164 522	7 892	10 027			182 441
Swaps	1 095 630		34 532			1 130 162
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>	<b>1 850 033</b>	<b>1 613 953</b>	<b>5 755 934</b>	<b>10 637 967</b>	<b>6 655 593</b>	<b>26 513 480</b>
Swaps	1 827 551	1 599 669	5 728 574	9 849 428	6 629 601	25 634 823
Opções	22 482	14 284	27 360	788 539	25 992	878 657
<b>Contratos sobre índices e acções</b>	<b>252 276</b>	<b>36 875</b>	<b>37 334</b>	<b>466 511</b>	<b>5 980</b>	<b>798 976</b>
Swaps	245 093	36 875	37 334	277 458	5 230	601 990
Opções	7 183			189 053	750	196 986
<b>Contratos sobre eventos de crédito</b>			<b>33 500</b>	<b>15 230</b>		<b>48 730</b>
Swaps			33 500	15 230		48 730
<b>Contratos sobre outros subjacentes</b>			<b>42 725</b>	<b>30 251</b>		<b>72 976</b>
Swaps			42 725	30 251		72 976
<b>Outros</b>	<b>41 921</b>	<b>101 745</b>	<b>289 014</b>	<b>3 670 404</b>	<b>526 828</b>	<b>4 629 912</b>
Opções	41 921	101 745	289 014	1 323 742	526 828	2 283 250
Outros				2 346 662		2 346 662
	<b>3 404 382</b>	<b>1 760 465</b>	<b>6 203 066</b>	<b>14 820 363</b>	<b>7 188 401</b>	<b>33 376 677</b>

**Contratos negociados em mercados organizados**

<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>	<b>240 535</b>					<b>240 535</b>
Futuros	239 448					239 448
Opções	1 087					1 087
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>	<b>1 905 375</b>	<b>118 000</b>	<b>36 000</b>	<b>102 000</b>		<b>2 161 375</b>
Futuros	1 818 050	118 000	36 000	102 000		2 074 050
Opções	87 325					87 325
<b>Contratos sobre índices e acções</b>	<b>60 708</b>					<b>60 708</b>
Futuros	38 378					38 378
Opções	22 330					22 330
<b>Contratos sobre outros subjacentes</b>	<b>25 520</b>	<b>23 735</b>	<b>57 658</b>	<b>58 291</b>		<b>165 204</b>
Futuros	25 520	23 735	57 658	58 291		165 204
	<b>2 232 138</b>	<b>141 735</b>	<b>93 658</b>	<b>160 291</b>		<b>2 627 822</b>
	<b>5 636 520</b>	<b>1 902 200</b>	<b>6 296 724</b>	<b>14 980 654</b>	<b>7 188 401</b>	<b>36 004 499</b>

Em 30 de Junho de 2012, a repartição das operações derivadas por categorias de contrapartes é:

	30 Jun. 12		
	Valor nocional <sup>1</sup>	Exposição líquida <sup>2</sup>	% Valor nocional
<b>Mercado de Balcão</b>	<b>27 449 253</b>	<b>264 905</b>	<b>97.5%</b>
OTC com Instituições Financeiras	23 178 135	9 572	82.3%
OTC com Outros Intermediários Financeiros	1 695 009	5 553	6.0%
OTC com Sector Público Administrativo e Local	15 001	901	0.1%
OTC com Fundos Investimento / Pensões	101 902	2	0.4%
OTC com Empresas	2 424 732	245 628	8.6%
OTC com Particulares	34 474	3 249	0.1%
<b>Mercados Regulamentados</b>	<b>697 145</b>		<b>2.5%</b>
Bolsas	697 145		2.5%
	<b>28 146 398</b>	<b>264 905</b>	<b>100.0%</b>

<sup>1</sup> Não inclui derivados embutidos e outras opções no valor 4 327 592 m.euros.

<sup>2</sup> Valor de exposição líquido de acordos de netting e de prestações de colateral.

Em 31 de Dezembro de 2011, a repartição das operações derivadas por categorias de contrapartes é:

<b>31 Dez. 11</b>			
	<b>Valor nocial<sup>1</sup></b>	<b>Exposição líquida<sup>2</sup></b>	<b>% Valor nocial</b>
<b>Mercado de Balcão</b>	<b>28 746 765</b>	<b>242 245</b>	<b>91.6%</b>
OTC com Instituições Financeiras	24 050 321	19 163	76.7%
OTC com Outros Intermediários Financeiros	1 775 159	3 798	5.7%
OTC com Sector Público Administrativo e Local	6 323	397	0.0%
OTC com Fundos Investimento / Pensões	113 851	10	0.4%
OTC com Empresas	2 735 772	214 460	8.7%
OTC com Particulares	65 339	4 417	0.2%
<b>Mercados Regulamentados</b>	<b>2 627 822</b>		<b>8.4%</b>
Bolsas	2 627 822		8.4%
	<b>31 374 587</b>	<b>242 245</b>	<b>100.0%</b>

<sup>1</sup> Não inclui derivativos embutidos e outras opções no valor de 4 629 912 m.euros

<sup>2</sup> Valor de exposição líquido de acordos de netting e de prestações de colateral.

Em 30 de Junho de 2012, a repartição das operações derivadas por rating externo de contrapartes é:

<b>30 Jun. 12</b>				
	<b>Valor nocial<sup>1</sup></b>	<b>Exposição bruta<sup>2</sup></b>	<b>Exposição c/ netting<sup>3</sup></b>	<b>Exposição líquida<sup>4</sup></b>
<b>Transaccionados em mercado de balcão (OTC)</b>				
AA-	558 814	6 405	3 514	635
A+	1 188 000	6 644	307	
A	9 077 751	157 014	79 302	572
A-	4 264 516	67 001	8 701	6 478
BBB+	28 002	699		
BBB	1 085 332	22 664	4 112	1 337
BBB-	6 481 293	50 055	13 015	6
BB+	70 621	9 193	5 927	
BB-	35 485	1 163	1 163	163
B+	7 500	312	312	312
N.R.	4 651 939	270 416	266 293	255 402
	<b>27 449 253</b>	<b>591 566</b>	<b>382 646</b>	<b>264 905</b>
<b>Transaccionados em Bolsa</b>				
Futuros <sup>5</sup>	697 145			
	<b>697 145</b>			
	<b>28 146 398</b>	<b>591 566</b>	<b>382 646</b>	<b>264 905</b>

Nota: Os valores foram agregados por níveis de rating das contrapartes, tomando em conta os ratings da dívida senior de médio e longo prazo atribuídos pelas agências Moodys, Standard & Poor e Fitch e vigentes na data de referência. A escolha do rating a considerar para uma dada contraparte segue a regra aconselhada pelo Comité de Basileia (quando há ratings divergentes escolher o segundo melhor). As operações com entidades sem rating por estas agências (N.R.) representam sobretudo Clientes sujeitos a rating interno.

<sup>1</sup> Não inclui derivativos embutidos e outras opções no valor de 4 327 592 m.euros.

<sup>2</sup> Valor de exposição sem considerar acordos de netting nem prestação de colateral.

<sup>3</sup> Valor de exposição sem considerar prestação de colateral.

<sup>4</sup> Valor de exposição considerando netting e prestação de colateral.

<sup>5</sup> A exposição dos futuros é nula, uma vez que são transaccionados em Bolsas de Valores e existe liquidação diária.

Em 31 de Dezembro de 2011, a repartição das operações derivadas por rating externo de contrapartes é:

	<b>31 Dez. 11</b>			
	<b>Valor nocial<sup>1</sup></b>	<b>Exposição bruta<sup>2</sup></b>	<b>Exposição c/ netting<sup>3</sup></b>	<b>Exposição líquida<sup>4</sup></b>
<b>Transaccionados em mercado de balcão (OTC)</b>				
AA-	1 195 123	19 633	3 301	1 264
A+	7 513 449	81 326	29 555	6 966
A	9 351 712	155 023	42 542	6 945
A-	527 555	11 679	8 573	1 892
BBB+	242 064	3 363	517	517
BBB-	4 729 751	26 778		
BB+	76 395	8 121	5 246	156
BB	28 391	991	991	
BB-	7 500	405	405	405
N.R.	5 074 825	231 732	228 124	224 100
	<b>28 746 765</b>	<b>539 051</b>	<b>319 254</b>	<b>242 245</b>
<b>Transaccionados em Bolsa</b>				
Futuros <sup>5</sup>	2 517 081			
Opções	110 741	6	6	6
	<b>2 627 822</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
	<b>31 374 587</b>	<b>539 057</b>	<b>319 260</b>	<b>242 251</b>

Nota: Os valores foram agregados por níveis de rating das contrapartes, tomando em conta os ratings da dívida senior de médio e longo prazo atribuídos pelas agências Moodys, Standard & Poor e Fitch e vigentes na data de referência. A escolha do rating a considerar para uma dada contraparte segue a regra aconselhada pelo Comité de Basileia (quando há ratings divergentes escolher o segundo melhor). As operações com entidades sem rating por estas agências (N.R.) representam sobretudo Clientes sujeitos a rating interno.

<sup>1</sup> Não inclui derivados embutidos e outras opções no valor de 4 629 912 m.euros.

<sup>2</sup> Valor de exposição sem considerar acordos de netting nem prestação de colateral.

<sup>3</sup> Valor de exposição sem considerar prestação de colateral.

<sup>4</sup> Valor de exposição considerando netting e prestação de colateral.

<sup>5</sup> A exposição dos futuros é nula, uma vez que são transaccionados em Bolsas de Valores e existe liquidação diária.

#### 4.5. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	4 751 684	2 068 275
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	3 098 636	3 354 008
Obrigações de outros emissores nacionais		
Dívida não subordinada	167 217	152 001
Obrigações de outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada	299 584	295 366
Dívida subordinada	668 677	628 200
Imparidade	( 17 675)	( 1 530)
	<b>8 968 123</b>	<b>6 496 320</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
Acções de emissores nacionais	60 525	75 708
Imparidade	( 27 546)	( 26 968)
Quotas	46 600	48 161
Acções de emissores estrangeiros	33 360	31 884
Imparidade	( 18 245)	( 18 221)
	<b>94 694</b>	<b>110 564</b>
<b>Outros títulos</b>		
Unidades de participação de emissores nacionais	183 700	170 130
Imparidade	( 3 960)	( 3 571)
Unidades de participação de emissores estrangeiros	1 317	960
	<b>181 057</b>	<b>167 519</b>
<b>Créditos e outros valores a receber</b>	22 477	22 105
Imparidade	( 19 635)	( 18 383)
	<b>2 842</b>	<b>3 722</b>
Títulos vencidos	1 077	1 077
Imparidade em títulos vencidos	( 1 077)	( 1 077)
	<b>9 246 716</b>	<b>6 778 125</b>

O Banco BPI detém uma carteira de obrigações de emitentes nacionais e internacionais a taxa fixa, cujo risco de taxa de juro está coberto por instrumentos derivados.

A rubrica crédito e outros valores a receber corresponde a suprimentos e prestações suplementares em activos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a análise efectuada pelo Banco não foram identificados títulos com imparidade, para além dos montantes já registados.

Em 21 de Fevereiro de 2012, foram anunciados os termos do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, tendo resultado na troca dos títulos detidos pelo Grupo BPI em 31 de Dezembro de 2011, registados na carteira de crédito a Clientes, por novos títulos emitidos pela Grécia. Os novos títulos recebidos, por se considerar que existe mercado activo, foram registados na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda. Em 30 de Junho de 2012 a rubrica Obrigações de emissores públicos estrangeiros inclui 38 748 m.euros relativos a estes títulos, para os quais o Grupo BPI reconheceu imparidade no montante de 16 102 m.euros no primeiro semestre de 2012 (Nota 4.7, 4.20 e 4.48)

Os impactos contabilísticos relacionados com a reestruturação da dívida pública grega durante o exercício de 2011 são apresentados na Nota 4.48 - Exposição a dívida soberana.

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante os primeiros semestres de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 4.20.

Em 30 de Junho de 2012 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valores unitários			Valor aquisição	Valor balanço / justo valor <sup>1</sup>	Valias líquidas em títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	Imparidade
		Nominal	Cotação / preço						
<b>Instrumentos de dívida</b>									
<b>Emitidos por residentes</b>									
<b>De dívida pública portuguesa</b>									
<i>Bilhetes do Tesouro</i>									
BILHETES DO TESOIRO-CZ-17.05.2013	99 046 000	1.00	0.97	95 154	95 924	198			
BILHETES DO TESOIRO-CZ-17.08.2012	413 500 000	1.00	1.00	404 662	412 545	1 321			
BILHETES DO TESOIRO-CZ-18.10.2013	87 353 000	1.00	0.95	81 578	82 662	214			
BILHETES DO TESOIRO-CZ-20.07.2012	298 000 000	1.00	1.00	296 781	297 774	188			
BILHETES DO TESOIRO-CZ-21.06.2013	227 441 000	1.00	0.96	218 609	218 059	( 1 115)			
BILHETES DO TESOIRO-CZ-21.12.2012	115 420 000	1.00	0.99	113 259	114 263	420			
BILHETES DO TESOIRO-CZ-22.02.2013	386 000 000	1.00	0.98	367 450	378 963	4 808			
BILHETES DO TESOIRO-CZ-22.03.2013	785 000 000	1.00	0.97	757 739	764 395	( 778)			
BILHETES DO TESOIRO-CZ-23.11.2012	18 773 000	1.00	0.99	18 462	18 579	29			
				<b>2 353 694</b>	<b>2 383 164</b>	<b>5 285</b>			
<i>Obrigações do Tesouro</i>									
OT - 3.35% (15.10.2015)	285 500 000	0.01	0.01	217 426	249 015	21 959			
OT - 3.85% (15.04.2021)	58 400 000	0.01	0.01	39 330	38 084	( 1 742)			
OT - 4.2% (15.10.2016)	296 300 000	0.01	0.01	217 090	247 609	19 561			
OT - 4.35% (16.10.2017)	231 200 000	0.01	0.01	158 821	184 385	18 411			
OT - 5.45% - SETEMBRO - 1998/2013	15 000 000	0.01	0.01	150	154	( 2)			
OT-3.6%-15.10.2014	1 441 000	0.01	0.01	1 348	1 352	( 56)			
OT-4.45%-15.06.2018	141 700 000	0.01	0.01	100 636	104 812	3 715			
OT-4.75%-14.06.2019	1 700 000 000	0.01	0.01	1 804 908	1 216 066	( 566 784)	( 235 014)		
OT-4.8%-15.06.2020	32 000 000	0.01	0.01	22 586	22 234	( 434)			
OT-4.95%-25.10.2023	18 000 000	0.01	0.01	12 162	12 223	( 551)			
OT-6.4%-15.02.2016	318 000 000	0.01	0.01	245 763	292 586	35 429			
				<b>2 820 220</b>	<b>2 368 520</b>	<b>( 470 494)</b>	<b>( 235 014)</b>		
<b>De outros emissores residentes</b>									
<b>Dívida não subordinada</b>									
<i>Outras obrigações</i>									
ANA - AEROP.PORTUGAL-TV-28.08.2013	50 000 000	50 000.00	50 749.50	50 000	52 471	750	( 987)		
BANCO SANT.TOTTA-3.25%-21.10.2014-OB.HIP	4 950 000	50 000.00	46 295.00	4 621	4 694	( 39)			
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015	37 763 000	1 000.00	1 006.25	38 419	40 277	( 418)			
CGD-4.375%-13.05.2013	40 150 000	50 000.00	49 062.50	39 179	39 629	207			
GALP-ENERGIA SGPS - TV - 20.05.2013	2 580 000	30 000.00	29 850.00	2 561	2 580	( 5)			
JMR-GESTAO EMPRESAS RETALHO-2007/2012	2 600 000	50 000.00	50 000.00	2 600	2 611				
PARPUBLICA - 3.5% - 08.07.2013	20 000 000	50 000.00	46 666.50	19 948	19 351	( 1 426)	( 455)		
PORTUCEL-EMP.CELU.PAPEL-TV.(27.10.2012)	2 600 000	1 000.00	1 000.20	2 600	2 610	1			
SEMAPA - 2006/2016	500 000	50 000.00	37 750.00	495	380	( 120)			
SONAE DISTRIBUIÇÃO SETEMBRO - 2007/2015	2 600 000	10.00	10.00	2 600	2 614				
				<b>163 023</b>	<b>167 217</b>	<b>( 1 050)</b>	<b>( 1 442)</b>		
<b>Emitidos por não residentes</b>									
<b>De emissores públicos estrangeiros</b>									
<i>Obrigações</i>									
Bilhetes do Tesouro (Angola)	12 527 363	8.33		100 349	101 644				
BUONI POLIENNALI DEL T-4.25%-01.09.2019	800 000 000	1 000.00	936.55	818 068	760 479	( 63 836)	( 120 421)		
BUONI POLIENNALI DEL T-4.5%-01.03.2019	175 000 000	1 000.00	953.65	185 458	169 492	( 15 525)	( 27 004)		
HELLENIC REPUBLIC 2%-24.02.2032	7 680 000	1.00	0.14	1 831	1 117			804	
HELLENIC REPUBLIC 2%-24.02.2033	7 680 000	1.00	0.14	1 831	1 106			813	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2023	7 200 000	1.00	0.18	2 004	1 332			788	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2024	7 200 000	1.00	0.16	1 938	1 210			839	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2025	7 200 000	1.00	0.16	1 860	1 172			793	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2026	7 200 000	1.00	0.15	1 854	1 149			806	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2027	7 200 000	1.00	0.15	1 788	1 127			759	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2028	7 680 000	1.00	0.15	1 862	1 175			788	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2029	7 680 000	1.00	0.14	1 869	1 158			808	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2030	7 680 000	1.00	0.14	1 869	1 144			820	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2031	7 680 000	1.00	0.14	1 831	1 132			791	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2034	7 680 000	1.00	0.14	1 824	1 101			810	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2035	7 680 000	1.00	0.14	1 831	1 097			819	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2036	7 680 000	1.00	0.14	1 811	1 096			799	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2037	7 680 000	1.00	0.14	1 811	1 095			799	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2038	7 680 000	1.00	0.13	1 811	1 086			807	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2039	7 680 000	1.00	0.13	1 811	1 085			807	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2040	7 680 000	1.00	0.13	1 811	1 085			805	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2041	7 680 000	1.00	0.13	1 822	1 085			816	
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2042	7 680 000	1.00	0.14	1 847	1 094			831	
IRISH TREASURY-4%-15.01.2014	20 000 000	0.01	0.01	20 124	20 058	( 418)	( 712)		
IRISH TREASURY-4.4%-18.06.2019	235 000 000	0.01	0.01	230 298	211 534	( 19 576)	( 27 891)		
IRISH TREASURY-5.9%-18.10.2019	100 000 000	0.01	0.01	108 108	101 387	( 8 542)	( 12 197)		
Obrigações do Tesouro (Angola) - AKZ	635 318	833.29		614 796	637 727				
Obrigações do Tesouro (Angola) - USD	103 724	166.66		523 730	532 070				
Outros títulos de dívida IPC (Angola)	38 140	833.29		46 666	47 546				
Títulos do Banco Central (Angola)	57 889 169	8.33		475 786	477 951				
				<b>3 160 299</b>	<b>3 082 534</b>	<b>( 107 897)</b>	<b>( 188 225)</b>		<b>16 102</b>

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.30).

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valores unitários			Valor aquisição	Valor balanço / justo valor <sup>1</sup>	Valias líquidas em títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	Imparidade
		Nominal	Cotação / preço						
<b>De outros emissores não residentes</b>									
<b>Dívida não subordinada</b>									
<i>Obrigações</i>									
ALEUTIAN INV LLC-TV-25.10.2012	6 000 000	100 000.00	72 795.87	4 336	4 380	( 369)			
ALROSA FINANCE SA-8.875%-17.11.2014	13 000 000	1 000.00	873.30	11 917	11 462	559	( 1 077)		
ALTADIS EMIS.FINANCE - 4% (11.12.2015)	35 000 000	1 000.00	1 059.68	33 026	37 861	2 834	( 3 578)		
ATLANTES MORTGAGE -SR.1-CL.A (17.1.2036)	1 339 792	26 795.83	18 222.22	1 169	914	( 429)			
AVOCA CLO BV-SR-II-X-CL-A1-15.01.2020	447 814	559.77	557.75	437	450	3			
BANCA POPOLARE DI MILANO-TV-31.01.2014	500 000	1 000.00	925.19	494	463	( 36)			
BARCLAYS BANK PLC-TV-25.05.2017	3 500 000	50 000.00	32 910.45	2 528	2 304	( 302)			
CELF LOAN PART.BV-SR.2005-1X CL.A 2021	714 571	893.21	852.04	690	687	( 33)			
CM BANCAJA FTA-SR.1 CL.A TV.(22.12.2036)	138 170	6 908.49	6 321.27	118	126	6			
COSAN FINANCE LTD-7%-01.02.2017	20 000 000	1 000.00	856.83	15 522	17 597	1 425	( 3 953)		
COSIPA COMMERCIAL - 8.25% (14.06.2016)	10 500 000	1 000.00	855.68	9 354	9 015	226	( 1 392)		
DOLLAR DIVERS RI.F-6.55%(16.12.2013)-REG	1 270 552	254.11	201.84	1 099	1 012	( 16)			
DUCHESS-SR.V-X CL.B-TV.25.05.2021	800 000	1 000.00	770.00	742	617	( 146)			
EIRLES TWO LIMITED-TV. PERP.	800 000	100 000.00	80 000.00	794	645	( 160)			
EURO-VIP / 1990	6 000 000	1 000.00	548.05	4 766	3 296	95			1 573
FTA SANTANDER EMP-SR.1-CL.A2(04.11.38)	104 764	2 619.10	2 592.91	100	104	3			
GAZ CAPITAL(GAZPROM)-6.212% (22.11.2016)	32 500 000	1 000.00	865.60	25 725	28 301	2 358	( 4 946)		
HARVEST CLO-SR-II-X CL.A (21.05.2020)	515 474	9 725.93	8 990.65	499	477	( 39)			
HSBC FINANCE CORP-TV. (05.04.2013)	500 000	1 000.00	996.52	494	499	( 1)			
KION MORTGAGE FIN SR.06-1 CL.A-15.07.51	138 724	2 167.56	1 106.21	137	71	( 67)			
LAFARGE-4.25% (23.03.2016)	30 000 000	1 000.00	1 014.34	28 721	30 777	922	( 3 937)		
LAFARGE-6.5%-15.07.2016	9 000 000	1 000.00	850.61	7 351	7 868	425	( 1 288)		
MADISON AVENUE C.LTD(24.3.14)-O.HIP-CL.A	87 483	8 748.29	6 781.84	64	68				
MAGRITTE FINANCE NV-SR.2004-CL.A(1.6.32)	464 719	46 471.93	45 050.38	444	451	( 14)			
ORION FINANCE PLC- T.V. (15.08.2040)	103 499	3 449.96	3 242.96	98	97	( 1)			
OTE PLC-4.625%-20.05.2016	25 000 000	50 000.00	30 200.00	24 910	15 231	( 9 860)	( 2 688)		
PEMEX PROJ.FDG MAST.TR - 6.375%- 2016	28 000 000	1 000.00	1 135.56	30 160	33 406	2 602	( 3 411)		
PORTUGAL TELCM INT FIN-4.375%(24.3.2017)	24 000 000	1 000.00	865.64	22 013	21 057	( 2 209)	( 3 783)		
TELECOM ITALIA SPA -4.75% (19.05.2014)	62 500 000	50 000.00	50 774.00	62 005	63 810	1 085	( 3 741)		
TELECOM ITALIA SPA-TV.(06.12.2012)	5 000 000	50 000.00	49 612.50	5 000	4 965	( 39)			
				<b>294 713</b>	<b>298 011</b>	<b>( 1 178)</b>	<b>( 33 794)</b>		<b>1 573</b>
<b>Dívida subordinada</b>									
<i>Obrigações</i>									
ALLIANZ FINANCE BV-4.375% PERP.	135 000 000	1 000.00	848.13	128 393	116 660	( 17 386)	( 18 039)		
ALLIANZ FRANCE-4.625%-PERP	20 000 000	1 000.00	844.38	19 489	16 938	( 2 889)	( 1 943)		
AVOCA CLO SR.IV-X CL.B-TV.(18.02.2022)	800 000	100 000.00	71 490.00	746	577	( 203)			
AXA SA - 5.777% PERP/SUB	100 000 000	1 000.00	744.25	104 579	80 107	( 27 519)	( 11 919)		
BANCO SABADELL-5.234%-PERPETUA	50 000	50 000.00	24 750.00	49	27	( 25)			
BAYER AG - 5% (29.07.2105)	75 000 000	1 000.00	1 020.05	71 267	79 957	2 958	( 7 234)		
C8 CAPITAL SPV - 6.64% - PERPETUA	65 000 000	1 000.00	476.57	51 411	32 691	( 20 581)	( 5 681)		
CAJA AHORROS DE GALICIA-TV-PERPETUA	50 000	50 000.00	19 500.00	50	20	( 30)			
CIBELES FTYPME-SR.III-CL.BSA(26.11.2030)	45 981	11 495.17	11 150.31	45	45	( 1)			
CLARIS MILLESIME CDO-SR.1-CL.2(10.06.24)	500 000	500 000.00	352 500.00	450	353	( 111)			
CLOVERIE 2004-72-TX.VR.(17.11.2024)	500 000	500 000.00	21 425.00	475	22	( 460)			
DONG A/S - 5.5% (29.06.3005)	65 000 000	1.00	1.02	65 109	66 472	1 411	( 7 752)		
ELM BV (SWISS REIN CO) - TV - PERPETUA	48 000 000	50 000.00	43 083.50	48 364	41 609	( 6 787)	( 5 786)		
GENERALI FINANCE BV - 5.479% - PERPETUAS	75 000 000	50 000.00	34 479.00	76 049	53 324	( 23 767)	( 10 132)		
GRANITE MASTER-SR.2006-1A-CL.A5-20.12.54	1 237 378	224.98	170.30	971	937	( 46)			
GRANITE MORTG.-TV(20.3.2044)-SR.04-1/2C	500 000	100 000.00	76 280.00	499	382	( 119)			
GRANITE MORTG.-TV(20.3.2044)-SR.04-1/2M	500 000	100 000.00	81 500.00	499	408	( 92)			
GRANITE MORTG.-TV(20.9.2044)-SR.04-3/2C	153 488	383.72	270.76	152	108	( 45)			
HARBOURMASTER CLO-S.4X-CL.A3(11.10.2019)	500 000	1.00	0.70	491	352	( 144)			
HARVEST CLO SA-SR.IX-CL.B2 (29.3.2017)	750 000	250 000.00	214 125.00	745	646	( 108)			
HENKEL KGAA - T.V. (25.11.2104)	5 000 000	1 000.00	1 044.38	4 913	5 382	256	( 528)		
LUSITANO MTGE-SR.1-CL.D-TV (15.12.2035)	200 000	100 000.00	29 480.00	198	59	( 141)			
MADRID RMBS FTA-SR.06-1 CL.A2-22.06.2049	245 888	61 471.89	45 803.37	241	183	( 59)			
OLD MUTUAL PLC-OB.PERPETUA	25 000 000	1 000.00	875.00	24 324	22 691	( 2 883)	( 2 521)		
OPERA FINANCE(DE)-SR.GER3 CL.B-25.1.2022	1 000 000	50 000.00	38 000.00	937	762	( 198)			
PELICAN MORTGAGES-2/B (15.9.2036)	290 000	10 000.00	4 800.00	286	139	( 151)			
RHODIUM BV - SR.1X- CL.C (27.5.2084)	800 000	100 000.00	27 000.00	785	217	( 584)			
SIEMENS FINANCIERINGSMAT-5.25% 14.9.2066	50 000 000	1 000.00	1 065.30	50 899	55 345	2 841	( 6 296)		
VATTENFALL AB-TV. PERP.	65 000 000	1 000.00	1 020.05	64 219	66 313	1 605	( 7 733)		
VINCI - 6.25% PERPETUAS	25 000 000	50 000.00	49 937.50	25 099	25 951	( 81)	( 2 581)		
				<b>741 734</b>	<b>668 677</b>	<b>( 95 339)</b>	<b>( 88 145)</b>		

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.30).

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valores unitários						Impari-dade
		Nominal	Cotação / preço	Valor aquisição	Valor balanço / justo valor <sup>1</sup>	Valias líquidas em títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	
<b>Instrumentos de capital</b>								
<b>Emitidos por residentes</b>								
<i>Ações</i>								
AGROGARANTE SA	121 010	1.00	1.00	121	121			
ALAR - EMP. IBERICA MATERIAL AERONAUTICO	2 200	4.99		20	20			
Alberto Gaspar, SA	60 000	5.00		141				141
APIS-SOC.IND.PARQUETES AZARUJENSE (C)	65 000	4.99						
APOR-AG.P/MODERNIZAÇÃO PORTO - CL.B	5 665	5.00		26	26			
BOAVISTA FUTEBOL CLUBE, FUTEBOL,SAD	21 900	5.00		110				110
BOMBARDIER TRANSPORTATION PORTUGAL SA	31	5.00						
BUCIQUEIRA SGPS	8	5.00		1	1			
C <sup>3</sup> AG.FONTE SANTA MONFORTINHO-D.SUB/E.98	10	5.00						
CADERNO VERDE - COMUNICAÇÃO (C)	134 230	1.00		967				967
Caravela Gest, SGPS, SA	272 775	5.00		1 895	196			1 699
CARMO & BRAZ (C)	65 000	4.99						
CIMPOR - CIM.DE PORTUGAL-SGPS	3 565	1.00	3.08	7	11		4	
COIMBRAVITA - AGENCIA DESENV.REGIONAL	15 000	4.99		75	75			
COMP <sup>3</sup> AURIFICIA - N	1 186	7.00	1 111.30	25	1 318	1 293		
COMP <sup>3</sup> PRESTAMISTA PORTUGUEZA	10	1.00						
COMP <sup>3</sup> .FIAÇÃO E TECIDOS DE FAFE - P	240	4.99						
COMPANHIA DIAMANTES ANGOLA - P (I)-510	166 716	2.49						
COMPANHIA DIAMANTES ANGOLA - P (II)	1 000	2.49						
COMUNDO-CONSORCIO MUNDIAL IMP.EXP.	3 269	0.50		6	2			4
Conduril, SA	184 262	5.00		806	10 035	9 232		
CORTICEIRA AMORIM - SGPS	127 419	1.00	1.39	315	177	103		241
DIGITMARKET-SIST.INF.-N	4 950	1.00		743				743
EIA-ENSINO INVESTIGAÇÃO E ADMINIST.	10 000	4.99		50	34			16
EMP.CINEMATOGRAFICA S.PEDRO	100	4.99						
EMPRESA O COMERCIO DO PORTO	50	2.49		1	1			
ESENCE - SOC.NAC.CORTICEIRA - N	54 545	4.99						
ESTAMPARIA IMPERIO-EMP.IND.IMOBILIARIOS	170	4.99		1	1			
EURODEL-IND.METALURGICAS E PARTICIPAÇÕES	23	5.00						
EUROFIL - IND.PLAST.E FILAM.	11 280	4.99		25	25			
F.I.T.-FOM.IND.TOMATE - P	148	4.99		3	3			
FAB. VASCO DA GAMA - IND.TRANSF.	33	4.99		1	1			
FUTEBOL CLUBE DO PORTO	105 000	5.00	0.42	539	45			494
GAP - SGPS	548	4.99		3	3			
GARVAL - SOCIEDADE DE GARANTIA MUTUA	3 201 720	1.00	1.00	3 202	3 202			
GEIE - GESTÃO ESPAÇOS INC.EMPRESARIAL(C)	12 500	1.00		13				13
GESTINSUA - AQ.AL.PATRIMONIOS IMOB.MOB.	430	5.00		2				2
GREGORIO & CA.	1 510	4.99		4	4			
IMPRESA SGPS	6 200 000	0.50	0.35	22 791	2 169			20 620
INCAL-IND.E COM.DE ALIMENTAÇÃO	2 514	1.13		2	2			
INTERSIS AUTOMAÇÃO, ENG.DE SISTEMAS	42 147	4.99		1 307				1 307
J.SOARES CORREIA-ARMAZENS DE FERRO	84	5.00		2	2			
JOTOCAR - JOÃO TOMAS CARDOSO - P	3 020	4.99		8	8			
LISGARANTE - SOC.DE GARANTIA MUTUA	545 390	1.00	1.00	545	545			
LISNAVE - EST.NAVAIS	180	5.00		1	1			
MARGUEIRA-SOC.GEST.DE FUNDOS INV.IMOB.-N	3 511	5.00		18	18			
MATUR-SOC.EMPREEND.TURISTICOS DA MADEIRA	13 435	5.00		146				146
MATUR-SOC.EMPREEND.TURISTICOS MADEIRA-N	4	5.00						
MAXSTOR - SUP.E MATRIZES INFORMATICOS-C	8 190	4.99		41				41
METALURGIA CASAL - P	128	4.99		1	1			
Mimalha, SA	40 557	4.99		336				336
MORETEXTILE,SGPS,SA	711	1.00		1	1			
NET - NOVAS EMPRESAS E TECNOLOGIAS - N	10 539	5.00	3.21	25	34		8	
NEWPLASTICS	1 445	1.00		1	1			
NORGARANTE - SOC.DE GARANTIA MUTUA	274 890	1.00	1.00	275	275			
NOTORIOUSWAY, SA	2 500	1.00		3	3			
NUTROTON SGPS - C	11 395	5.00	4.38	50	50			
OFICINA DA INOVAÇÃO	10 000	5.00	6.97	50	70	29		10
PORTO DE CAVALEIROS, SGPS	2	4.99						
PORTUGAL CAP. VENTURES-SOC.CAP.RISCO	515 591	5.00		2 692	2 692			
PRIMUS-PROM.DESENVOL.REGIONAL,EMT,S.A.	8 000	4.99		40	16			24
S.P.G.M.- SOCIEDADE DE INVESTIMENTO - N	665 150	1.00	1.00	664	665		1	
SALVOR - SOC.INV.HOTELEIRO - P	10	5.00						
SANJIMO - SOCIEDADE IMOBILIARIA	1 620	4.99		8				8
SAPHETY LEVEL - TRUSTED SERVICES	5 069	1.00		98				98
SDEM -SOC.DE DESENV.EMPR.MADEIRA,SGPS-N	937 500	1.00	1.06	938	997	315		256

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.30).

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valores unitários			Valor aquisição	Valor balanço / justo valor <sup>1</sup>	Valias líquidas em títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	Imparidade
		Nominal	Cotação / preço						
<i>Acções (cont.)</i>									
SENAL-SOC.NAC.DE PROMOÇÃO DE EMPRESAS-P	450	0.50							
SIBS - SGPS, SA	738 455	5.00		3 115	3 115				
SOC.CONSTRUÇÕES ERG	50	4.99							
SOC.CONSTRUÇÕES ERG (EM.93) - IR (C)	6	4.99							
SOC.INDUSTRIAL ALIANÇA (VN 500.\$00)	1	2.49							
SODIMUL-SOC.DE COMERCIO E TURISMO	25	14.96		2	2				
SOFID-SOC.P/FIN.DES.-INST.FIN.CREDITO SA	1 000 000	1.00	1.10	1 250	1 098				152
SOMOTEL-SOC.PORTUGUESA DE MOTEIS	1 420	2.50							
SONAE - SGPS	36 868	1.00	0.41	69	15	1			55
SOPEAL-SOC.PROM.EDUC.ALCACERENSE	100	4.99							
SPIDOURO-SOC.PROM.EMP.INV.DOURO E T.M.	15 000	4.99		75	21				54
SPI-SOC PORTUGUESA DE INOVACAO	1 500	5.00		7	7				
STAR - SOC. TURISMO E AGENCIAS RIBAMAR	533	4.99		3	3				
TAEM - PROCESSAMENTO ALIMENTAR,SGPS, SA	125	1.00							
TAGUSPARQUE - N	436 407	5.00		2 177	2 177				
TELECINE MORO - SOC.PRODUTORA DE FILMES	170	4.99		1					1
TEROLOGOS-TECNOLOGIAS DE MANUTENÇÃO - P	7 960	4.99		40	40				
TEXTIL LOPES DA COSTA	4 900	4.99		8					8
TUROPA-OPERADORES TURISTICOS	5	4.99							
UNICER - BEBIDAS DE PORTUGAL	1 002	1.00	8.07	8	8				
VIALITORAL - CONC. RODOVIARIA MADEIRA	4 750	161.25	766.95	792	3 642	2 852			
VNCORK SGPS	151	1.00							
XELB-CORK - COM.E INDUSTRIA DE CORTIÇA	87	4.99							
				<b>46 692</b>	<b>32 979</b>	<b>13 838</b>			<b>27 546</b>
<i>Quotas</i>									
PROPAÇO - SOC.IMOB.DE PAÇO D'ARCOS		1.00		1	1				
VIACER - SOC.GEST.PART.SOCIAIS, SA		1.00		48 160	46 599	( 1 561)			
				<b>48 161</b>	<b>46 600</b>	<b>( 1 561)</b>			
<b>Emitidos por não residentes</b>									
<i>Acções</i>									
Altitude Software B.V.	6 386 243	70 549.16		13 810					13 810
AMSCO -USD	1 807	1 000.00		794					794
ARCO Bodegas Unidas	63 382	380 933.49		4 399	1 086				3 313
BVDA				238	238				
CLUB FINANCIERO VIGO	1	15 626.31		18	12				6
CREDIT LOGEMEN DEVELOPMENT	100	70.00	70.00	1	1				
Emis-Empresa Interbancária de Serviços (capital)				141	93				48
EUROPEAN INVESTMENT FUND	9	1 000 000.00	1 124 052.40	9 410	10 117	707			
GROWELA CABO VERDE	19 000	1 000.00		172					172
IMC-Instituto do Mercado de Capitais				3	3				
Interbancos									
NASDAQ EUROPE SA/VN	100	49.96		25	4				21
OSEO - SOFARIS	13	107.89	107.89	2	2				
PARQUE INDUSTRIAL DA MATOLA - MZN	1 920 000	1.00		54					54
S.W.I.F.T.	78	125.00		151	151				
Sopha(BFA e FESA)				3	3				
THARWA FINANCE - MAD	20 895	100.00		189	189				
UNIRISCO GALICIA	80	1 202.02	1 036.94	96	83	14			27
VISA EUROPE LIMITED	1	10.00							
VISA INC-CLASS C	32 134	1.00	97.55		3 133	3 132			
				<b>29 506</b>	<b>15 115</b>	<b>3 853</b>			<b>18 245</b>

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.30).

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valores unitários		Valor aquisição	Valor balanço / justo valor <sup>1</sup>	Valias líquidas em títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	Impari-dade
		Nominal	Cotação / preço					
<b>Outros</b>								
<b>Emitidos por residentes</b>								
<i>Unidades de participação</i>								
CITEVE - CENT.TEC.IND.TEX.VEST.PORTUGAL	20	498.80		10	10			
EGP-UNIVERSITY OF PORTO BUS.SCHOOL ASS.	2	4.99		70	70			
FCR - FUNDO RECUPERACAO	95 000	1 000.00	986.21	95 000	93 689	( 1 311)		
FCR - INOVCAPITAL ACTEC	50		8 538.16	500	427	( 73)		
FCR F-HITEC (ES VENTURES)	10	50 000.00	45 651.14	500	457	( 43)		
FCR INOVCAPITAL	115	24 939.89	8 623.15	2 868	992			1 876
FCR INOVCAPITAL VALOR	40	24 939.89	10 103.63	998	404			593
FCR-TURISMO CAPITAL(TC TUR. CAP. SCR)	164	24 939.89	12 707.45	3 568	2 083			1 484
FUN.CAP.RISCO AICEP CAPITAL GLOBAL II	40	4 987.98	4 862.80	200	195	2		7
FUN.CAP.RISCO AICEP CAPITAL GLOBAL-FIEP	3 939	1 000.00	1 043.89	3 939	4 112	173		
FUNDO CAP. RISCO TURISMO INOVACAO CAT.B	40	50 000.00	50 665.93	2 000	2 027	27		
FUNDO CARAVELA	3 097	5 000.00	6 579.62	11 653	20 377	8 723		
FUNDO INTER-RISCO II - F.C.R.- CL.A	7 500	5 000.00	4 919.63	37 500	36 897	( 603)		
IMOFOMENTO	2 712 649		5.52	15 000	14 963	( 37)		
INEGI INSTITUTO DE ENGENHARIA MECANICA	5 000			25	25			
UNICAMPUS-FEIF	3 000	1 000.00	1 003.87	3 000	3 012	12		
				<b>176 831</b>	<b>179 740</b>	<b>6 870</b>		<b>3 960</b>
<b>Emitidos por não residentes</b>								
<i>Unidades de participação</i>								
FUNDO BPI-EUROPA	23 405	0.01	9.37	171	219	48		
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE-PVCI	1 648 230	1.00	0.67	1 648	1 098	( 550)		
				<b>1 819</b>	<b>1 317</b>	<b>( 502)</b>		
<b>Créditos e outros valores a receber</b>								
<i>Empréstimos e suprimentos</i>								
Emis - Empresa Interbancária de Serviços (suprimentos)					62			32
GEIE								23
INTERSIS								50
MAXSTOR								973
MORETEXTILE SGPS, SA					1 040			9 812
Newplastic								1 506
Petrocer SGPS, Lda					200			
PROPACO-IMOBILIARIA DE PACO D'ARCOS					1 393			3 788
SAPHETY Level - Trusted Services SA					54			154
TAEM-PROCESSAMENTO ALIMENTAR					93			3 150
VnCork-SGPS,SA								147
					<b>2 842</b>			<b>19 635</b>
<b>Títulos vencidos</b>								
GLITNIR BANKI HF-TV-24.05.2011		1 000.00		487				487
KAUPTHING BANK HF-TX.VAR. (25.05.2010)		1 000.00		590				590
				<b>1 077</b>				<b>1 077</b>
				<b>9 837 769</b>	<b>9 246 716</b>	<b>( 648 175)</b>	<b>( 546 620)</b>	<b>88 138</b>

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.30).

Em 30 de Junho de 2012 esta rubrica inclui os seguintes títulos reclassificados da rubrica Activos financeiros detidos para negociação, durante o exercício de 2008, no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7 (Notas 2 e 4.48).

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor balanço / justo valor
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<b>De outros emissores não residentes</b>		
<b>Dívida não subordinada</b>		
<i>Obrigações</i>		
MADISON AVENUE C.LTD(24.3.14)-O.HIP-CL.A	87 483	68
DOLLAR DIVERS RI.F-6.55%(16.12.2013)-REG	1 270 552	1 012
		<b>1 080</b>

#### 4.6. Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Aplicações no Banco de Portugal		500 000
Aplicações em outras Instituições de Crédito no país		
Aplicações a muito curto prazo	31 771	141 850
Depósitos		3 000
Empréstimos titulados		107 846
Outros empréstimos	35 800	30 017
Operações de compra com acordo de revenda	24 759	15 412
Outras aplicações	7 372	3 828
Juros a receber	691	3 193
	<b>100 393</b>	<b>305 146</b>
Aplicações em outros Bancos Centrais estrangeiros	743 976	247 246
Aplicações em organismos financeiros internacionais	55 241	64 430
Aplicações em outras Instituições de Crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo		350 981
Depósitos	69 756	35 347
Empréstimos	40	11 230
Operações de compra com acordo de revenda		122 967
Outras aplicações	827 645	691 535
Juros a receber	1 841	8 666
	<b>1 698 499</b>	<b>1 532 402</b>
Correcções de valor de activos objecto de cobertura		83
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	( 121)	( 37)
	<b>( 121)</b>	<b>46</b>
	<b>1 798 771</b>	<b>2 337 594</b>
Imparidade	( 998)	( 3)
	<b>1 797 773</b>	<b>2 337 591</b>

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante os primeiros semestres de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 4.20.

#### 4.7. Créditos a Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Crédito não titulado</b>		
Interno		
Empresas		
Desconto	142 669	160 850
Empréstimos	5 349 936	5 490 768
Créditos em conta corrente	1 189 672	1 233 680
Descobertos em depósitos à ordem	452 539	415 704
Créditos tomados - factoring	662 371	777 982
Locação financeira mobiliária	300 235	349 498
Locação financeira imobiliária	474 296	517 850
Outros créditos	22 879	18 792
Particulares		
Habituação	11 940 649	11 359 068
Consumo	870 283	1 023 766
Outros créditos	618 253	571 571
Ao exterior		
Empresas		
Desconto	2 156	1 564
Empréstimos	2 549 240	2 498 083
Créditos em conta corrente	318 247	332 740
Descobertos em depósitos à ordem	23 908	26 607
Créditos tomados - factoring	895	2 555
Locação financeira mobiliária	951	1 363
Locação financeira imobiliária	1 034	1 081
Outros créditos	306 027	296 315
Particulares		
Habituação	167 283	162 516
Consumo	328 948	283 484
Outros créditos	73 420	75 710
Juros a receber	94 377	62 998
	<b>25 890 268</b>	<b>25 664 545</b>
<b>Crédito titulado</b>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	149 823	199 785
Obrigações de outros emissores nacionais		
Dívida não subordinada		
Obrigações	708 505	694 672
Papel comercial	1 185 740	1 227 081
Obrigações de emissores públicos estrangeiros		185 427
Obrigações de outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada		
Obrigações	123 780	225 849
Dívida subordinada	24 720	4 500
Juros a receber	11 189	31 666
Juros com rendimento diferido	( 944)	( 3 629)
	<b>2 202 813</b>	<b>2 565 351</b>
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	45 018	35 888
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	( 2 018)	295
	<b>28 136 081</b>	<b>28 266 079</b>
Crédito e juros vencidos	796 098	728 436
Imparidade em crédito	( 719 834)	( 676 251)
	<b>28 212 345</b>	<b>28 318 264</b>

O crédito a Clientes inclui os seguintes activos titularizados não desreconhecidos:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Activos titularizados não desreconhecidos<sup>1</sup></b>		
Empréstimos		
Crédito à habitação	4 954 123	5 047 434
Crédito a PME's	3 268 762	3 291 880
Risco / benefício cedido		( 762 157)
Juros a receber	21 755	21 732
	<b>8 244 640</b>	<b>7 598 889</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito e juros vencidos.

Os créditos objecto de operações de titularização efectuadas pelo Banco BPI não foram desreconhecidos do balanço do Banco e estão registados na rubrica crédito não titulado. Os fundos recebidos pelo Banco BPI no âmbito destas operações estão registados na rubrica passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização (Notas 2.3.4 e 4.19). Em Dezembro de 2007 o Banco vendeu, ao Fundo de Pensões do Banco BPI, uma parcela do risco / benefício associado às operações de titularização de crédito à habitação. Os activos e passivos associados a estas operações foram desreconhecidos pela percentagem cedida, tendo sido a diferença para o produto da venda considerada em resultados.

No 1º semestre de 2012 o Banco BPI recomprou ao Fundo de Pensões do Banco BPI as obrigações anteriormente referidas, pelo que passou a reconhecer a totalidade do risco / benefício associado às operações de titularização de crédito à habitação gerando um impacto na rubrica Crédito a Clientes de 765 322 m.euros (dos quais: 757 335 m.euros de crédito vivo). O impacto desta recompra foi reconhecido em resultados no primeiro semestre de 2012 (Nota 4.40).

No exercício de 2011 o Banco BPI efectuou uma operação de titularização de crédito a PME's no valor global de 3 472 400 m.euros.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o crédito a Clientes inclui operações afectas aos Patrimónios Autónomos que servem de garantia às Obrigações Colateralizadas emitidas pelo Banco BPI (Nota 4.18), nomeadamente:

- 5 594 947 m.euros e 5 423 645 m.euros, respectivamente, afectos à garantia de obrigações hipotecárias;
- 214 606 m.euros e 530 848 m.euros, respectivamente, afectos à garantia de obrigações sobre o sector público.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Obrigações de emissores públicos estrangeiros refere-se a títulos de dívida pública emitidos pela Grécia. Durante o primeiro semestre de 2012, no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, estes títulos foram trocados por novos títulos emitidos pela Grécia os quais foram registados na rubrica Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5 e 4.48).

Os impactos contabilísticos relacionados com a reestruturação da dívida pública grega durante o exercício de 2011 são apresentados na Nota 4.48 - Exposição a dívida soberana.

O crédito titulado inclui os seguintes activos afectos à cobertura de seguros de capitalização emitidos pela BPI Vida e Pensões:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos	149 823	199 785
De outros emissores nacionais	104 085	67 565
De outros emissores estrangeiros	110 082	185 167
	<b>363 990</b>	<b>452 517</b>

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante os primeiros semestres de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 4.20.

Em 30 de Junho de 2012, a estrutura sectorial das carteiras de crédito sobre Clientes e garantias prestadas do Grupo BPI é a seguinte:

	Crédito sobre Clientes <sup>1</sup>		Garantias prestadas <sup>2</sup>	
	Valor	%	Valor	%
<b>Actividade doméstica</b>				
Agricultura, produção animal e caça	233 532	0.8	3 611	0.1
Silvicultura e exploração florestal	13 569		884	
Pesca	80 615	0.3	1 043	
Indústrias extractivas	19 031	0.1	5 140	0.2
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	502 922	1.8	36 627	1.5
Indústrias têxtil e vestuário	107 090	0.4	13 766	0.6
Indústrias do couro e dos produtos do couro	24 383	0.1	1 265	0.1
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	77 767	0.3	23 935	1.0
Indústrias de pasta, de papel e cartão e impressão	249 964	0.9	3 560	0.1
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	76 093	0.3	4 773	0.2
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais excepto produtos farmacêuticos	111 150	0.4	8 072	0.3
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	23 177	0.1	720	
Indústrias da borracha e de matérias plásticas	60 620	0.2	10 667	0.4
Indústrias de outros produtos minerais não metálicos	212 893	0.8	26 413	1.1
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	198 394	0.7	34 980	1.4
Fabricação de equipamento informáticos, electrónicos, ópticos e eléctricos	78 047	0.3	22 943	0.9
Fabricação de material de transporte	41 704	0.1	29 353	1.2
Outras Indústrias transformadoras	73 887	0.3	16 368	0.7
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	746 084	2.7	87 408	3.5
Captação e tratamento de água	393 775	1.4	70 301	2.9
Construção	779 235	2.8	570 372	23.1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1 847 887	6.6	219 858	8.9
Transportes e armazenagem	1 563 215	5.6	352 167	14.3
Alojamento, restauração e similares	328 523	1.2	54 430	2.2
Actividades de informação e de comunicação	327 209	1.2	50 635	2.1
Sociedades gestoras de participações sociais	1 353 606	4.8	199 370	8.1
Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões	295 159	1.1	54 457	2.2
Seguros, resseguros e fundos de pensões, excepto segurança social obrigatória	1 401		2 915	0.1
Actividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	64 456	0.2	213	
Actividades imobiliárias	622 691	2.2	76 351	3.1
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	452 002	1.6	69 291	2.8
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	166 413	0.6	18 884	0.8
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1 702 700	6.1	32 502	1.3
Educação	41 852	0.1	3 933	0.2
Actividades de saúde humana e apoio social	209 367	0.7	5 486	0.2
Actividades artísticas, de espectáculo, desportivas e recreativas	90 878	0.3	12 000	0.5
Outras actividades e serviços	68 000	0.2	3 890	0.2
Outras empresas não residentes <sup>3</sup>	7 632		1 630	0.1
Particulares				
Crédito imobiliário	11 973 807	42.9		
Outros	1 540 245	5.5	44 742	1.8
<b>Actividade internacional</b>				
Instituições de crédito e financeiras	3 010		21 155	0.9
Empresas não financeiras	739 690	2.6	268 360	10.9
Particulares	484 784	1.7	73	
	<b>27 988 459</b>	<b>100.0</b>	<b>2 464 543</b>	<b>100.0</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito, títulos e juros vencidos, juros a receber e juros com rendimento diferido, correcções de valor de activos objecto de cobertura e comissões associadas ao custo amortizado.

<sup>2</sup> Inclui garantias e avales, transacções com recurso, cartas de crédito stand-by, créditos documentários abertos e fianças e indemnizações.

<sup>3</sup> Empresas sem Classificação das Actividades Económicas atribuído.

Em 31 de Dezembro de 2011, a estrutura sectorial das carteiras de crédito sobre Clientes e garantias prestadas do Grupo BPI é a seguinte:

	Crédito sobre Clientes <sup>1</sup>		Garantias prestadas <sup>2</sup>	
	Valor	%	Valor	%
<b>Actividade doméstica</b>				
Agricultura, produção animal e caça	233 385	0.8	5 760	0.2
Silvicultura e exploração florestal	11 273		1 440	0.1
Pesca	72 939	0.3	11 750	0.5
Indústrias extractivas	38 937	0.1	11 693	0.5
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	468 664	1.7	32 790	1.3
Indústrias têxtil e vestuário	104 894	0.4	12 839	0.5
Indústrias do couro e dos produtos do couro	22 682	0.1	482	
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	80 027	0.3	24 592	1.0
Indústrias de pasta, de papel e cartão e impressão	233 563	0.8	3 243	0.1
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	111 292	0.4	4 773	0.2
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais excepto produtos farmacêuticos	118 739	0.4	7 593	0.3
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	27 410	0.1	1 811	0.1
Indústrias da borracha e de matérias plásticas	60 700	0.2	11 225	0.4
Indústrias de outros produtos minerais não metálicos	238 891	0.8	28 013	1.1
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	214 595	0.8	39 458	1.6
Fabricação de equipamento informáticos, electrónicos, ópticos e eléctricos	84 416	0.3	38 829	1.5
Fabricação de material de transporte	38 369	0.1	29 543	1.2
Outras Indústrias transformadoras	91 674	0.3	18 575	0.7
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	789 379	2.8	98 356	3.9
Captação e tratamento de água	409 129	1.5	73 646	2.9
Construção	798 683	2.8	639 601	25.1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1 962 094	7.0	228 150	9.0
Transportes e armazenagem	1 563 269	5.6	360 233	14.1
Alojamento, restauração e similares	352 660	1.3	56 035	2.2
Actividades de informação e de comunicação	336 928	1.2	37 711	1.5
Sociedades gestoras de participações sociais	1 324 233	4.7	199 449	7.9
Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões	371 707	1.3	55 547	2.2
Seguros, resseguros e fundos de pensões, excepto segurança social obrigatória	984		3 620	0.1
Actividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	82 930	0.3	246	
Actividades imobiliárias	631 868	2.2	86 913	3.4
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	498 176	1.8	80 018	3.1
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	210 253	0.7	19 067	0.8
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1 963 277	7.0	34 772	1.4
Educação	49 945	0.2	5 955	0.2
Actividades de saúde humana e apoio social	227 884	0.8	7 055	0.3
Actividades artísticas, de espectáculo, desportivas e recreativas	105 433	0.4	36 951	1.5
Outras actividades e serviços	137 398	0.5	33 500	1.3
Particulares				
Crédito imobiliário	11 392 830	40.5		
Outros	1 650 525	5.9	59 214	2.3
<b>Actividade internacional</b>				
Instituições de crédito e financeiras	3 377		556	
Empresas não financeiras	590 688	2.1	139 476	5.5
Particulares	432 761	1.5	172	
	<b>28 138 861</b>	<b>100.0</b>	<b>2 540 652</b>	<b>100.0</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito, títulos e juros vencidos, juros a receber e juros com rendimento diferido, correcções de valor de activos objecto de cobertura e comissões associadas ao custo amortizado.

<sup>2</sup> Inclui garantias e avales, transacções com recurso, cartas de crédito stand-by, créditos documentários abertos e fianças e indemnizações.

Em 30 de Junho de 2012, o crédito titulado apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor de aquisição	Valor de balanço bruto	Impari-dade <sup>4</sup>
<b>Instrumentos de dívida</b>				
<b>Emitidos por residentes</b>				
<b>De dívida pública portuguesa</b>				
OT-TV-05.01.2021	50 000 000	49 975	51 020	
REPUBLICA PORTUGUESA - TV - 14.01.2021	50 000 000	49 915	50 889	
REPUBLICA PORTUGUESA - TV - 03.11.2015	50 000 000	49 933	50 110	
		<b>149 823</b>	<b>152 019</b>	
<b>De outros emissores residentes</b>				
<b>Dívida não subordinada</b>				
<b>Obrigações</b>				
<b>Asset Backed Securities (ABS's)</b>				
TAGUS-SOC.TIT.CREDITO-CL.A-12.02.2025	95 993 549	95 994	96 089	
TAGUS-SOC.TIT.CREDITO-CL.B-12.02.2025	50 000	50	50	
		<b>96 044</b>	<b>96 139</b>	
<b>Outras obrigações</b>				
ADP-AGUAS DE PORTUGAL,SGPS-TV-20.06.2022	43 000 000	43 000	43 018	
BA GLASS I-SERV.GEST.INV.-TV-22.12.15	17 500 000	17 500	17 519	
BANIF - TAX.VAR. (30.12.2015) <sup>1</sup>	11 800 000	11 800	11 801	
BRISA-CONCESSAO R-4.797%-26.09.2013	18 467 000	18 191	18 864	
CELBI CELULOSE BEIRA IND.-TV(08.02.2015)	75 000 000	75 000	75 675	
EDIA SA-TV-30.01.2027	16 180 000	16 180	16 279	
EDIA-EMP.DES.DO ALQUEVA - TV-11.08.2030	19 250 000	19 250	19 547	
GALP-ENERGIA SGPS - TV - 20.05.2013	36 420 000	36 330	36 579	
GRUPO VISABEIRA SGPS-TV-13.07.2014	5 000 000	5 000	5 055	
JERONIMO MARTINS-JM2012-TV-28.09.2012	17 500 000	17 500	17 580	
JMR-GESTAO EMPRESAS RETALHO-2007/2012	47 400 000	47 400	47 602	
MOTA-ENGIL SGPS-TV-30.12.2016	25 000 000	25 000	25 907	
POLIMAIA / 1989 - SR.C (AC.CRED.)	7			
PORTUCEL-EMP.CELU.PAPEL-TV.(27.10.2012) <sup>1</sup>	4 904 000	4 903	4 922	
PORTUCEL-EMP.CELU.PAPEL-TV.(27.10.2012)	8 900 000	8 902	8 933	
REN-REDES ENERG.NAC.-tv(10.12.2013)	15 150 000	15 378	16 040	
Semapa TV (20.04.2016) <sup>3</sup>	7 650 000	7 633	7 669	
SEMAPA - 2006/2016 2 <sup>a</sup>	50 000 000	50 000	50 094	
SONAE CAPITAL SGPS - TV - 17.01.2016	10 000 000	10 000	10 270	
SONAE DISTRIBUIÇÃO SETEMBRO - 2007/2015	31 400 000	31 400	31 569	
ZON MULTIMEDIA 2009-2012	32 530 000	32 530	32 774	
ZON MULTIMEDIA 2010-2014	100 000 000	100 000	100 208	
ADP-AGUAS DE PORTUGAL,SGPS-TV-20.06.2022	7 000 000	7 000	7 003	
PORTUCEL-EMP.CELU.PAPEL-TV.(27.10.2012)	6 500 000	6 514	6 526	
SONAE DISTRIBUIÇÃO SETEMBRO - 2007/2015	6 000 000	6 000	6 032	
		<b>612 411</b>	<b>617 466</b>	
Papel comercial		1 185 740	1 187 337	2 868
		<b>1 185 740</b>	<b>1 187 337</b>	<b>2 868</b>

<sup>1</sup> Títulos reclassificados da rubrica Activos financeiros detidos para negociação no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7, durante o exercício de 2008 (Notas 2 e 4.48).

<sup>2</sup> Títulos reclassificados da rubrica Activos financeiros detidos para negociação no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7, durante o exercício de 2009 (Notas 2 e 4.48).

<sup>3</sup> Títulos reclassificados da rubrica Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7, durante o primeiro semestre de 2012 (Notas 2 e 4.48).

<sup>4</sup> Adicionalmente, foram reconhecidas imparidades colectivas no montante de 3 265 m.euros.

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor de aquisição	Valor de balanço bruto	Imparidade <sup>4</sup>
<b>Emitidos por outros não residentes</b>				
<b>Dívida não subordinada</b>				
Obrigações				
Structured Investment Vehicles (SIV's)				
LINKS FINANCE CORP-TV-15.06.2017	4 000 000	3 177	3 177	3 177
NIGHTINGALE FIN LTD-TV-06.06.2017	5 000 000	3 971	3 971	3 971
		<b>7 148</b>	<b>7 148</b>	<b>7 148</b>
Asset Backed Securities (ABS's)				
GARANTI DIVERSIFIED-SR.2005-A-CL.1-2013	1 500 000	1 149	1 187	
HSBC BRAZIL-SR.2006-A-15.04.2016	12 333 331	9 205	9 533	
KAZAKH MORTGAGE-S.07-1-C.A-15.02.2029	442 800	352	352	
RED & BLACK PRIME RUS-S07-1 CA-01.19.35	1 334 732	1 060	1 061	
SARATOGA CLO I LTD-SR.2006-1X-CL-A2-2019	10 000 000	7 943	7 945	
SARATOGA CLO I LTD-SR.2006-1X-CL-B-2019	3 000 000	2 383	2 384	
VB DPR FIN CO-SR.2010-1A-CL.A-15.06.2014	2 212 739	1 692	1 723	
VB DPR FIN CO-SR.2010-1A-CL.B-15.06.2014	3 978 150	3 064	3 111	
VB DPR FIN.COMP.- SR.2006-1X - CL.E-2013	1 382 962	1 098	1 099	
YAPI KREDIT FIN-SR.2010-CL.C-21.11.2014	3 000 001	2 889	2 941	
		<b>30 835</b>	<b>31 336</b>	
Outras obrigações				
BIE BANK & TRUST LTD-4.20%-13.02.2013	75 000 000	75 000	76 138	
BIE BANK & TRUST LTD-TV-13.02.2013	10 000 000	10 000	10 117	
EDDYSTONE FIN.SR.2006-1 CLA1B 19.04.2021 <sup>2</sup>	467 216	322	323	
		<b>85 322</b>	<b>86 578</b>	
<b>Dívida subordinada</b>				
Obrigações				
B.FINANTIA INTL LTD-CAY-TV.(04.05.2015) <sup>1</sup>	3 500 000	3 500	3 517	
BANCO FINANTIA INTL LTD-TV-26.07.2017 <sup>1</sup>	8 500 000	8 500	8 530	
BANCO FINANTIA INTL-TV. (28.07.2016) <sup>1</sup>	4 000 000	4 000	4 021	
BANIF FINANCE(CAY)-TV-29.12.2014 <sup>1</sup>	4 220 000	4 220	4 220	
ESPIRITO SANTO INVST PLC-TV.(20.12.2015) <sup>1</sup>	4 500 000	4 500	4 502	
		<b>24 720</b>	<b>24 790</b>	
		<b>2 202 813</b>		<b>10 016</b>

<sup>1</sup> Títulos reclassificados da rubrica Activos financeiros detidos para negociação no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7, durante o exercício de 2008 (Notas 2 e 4.48).

<sup>2</sup> Títulos reclassificados da rubrica Activos financeiros detidos para negociação no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7, durante o exercício de 2009 (Notas 2 e 4.48).

<sup>3</sup> Títulos reclassificados da rubrica Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7, durante o primeiro semestre de 2012 (Notas 2 e 4.48).

<sup>4</sup> Adicionalmente, foram reconhecidas imparidades colectivas no montante de 3 265 m.euros.

As imparidades registadas para a carteira de Structured Investment Vehicles (SIVs) acima referida tiveram como base o Net Asset Value nulo.

Relativamente à carteira de Asset Backed Securities (ABSs), a eventual existência de indícios de imparidade é analisada através do acompanhamento regular dos indicadores de performance das operações subjacentes. Em 30 de Junho de 2012, esta análise não revela a existência de outros títulos em situação de imparidade para além das imparidades já registadas.

#### 4.8 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Obrigações de outros emissores nacionais		
Dívida não subordinada	181 590	278 946
Dívida subordinada	5 450	5 450
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	59 920	213 181
Obrigações de outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada	216 736	365 742
Dívida subordinada	11 241	10 977
Imparidade		( 117 733)
Juros a receber	4 767	9 627
	<b>479 704</b>	<b>766 190</b>

A carteira de investimentos detidos até à maturidade é constituída por activos afectos à cobertura de seguros de capitalização emitidos pela BPI Vida e Pensões.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Obrigações de emissores públicos estrangeiros inclui 153 275 m.euros referentes a títulos de dívida pública emitidos pela Grécia. Na mesma data, a rubrica Imparidade refere-se integralmente a imparidade constituída no exercício de 2011 para fazer face a perdas nos referidos títulos. Durante o primeiro semestre de 2012, no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, estes títulos foram trocados por novos títulos emitidos pela Grécia os quais foram registados na rubrica Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados (Nota 4.3 e 4.48).

No exercício de 2011, ocorreu a venda, antes da respectiva maturidade, de títulos registados nesta rubrica, na sequência de uma deterioração significativa do risco de crédito do emitente das obrigações. Estas transacções enquadram-se nas situações previstas no IAS 39 que não colocam em causa a intenção do Grupo BPI de deter os restantes investimentos até à maturidade.

Em 30 de Junho de 2012 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor aquisição	Valor balanço bruto	Imparidade
<b>Instrumentos de dívida</b>				
<b>Emitidos por outros residentes</b>				
<b>Dívida não subordinada</b>				
<i>Obrigações</i>				
Banco Comercial Portugues-Tv-09.05.2014	13 500 000	12 299	12 315	
Bcp-Tv-28.02.2013	27 300 000	27 056	27 095	
Bes-Tv-08.05.2013	3 500 000	3 473	3 478	
Bes-Tv-25.02.2013	6 000 000	5 981	5 991	
Caixa Eco Montepio Geral-3.25%-27.7.2012	16 750 000	16 750	17 254	
Caixa Eco Montepio Geral-Tv-29.05.2013	8 150 000	8 060	8 067	
Cgd-5.125%-19.02.2014	10 000 000	10 203	10 388	
Modelo Continente, Sgpps-Tv. (02.08.2012) <sup>2</sup>	4 767 000	4 767	4 812	
Parpublica - 3.5% - 08.07.2013	91 950 000	91 840	94 987	
Semapa - Tv (20.04.2016) <sup>2</sup>	1 200 000	1 161	1 167	
		<b>181 590</b>	<b>185 554</b>	
<b>Dívida subordinada</b>				
Banco Itau Europa - Tx.Vr. (22.12.2015) <sup>2</sup>	5 450 000	5 450	5 452	
		<b>5 450</b>	<b>5 452</b>	
<b>Emitidos por não residentes</b>				
<b>De emissores públicos estrangeiros</b>				
<i>Obrigações</i>				
Bonos Y Oblig Del Estado-Tv-17.03.2015	60 000 000	59 920	59 941	
		<b>59 920</b>	<b>59 941</b>	
<b>De outros emissores não residentes</b>				
<b>Dívida não subordinada</b>				
<i>Obrigações</i>				
Ayt Cedulas Cajas Global-Tv-14.12.2012	1 900 000	1 891	1 892	
Banca Carige Spa-Tv-07.06.2016 <sup>2</sup>	1 000 000	1 000	1 001	
Banesto Financial Plc-Tv-11.01.2013	27 000 000	26 922	26 998	
Bankinter Sa-Tx.Vr.-15-01-2013	22 500 000	22 497	22 577	
Bcp Finance Bank-Tv-17.06.2013	2 000 000	1 969	1 970	
Bear Stearns Co-Tx.Var. (27.07.2012) <sup>2</sup>	3 500 000	3 491	3 497	
Caixa D'estalvis Cataluna-Tv.06.07.2012 <sup>2</sup>	1 500 000	1 499	1 502	
Criteria Caixa Corp.-4.125%-20.11.2014	14 800 000	14 766	15 138	
Dresdner Bank Ag - Tv. (01.08.2012) <sup>2</sup>	200 000	200	200	
Goldman Sachs Group Inc.-Tv.(04.02.2013) <sup>1</sup>	1 600 000	1 590	1 592	
Hsbc Finance Corp-Tv. (05.04.2013) <sup>1</sup>	3 400 000	3 367	3 375	
Ibercaja(Ca.Zaragoza A.R.)Tv-20.04.2018 <sup>1</sup>	6 000 000	5 913	5 926	
Ibercaja(Ca.Zaragoza A.R.)Tv-25.04.2019 <sup>1</sup>	8 400 000	8 400	8 417	
Iberdrola Finanzas Sau-Tv-08.02.2013	31 000 000	31 000	31 056	
Ing Groep Nv-Tv. (11.04.2016) <sup>1</sup>	3 900 000	3 759	3 768	
Ing Verzekeringen Nv - Tv (18.09.2013) <sup>1</sup>	4 000 000	3 957	3 958	
Morgan Stanley-Tv-29.11.2013 <sup>1</sup>	2 500 000	2 425	2 427	
Royal Bank Of Scotland-Tv-08.06.2015 <sup>2</sup>	500 000	500	500	
Royal Bank Of Scotland-Tv-08.06.2015 <sup>1</sup>	5 500 000	5 500	5 505	
Santander Intl Debt Sa-Tv-18.01.2013	35 000 000	34 968	35 054	
Santander Intl Debt-Tv. (05.04.2013)	2 500 000	2 493	2 499	
Tamesis Securities-Sr.1-Cl.A-12.12.2034	2 439 520	2 075	2 075	
Telecom Italia Spa - Tv - 19.07.2013	2 500 000	2 478	2 485	
Telecom Italia Spa-Tv.(06.12.2012) <sup>1</sup>	2 400 000	2 400	2 402	
Telecom Italia Spa-Tv.(06.12.2012) <sup>2</sup>	300 000	300	300	
Tethra Securities-Sr.1-Cl.A-12.12.203	2 439 520	2 075	2 075	
Teutates Securities-Sr.1-Cl.A-12.12.2034	2 439 520	2 075	2 075	
Vodafone Group Plc-Tv-06.06.2014	10 000 000	9 901	9 908	
Vodafone Group Plc-Tv. (05.09.2013)	17 383 000	17 325	17 339	
		<b>216 736</b>	<b>217 511</b>	
<b>Dívida subordinada</b>				
<i>Obrigações</i>				
Cam International-Tv-26.04.2017 <sup>2</sup>	1 900 000	1 900	1 905	
Fortis Bank Nederland Nv-Tv.(22.06.2015) <sup>2</sup>	1 000 000	1 000	1 000	
Standard Chartered Bank-Tv-28.03.2018 <sup>1</sup>	8 500 000	8 341	8 341	
		<b>11 241</b>	<b>11 246</b>	
		<b>474 937</b>	<b>479 704</b>	

<sup>1</sup> Títulos reclassificados da rubrica Activos financeiros detidos para negociação no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7, durante o exercício de 2008 (Notas 2 e 4.48).

<sup>2</sup> Títulos reclassificados da rubrica Activos financeiros detidos para negociação no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7, durante o exercício de 2009 (Notas 2 e 4.48).

#### 4.9. Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Valor bruto						Amortizações						Valor líquido	Valor líquido
	Saldo em 31 Dez. 11	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	Diferenças de conversão cambial	Saldo em 30 Jun. 12	Saldo em 31 Dez. 11	Amortizações do período	Alienações e abates	Transferências e outros	Diferenças de conversão cambial	Saldo em 30 Jun. 12	Saldo em 30 Jun. 12	Saldo em 31 Dez. 11
Imóveis em uso														
Imóveis de serviço próprio	130 653	925	( 587)	16	2 440	133 447	24 318	870	( 292)	41	246	25 183	108 264	106 335
Outros imóveis	314		( 124)			190	159	1	( 64)		96	94	155	
Obras em imóveis arrendados	114 522	115	( 149)	923	1 180	116 591	99 142	1 711	( 81)	( 41)	793	101 524	15 067	15 380
	<b>245 489</b>	<b>1 040</b>	<b>( 860)</b>	<b>939</b>	<b>3 620</b>	<b>250 228</b>	<b>123 619</b>	<b>2 582</b>	<b>( 437)</b>		<b>1 039</b>	<b>126 803</b>	<b>123 425</b>	<b>121 870</b>
Equipamento														
Mobiliário e material	52 086	839	( 253)		309	52 981	42 795	1 000	( 243)	( 2)	139	43 689	9 292	9 291
Máquinas e ferramentas	13 821	270	( 195)		93	13 989	12 020	366	( 193)		62	12 255	1 734	1 801
Equipamento informático	187 311	1 372	( 992)	729	625	189 045	173 131	4 582	( 985)	23	492	177 243	11 802	14 180
Instalações interiores	161 255	680	( 422)	511	189	162 213	109 023	5 404	( 245)	( 23)	89	114 248	47 965	52 232
Material de transporte	9 542	1 206	( 598)		223	10 373	6 490	994	( 594)	2	151	7 043	3 330	3 052
Equipamento de segurança	27 288	320	( 71)	100	149	27 786	21 806	720	( 68)		51	22 509	5 277	5 482
Outro equipamento	746	9	( 1)		15	769	244	8	( 1)		1	252	517	502
	<b>452 049</b>	<b>4 696</b>	<b>( 2 532)</b>	<b>1 340</b>	<b>1 603</b>	<b>457 156</b>	<b>365 509</b>	<b>13 074</b>	<b>( 2 329)</b>		<b>985</b>	<b>377 239</b>	<b>79 917</b>	<b>86 540</b>
Activos tangíveis em curso	13 533	2 700		( 3 645)	347	12 935							12 935	13 533
Outros activos tangíveis	13 369		( 17)			13 352	10 204	143	( 8)		10 339	3 013	3 165	
	<b>26 902</b>	<b>2 700</b>	<b>( 17)</b>	<b>( 3 645)</b>	<b>347</b>	<b>26 287</b>	<b>10 204</b>	<b>143</b>	<b>( 8)</b>		<b>10 339</b>	<b>15 948</b>	<b>16 698</b>	
	<b>724 440</b>	<b>8 436</b>	<b>( 3 409)</b>	<b>( 1 366)</b>	<b>5 570</b>	<b>733 671</b>	<b>499 332</b>	<b>15 799</b>	<b>( 2 774)</b>		<b>2 024</b>	<b>514 381</b>	<b>219 290</b>	<b>225 108</b>

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o primeiro semestre de 2011 foi o seguinte:

	Valor bruto						Amortizações						Valor líquido	Valor líquido
	Saldo em 31 Dez. 10 Proforma	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	Diferenças de conversão cambial	Saldo em 30 Jun. 11 Proforma	Saldo em 31 Dez. 10 Proforma	Amortizações do período	Alienações e abates	Transferências e outros	Diferenças de conversão cambial	Saldo em 30 Jun. 11 Proforma	Saldo em 30 Jun. 11 Proforma	Saldo em 31 Dez. 10 Proforma
<b>Imóveis em uso</b>														
Imóveis de serviço próprio	155 281	397	(31 293)	(3 877)	(6 650)	113 858	39 032	1 086	(14 764)	(2 175)	(553)	22 626	91 232	116 249
Outros imóveis	455					455	200	3				203	252	255
Obras em imóveis arrendados	118 612	188	(1 511)	358	(3 427)	114 220	99 971	2 494	(1 498)	(1)	(2 188)	98 778	15 442	18 641
	<b>274 348</b>	<b>585</b>	<b>(32 804)</b>	<b>(3 519)</b>	<b>(10 077)</b>	<b>228 533</b>	<b>139 203</b>	<b>3 583</b>	<b>(16 262)</b>	<b>(2 176)</b>	<b>(2 741)</b>	<b>121 607</b>	<b>106 926</b>	<b>135 145</b>
<b>Equipamento</b>														
Mobiliário e material	50 674	643	(23)	294	(783)	50 805	41 039	1 072	(23)	2	(281)	41 809	8 996	9 635
Máquinas e ferramentas	14 011	119	(82)	17	(242)	13 823	11 782	402	(80)	(1)	(158)	11 945	1 878	2 229
Equipamento informático	181 569	2 415	(1 041)	939	(1 544)	182 338	164 424	5 997	(1 006)	(3)	(1 028)	168 384	13 954	17 145
Instalações interiores	162 572	698	(5 741)	508	(417)	157 620	103 174	5 458	(3 553)	(79)	(202)	104 798	52 822	59 398
Material de transporte	8 567	871	(415)	85	(628)	8 480	6 037	672	(156)	(77)	(424)	6 052	2 428	2 530
Equipamento de segurança	26 769	146	(85)	76	(408)	26 498	21 015	651	(81)	(26)	(103)	21 456	5 042	5 754
Outro equipamento	748				(47)	701	238	4		(1)	(3)	238	463	510
	<b>444 910</b>	<b>4 892</b>	<b>(7 387)</b>	<b>1 919</b>	<b>(4 069)</b>	<b>440 265</b>	<b>347 709</b>	<b>14 256</b>	<b>(4 899)</b>	<b>(185)</b>	<b>(2 199)</b>	<b>354 682</b>	<b>85 583</b>	<b>97 201</b>
<b>Activos tangíveis em curso</b>														
Activos tangíveis em curso	16 250	698		(274)	(955)	15 719							15 719	16 250
Outros activos tangíveis	13 800	9	(416)	3		13 396	10 319	154	(360)	(4)		10 109	3 287	3 481
	<b>30 050</b>	<b>707</b>	<b>(416)</b>	<b>(271)</b>	<b>(955)</b>	<b>29 115</b>	<b>10 319</b>	<b>154</b>	<b>(360)</b>	<b>(4)</b>		<b>10 109</b>	<b>19 006</b>	<b>19 731</b>
	<b>749 308</b>	<b>6 184</b>	<b>(40 607)</b>	<b>(1 871)</b>	<b>(15 101)</b>	<b>697 913</b>	<b>497 231</b>	<b>17 993</b>	<b>(21 521)</b>	<b>(2 365)</b>	<b>(4 940)</b>	<b>486 398</b>	<b>211 515</b>	<b>252 077</b>

Os valores líquidos das rubricas Alienações e abates de Imóveis de serviço próprio e Instalações interiores incluem 16 486 m.euros e 1 365 m.euros, respectivamente, relativos a contribuição em espécie para o Fundo de Pensões do Banco BPI. O valor da contribuição ascendeu a 27 500 m.euros (Notas 4.26 e 4.41).

O valor líquido apresentado em Transferências e outros inclui de 3 904 m.euros referentes a imóveis de serviço próprio transferidos para a rubrica Outros Activos - Activos Tangíveis para Venda (Nota 4.13) decorrente da intenção do Banco em efectuar a sua alienação.

#### 4.10. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Valor bruto						Amortizações					Valor líquido	Valor líquido
	Saldo em 31 Dez. 11	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	Diferenças de conversão cambial	Saldo em 30 Jun. 12	Saldo em 31 Dez. 11	Amortizações do período	Alienações e abates	Diferenças de conversão cambial	Saldo em 30 Jun. 12	Saldo em 30 Jun. 12	Saldo em 31 Dez. 11
Sistema de tratamento automático de dados	60 371	703		984	112	62 170	56 770	1 105		61	57 936	4 234	3 601
Outros activos intangíveis	30 553		( 207)		44	30 390	27 834	23	( 207)	44	27 694	2 696	2 719
	<b>90 924</b>	<b>703</b>	<b>( 207)</b>	<b>984</b>	<b>156</b>	<b>92 560</b>	<b>84 604</b>	<b>1 128</b>	<b>( 207)</b>	<b>105</b>	<b>85 630</b>	<b>6 930</b>	<b>6 320</b>
Activos intangíveis em curso	3 237	789		( 13)		4 013						4 013	3 237
	<b>94 161</b>	<b>1 492</b>	<b>( 207)</b>	<b>971</b>	<b>156</b>	<b>96 573</b>	<b>84 604</b>	<b>1 128</b>	<b>( 207)</b>	<b>105</b>	<b>85 630</b>	<b>10 943</b>	<b>9 557</b>

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o primeiro semestre de 2011 foi o seguinte:

	Valor bruto						Amortizações					Valor líquido	Valor líquido
	Saldo em 31 Dez. 10 Proforma	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	Diferenças de conversão cambial	Saldo em 30 Jun. 11 Proforma	Saldo em 31 Dez. 10 Proforma	Amortizações do período	Alienações e abates	Diferenças de conversão cambial	Saldo em 30 Jun. 11 Proforma	Saldo em 30 Jun. 11 Proforma	Saldo em 31 Dez. 10 Proforma
Sistema de tratamento automático de dados	57 659	371		661	( 156)	58 535	54 671	1 037		( 114)	55 594	2 941	2 988
Outros activos intangíveis	31 152		( 1 325)		( 139)	29 688	29 446	601	( 1 325)	( 133)	28 589	1 099	1 706
	<b>88 811</b>	<b>371</b>	<b>( 1 325)</b>	<b>661</b>	<b>( 295)</b>	<b>88 223</b>	<b>84 117</b>	<b>1 638</b>	<b>( 1 325)</b>	<b>( 247)</b>	<b>84 183</b>	<b>4 040</b>	<b>4 694</b>
Activos intangíveis em curso	1 684	1 180		( 650)		2 214						2 214	1 684
	<b>90 495</b>	<b>1 551</b>	<b>( 1 325)</b>	<b>11</b>	<b>( 295)</b>	<b>90 437</b>	<b>84 117</b>	<b>1 638</b>	<b>( 1 325)</b>	<b>( 247)</b>	<b>84 183</b>	<b>6 254</b>	<b>6 378</b>

#### 4.11. Investimentos em associadas e entidades sob controlo conjunto

Os investimentos em empresas associadas e entidades sob controlo conjunto, reavaliadas pelo método da equivalência patrimonial, correspondem a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço	
	30 Jun. 12	31 Dez. 11	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	30.0	30.0	37 045	34 954
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	35.0	35.0	65 030	63 937
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	50.0	50.0	22 909	22 828
Fundo BPI Taxa Variável	35.5		4 999	
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	32.8	32.8	26 861	26 858
Inter-Risco - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	49.0	49.0	718	527
TC Turismo Capital - SCR, S.A.		25.0		1 530
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21.0	21.0	28 941	28 610
			<b>186 503</b>	<b>179 244</b>

Durante o primeiro semestre de 2012, o Banco BPI alterou a sua participação no Fundo BPI Taxa Variável, passando a deter uma participação inferior a 50% pelo que esta deixou de ser consolidada pelo método de integração global e passou a ser registada pelo método de equivalência patrimonial.

Durante o 1º semestre de 2012, ocorreu a fusão por incorporação da TC Turismo Capital – SCR, S.A. e da Aicep Capital na Inovcapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A., com alteração da denominação desta para Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA. O Grupo BPI deixou de deter uma participação de 25% na TC Turismo – SCR, S.A. e passou a deter uma participação de 6.4% na Portugal Capital Ventures que foi registada na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

#### 4.12. Activos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Activos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	6 948	6 312
Outros	2 260	2 463
	<b>9 208</b>	<b>8 775</b>
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias	671 026	784 846
Por prejuízos fiscais	102 890	109 908
	<b>773 916</b>	<b>894 754</b>
	<b>783 124</b>	<b>903 529</b>

O detalhe da rubrica Activos por impostos diferidos é apresentada na Nota 4.44.

#### 4.13. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Devedores, outras aplicações e outros activos</b>		
Devedores por operações sobre futuros	12 820	15 461
Contas caução	3 853	3 411
Outras aplicações	3 385	8 334
IVA a recuperar	18	5 332
Devedores por bonificações a receber	7 820	7 688
Outros devedores	178 202	156 805
Devedores e outras aplicações vencidos	615	337
Imparidade em devedores e outras aplicações	( 380)	( 381)
<b>Outros activos</b>		
Ouro	74	61
Outras disponibilidades e outros activos	940	814
	<b>207 347</b>	<b>197 862</b>
<b>Activos tangíveis detidos para venda</b>	<b>157 487</b>	<b>145 725</b>
Imparidade	( 59 753)	( 54 663)
	<b>97 734</b>	<b>91 062</b>
<b>Rendimentos a receber</b>		
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	225	255
Por serviços bancários prestados	2 751	2 944
Outros rendimentos a receber	20 287	27 114
	<b>23 263</b>	<b>30 313</b>
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Seguros	19	20
Rendas	2 069	2 106
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósito	2 169	
Outras despesas com encargo diferido	20 085	7 374
	<b>24 342</b>	<b>9 500</b>
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 4.26)</b>		
Valor patrimonial do fundo de pensões		
Pensionistas e Colaboradores	897 699	
Administradores	31 266	
Responsabilidades por serviços passados		
Pensionistas e Colaboradores	( 813 632)	
Administradores	( 32 028)	
Outros	( 1 055)	
Alterações das condições do Plano de Pensões por amortizar		
Outros		69
	<b>82 250</b>	<b>69</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	17 601	43 194
Operações sobre valores mobiliários a regularizar - operações de bolsa	120 836	1 963
Operações sobre valores mobiliários a regularizar - operações fora de bolsa		1 057
Operações activas a regularizar	190 778	316 070
	<b>329 215</b>	<b>362 284</b>
	<b>764 151</b>	<b>691 090</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outras aplicações inclui 489 m.euros e 7 456 m.euros relativos a um colateral dado em garantia no âmbito de operações de derivados relacionadas com as emissões de obrigações efectuadas através da Sagres - Sociedade de titularização de créditos, S.A.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outros devedores inclui 135 028 m.euros e 131 386 m.euros relativos a valores a receber pela venda de 49.9% do Banco de Fomento Angola, S.A., ocorrida em 2008. O valor de venda ascendeu a 365 671 m.euros e parte do produto da venda está a ser pago em oito prestações anuais, de 2009 a 2016, acrescidas de uma compensação devida a título de correcção monetária.

O movimento ocorrido nos activos tangíveis detidos para venda durante o 1º semestre de 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31 Dez. 11			Aquisições e transferências	Vendas e abates		Reforço / reversão de imparidade no período	Saldo em 30 Jun. 12		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido		Valor bruto	Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
<b>Activos recebidos por recuperação de créditos</b>										
Imóveis	139 198	(53 561)	85 637	26 839	(15 225)	2 529	(7 604)	150 812	(58 636)	92 176
Equipamento	2 151	(838)	1 313	1 948	(1 800)	199	(214)	2 299	(853)	1 446
Outros	61	(61)						61	(61)	
<b>Outros activos tangíveis</b>										
Imóveis	4 315	(203)	4 112					4 315	(203)	4 112
	<b>145 725</b>	<b>(54 663)</b>	<b>91 062</b>	<b>28 787</b>	<b>(17 025)</b>	<b>2 728</b>	<b>(7 818)</b>	<b>157 487</b>	<b>(59 753)</b>	<b>97 734</b>

O movimento ocorrido nos activos tangíveis detidos para venda durante o 1º semestre de 2011 foi o seguinte:

	Saldo em 31 Dez. 10 Pro forma			Aquisições e transferências	Vendas e abates		Reforço / reversão de imparidade no período	Saldo em 31 Jun. 11 Pro forma		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido		Valor bruto	Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
<b>Activos recebidos por recuperação de créditos</b>										
Imóveis	114 396	(39 985)	74 411	19 499	(11 334)	1 851	(8 591)	122 561	(46 725)	75 836
Equipamento	2 423	(818)	1 605	2 712	(2 516)	215	(277)	2 619	(880)	1 739
Outros	61	(61)						61	(61)	
<b>Outros activos tangíveis</b>										
Imóveis	408	(94)	314	3 907			(105)	4 315	(199)	4 116
	<b>117 288</b>	<b>(40 958)</b>	<b>76 330</b>	<b>26 118</b>	<b>(13 850)</b>	<b>2 066</b>	<b>(8 973)</b>	<b>129 556</b>	<b>(47 865)</b>	<b>81 691</b>

No primeiro semestre de 2011, a rubrica Aquisições e transferências inclui 3 904 m.euros referentes a imóveis transferidos da rubrica Outros activos tangíveis – Imóveis de serviço próprio (Nota 4.9).

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outros rendimentos a receber inclui 9 672 m.euros e 18 575 m.euros, respectivamente, relativos à periodificação de comissões por participação nos resultados de seguros (Notas 2.15 e 4.39).

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Responsabilidades por serviços passados – outros corresponde às responsabilidades do Banco de Fomento Angola nos termos da Lei nº 18/90 de Angola, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola e que prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica operações sobre valores mobiliários a regularizar – operações de bolsa corresponde à venda de valores mobiliários cuja liquidação só foi efectuada no mês seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica operações sobre valores mobiliários a regularizar – operações fora de bolsa corresponde à venda de valores mobiliários cuja liquidação só foi efectuada no mês seguinte.

Em 30 de Junho de 2012 e Dezembro de 2011, o saldo da rubrica operações activas a regularizar inclui:

- 141 680 m.euros e 202 787 m.euros, respectivamente, relacionados com as operações de titularização realizadas pelo Banco BPI (Notas 4.7 e 4.19), tendo origem na diferença temporal entre a liquidação dos créditos titularizados e a amortização do passivo por activos não desreconhecidos;
- 15 960 m.euros, relativos a impostos a regularizar, sendo nas referidas datas 11 977 m.euros relativos a impostos em contencioso pagos ao abrigo do Decreto-Lei nº 248-A / 02, de 14 Novembro;
- 11 296 m.euros e 12 419 m.euros, respectivamente, referente a empréstimos à habitação a liquidar;
- 17 215 m.euros e 13 311 m.euros, respectivamente, referente a transferências no âmbito da SEPA (*Single Euro Payments Area*);

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante os primeiros semestres de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 4.20.

#### 4.14. Recursos de Bancos Centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Recursos do Banco de Portugal</b>		
Depósitos	4 000 000	2 300 000
Juros a pagar	17 444	879
<b>Recursos de outros bancos centrais</b>		
Depósitos	20 118	196 817
Juros a pagar	101	1 501
	<b>4 037 663</b>	<b>2 499 197</b>

Durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011, o Banco BPI tomou fundos junto do Eurosistema, utilizando uma parcela da sua carteira de activos elegíveis para este fim (Nota 4.33).

#### 4.15. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Vendas a descoberto</b>		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	430	126 340
<b>Instrumentos derivados com justo valor negativo (Nota 4.4)</b>	<b>354 965</b>	<b>327 898</b>
	<b>355 395</b>	<b>454 238</b>

#### 4.16. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Recursos de instituições de crédito no país</b>		
Depósitos	67 159	52 251
Empréstimos	37	36
Operações de venda com acordo de recompra		15 469
Outros recursos	7 586	6 211
Juros a pagar	988	237
	<b>75 770</b>	<b>74 204</b>
<b>Recursos de instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos de organismos financeiros internacionais	420 657	404 688
Recursos a muito curto prazo	2 388	7 878
Depósitos	204 734	406 209
Operações de venda com acordo de recompra	545 435	1 072 632
Outros recursos	141 042	98 767
Juros a pagar	805	2 106
	<b>1 315 061</b>	<b>1 992 280</b>
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	10 252	8 793
Comissões associadas ao custo amortizado	( 226)	( 3 757)
	<b>1 400 857</b>	<b>2 071 520</b>

O saldo da rubrica operações de venda com acordo de recompra corresponde a operações de reporte efectuadas em mercado monetário, sendo um instrumento para a gestão de tesouraria do banco.

#### 4.17. Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Depósitos à ordem	7 515 757	7 535 773
Depósitos a prazo	16 382 956	15 913 407
Depósitos de poupança	289 162	313 498
Depósitos obrigatórios	8 357	9 785
Cheques e ordens a pagar	82 795	49 365
Outros recursos de clientes	61 914	55 613
Seguros de capitalização - Unit links	342 555	373 264
Seguros de capitalização - Taxa garantida e Reforma Garantida	180 714	206 543
Juros a pagar	231 936	186 726
	25 096 146	24 643 974
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	40 160	27 354
	<b>25 136 306</b>	<b>24 671 328</b>

Em 30 de Junho de 2012, os recursos de Clientes incluem 295 170 m.euros e 84 202 m.euros, respectivamente, de depósitos de fundos de investimento e de fundos de pensões geridos pelo Grupo BPI (205 545 m.euros e 275 092 m.euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2011).

#### 4.18. Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12			Taxa de juro média	31 Dez. 11			Taxa de juro média
	Emissões	Recompras	Saldo		Emissões	Recompras	Saldo	
<b>Certificados de Depósito</b>								
EUR	17		17	3.5%	27		27	3.5%
	<b>17</b>		<b>17</b>		<b>27</b>		<b>27</b>	
<b>Papel comercial</b>								
EUR	44 719		44 719	2.6%	29 716		29 716	2.8%
	<b>44 719</b>		<b>44 719</b>		<b>29 716</b>		<b>29 716</b>	
<b>Obrigações colateralizadas</b>								
EUR	4 525 000	(2 023 100)	2 501 900	2.3%	4 525 000	(1 909 500)	2 615 500	2.7%
	<b>4 525 000</b>	<b>(2 023 100)</b>	<b>2 501 900</b>		<b>4 525 000</b>	<b>(1 909 500)</b>	<b>2 615 500</b>	
<b>Obrigações de taxa fixa</b>								
EUR	1 970 964	(354 538)	1 616 426	3.7%	3 004 862	(470 019)	2 534 843	3.5%
CHF	827	(58)	769	2.3%	819	(58)	761	2.3%
USD	154 658	(26 600)	128 058	3.5%	150 487	(20 315)	130 172	2.8%
CAD	23 522	(3 224)	20 298	4.2%	22 910	(3 000)	19 910	3.3%
JPY	39 948		39 948	2.5%	39 920		39 920	2.5%
	<b>2 189 919</b>	<b>(384 420)</b>	<b>1 805 499</b>		<b>3 218 998</b>	<b>(493 392)</b>	<b>2 725 606</b>	
<b>Obrigações de taxa variável</b>								
EUR	502 000	(360 303)	141 697	1.9%	1 087 217	(487 633)	599 584	2.5%
USD	7 943	(2 716)	5 227	2.5%	7 729		7 729	3.0%
	<b>509 943</b>	<b>(363 019)</b>	<b>146 924</b>		<b>1 094 946</b>	<b>(487 633)</b>	<b>607 313</b>	
<b>Obrigações de rendimento variável</b>								
EUR	760 109	(279 422)	480 687		828 209	(304 529)	523 680	
USD	79 031	(70 981)	8 050		93 284	(74 854)	18 430	
	<b>839 140</b>	<b>(350 403)</b>	<b>488 737</b>		<b>921 493</b>	<b>(379 383)</b>	<b>542 110</b>	
	<b>8 108 738</b>	<b>(3 120 942)</b>	<b>4 987 796</b>		<b>9 790 180</b>	<b>(3 269 908)</b>	<b>6 520 272</b>	
Juros a pagar			59 649				80 076	
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura			105 727				111 119	
Prémios e comissões líquidos			(14 038)				(19 514)	
			<b>151 338</b>				<b>171 681</b>	
			5 139 134				6 691 953	

As taxas de juro médias, referidas no quadro acima, foram calculadas através da ponderação da taxa de juro de cada emissão pelo respectivo valor nominal. No caso das Obrigações de Rendimento Variável não é possível calcular essa taxa por o rendimento das obrigações só ser conhecido no seu vencimento.

O Grupo BPI emite obrigações de caixa como parte integrante do seu plano de financiamento de médio e longo prazo. Parte das obrigações são emitidas ao abrigo de um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN).

O montante máximo possível para emissões ao abrigo do programa EMTN é de 10 000 000 000 euros.

As obrigações de caixa só podem ser emitidas por instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. São um instrumento correntemente utilizado pelo Grupo BPI para proporcionar soluções de investimentos aos seus Clientes, funcionando como alternativa aos depósitos a prazo.

As obrigações emitidas, sejam de caixa ou ao abrigo do Programa EMTN, podem ser denominadas em diferentes moedas.

Durante o exercício de 2008, o Grupo BPI constituiu dois programas de emissões colateralizadas (de obrigações hipotecárias e de obrigações sobre o sector público), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 59/2006. No âmbito destes programas, o Grupo BPI, efectuou três emissões de obrigações hipotecárias durante o exercício de 2009, quatro emissões de obrigações hipotecárias e uma emissão de obrigações do sector público durante o exercício de 2010 e duas emissões de obrigações hipotecárias em 2011.

Nos termos da lei, os detentores das obrigações colateralizadas possuem um privilégio creditório especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

O programa de obrigações hipotecárias foi constituído até ao montante máximo de 7 000 000 000 euros.

As obrigações hipotecárias estão garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários e outros activos que conjuntamente constituem um património autónomo.

Poderão ser afectos ao património autónomo os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia e outros activos elegíveis, nomeadamente depósitos junto do Banco de Portugal, depósitos junto de instituições financeiras com notação de risco igual ou superior a "A -" e outros activos de baixo risco e elevada liquidez. O valor total dos outros activos não poderá exceder 20% do património afecto. O montante dos créditos hipotecários afectos não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados, no caso de imóveis destinados à habitação, nem 60% do valor dos bens hipotecados, para os imóveis destinados a fins comerciais.

A legislação aplicável às obrigações hipotecárias impõe limites prudenciais que deverão ser verificados durante o período de vigência das emissões:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar, em cada momento, o vencimento médio dos créditos hipotecários e dos restantes activos que lhes estejam afectos;
- O montante global dos juros a pagar relativos às obrigações hipotecárias não deve exceder, em cada momento, o montante dos juros a receber referentes aos créditos hipotecários e aos outros activos afectos às obrigações hipotecárias;
- O valor actual das responsabilidades assumidas pelo conjunto das obrigações hipotecárias em circulação, não pode ultrapassar, em cada momento, o valor actual do património afecto à garantia dessas obrigações, após consideração de eventuais instrumentos financeiros derivados. Adicionalmente, essa relação deverá manter-se quando se consideram deslocações paralelas da curva de rendimentos de 200 pontos base, para cima ou para baixo.
- O conjunto das posições em risco sobre instituições de crédito, com excepção das posições com prazo de vencimento residual inferior ou igual a 100 dias, não pode exceder 15% do valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação.

Em 30 de Junho de 2012, o montante das emissões de obrigações hipotecárias efectuadas pelo Grupo BPI era de 4 125 000 000 euros, repartido por 8 emissões com as seguintes características:

	<b>OH - Serie 5</b>	<b>OH - Serie 6</b>	<b>OH - Serie 7</b>	<b>OH - Serie 8</b>
<b>Data de Emissão</b>	28/05/2009	17/07/2009	15/01/2010	12/02/2010
<b>Montante Nominal</b>	EUR 175 000 000	EUR 1 000 000 000	EUR 1 000 000 000	EUR 200 000 000
<b>Código ISIN</b>	PTBB1XOE0006	PTBB24OE0000	PTBB5JOE0000	PTBB5WOE0003
<b>Data de Vencimento</b>	28/05/2016	17/07/2012	15/01/2015	12/02/2017
<b>Rating ( Moody's/S&amp;P/Fitch )</b>	Aaa/-/	Aaa/AAA/AAA	Aaa/AAA/AAA	Aaa/-/
<b>Reembolso</b>	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento
<b>Frequência de Pagamento de Juros</b>	Trimestral	Anual	Anual	Trimestral
<b>Taxa de Cupão</b>	Euribor 3 m + 1,20%	3,00%	3,25%	Euribor 3 m + 0,84%
<b>Obrigações readquiridas</b>	-	EUR 85 500 000	EUR 137 600 000	-

	<b>OH - Serie 9</b>	<b>OH - Serie 10</b>	<b>OH - Serie 11</b>	<b>OH - Serie 12</b>
<b>Data de Emissão</b>	21/05/2010	05/08/2010	25/01/2011	25/08/2011
<b>Montante Nominal</b>	EUR 350 000 000	EUR 600 000 000	EUR 200 000 000	EUR 600 000 000
<b>Código ISIN</b>	PTBBP6OE0023	PTBBQQOE0024	PTBBPMOE0029	PTBBWAOE0024
<b>Data de Vencimento</b>	21/05/2025	05/08/2020	25/01/2018	25/08/2018
<b>Rating ( Moody's/S&amp;P/Fitch )</b>	Aaa/-/	-/AAA	Aa1/AA/AA+	A3/A+/A-
<b>Reembolso</b>	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento
<b>Frequência de Pagamento de Juros</b>	Trimestral	Trimestral	Trimestral	Trimestral
<b>Taxa de Cupão</b>	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 4,60%	Euribor 3 m + 0,65%
<b>Obrigações readquiridas</b>	EUR 350 000 000	EUR 600 000 000	-	EUR 600 000 000

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o património autónomo afecto às obrigações hipotecárias ascendia respectivamente a 6 375 969 m.euros e 5 798 469 m.euros, sendo de crédito 5 594 947 m.euros e 5 423 645 m.euros (Nota 4.7).

O programa de obrigações sobre o sector público foi constituído até ao montante máximo de 2 000 000 000 euros.

As obrigações sobre o sector público estão garantidas por uma carteira de empréstimos a entidades do sector público e outros activos que conjuntamente constituem um património autónomo.

Podem ser afectos a este património autónomo os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa das mesmas entidades.

Os limites prudenciais aplicáveis às obrigações sobre o sector público são idênticos aos aplicáveis às obrigações hipotecárias com excepção do limite relativo ao valor nominal máximo de obrigações em circulação face aos créditos e outros activos afectos, que, para as obrigações sobre o sector público, é de 100%.

Em 30 de Junho de 2012, o Grupo BPI detinha duas emissões de obrigações sobre o sector público em vida no montante de 400 000 000 euros, com as seguintes características:

	<b>OSP - Serie 1</b>	<b>OSP - Serie 2</b>
<b>Data de Emissão</b>	17/07/2008	30/09/2010
<b>Montante Nominal</b>	EUR 150 000 000	EUR 250 000 000
<b>Código ISIN</b>	PTBP14OE0006	PTBBRH0E0024
<b>Data de Vencimento</b>	15/06/2016	30/09/2017
<b>Rating ( Moody's/S&amp;P/Fitch )</b>	-/AAA/-	-/A/-
<b>Reembolso</b>	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento
<b>Frequência de Pagamento de Juros</b>	Trimestral	Trimestral
<b>Taxa de Cupão</b>	Euribor 3 m - 0,004%	Euribor 3 m + 0,4%
<b>Obrigações readquiridas</b>	-	EUR 250 000 000

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o património autónomo afecto às obrigações sobre o sector público ascendia, respectivamente, a 678 686 m.euros e 672 298 m.euros, sendo de crédito 214 606 m.euros e 530 848 m.euros (Nota 4.7).

O Grupo BPI emite regularmente obrigações com diferentes condições de remuneração:

- Taxa fixa – obrigações emitidas relativamente às quais o Grupo BPI se compromete a pagar um rendimento previamente conhecido, calculado com base numa taxa de juro fixada na emissão e que vigorará até à respectiva maturidade;
- Taxa variável – obrigações emitidas relativamente às quais o Grupo BPI se compromete a pagar um rendimento calculado com base num determinado indexante de taxa de juro divulgado por fontes externas (de mercado);
- Rendimento variável – obrigações emitidas cujo rendimento não é conhecido, ou certo, na data de emissão, podendo estar sujeito à variação e comportamento de determinados activos subjacentes (índices ou indexantes) anunciados na data da emissão. Estas obrigações têm embutidos derivados que são registados em contas próprias, conforme determinado pelo IAS 39 (Nota 4.4). Adicionalmente, o Grupo BPI dispõe de opções para cobertura dos riscos de variação dos custos suportados com estas obrigações.

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Grupo BPI durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	<b>Certificados de Depósito</b>	<b>Papel comercial</b>	<b>Obrigações colateralizadas</b>	<b>Obrigações de taxa fixa</b>	<b>Obrigações de taxa variável</b>	<b>Obrigações de rendimento variável</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	27	29 716	2 615 500	2 725 606	607 313	542 110	6 520 272
Emissões efectuadas no período		44 719		42 021		7 600	94 340
Emissões reembolsadas	( 10)	( 29 716)		( 870 783)	( 454 921)	( 40 690)	( 1 396 120)
Recompras (líquidas de vendas)			( 113 600)	( 95 521)	( 5 682)	( 20 531)	( 235 334)
Variação cambial				4 176	214	248	4 638
Saldo em 30 de Junho de 2012	17	44 719	2 501 900	1 805 499	146 924	488 737	4 987 796

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Grupo BPI durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	<b>Certificados de Depósito</b>	<b>Papel comercial</b>	<b>Obrigações colateralizadas</b>	<b>Obrigações de taxa fixa</b>	<b>Obrigações de taxa variável</b>	<b>Obrigações de rendimento variável</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 Pro forma	76	990	2 465 250	3 224 334	1 126 049	831 582	7 648 281
Emissões efectuadas no período		29 716	800 000	1 020 174	27 729	121 829	1 999 448
Emissões reembolsadas	( 49)	( 990)		( 1 208 994)	( 524 515)	( 317 784)	( 2 052 332)
Recompras (líquidas de vendas)			( 649 750)	( 317 459)	( 21 950)	( 94 474)	( 1 083 633)
Variação cambial				7 551		957	8 508
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	27	29 716	2 615 500	2 725 606	607 313	542 110	6 520 272

Em 30 de Junho de 2012, a dívida emitida pelo Grupo BPI apresenta a seguinte composição por maturidade contratual:

	Maturidade					Total
	2012	2013	2014	2015-2018	> 2018	
<b>Certificados de Depósito</b>						
EUR	9	8				17
	9	8				17
<b>Papel comercial</b>						
EUR	44 719					44 719
	44 719					44 719
<b>Obrigações colateralizadas</b>						
EUR	914 500			1 587 400		2 501 900
	914 500			1 587 400		2 501 900
<b>Obrigações de taxa fixa</b>						
EUR	247 943	784 793	378 422	185 268	20 000	1 616 426
CHF		769				769
USD		117 339	10 719			128 058
CAD		20 298				20 298
JPY					39 948	39 948
	247 943	923 199	389 141	185 268	59 948	1 805 499
<b>Obrigações de taxa variável</b>						
EUR	29 445	12 252	100 000			141 697
USD		5 227				5 227
	29 445	17 479	100 000			146 924
<b>Obrigações de rendimento variável</b>						
EUR	67 062	266 958	123 690	22 977		480 687
USD	2 434	3 773	1 843			8 050
	69 496	270 731	125 533	22 977		488 737
<b>Total</b>	<b>1 306 112</b>	<b>1 211 417</b>	<b>614 674</b>	<b>1 795 645</b>	<b>59 948</b>	<b>4 987 796</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a dívida emitida pelo Grupo BPI apresenta a seguinte composição por maturidade contratual:

	Maturidade					Total
	2012	2013	2014	2015-2018	> 2018	
<b>Certificados de Depósito</b>						
EUR	18	9				27
	18	9				27
<b>Papel comercial</b>						
EUR	29 716					29 716
	29 716					29 716
<b>Obrigações colateralizadas</b>						
EUR	937 050			1 678 450		2 615 500
	937 050			1 678 450		2 615 500
<b>Obrigações de taxa fixa</b>						
EUR	1 125 790	813 319	352 597	198 094	45 043	2 534 843
CHF		761				761
USD		119 120	11 052			130 172
CAD		19 910				19 910
JPY					39 920	39 920
	1 125 790	953 110	363 649	198 094	84 963	2 725 606
<b>Obrigações de taxa variável</b>						
EUR	486 796	12 788	100 000			599 584
		7 729				7 729
	486 796	20 517	100 000			607 313
<b>Obrigações de rendimento variável</b>						
EUR	99 574	278 878	126 251	18 977		523 680
USD	11 904	4 656	1 870			18 430
	111 478	283 534	128 121	18 977		542 110
<b>Total</b>	<b>2 690 848</b>	<b>1 257 170</b>	<b>591 770</b>	<b>1 895 521</b>	<b>84 963</b>	<b>6 520 272</b>

#### 4.19. Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização (Nota 4.7)</b>		
Crédito não titulado		
Crédito à habitação	5 092 608	5 169 563
Crédito a PMEs	3 435 914	3 509 032
Passivos detidos pelo Grupo BPI	(6 839 292)	(6 492 311)
Risco / benefício cedido de crédito à habitação		( 772 593)
Juros a pagar	4 462	4 141
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	( 3 073)	( 3 235)
	<b>1 690 619</b>	<b>1 414 597</b>

O Banco BPI, SA lançou um conjunto de operações de titularização, cujas principais características se resumem nos quadros abaixo. Estas emissões foram efectuadas através da Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos S.A..

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo BPI são anuladas na consolidação.

Em Dezembro de 2007 o Banco vendeu uma parcela das obrigações de maior risco emitidas no âmbito das operações de titularização de crédito à habitação, normalmente referidas como equity pieces, tendo dessa forma cedido parte dos riscos e benefícios das operações. O impacto desta operação no passivo é apresentado no quadro acima. Os activos e passivos associados a estas operações foram desreconhecidos pela percentagem cedida, tendo sido a diferença para o produto da venda considerada em resultados. No primeiro semestre de 2012 o Banco BPI recomprou ao Fundo de Pensões do Banco BPI as obrigações referidas, pelo que passou a reconhecer a totalidade do risco / benefício associado às operações de titularização de crédito à habitação. O impacto desta recompra foi reconhecido em resultados no primeiro semestre de 2012 (Nota 4.40).

O Banco BPI, S.A. lançou em 6 de Abril de 2005 a sua primeira operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas, no montante de 500 000 m.euros, sob a designação DOURO SME Series 1. A operação foi emitida em 4 tranches cujas principais características se resumem no quadro seguinte:

Descritivo	Montante	Vida média residual estimada (anos)	Rating (Moody's, S&P, Fitch)	Garantia	Spread
▪ Class A Notes	14 774	0.51	Baa1/A-/A	Sem garantia	0.10%
▪ Class B Notes	26 000	0.65	Aaa/AAA/AAA	Fundo Europeu de Investimento	0.08%
▪ Class C Notes	24 000	0.65	nr	Fundo de Garantia de Titularização de Créditos	1.00%
▪ Class D Notes	5 010	0.65	nr	Sem garantia	2.00%
Total de emissões	69 784				
Passivos detidos pelo Grupo BPI	( 29 281)				
Valor total	40 503				

O Banco BPI, S.A. lançou em 11 de Fevereiro de 2011 a sua segunda operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas, no montante de 3 472 400 m.euros, sob a designação DOURO SME Series 2. A operação foi efectuada através da Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos S.A. A operação foi emitida em 4 tranches cujas principais características se resumem no quadro seguinte:

Descritivo	Montante	Vida média residual estimada (anos)	Rating (Fitch / DBRS)	Garantia	Spread / Taxa fixa
▪ Class A Notes	1 819 400	2.64	A/A-	Sem garantia	0.15%
▪ Class B Notes	1 317 500	6.56	nr	Sem garantia	0,10%
▪ Class C Notes	35 630	0.57	nr	Sem garantia	0,10%
▪ Class D Notes	193 600	6.56	nr	Sem garantia	Juro Residual
Total de emissões	3 366 130				
Passivos detidos pelo Grupo BPI	(3 366 130)				
Valor total					

Esta emissão foi efectuada com o objectivo de ser elegível para eventual financiamento junto do Banco Central Europeu.

O Banco BPI, S.A. lançou em 24 de Novembro de 2005 a sua primeira operação de titularização de crédito à habitação, no montante de 1 500 000 m.euros, sob a designação DOURO Mortgages Nº 1. A operação foi emitida em 5 tranches cujas principais características se resumem no quadro seguinte:

Descritivo	Montante	Vida média residual estimada (anos)	Rating (Moody's, S&P, Fitch)	Spread <sup>1</sup>
▪ Class A Notes	473 792	6.93	Baa1/A-/A	0.14%
▪ Class B Notes	10 025	6.93	Ba2/BBB+/A	0.17%
▪ Class C Notes	9 114	6.93	B1/BB+/BBB	0.27%
▪ Class D Notes	7 595	6.93	B3/BB-/BB	0.47%
▪ Class E Notes	8 008	6.93	nr/nr/nr	Juro residual
Total de emissões	508 534			
Outros fundos	4			
Passivos detidos pelo Grupo BPI	( 87 706)			
Valor total	420 832			

<sup>1</sup> Até à data da opção call (Setembro de 2014); após esta data o spread duplica se a opção não for exercida.

O Banco BPI, S.A. lançou em 28 de Setembro de 2006 a sua segunda operação de titularização de crédito à habitação, no montante de 1 500 000 m.euros, sob a designação DOURO Mortgages No. 2. A operação foi emitida em 6 tranches cujas principais características se resumem na tabela abaixo:

Descritivo	Montante	Vida média residual estimada (anos)	Rating (Moody's, S&P, Fitch)	Spread <sup>1</sup>
▪ Class A1 Notes	6 287	8.06	Baa1/A-/A	0.05%
▪ Class A2 Notes	635 430	8.06	Baa1/A-/A	0.14%
▪ Class B Notes	15 674	8.06	Ba3/BB/BBB	0.17%
▪ Class C Notes	10 167	8.06	B2/B/BB	0.23%
▪ Class D Notes	8 049	8.06	B3/B-/B	0.48%
▪ Class E Notes	8 107	8.06	nr/nr/nr	Juro residual
Total de emissões	683 714			
Passivos detidos pelo Grupo BPI	( 218 218)			
Valor total	465 496			

<sup>1</sup> Até à data da opção call (Abril de 2015); após esta data o spread duplica se a opção não for exercida.

O Banco BPI, S.A. lançou em 31 de Julho de 2007 a sua terceira operação de titularização de crédito à habitação, no montante de 1 500 000 m.euros, sob a designação DOURO Mortgages No. 3. A operação foi emitida em 6 tranches cujas principais características se resumem na tabela abaixo:

Descritivo	Montante	Vida média residual estimada (anos)	Rating (Moody's, S&P, Fitch)	Spread <sup>1</sup>
▪ Class A Notes	919 684	9.04	Baa1/A-/A	0.16%
▪ Class B Notes	23 580	9.04	nr/B/BBB	0.17%
▪ Class C Notes	14 020	9.04	nr/B-/BB	0.23%
▪ Class D Notes	12 108	9.04	nr/B-/B	0.48%
▪ Class E Notes		n/a	nr/A-/BBB-	0.50%
▪ Class F Notes	1 251	9.04	nr/nr/nr	Juro residual
Total de emissões	970 643			
Passivos detidos pelo Grupo BPI	( 208 244)			
Valor total	762 399			

<sup>1</sup> Até à data da opção call (Agosto de 2016); após esta data o spread passa a ser 1.5x o inicial se a opção não for exercida.

Em Dezembro de 2008 o Banco BPI deu início a uma operação de titularização de crédito à habitação, no montante de 1 522 500 m.euros, sob a designação DOURO Mortgages No. 4, cuja liquidação financeira ocorreu em Janeiro de 2009. A operação foi emitida em 4 tranches cujas principais características se resumem na tabela abaixo:

Descritivo	Montante	Vida média residual estimada (anos)	Rating (S&P, DBRS)	Spread
▪ Class A Notes	1 238 713	8.64	A-/AA-	0.15%
▪ Class B Notes	202 500	22.79	nr/nr	0.20%
▪ Class C Notes	45 000	25.58	nr/nr	0.25%
▪ Class D Notes	22 500	25.58	nr/nr	Juro residual
Total de emissões	1 508 713			
Passivos detidos pelo Grupo BPI	(1 508 713)			
Valor total				

Esta emissão foi efectuada com o objectivo de ser elegível para eventual financiamento junto do Banco Central Europeu.

O Banco BPI, S.A. lançou em 6 de Agosto de 2010 a sua quinta operação de titularização de crédito à habitação, no montante de 1 421 000 m.euros, sob a designação DOURO Mortgages No. 5. A operação foi emitida em 3 tranches cujas principais características se resumem na tabela abaixo:

Descritivo	Montante	Vida média residual estimada (anos)	Rating (S&P, DBRS)	Spread
▪ Class A Notes	1 099 000	10.96	A/AA-	0.20%
▪ Class B Notes	301 000	26.32	nr/nr	
▪ Class C Notes	21 000	26.32	nr/nr	Juro residual
Total de emissões	1 421 000			
Passivos detidos pelo Grupo BPI	(1 421 000)			
Valor total				

Esta emissão foi efectuada com o objectivo de ser elegível para eventual financiamento junto do Banco Central Europeu.

#### 4.20. Provisões e imparidades

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões do Grupo durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31 Dez. 11	Aumentos	Reposições / Reversões	Utilizações	Diferenças cambiais e outros	Saldo em 30 Jun. 12
<b>Imparidades em aplicações em Instituições de Crédito (Nota 4.6)</b>	3	960			35	998
<b>Imparidades em crédito a Clientes (Nota 4.7)</b>	676 251	155 901	(20 107)	(94 744)	2 533	719 834
<b>Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5)</b>						
Instrumentos de dívida	2 607	16 145				18 752
Instrumentos de capital	45 189	580			22	45 791
Outros títulos	3 571	389				3 960
Créditos e outros valores a receber	18 383	1 251			1	19 635
<b>Imparidades em títulos detidos até à maturidade (Nota 4.8)</b>						
Instrumentos de dívida	117 733			(117 733)		
<b>Imparidades em outros activos (Nota 4.13)</b>						
Activos tangíveis detidos para venda	54 663	20 049	(12 231)	(2 728)		59 753
Devedores, outras aplicações e outros activos	381	31	(1)	(31)		380
<b>Imparidades e provisões para garantias e compromissos assumidos</b>	35 009	10 663			774	46 446
<b>Outras provisões</b>	93 179	7 444	(104)	(5 464)	2 278	97 333
	<b>1 046 969</b>	<b>213 413</b>	<b>(32 443)</b>	<b>(220 700)</b>	<b>5 643</b>	<b>1 012 882</b>

As utilizações de provisões para crédito a clientes efectuadas durante o primeiro semestre de 2012 incluem write-offs no montante de 33 347 m. euros, venda de créditos no montante de 233 m.euros e utilização de imparidades para títulos de dívida pública emitidos pela Grécia no montante de 61 397 m. euros, no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, tendo o Banco recebido os novos títulos emitidos pela Grécia e utilizado as imparidades para crédito constituídas no segundo semestre de 2011 (Nota 4.48).

No primeiro semestre de 2012, a rubrica aumentos de imparidades em activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de dívida inclui 16 102 m.euros relativos a imparidades para títulos de dívida pública emitidos pela Grécia (Nota 4.5).

No primeiro semestre de 2012, as utilizações de imparidades em títulos detidos até à maturidade concretizaram-se na Oferta de Troca no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, tendo a BPI Vida e Pensões recebido os novos títulos emitidos pela Grécia e utilizado as imparidades em títulos detidos até à maturidade constituídas no segundo semestre de 2011 (Nota 4.48).

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Provisões diversas inclui provisões para contingências fiscais e para fazer face a processos judiciais em curso.

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões do Grupo durante o primeiro semestre de 2011 foi o seguinte:

	Saldo em 31 Dez. 10 Pro forma	Aumentos	Reposições / Reversões	Utilizações	Diferenças cambiais e outros	Saldo em 30 Jun. 11 Pro forma
<b>Imparidades em aplicações em Instituições de Crédito</b>	382			( 372)	( 8)	2
<b>Imparidades em crédito a Clientes</b>	553 932	115 949	( 35 012)	( 38 181)	( 7 152)	589 536
<b>Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda</b>						
Instrumentos de dívida	2 558		( 111)			2 447
Instrumentos de capital	42 158	290			( 61)	42 387
Outros títulos	3 221	140				3 361
Créditos e outros valores a receber	5 283	11 146			( 3)	16 426
<b>Imparidades em outros activos</b>						
Activos tangíveis detidos para venda	40 958	12 281	( 3 308)	( 2 066)		47 865
Devedores, outras aplicações e outros activos	970	17	( 17)			970
<b>Imparidades e provisões para garantias e compromissos assumidos</b>	35 018	296	( 1 411)		( 168)	33 735
<b>Outras provisões</b>	75 555	14 266	( 459)	( 1 268)	( 2 081)	86 013
	<b>760 035</b>	<b>154 385</b>	<b>( 40 318)</b>	<b>( 41 887)</b>	<b>( 9 473)</b>	<b>822 742</b>

As utilizações de imparidades em crédito a clientes efectuadas durante o primeiro semestre de 2011 correspondem a write-offs e a venda de créditos, no montante de 36 907 m.euros e 1 274 m.euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica Provisões diversas inclui provisões para contingências fiscais e para fazer face a processos judiciais em curso.

#### 4.21. Provisões técnicas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Renda Vitalicia Imediata / Individual	5	5
Renda Vitalicia Imediata / Grupo	28	42
Aforro Familiar	44	43
BPI Novo Aforro Familiar	1 241 000	1 454 899
BPI Reforma Garantida PPR	103 062	105 954
BPI Reforma Aforro PPR	889 788	943 852
BPI Aforro não Residente	107 053	110 651
Planor	4 959	4 860
PPR BBI Vida	3 442	3 662
Plano Poupança Investimento / Jovem	1 111	1 123
Sul PPR	91	90
	<b>2 350 583</b>	<b>2 625 181</b>

As provisões técnicas foram determinadas segundo métodos actuariais prospectivos, tendo o cálculo sido efectuado contrato a contrato, de acordo com as bases técnicas dos produtos

#### Rendas Imediatas

Individual Taxa de Juro 6%  
Tábua de Mortalidade PF 60/64

Grupo Taxa de Juro 6%  
Tábua de Mortalidade PF 60/64

#### Capital Diferido com Contrasseguro com Participação nos Resultados

Grupo Taxa de Juro 4% e 0%  
Tábua de Mortalidade PF 60/64, TV 73-77 e GRF 80

As provisões técnicas incluem também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é registada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas

O BPI Novo Aforro Familiar, o BPI Reforma Aforro PPR e o BPI Aforro não Residente são produtos de capitalização que garantem o capital investido e cuja remuneração consiste na participação nos resultados.

#### 4.22. Passivos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Impostos sobre lucros a pagar	8 763	4 337
Outros	24	767
	<b>8 787</b>	<b>5 104</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias	79 757	27 839
	<b>79 757</b>	<b>27 839</b>
	<b>88 544</b>	<b>32 943</b>

O detalhe da rubrica Passivos por impostos diferidos é apresentado na Nota 4.44.

#### 4.23. Obrigações subordinadas de conversão contingente

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12			Taxa de juro média
	Emissões	Recompras	Saldo	
<b>Obrigações subordinadas de conversão contingente</b>				
EUR	1 500 000		1 500 000	8.3%
	<b>1 500 000</b>		<b>1 500 000</b>	
Juros a pagar			694	
			<b>1 500 694</b>	

No início de Junho de 2012, o Conselho de Administração do Banco BPI aprovou o Plano de Recapitalização que visa reforçar os fundos próprios Core Tier 1, por forma a dar cumprimento aos rácios mínimos previstos pela Autoridade Bancária Europeia e pelo Banco de Portugal (Nota 4.50).

O Plano de Recapitalização, no montante total de 1 500 000 m.euros, compreende:

- um aumento de capital de 200 000 m.euros, com direito de preferência dos accionistas;
- a emissão de instrumentos de dívida elegíveis para fundos próprios, subscritos pelo Estado Português, no montante de 1 300 000 m.euros.

Em 29 de Junho de 2012, ocorreu a subscrição pelo Estado Português de instrumentos de dívida elegíveis para fundos próprios Core Tier 1 (obrigações subordinadas de conversão contingente), no montante de 1 500 000 m.euros. As características desses instrumentos estão definidas na Lei nº 63 – A/2008, de 24 de Novembro, republicada pela Lei nº 4/2012, de 11 de Janeiro (Lei da Recapitalização da Banca), na Portaria nº 150 - A/2012, de 17 de Maio e nos Termos e Condições constantes do Despacho nº 8840-A/2012, do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Junho de 2012. O período de investimento no instrumento referido é de 5 anos, a contar da data de emissão, sendo que o Plano de Recapitalização do Banco prevê amortizações parciais ao longo do período. Em 10 de Agosto de 2012, foi concluído o aumento de capital do Banco, no valor de 200 000 m.euros, com direito de preferência dos accionistas (Nota 4.27) e o respectivo encaixe foi, em 13 de Agosto de 2012, utilizado pelo Banco para reembolsar uma parte das obrigações subordinadas de conversão contingente, cujo valor nominal foi assim reduzido para 1 300 000 m.euros.

A remuneração das obrigações subordinadas de conversão contingente deverá ser paga semestralmente e corresponde a uma taxa anual efectiva de 8.5% no primeiro ano, aumentando 0.25% nos dois anos seguintes e 0.5% em cada ano posterior.

Estes instrumentos são convertíveis em acções do Banco BPI caso se verifique algum dos eventos para o efeito previstos nos Termos e Condições constantes do Despacho nº 8840-A/2012, do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Junho de 2012. Em termos sintéticos, estão previstos os seguintes eventos de conversão:

- termo do prazo de 5 anos sem os instrumentos se encontrarem integralmente recomprados (ver ponto 8.5. dos Termos e Condições);
- ocorrência de uma situação qualificada como incumprimento materialmente relevante nos termos do ponto 8.3. dos Termos e Condições;
- ocorrência do evento previsto no ponto 9.1. dos Termos e Condições (evento de viabilidade);
- ocorrência do evento previsto no ponto 10 dos Termos e Condições (evento regulatório - cessação da elegibilidade para Core Tier 1) e terem sido esgotadas as soluções alternativas à conversão previstas nesse ponto;
- ocorrência de um evento qualificado como de alteração de controlo nos termos do ponto 9.2. dos Termos e Condições;
- exclusão das acções do Banco BPI da negociação em mercado regulamentado, nos termos previstos no parágrafo anterior;

A conversão em acções do Banco BPI acima referida, caso se verifique, será efectuada mediante a entrega de um número de acções que não é possível determinar antes de se verificar o evento que determina essa conversão, uma vez que (i) conforme decorre da definição de Preço de Conversão constante do ponto 1.1. dos Termos e Condições, esse preço depende da cotação/valor de mercado das acções no período que anteceder a verificação desse evento e (ii) a determinação daquele número de acções é feita em função desse Preço de Conversão.

Os Termos e Condições previam um evento de conversão adicional (em 1 de Outubro de 2012 o montante dos instrumentos emitidos exceder 1 300 000 m.euros), evento que já não se pode verificar por entretanto, e conforme acima mencionado, já ter ocorrido a recompra de 200 000 m.euros desses instrumentos e o seu montante se ter reduzido para aquele valor de 1 300 000 m.euros.

#### 4.24. Outros passivos subordinados e títulos de participação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12				31 Dez. 11			
	Emissões	Recompras	Saldo	Taxa de juro média	Emissões	Recompras	Saldo	Taxa de juro média
<b>Obrigações subordinadas</b>								
<b>Obrigações perpétuas</b>								
EUR	420 000	( 360 000)	60 000	2.0%	420 000	( 360 000)	60 000	2.9%
JPY	74 903	( 74 903)		2.9%	74 850	( 74 850)		0.3%
	<b>494 903</b>	<b>( 434 903)</b>	<b>60 000</b>		<b>494 850</b>	<b>( 434 850)</b>	<b>60 000</b>	
<b>Outras obrigações</b>								
EUR	404 200	( 294 131)	110 069	1.8%	404 200	( 254 733)	149 467	2.5%
JPY	174 773	( 174 773)		2.8%	174 651	( 174 651)		2.8%
	<b>578 973</b>	<b>( 468 904)</b>	<b>110 069</b>		<b>578 851</b>	<b>( 429 384)</b>	<b>149 467</b>	
	<b>1 073 876</b>	<b>( 903 807)</b>	<b>170 069</b>		<b>1 073 701</b>	<b>( 864 234)</b>	<b>209 467</b>	
<b>Títulos de participação</b>								
EUR	28 081	( 23 863)	4 218	2.4%	28 081	( 23 486)	4 595	2.4%
	<b>28 081</b>	<b>( 23 863)</b>	<b>4 218</b>		<b>28 081</b>	<b>( 23 486)</b>	<b>4 595</b>	
Juros a pagar			320				338	
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura			82				99	
Prémios líquidos			( 5)				( 8)	
			<b>397</b>				<b>429</b>	
			<b>174 684</b>				<b>214 491</b>	

No exercício de 2011, o Banco BPI recomprou a totalidade das emissões subordinadas BPI CAYMAN 13/03/2036 2,76 % JPY e BPI OBRIGAÇÕES PERPÉTUAS SUBORDINADA / 96 - JPY – CAYMAN (Nota 4.40).

Durante o 1º semestre de 2012, o Banco BPI recomprou parte das emissões subordinadas BPI STEP-UP 16/04/2017 e BPI RENDIMENTO MAIS 2007 (Nota 4.40).

Os títulos de participação podem ser reembolsados ao par quer por iniciativa dos participantes com acordo do Banco quer por iniciativa do Banco mediante pré-aviso de 6 meses.

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Grupo BPI durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Obrigações Perpétuas	Outras obrigações	Títulos de participação	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	60 000	149 467	4 595	214 062
Recompras (líquidas de vendas)		( 39 398)	( 377)	( 39 775)
Saldo em 30 de Junho de 2012	60 000	110 069	4 218	174 287

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Grupo BPI durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	Obrigações Perpétuas	Outras obrigações	Títulos de participação	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 Pro forma	129 029	483 399	7 122	619 550
Emissões reembolsadas		( 30 000)		( 30 000)
Recompras (líquidas de vendas)	( 74 850)	( 317 515)	( 2 527)	( 394 892)
Varição cambial	5 821	13 583		19 404
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	60 000	149 467	4 595	214 062

Em 30 de Junho de 2012, as obrigações perpétuas e outras obrigações emitidas pelo Grupo BPI apresentam a seguinte composição por maturidade contratual:

	Maturidade					Total
	2012	2013	2014	2015-2018	> 2018	
<b>Obrigações Perpétuas</b>						
EUR <sup>1</sup>	60 000					60 000
<b>Outras obrigações</b>						
EUR		2 369		107 700		110 069
Total	60 000	2 369		107 700		170 069

<sup>1</sup> Data da opção call (Setembro de 2012); após esta data a remuneração tem um step-up se a opção não for exercida.

Em 31 de Dezembro de 2011, as obrigações perpétuas e outras obrigações emitidas pelo Grupo BPI apresentam a seguinte composição por maturidade contratual:

	Maturidade					Total
	2012	2013	2014	2015-2018	> 2018	
<b>Obrigações Perpétuas</b>						
EUR <sup>1</sup>	60 000					60 000
<b>Outras obrigações</b>						
EUR		2 369		147 098		149 467
Total	60 000	2 369		147 098		209 467

<sup>1</sup> Data da opção call (Setembro de 2012); após esta data a remuneração tem um step-up se a opção não for exercida.

Os títulos de participação podem ser reembolsados ao par quer por iniciativa dos participantes com acordo do Banco quer por iniciativa do Banco mediante pré-aviso de 6 meses.

#### 4.25. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Credores e outros recursos</b>		
Credores por operações sobre futuros	8 979	6 510
Recursos consignados	32 091	13 543
Recursos conta cativa	7 874	6 798
Recursos conta caução	14 143	15 090
Sector público administrativo		
IVA a pagar	7 323	5 482
Retenção de impostos na fonte	25 988	17 852
Contribuições para a Segurança Social	4 442	4 584
Outros	179	282
Contribuições para outros sistemas de saúde	1 402	1 432
Credores por contratos de factoring	13 027	14 177
Credores por fornecimentos de bens	3 631	7 623
Contribuição devida ao Fundo de Pensões (Nota 4.26)		
Pensionistas e Colaboradores		37 888
Administradores		2 806
Credores diversos	123 260	119 078
Despesas com encargo diferido	( 214)	( 85)
	242 125	253 060
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 4.26)</b>		
Valor patrimonial do fundo de pensões		
Pensionistas e Colaboradores		( 801 250)
Administradores		( 28 335)
Responsabilidades por serviços passados		
Pensionistas e Colaboradores		835 767
Administradores		31 141
Outros		955
Alterações das condições do Plano de Pensões por amortizar		
Colaboradores	6 389	
Administradores	( 66)	
	6 323	38 278
<b>Encargos a pagar</b>		
Credores e outros recursos	578	303
Gastos com pessoal	130 070	105 278
Gastos gerais administrativos	41 157	32 041
Contribuições para o Sistema de Indemnização ao Investidor		6 914
Outros	2 044	2 123
	173 849	146 659
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	4 993	5 324
Outras	5 054	4 589
	10 047	9 913
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar - operações fora de bolsa	25 577	
Operações passivas a regularizar	145 798	188 151
Outras operações a regularizar	40 197	31 928
	211 572	220 079
	<b>643 916</b>	<b>667 989</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Responsabilidades por serviços passados – outros corresponde às responsabilidades do Banco de Fomento Angola nos termos da Lei nº 18/90 de Angola, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola e que prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social.

A rubrica Responsabilidades com pensões e outros benefícios - Alteração das condições do Plano de Pensões por amortizar corresponde ao impacto decorrente da alteração no cálculo do subsídio por morte, de acordo com o Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de

Junho, para Colaboradores no activo. De acordo com a IAS 19, na medida em que se trata de uma alteração das condições ao plano, este montante será reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano (Nota 4.26).

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica encargos a pagar gastos com pessoal inclui 25 000 m.euros relativos a acréscimos de custos com um programa de reformas antecipadas que se prevê abranger 120 Colaboradores do Grupo (Nota 4.26) e que será concretizado durante o segundo semestre de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Encargos a pagar – contribuições para o Sistema de Indemnização ao Investidor refere-se à contribuição a pagar pelo Grupo BPI, conforme regulamento da CMVM, relativamente ao processo do Banco Privado Português.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica operações sobre valores mobiliários a regularizar – operações fora de bolsa corresponde à compra de valores mobiliários cuja liquidação só foi efectuada no mês seguinte.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica operações passivas a regularizar inclui:

- 72 675 m.euros e 75 429 m.euros, respectivamente, de operações relativas a transferências electrónicas interbancárias;
- 10 616 m.euros e 31 292 m.euros, respectivamente, respeitantes a operações com fundos de titularização de créditos.
- 14 546 m.euros e 13 993 m.euros, respectivamente, de operações ATMs/POS a regularizar com a SIBS;
- 3 222 m.euros e 26 362 m.euros, respectivamente, referentes a transferências efectuadas através do SPGT;

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica outras operações a regularizar inclui:

- 38 644 m.euros e 26 202 m.euros, respectivamente, referente a transferências no âmbito da SEPA (*Single Euro Payments Área*);
- 1 872 m.euros e 4 212 m.euros, respectivamente, de liquidações de pagamentos e recebimentos de operações de Leasing/ALD/Factoring.

#### **4.26. Responsabilidades com pensões e outros benefícios**

As responsabilidades por serviços passados de Pensionistas, Colaboradores e Administradores que estão, ou estiveram, ao serviço de empresas<sup>1</sup> do Grupo BPI são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19.

Com a publicação do Decreto-Lei n.1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social, a partir de 1 de Janeiro de 2011, passando a estar cobertos por este regime em matéria de pensões por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, cujos encargos o Banco deixará de suportar. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT), o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Na sequência das instruções do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros, o valor das responsabilidades com serviços passados manteve-se inalterado em 31 de Dezembro de 2010. O custo do serviço corrente reduziu-se a partir de 2011 e o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23.6%.

Em relação a estes trabalhadores, mantêm-se a cargo do Banco as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

O Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, prevê a transferência para a Segurança Social das responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 estavam nessa situação e se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (Pilar 1), bem como a correspondente entrega ao Estado de parte dos activos dos fundos de pensões que cobriam as referidas responsabilidades.

O Banco BPI, através do respectivo fundo de pensões, mantém a responsabilidade pelo pagamento (i) das actualizações do valor das pensões referidas anteriormente, de acordo com os critérios previstos no ACT; (ii) dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumidos pelo ACT; (iii) da contribuição sobre as pensões de reforma e sobrevivência para os Serviços de Apoio Médico-Social (SAMS); (iv) do subsídio por morte; (v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente

---

<sup>1</sup> Empresas consolidadas pelo método de integração global (Banco BPI, BPI Investimentos, BPI Gestão de Activos, BPI Private Equity e BPI Vida e Pensões)

desde que referente ao mesmo trabalhador e (vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

O valor dos activos dos fundos de pensões transferidos para o Estado corresponde ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social e foi determinado tendo em consideração os seguintes pressupostos: (i) taxa de desconto de 4 %; (ii) tábuas de mortalidade, nos termos da regulamentação definida pelo Instituto de Seguros de Portugal: população masculina: TV 73/77 menos 1 ano; população feminina: TV 88/90.

A transferência de activos dos fundos de pensões foi constituída na sua totalidade por numerário.

A transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos: (i) até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a 55% do valor actual provisório das responsabilidades; (ii) até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades, como resultado da conclusão do processo de apuramento final das responsabilidades transferidas, realizado por uma entidade independente especializada e contratada para o efeito pelo Ministério das Finanças.

Dado que a transferência para a Segurança Social configura uma liquidação, com a extinção das correspondentes responsabilidades por parte do Banco BPI, a diferença entre o valor dos activos do fundo de pensões transferidos para o Estado Português e o valor das responsabilidades determinado com base em pressupostos actuariais utilizados pelo Banco BPI ascendeu a 99 652 m.euros e foi registada no exercício de 2011 na rubrica de Ganhos e perdas operacionais, conforme previsto no parágrafo 61 do IAS 19. Decorrente do apuramento final das responsabilidades transferidas para o Estado e da correspondente transmissão total e definitiva dos activos dos fundos de pensões, foram apuradas diferenças, face aos valores provisórios no final de 2011, de 1 542 m.euros nas responsabilidades e de 1 688 m.euros no valor do fundo. A diferença positiva entre estes dois valores que ascendeu a 145 m.euros, foi registada em Junho de 2012 na rubrica Ganhos e perdas operacionais.

A BPI Vida e Pensões é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência bem como a de gerir os fundos de pensões respectivos.

Os métodos de valorização actuarial utilizados são o "Projected Unit Credit", para o cálculo do custo normal e das responsabilidades com serviços passados por velhice, e Prémios Únicos Sucessivos, para o cálculo dos custos relativos aos benefícios de invalidez e sobrevivência.

O plano de pensões da BPI Vida e Pensões foi alterado de acordo com o novo Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) do sector segurador, celebrado em Dezembro de 2011, e publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, nº 2, de 15 de Janeiro de 2012, tendo deixado de existir o plano de benefício definido e passado a existir um plano de contribuição definida. Assim, o valor das responsabilidades por serviços passados, reportado a 31 de Dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51<sup>a</sup>, n.º 4, do CCT (cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008), que se encontrava integralmente financiado, será convertido em contas individuais desses trabalhadores durante o exercício de 2012. Esta alteração não é aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam reformados ou pré-reformados.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Realizado	
	30 Jun. 12	31 Dez. 11	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Pressupostos demográficos:</b>				
Tábua de mortalidade <sup>1</sup>	TV 73/77-H - 1 ano TV 88/90-M -1 ano	TV 73/77-H - 1 ano TV 88/90-M -1 ano	-	-
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80	-	-
Taxa de rotação do pessoal	0%	0%	-	-
Decrementos	Por mortalidade	Por mortalidade	-	-
<b>Pressupostos financeiros:</b>				
Taxa de desconto no Banco BPI			-	-
Taxa de desconto dos activos	5.83%	5.83%		
Taxa de desconto dos reformados	5.00%	5.00%		
Taxa de desconto nas restantes empresas	5.50%	5.50%		
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	2.00%	2.00%	<sup>2</sup>	1.72% <sup>3</sup>
Taxa de crescimento das pensões	1.25%	1.25%	<sup>5</sup>	0.00% <sup>4</sup>
Taxa de rendimento dos activos dos fundos de pensões				
Banco BPI	5.50%	5.50%	8.03% <sup>6</sup>	-7.25%
Restantes empresas	5.50%	5.50%	2.33% <sup>6</sup>	-1.19%

<sup>1</sup> Considerou-se uma esperança de vida superior em um ano face à tábua de mortalidade utilizada.

<sup>2</sup> Taxa apenas apurada anualmente.

<sup>3</sup> Calculada com base na variação dos salários pensionáveis dos trabalhadores que se encontram no activo no início e no final de ano (inclui alterações de nível remuneratório e não reflecte entradas e saídas de Colaboradores).

<sup>4</sup> Corresponde à taxa de actualização da tabela do ACT.

<sup>5</sup> Até à data, não foi fechado o acordo para revisão da tabela de salários e pensões.

<sup>6</sup> Taxa relativa ao 1º semestre de 2012, não anualizada.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da segurança social que, nos termos do ACT, deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento dos salários para efeitos do cálculo da pensão da Segurança Social	3.00%
Taxa de revalorização dos salários para efeitos do cálculo da pensão da Segurança Social	2.00%
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social	1.25%
Factor de sustentabilidade	Aumento médio da esperança de vida de 0.1 anos por cada ano

O apuramento das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência do Grupo BPI com referência a 30 de Junho de 2012 foi efectuado com base em projecções dos valores da avaliação actuarial de 31 de Dezembro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2011 os Pensionistas e Colaboradores beneficiários de planos de pensões financiados pelos fundos de pensões são em número de:

	<b>31 Dez. 11</b>
Pensionistas por reforma	6 870
Pensionistas por sobrevivência	1 184
Colaboradores em actividade	6 387
Ex-trabalhadores (cláusula 137ª A e 140 do ACTV)	3 075
	<b>17 516</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades por serviços passados de Pensionistas e Colaboradores do Grupo BPI e a respectiva cobertura no Fundo de Pensões é:

	<b>30 Jun. 12</b>	<b>31 Dez. 11</b>
Responsabilidades totais por serviços passados		
Responsabilidades por pensões em pagamento	449 952	478 757
Das quais : [acréscimo de responsabilidades resultante de reformas antecipadas efectuadas no período]		[ 46 178]
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo e de ex-colaboradores	363 680	357 010
	<b>813 632</b>	<b>835 767</b>
Situação patrimonial do Fundo de Pensões	897 699	801 250
Contribuições a transferir para o Fundo de Pensões		37 888
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	84 067	3 371
Grau de cobertura das responsabilidades	110%	100%

Em 31 de Dezembro de 2011 o Banco registou na rubrica Outros Passivos – Contribuições devidas ao fundo de pensões (Nota 4.25) o montante de 37 888 m.euros relativo à contribuição de 2011 efectuada em 2012, após a qual o grau de cobertura das responsabilidades nessa data é de 100%.

A evolução do grau de cobertura das responsabilidades nos últimos cinco anos é a seguinte:

	<b>30 Jun 12</b>	<b>2011</b>	<b>2010 Proforma</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Responsabilidades totais por serviços passados	813 632	835 767	2 306 127	2 274 641	2 298 177
Situação patrimonial do Fundo de Pensões	897 699	801 250	2 409 393	2 463 809	2 150 110
Contribuições a transferir para o Fundo de Pensões		37 888	1 375	18	119 296
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	84 067	3 371	104 641	189 186	( 28 771)
Grau de cobertura das responsabilidades	110%	100%	105%	108%	99%

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011 relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados foi o seguinte:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Responsabilidades no início do período	835 767	2 306 127
Custo do serviço corrente:		
Do Grupo BPI	751	5 497
Dos colaboradores	1 773	3 534
Custo dos juros	22 280	118 711
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	( 650)	( 239 825)
Reformas antecipadas		46 178
Alteração das condições do plano de pensões - Subsídio por morte		
Activos (Nota 4.25)	( 6 389)	
Reformados	( 32 329)	
Pensões a pagar (valor esperado)	( 9 113)	( 130 860)
Transferência parcial de responsabilidades com pensões de reformados e pensionistas para a Segurança Social	1 542	(1 273 595)
<b>Responsabilidades no fim do período</b>	<b>813 632</b>	<b>835 767</b>

O enquadramento legal do subsídio por morte devido pela Segurança Social foi alterado pelo Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho, com aplicação a partir de 1 de Julho, o qual veio estabelecer um limite máximo para o valor do subsídio de morte. Uma vez que no sector bancário o subsídio de morte constitui encargo dos próprios bancos, e que, nos termos do ACT de Sector Bancário, este subsídio é calculado nos termos da legislação da Segurança Social, a publicação do Decreto-Lei nº 133/2012 determinou uma alteração nas condições do plano de benefícios pós reforma a cargo do Banco BPI. De acordo com a IAS 19, o impacto relacionado com Colaboradores no activo será reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano (Nota 4.25) e o impacto relativo a Reformados (32 329 m.euros) é reconhecido integralmente em resultados no período em que se verifica a alteração (Nota 4.42).

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011, no fundo de pensões foi o seguinte:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Situação patrimonial do Fundo de Pensões no início do período	801 250	2 409 393
Contribuições efectuadas:		
Pelo Grupo BPI	37 888	66 876
Pelos Colaboradores	1 773	3 534
Rendimento dos Fundos de Pensões (líquido)	63 510	( 173 348)
Pensões pagas pelos Fundos de Pensões	( 8 410)	( 131 957)
Transferência parcial de responsabilidades com pensões de reformados e pensionistas para a Segurança Social	1 688	(1 373 248)
<b>Situação patrimonial do Fundo de Pensões no final do período</b>	<b>897 699</b>	<b>801 250</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro 2011, os elementos que compõem o valor do activo dos Fundos de Pensões dos Colaboradores do Banco BPI apresentam a seguinte composição<sup>1</sup>:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Liquidez	2.2%	15.9%
Obrigações Taxa Fixa	25.4%	20.3%
Obrigações Taxa Indexada	7.2%	7.2%
Acções Portuguesas	21.0%	27.3%
Acções Estrangeiras	1.7%	
Imobiliário	41.1%	26.2%
Outros	1.4%	3.2%
	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>

<sup>1</sup> Em 31 de Dezembro de 2011, considera a totalidade de activos do fundo, incluindo o montante, no valor de 606 052 m.euros, transferido para o Estado durante o primeiro semestre de 2012, de acordo com o DL 127/2011, de 31/12.

No primeiro semestre de 2012, as contribuições para os fundos de pensões foram realizadas em dinheiro.

No exercício de 2011 as contribuições efectuadas pelo Grupo para o fundo de pensões foram realizadas da seguinte forma: (i) em imóveis no montante de 27 661 m.euros (Nota 4.41); (ii) em dinheiro no montante de 1 375 m.euros; e (iii) pela transmissão de 11% da participação no capital social da Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda no montante de 37 840 m.euros.

No primeiro semestre de 2012, o movimento no justo valor dos activos dos fundos de pensões utilizados por entidades do Grupo BPI ou representativos de títulos emitidos por essas entidades decompõem-se da seguinte forma:

	31 Dez. 11	Variações no justo valor	30 Jun. 12
Justo valor dos activos do plano:			
Instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo BPI			
Acções	2 719	322	3 041
Obrigações	60 088	( 35)	60 053
	62 807	287	63 094
Imóveis utilizados pelo Grupo BPI	223 856	( 8 701)	215 155
	<b>286 663</b>	<b>( 8 414)</b>	<b>278 249</b>

No exercício de 2011, o movimento no justo valor dos activos dos fundos de pensões utilizados por entidades do Grupo BPI ou representativos de títulos emitidos por essas entidades decompõem-se da seguinte forma:

	31 Dez. 10 Proforma	Aquisições	Variações no justo valor	Alienações	31 Dez. 11
Justo valor dos activos do plano:					
Instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo BPI					
Acções	7 117		( 4 398)		2 719
Obrigações	79 242		143	19 297	60 088
	86 359		( 4 255)	19 297	62 807
Imóveis utilizados pelo Grupo BPI	202 364	27 660	( 4 988)	1 180	223 856
	<b>288 723</b>	<b>27 660</b>	<b>( 9 243)</b>	<b>20 477</b>	<b>286 663</b>

Conforme referido na Nota 2.1 Comparabilidade da informação e na Nota 2.7, no exercício de 2011, o Banco alterou a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na Demonstração de Rendimento Integral, no período em que ocorrem, conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

O movimento ocorrido nos desvios actuariais<sup>1</sup> durante os exercícios de 2008 a 2011 e o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

<b>Valor em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>39 362</b>
Amortização de desvios fora do corredor	34
Actualização acima do previsto da Tabela ACTV	( 2 468)
Alteração de pressupostos actuariais	203 809
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 733 832)
Desvios de pensões pagas	( 191)
Desvios de mortalidade	( 8 000)
Outros desvios	( 560)
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>( 501 846)</b>
Amortização de desvios fora do corredor	10 743
Actualização abaixo do previsto da Tabela ACTV	17 385
Alteração de pressupostos actuariais	84 083
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	194 897
Desvios de pensões pagas	( 1 601)
Desvios de mortalidade	( 5 545)
Outros desvios	( 4 794)
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>( 206 678)</b>
Amortização de desvios fora do corredor	568
Actualização abaixo do previsto da Tabela ACTV	17 144
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 59 904)
Desvios de pensões pagas	714
Desvios de mortalidade	( 6 621)
Outros desvios	10
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2010 Proforma</b>	<b>( 254 767)</b>
Actualização abaixo do previsto da Tabela ACTV	39 559
Alteração de pressupostos actuariais	181 228
Desvios das pensões CGA <sup>2</sup>	16 370
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 300 665)
Desvios de pensões pagas	( 1 098)
Outros desvios	2 668
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 4.31)</b>	<b>( 316 705)</b>
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	40 778
Desvios de pensões pagas	703
Outros desvios	650
<b>Valor em 30 de Junho de 2012 (Nota 4.31)</b>	<b>( 274 574)</b>
<b>Dos quais:</b>	
Desvios associados às responsabilidades transferidas	( 193 538)
Desvios associados às responsabilidades que permanecem no Banco	( 81 036)

<sup>1</sup> Ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e os valores efectivamente realizados e de alterações nos pressupostos actuariais.

<sup>2</sup> Alteração das regras de apuramento e pagamento das pensões CGA - Caixa Geral de Aposentações, que teve por consequência a redução do valor da pensão a cargo do Banco relativamente aos colaboradores a quem foi reconhecido tempo de serviço na Função Pública.

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras consolidadas registam nas rubricas juros, ganhos e perdas financeiros com pensões (Nota 4.40), em perdas operacionais (Nota 4.41) e em custos com o pessoal (Nota 4.42) os seguintes valores relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11
<b>Juros, ganhos e perdas financeiros com pensões</b>		
Custo de juros	22 280	59 062
Rendimento esperado do Fundo de Pensões	( 22 732)	( 65 054)
	<b>( 452)</b>	<b>( 5 992)</b>
<b>Custos com pessoal</b>		
Custo do serviço corrente	751	2 870
Acrescimento de responsabilidades por reformas antecipadas <sup>1</sup>	21 000	34 922
Compensação por reformas antecipadas <sup>2</sup>	4 000	4 986
Alteração das condições do plano de pensões	( 32 329)	35
	<b>( 6 578)</b>	<b>42 813</b>
<b>Ganhos operacionais</b>	<b>145</b>	

<sup>1</sup> Em Jun 12 refere-se a programa de reformas antecipadas que se prevê abranger 120 Colaboradores e que será concretizado durante o segundo semestre de 2012 (Nota 4.25).

<sup>2</sup> Em Jun 12 refere-se ao programa indicado na alinea anterior (Nota 4.25).

Os Administradores que integram a Comissão Executiva do Banco BPI, S.A. bem como os ex-Administradores do Banco Português de Investimento beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma e sobrevivência. Em 31 de Dezembro de 2006 foi constituído um fundo de pensões para cobertura destas responsabilidades.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Realizado	
	30 Jun. 12	31 Dez. 11	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Pressupostos demográficos:</b>				
Tábua de mortalidade <sup>1</sup>	TV 73/77-H - 1 ano TV 88/90-M - 1 ano	TV 73/77-H - 1 ano TV 88/90-M - 1 ano		
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80		
Taxa de rotação do pessoal	0%	0%		
Decrementos	Por mortalidade	Por mortalidade		
<b>Pressupostos financeiros:</b>				
Taxa de desconto	5.50%	5.50%		
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	1.25%	1.25%	<sup>2</sup>	1.2% <sup>3</sup>
Taxa de crescimento das pensões <sup>4</sup>	1.75%	1.75%	0.00%	1.40%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos de pensões	5.50%	5.50%	2.29% <sup>5</sup>	-1.14%

<sup>1</sup> Considerou-se uma esperança de vida superior um ano face à tábua de mortalidade utilizada.

<sup>2</sup> Taxa apenas apurada anualmente.

<sup>3</sup> Calculada com base na variação dos salários pensionáveis dos Administradores que se encontram no activo no início e no final de ano.

<sup>4</sup> Aumento igual à taxa de variação do IPC conforme regras do plano de pensões.

<sup>5</sup> Taxa relativa ao 1º semestre de 2012, não anualizada.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades por serviços passados e respectiva cobertura deste plano apresentam a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Valor actual das responsabilidades por serviços passados		
Responsabilidades por pensões em pagamento	15 732	15 962
Responsabilidades por serviços passados de administradores no activo e de ex-administradores	16 296	15 179
	<b>32 028</b>	<b>31 141</b>
Situação patrimonial do Fundo de Pensões	31 266	28 335
Contribuições a transferir para o Fundo de Pensões		2 806
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	( 762)	
Grau de cobertura das responsabilidades	98%	100%

Em 31 de Dezembro de 2011 o Banco registou na rubrica Outros Passivos - Contribuição devida ao Fundo de Pensões (Nota 4.25) o montante de 2 806 m. euros relativo à contribuição de 2011 a efectuar em 2012, após a qual o grau de cobertura das responsabilidades nessa data é de 100%.

A evolução do grau de cobertura das responsabilidades nos últimos cinco anos é a seguinte:

	30 Jun 12	2011	2010 Proforma	2009	2008
Responsabilidades totais por serviços passados	32 028	31 141	29 402	27 664	26 120
Situação patrimonial do Fundo de Pensões	31 266	28 335	29 477	26 564	23 871
Contribuições a transferir para o Fundo de Pensões		2 806		1 308	1 511
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	( 762)		75	208	( 738)
Grau de cobertura das responsabilidades	98%	100%	100%	101%	97%

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011, relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados deste plano foi o seguinte:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Responsabilidades no início do período	31 141	29 402
Custo do serviço corrente	662	1 582
Custo dos juros	874	1 649
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades		( 994)
Pensões a pagar (valor esperado)	( 649)	( 875)
Outros		377
<b>Responsabilidades no fim do período</b>	<b>32 028</b>	<b>31 141</b>

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011, no fundo de pensões foi o seguinte:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Situação patrimonial do Fundo de Pensões no início do período	28 335	29 477
Contribuições efectuadas	2 807	
Rendimento dos Fundos de Pensões (líquido)	648	( 337)
Pensões pagas pelos Fundos de Pensões	( 524)	( 805)
<b>Situação patrimonial do Fundo de Pensões no final do período</b>	<b>31 266</b>	<b>28 335</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os elementos que compõem o valor do activo dos Fundos de Pensões dos Administradores apresentam a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Liquidez	8.1%	15.8%
Obrigações Taxa Fixa	50.4%	37.5%
Obrigações Taxa Indexada	10.2%	6.5%
Acções	28.9%	33.7%
Imobiliário	1.9%	2.2%
Outros	0.5%	4.3%
	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>

No primeiro semestre de 2012, a contribuição para os fundos de pensões foi realizada em dinheiro.

Conforme referido na Nota 2.1. Comparabilidade da informação e na Nota 2.7, no exercício de 2011, o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na Demonstração de rendimento integral, no período em que ocorrem, conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

O movimento ocorrido nos desvios actuariais durante os exercícios de 2008 a 2011 e o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

<b>Valor em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>2 631</b>
Amortização de desvios fora do corredor	( 51)
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 3 148)
Alteração de pressupostos actuariais	1 315
Desvios de pensões pagas	( 39)
Outros desvios	( 1 138)
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>( 430)</b>
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	588
Alteração de pressupostos actuariais	1 020
Desvios de pensões pagas	97
Outros desvios	( 488)
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>787</b>
Amortização de desvios fora do corredor	( 29)
Ganhos e (perdas) actuariais	424
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 801)
Desvios de pensões pagas	134
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2010 Proforma</b>	<b>515</b>
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 1 927)
Alteração de pressupostos actuariais	994
Desvios de pensões pagas	69
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 4.31)</b>	<b>( 349)</b>
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 215)
Desvios de pensões pagas	127
<b>Valor em 30 de Junho de 2012 (Nota 4.31)</b>	<b>( 437)</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras consolidadas registam nas rubricas juros, ganhos e perdas financeiros com pensões (Nota 4.40) e em custos com o pessoal (Nota 4.42) os seguintes valores relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões de Administradores:

	<b>30 Jun. 12</b>	<b>30 Jun. 11</b>
Juros, ganhos e perdas financeiros com pensões		
Custo de juros	874	803
Rendimento esperado do Fundo de pensões	( 863)	( 799)
	<b>11</b>	<b>4</b>
Custos com pessoal		
Custo do serviço corrente	662	806
Custo dos serviços passados	1	
Amortização de desvios fora do corredor		( 24)
Alteração das condições do plano de pensões	2	47
	<b>665</b>	<b>829</b>

## 4.27. Capital

Em 27 de Abril de 2011, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou um aumento do capital social do Banco BPI de 900 000 m.euros para 990 000 m.euros através da emissão de 90 000 000 acções ordinárias nominativas e escriturais com o valor nominal de 1 euro por incorporação de reservas.

Em 31 de Maio de 2012, a Assembleia Geral de Accionistas concedeu ao Conselho de Administração do Banco BPI uma autorização (válida pelo período de 18 meses) para este:

- a) Adquirir acções do Banco BPI representativas de até 10% do seu capital social, desde que se trate:
  - i) de aquisição realizada em mercado registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (adiante CMVM) por um preço que deverá situar-se dentro de um intervalo correspondente a 120% e 80% da média ponderada da cotação das acções do Banco BPI nas 10 sessões do mercado de cotações oficiais gerido pela Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A (adiante Euronext) anteriores à data da aquisição; ou,
  - ii) de aquisição decorrente de acordo de dação em pagamento destinada a extinguir obrigações emergentes de contratos de financiamento celebrados pelo Banco BPI e desde que às acções seja, para o efeito e por referência à data de celebração daquele acordo, atribuído um valor que não ultrapasse o valor determinado por aplicação do critério definido em (i);
  
- b) Alienar acções do Banco BPI desde que se trate:
  - i) de alienação aos Administradores e Colaboradores do Banco BPI e de sociedades por ele dominadas, de acções, incluindo as que resultem do exercício de opções de compra de acções do Banco BPI por aqueles Administradores e Colaboradores, nos termos e condições constantes do RVA; ou,
  - ii) de alienação a terceiros em que se cumpram os seguintes dois requisitos:
    - 1. alienação em mercado registado na CMVM; e
    - 2. alienação por um preço que não seja inferior a 80% da média ponderada da cotação das acções do Banco BPI nas 10 sessões do mercado de cotações oficiais gerido pela Euronext anteriores à data da alienação;
  
- c) Realizar operações de reporte ou empréstimo de acções do Banco BPI, desde que tais operações sejam realizadas com investidores qualificados que reúnam os requisitos para serem contrapartes elegíveis do Banco BPI, nos termos dos artigos 30º e 317º-D do Código dos Valores Mobiliários

Em 27 de Junho de 2012, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou que as acções do Banco BPI passassem a ser acções sem valor nominal.

Em 10 de Julho de 2012, ao abrigo da autorização introduzida nos Estatutos do Banco BPI por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 27 de Junho de 2012, o Conselho de Administração deliberou o aumento de capital social do Banco de 990 000 m.euros para 1 190 000 m.euros, por novas entradas em numerário e com reserva de preferência dos accionistas, deliberação que foi tomada no quadro do Plano de Recapitalização aprovado nessa mesma Assembleia e com o objectivo de reforçar os fundos próprios Core Tier 1 por forma a dar cumprimento aos rácios mínimos estabelecidos pela Autoridade Bancária Europeia e pelo Banco de Portugal (Notas 4.23 e 4.50). Este aumento de capital foi realizado através da emissão de 400 000 000 acções ordinárias, sem valor nominal, nominativas e escriturais com o valor de emissão de 0.5 euros. O processo do aumento de capital foi concluído em 10 de Agosto de 2012, tendo sido integralmente subscritas as acções oferecidas à subscrição no seu âmbito, pelo que o capital social do Banco BPI passou a ser 1 190 000 m.euros representado por 1 390 000 acções ordinárias, sem valor nominal, nominativas e escriturais.

Sublinha-se, ainda, que, na mesma Assembleia Geral:

- a) No quadro da aprovação da emissão dos instrumentos financeiros elegíveis para fundos próprios Core Tier 1 (obrigações subordinadas de conversão contingente), no valor nominal global de 1 500 000 m.euros, foram aprovados os aumentos de capital que, se se verificar algum dos eventos de conversão previstos nos respectivos Termos e Condições (que vieram a ser consagrados no Despacho nº 8840-A/2012, do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Junho de 2012), se tornarão necessários;
- b) Foi concedida autorização ao Conselho de Administração para deliberar os aumentos de capital necessários ao exercício da faculdade, prevista no ponto 6.4. daqueles Termos e Condições, de pagamento em acções da remuneração dos instrumentos acima mencionados;

- c) Foi deliberada a supressão do direito de preferência dos accionistas na subscrição dos instrumentos referidos em a) e nos aumentos de capital referidos em b);
- d) Foi concedida autorização ao Conselho de Administração para poder utilizar acções próprias do Banco BPI para efeitos do pagamento em acções da remuneração dos instrumentos acima mencionados.

#### 4.28. Prémios de emissão

O movimento ocorrido nos prémios de emissão no exercício de 2011 e no primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 Proforma</b>	441 306
Utilização de prémios de emissão para	
cobertura de resultados transitados negativos	( 312 874)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	128 432
Utilização de prémios de emissão para	
cobertura de resultados transitados negativos	( 128 432)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2012</b>	

Em 27 de Abril de 2011, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a utilização de 312 874 m.euros de prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos (Nota 4.31).

Em 31 de Maio de 2012, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a utilização de 128 432 m.euros de prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos (Nota 4.31).

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República - I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

#### 4.29. Outros instrumentos de capital e acções próprias

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Outros instrumentos de capital</b>		
Custos com acções a disponibilizar a Colaboradores do Grupo		
RVA 2008		49
RVA 2009	6	12
RVA 2010	79	65
RVA 2011	1	3
RVA 2012	1	
Custos com opções não exercidas (prémios)		
RVA 2007	5 725	5 725
RVA 2008	828	828
RVA 2009	814	814
RVA 2010	449	401
RVA 2011	130	133
RVA 2012	46	
	<b>8 079</b>	<b>8 030</b>
<b>Acções próprias</b>		
Acções a disponibilizar a Colaboradores do Grupo		
RVA 2008	7	43
RVA 2009	4	14
RVA 2010	3	6
Acções para cobertura de opções do RVA		
RVA 2007	14 619	14 619
RVA 2008	3 045	3 045
RVA 2009	3 147	3 147
RVA 2010	118	146
	<b>20 943</b>	<b>21 020</b>

A rubrica outros instrumentos de capital inclui o valor dos custos do RVA já periodificados relativos a acções a disponibilizar e opções ainda não exercidas.

A rubrica outros instrumentos de capital inclui o valor dos custos do RVA já periodificados relativos a acções a disponibilizar e opções ainda não exercidas.

O detalhe da informação relacionada com o Programa de Remuneração Variável (RVA) é apresentado na Nota 4.49.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, nas demonstrações financeiras do Grupo BPI estão reconhecidas 7 029 802 e 7 071 117 acções próprias, respectivamente, das quais 14 590 e 46 737 correspondem a acções a disponibilizar no âmbito do RVA e cuja propriedade foi transferida para os Colaboradores na data de atribuição.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, o Banco reconheceu directamente nos capitais próprios, respectivamente, 35 m.euros e 1 218 m.euros de mais valias na venda de acções próprias associadas à cobertura do RVA.

#### 4.30. Reservas de reavaliação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5)		
Instrumentos de dívida		
Títulos	( 670 673)	(1 293 028)
Derivados de cobertura	( 546 620)	( 460 053)
Instrumentos de capital	16 130	16 565
Outros	6 368	7 890
Reservas associadas a diferenças cambiais em investimentos em entidades estrangeiras		
Empresas filiais e associadas	( 18 700)	( 27 176)
Instrumentos de capital em disponíveis para venda	( 100)	( 100)
Reservas de reavaliação legais	703	703
	<b>(1 212 892)</b>	<b>(1 755 199)</b>
<b>Reservas por impostos diferidos</b>		
Resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Impostos activos	383 618	506 770
Impostos passivos	( 33 952)	( 3 104)
	<b>349 666</b>	<b>503 666</b>
	<b>( 863 226)</b>	<b>(1 251 533)</b>

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação actualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

#### 4.31. Outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Reserva legal	68 377	68 377
Reserva de fusão	( 2 463)	( 2 463)
Reservas de consolidação e resultados transitados	450 528	494 077
Outras reservas	468 703	569 688
Desvios actuariais	( 275 011)	( 317 054)
Impostos associados a desvios actuariais	79 422	91 534
Menos-valias realizadas em acções próprias	( 4 473)	( 5 165)
Impostos associados a valias em acções próprias	1 325	1 318
	<b>786 408</b>	<b>900 312</b>

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, o Banco BPI deve destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Em 27 de Abril de 2011, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a utilização de 90 000 m.euros de reserva legal para incorporação em capital (Nota 4.27).

Em 31 de Maio de 2012, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a utilização de 128 432 m.euros de prémios de emissão e de 113 632 m.euros de outras reservas para cobertura de resultados transitados negativos (Nota 4.28).

Durante o exercício de 2011, foram utilizados prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos no montante de 312 874 m.euros (Nota 4.28).

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os prémios de emissão e as reservas legais das sociedades filiais e associadas que integram o Grupo BPI, indisponíveis em conformidade com a legislação aplicável, ascendem a 167 831 m.euros e 169 248 m.euros, respectivamente, as quais, ponderadas pela percentagem (efectiva) de participação do Banco BPI, ascendem a 77 531 m.euros e a 85 326 m.euros, respectivamente. Estas reservas são incluídas nas rubricas reservas de consolidação e resultados transitados e reservas de reavaliação.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as reservas de consolidação incluem (2 017) m.euros e (13 807) m.euros, respectivamente, relativos a reservas de reavaliação das empresas registadas pelo método da equivalência patrimonial, ponderadas pela percentagem de participação (efectiva) do Grupo BPI.

No primeiro semestre de 2012 e durante o exercício de 2011, o Grupo BPI registou na rubrica reservas de consolidação e resultados transitados, respectivamente, 747 m.euros e 73 823 m.euros relativos a mais-valias, líquidas de impostos, realizadas na recompra de acções preferenciais (Nota 4.32).

No exercício de 2011, o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios (Notas 2.1, 2.7 e 4.26). O enquadramento fiscal desta alteração está previsto na Lei nº 64 – B/2011, de 30 de Dezembro, relativa ao Orçamento de Estado para 2012, que estabelece que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios actuariais serão aceite fiscalmente, em partes iguais, no período de tributação que se inicie em 1 de Janeiro de 2012 e nos nove períodos de tributação seguintes, pelo que foram registados em conformidade os respectivos impostos diferidos activos (Nota 4.44).

#### 4.32. Interesses minoritários

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Balço		Demonstração de resultados	
	30 Jun. 12	31 Dez. 11	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
Accionistas minoritários de:				
Banco de Fomento Angola, S.A.	262 688	278 517	39 308	47 557
BPI Capital Finance Ltd	51 157	53 296	704	3 368
BPI Alternative Fund	8 196	10 548	11	395
Fundo BPI Taxa Variável		10 668		583
BPI Dealer - Sociedade financeira de Corretagem (Moçambique), S.A.R.L.	5	6	( 2)	
BPI (Suisse), S.A.	4	3	1	1
	<b>322 050</b>	<b>353 038</b>	<b>40 022</b>	<b>51 904</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os interesses minoritários da BPI Capital Finance incluem 51 021m.euros e 53 122 m.euros, respectivamente, correspondentes a acções preferenciais:

	30 Jun. 12			31 Dez. 11		
	Emissões	Recompras	Saldo	Emissões	Recompras	Saldo
Acções Série C	250 000	( 198 979)	51 021	250 000	( 196 878)	53 122
	250 000	( 198 979)	51 021	250 000	( 196 878)	53 122

As acções preferenciais da Série C, com o valor nominal de 1 000 euros cada, foram emitidas em Agosto de 2003 e dão direito ao pagamento de um dividendo preferencial não cumulativo, se e quando declarado pelos Directores da BPI Capital Finance, Ltd, o qual é determinado pela aplicação de uma taxa anual correspondente à Euribor 3 meses acrescida de uma margem de 1.55 pontos percentuais até 12 de Agosto de 2013, e correspondente à Euribor 3 meses acrescida de 2.55 pontos percentuais a partir de 12 de Agosto de 2013, sobre o valor nominal. Os dividendos são pagos trimestralmente em 12 de Fevereiro, 12 de Maio, 12 de Agosto e 12 de Novembro de cada ano. O pagamento de dividendos e o reembolso das acções preferenciais são garantidos pelo Banco BPI.

A BPI Capital Finance não pagará qualquer dividendo relativo às acções preferenciais na medida em que, durante o ano fiscal ou o trimestre em curso, tal dividendo acrescido de montantes já pagos seja superior aos fundos distribuíveis do Banco BPI.

As acções preferenciais da Série C são reembolsáveis, no todo ou em parte, ao valor nominal por opção da BPI Capital Finance, Ltd., mediante aprovação prévia do Banco de Portugal e do Banco BPI, em qualquer data de pagamento do dividendo a partir de Agosto de 2013. As acções preferenciais da Série C são também reembolsáveis, total mas não parcialmente, por opção da BPI Capital Finance, Ltd, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal e do Banco BPI, caso ocorra um evento desqualificador de capital ou um evento fiscal.

Durante o exercício de 2011, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal e do Banco BPI, a BPI Capital Finance recomprou 196 573 000 acções preferenciais da Série C cujas mais-valias, líquidas de impostos, foram registadas directamente em capitais próprios, na rubrica reservas de consolidação e resultados transitados (Nota 4.31).

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do Banco BPI e “pari passu” relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Grupo.

### 4.33. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	2 262 175	2 378 533
Transacções com recurso	17 500	17 500
Cartas de crédito "stand-by"	13 684	26 349
Créditos documentários abertos	171 104	118 195
Fianças e indemnizações	80	75
Outras garantias e passivos eventuais	12 190	
	<b>2 476 733</b>	<b>2 540 652</b>
Activos dados em garantia	<b>12 089 652</b>	<b>7 830 857</b>
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Opções sobre activos	54 778	54 780
Linhas de crédito irrevogáveis	2 079	1 934
Subscrição de títulos	192 500	179 400
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	38 714	38 714
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	10 668	11 587
Outros compromissos irrevogáveis	707	707
Compromissos revogáveis	2 178 117	2 429 877
	<b>2 477 563</b>	<b>2 716 999</b>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	24 094 703	23 562 945
Por cobrança de valores	144 374	150 374
Por valores administrados pela instituição	4 614 380	5 182 981
	<b>28 853 457</b>	<b>28 896 300</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica activos dados em garantia inclui:

- respectivamente, 3 756 607 m.euros e 549 450 m.euros de crédito cativo e 7 565 099 m.euros e 6 901 640 m.euros de títulos, elegíveis para obter financiamento junto do Banco Central Europeu;
- títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 7 477 m.euros e 5 195 m.euros, respectivamente;
- títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 74 541 m.euros e 46 285 m.euros, respectivamente;

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica activos dados em garantia inclui títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 664 447 m.euros e 328 287 m.euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica opções sobre activos refere-se a opções sobre acções emitidas pelo Grupo BPI no âmbito do programa RVA – Remuneração variável em acções.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica subscrição de títulos em compromissos perante terceiros corresponde ao valor que o Banco BPI se compromete a subscrever de papel comercial caso as emissões não sejam total ou parcialmente colocadas no mercado.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos corresponde ao compromisso irrevogável que o BPI assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores corresponde à obrigação irrevogável que o BPI assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 30 de Junho de 2012, o Grupo BPI detinha sob gestão os seguintes activos de terceiros:

Fundos de Investimento e PPRs	1 945 850
Fundos de Pensões <sup>1</sup>	1 692 669

<sup>1</sup> Inclui os Fundos de Pensões de empresas do Grupo.

#### 4.34. Margem financeira estrita

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades	1 357	2 504
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	14 967	8 044
Juros de crédito a Clientes	358 583	352 205
Juros de crédito vencido	7 607	4 188
Juros de títulos detidos para negociação e disponíveis para venda	220 658	222 618
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	124 807	96 032
Juros de derivados	255 103	271 786
Juros de títulos detidos até à maturidade	365	682
Juros de activos com acordo de recompra		2 861
Juros de devedores e outras aplicações	2 228	1 983
Outros juros e rendimentos similares	4 515	7 007
	<b>990 190</b>	<b>969 910</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos		
De Bancos Centrais	18 894	7 429
De outras Instituições de Crédito	13 749	28 629
Depósitos e outros recursos de Clientes	308 428	233 172
Débitos representados por títulos	84 615	109 136
Juros de vendas a descoberto	2 243	83
Juros de derivados	268 410	283 168
Juros de passivos relacionados com activos não desreconhecidos em operações de titularização	15 968	13 296
Juros de passivos subordinados	2 877	8 171
Outros juros e encargos similares	226	279
	<b>715 410</b>	<b>683 363</b>

#### 4.35. Margem bruta de unit links

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
<b>Resultados de instrumentos financeiros</b>		
Juros	2 308	2 348
Ganhos e perdas em instrumentos financeiros	4 959	(4 105)
Ganhos e perdas em seguros de capitalização - Unit Links	(7 267)	1 766
Comissão de gestão e resgates	1 402	2 042
	<b>1 402</b>	<b>2 051</b>

#### 4.36. Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
Conduril	184	276
SIBS	1 071	1 068
Viacer	1 561	
Outros	220	203
	<b>3 036</b>	<b>1 547</b>

#### 4.37. Comissões líquidas associadas ao custo amortizado

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado		
De crédito a Clientes	16 153	18 484
De outras operações	858	1 038
Comissões pagas associadas ao custo amortizado		
De crédito a Clientes	( 3 265)	( 3 671)
De outras operações	( 906)	( 920)
	<b>12 840</b>	<b>14 931</b>

#### 4.38. Resultado técnico de contratos de seguros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
Prémios	123 033	186 005
Rendimentos de instrumentos financeiros	37 109	43 518
Custos com sinistros líquidos de resseguros	( 438 440)	( 450 185)
Varição de provisões técnicas líquida de resseguros	314 434	263 270
Participação nos resultados	( 23 886)	( 35 219)
	<b>12 250</b>	<b>7 389</b>

Esta rubrica inclui o resultado de seguros de capitalização com participação discricionária de resultados (IFRS4). A participação nos resultados de seguros de capitalização é atribuída no termo de cada exercício e o seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada modalidade, devidamente aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (Nota 2.11).

#### 4.39. Comissões líquidas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
<b>Comissões recebidas</b>		
Por garantias prestadas	12 477	12 542
Por compromissos assumidos perante terceiros	930	612
Por serviços de mediação de seguros	19 219	18 626
Por outros serviços bancários prestados	117 609	104 172
Por operações realizadas por conta de terceiros	5 895	7 870
Outras	996	3 857
	<b>157 126</b>	<b>147 679</b>
<b>Comissões pagas</b>		
Por garantias recebidas	8	89
Por compromissos assumidos por terceiros		6
Por operações sobre instrumentos financeiros	312	524
Por serviços bancários prestados por terceiros	19 303	20 593
Por operações realizadas por terceiros	2 022	1 964
Outras	147	278
	<b>21 792</b>	<b>23 454</b>
<b>Outros proveitos líquidos</b>		
Reembolso de despesas	13 053	14 368
Rendimentos de prestação de serviços diversos	13 670	14 057
Encargos equiparados a comissões	(5 205)	(4 562)
	<b>21 518</b>	<b>23 863</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros têm a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
<b>Ramo Vida</b>		
Habituação	9 527	8 930
Consumo	1 773	1 538
Outros	2 388	2 618
	<b>13 688</b>	<b>13 086</b>
<b>Ramo Não Vida</b>		
Habituação	2 053	2 076
Consumo	887	1 476
Outros	2 591	1 988
	<b>5 531</b>	<b>5 540</b>
	<b>19 219</b>	<b>18 626</b>

As remunerações por serviços de mediação de seguros foram recebidas integralmente em numerário e mais de 90% das comissões resultaram da intermediação de seguros da Allianz.

#### 4.40. Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
<b>Ganhos e perdas em operações ao justo valor</b>		
Ganhos e perdas em diferenças cambiais	36 035	34 387
Ganhos e perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida	4 501	2 018
Instrumentos de capital	( 11 623)	17 816
Outros títulos	2	2
Ganhos e perdas em instrumentos derivados de negociação	6 520	8 468
Ganhos e perdas em outros activos financeiros avaliados ao justo valor através da conta de resultados	168	( 109)
Ganhos e perdas em passivos financeiros de negociação	( 11 813)	2 268
Ganhos e perdas na reavaliação de activos e passivos cobertos por derivados	127 277	106 824
Ganhos e perdas em instrumentos derivados de cobertura	( 100 090)	( 45 170)
Outros ganhos e perdas em operações financeiras	108 768	1 112
	<b>159 745</b>	<b>127 616</b>
<b>Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda</b>		
Ganhos e perdas na alienação de créditos a Clientes	( 3 083)	255
Ganhos e perdas em activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	20 473	( 314)
Instrumentos de capital	509	79
Outros títulos		213
	<b>17 899</b>	<b>233</b>
<b>Juros, ganhos e perdas em custos com pensões (Nota 4.26)</b>		
Custo dos juros	( 23 154)	( 59 865)
Rendimento esperado do fundo	23 595	65 853
	<b>441</b>	<b>5 988</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, a rubrica Ganhos e perdas em instrumentos derivados de negociação inclui 4 900 m.euros e (6 717) m.euros, respectivamente, referentes a equity swaps, efectuados com Clientes cuja cobertura é feita com acções classificadas na rubrica Instrumentos de capital.

Em 30 de Junho de 2012, as rubricas Ganhos e perdas na reavaliação de activos e passivos cobertos por derivados e Ganhos e perdas em instrumentos derivados de cobertura incluem ganhos na recompra de obrigações próprias no montante de 26 639 m.euros (Nota 4.24 e 4.18). Em 30 de Junho de 2011, estas rubricas incluem um ganho na recompra de duas emissões de obrigações próprias no montante de 74 238 m.euros (Nota 4.24).

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Outros ganhos e perdas em operações financeiras inclui 108 536 m.euros relativos a ganhos decorrentes de operações de recompra de passivos financeiros por operações de titularização. Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Ganhos e perdas na alienação de créditos a Clientes inclui (2 613) m.euros decorrentes da recompra ao Fundo de Pensões do Banco BPI das obrigações associadas às operações de titularização de crédito à habitação.

#### 4.41. Ganhos e perdas operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
<b>Rendimentos e receitas operacionais</b>		
Ganhos na alienação de investimentos em filiais e associadas	71	
Ganhos em activos tangíveis detidos para venda	366	423
Ganhos em outros activos tangíveis	1 388	15 304
Outras receitas operacionais	1 802	9 120
	<b>3 627</b>	<b>24 847</b>
<b>Encargos e gastos operacionais</b>		
Quotizações e donativos	1 873	2 187
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	2 168	1 745
Contribuições para o Sistema de Indemnização ao Investidor	4	
Perdas em activos tangíveis detidos para venda	1 049	5 294
Perdas em outros activos tangíveis e intangíveis	1 539	2 084
Outros gastos operacionais	985	1 021
	<b>7 618</b>	<b>12 331</b>
<b>Outros impostos</b>		
Impostos indirectos	1 900	2 053
Impostos directos	488	951
	<b>2 388</b>	<b>3 004</b>

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica Ganhos em outros activos tangíveis inclui 9 649 m.euros relativos à contribuição em espécie (imóveis) para o Fundo de Pensões do Banco BPI (Nota 4.9 e 4.26).

#### 4.42. Custos com o pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
Remunerações	142 991	146 064
Prémios de antiguidade (Nota 2.7)	1 515	1 624
Custos com pensões (Nota 4.26)	3 577	4 506
Reformas antecipadas (Nota 4.26)	25 000	39 908
Subsídio por morte (Nota 4.26)	( 32 329)	
Outros encargos sociais obrigatórios	33 692	35 304
Outros custos com pessoal	5 029	5 015
	<b>179 475</b>	<b>232 421</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, a rubrica remunerações inclui os seguintes custos relativos a remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco BPI:

- 1 991 m.euros e 2 477 m.euros, respectivamente, relativas a remunerações em numerário; e
- 64 m.euros e 131 m.euros, respectivamente, relativas à periodificação de custos com remunerações em acções e opções (RVA) nos termos do IFRS2.

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, a rubrica custos com pensões inclui 2 138 m.euros e 739 m.euros, respectivamente, relativos a custos associados ao Plano de Pensões de Contribuição Definida para os Colaboradores do Banco de Fomento Angola.

#### 4.43. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	6 730	5 403
Material de consumo corrente	3 208	3 530
Outros fornecimentos de terceiros	583	722
Com serviços		
Rendas e alugueres	26 198	25 361
Comunicações e informática	20 801	22 189
Deslocações, estadas e representações	4 083	4 179
Publicidade e edição de publicações	9 832	10 906
Conservação e reparação	8 876	9 686
Seguros	2 384	2 412
Avenças e honorários	2 307	1 886
Serviços judiciais, contencioso e notariado	1 371	1 283
Segurança, vigilância e limpeza	5 953	5 397
Serviços de informações	2 248	1 935
Mão de obra eventual	2 107	1 504
Estudos, consultas e auditoria	4 583	2 430
SIBS	9 079	9 835
Outros serviços de terceiros	9 129	10 614
	<b>119 472</b>	<b>119 272</b>

#### 4.44. Impostos sobre os lucros

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
Impostos correntes sobre os lucros		
Do período	11 450	22 816
Correcção de exercícios anteriores	( 137)	( 113)
	<b>11 313</b>	<b>22 703</b>
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	2 099	( 20 942)
Por prejuízos fiscais reportáveis	7 018	2 707
	<b>9 117</b>	<b>( 18 235)</b>
Contribuição sobre o sector financeiro	<b>6 945</b>	<b>7 629</b>
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>27 375</b>	<b>12 097</b>
Resultado antes de impostos <sup>1</sup>	143 707	128 038
Carga fiscal	19.0%	9.4%

<sup>1</sup> Considera o lucro do Grupo BPI adicionado dos impostos sobre lucros e dos interesses minoritários e deduzido dos resultados de filiais excluídas da consolidação.

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, o Banco reconheceu directamente em resultados transitados impostos sobre lucros no valor de - 7 m.euros e 351 m.euros, respectivamente, resultantes de valias em acções próprias reconhecidas em capitais próprios (Nota 4.31). No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, foram igualmente reconhecidos em capitais próprios -12 112 m.euros e 91 534 m.euros, respectivamente de impostos associados aos desvios actuariais com pensões do período (Nota 4.31).

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada em Junho de 2012 e 2011, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	30 Jun. 12		30 Jun. 11 Proforma	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		143 707		128 038
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	33.1%	47 596	32.6%	41 712
Efeito das taxas de imposto aplicadas em sucursais no estrangeiro	-0.1%	( 95)	-0.2%	( 304)
Mais-valias e imparidades em participações (líquidas)	-1.9%	( 2 765)	-0.5%	( 629)
Mais-valias em activos tangíveis (líquidas)	0.1%	97	-1.9%	( 2 465)
Rendimentos de títulos da dívida pública Angolana	-13.2%	( 18 974)	-16.4%	( 21 045)
Dividendos não tributáveis	-0.6%	( 816)	0.1%	81
Impostos sobre dividendos de empresas filiais e associadas	2.0%	2 930	2.7%	3 481
Conversão de capitais próprios de participadas	-0.2%	( 287)	-0.1%	( 157)
Benefícios fiscais	-0.8%	( 1 175)	-0.8%	( 1 036)
Imparidades e provisões para crédito	0.8%	1 161	-0.5%	( 606)
Juros registados em interesses minoritários	-0.1%	( 186)	-0.8%	( 977)
Correcção de exercícios anteriores	0.3%	376	-1.8%	( 2 302)
Diferencial de taxa de imposto nos prejuízos fiscais <sup>1</sup>	0.8%	1 204		
Prejuízos fiscais	-6.0%	( 8 597)	-9.8%	( 12 556)
Contribuição sobre o sector financeiro	4.8%	6 945	6.0%	7 629
Tributação autónoma	0.5%	657	0.5%	604
Outros proveitos e custos não tributáveis	-0.5%	( 696)	0.5%	667
	<b>19.0%</b>	<b>27 375</b>	<b>9.4%</b>	<b>12 097</b>

<sup>1</sup> O cálculo dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais tem por base a taxa de IRC de 25% e não a taxa nominal de impostos (inclui a derrama municipal e estadual).

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, os impostos diferidos activos associados a prejuízos fiscais reportáveis e não reconhecidos nas demonstrações financeiras ascendem a 1 353 m.euros e 6 529 m.euros, respectivamente.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, nos países onde o Banco tem presença:

	30 Jun. 12		30 Jun. 11 Proforma	
	Lucro antes impostos	Taxa imposto corrente	Lucro antes impostos	Taxa imposto corrente
Empresas com taxa de IRC de 25% e Derrama entre [1.5% ; 5%[	64 862	30.9%	28 936	29.0%
Empresas com taxa de imposto de IRC de 35% (Angola)	78 773	35.0%	95 304	35.0%
Fundos de investimento <sup>1</sup>	72		3 798	
	<b>143 707</b>	<b>33.1%</b>	<b>128 038</b>	<b>32.6%</b>

(1) Regime aplicável conforme o disposto no artº 22 do EBF.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais dão também origem ao registo de impostos diferidos activos.

Os lucros distribuídos ao Banco BPI por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 46º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o valor dos impostos diferidos activos e passivos é o seguinte:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Imposto diferidos		
Activos (Nota 4.12)	773 916	894 754
Passivos (Nota 4.22)	( 79 757)	( 27 839)
	694 159	866 915
Registados por contrapartida de :		
Resultados transitados	265 783	98 991
Outras reservas - desvios actuariais	87 827	92 789
Reserva de reavaliação (Nota 4.30)		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	349 666	503 666
Resultado líquido	( 9 117)	171 469
	694 159	866 915

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Saldo em Dez. 11	Por resultados		Por reservas e resultados transitados		Saldo em Jun. 12
		Custos	Proveitos	Aumentos	Diminuições	
<b>Impostos diferidos activos</b>						
Responsabilidades com pensões	23 697	( 12 476)				11 221
Reformas antecipadas	33 028	( 21)	669			33 676
Campanhas de publicidade	263	( 129)				134
Operações "Taxa garantida"	94	( 46)				48
Resultado do Banco BPI Cayman	225					225
Provisoes e imparidades tributadas	91 413		27 677			119 090
Prémio de Antiguidade	6 938		50			6 988
Prejuízos fiscais	109 908	( 2 946)	( 4 072)			102 890
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	507 094	( 272)	56	208	( 123 813)	383 273
Desvios actuariais	92 789	( 4 622)			( 340)	87 827
Desvios actuariais após 2011			8 744		( 8 744)	
Diferimento fiscal do impacto da transferencia das pensões	28 770	( 799)				27 971
Outros	535	( 16)	54	3	( 3)	573
	<b>894 754</b>	<b>( 21 327)</b>	<b>33 178</b>	<b>211</b>	<b>( 132 900)</b>	<b>773 916</b>
<b>Impostos diferidos passivos</b>						
Reavaliações de imobilizado corpóreo	( 773)		34			( 739)
Operações "Taxa garantida"	( 93)		46			( 47)
Reav. activos/passivos cobertos p/ derivados	( 445)	( 133)				( 578)
Conversão de capitais próprios de participadas	( 1 293)	287				( 1 006)
Dividendos a distribuir por empresas filiais e associadas	( 8 269)	( 2 904)	6 641	( 261)	( 2)	( 4 795)
RVA's		( 7)		7		
Imparidade de crédito	( 3 783)		3 783			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	( 8 072)	( 61)		( 5 094)	( 26 749)	( 39 976)
Recompra de passivos e acções preferenciais	( 5 049)	( 28 732)	49	1 448	( 303)	( 32 587)
Outros	( 63)		30	4		( 29)
	<b>( 27 839)</b>	<b>( 31 551)</b>	<b>10 583</b>	<b>( 3 896)</b>	<b>( 27 054)</b>	<b>( 79 757)</b>
	<b>866 915</b>	<b>( 52 878)</b>	<b>43 761</b>	<b>( 3 685)</b>	<b>( 159 954)</b>	<b>694 159</b>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante o primeiro semestre de 2011 foi o seguinte:

	Saldo em 31 Dez. 10 Proforma	Por resultados		Por reservas e resultados transitados		Saldo em 30 Jun. 11 Proforma
		Custos	Proveitos	Aumentos	Diminuições	
<b>Impostos diferidos activos</b>						
Responsabilidades com pensões	29 974	( 3 171)	4			26 807
Reformas antecipadas	30 349	( 11)	5 979			36 317
Campanhas de publicidade	909	( 323)				586
Operações "Taxa garantida"	186	( 46)				140
Resultado do Banco BPI Cayman	225					225
Provisoes e imparidades tributadas	71 551		12 531			84 082
Prémio de Antiguidade	7 316	( 126)	7			7 197
Prejuízos fiscais	10 227	( 2 707)				7 520
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	275 658	( 324)	195	157 997	( 447)	433 079
Desvios actuariais	73 645	( 112)			6 032	79 565
Outros	551	( 152)	28		( 3)	424
	<b>500 591</b>	<b>( 6 972)</b>	<b>18 744</b>	<b>157 997</b>	<b>5 582</b>	<b>675 942</b>
<b>Impostos diferidos passivos</b>						
Reavaliações de imobilizado corpóreo	( 1 896)		1 105			( 791)
Operações "Taxa garantida"	( 185)		46			( 139)
Reav. activos/passivos cobertos p/ derivados	( 1 464)		992			( 472)
Conversão de capitais próprios de participadas	( 1 598)	157				( 1 441)
Dividendos a distribuir por empresas filiais e associadas	( 7 869)	( 3 395)	5 906	687	( 14)	( 4 685)
RVA's	( 1)		351		( 351)	( 1)
Imparidade de crédito	( 13 424)		2 573			( 10 851)
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	( 4 549)	( 1 488)	2	1 515	( 31)	( 4 551)
Recompra de passivos e acções preferenciais			175		( 1 491)	( 1 316)
Desvios actuariais	( 321)		9		( 233)	( 545)
Outros	( 128)		30	4	2	( 92)
	<b>( 31 435)</b>	<b>( 4 726)</b>	<b>11 189</b>	<b>2 206</b>	<b>( 2 118)</b>	<b>( 24 884)</b>
	<b>469 156</b>	<b>( 11 698)</b>	<b>29 933</b>	<b>160 203</b>	<b>3 464</b>	<b>651 058</b>

O Grupo BPI não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível, excepto nos seguintes casos:

- são reconhecidos os impostos diferidos passivos associados à estimativa dos dividendos a distribuir às empresas do Grupo BPI, no ano seguinte, sobre o resultado líquido do exercício do Banco de Fomento Angola;
- são reconhecidos os impostos diferidos passivos associados à totalidade dos lucros distribuíveis (incluindo a parte não distribuída) do Banco Comercial e de Investimentos.

#### 4.45. Resultados de empresas associadas (equivalência patrimonial)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	3 988	3 429
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	1 900	7 377
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	1 490	1 641
TC Turismo Capital - SCR, S.A.		21
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	342	493
Fundo BPI Taxa Variável	69	
InterRisco - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	191	60
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	763	1 080
Viacer - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda		1 258
	<b>8 743</b>	<b>15 359</b>

#### 4.46. Lucro consolidado atribuível aos accionistas do Grupo BPI

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, a contribuição do Banco BPI e das empresas suas filiais e associadas para o resultado consolidado é a seguinte:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
<b>Bancos</b>		
Banco BPI, S.A. <sup>1</sup>	21 492	2 908
Banco Português de Investimento, S.A. <sup>1</sup>	1 715	( 578)
Banco de Fomento Angola, S.A. <sup>1</sup>	36 900	44 644
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. <sup>1</sup>	3 648	3 137
Banco BPI Cayman, Ltd	910	1 584
<b>Crédito especializado</b>		
BPI Locação de Equipamentos, Lda	58	63
<b>Gestão de activos e corretagem</b>		
BPI Dealer - Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), S.A.R.L.	( 19)	( 1)
BPI Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A. <sup>1</sup>	4 171	6 113
BPI - Global Investment Fund Management Company, S.A.	174	220
BPI (Suisse), S.A. <sup>1</sup>	1 044	978
BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund <sup>1</sup>	61	1 689
Fundo BPI Taxa Variável <sup>1</sup>	( 202)	828
<b>Capital de risco / desenvolvimento</b>		
TC Turismo Capital - SCR, S.A. <sup>1</sup>		21
BPI Private Equity - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	129	( 51)
Inter-Risco - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	191	60
<b>Seguros</b>		
BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A.	10 991	6 294
Cosec - Companhia de Seguros de Crédito, S.A. <sup>1</sup>	1 490	1 641
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. <sup>1</sup>	1 900	7 377
<b>Outros</b>		
BPI, Inc <sup>1</sup>	( 1)	30
BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.	( 13)	4
BPI Capital Finance		
BPI Capital Africa	( 691)	( 396)
Finangeste - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A. <sup>1</sup>	342	493
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	763	1 080
Ulissipair ACE		
Viacer - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda <sup>1</sup>		1 258
	<b>85 053</b>	<b>79 396</b>

<sup>1</sup> Lucro ajustado.

#### 4.47. Efectivos

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, o número de efectivos<sup>1</sup>, em média e no final do período, eram os seguintes:

	30 Jun. 12		30 Jun. 11 Pro forma	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Administradores <sup>2</sup>	10	10	10	10
Quadros superiores	609	611	624	622
Outros quadros	5 485	5 544	5 698	5 701
Outros Colaboradores	2 878	2 837	3 064	2 968
	<b>8 982</b>	<b>9 002</b>	<b>9 396</b>	<b>9 301</b>

<sup>1</sup> Efectivos das empresas do Grupo consolidadas pelo método da integração global. Inclui os efectivos ao serviço das Sucursais do Banco BPI no exterior.

<sup>2</sup> Inclui os administradores executivos do Banco BPI e do Banco Português do Investimento.

## 4.48. Riscos financeiros

### Justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado activo. Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efectuam transacções de forma regular.

A valorização de instrumentos financeiros para os quais não existam cotações em mercado activo é descrita nos pontos seguintes.

### **Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor**

#### Instrumentos de dívida e instrumentos de capital

Para instrumentos de dívida em que não exista mercado activo, por falta de liquidez e ausência de transacções regulares, são utilizados métodos alternativos de avaliação, nomeadamente:

- avaliação com base em preços de compra de terceiros (bids indicativos) considerados fidedignos;
- avaliação com base no Net Asset Value actualizado e divulgado pelos respectivos gestores;
- avaliação com base em preços indicativos divulgados pelas entidades que participam na estruturação das operações; ou,
- avaliação por realização de testes de imparidade com base nos indicadores de performance das operações subjacentes (grau de protecção por subordinação às tranches detidas, taxas de delinquência dos activos subjacentes, evolução dos ratings).

No caso de acções não cotadas, o justo valor é estimado com base na análise da posição financeira e resultados do emitente, perfil de risco e de valorizações de mercado ou transacções para empresas com características idênticas.

Sempre que não esteja disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, os instrumentos de capital encontram-se reconhecidos ao custo histórico e são sujeitos a testes de imparidade.

#### Instrumentos financeiros derivados

As transacções de derivados financeiros, sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro, sobre acções ou índices de acções, sobre a inflação ou sobre uma combinação destes subjacentes são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-The-Counter) e em mercados organizados (especialmente bolsas de valores).

Para as operações de derivados OTC (swaps, frans, caps, floors e opções normalizadas) a respectiva avaliação é calculada com base em métodos geralmente aceites:

- a partir do valor actual dos fluxos futuros (cash flows), com base na curva de taxa de juro relevante, vigente no momento do cálculo (mark to market: ex. swaps) ou,
- por recurso a modelos que procuram determinar o preço a partir de modelos estatísticos (por exemplo Black & Scholes), com base em princípios geralmente aceites no mercado (mark to model: ex. opções).

As técnicas de valorização utilizam como *inputs* variáveis representativas das condições de mercado à data das demonstrações financeiras.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (ex: Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

No caso de derivados em que se tenha verificado incumprimento pela contraparte no pagamento de fluxos contratuais, o justo valor corresponde ao seu valor de substituição na data de liquidação antecipada, ajustado pela expectativa de recebimento.

Na determinação do justo valor de derivados são ainda utilizadas valorizações específicas fornecidas pelas contrapartes das operações ou por entidades externas, assegurando-se neste último caso a fiabilidade da informação fornecida através da monitorização e validação regular das valorizações obtidas, e através de *backtesting* periódico face a operações observáveis no mercado.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 7:

- Nível 1 – cotações em mercado activo

Esta categoria, para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (bids executáveis) divulgados através de plataformas de negociação.

- Nível 2 – técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo, incluindo preços observáveis no mercado para activos financeiros em que se tenham observado reduções significativas no volume de transações, ou em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (bids indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

- Nível 3 – técnicas de valorização utilizando principalmente inputs não baseados em dados observáveis em mercado

Os activos e passivos financeiros são classificados no nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de inputs não observáveis em mercado, nomeadamente:

- acções não cotadas, obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; e
- obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos.

#### **Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado**

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Grupo BPI apura o respectivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Nesta nota, estes instrumentos financeiros são apresentados no nível 3, na medida em que se considera que o seu justo valor depende de dados relevantes não observáveis em mercado.

Refira-se que o justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação, não tendo sido determinado com esse objectivo.

As técnicas de valorização utilizadas procuram ter por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respectivos cash flows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

- nas operações interbancárias (Aplicações em instituições de crédito e Recursos de outras instituições de crédito), aplicam-se as curvas de taxa de juro para operações interbancárias na data de referência das demonstrações financeiras;
- nas operações com Clientes (Crédito a clientes e Recursos de clientes e outros empréstimos), considera-se a média ponderada dos spreads sobre as taxas de referência utilizadas pelo Banco no mês anterior para operações similares, considerando para cada classe de produtos uma amostra significativa de operações;
- nas emissões de obrigações (Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados) são aplicadas as taxas de juro de referência e os spreads disponíveis no mercado, tendo em conta o prazo residual e o grau de subordinação. Historicamente eram usadas as curvas do mercado monetário e de swaps para as obrigações hipotecárias e do sector público e as curvas obtidas a partir de estimativas provenientes de cotações de mercado para obrigações não colateralizadas por activos. Em 31 de Dezembro de 2011, dada a falta de outras referências no mercado, foram utilizados pontos da curva de dívida pública portuguesa acrescidos de spread no caso de emissões seniores não colateralizadas por activos tendo essas curvas (mais spreads) passado, em 30 de Junho de 2012, a ser utilizadas para todas as emissões não subordinadas. Para a dívida subordinada foi considerado como valor de

referência, em ambas as datas, o valor que ocorreu na recompra de uma emissão subordinada do Grupo BPI efectuada em Dezembro de 2011.

As taxas de referência utilizadas para cálculo dos factores de desconto em 30 de Junho de 2012 são as constantes no seguinte quadro. Para cada conjunto de operações são somados a essas taxas os spreads aplicáveis de acordo com o exposto acima.

	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos	30 anos
EUR	0.37%	0.65%	0.93%	1.21%	0.86%	0.95%	1.31%	1.65%	2.00%	2.28%
GBP	0.62%	0.90%	1.18%	1.68%	0.98%	1.00%	1.27%	1.62%	2.10%	2.97%
USD	0.25%	0.46%	0.73%	1.07%	0.55%	0.63%	0.97%	1.34%	1.76%	2.46%
JPY	0.14%	0.20%	0.33%	0.55%	0.34%	0.34%	0.40%	0.54%	0.84%	1.71%

Nos Investimentos detidos até à maturidade, o respectivo justo valor é baseado em cotações de mercado ou preços de compra de terceiros, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

Nas operações à vista (nomeadamente Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e depósitos à ordem incluídos em Recursos de clientes e outros empréstimos) o justo valor corresponde ao respectivo valor de balanço.

Em 30 de Junho de 2012, o justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumido conforme quadro seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Activos e passivos valorizados ao justo valor						Activos valorizados ao custo histórico <sup>1</sup>	Valor contabilístico total
	Metodologia de apuramento do justo valor							
	Valor contabilístico (líquido)	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização			Diferença	Valor contabilístico	
			Dados de mercado (Nível 2)	Modelos (Nível 3)	Total justo valor			
<b>Activos</b>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 315 853			1 315 853	1 315 853			1 315 853
Disponibilidades em outras instituições de crédito	370 720			370 720	370 720			370 720
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	602 284	483 274	33 529	85 481	602 284			602 284
Activos financeiros disponíveis para venda	9 235 235	7 012 306	85 813	2 137 116	9 235 235		11 481	9 246 716
Aplicações em instituições de crédito	1 797 773			1 796 191	1 796 191	( 1 582)		1 797 773
Crédito a clientes	28 212 345			25 825 040	25 825 040	(2 387 305)		28 212 345
Investimentos detidos até à maturidade	479 704			442 047	442 047	( 37 657)		479 704
Derivados de negociação <sup>2</sup>	358 816		268 809	90 007	358 816			358 816
Derivados de cobertura	307 815	986	223 376	83 453	307 815			307 815
	<b>42 680 545</b>	<b>7 496 566</b>	<b>611 527</b>	<b>32 145 907</b>	<b>40 254 001</b>	<b>(2 426 544)</b>	<b>11 481</b>	<b>42 692 026</b>
<b>Passivos</b>								
Recursos de bancos centrais	4 037 663			4 037 584	4 037 584	79		4 037 663
Passivos financeiros detidos para negociação	430	430			430			430
Recursos de outras instituições de crédito	1 400 857			1 393 736	1 393 736	7 121		1 400 857
Recursos de clientes e outros empréstimos	25 136 306			25 188 731	25 188 731	( 52 425)		25 136 306
Responsabilidades representadas por títulos	5 139 134			4 388 267	4 388 267	750 867		5 139 134
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 690 619			1 476 190	1 476 190	214 429		1 690 619
Derivados de negociação	354 965	430	264 296	90 239	354 965			354 965
Derivados de cobertura	686 442	49	641 290	45 103	686 442			686 442
Provisões técnicas	2 350 583			2 350 583	2 350 583			2 350 583
Obrigações subordinadas de conversão contingente	1 500 694			1 500 694	1 500 694			1 500 694
Outros passivos subordinados e títulos de participação	174 684			89 138	89 138	85 546		174 684
	<b>42 472 377</b>	<b>909</b>	<b>905 586</b>	<b>40 560 265</b>	<b>41 466 760</b>	<b>1 005 617</b>		<b>42 472 377</b>
	<b>208 168</b>				<b>(1 212 759)</b>	<b>(1 420 927)</b>	<b>11 481</b>	<b>219 649</b>
<b>Diferenças de valorização de activos financeiros reconhecidas em reservas de reavaliação</b>						<b>(1 194 896)</b>		
<b>Total</b>						<b>(2 615 823)</b>		

<sup>1</sup> Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

<sup>2</sup> No balanço esta rubrica é apresentada na linha Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2011, o justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumido conforme quadro seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Activos e passivos valorizados ao justo valor						Activos valorizados ao custo histórico <sup>1</sup>	Valor contabilístico total
	Metodologia de apuramento do justo valor							
	Valor contabilístico (líquido)	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização			Diferença		
			Dados de mercado (Nível 2)	Modelos (Nível 3)	Total justo valor			
<b>Activos</b>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 145 118			1 145 118	1 145 118			1 145 118
Disponibilidades em outras instituições de crédito	384 768			384 768	384 768			384 768
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	594 916	505 394	49 867	39 655	594 916			594 916
Activos financeiros disponíveis para venda	6 766 877	4 138 318	63 054	2 565 505	6 766 877		11 248	6 778 125
Aplicações em instituições de crédito	2 337 591			2 326 508	2 326 508	( 11 083)		2 337 591
Crédito a clientes	28 318 264			25 283 131	25 283 131	(3 035 133)		28 318 264
Investimentos detidos até à maturidade	766 190			710 419	710 419	( 55 771)		766 190
Derivados de negociação <sup>2</sup>	342 574	1 209	234 159	107 206	342 574			342 574
Derivados de cobertura	279 843	451	188 069	91 323	279 843			279 843
	<b>40 936 141</b>	<b>4 645 372</b>	<b>535 149</b>	<b>32 653 633</b>	<b>37 834 154</b>	<b>(3 101 987)</b>	<b>11 248</b>	<b>40 947 389</b>
<b>Passivos</b>								
Recursos de bancos centrais	2 499 197			2 499 361	2 499 361	( 164)		2 499 197
Passivos financeiros detidos para negociação	126 340	126 340			126 340			126 340
Recursos de outras instituições de crédito	2 071 520			2 082 848	2 082 848	( 11 328)		2 071 520
Recursos de clientes e outros empréstimos	24 671 328			24 666 208	24 666 208	5 120		24 671 328
Responsabilidades representadas por títulos	6 691 953			6 351 799	6 351 799	340 154		6 691 953
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 414 597			1 183 885	1 183 885	230 712		1 414 597
Derivados de negociação	327 898	268	222 682	104 948	327 898			327 898
Derivados de cobertura	661 904	5 727	603 729	52 448	661 904			661 904
Provisões técnicas	2 625 181			2 625 181	2 625 181			2 625 181
Outros passivos subordinados e títulos de participação	214 491			109 381	109 381	105 110		214 491
	<b>41 304 409</b>	<b>132 335</b>	<b>826 411</b>	<b>39 676 060</b>	<b>40 634 805</b>	<b>669 604</b>		<b>41 304 409</b>
	<b>( 368 268)</b>				<b>(2 800 651)</b>	<b>(2 432 383)</b>	<b>11 248</b>	<b>( 357 020)</b>
Diferenças de valorização de activos financeiros reconhecidas em reservas de reavaliação						(1 728 727)		
<b>Total</b>						<b>(4 161 110)</b>		

<sup>1</sup> Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

<sup>2</sup> No balanço esta rubrica é apresentada na linha Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados incluídos no nível 3 referem-se principalmente a obrigações valorizadas através de bids indicativos baseados em modelos teóricos ou através de modelos desenvolvidos internamente.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os activos financeiros disponíveis para venda incluídos no nível 3 referem-se principalmente a obrigações de dívida pública Angolana. Incluem ainda obrigações colateralizadas por activos (ABS) e investimentos em private equity.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os derivados de negociação e cobertura incluídos no nível 3 referem-se principalmente a:

- opções ou swaps negociados com Clientes em que exista uma componente opcional e respectivas coberturas com o mercado;
- opções embutidas em obrigações estruturadas emitidas pelo Banco BPI, com remuneração indexada a cabazes de acções / índices de acções, commodities e taxas de câmbio, e operações negociadas com o mercado para cobertura do risco opcional destas obrigações.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012 nos activos e passivos classificados no nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

	Detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	Disponíveis para venda	Derivados de negociação (Líquido)	Derivados de cobertura (Líquido)	Total
<b>Activos e passivos financeiros</b>					
Valor de balanço líquido em 31 de Dezembro de 2011	39 655	2 565 505	2 258	38 875	2 646 293
Juros corridos (valor em 31 de Dezembro de 2011)	( 130)	( 1 930)	( 270)	11 843	9 513
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados					
Resultados em operações financeiras	1 329	38	( 2 769)	( 3 099)	( 4 501)
Dos quais: Valias potenciais	1 062	9	( 2 769)	( 3 099)	( 4 797)
Dos quais: Valias efectivas	267	30			297
Imparidades e outras provisões		( 1 546)			( 1 546)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de reavaliação		5 032			5 032
Aquisições	56 183	23 207			79 390
Vendas / reembolsos	( 11 671)	( 454 605)			( 466 276)
Transferências para outros níveis		( 1 011)			( 1 011)
Juros corridos (valor em 30 de Junho de 2012)	115	2 426	549	( 9 269)	( 6 179)
<b>Valor de balanço líquido em 30 de Junho de 2012</b>	<b>85 481</b>	<b>2 137 116</b>	<b>( 232)</b>	<b>38 350</b>	<b>2 260 715</b>

As aquisições nos activos detidos para negociação e ao justo valor através de resultados referem-se essencialmente a títulos adquiridos pelo Banco de Fomento de Angola. As vendas / reembolsos nos activos disponíveis para venda referem-se essencialmente a títulos detidos pelo Banco de Fomento Angola que atingiram a sua maturidade.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 nos activos e passivos classificados no nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

	Detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	Disponíveis para venda	Derivados de negociação (Líquido)	Derivados de cobertura (Líquido)	Total
<b>Activos e passivos financeiros</b>					
Valor de balanço líquido em 31 de Dezembro de 2010	155 920	2 304 357	3 653	26 190	2 490 120
Juros corridos (valor em 31 de Dezembro de 2010)	( 135)	( 1 725)	( 1 413)	25 901	22 628
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados					
Resultados em operações financeiras	( 1 641)	338	( 245)	( 1 373)	( 2 921)
Dos quais: Valias potenciais	( 1 371)	( 29)	( 245)	( 1 373)	( 3 018)
Dos quais: Valias efectivas	( 270)	367			97
Imparidades e outras provisões		( 14 968)			( 14 968)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de reavaliação		( 7 586)			( 7 586)
Aquisições	1 287	317 159			318 446
Vendas / reembolsos	( 116 338)	( 34 205)	( 7)		( 150 550)
Transferências de outros níveis	432	205			637
Juros corridos (valor em 31 de Dezembro de 2011)	130	1 930	270	( 11 843)	( 9 513)
Valor de balanço líquido em 31 de Dezembro de 2011	39 655	2 565 505	2 258	38 875	2 646 293

As vendas / reembolsos nos activos detidos para negociação e ao justo valor através de resultados referem-se essencialmente a títulos detidos pelo Banco de Fomento Angola que atingiram a sua maturidade. As aquisições nos activos disponíveis para venda referem-se essencialmente a títulos adquiridos pelo Banco de Fomento de Angola.

As vendas / reembolsos nos Activos disponíveis para venda referem-se essencialmente a títulos que atingiram a sua maturidade.

#### Desreconhecimento de instrumentos financeiros

Durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011, não foram desreconhecidos instrumentos financeiros para os quais não fosse possível determinar de forma fiável o justo valor, pelo que o impacto em resultados é nulo.

## Reclassificação de activos financeiros

O Grupo BPI procedeu à reclassificação de obrigações de Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor por contrapartida de resultados para Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5), Crédito a clientes (Nota 4.7) e Investimentos detidos até à maturidade (Nota 4.8) e à reclassificação de obrigações de Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5) para Crédito a Clientes (Nota 4.7), de acordo com o seguinte detalhe:

	30 Jun. 12			31 Dez. 11			Taxa de juro efectiva na data da reclassificação
	Valor de balanço na data da reclassificação	Valor de balanço em 30 Jun. 12	Justo valor em 30 Jun. 12	Valor de balanço na data da reclassificação	Valor de balanço em 31 Dez. 11	Justo valor em 31 Dez. 11	
<b>Obrigações reclassificadas no exercício de 2008</b>							
Activos financeiros detidos para negociação	( 87 964)			( 121 493)			
Activos financeiros disponíveis para venda	4 406	1 080	1 080	4 406	1 662	1 662	5.81%
Crédito titulado	40 963	41 513	25 369	40 963	41 547	28 095	6.37%
Investimentos detidos até à maturidade	42 595	45 711	37 522	76 124	81 138	71 754	6.29%
<b>Obrigações reclassificadas no exercício de 2009</b>							
Activos financeiros detidos para negociação	( 17 540)			( 54 493)			
Crédito titulado	282	323	435	301	339	466	5.34%
Investimentos detidos até à maturidade	17 258	21 337	18 726	54 192	60 849	57 928	5.98%
<b>Obrigações reclassificadas no exercício de 2011</b>							
Activos financeiros disponíveis para venda				( 182 184)			
Crédito titulado				182 184	124 030	111 792	11.14%
<b>Obrigações reclassificadas no exercício de 2012</b>							
Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	( 7 699)						
Crédito titulado	7 699	7 669	5 812				2.78%
		117 633	88 944		309 565	271 697	

Nos exercícios de 2009 e 2008, no contexto da falta de liquidez no mercado de obrigações, os preços de valorização possíveis de obter para os títulos em questão não reflectiam cotações num mercado activo com transacções de forma regular. O Grupo BPI optou por isso por os reclassificar da carteira de negociação para as carteiras de disponíveis para venda, crédito a Clientes e detidos até à maturidade. Na determinação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, foram utilizados métodos alternativos de avaliação, conforme descrito anteriormente nesta nota.

No exercício de 2011, dada a significativa diminuição dos volumes transaccionados dos títulos de dívida soberana emitidos pela Grécia, o Grupo BPI reclassificou os títulos da carteira de activos disponíveis para venda para a carteira de crédito titulado pelo seu justo valor na data de reclassificação (31 de Outubro de 2011). Durante o primeiro semestre de 2012, estes títulos foram trocados no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega e os novos títulos recebidos foram registados na rubrica Activos financeiros disponíveis para venda.

No primeiro semestre de 2012, foi reclassificado um título da carteira de activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados para a carteira de crédito a Clientes por, dada a baixa liquidez do mercado de obrigações, o seu preço de valorização não reflectir uma cotação num mercado com transacções regulares.

À data da reclassificação, para efeitos de determinação da taxa efectiva dos activos reclassificados, o Grupo BPI estimou recuperar a totalidade dos fluxos de caixa futuros associados às obrigações objecto de reclassificação, excepto na posição sobre dívida Grega em que se estimou receber metade desses fluxos.

Após a data de reclassificação, os ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados do exercício para as obrigações reclassificadas da carteira de Activos financeiros de negociação, apresentam o seguinte detalhe:

	30 Jun. 12			31 Dez. 11		
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados	Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em:		Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados	Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em:	
		Reservas	Resultados		Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	10	10	37	975	975	1 033
Crédito titulado	( 4 555)		644	( 4 263)		1 685
Investimentos detidos até à maturidade	( 185)		2 413	( 4 545)		8 026
	( 4 730)	10	3 094	( 7 833)	975	10 744

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação. Parte destes montantes teriam sido compensados por resultados de sinal contrário na rubrica Provisões técnicas, nomeadamente no caso de ganhos em títulos afectos a carteiras de seguros com participação nos resultados.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

### Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A avaliação e controlo do Risco é feita no Grupo BPI de acordo com as melhores práticas e em cumprimento das normas e regulamentos prudenciais, seguindo os preceitos, definições e valorimetria estipulados, de acordo com as recomendações do Comité de Basileia de Supervisão Bancária nos seus três pilares.

O Relatório de Gestão apresentado em simultâneo com as Notas às demonstrações financeiras do Grupo BPI inclui também uma secção relativa à Gestão dos riscos, na qual é apresentada informação complementar sobre a natureza e extensão dos riscos financeiros do Grupo BPI.

## **Exposição a dívida soberana**

Em 30 de Junho de 2012, Grupo BPI, excluindo as carteiras afectas a seguros de capitalização da BPI Vida e Pensões, tem a seguinte exposição à dívida dos países que solicitaram apoio financeiro à União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

<b>Grupo BPI excluindo carteiras afectas a seguros de capitalização</b>	<b>Valor nominal</b>	<b>Valor balanço líquido / Justo valor</b>	<b>Valias líquidas em títulos</b>	<b>Efeito da contabilidade de cobertura</b>	<b>Imparidade reconhecida</b>
<b>Negociação e reavaliados ao justo valor através de resultados</b>					
	<b>157 928</b>	<b>6 072</b>	<b>442</b>		
Portugal	6 728	5 588	( 42)		
Grécia	151 200	484	484		
<b>Disponíveis para venda</b>					
	<b>6 019 424</b>	<b>5 107 309</b>	<b>( 493 744)</b>	<b>( 275 815)</b>	<b>16 102</b>
Portugal	5 513 224	4 751 684	( 465 208)	( 235 015)	
Grécia	151 200	22 646			16 102
Irlanda	355 000	332 979	( 28 536)	( 40 800)	
<b>Total da exposição</b>	<b>6 177 352</b>	<b>5 113 381</b>	<b>( 493 302)</b>	<b>( 275 815)</b>	<b>16 102</b>

O valor de balanço líquido apresentado para as exposições de Portugal e Irlanda corresponde ao justo valor, que foi determinado com base nos preços praticados nos mercados internacionais, estando as valias potenciais e o efeito da contabilidade de cobertura reflectidos em contas próprias de reservas ou de resultados, dependendo dos títulos estarem classificados na carteira de títulos disponíveis para venda ou na carteira de títulos detidos para negociação, respectivamente. No que diz respeito às exposições a Portugal e Irlanda, o Banco BPI considera que em 30 de Junho de 2012 não existe qualquer evidência objectiva de imparidade.

Relativamente à exposição aos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia em 30 de Junho de 2012, estes títulos resultaram da troca, no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, dos títulos detidos pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2011, conforme referido abaixo.

Em 21 de Fevereiro de 2012, foram anunciados os termos do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, tendo sido emitidos vários documentos relativamente a esta matéria: “Comunicado do Eurogroup”, “Comunicado do Ministério das Finanças da República Grega” e “Invitation Memorandum da República Grega”. Os principais termos do acordo anunciado foram os seguintes:

- perdão de dívida de 53,5% do valor nominal dos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia detidos pelos privados;
- troca de 46,5% dos anteriores títulos de dívida pública emitidos pela Grécia por:
  - (i) novos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia com um valor nominal total igual a 31,5% do valor nominal dos títulos anteriormente detidos. Estes novos títulos têm maturidade em 2042, com reembolsos parciais a partir de 2023 e a seguinte remuneração: 2% anual até 2015; 3% anual entre 2015 e 2020; 3,65% em 2021 e 4,3% anual após 2021; e
  - (ii) títulos de dívida do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira com maturidade de um e dois anos e com um valor nominal total igual a 15% do valor nominal dos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia anteriormente detidos.
- emissão de títulos da República Grega (“Detachable GDP-Linked Securities”), de valor nominal igual ao valor nominal dos novos títulos da dívida pública grega, que podem ter uma remuneração anual de 1% a partir de 2015 se o Produto Interno Bruto Grego atingir determinadas metas;
- troca dos juros corridos até 24 de Fevereiro de 2012 associados aos anteriores títulos de dívida pública grega por títulos de dívida do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira com maturidade de seis meses.

O Banco BPI decidiu aceitar os termos da Oferta de troca, tendo a transacção ocorrido em 12 de Março de 2012. Os termos da Oferta de Troca representaram uma perda de aproximadamente 77%, em termos do valor actual dos novos títulos recebidos na Oferta de Troca face ao valor nominal dos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia detidos pelo Grupo BPI em 31 de Dezembro de 2011. O valor actual dos novos títulos recebidos na Oferta de Troca foi determinado da seguinte forma:

- (i) preços de mercado na data da Oferta de Troca (12 de Março de 2012) dos novos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia e dos títulos de dívida emitidos pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira;

- (ii) actualização dos valores considerados em (i) para 31 de Dezembro de 2011 com base na taxa de juro efectiva original dos anteriores títulos de dívida pública emitidos pela Grécia;
- (iii) atribuição de um valor nulo aos títulos da República Grega “Detachable GDP-Linked Securities”.

Deste modo, relativamente à exposição aos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia, no exercício de 2011 o Banco BPI registou imparidades de 468 898 m.euros. A determinação destas perdas foi efectuada nos seguintes termos:

- Com referência a 31 de Outubro de 2011, o Banco BPI reconheceu imparidade para os títulos de dívida pública emitidos pela Grécia na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (valor nominal de 480 000 m.euros). As perdas por imparidade registadas em resultados no montante de 400 549 m.euros, tiveram por base o preço de mercado nessa data (36,25%) e incluíram 54 346 m.euros de menos-valias potenciais decorrentes do efeito da contabilidade de cobertura do risco de taxa de juro (Nota 4.5). Estas perdas por imparidade foram reconhecidas na rubrica de Imparidade e outras provisões líquidas.

Dada a significativa diminuição dos volumes transaccionados dos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia, após o reconhecimento da imparidade, o Banco BPI reclassificou estes títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a carteira de crédito titulado em 31 de Outubro de 2011, pelo seu justo valor na data de reclassificação (182 184 m.euros). A taxa de juro efectiva na data da reclassificação foi determinada com base na informação disponível à data e considerando uma expectativa de um valor recuperável equivalente a 50% do capital e juros destas obrigações. Conforme previsto no IAS 39, esta passou a ser a taxa de juro relevante para o cálculo do custo amortizado destes títulos na carteira de Crédito e Outros Valores a Receber, após a reclassificação.

- Após o anúncio dos termos de troca acima referidos, o Banco BPI reconheceu perdas por imparidade adicionais nos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia registados na carteira de Crédito e Outros Valores a Receber no montante de 68 349 m.euros nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2011, incluindo 6 952 m.euros relacionados com o efeito da contabilidade de cobertura. Este montante foi registado em resultados na rubrica de Imparidade e provisões líquidas para crédito e garantias.

Durante o primeiro semestre de 2012 foi concretizada a Oferta de Troca, tendo o Banco BPI recebido os novos títulos emitidos pela Grécia que, por se considerar que existe mercado activo, foram registados na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda. Em 30 de Junho de 2012, o Banco BPI reconheceu imparidade nestes títulos no montante de 16 102 m.euros, determinada com base no respectivo justo valor, de acordo com os preços praticados nos mercados internacionais (Notas 4.5 e 4.20).

O Banco BPI recebeu ainda títulos emitidos pela Grécia indexados ao PIB (“Detachable GDP – Linked Securities”), que pelas suas características de instrumento financeiro derivado foram classificadas na carteira de activos reavaliados ao justo valor através de resultados. Em 30 de Junho de 2012, o Banco BPI reconheceu um ganho na reavaliação destes títulos no montante de 484 m.euros.

Em 30 de Junho de 2012, a exposição do Grupo BPI, excluindo carteiras afectas a seguros de capitalização da BPI Vida e Pensões, à dívida dos países que solicitaram apoio financeiro à União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, apresenta a seguinte repartição por prazos residuais de vencimento:

<b>Maturidades</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014 a 2019</b>	<b>&gt; 2020</b>	<b>Total</b>
Portugal	843 161	1 542 866	2 297 633	73 612	4 757 272
Grécia				23 130	23 130
Irlanda			332 979		332 979
	<b>843 161</b>	<b>1 542 866</b>	<b>2 630 612</b>	<b>96 742</b>	<b>5 113 381</b>

Os ratings de Portugal, Grécia e Irlanda são os seguintes:

	30 Jun. 12			31 Dez. 11		
	S&P	Moody's	Fitch	S&P	Moody's	Fitch
Portugal	BB	Ba3	BB+	BBB-	Ba2	BB+
Grécia	CCC	C	CCC	CC	Ca	CCC
Irlanda	BBB+	Ba1	BBB+	BBB+	Ba1	BBB+

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2012, algumas carteiras de seguros de capitalização da BPI Vida e Pensões, consolidada globalmente nas demonstrações financeiras do Grupo BPI, detinham obrigações de dívida soberana de Portugal e Grécia.

Carteiras afectas a seguros de capitalização	Valor nominal	Valor balanço líquido	Valor de mercado	Imparidade
<b>Negociação e reavaliados ao justo valor através de resultados</b>	<b>110 608</b>	<b>20 794</b>	<b>20 794</b>	
Portugal	13 494	13 366	13 366	
Grécia	97 114	7 428	7 428	
<b>Crédito e outros valores a receber</b>	<b>150 000</b>	<b>152 019</b>	<b>140 321</b>	
Portugal	150 000	152 019	140 321	
<b>Total da exposição</b>	<b>260 608</b>	<b>172 813</b>	<b>161 115</b>	

Conforme referido anteriormente, durante o primeiro semestre de 2012 foi concretizada a Oferta de Troca no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, tendo a BPI Vida e Pensões recebido os novos títulos emitidos pela Grécia que foram registados na carteira de activos reavaliados ao justo valor através de resultados.

No exercício de 2011, as perdas por imparidades registadas na BPI Vida e Pensões na exposição aos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia, no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, ascenderam a 117 733 m.euros. A determinação destas perdas foi efectuada nos seguintes termos:

- Com referência a 31 de Outubro de 2011, nas carteiras dos seguros de capitalização foram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 78 135 m.euros para os títulos de dívida pública emitidos pela Grécia registados em investimentos detidos até à maturidade, admitindo, com base na informação disponível à data, um valor recuperável correspondente a 50% do capital e juros destas obrigações.

Os títulos de dívida pública emitidos pela Grécia registados na carteira de Investimentos detidos até à maturidade da BPI Vida e Pensões estavam afectos a duas tipologias de produtos:

- Produtos com capital e rendimento distribuído garantido e participação discricionária nos resultados (contratos de seguro), nomeadamente Novo Aforro Familiar e Reforma Aforro PPR - as perdas por imparidade no montante de 72 999 m.euros foram registadas na rubrica Resultado técnico de contratos de seguro;
- Produto com capital e juro garantido na data de vencimento (contratos de investimento) - as perdas por imparidade no montante de 5 136 m.euros foram registadas na rubrica Imparidade e outras provisões líquidas.
- Conforme referido anteriormente, o Grupo BPI decidiu aceitar os termos da Oferta de Troca, tendo a transacção ocorrido em 12 de Março de 2012. Os termos da Oferta de Troca representaram uma perda de aproximadamente 77%, em termos do valor actual dos novos títulos recebidos na Oferta de Troca face ao valor nominal dos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia detidos pelo Grupo BPI em 31 de Dezembro de 2011. Desta forma, a BPI Vida e Pensões registou perdas por imparidade adicionais nos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia no montante de 39 598 m.euros, registadas na rubrica de Imparidade e outras provisões líquidas. O valor actual dos novos títulos recebidos na Oferta de Troca foi determinado conforme referido anteriormente.

Os seguros de capitalização a que estas obrigações estão afectas contêm regras específicas e diferenciadas de participação nos resultados, pelo que a parcela das menos valias potenciais atribuíveis ao Banco BPI depende da rentabilidade das respectivas carteiras.

Em 2011, apesar das perdas registadas na Grécia, o Banco BPI decidiu atribuir uma rentabilidade positiva aos detentores dos produtos Aforro. O reconhecimento de imparidade para os títulos de dívida pública emitida pela Grécia detidos pela BPI Vida e Pensões teve um impacto global de 90 849 m.euros no resultado antes de impostos do Grupo BPI do exercício de 2011.

Em 30 de Junho de 2012, a exposição das carteiras de seguros de capitalização da BPI Vida e Pensões à dívida soberana de Portugal e Grécia apresenta a seguinte repartição por prazos residuais de vencimento:

<b>Maturidades</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014 a 2019</b>	<b>&gt; 2020</b>	<b>Total</b>
Portugal	11 736	1 309	50 432	101 908	165 385
Grécia				7 428	7 428
	<b>11 736</b>	<b>1 309</b>	<b>50 432</b>	<b>109 336</b>	<b>172 813</b>

Face ao exposto, as perdas por imparidade registadas pelo Grupo BPI no segundo semestre do exercício de 2011 para a exposição aos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia totalizaram 586 631 m.euros. O impacto global das referidas perdas por imparidade no resultado antes de impostos do Grupo BPI do exercício de 2011 ascendeu a 559 747 m.euros.

## **Risco de crédito**

### Exposição máxima ao risco de crédito

O risco de crédito é um dos riscos mais relevantes da actividade do Grupo BPI. Mais informação relativa a este risco, nomeadamente quanto ao processo de gestão para os diversos segmentos de crédito pode ser encontrada na secção relativa à Gestão de Riscos do Relatório de Gestão.

Em 30 de Junho de 2012, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
<b>Patrimoniais</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	370 720		370 720
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	602 284		602 284
Activos financeiros disponíveis para venda	9 334 854	( 88 138)	9 246 716
Aplicações em instituições de crédito	1 798 771	( 998)	1 797 773
Crédito a clientes	28 932 179	( 719 834)	28 212 345
Investimentos detidos até à maturidade	479 704		479 704
Derivados			
Derivados de cobertura	307 815		307 815
Derivados de negociação <sup>1</sup>	358 816		358 816
	<b>42 185 143</b>	<b>( 808 970)</b>	<b>41 376 173</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>			
Garantias prestadas	2 262 175	( 46 434)	2 215 741
Linhas de crédito irrevogáveis	2 079	( 12)	2 067
	<b>2 264 254</b>	<b>( 46 446)</b>	<b>2 217 808</b>
	<b>44 449 397</b>	<b>( 855 416)</b>	<b>43 593 981</b>

<sup>1</sup> No balanço esta rubrica é apresentada na linha Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
<b>Patrimoniais</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	384 768		384 768
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	594 916		594 916
Activos financeiros disponíveis para venda	6 847 875	( 69 750)	6 778 125
Aplicações em instituições de crédito	2 337 594	( 3)	2 337 591
Crédito a clientes	28 994 515	( 676 251)	28 318 264
Investimentos detidos até à maturidade	883 923	( 117 733)	766 190
<b>Derivados</b>			
Derivados de cobertura	279 843		279 843
Derivados de negociação <sup>1</sup>	342 574		342 574
	<b>40 666 008</b>	<b>( 863 737)</b>	<b>39 802 271</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>			
Garantias prestadas	2 378 533	( 34 998)	2 343 535
Linhas de crédito irrevogáveis	1 934	( 11)	1 923
	<b>2 380 467</b>	<b>( 35 009)</b>	<b>2 345 458</b>
	<b>43 046 475</b>	<b>( 898 746)</b>	<b>42 147 729</b>

<sup>1</sup> No balanço esta rubrica é apresentada na linha Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados.

#### Composição do crédito vencido

Em 30 de Junho de 2012, o crédito e juros vencidos apresenta a seguinte composição por classes de incumprimento:

	Classe de incumprimento					Total
	até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	
<b>Crédito a Clientes</b>						
Para os quais foi efectuada análise individual						
Crédito e juros vencidos	1 445	23 590	91 598	233 242	15 845	365 720
Imparidade	( 1 057)	( 5 182)	( 45 566)	( 122 300)	( 10 401)	( 184 506)
	<b>388</b>	<b>18 408</b>	<b>46 032</b>	<b>110 942</b>	<b>5 444</b>	<b>181 214</b>
Para os quais foi efectuada análise colectiva						
Crédito e juros vencidos	1 036	18 299	88 861	278 048	44 134	430 378
Imparidade	( 196)	( 3 885)	( 32 519)	( 138 662)	( 18 573)	( 193 835)
	<b>840</b>	<b>14 414</b>	<b>56 342</b>	<b>139 386</b>	<b>25 561</b>	<b>236 543</b>

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2012, o Banco tem reconhecida imparidade para aplicações em instituições de crédito e para créditos a Clientes em situação regular no valor de 342 491 m.euros.

Em 31 de Dezembro de 2011, o crédito e juros vencidos apresenta a seguinte composição por classes de incumprimento:

	Classe de incumprimento					Total
	até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	
<b>Crédito a Clientes</b>						
Para os quais foi efectuada análise individual						
Crédito e juros vencidos	3 350	24 703	63 439	226 987	15 946	334 425
Imparidade	( 1 321)	( 15 976)	( 27 559)	( 121 962)	( 10 450)	( 177 269)
	<u>2 029</u>	<u>8 727</u>	<u>35 879</u>	<u>105 025</u>	<u>5 496</u>	<u>157 156</u>
Para os quais foi efectuada análise colectiva						
Crédito e juros vencidos	657	11 889	88 795	253 208	39 463	394 011
Imparidade	( 161)	( 2 770)	( 31 183)	( 123 307)	( 15 896)	( 173 317)
	<u>496</u>	<u>9 118</u>	<u>57 613</u>	<u>129 901</u>	<u>23 567</u>	<u>220 695</u>

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2011, o Banco tem reconhecida imparidade para aplicações em instituições de crédito e para créditos a Clientes em situação regular no valor de 325 668 m.euros.

### Colaterais

No âmbito da actividade de concessão de crédito, o Banco recebe, entre outras, as seguintes garantias reais (colaterais):

- hipotecas sobre habitação própria;
- hipotecas sobre imóveis e terrenos;
- depósito de valores;
- penhor de valores mobiliários;
- garantias prestadas por outras instituições de crédito.

O justo valor dos colaterais recebidos é apurado com base no valor de mercado tendo em conta as suas especificidades. Por exemplo, os imóveis recebidos em garantia são avaliados através de avaliadores externos ou por unidades do Banco com métodos julgados adequados.

Em 30 de Junho de 2012, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais apresenta a seguinte composição:

Grau de cobertura	Crédito com incumprimento			Colaterais <sup>1</sup>		Imparidades <sup>3</sup>
	Vincendo associado a crédito vencido	Vencido	Total	Hipotecas	Outras Gar. Reais <sup>2</sup>	
>=100%	222 530	213 454	435 984	416 942	19 043	108 665
>=75% e <100%	96 293	82 104	178 397	149 715	14 751	43 834
>=50% e <75%	8 040	16 460	24 500	14 363	1 263	5 758
>=25% e <50%	741	8 815	9 556	3 774	457	4 309
>=0 e <25%	26 455	6 878	33 333	690	1 545	5 774
Sem garantia	157 962	468 388	626 350			290 231
<b>Total</b>	<b>512 021</b>	<b>796 099</b>	<b>1 308 120</b>	<b>585 484</b>	<b>37 059</b>	<b>458 571</b>

<sup>1</sup> O valor apresentado de Colaterais corresponde ao mínimo entre o justo valor dos colaterais recebidos e o valor em dívida em 30 de Junho de 2012.

<sup>2</sup> Outras garantias reais incluem penhor de depósitos e de valores mobiliários.

<sup>3</sup> Para efeitos de determinação de Imparidade, o valor dos imóveis dados em garantia corresponde ao valor em caso de execução, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. A imparidade apresentada inclui 80 230 m.euros relativos a créditos vincendos associados a crédito vencido.

Em 30 de Junho de 2012, o grau de cobertura do crédito sem incumprimento para o qual foi atribuída imparidade com base em análise individual apresenta a seguinte composição:

Grau de cobertura	Crédito com imparidades		Colaterais <sup>1</sup>		Imparidades <sup>3</sup>
	Crédito Vencendo		Hipotecas	Outras garantias reais <sup>2</sup>	
<b>Crédito não representado por valores mobiliários</b>					
>=100%	143 500		126 454	17 046	31 702
>=75% e <100%	7 666		5 972	352	2 108
>=50% e <75%	16 558		9 355	279	1 114
>=25% e <50%	34 431		1 812	12 321	1 264
>=0 e <25%	10 815		48	15	1 804
Sem garantia	270 017				62 079
	<b>482 987</b>		<b>143 641</b>	<b>30 013</b>	<b>100 071</b>
<b>Crédito titulado</b>					
Sem garantia	23 095				10 017
<b>Garantias prestadas</b>					
>=100%	10 859		6 304	4 555	1 951
>=75% e <100%	24		19		2
>=50% e <75%	40			20	1
>=25% e <50%	374		107	20	36
>=0 e <25%	38 576		1 366	397	3 784
Sem garantia	138 725				24 070
	<b>188 598</b>		<b>7 796</b>	<b>4 992</b>	<b>29 844</b>
	<b>694 680</b>		<b>151 437</b>	<b>35 005</b>	<b>139 932</b>

<sup>1</sup> O valor apresentado de Colaterais corresponde ao mínimo entre o justo valor dos colaterais recebidos e o valor em dívida em 30 de Junho de 2012.

<sup>2</sup> Outras garantias reais incluem penhor de depósitos e de valores mobiliários.

<sup>3</sup> Para efeitos de determinação de Imparidade, o valor dos imóveis dados em garantia corresponde ao valor em caso de execução, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2011, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais apresenta a seguinte composição:

Grau de cobertura	Crédito com incumprimento			Colaterais <sup>1</sup>		Imparidades <sup>3</sup>
	Vencendo associado a crédito vencido	Vencido	Total	Hipotecas	Outras Gar. Reais <sup>2</sup>	
>=100%	208 556	222 071	430 627	394 247	36 380	99 885
>=75% e <100%	71 179	59 011	130 190	111 766	9 418	34 414
>=50% e <75%	1 714	10 507	12 221	6 791	1 132	4 488
>=25% e <50%	946	3 497	4 443	1 494	327	1 895
>=0 e <25%	85	2 095	2 180	129	150	1 460
Sem garantia	135 951	431 255	567 206			271 237
<b>Total</b>	<b>418 431</b>	<b>728 436</b>	<b>1 146 867</b>	<b>514 427</b>	<b>47 407</b>	<b>413 379</b>

<sup>1</sup> O valor apresentado de Colaterais corresponde ao mínimo entre o justo valor dos colaterais recebidos e o valor em dívida em 31 de Dezembro de 2011.

<sup>2</sup> Outras garantias reais incluem penhor de depósitos e de valores mobiliários.

<sup>3</sup> Para efeitos de determinação de Imparidade, o valor dos imóveis dados em garantia corresponde ao valor em caso de execução, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. A imparidade apresentada inclui 62 793 m.euros relativos a créditos vencidos associados a crédito vencido.

Em 31 de Dezembro de 2011, o grau de cobertura do crédito sem incumprimento para o qual foi atribuída imparidade com base em análise individual apresenta a seguinte composição:

Grau de cobertura	Crédito com imparidades		Colaterais <sup>1</sup>		Imparidades <sup>3</sup>
	Crédito Vencendo	Hipotecas	Outras garantias reais <sup>2</sup>		
<b>Crédito não representado por valores mobiliários</b>					
>=100%	103 788	94 970	8 818		24 277
>=75% e <100%	6 570	4 192	1 281		1 746
>=50% e <75%	4 248	2 475	290		475
>=25% e <50%	31 945	1 286	11 732		321
>=0 e <25%	10 688	11	67		1 606
Sem garantia	162 208				37 669
	319 447	102 934	22 188		66 094
<b>Crédito titulado</b>					
Sem garantia	25 002				8 652
<b>Garantias prestadas</b>					
>=100%	8 747	3 375	5 372		1 686
>=75% e <100%	2 378	150	1 060		450
>=50% e <75%	105		34		23
>=0 e <25%	3 618	1	605		5
Sem garantia	127 249				20 094
	142 097	3 526	7 071		22 258
	<b>486 546</b>	<b>106 460</b>	<b>29 259</b>		<b>97 004</b>

<sup>1</sup> O valor apresentado de Colaterais corresponde ao mínimo entre o justo valor dos colaterais recebidos e o valor em dívida em 31 de Dezembro de 2011.

<sup>2</sup> Outras garantias reais incluem penhor de depósitos e de valores mobiliários.

<sup>3</sup> Para efeitos de determinação de Imparidade, o valor dos imóveis dados em garantia corresponde ao valor em caso de execução, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

#### Qualidade do risco de crédito (rating)

Nesta secção é apresentada informação relativamente à qualidade do risco de crédito dos principais activos financeiros do Grupo BPI, excluindo instrumentos financeiros derivados que são analisados detalhadamente na Nota 4.4.. Relativamente aos activos financeiros para os quais se encontra disponível o rating atribuído pelas agências internacionais de rating (Moody, Standard & Poor e Fitch) foram seguidas as normas constantes na regulamentação prudencial emitida pelo Banco de Portugal, escolhendo-se o segundo melhor no caso de haver ratings externos diferenciados para o mesmo instrumento. No caso de não haver ratings externos específicos para o instrumento em causa são utilizados os ratings externos atribuídos ao emissor para instrumentos com o mesmo grau de subordinação. No caso dos órgãos de poder local, bancos e outras instituições equiparadas, o rating usado é baseado no rating externo atribuído ao Estado onde a referida entidade tenha a sua sede. No caso específico dos bancos centrais parte da zona Euro o rating é AAA. O rating externo é um elemento importante a ter em conta na gestão de posições, sobretudo nas carteiras de títulos, sendo igualmente utilizado para efeitos de cálculo dos ponderadores a utilizar no apuramento do capital prudencial pelo método standard, de acordo com os normativos emitidos pelo Banco de Portugal.

Para o crédito, as exposições sem rating externo atribuído foram divididas pelas classes de rating (para exposição de empresas), por níveis de qualidade (para project finance) ou por scorings (para exposição sobre Clientes particulares). Os ratings, quer internos quer externos, quando existentes, são um indicador com crescente importância para efeitos de gestão interna do crédito no Grupo BPI, utilizado pelas equipas responsáveis pelo acompanhamento dos Clientes, com vista a informar a decisão relativa a novos créditos ou a situação das exposições existentes. Esta classificação interna não inclui a totalidade das exposições do Grupo, nomeadamente, são excluídas as exposições soberanas ou a outros bancos, em que o rating externo é utilizado, os créditos concedidos localmente pelo Banco de Fomento de Angola que utiliza metodologias próprias, bem como os créditos concedidos ao segmento de empresários e negócios.

Os actuais sistemas de ratings e scorings internos incluem dez classes para operações regulares, de E01/01 (menor probabilidade de incumprimento) a E10/10 (maior probabilidade de incumprimento); duas classes (ED1/D01 e ED2/D02) para "incidentes" (situações em

que há atrasos no pagamento inferiores a 60 e 90 dias, respectivamente) e, finalmente, uma classe para incumprimentos (ED3/D03), que ocorre sempre que a falha de pagamento de um dado montante por uma dada contraparte exceda os 90 dias.

As operações de Project Finance têm uma classificação interna distinta das restantes operações de crédito, em função da sua especificidade e que visa indicar a cada momento a qualidade do risco de crédito (de Fraco até Forte).

Em 30 de Junho de 2012 a composição das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rating Grade Class	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	Rtg Externo	AAA a AA-	1 095 561		1 095 561
		A+ a A-	3 767		3 767
		BBB+ a BBB-	84 068	995	83 073
		BB+ a BB-	899 201		899 201
		B+ a B-	2 971		2 971
	N/D	N/D	1 264	3	1 261
			2 086 832	998	2 085 834

Nota: A exposição bruta corresponde ao valor nominal ajustado pelas correcções de valor. Não inclui cheques a cobrar.

Em 30 de Junho de 2012 a composição do crédito a Clientes por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rating Grade Class	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Crédito a clientes	Rtg Externo	AAA a AA-	92 944		92 944
		A+ a A-	9 519		9 519
		BBB+ a BBB-	121 359	464	120 895
		BB+ a BB-	1 784 440	354	1 784 086
		B+ a B-	73 065		73 065
		< B-	192 377	3 971	188 406
	Rtg Project Finance	Forte	249 480		249 480
		Bom	986 323	125	986 198
		Satisfatório	155 724	12	155 712
		Fraco	251 879	15 573	236 306
	Rtg Interno	E01 a E03	1 412 002	3 121	1 408 881
		E04 a E06	2 862 147	7 220	2 854 927
		E07 a E10	1 700 865	51 674	1 649 191
		ED1 a ED3	535 720	187 574	348 146
	Scoring	01 a 03	8 148 428	8 394	8 140 034
		04 a 06	3 475 902	8 104	3 467 798
07 a 10		971 799	12 672	959 127	
D01 a D03		649 496	151 833	497 663	
N/D	N/D	5 156 106	268 743	4 887 363	
			28 829 575	719 834	28 109 741

Nota: A exposição bruta corresponde ao valor nominal ajustado pelas correcções de valor.

Em 30 de Junho de 2012 a composição dos títulos em carteira por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rating Grade Class	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Títulos	Rtg Externo	AAA a AA-	117 380		117 380
		A+ a A-	1 199 433		1 199 433
		BBB+ a BBB-	1 177 919		1 177 919
		BB+ a BB-	6 972 398	234	6 972 164
		B+ a B-	124 780		124 780
	< B-	80 357	16 102	64 255	
N/D	N/D	739 808	71 802	668 006	
			10 412 075	88 138	10 323 937

Em 31 de Dezembro de 2011 a composição das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rating Grade Class	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito		AAA a AA-	1 463 072		1 463 072
		A+ a A-	12 618		12 618
	Rtg Externo	BBB+ a BBB-	123 023		123 023
		BB+ a BB-	1 003 369		1 003 369
		B+ a B-	2 888		2 888
		N/D	N/D	3 350	3
			2 608 320	3	2 608 317

Nota: A exposição bruta corresponde ao valor nominal ajustado pelas correcções de valor. Não inclui cheques a cobrar.

Em 31 de Dezembro de 2011 a composição do crédito a Clientes por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rating Grade Class	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Crédito a clientes		AAA a AA-	92 729		92 729
		A+ a A-	140 712	490	140 222
	Rtg Externo	BBB+ a BBB-	81 474	41	81 433
		BB+ a BB-	1 881 240	332	1 880 908
		B+ a B-	173 596		173 596
		< B-	182 695	61 397	121 298
		Forte	258 543		258 543
	Rtg Project Finance	Bom	977 338	29	977 309
		Satisfatório	143 413		143 413
		Fraco	259 609	5 304	254 305
	Rtg Interno	E01 a E03	1 696 416	4 789	1 691 627
		E04 a E06	2 922 291	7 364	2 914 927
		E07 a E10	1 650 124	22 082	1 628 042
		ED1 a ED3	446 395	169 644	276 751
	Scoring	01 a 03	8 012 127	8 903	8 003 224
		04 a 06	3 087 046	7 435	3 079 611
		07 a 10	1 023 528	11 567	1 011 961
D01 a D03		569 497	132 189	437 308	
	N/D	N/D	5 304 412	244 685	5 059 727
			28 903 185	676 251	28 226 934

Nota: A exposição bruta corresponde ao valor nominal ajustado pelas correcções de valor.

Em 31 de Dezembro de 2011 a composição dos títulos em carteira por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rating Grade Class	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Títulos		AAA a AA-	174 868		174 868
		A+ a A-	1 174 245		1 174 245
	Rtg Externo	BBB+ a BBB-	1 096 190		1 096 190
		BB+ a BB-	4 800 373	221	4 800 152
		B+ a B-	24 954		24 954
		< B-	184 971	39 598	145 373
	N/D	N/D	861 486	147 664	713 822
			8 317 087	187 483	8 129 604

### Crédito reestruturado

Foram consideradas como operações de crédito reestruturado as operações cujas condições foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito (podendo ou não estar em incumprimento), após reforço de garantias ou pagamento integral dos juros e outros encargos vencidos, e para as quais não se encontra registada imparidade por análise individual nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco BPI. Refira-se que as operações de crédito renegociadas com imparidade por análise individual não são apresentadas nesta secção.

Foram identificadas as seguintes operações de crédito reestruturado, sem imparidade por análise individual, com referência a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

	30 Jun. 12				31 Dez. 11			
	Crédito			Imparidade colectiva	Crédito			Imparidade colectiva
	Vivo	Vencido	Total		Vivo	Vencido	Total	
Sem imparidade por análise individual								
Empresas	291 721	9 228	300 949	10 322	280 312	3 854	284 166	8 208
Particulares								
Habituação	67 266	29 269	96 535	17 349	56 946	26 080	83 026	13 951
Outros créditos	32 814	4 912	37 726	6 475	28 438	3 395	31 834	4 934
	391 801	43 409	435 210	34 146	365 696	33 329	399 026	27 093

O Banco BPI continua a desenvolver esforços no sentido de melhorar a informação disponível sobre as diversas alterações das operações de crédito ao longo do tempo, nomeadamente sobre situações de reestruturação.

### **Risco de liquidez**

De seguida apresentam-se os mapas preparados com base nos requisitos definidos no IFRS 7 relativamente a Risco de Liquidez, considerando a totalidade dos cash-flows contratuais não descontados que se prevêem vir a ser pagos ou recebidos nos períodos indicados relativos a operações em vida na data de referência.

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros abaixo apresentados são os seguintes:

- no caso de juros dependentes de indexantes de mercado ou outros referenciais apenas determináveis em data futura (por exemplo os juros baseados na Euribor) foram feitas hipóteses quanto ao valor futuro desses referenciais, baseadas no último valor conhecido;
- não são considerados incumprimentos ou reembolsos antecipados (salvo no caso de instrumentos de dívida perpétuos);
- as acções e o crédito vencido são incluídos (pelo seu valor de balanço) na coluna "indeterminado";
- os depósitos à ordem (incluindo juros) e as notas e moedas em "caixa" são considerados na coluna "à vista";
- as operações da carteira de negociação e de todos os derivados, são consideradas nestes mapas pelos cash flows previsionais ou estimados, nas datas contratuais, e não pelo valor de mercado que seria obtido pela sua eventual alienação a curto prazo.

Em 30 de Junho de 2012, os cash-flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	indeterminado	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 315 829						1 315 829
Disponibilidades em outras instituições de crédito	290 472	80 211					370 683
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados		39 096	48 481	82 824	139 987	291 896	602 284
Activos financeiros disponíveis para venda		2 268 870	2 359 253	911 140	3 469 012	326 579	9 334 854
Investimentos detidos até à maturidade		25 697	182 286	255 653	11 301		474 937
Aplicações em instituições de crédito		1 521 211	248 430	21 447	5 272		1 796 360
Crédito a clientes		5 174 784	2 378 623	7 275 236	13 159 815	796 099	28 784 557
Derivados de cobertura <sup>1</sup>		4 096 367	4 697 284	4 697 380	3 346 262		16 837 293
Derivados de negociação <sup>1</sup>		457 185	898 940	5 174 266	1 796 729		8 327 120
Cash-flow de juros contratuais de derivados		143 898	274 953	707 346	418 423		1 544 620
Cash-flow de juros contratuais de outros activos	60	348 440	788 440	2 813 113	3 355 228		7 305 281
	1 606 361	14 155 759	11 876 690	21 938 405	25 702 029	1 414 574	76 693 818
<b>Passivos</b>							
Recursos de bancos centrais		20 118		4 000 000			4 020 118
Passivos financeiros detidos para negociação				204	226		430
Recursos de outras instituições de crédito		1 071 651	48 173	195 610	73 604		1 389 038
Recursos de clientes e outros empréstimos	7 515 757	8 785 196	7 179 408	1 091 168	292 681		24 864 210
Responsabilidades representadas por títulos		1 174 781	1 035 893	2 497 053	280 069		4 987 796
Passivos financeiros associados a activos transferidos				675 769	1 013 461		1 689 230
Derivados de cobertura <sup>1</sup>		4 096 336	4 688 939	4 696 901	3 333 634		16 815 810
Derivados de negociação <sup>1</sup>		447 067	891 296	5 193 522	1 807 928		8 339 813
Provisões técnicas		173 067	717 179	744 217	716 120		2 350 583
Obrigações subordinadas de conversão contingente				1 500 000			1 500 000
Outros passivos subordinados e títulos de participação		59 533		13 970	100 784		174 287
Cash-flow de juros contratuais de derivados		132 400	302 203	1 053 739	554 401		2 042 743
Cash-flow de juros contratuais de outros passivos		306 031	513 368	1 038 941	229 171		2 087 511
	7 515 757	16 266 180	15 376 459	22 701 094	8 402 079		70 261 569

<sup>1</sup> Inclui o valor nocional das operações de swap.

Em 31 de Dezembro de 2011, os cash-flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	indeterminado	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 144 800						1 144 800
Disponibilidades em outras instituições de crédito	282 548	102 121					384 669
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados		128 035	25 914	93 318	38 195	309 454	594 916
Activos financeiros disponíveis para venda		2 233 833	1 752 813	288 086	2 245 223	327 920	6 847 875
Investimentos detidos até à maturidade		178 207	157 751	532 773	5 565		874 296
Aplicações em instituições de crédito		2 145 755	148 463	20 493	10 978		2 325 689
Crédito a clientes		4 996 975	2 728 773	7 227 098	13 186 015	728 436	28 867 297
Derivados de cobertura <sup>1</sup>		1 534 846	5 075 563	7 477 275	3 474 179		17 561 863
Derivados de negociação <sup>1</sup>		292 391	649 618	3 860 532	3 994 117		8 796 657
Cash-flow de juros contratuais de derivados		112 613	333 437	876 756	533 965		1 856 771
Cash-flow de juros contratuais de outros activos	417	370 111	808 738	2 816 264	4 244 203		8 239 733
	1 427 765	12 094 886	11 681 070	23 192 595	27 732 440	1 365 810	77 494 566
<b>Passivos</b>							
Recursos de bancos centrais		496 817		2 000 000			2 496 817
Passivos financeiros detidos para negociação					126 340		126 340
Recursos de outras instituições de crédito		1 354 188	449 832	189 003	71 118		2 064 141
Recursos de clientes e outros empréstimos	7 535 773	8 062 563	8 171 853	632 407	54 652		24 457 248
Responsabilidades representadas por títulos		1 087 927	1 592 884	3 325 993	513 468		6 520 272
Passivos financeiros associados a activos transferidos				936 958	476 733		1 413 691
Derivados de cobertura <sup>1</sup>		1 522 293	5 082 015	7 474 187	3 464 897		17 543 392
Derivados de negociação <sup>1</sup>		346 840	644 245	3 847 734	3 980 278		8 819 097
Provisões técnicas		196 427	594 598	1 020 887	813 269		2 625 181
Outros passivos subordinados e títulos de participação			57 819	2 375	153 868		214 062
Cash-flow de juros contratuais de derivados		122 791	382 665	1 330 794	776 360		2 612 610
Cash-flow de juros contratuais de outros passivos		223 645	541 183	761 543	429 888		1 956 259
	7 535 773	13 413 491	17 517 095	21 521 881	10 860 871		70 849 111

<sup>1</sup> Inclui o valor nocional das operações de swap.

O Banco acompanha em permanência a evolução da sua liquidez, monitorizando em tempo real as entradas e saídas de fundos. São efectuadas projecções de liquidez de curto e de médio prazo que têm por objectivo ajudar a planear a estratégia de financiamento no mercado monetário e no mercado de capitais. Durante o primeiro semestre de 2012, o Grupo BPI reembolsou dívida de médio e longo prazo no valor de 897 000 m.euros (valor líquido de recompras) e a carteira de títulos foi objecto de reembolsos no valor de 1 228 000 m.euros. No final de Junho de 2012 concretizou-se a emissão de instrumentos de capital Core Tier 1 no valor de 1 500 000 m.euros, ao abrigo da linha de recapitalização dos bancos portugueses, que foi subscrita integralmente pelo Estado Português. O valor do financiamento obtido junto do BCE era de 4 000 000 m.euros em Junho de 2012, com vencimentos previstos para 2015, havendo possibilidade de reembolso antecipado a partir de Dezembro de 2012. O Banco dispõe de uma carteira de activos que pode utilizar para obter financiamento junto do BCE cujo valor, líquido das margens de avaliação do BCE, era, em 30 de Junho de 2012, de 9 780 122 m.euros. Deste montante, 4 543 092 m.euros estavam disponíveis para utilização imediata.

No Relatório de Gestão, na secção relativa ao Risco de Liquidez, são apresentados elementos complementares utilizados pelo Grupo na gestão corrente do seu risco de liquidez.

### **Risco de Mercado**

O risco de mercado (taxa de juro, taxa de câmbio, preço das acções, preço de mercadorias e spread) define-se como a possibilidade de incorrer em perdas, devido a variações inesperadas do preço de instrumentos ou de operações (“preço” inclui o valor de um índice, da taxa de juro ou da taxa de câmbio). O risco de spread é o risco proveniente da variabilidade das taxas de juro de algumas contrapartes relativamente à taxa de juro tomada como referência.

A gestão do risco de mercado no Grupo BPI é da responsabilidade da Comissão Executiva para os Riscos Globais (CERG) e é diferenciada no que concerne à carteira de negociação (trading) relativamente à restante actividade. No caso específico do risco cambial, a avaliação é feita para a actividade como um todo (trading e não-trading).

Mais informação sobre os riscos de mercado no Grupo BPI está disponível no capítulo Gestão dos Riscos do Relatório de Gestão.

#### Carteira de negociação (trading)

As posições de trading são geridas autonomamente pelos traders, dentro dos limites estabelecidos pelo Manual da Sala de Mercados, único para todo o Grupo BPI, aprovado pela Comissão Executiva do Conselho de Administração. A carteira de negociação é definida para efeitos de gestão financeira e de risco de forma independente da classificação contabilística (embora os conceitos coincidam em boa parte) e inclui todo o tipo de instrumentos financeiros negociados pelas Salas de Mercados (derivados, reportes, acções e obrigações) que produzem vários tipos de risco de mercado, nomeadamente os riscos de taxa de juro, acções, cambial, mercadorias e spread.

A avaliação e controlo dos riscos de mercado em operações de trading é executada diariamente mediante o uso de uma rotina de cálculo do VaR – Value at Risk – que utiliza um modelo standartizado (do tipo “variância co-variância”), com base na actividade dos Bancos do Grupo BPI no seu conjunto.

O VaR calculado equivale à perda máxima potencial, com um nível de confiança de 99%, resultante de uma evolução desfavorável dos factores de risco num horizonte temporal de duas semanas (factores de risco são as taxas de crescimento dos preços, índices e taxas de juro que informam o valor da carteira, ou que são tomados como representativos desses mesmos preços, índices e taxas). O modelo utiliza como volatilidade dos factores de risco os desvios padrão de amostras históricas dos seus valores com uma dimensão anual e ponderação uniforme. No cálculo do risco global o efeito de diversificação dos investimentos é capturado no modelo a partir da consideração do efeito estatístico da correlação entre factores de risco (a correlação utilizada é calculada a partir de amostras históricas de dimensão anual e ponderação uniforme dos pares de factores de risco relevantes). É assumida uma distribuição normal dos factores de risco, com média zero e desvio padrão que leve ao nível de confiança acima referido.

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, o VaR nos livros de trading do Banco foi seguinte:

	30 Jun. 12		30 Jun. 11 Pro forma	
	VaR Médio	VaR Máximo	VaR Médio	VaR Máximo
Risco de taxa de juro	2 943	8 131	296	855
Risco cambial	468	1 018	310	1 418
Risco de acções	646	2 610	315	1 527
Mercadorias	1	17		

No cumprimento das suas obrigações legais o Grupo produz igualmente informação prudencial para efeitos de controlo pelo supervisor e cálculo do capital regulamentar relativo a riscos de mercado de acordo com metodologia standard constante das normas publicadas pelo Banco de Portugal.

#### Carteira bancária (não-trading)

O Comité Financeiro, presidido pelo elemento da Comissão Executiva com o pelouro Financeiro, acompanha e faz a gestão corrente das posições que fazem parte da carteira bancária, a partir de relatórios produzidos para o efeito e dentro das orientações da CERG. Quando necessário é pedida uma reunião extraordinária da CERG para tomada de decisões mais importantes.

#### Risco de Taxa de Juro

De seguida é apresentada a análise de sensibilidade da margem financeira do Grupo BPI a uma subida de 2% das taxas de juro de referência, considerando a totalidade dos instrumentos da carteira bancária sensíveis à taxa de juro (incluindo a carteira de títulos da actividade internacional classificada contabilisticamente como de negociação):

Banda temporal	30 Jun. 12			30 Jun. 11 Pro forma		
	Margem financeira					
	Posição	Factor de ponderação	Posição ponderada	Posição	Factor de ponderação	Posição ponderada
à vista	2 524 367	2.00%	50 487	1 509 949	2.00%	30 199
à vista - 1 mês	(3 181 923)	1.92%	( 61 093)	( 685 238)	1.92%	( 13 157)
1 - 2 meses	774 624	1.75%	13 556	( 13 075)	1.75%	( 229)
2 - 3 meses	2 154 962	1.58%	34 048	3 339 325	1.58%	52 761
3 - 4 meses	352 295	1.42%	5 003	598 324	1.42%	8 496
4 - 5 meses	( 473 901)	1.25%	( 5 924)	( 386 794)	1.25%	( 4 835)
5 - 6 meses	2 477 318	1.08%	26 755	2 488 151	1.08%	26 872
6 - 7 meses	66 134	0.92%	608	106 481	0.92%	980
7 - 8 meses	286 907	0.75%	2 152	( 127 831)	0.75%	( 959)
8 - 9 meses	723 652	0.58%	4 197	( 174 723)	0.58%	( 1 013)
9 - 10 meses	( 124 951)	0.42%	( 525)	( 215 145)	0.42%	( 904)
10 - 11 meses	121 762	0.25%	304	( 26 376)	0.25%	( 66)
11 - 12 meses	139 731	0.08%	112	374 599	0.08%	300
<b>Total</b>			<b>69 680</b>			<b>98 446</b>

Nota: As posições foram distribuídas pelas colunas de activo, passivo e pelas respectivas classes de maturidade.

Os valores das posições ponderadas indicam uma estimativa do impacto na margem financeira obtida no final dos 12 meses iniciados a 1 de Julho do respectivo ano provenientes em cada caso de uma variação única e instantânea de 2% no conjunto das taxas de juro de mercado que afectam as respectivas posições. Assim, o valor do impacto em cada data depende da existência e distribuição no tempo dos gaps de repricing.

O risco de taxa de juro das operações activas e passivas a taxa fixa é coberto através de derivados, ou encontra-se compensado por operações de balanço de perfil de risco inverso. Em 30 de Junho de 2012, o BPI detinha uma posição passiva de 1 500 000 m.euros a taxa fixa, correspondente às obrigações subordinadas de conversão contingente, que era parcialmente compensada por 891 045 m.euros de activos a taxa fixa (dívida pública portuguesa). O GAP de repricing deste conjunto de operações foi parcialmente anulado quando, a 13 de Agosto de 2012, o BPI procedeu ao reembolso antecipado de 200 000 m.euros do passivo. Em 30 de Junho de 2011, o Grupo BPI não detinha exposições significativas de médio e longo prazo com taxa de juro fixa ao longo da vida das operações.

## **Risco Acções**

De acordo com os requisitos prudenciais, o Grupo BPI apura o impacto da descida de 20% da cotação das acções e das unidades de participação classificadas em activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados<sup>1</sup>. A realização deste stress test teve por base as seguintes exposições em acções e unidades de participação:

	<b>30 Jun. 12</b>	<b>31 Dez. 11</b>
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	17 493	16 549
Activos financeiros disponíveis para venda - ao justo valor e sem imparidade	117 221	131 721
Activos financeiros disponíveis para venda - ao justo valor e com imparidade	6 116	6 896
Activos financeiros disponíveis para venda valorizados a custo histórico	10 385	11 248
Unidades de participação em fundos de liquidez, de obrigações e imobiliários	142 029	128 218
	<b>293 244</b>	<b>294 632</b>

Nota: Não inclui a carteira de negociação que está incluída no risco de mercado.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, uma desvalorização de 20% da cotação dos títulos acima referidos (excepto títulos a custo histórico e unidades de participação em fundos de liquidez, obrigações e imobiliários e assumindo que não são identificadas situações adicionais de imparidade face às que existam na data de referência das demonstrações financeiras) traduzir-se-ia numa redução do respectivo justo valor em 28 166 m.euros e 31 033 m.euros, respectivamente implicando o reconhecimento de custos no montante de 4 722 m.euros e 4 689 m.euros sendo a restante desvalorização reflectida na reserva de justo valor.

---

<sup>1</sup> Excluindo títulos detidos pela BPI Vida e Pensões.

## **Risco cambial**

Em 30 de Junho de 2012, a repartição dos activos e passivos financeiros por moeda apresenta a seguinte estrutura:

Tipo de instrumento financeiro	Activos e passivos por moedas				
	EUR	USD	AKZ	Outras moedas	Total
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	423 119	474 313	415 342	3 079	1 315 853
Disponibilidades em outras instituições de crédito	290 573	23 262	24 597	32 288	370 720
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	784 140	104 816	67 277	4 867	961 100
Activos financeiros disponíveis para venda <sup>1</sup>	8 491 350	1 318 313	631 487	361	10 441 511
Aplicações em instituições de crédito	701 428	347 277	745 701	3 367	1 797 773
Crédito a clientes	26 656 280	761 212	628 039	166 814	28 212 345
Investimentos detidos até à maturidade	479 704				479 704
Derivados de cobertura	295 057	4 798		7 960	307 815
Devedores e outras aplicações	50 773	153 305	1 937	318	206 333
	<b>38 172 424</b>	<b>3 187 296</b>	<b>2 514 380</b>	<b>219 054</b>	<b>44 093 154</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de bancos centrais	4 037 663				4 037 663
Passivos financeiros detidos para negociação	315 248	40 037		110	355 395
Recursos de outras instituições de crédito	1 194 706	203 254	37	2 860	1 400 857
Recursos de clientes e outros empréstimos	18 898 385	4 038 352	2 014 710	184 859	25 136 306
Responsabilidades representadas por títulos	4 926 488	143 865		68 781	5 139 134
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 690 619				1 690 619
Derivados de cobertura	666 607	19 472		363	686 442
Provisões	106 870	35 005	1 021	883	143 779
Provisões técnicas	2 350 583				2 350 583
Obrigações subordinadas de conversão contingente	1 500 694				1 500 694
Outros passivos subordinados e títulos de participação	174 684				174 684
	<b>35 862 547</b>	<b>4 479 985</b>	<b>2 015 768</b>	<b>257 856</b>	<b>42 616 156</b>
Operações cambiais a prazo	(1 374 134)	1 373 297	( 23 049)	42 250	18 364
		<b>80 608</b>	<b>475 563</b>	<b>3 448</b>	
Stress Test		16 122	142 669	690	

<sup>1</sup> Exclui os valores registados na reserva de justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2011, a repartição dos activos e passivos financeiros por moeda apresenta a seguinte estrutura:

Tipo de instrumento financeiro	Activos e passivos por moedas				
	EUR	USD	AKZ	Outras moedas	Total
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	217 285	492 528	431 621	3 684	1 145 118
Disponibilidades em outras instituições de crédito	306 412	47 874	1 954	28 528	384 768
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	808 205	114 682	11 165	3 438	937 490
Activos financeiros disponíveis para venda <sup>1</sup>	6 166 127	1 212 462	1 127 803	360	8 506 752
Aplicações em instituições de crédito	1 535 716	538 458	255 762	7 655	2 337 591
Crédito a clientes	26 945 167	891 123	317 488	164 486	28 318 264
Investimentos detidos até à maturidade	766 190				766 190
Derivados de cobertura	267 428	5 031		7 384	279 843
Devedores e outras aplicações	46 141	148 748	1 913	185	196 987
	<b>37 058 671</b>	<b>3 450 906</b>	<b>2 147 706</b>	<b>215 720</b>	<b>42 873 003</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de bancos centrais	2 499 197				2 499 197
Passivos financeiros detidos para negociação	401 135	52 925		178	454 238
Recursos de outras instituições de crédito	1 858 474	194 480	36	18 530	2 071 520
Recursos de clientes e outros empréstimos	18 717 200	4 041 012	1 724 863	188 253	24 671 328
Responsabilidades representadas por títulos	6 464 615	159 711		67 627	6 691 953
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 414 597				1 414 597
Derivados de cobertura	641 241	20 198		465	661 904
Provisões	92 263	34 314	725	886	128 188
Provisões técnicas	2 625 181				2 625 181
Outros passivos subordinados e títulos de participação	214 491				214 491
	<b>34 928 394</b>	<b>4 502 640</b>	<b>1 725 624</b>	<b>275 939</b>	<b>41 432 597</b>
Operações cambiais a prazo	(1 124 355)	1 129 923	( 7 652)	45 757	43 673
		<b>78 189</b>	<b>414 430</b>	<b>( 14 462)</b>	
Stress Test		15 638	124 329	2 892	

<sup>1</sup> Exclui os valores registados na reserva de justo valor.

O stress test realizado consiste em avaliar o impacto da variação de 20% no câmbio de cada moeda contra o euro, excepto no caso do kuanza (AKZ) em que foi avaliado o impacto da variação de 30% contra o euro. Os valores apresentados são valores absolutos e correspondem ao impacto potencial (antes de impostos) no total dos capitais próprios incluindo interesses minoritários.

### Contabilidade de cobertura

O Grupo BPI aplica Contabilidade de Cobertura de justo valor em várias linhas de negócio, entre as quais a cobertura de:

- depósitos a taxa fixa;
- emissões de dívida a taxa fixa;
- emissões de dívida estruturada;
- títulos em carteira remunerados a taxa fixa.

O Grupo BPI dispõe de relações de cobertura “back-to-back” e de macro-coberturas.

O Grupo BPI assegura a cobertura do risco de taxa de juro e do risco cambial associado aos elementos cobertos acima descritos.

Os principais instrumentos de cobertura utilizados para o efeito são swaps de taxa de juro e forwards cambiais.

De referir que a aplicação de Contabilidade de Cobertura permite eliminar o “accounting mismatch” que resultaria do reconhecimento ao custo amortizado dos elementos cobertos, enquanto os instrumentos de cobertura (instrumentos financeiros derivados) teriam de ser obrigatoriamente registados ao justo valor através de resultados. O valor dos instrumentos financeiros cobertos é a sua exposição (valor nominal contratado).

Em 30 de Junho de 2012, o valor de balanço dos elementos cobertos e o justo valor dos instrumentos de cobertura associados tem a seguinte composição:

Tipo de coberturas de justo valor	Elementos cobertos					Instrumentos de cobertura			
	Montante nominal	Juros, prémios e valias potenciais	Imparidades	Correcções de valor	Total	Montante nominal	Juros e prémios	Reavaliação	Justo valor
<i>Activos</i>									
Crédito a Clientes	496 455	4 149	( 1 651)	45 018	543 971	559 693	( 6 786)	( 45 532)	( 52 318)
Títulos em carteira a taxa fixa	4 142 500	(1 198 461)		546 620	3 490 659	4 543 937	( 32 935)	( 547 637)	( 580 572)
	4 638 955	(1 194 312)	( 1 651)	591 638	4 034 630	5 103 630	( 39 721)	( 593 169)	( 632 890)
<i>Passivos</i>									
Recursos de Instituições de Crédito	76 791	380		10 252	( 87 423)	56 893	16	15	31
Depósitos de Clientes	6 341 394	92 998		40 160	(6 474 552)	7 013 799	77 570	22 789	100 359
Emissões de dívida	4 078 348	28 233		105 809	(4 212 390)	4 975 131	15 112	138 761	153 873
	10 496 533	121 611		156 221	(10 774 365)	12 045 823	92 698	161 565	254 263

Não foram incluídas neste quadro as opções embutidas.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de balanço dos elementos cobertos e o justo valor dos instrumentos de cobertura associados tem a seguinte composição:

Tipo de coberturas de justo valor	Elementos cobertos					Instrumentos de cobertura			
	Montante nominal	Juros, prémios e valias potenciais	Imparidades	Correcções de valor	Total	Montante nominal	Juros e prémios	Reavaliação	Justo valor
<i>Activos</i>									
Aplicações em Instituições de Crédito	100 000	2 706		83	102 789	108 981	( 679)	( 8 147)	( 8 826)
Crédito a Clientes	999 629	( 290 663)	( 62 665)	35 888	682 189	840 455	( 7 375)	( 58 504)	( 65 879)
Títulos em carteira a taxa fixa	5 172 500	(1 537 298)		460 053	4 095 255	6 070 818	( 61 332)	( 461 861)	( 523 193)
	6 272 129	(1 825 255)	( 62 665)	496 024	4 880 233	7 020 254	( 69 386)	( 528 512)	( 597 898)
<i>Passivos</i>									
Recursos de Instituições de Crédito	65 792	812		8 793	( 75 397)	65 835	658	8 778	9 436
Depósitos de Clientes	5 555 417	78 186		27 354	(5 660 957)	5 976 361	53 906	11 750	65 656
Emissões de dívida	5 180 717	35 466		111 218	(5 327 401)	6 526 729	13 613	127 132	140 745
	10 801 926	114 464		147 365	(11 063 755)	12 568 925	68 177	147 660	215 837

Não foram incluídas neste quadro as opções embutidas.

São apresentados os montantes nominais dos elementos cobertos para os quais se encontra a ser aplicada contabilidade de cobertura. O valor nominal dos instrumentos de cobertura apresentado corresponde ao somatório dos nominais dos derivados de cobertura contratados, incluindo os forward start (swaps e futuros), pelo que este valor nominal pode ser superior aos valores nominais dos elementos cobertos. Para um determinado activo ou passivo (nomeadamente em títulos de taxa fixa) podem existir vários derivados a cobrir os respectivos fluxos futuros.

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos instrumentos financeiros derivados de cobertura e nos elementos cobertos foram os seguintes:

Tipo de coberturas de justo valor	30 Jun. 12	30 Jun. 11
Derivados de cobertura	( 100 090)	( 45 170)
Elementos cobertos		
Aplicações em Instituições de Crédito	( 83)	( 979)
Crédito a Clientes	9 130	( 7 201)
Títulos em carteira a taxa fixa	96 272	( 51 411)
Recursos de Instituições de crédito	( 1 458)	1 896
Depósitos de Clientes	( 13 602)	15 570
Emissões de dívida	37 018	148 949
	<u>127 277</u>	<u>106 824</u>
	<u>27 187</u>	<u>61 654</u>

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, a rubrica ganhos em emissões de dívida inclui 26 639 m.euros e 74 238 m.euros relativos a ganhos na recompra de obrigações próprias.

#### 4.49. Programa de remuneração variável em acções (RVA)

O Programa de Remuneração Variável em Acções (RVA) é um programa que prevê que, sempre que seja decidida a atribuição de remuneração variável aos Administradores Executivos e aos Colaboradores do Grupo BPI (neste caso, desde que superior a 2500 euros), esta seja, em parte, composta por acções representativas do capital social do Banco BPI (acções BPI) e em opções de compra de acções BPI. A parcela de remuneração variável individual que corresponde ao RVA oscila entre 10% e 50%, sendo a percentagem tanto maior quanto maior for o nível de responsabilidade do seu beneficiário.

No que respeita aos Colaboradores as acções atribuídas no âmbito do RVA transmitem-se na sua totalidade, na data da atribuição, para a titularidade dos mesmos, mas essa transmissão fica, quanto a 75% das acções em causa, sujeita a condição resolutiva (traduzida na cessação da relação laboral, salvo se feita com justa causa do Colaborador), sujeição essa que cessa de uma forma gradual ao longo dos três anos seguintes à data de atribuição (25% em cada ano). As opções de compra de acções podem ser exercidas entre o 90º dia e o quinto ano a contar da data de atribuição. A cessação da relação laboral do Colaborador com o Grupo BPI afecta, também, nos termos previstos no Regulamento do RVA, as opções atribuídas.

No que respeita aos Administradores Executivos, até ao RVA 2009, inclusive, as condições de atribuição das acções e opções sobre acções eram idênticas às referidas anteriormente para os Colaboradores. A partir do RVA 2010, as acções e as opções sobre acções atribuídas aos Administradores Executivos no âmbito do RVA ficam sujeitas à seguinte condição suspensiva: a situação líquida do Banco BPI, apurada com base nas suas contas consolidadas relativas ao terceiro exercício posterior àquele a que respeita a remuneração variável ser de valor superior à situação líquida do Banco BPI, apurada com base nas suas contas consolidadas relativas ao exercício a que respeita a remuneração variável, observados, para o efeito, os pressupostos previstos no Regulamento do RVA. A atribuição de acções fica, ainda, sujeita, também como condição suspensiva, à não verificação da cessação da relação de administração ou laboral nos termos previstos pelo Regulamento do RVA. Para além das condições referidas, a atribuição de acções fica também sujeita a um termo suspensivo de 3 anos a contar da data de atribuição, o período de exercício para as opções sobre acções inicia-se após o decurso desse mesmo prazo.

Durante o período do investimento público, não serão pagas aos membros da Comissão Executiva do Banco BPI quaisquer remunerações variáveis, isto sem prejuízo de a Comissão de Remunerações poder continuar a realizar anualmente a avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração e a determinação do valor da remuneração variável que lhes caberia por aplicação das regras da Política de Remuneração aprovadas pela Assembleia Geral de Abril de 2011, valor esse cujo pagamento ficará dependente de uma decisão da Comissão de Remunerações então em funções, a tomar após o reembolso integral do investimento público.

No RVA 2007, os colaboradores cujo montante de remuneração variável atribuído foi superior ou igual a 2 500 euros e inferior ou igual a 10 000 euros puderam optar, por receber esse valor totalmente em "cash". Nos RVAs 2008, 2009, 2010 e 2011 os Administradores Executivos e os colaboradores, cujo montante de remuneração variável atribuído foi superior ou igual a 2 500 euros, puderam optar por receber a remuneração variável totalmente em "cash", sem prejuízo da aplicação das regras do diferimento da disponibilização e sujeição à Condição de Acesso acima referidos ao valor de até 50% da remuneração variável paga aos Administradores Executivos.

Em 2006 não houve RVA por o Banco se encontrar sob uma oferta pública de aquisição. Todos os outros programas de RVA mantêm-se em vigor, nas condições referidas nesta nota.

O preço de atribuição das acções resulta da média ponderada pelas quantidades transaccionadas das cotações das acções BPI nas últimas dez sessões de bolsa anteriores à data de atribuição das referidas acções. O preço de atribuição das acções corresponde igualmente ao preço de exercício das opções.

A disponibilização das acções (nos três anos subsequentes à atribuição) está condicionada à permanência dos Colaboradores no Grupo BPI. Os preços de atribuição, bem como o período de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Programa	Acções				
	Data de atribuição	Valor de atribuição	Data de disponibilização das tranches		
			2ª	3ª	4ª
RVA 2007	2008-03-21	3.33	2009-03-21	2010-03-21	2011-03-21
RVA 2008	2009-03-16	1.29	2010-03-16	2011-03-16	2012-03-16
RVA 2009	2010-03-11	1.76	2011-03-11	2012-03-11	2013-03-11
RVA 2010	2011-04-29	1.25	2012-04-29	2013-04-29	2014-04-29
RVA 2011	2012-05-28	0.37	2013-05-28	2014-05-28	2015-05-28

As opções são exercíveis entre o 90º dia e o final do 5º ano a contar da data de atribuição. A disponibilização das opções encontra-se condicionada à permanência dos Colaboradores no Grupo BPI.

Os preços de exercício das opções, bem como o respectivo período de exercício encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Programa	Opções			
	Data de atribuição	Preço de exercício <sup>1</sup>	Período de exercício	
			De	A
RVA 2005	2006-02-23	4.27	2006-05-24	2011-02-23
RVA 2007	2008-03-21	2.91	2008-06-23	2013-03-21
RVA 2008	2009-03-16	1.29	2009-06-17	2014-03-16
RVA 2009	2010-03-11	1.76	2010-06-12	2015-03-11
RVA 2010	2011-04-29	1.13	2011-07-30	2016-04-29
RVA 2011	2012-05-28	0.37	2012-08-29	2017-05-28

<sup>1</sup> Preço de exercício após o efeito do aumento de capital do BBPI, realizado em Maio de 2011.

Por deliberação da Assembleia Geral do Banco, os membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração terão aplicado um plano de RVA (em condição suspensiva) cujas datas de disponibilização e exercício são as indicadas nos quadros seguintes:

Programa	Acções		
	Data de atribuição	Valor de atribuição	Data de disponibilização
RVA 2010	2011-04-29	1.25	2014-04-29

Programa	Opções			
	Data de atribuição	Preço de exercício <sup>1</sup>	Período de exercício	
			De	A
RVA 2010	2011-04-29	1.13	2014-04-29	2017-04-29

<sup>1</sup> Preço de exercício após o efeito do aumento de capital do BBPI, realizado em Maio de 2011.

O número de Colaboradores abrangidos pelos programas RVA 2011 e RVA 2010 é o seguinte:

	RVA 2011	RVA 2010
Administradores	0	6
Colaboradores	66	94
	66	100

O custo do total dos Programas RVA encontra-se resumido no quadro seguinte:

Programa	Custo total		
	Acções	Opções	Total
RVA 2001	2 478	2 478	4 956
RVA 2002	2 507	2 507	5 014
RVA 2003	3 202	2 272	5 474
RVA 2004	3 834	2 169	6 003
RVA 2005	4 006	3 075	7 081
RVA 2007	2 649	5 938	8 587
RVA 2008	115	634	749
RVA 2009	29	814	843
RVA 2010	29	738	767
RVA 2011	8	211	219
RVA 2012	3	145	148
	<b>18 860</b>	<b>20 981</b>	<b>39 841</b>

Os valores do programa RVA 2012 são estimados para o exercício.

## MODELO DE VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CAPITAL ATRIBUÍDOS AOS COLABORADORES DO GRUPO BPI

### Acções

Para as remunerações variáveis em acções, o Banco adquire uma carteira de acções BPI e transmite a propriedade das acções para os Colaboradores na data de atribuição do RVA.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, o movimento ocorrido no número de acções ainda não disponibilizadas aos Colaboradores do Grupo BPI, bem como o justo valor dos respectivos instrumentos de capital é o seguinte:

	RVA 2008			RVA 2009			RVA 2010			RVA 2011		
	Número	Justo valor		Número	Justo valor		Número	Justo valor		Número	Justo valor	
		Na data de Atribuição	Na data de Referencia		Na data de Atribuição	Na data de Referencia		Na data de Atribuição	Na data de Referencia		Na data de Atribuição	Na data de Referencia
Acções atribuídas até 2010	128 252	181	178	14 937	29	21						
Acções disponibilizadas até 2010	62 303	88	86	3 774	7	5						
Acções disponibilizadas antecipadamente até 2010	5 659	8	8									
Acções recusadas até 2010												
Acções não disponíveis em 31 de Dezembro de 2010	60 290	85	84	11 163	22	15						
Acções atribuídas em 2011	3 053	4	1	769	1		7 059	8	3			
Acções disponibilizadas em 2011	30 145	39	14	3 681	6	2	1 651	2	1			
Acções disponibilizadas antecipadamente em 2011				120								
Acções recusadas em 2011												
Acções não disponíveis em 31 de Dezembro de 2011	33 198	43	16	8 131	14	4	5 408	6	3			
Acções atribuídas em 2012										9 168	3	5
Acções disponibilizadas em 2012	33 198	43	18	4 036	7	2	1 780	2	1	2 301	1	1
Acções disponibilizadas antecipadamente em 2012												
Acções recusadas em 2012												
Acções não disponíveis em 30 de Junho de 2012				4 095	7	2	3 628	4	2	6 867	3	4

Em caso de morte, invalidez ou reforma do Colaborador, as acções indisponíveis são antecipadamente disponibilizadas, passando a estar livremente à sua disposição ou à disposição dos respectivos herdeiros.

As acções recusadas incluem as acções atribuídas mas não disponíveis, às quais os colaboradores perderam o direito por terem deixado de estar ao serviço do Grupo BPI.

## Opções

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, o movimento ocorrido no número de opções sobre ações em circulação detidas pelos Colaboradores do Grupo BPI (opções que podem ser exercidas), bem como o respectivo justo valor é o seguinte:

	RVA 2005			RVA 2007			RVA 2008			RVA 2009			RVA 2010			RVA 2011		
	Justo valor			Justo valor			Justo valor			Justo valor			Justo valor			Justo valor		
	Número	Na data de atribuição	Na data de referencia	Número	Na data de atribuição	Na data de referencia	Número	Na data de atribuição	Na data de referencia	Número	Na data de atribuição	Na data de referencia	Número	Na data de atribuição	Na data de referencia	Número	Na data de atribuição	Na data de referencia
Opções atribuídas até 2010	6 950 436	3 003	1	15 013 916	5 915	225	3 339 370	1 249	835	2 079 992	763	295						
Opções disponibilizadas até 2010	6 950 436	3 003	1	15 013 916	5 915	225	3 339 370	1 249	835	2 079 992	763	295						
Opções canceladas até 2010	89 125	39		471 689	186	7												
Opções exercidas até 2010	4 016 920	1 735		1 878	1		1 119 935	419	280									
Opções em circulação e exercíveis em 31 de Dezembro de 2010	2 844 391	1 229		14 540 349	5 729	218	2 219 435	830	555	2 079 992	763	295						
Opções em circulação em 31 de Dezembro de 2010	2 844 391	1 229		14 540 349	5 205		2 219 435	755	12	2 079 992	695	5						
Opções atribuídas em 2011	3 705	2		1 287 177	461		209 456	71	1	207 893	69	1	837 481	210	16			
Opções disponibilizadas em 2011	3 705	2		1 287 177	461		209 456	71	1	207 893	69	1	837 481	210	16			
Opções canceladas em 2011	2 848 096	1 230		11 946	4		4 853	2										
Opções exercidas em 2011																		
Opções em circulação e exercíveis em 31 de Dezembro de 2011				15 815 580	5 662		2 424 038	824	13	2 287 885	764	6	837 481	210	16			
Opções em circulação em 31 de Dezembro de 2011				15 815 580	5 662		2 424 038	824	30	2 287 885	764	31	837 481	210	61			
Opções atribuídas em 2012																1 168 530	145	335
Opções disponibilizadas em 2012																1 168 530	145	335
Opções canceladas em 2012				562														
Opções exercidas em 2012																		
Opções em circulação e exercíveis em 30 de Junho de 2012				15 815 018	5 662		2 424 038	824	30	2 287 885	764	31	837 481	210	61	1 168 530	145	335

As disponibilizações e atribuições ocorridas em 2011 para as Acções e Opções dos programas RVA de 2005, 2007, 2008, 2009 e 2010 resultam do aumento de capital por incorporação de reservas ocorrido em Maio de 2011.

Para o programa RVA 2010 as quantidades atribuídas por via do aumento de capital foram 533 acções e 76 099 opções.

Quando o colaborador deixa de estar ao serviço do Grupo BPI, perde o direito às opções que lhe tinham sido atribuídas e que ainda estavam indisponíveis. No caso das opções já disponíveis mas que ainda não tinham sido exercidas, os colaboradores dispõem de um prazo máximo de 30 dias para o exercício das opções, a contar da data da cessação da relação de trabalho, findo o qual as opções expiram (opções canceladas).

Em caso de morte, invalidez ou reforma dos Colaboradores, as opções atribuídas tornam-se imediatamente exercíveis, devendo esse exercício ocorrer (sob pena de caducidade das opções) no prazo máximo de 2 anos a contar da data de ocorrência do evento respectivo. As opções canceladas incluem as opções não exercidas durante este período.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011 não foram exercidas quaisquer opções.

Para a determinação do número de opções a atribuir aos Colaboradores e Administradores, o Grupo BPI apura, à data de atribuição das opções, o valor económico da opção.

O prémio das opções sobre ações do Banco BPI foi apurado de acordo com um modelo desenvolvido internamente, baseado na metodologia "Black-Scholes" para os Programas RVA 2003 a RVA 2011.

Os factores críticos do modelo utilizado para efeitos de gestão do programa RVA são os seguintes:

- Volatilidade das ações do Banco BPI, a qual é apurada da seguinte forma:
  - 60% da volatilidade histórica das ações do Banco BPI nos últimos 3,33 anos;
  - 10% da volatilidade do índice VIX;
  - 10% da volatilidade do índice VDAX;
  - 20% da volatilidade implícita nas opções cotadas transaccionadas em Espanha sobre ações de bancos espanhóis com características semelhantes ao Banco BPI.
- Vida média esperada da opção, a qual depende, entre outros, dos seguintes factores:
  - Nível de responsabilidade dos beneficiários: Administradores e restantes Colaboradores;
  - Rácio entre o preço de mercado e o preço de exercício (strike); e
  - Volatilidade do preço das ações.

O modelo permite igualmente determinar o número necessário de ações do Banco BPI para assegurar uma adequada cobertura do risco inerente à emissão de opções no âmbito do RVA.

Os parâmetros utilizados para a determinação, na data de atribuição, do valor económico da opção de cada um dos Programas RVA encontram-se resumidos no quadro seguinte:

	RVA 2005	RVA 2007	RVA 2008	RVA 2009	RVA 2010	RVA 2011
Cotação BPI	4.47	3.33	1.41	1.94	1.25	0.37
Preço de exercício	4.44	3.33	1.41	1.94	1.25	0.37
Volatilidade implícita	17.10%	29.34%	44.27%	32.25%	35.97%	41.70%
Taxa de juro	3.08%	3.73%	3.10%	2.68%	5.15%	3.87%
Dividendos esperados	0.12	0.19	0.07	0.08	0.00	0.00
Valor da opção	0.45	0.41	0.37	0.37	0.28	0.12

Em 30 de Junho de 2012, o número de opções *outstanding* relativamente a cada um dos Programas RVA, bem como o respectivo justo valor pode ser resumido da seguinte forma:

	RVA 2007	RVA 2008	RVA 2009	RVA 2010	RVA 2011
Nº opções outstanding	15 815 018	2 424 038	2 287 885	837 481	1 168 530
Preço de exercício	2.91	1.29	1.76	1.13	0.37
Valor da opção	0.00	0.01	0.01	0.07	0.29

Em 31 de Dezembro de 2011, o número de opções *outstanding* relativamente a cada um dos Programas RVA, bem como o respectivo justo valor pode ser resumido da seguinte forma:

	RVA 2005	RVA 2007	RVA 2008	RVA 2009	RVA 2010
Nº opções outstanding	0	15 815 580	2 424 038	2 287 885	837 481
Preço de exercício	4.27	2.91	1.29	1.76	1.13
Valor da opção	0.00	0.00	0.01	0.00	0.02

## IMPACTO CONTABILÍSTICO DO PROGRAMA RVA

### Acções

Para cobertura das remunerações variáveis em acções dos Colaboradores do Banco BPI e das suas Participadas, o Banco adquire uma carteira de acções próprias no momento da atribuição do RVA. Estas acções permanecem na carteira do Banco BPI até à data de disponibilização aos Colaboradores do Grupo BPI. Na data da disponibilização, as acções próprias são desreconhecidas em contrapartida dos custos acumulados na rubrica Outros Instrumentos de Capital.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a composição dos saldos contabilísticos e do justo valor relativo à componente de acções do Programa RVA ainda não disponibilizadas aos Colaboradores / Administradores nestas datas, é a seguinte:

Acções	Programa	30 Jun. 12			31 Dez. 11		
		Valor contabilístico	Número de acções	Justo valor	Valor contabilístico	Número de acções	Justo valor
Custo reconhecido nos Capitais Próprios com acções a disponibilizar a Colaboradores do Grupo	RVA 2008				49		
	RVA 2009	6			12		
	RVA 2010	79			65		
	RVA 2011	1			3		
	RVA 2012	1					
		87			129		
Custo não reconhecido nos Capitais Próprios com acções a disponibilizar a Colaboradores do Grupo	RVA 2008				2		
	RVA 2009	1			2		
	RVA 2010	( 75)			( 59)		
	RVA 2011	2			5		
	RVA 2012	2					
		( 70)			( 50)		
	<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>14 590</b>	<b>8</b>	<b>79</b>	<b>46 737</b>	<b>23</b>
Acções próprias disponibilizadas antecipadamente a Colaboradores do Grupo	RVA 2007				0		
	RVA 2008	8			8		
	<b>Total</b>	<b>8</b>			<b>8</b>		
Acções próprias a disponibilizar a Colaboradores do Grupo	RVA 2008				43	33 198	16
	RVA 2009	7	4 095	2	14	8 131	4
	RVA 2010	4	3 628	2	6	5 408	3
	RVA 2011	3	6 867	4			
	<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>14 590</b>	<b>8</b>	<b>63</b>	<b>46 737</b>	<b>23</b>

## Opções

Para as remunerações variáveis em opções dos Colaboradores do Banco BPI e das suas Participadas, o Banco BPI constituiu uma carteira de acções BPI de modo a assegurar a cobertura das responsabilidades decorrentes da emissão de opções de compra de acções BPI de acordo com uma estratégia de cobertura de delta (determinada por um modelo de avaliação de opções do BPI desenvolvido internamente e baseado na metodologia Black-Scholes). Esta estratégia corresponde a constituir uma carteira com delta acções por cada opção emitida, sendo que o montante delta corresponde à relação entre a variação do preço de uma opção e a variação do preço da acção subjacente. As acções próprias detidas para cobrir o risco de variação do valor das opções vendidas são registadas na rubrica de Acções Próprias para cobertura do RVA onde permanecem enquanto estiverem afectas àquela finalidade.

Na data de exercício das opções, as acções próprias são desreconhecidas em simultâneo com a transmissão de propriedade para os Colaboradores do Banco BPI e das suas Participadas. Nesta data é reconhecida uma mais ou menos-valia correspondente à diferença entre o preço de exercício e o custo médio de aquisição da carteira de acções próprias afecta à cobertura de cada um dos programas, deduzida dos custos com prémios de opções acumulados na rubrica Outros Instrumentos de Capital.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a composição dos saldos contabilísticos e do justo valor relativo à componente de opções *outstanding* do Programa RVA atribuídas aos Colaboradores / Administradores nestas datas, é a seguinte:

Opções	Programa	30 Jun. 12			31 Dez. 11		
		Valor contabilístico	Justo valor	Mais / (menos) valia potencial	Valor contabilístico	Justo valor	Mais / (menos) valia potencial
Custo reconhecido nos Capitais Próprios com opções "outstanding" (prémios)	RVA 2007	5 725			5 725		
	RVA 2008	828			828		
	RVA 2009	814			814		
	RVA 2010	449			401		
	RVA 2011	130			133		
	RVA 2012	46					
		7 992			7 901		
Custo não reconhecido nos Capitais Próprios com opções "outstanding" (prémios)	RVA 2011				78		
	RVA 2012	99					
		99			78		
	<b>Total</b>	<b>8 091</b>	<b>496</b>	<b>7 595</b>	<b>7 979</b>	<b>708</b>	<b>7 271</b>
Acções próprias para cobertura de opções do RVA	RVA 2007	14 619	2 404	( 12 215)	14 619	2 149	( 12 470)
	RVA 2008	3 045	795	( 2 250)	3 045	711	( 2 334)
	RVA 2009	3 147	554	( 2 593)	3 147	495	( 2 652)
	RVA 2010	118	21	( 97)	146	23	( 123)
		<b>Total</b>	<b>20 929</b>	<b>3 774</b>	<b>( 17 155)</b>	<b>20 957</b>	<b>3 378</b>
<b>Mais / (menos) valias potenciais</b>				( 9 560)			( 10 308)

As mais e menos-valias realizadas em acções próprias na cobertura e exercício de opções do RVA, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os resultados realizados na disponibilização de acções e no exercício de opções, bem como na respectiva cobertura, registados em capitais próprios, podem ser resumidos como se segue:

Mais - menos valia		Programa	30 Jun. 2012	31 Dez. 2011
Acções	Na disponibilização de acções	RVA 2010		( 14)
		RVA 2011	( 25)	( 14)
			( 25)	( 14)
Opções	No exercício de opções	RVA 2005		( 7)
				( 7)
	Na venda de acções de cobertura	RVA 2005		1 166
				1 166
<b>Custos de transacção / Devolução de dividendos</b>			<b>60</b>	<b>73</b>
			<b>35</b>	<b>1 218</b>

Os custos com o programa de remunerações variáveis em acções são periodificados em custos com pessoal, em contrapartida da rubrica Outros Instrumentos de Capital, conforme definido na IFRS 2 para programas de share-based payment. O custo das acções e dos prémios das opções na data de atribuição são periodificados de forma linear desde o início do ano do programa (1 de Janeiro) até à respectiva data de disponibilização ao Colaborador.

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, o custo total reconhecido relativo aos programas de *share-based payment*, pode ser resumido da seguinte forma:

Programa	30 Jun. 12			30 Jun. 11		
	Acções	Opções	Total	Acções	Opções	Total
RVA 2007				( 51)		( 51)
RVA 2008	( 6)		( 6)	8		8
RVA 2009	1		1	3		3
RVA 2010	16	48	64	37	( 178)	( 141)
RVA 2011	( 1)	( 3)	( 4)	17	114	131
RVA 2012	1	46	47			
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>91</b>	<b>102</b>	<b>14</b>	<b>( 64)</b>	<b>( 50)</b>

#### 4.50. Gestão do capital

No âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado em Maio de 2011 entre o Estado Português e o FMI, o BCE e a Comissão Europeia, o Banco de Portugal aumentou as exigências de capital e de solvabilidade dos bancos portugueses, fixando requisitos mínimos de rácio Core Tier 1 de 9% para o final de 2011 e de 10% para o final de 2012, em base consolidada.

Por outro lado, no Conselho Europeu de 26 de Outubro de 2011 foram também aprovadas medidas tendo em vista restabelecer a confiança dos mercados sobre os riscos soberanos dos países da União Europeia e reforçar a estabilidade dos respectivos sistemas financeiros. De acordo com a Recomendação da European Banking Authority (EBA), de 8 de Dezembro de 2011 (EBA/REC/2011/1), as autoridades de supervisão devem determinar aos bancos que constituam um buffer temporário de capital que lhes permita atingir um rácio de Core Tier 1, em base consolidada, de 9% em 30 de Junho de 2012, considerando as exposições de dívida soberana em 30 de Setembro de 2011 valorizadas a preços de mercado dessa data. Esta Recomendação foi acolhida pelo Banco de Portugal através do Aviso nº 5/2012.

##### **Buffer temporário de capital definido pela EBA para a exposição a dívida soberana**

O Banco BPI foi um dos 71 bancos europeus submetidos ao exercício de recapitalização proposto pela EBA. Para efeitos da determinação do buffer temporário de capital, foi definido pela EBA que os preços de mercado relevantes para valorizar as exposições a dívida soberana fossem os preços do dia 30 de Setembro de 2011. Foi ainda indicado pela EBA que o valor do buffer temporário de capital seria fixo e que não seria alterado pela variação dos preços de mercado nem pela venda ou reembolso posterior dos títulos da dívida soberana em causa.

Com base nos valores observados em 30 de Setembro de 2011 para o Grupo BPI foi identificada a necessidade de um buffer temporário de capital de 1 389 milhões de euros, resultante na sua quase totalidade da exposição a dívida soberana (1 359 milhões de euros), nomeadamente dívida soberana portuguesa (989 milhões de euros).

##### **Buffer da EBA para exposição a soberanos**

30 Set. 11 (milhões de euros)	Exposição (valor nominal)	Buffer de capital
<b>Obrigações do Tesouro</b>		
<b>Portugal</b>		
OT - 5% - JUNHO - 2002/2012	1 030	69
OT-4.75%-14.06.2019	1 700	639
<b>Itália</b>		
Buoni Poliennali Del T-4.25%-01.09.2019	800	112
Buoni Poliennali Del T-4.5%-01.03.2019	175	27
<b>Irlanda</b>		
Irish Treasury-4%-15.01.2014	20	1
Irish Treasury-4.4%-18.06.2019	235	38
Irish Treasury-5.9%-18.10.2019	100	17
<b>Grécia</b>		
Rep Grecia-6%-19.07.2019	480	276
Valor já deduzido ao core capital em 30/9/11		-101
Crédito à Administração Central e Local	1 058	281
<b>Total</b>		<b>1 359</b>

Neste contexto, tendo em conta a natureza temporária do buffer de capital para fazer face aos riscos de soberanos, em Junho 2012 o Banco BPI aprovou um Plano de Recapitalização para reforço do rácio de capital Core Tier 1, por forma a dar cumprimento aos rácios mínimos estabelecidos pela EBA e pelo Banco de Portugal, conforme referido na Nota 4.27. O Plano de Recapitalização, no montante total de 1 500 000 m.euros, compreende:

a) um aumento de capital de 200 000 m.euros, com direito de preferência dos accionistas;

b) a emissão de instrumentos financeiros elegíveis para fundos próprios Core Tier 1 (obrigações subordinadas de conversão contingente), subscritos pelo Estado Português, no montante de 1 300 000 m.euros.

Em 29 de Junho de 2012, concretizou-se a subscrição pelo Estado Português dos instrumentos referidos em b) supra, no montante de 1 500 000 m.euros, o qual foi reduzido para 1 300 000 m.euros logo após a realização do aumento de capital acima mencionado em a). As características desses instrumentos estão definidas na Lei nº63-A/2008, de 24 de Novembro, republicada pela Lei nº 4/2012, de 11 de Janeiro (Lei da Recapitalização da Banca), na Portaria nº 150-A/2012, de 17 de Maio e nos Termos e Condições constantes do Despacho nº 8840-A/2012, do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Junho de 2012. O período de investimento no instrumento referido é de 5 anos, a contar da data de emissão, sendo que o Plano de Recapitalização do Banco prevê amortizações parciais ao longo do período. Em 10 de Agosto de 2012, foi concluído o aumento de capital do Banco, no valor de 200 000 m.euros, com direito de preferência dos accionistas e, em 13 de Agosto de 2012, o respectivo encaixe foi utilizado pelo Banco para reembolsar uma parte das obrigações subordinadas de conversão contingente, cujo valor foi assim reduzido para 1 300 000 m.euros.

As componentes potenciais dos Fundos Próprios Tier 1 (incluindo Core Tier 1) e Tier 2 (incluindo upper Tier 2 e lower Tier 2), seguem o que está estabelecido regulamentarmente pelo Banco de Portugal no Aviso 6/2010. Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os Fundos Próprios do Grupo BPI têm a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Fundos próprios de base</b>		
Capital realizado, prémios de emissão, reservas (excluindo reserva de justo valor positiva) e resultados retidos	1 832 390	1 698 654
Obrigações subordinadas de conversão contingente	1 500 000	
Acções preferenciais	51 326	53 427
Outros interesses minoritários	237 280	217 591
Imobilizações incorpóreas	( 10 943)	( 9 557)
Acções próprias	( 12 864)	( 12 990)
Dedução associada a depósitos contratados com taxa de juro elevada	( 4 528)	( 969)
Transferência parcial de responsabilidades com pensões de reformados e pensionistas para a Segurança Social <sup>1</sup>		261 813
Desvios actuariais enquadrados no corredor prudencial	62 255	117 677
Contribuições para o fundo de pensões ainda não relevadas como custo (método do corredor)	( 66)	( 69)
Ajustamentos da transição para as IAS / IFRS a diferir	36 630	48 526
<b>Fundos próprios de base</b>	<b>3 691 480</b>	<b>2 374 103</b>
<b>Fundos próprios complementares</b>		
Reservas de reavaliação de activo imobilizado	8 548	8 548
Reserva de justo valor positiva	11 831	11 282
Dívida subordinada e títulos de participação	125 066	164 841
<b>Fundos próprios complementares</b>	<b>145 445</b>	<b>184 671</b>
<b>Deduções</b>		
Dedução de interesses em participações em empresas de seguros e em outras instituições financeiras	( 182 557)	( 203 251)
Outras deduções	( 1 978)	( 6 123)
<b>Deduções</b>	<b>( 184 535)</b>	<b>( 209 374)</b>
<b>Total de fundos próprios</b>	<b>3 652 390</b>	<b>2 349 400</b>
Requisitos totais	2 014 909	2 012 179
<b>Activos ponderados pelo risco<sup>2</sup></b>	<b>25 186 357</b>	<b>25 152 243</b>
Rácio de requisitos de fundos próprios	14.5%	9.3%
Tier 1 <sup>3</sup>	14.3%	9.0%
Core Tier 1 (excluindo acções preferenciais) <sup>3</sup>	14.5%	9.2%
Acções preferenciais em percentagem do Tier 1	1.4%	2.3%

<sup>1</sup> No final de 2011, ocorreu a transferência para a Segurança Social de parte das responsabilidades com pensões em pagamento. Conforme previsto no Aviso 1/2012 do Banco de Portugal, o impacto desta operação no core capital foi reflectido apenas em 30 de Junho de 2012.

<sup>2</sup> Requisitos totais x 12.5.

<sup>3</sup> Calculado de acordo com a Instrução 16 / 2004 do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2012, o rácio de capital Core Tier 1 previsto na Recomendação da Autoridade Bancária Europeia e no Aviso 5/2012 do Banco de Portugal, considerando a valorização a preços de mercado da dívida soberana a 30 de Setembro de 2011, ascende a 9.4% cumprindo com o requisito de 9% estabelecido nessas normas.

(milhões de euros)	<b>30 Jun. 12</b>
<b>Core Tier 1 (Banco de Portugal)</b>	<b>3 640</b>
Dedução de participações em instituições de crédito e seguradoras <sup>1</sup>	( 91)
Buffer temporário EBA	( 1 359)
Montante reconhecido em resultados (Grécia) <sup>2</sup>	175
Necessidades temporárias de capital	( 1 184)
<b>Core Tier 1 (EBA)</b>	<b>2 365</b>
Activos ponderados pelo risco	25 186
<b>Rácio Core Tier 1 (EBA)</b>	<b>9.4%</b>

<sup>1</sup> De acordo com as regras da EBA, as deduções por participações em ICs e seguradoras são deduzidas ao Core Tier 1.

<sup>2</sup> O buffer relativo à Grécia foi entretanto reflectido em resultados através da constituição de imparidades, pelo que está directamente reflectido no Core Tier 1 do Banco de Portugal.

### Política de dividendos

A partir da alteração aos estatutos do Banco BPI aprovada na Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Abril de 2006, passou a constar dos mesmos a regra seguinte (artigo 26º nº 3): "A Assembleia Geral deverá deliberar sobre a política de dividendos a longo prazo proposta pelo Conselho de Administração o qual deverá justificar os desvios que em relação à mesma eventualmente se verificarem".

Em cumprimento desta regra estatutária, na Assembleia Geral de 19 de Abril de 2007, foi aprovada a Política de Dividendos de Longo Prazo do Banco BPI e cuja linha mestra é a de, salvo circunstâncias excepcionais, ser distribuído um dividendo anual tendencialmente não inferior a 40% do lucro líquido consolidado do exercício.

Relativamente ao ano de 2011, não houve qualquer distribuição de dividendos.

De acordo com as condições de emissão das obrigações subordinadas de conversão contingente não serão distribuídos dividendos ou reservas até que se encontrem totalmente amortizados aqueles instrumentos.

#### 4.51. Partes relacionadas

Em 30 de Junho de 2012, as entidades relacionadas do Grupo BPI são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede	Participação efectiva	Participação directa
<b>Empresas associadas e de controlo conjunto do Banco BPI</b>			
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Moçambique	30.0%	29.7%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA	Portugal	35.0%	35.0%
Cosec - Companhia de Seguros de Crédito, SA	Portugal	50.0%	50.0%
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Portugal	49.0%	
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA	Portugal	32.8%	32.8%
Fundo BPI Taxa Variável	Portugal	35.5%	
Ulissipair ACE	Portugal	50.0%	
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, SA	Portugal	21.0%	20.7%
<b>Fundos de Pensões de Colaboradores do Grupo BPI</b>			
Fundo de Pensões Banco BPI	Portugal	100.0%	
Fundo de Pensões Aberto BPI Acções	Portugal	16.1%	
Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização	Portugal	43.8%	
Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança	Portugal	31.4%	
Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia	Portugal	14.3%	
<b>Accionistas do Banco BPI<sup>1</sup></b>			
Grupo La Caixa <sup>2</sup>	Espanha	48.97%	
<b>Membros do Conselho de Administração do Banco BPI<sup>1</sup></b>			
Artur Santos Silva			
Fernando Ulrich			
Alfredo Rezende de Almeida			
António Domingues			
António Farinha Morais			
António Lobo Xavier			
Armando Leite de Pinho			
Carlos Moreira da Silva			
Edgar Alves Ferreira			
Allianz Europe Ltd. - Representada por Herbert Walter			
Ignacio Alvarez-Rendueles			
Isidro Fainé Casas			
José Pena do Amaral			
Juan Nin Génova			
Klaus Duhrkop			
Manuel Ferreira da Silva			
Marcelino Armenter Vidal			
Maria Celeste Hagatong			
Mário Leite da Silva			
Pedro Bissaia Barreto			
Tomaz Jervell			

<sup>1</sup> Em 3 de Maio de 2012, o Grupo La Caixa adquiriu a participação de 18.9% anteriormente detida pelo Grupo Itaú. Os mapas apresentados para 2011 incluem a informação relativa a operações com o Grupo Itaú, bem como a informação relacionada com os membros do Conselho de Administração nomeados pelo Grupo Itaú (Carlos da Câmara Pestana, Henri Penchas e Ricardo Villela Marino).

<sup>2</sup> Em 2 de Julho de 2012, concretizou-se a venda pelo Grupo La Caixa à sociedade Santoro Finance – Prestação de Serviços, S.A de 9.436% do capital social do Banco BPI após a declaração de não oposição do Banco de Portugal, passando o Grupo La Caixa a deter uma participação de 39.536%. Após o aumento de capital concluído a 10 de Agosto de 2012, tendo por base a última informação recebida da Interbolsa, reportada a 31 de Julho de 2012, e os resultados apurados no referido aumento de capital, o Grupo La Caixa passou a deter uma participação de 46.22% no capital social do Banco BPI.

De acordo com o IAS 24, são consideradas entidades relacionadas, aquelas em que o Banco BPI exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira – Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Pensões – e as entidades que exercem uma influência significativa sobre a gestão do Banco – Accionistas e Membros do Conselho de Administração do Banco BPI.

Em 30 de Junho de 2012, o montante global dos activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com empresas associadas e de controlo conjunto e com os Fundos de Pensões de colaboradores do Grupo BPI têm a seguinte composição:

	<b>Empresas associadas e de controlo conjunto</b>	<b>Fundos de Pensões de Colaboradores do Grupo BPI</b>	<b>Total</b>
<b>Activos</b>			
Aplicações financeiras	18		18
Activos financeiros detidos para negociação	10		10
Crédito	42 838		42 838
Outros activos	8		8
	<b>42 874</b>		<b>42 874</b>
<b>Passivos</b>			
Passivos financeiros de negociação e derivados	7		7
Depósitos e provisões técnicas	38 481	52 732	91 213
Outros recursos financeiros		60 053	60 053
Outros passivos	29		29
	<b>38 517</b>	<b>112 785</b>	<b>151 302</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais			
Garantias e avals	11 513		11 513
Responsabilidades por prestação de serviços			
De depósitos e guarda de valores	758 225	664 683	1 422 908
Valores administrados pela instituição	14 071		14 071
Operações cambiais e instrumentos de derivados			
Compra	16 850		16 850
Venda	( 16 826)		( 16 826)
	<b>783 833</b>	<b>664 683</b>	<b>1 448 516</b>

Em 30 de Junho de 2012, o montante global dos activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com accionistas, membros de Conselho de Administração e sociedades em que estes têm influência significativa têm a seguinte composição:

	Accionistas do Banco BPI <sup>1</sup>	Membros do Conselho de Administração do Banco BPI <sup>2</sup>	Sociedades onde os Membros do Conselho de Administração do Banco BPI têm influência significativa	Total
<b>Activos</b>				
Aplicações financeiras	3 871			3 871
Activos financeiros detidos para negociação	1 379			1 379
Activos financeiros disponíveis para venda			8	8
Crédito		11 182	244 417	255 599
Investimentos detidos até à maturidade				
Derivados	11 456			11 456
Outros activos			24	24
	<b>16 706</b>	<b>11 182</b>	<b>244 449</b>	<b>272 337</b>
<b>Passivos</b>				
Depósitos e provisões técnicas	8 966	8 170	56 236	73 372
Derivados	4 563			4 563
Outros passivos	21	25	125	171
	<b>13 550</b>	<b>8 195</b>	<b>56 361</b>	<b>78 106</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais				
Garantias e avales	50	93	82 380	82 523
Compromissos perante terceiros				
Compromisso revogáveis			9 500	9 500
Responsabilidades por prestação de serviços				
De depósitos e guarda de valores	260 839	17 135	176 724	454 698
Outras			96 849	96 849
Operações cambiais e instrumentos de derivados				
Compra	400 000		58 711	458 711
Venda	( 400 000)		( 58 733)	( 458 733)
	<b>260 889</b>	<b>17 228</b>	<b>365 431</b>	<b>643 548</b>

<sup>1</sup> Com influência significativa sobre a gestão do Banco. Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

<sup>2</sup> Em nome individual.

Em 31 de Dezembro de 2011, o montante global dos activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com empresas associadas e de controlo conjunto e com os Fundos de Pensões de colaboradores do Grupo BPI têm a seguinte composição:

	<b>Empresas associadas e de controlo conjunto</b>	<b>Fundos de Pensões de Colaboradores do Grupo BPI</b>	<b>Total</b>
<b>Activos</b>			
Activos financeiros detidos para negociação e ao valor através de resultados	15		15
Crédito	35 866		35 866
Outros activos	17		17
	<b>35 898</b>		<b>35 898</b>
<b>Passivos</b>			
Passivos financeiros de negociação e derivados	11		11
Depósitos e provisões técnicas	26 269	251 446	277 715
Outros recursos financeiros		60 088	60 088
Outros passivos	63		63
	<b>26 343</b>	<b>311 534</b>	<b>337 877</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais			
Garantias e avales	11 973		11 973
Responsabilidades por prestação de serviços			
De depósitos e guarda de valores	846 396	958 134	1 804 530
Operações cambiais e instrumentos de derivados			
Compra	13 967		13 967
Venda	( 14 356)		( 14 356)
	<b>857 980</b>	<b>958 134</b>	<b>1 816 114</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, o montante global dos activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com accionistas, membros de Conselho de Administração e sociedades em que estes têm influência significativa têm a seguinte composição:

	Accionistas do Banco BPI <sup>1</sup>	Membros do Conselho de Administração do Banco BPI <sup>2</sup>	Sociedades onde os Membros do Conselho de Administração do Banco BPI têm influência significativa	Total
<b>Activos</b>				
Aplicações financeiras	54 134			54 134
Activos financeiros detidos para negociação e ao valor através de resultados	1 977			1 977
Activos financeiros disponíveis para venda			8	8
Crédito	440	11 112	259 657	271 209
Investimentos detidos até à maturidade	5 453			5 453
Derivados	5 270			5 270
Outros activos	30		67	97
	<b>67 304</b>	<b>11 112</b>	<b>259 732</b>	<b>338 148</b>
<b>Passivos</b>				
Depósitos e provisões técnicas	130 771	8 041	11 369	150 181
Derivados	5 153			5 153
Outros passivos	222	25	122	369
	<b>136 146</b>	<b>8 066</b>	<b>11 491</b>	<b>155 703</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais				
Garantias e avales	94	93	69 875	70 062
Responsabilidades por prestação de serviços				
De depósitos e guarda de valores	233 204	17 982	169 904	421 090
Operações cambiais e instrumentos de derivados				
Compra	400 000		50 241	450 241
Venda	( 400 000)		( 50 275)	( 450 275)
	<b>233 298</b>	<b>18 075</b>	<b>239 745</b>	<b>491 118</b>

<sup>1</sup> Com influência significativa sobre a gestão do Banco. Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

<sup>2</sup> Em nome individual.

Em 30 de Junho de 2012, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com empresas associadas e de controlo conjunto e com os Fundos de Pensões de colaboradores do Grupo BPI têm a seguinte composição:

	Empresas associadas e de controlo conjunto	Fundos de Pensões de Colaboradores do Grupo BPI	Total
<b>Resultados</b>			
Margem financeira estrita	( 13)	( 1 318)	( 1 331)
Comissões líquidas	127	259	386
Gastos gerais administrativos	( 466)	( 8 356)	( 8 822)
	<b>( 352)</b>	<b>( 9 415)</b>	<b>( 9 767)</b>

Em 30 de Junho de 2012, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com accionistas, membros de Conselho de Administração e sociedades em que estes têm influência significativa têm a seguinte composição:

	Accionistas do Banco BPI <sup>1</sup>	Membros do Conselho de Administração do Banco BPI <sup>2</sup>	Sociedades onde os Membros do Conselho de Administração do Banco BPI têm influência significativa	Total
<b>Resultados</b>				
Margem financeira estrita	808	( 66)	1 647	<b>2 389</b>
Comissões líquidas	20	5	4	<b>29</b>
	<b>828</b>	<b>( 61)</b>	<b>1 651</b>	<b>2 418</b>

<sup>1</sup> Com influência significativa sobre a gestão do Banco. Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

<sup>2</sup> Em nome individual.

Em 30 de Junho de 2011, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com empresas associadas e de controlo conjunto e com os Fundos de Pensões de colaboradores do Grupo BPI têm a seguinte composição:

	Empresas associadas e de controlo conjunto	Fundos de Pensões de Colaboradores do Grupo BPI	Total
<b>Resultados</b>			
Margem financeira estrita	230	( 2 829)	<b>( 2 599)</b>
Comissões líquidas	12	148	<b>160</b>
Rendimentos e encargos operacionais		9 649	<b>9 649</b>
Gastos gerais administrativos	( 588)	( 7 631)	<b>( 8 219)</b>
	<b>( 346)</b>	<b>( 663)</b>	<b>( 1 009)</b>

Em 30 de Junho de 2011, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com accionistas, membros de Conselho de Administração e sociedades em que estes têm influência significativa têm a seguinte composição:

	Accionistas do Banco BPI <sup>1</sup>	Membros do Conselho de Administração do Banco BPI <sup>2</sup>	Sociedades onde os Membros do Conselho de Administração do Banco BPI têm influência significativa	Total
<b>Resultados</b>				
Margem financeira estrita	1 898	( 11)	( 1 197)	<b>690</b>
Comissões líquidas	24	6	7	<b>37</b>
Ganhos e perdas em operações financeiras	( 3 221)			<b>( 3 221)</b>
	<b>( 1 299)</b>	<b>( 5)</b>	<b>( 1 190)</b>	<b>( 2 494)</b>

<sup>1</sup> Com influência significativa sobre a gestão do Banco. Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

<sup>2</sup> Em nome individual.

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco BPI apresentam a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Pro forma
Remunerações em numerário <sup>1</sup>	1 976	2 477
Remuneração com base em instrumentos de capital <sup>1</sup>		497
Pensões pagas	660	480
	<b>2 636</b>	<b>3 454</b>

<sup>1</sup> Inclui a periodificação de remunerações variáveis a atribuir no final do ano. Em resultado da deliberação da Assembleia Geral de Abril de 2011, o montante da remuneração variável dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI passou a estar limitado a 1% do valor do resultado líquido consolidado.

De acordo com a política definida, os membros da Comissão Executiva do Banco BPI beneficiam do Regime de Concessão de Crédito à Habitação em vigor nos Bancos para todos os seus Colaboradores. Deste modo, em 30 de Junho de 2012, o saldo global do crédito hipotecário concedido aos membros da Comissão Executiva por Bancos do Grupo com vista à aquisição de habitação própria ascendia a 1 782 m.euros.

No âmbito do programa RVA - Remuneração Variável em Acções, os membros da Comissão Executiva do Banco BPI beneficiaram do regime de concessão de crédito para aquisição de acções BPI pelo exercício das opções atribuídas no RVA, em vigor nos Bancos para todos os seus Colaboradores. Em 30 de Junho de 2012, o saldo do crédito concedido aos membros da Comissão Executiva neste âmbito ascendia a 5 699 m.euros.

Foi igualmente disponibilizada uma linha de crédito em vigor nos Bancos para todos os seus colaboradores para aquisição de acções BPI no âmbito do aumento de capital. Em 30 de Junho de 2012, o saldo do crédito concedido aos membros da Comissão Executiva neste âmbito ascendia a 974 m.euros.

Deste modo, em 30 de Junho de 2012, o saldo global destes créditos concedidos aos membros da Comissão Executiva por Bancos do Grupo ascendia a 6 673 m.euros.

Nos termos do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais, em 30 de Junho de 2012, a posição accionista dos membros do Conselho de Administração, em termos de acções detidas, é a seguinte:

	Acções <sup>1</sup>											
	Detidas em		Alienações	Detidas em		Valor em	Acções	Acções dadas	Acções dadas	Acções dadas	Crédito	Crédito
	31Dez11	Aquisições		30Jun12	30Jun12 <sup>2</sup>		indisponíveis	em garantia	em garantia	em garantia		
						A	B	C	D	E	F	
Artur Santos Silva	885 938			885 938	466							
Carlos da Camara Pestana <sup>3</sup>	390 723			390 723	206							
Fernando Ulrich <sup>4</sup>	2 092 180			2 092 180	1 102		1 585 040	348 510		4 104	707	
Alfredo Rezende de Almeida	2 101 000			2 101 000	1 106							
António Domingues <sup>4</sup>	306 042			306 042	161		220 591			283		
António Farinha Morais <sup>4</sup>	389 859			389 859	205		258 823			332		
António Lobo Xavier												
Armando Leite de Pinho												
Carlos Moreira da Silva	47 148			47 148	25							
Edgar Alves Ferreira	1 594 619			1 594 619	840							
Henri Penchas <sup>3</sup>												
Herbert Walter												
Ignacio Alvarez-Rendueles												
Isidro Fainé Casas												
José Pena do Amaral <sup>4</sup>	72 682			72 682	38							
Juan María Nin Génova												
Klaus Dührkop												
Manuel Ferreira da Silva <sup>4</sup>	723 929			723 929	381				135 800			
Marcelino Armenter Vidal												
Maria Celeste Hagatong <sup>4</sup>	885 151			885 151	466		171 110	48 815		370	97	
Mário Leite da Silva												
Pedro Barreto <sup>4</sup>	473 999			473 999	250		378 399	94 600		610	170	
Ricardo Villela Marino <sup>3</sup>												
Tomaz Jervell	11 145			11 145	6							

A - Acções atribuídas no âmbito do RVA cuja disponibilidade, em 30 de Junho de 2012, se encontra condicionada à verificação da condição resolutiva.

B - Acções que, em 30 de Junho de 2012, estão dadas de penhor como garantia de financiamento obtido com a finalidade de adquirir aquelas acções em resultado do exercício de opções atribuídas no âmbito do RVA.

C - Acções que, em 30 de Junho de 2012, estão dadas de penhor como garantia de financiamento obtido com a finalidade de adquirir aquelas acções em resultado do exercício do direito de subscrição de acções Banco BPI no aumento de capital.

D - Acções que, em 30 de Junho de 2012, estão dadas de penhor para efeitos do artº 396º do Código das Sociedades Comerciais.

E - Saldo em dívida, em 30 de Junho de 2012, do financiamento referido em B.

F - Saldo em dívida, em 30 de Junho de 2012, do financiamento referido em C.

<sup>1</sup> Inclui títulos detidos pelos respectivos cônjuges.

<sup>2</sup> Justo valor das acções.

<sup>3</sup> Em 7 de Maio de 2012, apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração, o que, nos termos previstos no artigo 404.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais, produziu efeitos no dia 30 de Junho de 2012.

<sup>4</sup> Membro da Comissão Executiva.

Nos termos do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais, em 30 de Junho de 2012, a posição accionista dos membros do Conselho de Administração, em termos de opções detidas, é a seguinte:

	Opções <sup>1</sup>		
	Detidas em 31Dez11	Aquisi-ções Exercício	Detidas em 30Jun12
Artur Santos Silva			
Carlos da Camara Pestana <sup>2</sup>			
Fernando Ulrich <sup>3</sup>			
Alfredo Rezende de Almeida			
António Domingues <sup>3</sup>	1 046 872		1 046 872
António Farinha Morais <sup>3</sup>	916 291		916 291
António Lobo Xavier			
Armando Leite de Pinho			
Carlos Moreira da Silva			
Edgar Alves Ferreira			
Henri Penchas <sup>2</sup>			
Herbert Walter			
Ignacio Alvarez-Rendueles			
Isidro Fainé Casas			
José Pena do Amaral <sup>3</sup>	743 577		743 577
Juan María Nin Génova			
Klaus Dührkop			
Manuel Ferreira da Silva <sup>3</sup>	1 132 807		1 132 807
Marcelino Armenter Vidal			
Maria Celeste Hagatong <sup>3</sup>			
Mário Leite da Silva			
Pedro Barreto <sup>3</sup>	1 092 291		1 092 291
Ricardo Villela Marino <sup>2</sup>			
Tomaz Jervell			

<sup>1</sup> Inclui títulos detidos pelos respectivos cônjuges.

<sup>2</sup> Em 7 de Maio de 2012, apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração, o que, nos termos previstos no artigo 404.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais, produziu efeitos no dia 30 de Junho de 2012.

<sup>3</sup> Membro da Comissão Executiva.

Nos termos do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais, em 30 de Junho de 2012, a posição accionista dos outros dirigentes do Banco BPI, membros do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, em termos de acções detidas, é a seguinte:

	Acções										
	Detidas em			Detidas em	Valor em	Acções	Acções dadas	Acções dadas	Acções dadas	Crédito	Crédito
	31Dez11	Aquisi-ções	Aliena-ções	30Jun12	30Jun12 <sup>1</sup>	indisponíveis	em garantia	em garantia	em garantia	E	F
						A	B	C	D		
Alexandre Lucena e Vale	108 970			108 970	57		48 064	18 964		99	38
Fernando Costa Lima	77 964			77 964	41						
José Miguel Morais Alves	12 486			12 486	7						
João Pedro Oliveira e Costa											

A - Acções atribuídas no âmbito do RVA cuja disponibilidade, em 30 de Junho de 2012, se encontra condicionada à verificação da condição resolutive.

B - Acções que, em 30 de Junho de 2012, estão dadas de penhor como garantia de financiamento obtido com a finalidade de adquirir aquelas acções em resultado do exercício de opções atribuídas no âmbito do RVA.

C - Acções que, em 30 de Junho de 2012, estão dadas de penhor como garantia de financiamento obtido com a finalidade de adquirir aquelas acções em resultado do exercício do direito de subscrição de acções Banco BPI no aumento de capital.

D - Acções que, em 30 de Junho de 2012, estão dadas de penhor para efeitos do artº 396º do Código das Sociedades Comerciais.

E - Saldo em dívida, em 30 de Junho de 2012, do financiamento referido em B.

F - Saldo em dívida, em 30 de Junho de 2012, do financiamento referido em C.

<sup>1</sup> Justo valor das acções.

Nos termos do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais, em 30 de Junho de 2012, a posição accionista dos outros dirigentes do Banco BPI, membros do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, em termos de opções detidas, é a seguinte:

	Opções			
	Detidas em	Aquisi-ções	Exercício	Detidas em
	31Dez11			30Jun12
Alexandre Lucena e Vale	372 175			372 175
Fernando Costa Lima	250 826			250 826
José Miguel Morais Alves	320 943			320 943
João Pedro Oliveira e Costa	206 330			206 330

Nos termos do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais, em 30 de Junho de 2012, a posição accionista dos outros dirigentes do Banco BPI, em termos de acções e opções detidas, é a seguinte:

	Acções <sup>1</sup>			Opções <sup>1</sup>					
	Detidas em 31Dez11	Aquisições	Alienações	Detidas em 30Jun12	Valor em 30Jun12 <sup>2</sup>	Detidas em 31Dez11	Aquisições	Exercício	Detidas em 30Jun12
Manuel Maria Meneses	103 704			103 704	55	257 708			257 708
Isabel Castelo Branco	19 496			19 496	10	73 492			73 492
Susana Trigo Cabral	21 038			21 038	11	94 219			94 219
Luis Ricardo Araújo	57 200			57 200	30	183 138	70 968		254 106
Graça Graça Moura	37 134			37 134	20	44 667			44 667
Ana Rosas Oliveira	6 487			6 487	3	71 189			71 189
João Avides Moreira	14 850			14 850	8	60 646	32 259		92 905

<sup>1</sup> Inclui títulos detidos pelos respectivos cônjuges.

<sup>2</sup> Justo valor das acções.

**Artur Santos Silva**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**Carlos da Camara Pestana**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

Em 3 de Maio de 2012 a IPI – Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, Lda., de que é membro do Conselho de Gerência, alienou 186 840 600 acções BPI à sociedade CaixaBank, S.A. ao preço de 0.5 euros por acção.

Apresentou renúncia ao cargo exercido no dia 7 de Maio de 2012, a qual nos termos previstos no artigo 404.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais, produziu efeitos no dia 30 de Junho de 2012.

**Fernando Ulrich**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

Em 30 de Junho de 2012, o cônjuge detinha 58 724 acções.

**Alfredo Rezende de Almeida**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**António Domingues**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**António Farinha Morais**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**António Lobo Xavier**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**Armando Leite de Pinho**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

A sociedade Arsopi – Holding, SGPS, S.A. de que é Presidente do Conselho de Administração detém à data de 30 de Junho de 2012 um total de 2 942 267 acções do Banco BPI.

A sociedade ROE, SGPS, S.A. de que é Presidente do Conselho de Administração detém à data de 30 de Junho de 2012 um total de 4 442 291 acções.

A sociedade Security, SGPS, S.A. de que é Presidente do Conselho de Administração detém à data de 30 de Junho de 2012 um total de 3 414 404 acções.

**Carlos Moreira da Silva**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

### **Edgar Alves Ferreira**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

A sociedade HVF – SGPS, S.A., de cujo Conselho de Administração faz parte detém à data de 30 de Junho de 2012 um total de 28 351 791 acções.

### **Henri Penchas**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

Apresentou renúncia ao cargo exercido no dia 7 de Maio de 2012, a qual nos termos previstos no artigo 404.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais, produziu efeitos no dia 30 de Junho de 2012.

### **Herbert Walter**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

É a pessoa indicada pela Allianz Europe, Ltd. para exercer o cargo de vogal do Conselho de Administração para o qual esta sociedade foi eleita.

A sociedade Allianz Europe Ltd. detém à data de 30 de Junho de 2012 um total de 85 686 217 acções. O sujeito de imputação da sobredita participação qualificada é a sociedade Allianz SE a qual detém a totalidade do capital da sociedade Allianz Europe B.V. que, por sua vez detém a totalidade do capital da sociedade Allianz Europe Ltd.

### **Ignacio Alvarez Rendueles**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

### **Isidro Fainé Casas**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

É Presidente da Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona “La Caixa” que controla o CaixaBank, S.A.,

Em 3 de Maio de 2012 o CaixaBank, S.A. adquiriu à sociedade Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, Lda. 186 840 600 acções Banco BPI ao preço de 0.5 euros, detendo à data de 30 de Junho de 2012 um total de 484 830 660 acções.

### **José Pena do Amaral**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

### **Juan María Nin Génova**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

### **Klaus Dührkop**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

### **Manuel Ferreira da Silva**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

Em 30 de Junho de 2012, o cônjuge detinha 233 552 acções e 238 165 opções sobre acções BPI.

**Marcelino Armenter Vidal**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

É Director Geral Adjunto Executivo da Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona “La Caixa”, que controla o CaixaBank, S.A.

Para mais informação sobre os movimentos e participação da sociedade CaixaBank, S.A. no capital do Banco BPI ver informação supra referente ao vogal Isidro Faine Casas.

**Maria Celeste Hagatong**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

Em 30 de Junho de 2012, o cônjuge detinha 407 316 acções.

**Mário Leite da Silva**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

No dia 7 de Maio de 2012 a sociedade Santoro Finance – Prestação de Serviços, S.A de que é Presidente do Conselho de Administração adquiriu fora de bolsa ao preço de 0.5 euros 93 420 330 acções do Banco BPI à sociedade CaixaBank, S.A., aquisição essa que ficou sujeita à condição suspensiva de não oposição do Banco de Portugal.

A sociedade Santoro Finance – Prestação de Serviços, S.A detinha à data de 30 de Junho de 2012 um total de 98 942 267 acções do Banco BPI.

**Pedro Barreto**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**Ricardo Villela Marino**

Não detém nem efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

Apresentou renúncia ao cargo exercido no dia 7 de Maio de 2012, a qual nos termos previstos no artigo 404.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais, produziu efeitos no dia 30 de Junho de 2012.

**Tomaz Jervell**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

As sociedades Norsócia, SGPS, S.A. e Auto Maquinaria Tea Aloya, SL, de cujo Conselho de Administração faz parte detêm à data de 30 de Junho de 2012 um total de 7 854 089 e de 7 878 702 acções respectivamente.

**Alexandre Lucena e Vale**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**Fernando Costa Lima**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**José Miguel Morais Alves**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**João Pedro Oliveira Costa**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**Manuel Maria Meneses**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**Isabel Castelo Branco**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**Susana Trigo Cabral**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

**Luís Ricardo Araújo**

Em 28 de Maio de 2012, no âmbito do RVA de 2011 foram-lhe atribuídas 70 968 opções de compra de acções Banco BPI cujo preço de exercício, ajustado em resultado do aumento de capital, é de 0.358 euros, detendo à data de 30 de Junho de 2012 um total de 254 106 opções sobre acções Banco BPI.

**Graça Graça Moura**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

Em 30 de Junho de 2012, o cônjuge detinha 27 677 acções do Banco BPI.

**Ana Rosas Oliveira**

Não efectuou qualquer transacção com acções do Banco BPI.

Em 30 de Junho de 2012, o cônjuge detinha 1 839 acções do Banco BPI e 18 845 opções sobre acções Banco BPI.

**João Avides Moreira**

Em 28 de Maio de 2012, no âmbito do RVA de 2011 foram-lhe atribuídas 32 259 opções de compra de acções Banco BPI cujo preço de exercício, ajustado em resultado do aumento de capital, é de 0.358 euros, detendo à data de 30 de Junho um total de 92 905 opções sobre acções Banco BPI.

**4.52. Eventos subsequentes**

Em 10 de Agosto de 2012, foi concluído o aumento de capital do Banco, no valor de 200 000 m.euros, com direito de preferência dos accionistas e o respectivo encaixe foi, em 13 de Agosto de 2012, utilizado pelo Banco para reembolsar uma parte das obrigações subordinadas de conversão contingente, cujo valor nominal foi assim reduzido para 1 300 000 m.euros (Nota 4.23 e 4.27).

# Declaração

## DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 246 DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A alínea c) do n.º 1 do artigo 246 do Código dos Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI, aqui identificados nominativamente, subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

*“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 246 do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras e o relatório de gestão do Banco BPI, S.A., relativos ao 1.º semestre de 2012, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão contém uma indicação dos acontecimentos importantes que ocorreram no 1.º semestre de 2012 e o seu impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.”*

Fernando Ulrich	(Presidente)
António Domingues	(Vice-Presidente)
José Pena do Amaral	(Vogal)
Maria Celeste Hagatong	(Vogal)
Manuel Ferreira da Silva	(Vogal)
António Farinha Morais	(Vogal)
Pedro Barreto	(Vogal)

27 de Agosto de 2012

## RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m.euros)

### **Introdução**

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas relativas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 do Banco BPI, S.A. e subsidiárias (Banco), as quais compreendem o Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2012 (que evidencia um activo total de 44.656.037 m.euros e capitais próprios totais de 1.307.421 m.euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 85.053 m.euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do período de seis meses findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, o seu resultado ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco BPI, S.A. e suas subsidiárias em 30 de Junho de 2012, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa no período de seis meses findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfase**

6. Até 30 de Junho de 2011, inclusive, o Banco utilizava o método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19 – Benefícios a Empregados, para o reconhecimento das perdas e ganhos actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido. Em Dezembro de 2011, o Banco alterou esta política contabilística e passou a utilizar o método de reconhecimento das perdas e ganhos actuariais directamente nos capitais próprios (Rendimento integral) no período em que ocorrem, conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19. De acordo com os requisitos do IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, quando existe uma alteração voluntária numa política contabilística é necessário proceder à aplicação retrospectiva da nova política nas demonstrações financeiras da entidade (“restatement”), com referência ao primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras, ou seja, 1 de Janeiro de 2011. Neste sentido, o Balanço Consolidado em 1 de Janeiro de 2011 e as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 apresentadas em anexo são pro-forma, tendo o impacto desta reexpressão consistido numa diminuição do capital próprio consolidado do Banco em 1 de Janeiro de 2011 no montante de 180.928 m.euros, num aumento do resultado líquido consolidado do primeiro semestre de 2011 em 255 m.euros, e numa diminuição do capital próprio consolidado em 30 de Junho de 2011 no montante de 194.729 m.euros, após considerado o efeito fiscal (Nota 2).

**Relato sobre outros requisitos legais**

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012.

Lisboa, 28 de Agosto de 2012



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por António Marques Dias



# Demonstrações financeiras individuais e notas às demonstrações financeiras individuais

30 de Junho de 2012

**BANCO BPI, S.A.**

**Sociedade aberta**

Sede: Rua Tenente Valadim, n.º 284, Porto

Capital Social: 1 190 000 000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto  
sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 214 534

**Banco BPI, S.A.**

**Demonstrações financeiras individuais  
em 30 de Junho de 2012 e 2011**

**BANCO BPI, S.A.****BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012, 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 1 DE JANEIRO DE 2011 PROFORMA**

(Montantes expressos em milhares de euros)

Notas	30 Jun. 12		31 Dez. 11		01 Jan. 11
	Valor antes de imparidade, provisões e amortizações	Imparidade, provisões e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.1	430 610	430 610	223 704	475 515
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.2	150 200	150 200	175 914	152 619
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	4.3/4.4	440 918	440 918	417 663	535 055
Activos financeiros disponíveis para venda	4.5	14 003 237	78 574	13 924 663	9 055 149
Aplicações em instituições de crédito	4.6	1 024 931	1 320	1 023 611	2 086 205
Crédito a clientes	4.7	27 141 367	501 343	26 640 024	26 779 877
Derivados de cobertura	4.4	308 111	308 111	280 338	267 538
Outros activos tangíveis	4.8	497 735	413 733	84 002	94 847
Activos intangíveis	4.9	86 802	77 765	9 037	7 744
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4.10	501 401	501 401	502 624	555 113
Activos por impostos	4.11	736 638	736 638	860 280	466 127
Outros activos	4.12/4.24	929 207	98 617	830 590	764 395
<b>Total do Activo</b>		<b>46 251 157</b>	<b>1 171 352</b>	<b>45 079 805</b>	<b>43 147 766</b>
<b>RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS</b>					
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	4.7/4.30		2 211 369	2 420 487	2 777 669
Dos quais:					
[Garantias e avales]			[2 100 445]	[2 305 830]	[2 638 611]
[Outros]			[110 924]	[114 657]	[139 058]
Compromissos	4.30		7 398 792	7 654 163	8 815 271

Notas	30 Jun. 12		31 Dez. 11		01 Jan. 11
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
<b>PASSIVO</b>					
Recursos de bancos centrais	4.13	4 037 663	2 499 197		1 245 537
Passivos financeiros detidos para negociação	4.14/4.4	332 559	425 495		326 207
Recursos de outras instituições de crédito	4.15	4 893 481	5 713 931		8 559 645
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.16	18 543 845	18 139 497		16 656 074
Responsabilidades representadas por títulos	4.17	5 142 901	6 735 039		7 855 481
Passivos financeiros associados a activos transferidos	4.18	8 369 621	7 765 634		4 608 145
Derivados de cobertura	4.4	686 622	662 050		470 867
Provisões	4.19	243 953	241 968		247 377
Passivos por impostos	4.20	39 992	11 421		9 150
Obrigações subordinadas de conversão contingente	4.21	1 500 694			
Outros passivos subordinados e títulos de participação	4.22	255 443	295 281		928 004
Outros passivos	4.23/4.24	527 610	616 605		457 454
<b>Total do Passivo</b>		<b>44 574 384</b>	<b>43 106 118</b>		<b>41 363 941</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>					
Capital	4.25	990 000	990 000		900 000
Prémios de emissão	4.26		128 432		441 306
Outros instrumentos de capital	4.27	8 079	8 030		9 894
Reservas de reavaliação	4.28	( 883 923)	( 1 250 696)		( 708 664)
Outras reservas e resultados transitados	4.29	332 368	403 672		162 510
(Acções próprias)	4.27	( 20 943)	( 21 020)		( 21 699)
Resultado individual do Banco BPI		79 840	( 216 770)		89 619
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>505 421</b>	<b>41 648</b>		<b>872 966</b>
<b>Total do Passivo e dos Capitais Próprios</b>		<b>45 079 805</b>	<b>43 147 766</b>		<b>42 236 907</b>

As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva do Conselho de Administração

**BANCO BPI, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 PROFORMA**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
Juros e rendimentos similares		895 673	938 986
Juros e encargos similares		( 711 857)	( 762 740)
<b>Margem financeira estrita</b>	<b>4.31</b>	<b>183 816</b>	<b>176 246</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	4.32	97 085	98 204
Comissões líquidas associadas ao custo amortizado	4.33	12 831	14 918
<b>Margem financeira</b>		<b>293 732</b>	<b>289 368</b>
Comissões recebidas		123 015	114 169
Comissões pagas		( 19 137)	( 20 949)
Outros proveitos líquidos		9 272	10 898
<b>Comissões líquidas</b>	<b>4.34</b>	<b>113 150</b>	<b>104 118</b>
Ganhos e perdas em operações ao justo valor		16 513	89 565
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda		17 800	( 70)
Juros, ganhos e perdas financeiros com pensões	4.24	360	5 951
<b>Resultados em operações financeiras</b>	<b>4.35</b>	<b>34 673</b>	<b>95 446</b>
Rendimentos e receitas operacionais		3 252	23 700
Encargos e gastos operacionais		( 7 043)	( 11 467)
Outros impostos		( 8 245)	( 7 891)
<b>Rendimentos e encargos operacionais</b>	<b>4.36</b>	<b>( 12 036)</b>	<b>4 342</b>
<b>Produto bancário</b>		<b>429 519</b>	<b>493 274</b>
Custos com pessoal	4.37	( 139 382)	( 194 411)
Gastos gerais administrativos	4.39	( 87 439)	( 90 884)
Depreciações e amortizações	4.8/4.9	( 10 380)	( 13 621)
<b>Custos de estrutura</b>		<b>( 237 201)</b>	<b>( 298 916)</b>
Recuperação de créditos, juros e despesas		6 420	7 745
Imparidade e provisões líquidas para crédito e garantias	4.19	( 75 058)	( 62 450)
Imparidade e outras provisões líquidas	4.19	( 38 788)	( 36 073)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>84 892</b>	<b>103 580</b>
Impostos sobre lucros	4.40	( 5 052)	( 4 859)
<b>Resultado individual do Banco BPI</b>		<b>79 840</b>	<b>98 721</b>
<b>Resultados por acção (euros)</b>			
Básico		0.081	0.067
Diluído		0.081	0.066

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva do Conselho de Administração

**BANCO BPI, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 PROFORMA**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	<b>30 Jun. 12</b>	<b>30 Jun. 11 Proforma</b>
<b>Resultado individual</b>	<b>79 840</b>	<b>98 721</b>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	519 249	( 550 565)
Impacto fiscal	( 149 770)	159 284
Transferência para resultados por alienação	( 20 911)	245
Impacto fiscal	6 037	( 76)
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	17 106	100
Impacto fiscal	( 4 938)	( 29)
Desvios actuariais	42 047	( 20 334)
Impacto fiscal	( 12 348)	5 726
<b>Resultado não reconhecido na demonstração de resultados</b>	<b>396 472</b>	<b>#REF!</b>
<b>Rendimento integral individual</b>	<b>476 312</b>	<b>#REF!</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva do Conselho de Administração

**BANCO BPI, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 PROFORMA**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Acções próprias	Resultado do exercício	Capitais próprios
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>900 000</b>	<b>441 306</b>	<b>9 894</b>	<b>( 708 664)</b>	<b>344 701</b>	<b>( 21 699)</b>	<b>89 139</b>	<b>1 054 677</b>
Impacto da alteração de política contabilística (Nota 2)					182 191		( 480)	181 711
<b>Saldos em 1 de Janeiro de 2011 ( Proforma )</b>	<b>900 000</b>	<b>441 306</b>	<b>9 894</b>	<b>( 708 664)</b>	<b>162 510</b>	<b>( 21 699)</b>	<b>89 619</b>	<b>872 966</b>
Aumento de capital social por incorporação de reservas	90 000				( 90 000)			
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2010					89 619		( 89 619)	
Remuneração variável em acções (RVA)			( 1 946)		864	679		( 403)
Amortização do impacto do IAS 19 na transição para IAS					( 12 652)			( 12 652)
Utilização de prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos		( 312 874)			312 874			
Rendimento integral no 1º semestre de 2011				( 391 041)	( 14 608)		98 721	( 306 928)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2011 ( Proforma )</b>	<b>990 000</b>	<b>128 432</b>	<b>7 948</b>	<b>(1 099 705)</b>	<b>448 607</b>	<b>( 21 020)</b>	<b>98 721</b>	<b>552 983</b>
Remuneração variável em acções (RVA)			82		2			84
Amortização do impacto do IAS 19 na transição para IAS					( 12 642)			( 12 642)
Rendimento integral no 2º semestre de 2011				( 150 991)	( 32 295)		( 315 491)	( 498 777)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>990 000</b>	<b>128 432</b>	<b>8 030</b>	<b>(1 250 696)</b>	<b>403 672</b>	<b>( 21 020)</b>	<b>( 216 770)</b>	<b>41 648</b>
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2011					( 216 770)		216 770	
Remuneração variável em acções (RVA)			49		( 18)	77		108
Amortização do impacto do IAS 19 na transição para IAS					( 12 647)			( 12 647)
Utilização de prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos		( 128 432)			128 432			
Rendimento integral no 1º semestre de 2012				366 773	29 699		79 840	476 312
<b>Saldos em 30 de Junho de 2012</b>	<b>990 000</b>		<b>8 079</b>	<b>( 883 923)</b>	<b>332 368</b>	<b>( 20 943)</b>	<b>79 840</b>	<b>505 421</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva do Conselho de Administração

**BANCO BPI, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 PROFORMA**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	<b>30 Jun. 12</b>	<b>30 Jun. 11 Proforma</b>
<b>Actividades operacionais</b>		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	1 137 045	1 136 738
Juros, comissões e outros custos pagos	( 637 181)	( 649 473)
Recuperações de crédito e juros vencidos	6 420	7 745
Pagamentos a empregados e fornecedores	( 212 939)	( 246 123)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	293 345	248 887
Diminuições (aumentos) em:		
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	( 2 451 243)	( 2 854 983)
Aplicações em instituições de crédito	1 059 265	158 400
Créditos a clientes	110 350	684 322
Outros activos	( 66 616)	83 607
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	( 1 348 244)	( 1 928 654)
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	711 649	( 1 128 967)
Recursos de clientes	344 240	319 491
Passivos financeiros de negociação	( 136 824)	3 623
Outros passivos	( 75 659)	( 28 359)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	843 406	( 834 212)
Contribuições para Fundos de Pensões	( 69 553)	( 28 797)
Pagamento de impostos sobre lucros	( 6 593)	( 8 720)
	<b>( 287 639)</b>	<b>( 2 551 496)</b>
<b>Actividades de investimento</b>		
Venda / liquidação de empresas filiais e associadas		
Outras	1 230	46
Aquisições de outros activos tangíveis e activos intangíveis	( 1 406)	( 2 956)
Alienação de outros activos tangíveis	578	22 746
Aquisições de activos tangíveis detidos para venda	( 28 787)	( 26 118)
Alienação de activos tangíveis detidos para venda	14 296	11 784
Dividendos recebidos e outros proveitos	94 333	97 033
	<b>80 244</b>	<b>102 535</b>
<b>Actividades de financiamento</b>		
Passivos por activos não desreconhecidos	606 364	3 321 639
Emissão de obrigações subordinadas de conversão contingente	1 500 000	
Emissões de dívida titulada e subordinada	49 621	1 064 715
Amortizações de dívida titulada e subordinada	( 1 729 235)	( 1 766 355)
Aquisições e vendas de dívida titulada e subordinada própria	63 050	48 803
Juros de dívida titulada e subordinada	( 100 974)	( 116 090)
Aquisições e vendas de acções próprias	77	679
	<b>388 903</b>	<b>2 553 391</b>
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	181 508	104 430
Caixa e seus equivalentes no início do período	399 301	627 749
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>580 809</b>	<b>732 179</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações

**O Técnico Oficial de Contas**

Alberto Pitôrra

**A Comissão Executiva do Conselho de Administração***Presidente* Fernando Ulrich*Vice-Presidente* António Domingues*Vogais* José Pena do Amaral

Maria Celeste Hagatong

Manuel Ferreira da Silva

António Farinha Morais

Pedro Bissaia Barreto

**Banco BPI, S.A.**

# Notas às demonstrações financeiras individuais em 30 de Junho de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros - m. euros - excepto quando expressamente indicada outra unidade)

## 1. GRUPO FINANCEIRO

O Banco BPI é a entidade principal de um Grupo Financeiro, centrado na actividade bancária, multiespecializado, que oferece um extenso conjunto de serviços e produtos financeiros para empresas, investidores institucionais e particulares. O Banco BPI está cotado em Bolsa desde 1986.

O Grupo BPI iniciou a sua actividade em 1981 através da constituição da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos, S.A.R.L. Por escritura pública de Dezembro de 1984, esta sociedade foi transformada no BPI – Banco Português de Investimento, S.A. que se constituiu no primeiro banco de investimento privado criado em Portugal após a reabertura do exercício da actividade bancária à iniciativa privada ocorrida em 1984. Em 30 de Novembro de 1995, o BPI - Banco Português de Investimento, S.A. (BPI Investimentos) deu origem ao BPI – SGPS, S.A. que exercia, em exclusivo, as funções de holding do Grupo BPI; nesta data, foi constituído o BPI Investimentos para exercer a actividade de banca de investimento do Grupo BPI. Em 20 de Dezembro de 2002, o BPI SGPS, S.A. incorporou por fusão a totalidade do património e operações do Banco BPI e alterou a sua denominação para Banco BPI, S.A.

Em 30 de Junho de 2012, a actividade bancária do Grupo é desenvolvida, principalmente, através do Banco BPI na área da banca comercial e do BPI Investimentos na área da banca de investimento. O Grupo BPI detém também 50.1% do capital social do Banco de Fomento Angola, S.A. que exerce a actividade de banca comercial em Angola.

Durante o 1º semestre de 2011, ocorreu a fusão da BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. na BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A., ambas detidas a 100% pelo Banco BPI, passando a BPI Vida a designar-se BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Durante o exercício de 2011, o Banco BPI alterou a sua participação no capital social da Viacer - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda de 25% para 14%, através da contribuição em espécie para o fundo de pensões do Banco BPI de 11% do capital social daquela sociedade. A participação mantida pelo Grupo BPI deixou de ser registada na rubrica de Investimentos em associadas, por ter deixado de existir influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira, estando em 31 de Dezembro de 2011 registada na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda, conforme previsto na IAS 28 - Investimentos em associadas (Nota 4.5).

Durante o primeiro semestre de 2012, o Grupo BPI alterou a sua participação no Fundo BPI Taxa Variável, Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Variável (Fundo BPI Taxa Variável), gerido pela BPI Gestão de Activos, passando a deter uma participação inferior a 50% (35,53%).

Durante o 1º semestre de 2012, ocorreu a fusão por incorporação da TC Turismo Capital - SCR, S.A. e da Aicep Capital na Inovcapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A., com alteração da denominação desta para Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA. O Grupo BPI deixou de deter uma participação de 25% na TC Turismo Capital - SCR, S.A. para passar a deter uma participação de 6,4% na Portugal Capital Ventures, que foi registada na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

Em 30 de Junho de 2012, as sociedades que integram o Grupo BPI são:

	Sede	Capitais próprios	Activo	Lucro (prejuízo) do período	Participação directa	Participação efectiva
<b>Bancos</b>						
Banco BPI, S.A.	Portugal	505 421	45 079 805	79 840		
Banco Português de Investimento, S.A.	Portugal	63 029	2 949 813	70	100,00%	100,00%
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Moçambique	123 489	1 666 579	13 084	29,70%	30,00%
Banco de Fomento Angola, S.A.	Angola	526 431	5 688 446	81 451	50,08%	50,10%
Banco BPI Cayman, Ltd.	Ilhas Cayman	155 727	297 289	931		100,00%
<b>Crédito especializado</b>						
BPI Locação de Equipamentos, Lda	Portugal	5 320	5 729	853	100,00%	100,00%
<b>Gestão de activos e corretagem</b>						
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), S.A.R.L.	Moçambique	63	316	( 21)	13,50%	92,65%
BPI Gestão de Activos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	Portugal	14 833	23 897	4 171	100,00%	100,00%
BPI – Global Investment Fund Management Company, S.A.	Luxemburgo	963	1912	112	100,00%	100,00%
BPI (Suisse), S.A.	Suiça	4 000	6 057	1045		99,90%
BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund	Portugal	54 865	75 012	72		85,06%
Fundo BPI Taxa Variável	Portugal	14 071	14 156	195		35,53%
<b>Capital de risco / desenvolvimento</b>						
BPI Private Equity - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Portugal	28 423	32 209	129	100,00%	100,00%
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Portugal	1 116	2 588	272		49,00%
<b>Seguros</b>						
BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	163 689	3 134 257	10 993	100,00%	100,00%
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	Portugal	45 817	106 869	2 980	50,00%	50,00%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	Portugal	185 798	1 093 930	5 428	35,00%	35,00%
<b>Outras</b>						
BPI Capital Finance Ltd. <sup>1</sup>	Ilhas Cayman	53 575	53 578	723	100,00%	100,00%
BPI Capital Africa (Proprietary) Limited	África do Sul	313	2 100	( 685)		100,00%
BPI, Inc.	E.U.A.	1218	6 265	76	100,00%	100,00%
BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.	Portugal	152 832	154 844	9	100,00%	100,00%
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	Portugal	81 939	88 238	1 052	32,78%	32,78%
Ulissipair ACE	Portugal	61	61	( 0)		50,00%
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	74 949	310 476	3 631	20,65%	21,01%

Nota: Os valores reportam-se a 30 de Junho de 2012 (saldos contabilísticos, antes de ajustamentos de consolidação) excepto se outra data for explicitada. As demonstrações financeiras das empresas filiais, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respectivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco BPI que não haverá alterações com impacto significativo no lucro consolidado do Banco.

<sup>1</sup> O capital social está representado por 5 000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 euro cada e por 53 427 000 de acções preferenciais, sem direito de voto, com o valor nominal de 1 euro cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Grupo BPI nesta empresa é de 0.009%.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

### BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais do Banco BPI foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e na Instrução nº 9/2005, de 11 de Março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo nº 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As Normas de Contabilidade Ajustadas correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, excepto quanto às seguintes matérias:

- a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e para riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro;
- o impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma do Banco BPI resultante da aplicação do IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2004 está a ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2011, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até Dezembro de 2013, conforme definido no Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005, de 21 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 7/2008, de 18 de Outubro.

#### **Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia**

Em 30 de Junho de 2012, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros (alteração): esta norma foi revista para incluir melhorias ao nível dos requisitos de divulgação sobre transacções que envolvam a transferência de activos financeiros, nomeadamente permitir uma melhor avaliação da exposição aos riscos subjacentes a essa transferência e o seu impacto na posição financeira da entidade. Foram também incluídas divulgações adicionais caso ocorra uma transferência significativa de activos financeiros no final do período de reporte. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.
- IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Apresentação de rubricas na Demonstração de Rendimento Integral (alteração): esta norma foi revista para esclarecer a apresentação das várias rubricas incluídas na Demonstração de Rendimento Integral e possibilitar a distinção de entre os saldos dessas rubricas quais os que podem posteriormente ser reclassificados para resultados do exercício. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2012.
- IAS 19 – Benefícios a empregados – esta norma foi revista para incluir diversas alterações, nomeadamente quanto ao: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de capital próprio; (ii) reconhecimento do custo com serviços passados como um gasto no momento da alteração do plano, quando forem reconhecidos os custos da reestruturação relacionada ou os benefícios de cessação de emprego. Foram também introduzidas novas exigências em termos de divulgação nas notas às demonstrações financeiras. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo BPI em 30 de Junho de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras individuais do Banco BPI.

### 2.1. Comparabilidade da informação

Conforme referido na Nota 2.7., até 30 de Junho de 2011, inclusive, o Banco BPI utilizou o método do corredor para reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, conforme previsto no parágrafo 92 da IAS 19. De acordo com este método, os ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e de diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados eram reconhecidos no balanço nas rubricas de "Outros activos" ou "Outros passivos" e era estabelecido um corredor para absorver os ganhos e perdas actuariais acumulados que não excedessem 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excedessem o corredor eram amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano. Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco BPI alterou a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na rubrica "Outras reservas - desvios actuariais" (Demonstração de Rendimento Integral), no período em que ocorrem, conforme também previsto no parágrafo 93A da IAS 19. Deste modo, o Banco BPI adoptou antecipadamente uma política contabilística prevista na actual versão da IAS 19 e que será de adopção obrigatória, com a nova versão da IAS 19, para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

O enquadramento fiscal desta alteração está previsto na Lei nº 64 – B/2011, de 30 de Dezembro, relativa ao Orçamento de Estado para 2012, que estabelece que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, não concorrem para os limites anuais estabelecidos no artigo 43º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, sendo dedutíveis para efeitos fiscais, em partes iguais, no período de tributação que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2012 e nos nove períodos de tributação seguintes, pelo que foram registados os respectivos impostos diferidos activos sobre o montante de desvios actuariais registados em Capitais Próprios.

O Aviso nº 2/2012, de 10 de Janeiro do Banco de Portugal estabelece que os desvios actuariais acumulados considerados no cálculo dos Fundos Próprios Regulamentares não deve depender da política contabilística adoptada em resultado das opções previstas na IAS 19. Por este motivo, o referido aviso prevê a manutenção do limite do corredor, para que sejam excluídas dos fundos próprios de base as perdas actuariais acumuladas que estariam por reconhecer como custo, dentro dos limites anteriormente referidos.

A aplicação retrospectiva da política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, conforme previsto pela IAS 8, teve os seguintes impactos:

	Capitais próprios em 31 Dez.10 (inclui resultado do exercício)	Resultado do primeiro semestre de 2011	Capitais próprios em 30 Jun.11 (inclui resultado do semestre)
Saldos conforme reportado (antes da aplicação retrospectiva da alteração de política contabilística)	1 054 677	98 445	749 026
Impacto da aplicação retrospectiva da política contabilística			
Desvios actuariais e financeiros acumulados em 1 de Janeiro de 2011	( 255 356)		( 255 356)
Desvios actuariais e financeiros originados no 1º semestre de 2011			( 20 528)
Anulação da amortização do excesso do corredor registada no 1º semestre de 2011		388	388
Impacto fiscal	73 645	( 112)	79 453
	( 181 711)	276	( 196 043)
Saldos ( Proforma )	872 966	98 721	552 983

## 2.2. Empresas filiais e associadas (IAS 27, IAS 28 e IFRS 3)

O Banco BPI detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais, aquelas em que o Banco detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa. Empresas associadas são aquelas em que o Banco BPI exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira mas não detém o controlo da empresa. Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

Nas demonstrações financeiras individuais do Banco BPI, as empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo histórico.

As participações em empresas filiais e associadas em moeda estrangeira (itens não monetários valorizados ao custo histórico) são convertidas à taxa de câmbio histórica da data da transacção, conforme previsto no IAS 21.

Os dividendos de empresas filiais e associadas são reconhecidos nos resultados individuais do Banco BPI na data em que são atribuídos ou recebidos.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, a perda por imparidade é reconhecida em resultados.

Na sequência de perda de influência significativa sobre uma empresa associada (presume-se uma participação de capital inferior a 20%) e de acordo com o previsto na IAS 28, a participação detida é reclassificada da carteira de Investimentos em Associadas para a carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, sendo registada pelo seu justo valor na data da perda de influência significativa. A diferença entre o justo valor da participação detida e o custo do investimento nessa data é reconhecida em resultados.

## 2.3. Activos e passivos financeiros (IAS 32 e IAS 39)

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco BPI na data de pagamento ou recebimento (data-valor), salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- preços de um mercado activo, ou
- métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacente:
  - cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
  - preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

No momento da aquisição ou originação, os activos financeiros são classificados numa das quatro categorias previstas no IAS 39:

- activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados;
- activos financeiros detidos até à maturidade;
- activos financeiros disponíveis para venda;
- créditos e outros valores a receber.

Na sequência da alteração do IAS 39 em Outubro de 2008, sob a designação "Reclassificação de activos financeiros" passou a ser possível efectuar as seguintes reclassificações entre as categorias de activos financeiros: (i) em circunstâncias particulares, activos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados no âmbito da "Fair Value Option") podem ser transferidos da categoria ao justo valor através de resultados, e (ii) activos financeiros que cumpram com a definição de crédito ou outros valores a receber podem ser transferidos da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito e outros valores a receber, desde que a entidade tenha a intenção e capacidade de os deter no futuro próximo ou até à maturidade. Para reclassificações ocorridas até 1 de Novembro de 2008, as alterações efectuadas pelo Banco BPI

tiveram como referência 1 de Julho de 2008. As reclassificações verificadas em ou após 1 de Novembro de 2008 têm impacto apenas a partir da data da reclassificação.

Na nota 4.41 são apresentadas em detalhe as metodologias de valorização dos activos e passivos financeiros registados ao justo valor (Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, Passivos financeiros de negociação e Activos financeiros disponíveis para venda).

### **Activos não desreconhecidos**

O Banco não desreconhece do activo os créditos e os outros activos financeiros vendidos/cedidos quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e,
- mantém parte substancial do risco sobre os activos transferidos.

Os activos vendidos e não desreconhecidos são registados em rubricas próprias da mesma categoria. Todos estes activos estão sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às carteiras anteriores à venda/cedência. Os juros e comissões associados às diversas carteiras são periodificados de acordo com o prazo das respectivas operações. A variação de valor dos activos mantidos em carteiras de activos disponíveis para venda é registada em contas próprias de reservas de justo valor.

Os fundos recebidos pela venda/cedência de activos são registados em rubricas próprias do Passivo. No caso de operações de titularização são registados em Passivos financeiros associados a activos transferidos, sendo as restantes operações registadas de acordo com a sua categoria. Os juros e comissões associados a estes passivos são periodificados pela parte que representa o risco e/ou benefícios retidos, com base na remuneração cedida pelo Banco e de acordo com o período correspondente à vida média esperada da operação de titularização à data do seu lançamento, ou pelo prazo contratado.

### **2.3.1. Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados e Passivos financeiros de negociação**

Estas rubricas incluem:

- títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos e em que o Banco tenha optado, na data de escrituração, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, podendo estar classificadas em posições detidas para negociação ou ao justo valor através de resultados; e
- derivados (incluindo derivados embutidos em activos e passivos financeiros), excepto se forem designados como instrumentos de cobertura no âmbito da aplicação de contabilidade de cobertura (Nota 2.3.7).

A avaliação destes activos e passivos é efectuada diariamente com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados.

No caso de incumprimento, os derivados são liquidados antecipadamente e registados pelo seu valor de substituição. As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida de prejuízos em operações financeiras.

### **2.3.2. Activos financeiros disponíveis para venda**

Esta rubrica inclui:

- títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado ou estimado, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica reservas de reavaliação de justo valor, excepto no caso de perdas por imparidade e de

ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das acções) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Com referência à data de preparação das demonstrações financeiras, o Banco avalia a existência de situações de evidência objectiva que os activos financeiros disponíveis para venda estão com imparidade, considerando a situação dos mercados e a informação disponível sobre os emitentes.

Conforme previsto no IAS 39, um activo financeiro disponível para venda está com imparidade e são incorridas perdas por imparidade se, e apenas se: (i) existir evidência objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo (um "evento de perda"); e (ii) esse(s) evento(s) de perda tiver(em) impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro, que possa ser fiavelmente estimado.

De acordo com o IAS 39, a evidência objectiva que um activo financeiro disponível para venda está com imparidade inclui dados observáveis acerca dos seguintes eventos de perda:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente;
- Incumprimento contratual do emitente em termos de reembolso de capital ou pagamento de juros;
- Probabilidade de falência do emitente;
- Desaparecimento de um mercado activo para o activo financeiro devido a dificuldades financeiras do emitente.

Para além dos eventos relativos a instrumentos de dívida acima referidos, a existência de evidência objectiva de imparidade em instrumentos de capital considera ainda a informação acerca dos seguintes eventos de perda:

- Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emitente opera que indiquem que o custo do investimento pode não ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado do activo financeiro abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência objectiva que um activo financeiro disponível para venda está com imparidade, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo são revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidades relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são registadas em reservas de reavaliação por diferenças cambiais. As variações cambiais dos restantes títulos são registadas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda designados como activos cobertos são valorizados conforme descrito na Nota 2.3.7. Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

### **2.3.3. Créditos e outros valores a receber**

O crédito e valores a receber abrange os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito, incluindo operações de locação financeira, operações de factoring, empréstimos sindicados e créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por Empresas ou Structured Investment Vehicles) que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

Os empréstimos e créditos titulados transaccionados num mercado activo são classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

No momento inicial os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas). As operações de crédito hipotecário passam a situação de contencioso no momento da entrega de requerimento executivo em tribunal, normalmente 180 dias após a data do 1º incumprimento.

O Banco BPI procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões e imparidades (de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com os requisitos de imparidade do IAS 39, respectivamente), estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate.

Os créditos designados como activos cobertos são valorizados conforme descrito na Nota 2.3.7. Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

### **Locação financeira (IAS 17)**

As operações de locação em que o Banco transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem para o Cliente ou para um terceiro são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor do desembolso líquido efectuado na data de aquisição dos bens locados. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento dos proveitos reflecte uma taxa de juro efectiva sobre o capital em dívida.

### **Factoring**

Os activos decorrentes de operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes de operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de “credores por operações de factoring”. As entregas de fundos efectuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de “credores por operações de factoring”.

As tomadas, ao abrigo dos contratos de factoring, de facturas com recurso sem adiantamento de fundos por conta dos contratos respectivos são registadas na rubrica extrapatrimonial “contratos com recurso – facturas não financiadas” pelo valor das facturas tomadas. A regularização do saldo desta rubrica ocorrerá à medida que tais facturas forem liquidadas.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados como elemento extrapatrimonial.

### **Reportes**

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, como um crédito, sendo periodificado o valor de juros.

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

### **Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis**

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

## **Provisões para crédito**

Nas demonstrações financeiras individuais, a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro.

### Provisões para crédito não titulado e garantias

A carteira de crédito não titulado e de garantias está sujeita à constituição de provisões para:

- risco específico de crédito - crédito vencido e créditos de cobrança duvidosa;
- riscos gerais de crédito; e
- risco-país.

As provisões para risco específico de crédito são constituídas para crédito e juros vencidos e para outros créditos de cobrança duvidosa e destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas relativas a créditos daquela natureza não vencidos. São considerados nesta situação:

- a) as prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  - (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
  - (ii) estarem em incumprimento há mais de:
    - seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
    - doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos;
    - vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- b) os créditos vincendos sobre um mesmo Cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse Cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicáveis aos créditos vencidos.

As provisões para riscos gerais de crédito correspondem a 1.5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada, a 0.5% do crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário, e a 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga.

Nos termos da legislação fiscal em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2003, o reforço desta provisão deixou de ser aceite como custo fiscal. Adicionalmente, nos termos da legislação fiscal em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são consideradas proveitos do exercício, em primeiro lugar, aquelas que tenham sido custo fiscal no exercício da respectiva constituição.

Nos termos da legislação fiscal em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2007, o reforço das provisões para crédito vencido e crédito de cobrança duvidosa com garantia real hipotecária deixou de ser aceite como custo fiscal. O saldo existente em 31 de Dezembro de 2006 destas provisões será tributado na medida em que forem efectuados reforços para as provisões para crédito vencido e crédito de cobrança duvidosa sem garantia real e para as provisões para risco-país de crédito ao exterior.

As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco. O regime de constituição destas provisões é o que está previsto na Instrução do Banco de Portugal nº 94/96, publicada no Boletim de Normas e Informações nº 1, de 17 de Junho de 1996, e em Carta do Banco de Portugal sob referência 7/12/DSPDR, de 07 de Março de 2012.

## Provisões para imparidade de crédito e valores a receber titulados

Mensalmente, os créditos e valores a receber titulados são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com o IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda (loss event) após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

O IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objectiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; tornar-se provável que o mutuário vá entrar em falência, etc), mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional. A análise da imparidade do crédito e valores a receber titulados é efectuada em base individual.

### **2.3.4. Depósitos e outros recursos**

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os depósitos designados como passivos cobertos são valorizados conforme descrito na Nota 2.3.7. Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

### **2.3.5. Dívida titulada emitida pelo Banco**

As emissões de obrigações do Banco estão registadas nas rubricas Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados.

Na data de emissão, as obrigações emitidas são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações são registados separadamente e reavaliados ao justo valor através de resultados.

As obrigações designadas como passivos cobertos são valorizados conforme descrito na Nota 2.3.7. Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

As obrigações emitidas pelo Banco podem ser ou não cotadas em Bolsa.

### ***Transacções em mercado secundário***

O Banco efectua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respectivas rubricas da dívida emitida (capital, juros, comissões e derivados) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate ou aumento do passivo são reconhecidas de imediato em resultados.

### **2.3.6. Obrigações subordinadas de conversão contingente**

No âmbito do Plano de Recapitalização para reforço dos fundos próprios Core Tier 1, para cumprimento dos rácios mínimos estabelecidos pela Autoridade Bancária Europeia e pelo Banco de Portugal, o Banco BPI emitiu instrumentos financeiros elegíveis para fundos próprios Core Tier 1 (obrigações subordinadas de conversão contingente), que foram subscritos pelo Estado Português (Notas 4.21, 4.25 e 4.43).

Tendo em conta as respectivas características, definidas na Lei nº63-A/2008, de 24 de Novembro, republicada pela Lei nº 4/2012, de 11 de Janeiro (Lei da Recapitalização da Banca), na Portaria nº 150-A/2012, de 17 de Maio e nos Termos e Condições constantes do Despacho nº 8840-A/2012, do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Junho de 2012, e os requisitos previstos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente na IAS 32, estes instrumentos financeiros foram registados pelo Grupo BPI como passivos financeiros, uma vez que:

- Se encontra previsto que, sobre o valor nominal destes instrumentos, se vençam juros, os quais deverão ser pagos pelo Emitente, em dinheiro ou em acções do Emitente, sob pena de se verificar a conversão desses instrumentos em acções do Emitente nos termos previstos no ponto 8 dos Termos e Condições acima mencionados;
- Os instrumentos deverão ser recomprados pelo Banco BPI ao Estado até ao termo do dia de 29 de Junho de 2017, sob pena da sua conversão em acções do Emitente;
- A conversão a que aludem os pontos anteriores, será efectuada mediante a entrega de um número de acções que não é possível determinar antes de se verificar o evento que determina essa conversão, uma vez que (i) conforme decorre da definição de Preço de Conversão constante do ponto 1.1. dos Termos e Condições acima mencionados, esse preço depende da cotação/valor de mercado das acções no período que anteceder a verificação desse evento e (ii) a determinação daquele número de acções é feita em função desse Preço de Conversão.

As obrigações subordinadas de conversão contingente são valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

### **2.3.7. Contabilidade de cobertura – derivados de cobertura e instrumentos cobertos**

O Banco BPI designa como instrumentos de cobertura os derivados contratados para cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio (operações de cobertura de justo valor), quer para cobertura de activos e passivos financeiros individualmente identificados (carteira de obrigações, emissão de obrigações próprias e empréstimos), quer para conjuntos de operações (depósitos a prazo e crédito a taxa fixa).

O Banco BPI dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, quando da transacção inicial, o instrumento (ou parte do instrumento, ou parte do risco) que está a ser coberto, a estratégia e tipo de risco coberto, o derivado de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Banco testa a eficácia das coberturas, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125%.

Os instrumentos derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos e perdas resultantes da sua reavaliação são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de activos ou passivos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos activos ou passivos cobertos, no caso de operações ao custo amortizado (crédito, depósitos e dívida emitida) ou por contrapartida de reserva de reavaliação de justo valor, no caso de activos disponíveis para venda (carteira de obrigações). No caso de venda ou amortização dos derivados e mantendo-se os instrumentos cobertos, o valor dos prémios é diferido na margem financeira.

Um activo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberto (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, por a variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

Os testes à eficácia das coberturas são devidamente documentados em cada final de mês, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas.

### **2.3.8 Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira**

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados segundo o sistema multi-currency, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio oficial de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

## 2.4. Activos tangíveis (IAS 16)

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis	20 a 50
Obras em edifícios próprios	10 a 50
Imobilizações não passíveis de recuperação efectuadas em edifícios arrendados	3 a 10
Equipamento	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos pelo Banco BPI até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultou dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

### ***Activos tangíveis adquiridos em locação financeira***

Os activos tangíveis adquiridos através de operações de locação, em que o banco detém todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem, são amortizados de acordo com o procedimento descrito no ponto anterior.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os passivos são reduzidos pelo montante correspondente à amortização do capital de cada uma das rendas e os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação.

## 2.5. Activos tangíveis disponíveis para venda

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos por recuperações de créditos são registados na rubrica outros activos, dado que nem sempre se encontram em condições de venda imediata e o prazo de detenção destes activos pode ser superior a um ano. Estes activos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

São também registados na rubrica outros activos, os activos tangíveis do Banco retirados de uso (imóveis e equipamento descontinuados) e que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos de activos tangíveis pelo valor contabilístico nos termos do IAS 16 (custo de aquisição líquido de amortizações e imparidades acumuladas) na data em que ficam disponíveis para venda e são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

As mais-valias potenciais em outros activos não são reconhecidas no balanço.

## 2.6. Activos intangíveis (IAS 38)

O Banco regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

## **2.7. Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)**

As Instituições do Banco BPI que aderiram ao Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português assumem o compromisso de atribuir aos seus Colaboradores ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência (plano de benefícios definidos). Estas prestações consistem numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do Colaborador, aplicada aos seus salários. Até 31 de Dezembro de 2010, a generalidade dos Colaboradores do Banco BPI não estava abrangida pelo Sistema de Segurança Social.

Com a publicação do Decreto-Lei n.1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social, a partir de 1 de Janeiro de 2011, passando a estar cobertos por este regime em matéria de pensões por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, cujos encargos o Banco deixou de suportar. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Em relação a estes trabalhadores, mantêm-se a cargo do Banco as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Na sequência das instruções do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros, o valor das responsabilidades com serviços passados manteve-se inalterado em 31 de Dezembro de 2010. O custo do serviço corrente reduziu-se a partir de 2011 e o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23.6%.

Na sequência do Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, as Instituições de Crédito e os Sindicatos do sector bancário, foi publicado o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que prevê a transferência para a Segurança Social das responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 estavam nessa situação e se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (Pilar 1), bem como a correspondente entrega ao Estado Português de parte dos activos dos fundos de pensões que cobriam as referidas responsabilidades.

O Banco BPI, através do respectivo fundo de pensões, mantém a responsabilidade pelo pagamento (i) das actualizações do valor das pensões referidas anteriormente, de acordo com os critérios previstos no ACT; (ii) dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumida pelo ACT do Sector Bancário; (iii) da contribuição sobre as pensões de reforma e sobrevivência para os Serviços de Apoio Médico-Social (SAMS); (iv) do subsídio por morte; (v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente desde que referente ao mesmo trabalhador e (vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

O valor dos activos dos fundos de pensões transferidos para o Estado deve ser igual ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social e foi determinado, tendo em consideração os seguintes pressupostos: (i) taxa de desconto de 4 %; (ii) tábuas de mortalidade, nos termos da regulamentação definida pelo Instituto de Seguros de Portugal: população masculina: TV 73/77 menos 1 ano; população feminina: TV 88/90.

A transferência de activos do fundo de pensões pode ser constituída por numerário e, até 50% do valor dos activos a transmitir, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

A transmissão da titularidade dos activos será realizada pelo Banco nos seguintes termos: (i) até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades; (ii) até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades, como resultado da conclusão do processo de apuramento final das

responsabilidades transferidas, realizado por uma entidade independente especializada e contratada para o efeito pelo Ministério das Finanças.

Dado que a transferência para a Segurança Social configura uma liquidação, com a extinção das correspondentes responsabilidades por parte do Banco BPI, a diferença entre o valor dos activos do fundo de pensões transferidos para o Estado Português, e o valor das responsabilidades transferidas determinado com base em pressupostos actuariais utilizados pelo Banco BPI foi registada em resultados no exercício de 2011 na rubrica Ganhos e perdas operacionais, conforme previsto no parágrafo 61 do IAS 19.

De acordo com o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, os custos incorridos em consequência deste processo de transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social são dedutíveis, em partes iguais, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas, o qual se estima em 18 anos, pelo que foram registados os respectivos impostos diferidos activos sobre o montante da liquidação reconhecido em resultados.

Os métodos de valorização actuarial utilizados são o “Projected Unit Credit”, para o cálculo do custo normal e das responsabilidades com serviços passados por velhice, e Prémios Únicos Sucessivos, para o cálculo dos custos relativos aos benefícios de invalidez e sobrevivência. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. A análise dos pressupostos actuariais e, caso aplicável, a respectiva alteração, é efectuada pelo Banco BPI com referência a 30 de Junho e 31 de Dezembro de cada ano. Em 30 de Junho de 2012, o Banco BPI não alterou os pressupostos actuariais por se considerar que os pressupostos com referência a 31 de Dezembro de 2011 continuam a ser aplicáveis face às actuais condições de mercado e expectativas à data de balanço. A actualização dos referidos pressupostos reflecte-se prospectivamente nos custos com pensões e na determinação dos desvios actuariais. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma e sobrevivência, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

Até Junho de 2011, o Banco BPI reconhecia o valor acumulado líquido (após 01Jan04) dos ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e de diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados, na rubrica Outros activos ou Outros passivos - Desvios actuariais. Eram enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas actuariais acumulados que não excediam 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excediam o corredor eram amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano. A partir de 31 de Dezembro de 2011, conforme referido na Nota 2.1 Comparabilidade da informação, o Banco BPI alterou a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na Demonstração de Rendimento Integral, no período em que ocorrem, conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

Na data da transição para as Normas de Contabilidade Ajustadas, o Banco BPI adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção designada de “reset”).

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada são integralmente reconhecidos como custo nos resultados do exercício.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões são integralmente reconhecidos como custo no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período até os benefícios se tornarem adquiridos. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevados como custo está registado na rubrica Outros activos.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego) é assegurada por fundos de pensões. O valor dos Fundos de Pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

O regime de financiamento pelo Fundo de Pensões está definido no Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 que determina:

- a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;

- o estabelecimento de um período transitório para o financiamento do acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31Dez04. Este acréscimo de responsabilidades pode ser financiado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade para as quais o plano de financiamento poderia ir até 31 de Dezembro de 2011;
- em 31 de Dezembro de 2005, o Banco optou por financiar a totalidade das responsabilidades com pensões de reforma dos Colaboradores, não tendo aplicado o plano de amortizações uniformes previsto pelo Banco de Portugal.

Nas demonstrações financeiras individuais do Banco BPI, o valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos (insuficiência de cobertura) ou Outros Activos (excesso de cobertura).

Os resultados do Banco BPI incluem os seguintes custos relativos a pensões de reforma e sobrevivência:

- custo do serviço corrente (custo do ano)
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades
- rendimento esperado dos Fundos de Pensões
- custos com acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas
- custos (ou amortização) resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões.

Os componentes acima indicados são reconhecidos em custos com pessoal, excepto no que se refere ao custo dos juros da totalidade das responsabilidades e rendimento esperado dos Fundos de Pensões que são registados em Resultados em operações financeiras – Juros, ganhos e perdas financeiras com pensões.

Nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005, o impacto da introdução do IAS 19 na transição para as Normas de Contabilidade Ajustadas foi reconhecido na rubrica Outros activos – despesas com custo diferido (Nota 4.12) e até 30 de Junho de 2008, estava a ser amortizado em resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009 (5 anos, com início em 2005), com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade para as quais a amortização era efectuada até 31 de Dezembro de 2011 (7 anos, com início em 2005).

Decorrente da entrada em vigor do Aviso nº 7/2008 do Banco de Portugal, o montante relativo ao impacto à data de transição que ainda se encontrava por reconhecer à data de 30 de Junho de 2008 passou a ser diferido por um período adicional de três anos face ao prazo inicialmente previsto.

## 2.8. Prémios de antiguidade (IAS 19)

Nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português, o Banco BPI assumiu o compromisso de atribuir aos Colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

O Banco BPI determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método de “Project Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica Outros Passivos.

Os resultados do Banco BPI incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- custo do serviço corrente (custo do ano)
- custo dos juros
- ganhos e perdas resultantes da alteração das condições dos benefícios.

Os componentes acima indicados são reconhecidos em custos com pessoal.

## 2.9. Acções próprias (IAS 32)

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

## 2.10. Remuneração variável em acções – RVA (IFRS 2)

O Programa de Remuneração Variável em Acções (RVA) é um programa que prevê que, sempre que seja decidida a atribuição de remuneração variável aos Administradores Executivos e aos Colaboradores do Grupo BPI (neste caso, desde que superior a 2 500 euros), esta seja, em parte, composta por acções representativas do capital social do Banco BPI (acções BPI) e em opções de compra de acções BPI. A parcela de remuneração variável individual que corresponde ao RVA oscila entre 10% e 50%, sendo a percentagem tanto maior quanto maior for o nível de responsabilidade do seu beneficiário.

No que respeita aos Colaboradores, as acções atribuídas no âmbito do RVA transmitem-se na sua totalidade, na data da atribuição, para a titularidade dos mesmos, mas essa transmissão fica, quanto a 75% das acções em causa, sujeita a condição resolutiva (traduzida na cessação da relação laboral, salvo se feita com justa causa do Colaborador), sujeição essa que cessa de uma forma gradual ao longo dos três anos seguintes à data de atribuição (25% em cada ano). As opções de compra de acções podem ser exercidas entre o 90º dia e o quinto ano a contar da data de atribuição. A cessação da relação laboral do Colaborador com o Grupo BPI afecta, também, nos termos previstos no Regulamento do RVA, as opções atribuídas.

No que respeita aos Administradores Executivos, até ao RVA 2009, inclusive, as condições de atribuição das acções e opções sobre acções eram idênticas às referidas anteriormente para os Colaboradores. A partir do RVA 2010, as acções e as opções sobre acções atribuídas aos Administradores Executivos no âmbito do RVA ficam sujeitas à seguinte condição suspensiva: a situação líquida do Banco BPI, apurada com base nas suas contas consolidadas relativas ao terceiro exercício posterior àquele a que respeita a remuneração variável ser de valor superior à situação líquida do Banco BPI, apurada com base nas suas contas consolidadas relativas ao exercício a que respeita a remuneração variável, observados, para o efeito, os pressupostos previstos no Regulamento do RVA. A atribuição de acções fica, ainda, sujeita, também como condição suspensiva, à não verificação da cessação da relação de administração ou laboral nos termos previstos pelo Regulamento do RVA. Para além das condições referidas, a atribuição de acções fica também sujeita a um termo suspensivo de 3 anos a contar da data de atribuição; o período de exercício para as opções sobre acções inicia-se após o decurso desse mesmo prazo.

Conforme previsto no plano de recapitalização (Notas 4.21, 4.25, e 4.43), durante o período do investimento público, não serão pagas aos membros da Comissão Executiva do Banco BPI quaisquer remunerações variáveis, isto sem prejuízo de a Comissão de Remunerações poder continuar a realizar anualmente a avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração e a determinação do valor da remuneração variável que lhes caberia por aplicação das regras da Política de Remuneração aprovadas pela Assembleia Geral de Abril de 2011, valor esse cujo pagamento ficará dependente de uma decisão da Comissão de Remunerações então em funções, a tomar após o reembolso integral do investimento público.

Os custos com o programa de remunerações variáveis em acções são periodificados em custos com pessoal, em contrapartida da rubrica Outros Instrumentos de Capital, conforme definido na IFRS 2 para programas de share-based payment. O custo das acções e dos prémios das opções na data de atribuição são periodificados de forma linear desde o início do ano do programa (1 de Janeiro) até à respectiva data de disponibilização ao Colaborador.

Para as remunerações variáveis em acções, o Banco adquire uma carteira de acções BPI e transmite a propriedade das acções para os Colaboradores na data de atribuição do RVA (no caso dos Administradores Executivos, após a verificação dos termos e condições suspensivos). No entanto, para efeitos contabilísticos, as acções permanecem na carteira de acções próprias do Banco BPI até à data de disponibilização. Nesta data, as acções são desreconhecidas em contrapartida dos montantes acumulados na rubrica Outros Instrumentos de Capital.

Para as remunerações variáveis em opções, o Grupo BPI constituiu uma carteira de acções BPI de modo a assegurar a cobertura das responsabilidades decorrentes da emissão de opções de compra de acções BPI de acordo com uma estratégia de cobertura de delta (determinada por um modelo de avaliação de opções do BPI desenvolvido internamente e baseado na metodologia Black-Scholes).

Esta estratégia corresponde a constituir uma carteira com delta acções por cada opção emitida, sendo que o montante delta corresponde à relação entre a variação do preço de uma opção e a variação do preço da acção subjacente. As acções próprias

detidas para cobrir o risco de variação do valor das opções vendidas são registadas na rubrica de Acções Próprias para cobertura do RVA onde permanecem enquanto estiverem afectas àquela finalidade.

Na data de exercício das opções, as acções próprias são desreconhecidas em simultâneo com a transmissão de propriedade para os Colaboradores. Nesta data é reconhecida uma mais ou menos-valia correspondente à diferença entre o preço de exercício e o custo médio de aquisição da carteira de acções próprias afecta à cobertura de cada um dos programas, deduzida dos custos com prémios de opções acumulados na rubrica Outros Instrumentos de Capital.

As mais e menos-valias realizadas em acções próprias na cobertura e exercício de opções do RVA, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

### **2.11. Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)**

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da actividade do Banco BPI.

### **2.12. Impostos sobre os lucros (IAS 12)**

O Banco BPI está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

As Sucursais Financeiras Exteriores do Banco BPI nas Regiões Autónoma da Madeira e de Santa Maria beneficiaram, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 34º do referido Estatuto, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona Franca da Madeira e Santa Maria. Este regime foi aplicável desde 1 de Janeiro de 2003. A partir de 1 de Janeiro de 2012, é aplicado o regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas às Sucursais Financeiras Exteriores.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, nos países onde o Banco tem presença, para o período a que se reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais dão também origem ao registo de impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios (nomeadamente, ganhos e perdas em acções próprias e em títulos disponíveis para venda e os desvios actuariais em responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência).

O Banco BPI não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis relativas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível.

Os lucros distribuídos ao Banco BPI por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 46º do CIRSC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

### **2.13. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras do Banco BPI são utilizadas estimativas e valores futuros esperados, nomeadamente nas seguintes áreas:

#### ***Pensões de reforma e sobrevivência***

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e o rendimento dos Fundos de Pensões constituídos para cobrir estas responsabilidades são estimados com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários e de rendimento futuro dos Fundos de Pensões. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Banco BPI para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

### ***Justo valor de derivados e activos financeiros não cotados***

O justo valor dos derivados e activos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização destes instrumentos financeiros em algumas situações específicas, incluindo a alienação antes da respectiva maturidade.

### ***Impostos sobre lucros***

Os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente aplicável ao Banco BPI ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura.

### ***Provisões para crédito***

Nas demonstrações financeiras individuais, a carteira de crédito do Banco BPI está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as quais diferem do valor da imparidade do crédito, determinado com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar.

## **2.14. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros**

O Banco BPI é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros o Banco BPI efectua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Banco BPI recebe comissões pela mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre o Banco BPI e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- Comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efectuadas através do Banco BPI e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente;
- Comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de Janeiro) aquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo recebimento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objecto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros activos por contrapartida da rubrica Comissões recebidas – Por serviços de mediação de seguros.

O Banco BPI não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pelo Banco BPI, para além dos já divulgados.

### 3. RELATO POR SEGMENTOS

O reporte de segmentos do Grupo BPI reparte-se da forma a seguir referida, sendo a gestão e informação produzida no âmbito do Grupo:

- Actividade doméstica: corresponde à actividade relacionada com a prestação de serviços bancários a clientes nacionais, incluindo elementos das comunidades de emigrantes e filiais de empresas portuguesas e inclui:
  - Banca Comercial
  - Banca de Investimentos
  - Participações de capital e outros
- Actividade internacional: corresponde à actividade desenvolvida em Angola pelo Banco de Fomento Angola, S.A., em Moçambique pelo Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. e pela BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.R.L. e África do Sul pela BPI Capital Africa (Proprietary) Limited.

A actividade do Banco BPI está principalmente focalizada no negócio da banca comercial, que inclui:

- Banca de retalho – A banca de retalho assegura a acção comercial junto dos clientes particulares, empresas e empresários em nome individual com facturação até 2,5 milhões de euros através de uma rede de distribuição multicanal constituída por balcões de retalho, centros de investimento, serviço de homebanking (BPI Net), banca telefónica (BPI Directo), balcões especializados e rede de promotores externos.
- Banca de empresas - A banca de empresas assegura a acção comercial junto de empresas privadas, públicas e municipais, de organismos do sector público (incluindo Administração Central e Local) e ainda junto de Fundações e Associações. Está também englobada na banca de empresas a actividade de Project Finance e Parcerias Público-Privadas, na vertente de promoção comercial, estruturação e montagem de operações financeiras e ainda de consultoria relacionada com este tipo de actividade.

Sendo a gestão efectuada com base no Grupo, os únicos segmentos, no âmbito do IFRS 8, com informação própria em base individual são os segmentos geográficos onde se encontram sedeadas as entidades responsáveis pelo desenvolvimento da actividade do Banco. Os segmentos geográficos correspondem desta forma à actividade desenvolvida pelo Banco BPI em Portugal (Continente, Madeira e Açores), Resto da Europa (Espanha e França) e Resto do Mundo (Cayman e Macau).

Os reportes utilizados pela gestão têm uma base contabilística suportada nos IFRS.

O valor das operações entre segmentos é apresentado com base nas condições efectivas das operações e na aplicação das políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais do Banco BPI.

Em 30 de Junho de 2012, a segmentação do balanço do Banco BPI e dos investimentos efectuados em activos tangíveis e intangíveis por mercados geográficos é a seguinte:

	Portugal	Resto da Europa	Resto do Mundo	Operações entre segmentos	Banco BPI Individual
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	424 373	6 237			430 610
Disponibilidades em outras instituições de crédito	115 902	20 503	27 401	( 13 606)	150 200
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	440 386		19 569	( 19 037)	440 918
Activos financeiros disponíveis para venda	13 920 498	869	3 296		13 924 663
Aplicações em instituições de crédito	2 735 713	75 185	3 979 062	( 5 766 349)	1 023 611
Crédito a clientes	24 445 941	1 981 934	212 149		26 640 024
Derivados de cobertura	308 753		124 255	( 124 897)	308 111
Outros activos tangíveis	82 014	1 972	16		84 002
Activos intangíveis	8 172	865			9 037
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	501 401				501 401
Activos por impostos	731 924	4 714			736 638
Outros activos	809 716	8 212	13 238	( 576)	830 590
<b>Total do Activo</b>	<b>44 524 793</b>	<b>2 100 491</b>	<b>4 378 986</b>	<b>( 5 924 465)</b>	<b>45 079 805</b>
<b>PASSIVO</b>					
Recursos de bancos centrais	4 037 663				4 037 663
Passivos financeiros detidos para negociação	332 151	61	19 384	( 19 037)	332 559
Recursos de outras instituições de crédito	9 170 507	1 431 343	71 835	( 5 780 204)	4 893 481
Recursos de clientes e outros empréstimos	14 264 658	578 800	3 700 387		18 543 845
Responsabilidades representadas por títulos	4 925 583		217 318		5 142 901
Passivos financeiros associados a activos transferidos	8 369 621				8 369 621
Derivados de cobertura	777 292		34 227	( 124 897)	686 622
Provisões	225 122	17 098	1 733		243 953
Passivos por impostos	39 992				39 992
Obrigações subordinadas de conversão contingente	1 500 694				1 500 694
Outros passivos subordinados e títulos de participação	124 337		131 106		255 443
Outros passivos	517 752	10 138	47	( 327)	527 610
<b>Total do Passivo</b>	<b>44 285 372</b>	<b>2 037 440</b>	<b>4 176 037</b>	<b>( 5 924 465)</b>	<b>44 574 384</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>					
Capital, prémios de emissão e reservas (Acções próprias)	190 144	72 632	183 748		446 524
Resultado individual do Banco BPI	( 20 943)	( 9 581)	19 201		( 20 943)
	70 220				79 840
<b>Total dos Capitais Próprios</b>	<b>239 421</b>	<b>63 051</b>	<b>202 949</b>		<b>505 421</b>
<b>Total do Passivo e dos Capitais Próprios</b>	<b>44 524 793</b>	<b>2 100 491</b>	<b>4 378 986</b>	<b>( 5 924 465)</b>	<b>45 079 805</b>
<b>Investimentos efectuados em:</b>					
Imóveis	2	4			6
Equipamento e outros activos tangíveis	416	1			417
Activos intangíveis	984				984

Em 30 de Junho de 2012, a segmentação da demonstração de resultados individuais do Banco BPI por mercados geográficos é a seguinte:

	Portugal	Resto da Europa	Resto do Mundo	Operações entre segmentos	Banco BPI Individual
Juros e rendimentos similares	892 511	32 877	117 566	( 147 281)	895 673
Juros e encargos similares	( 734 344)	( 18 895)	( 105 899)	147 281	( 711 857)
<b>Margem financeira estrita</b>	<b>158 167</b>	<b>13 982</b>	<b>11 667</b>		<b>183 816</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	97 085				97 085
Comissões líquidas associadas ao custo amortizado	10 886	1 687	258		12 831
<b>Margem financeira</b>	<b>266 138</b>	<b>15 669</b>	<b>11 925</b>		<b>293 732</b>
Comissões recebidas	121 308	2 280	3	( 576)	123 015
Comissões pagas	( 18 916)	( 797)		576	( 19 137)
Outros proveitos líquidos	8 924	348			9 272
<b>Comissões líquidas</b>	<b>111 316</b>	<b>1 831</b>	<b>3</b>		<b>113 150</b>
Ganhos e perdas em operações ao justo valor	9 609	21	6 883		16 513
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda	17 800				17 800
Juros, ganhos e perdas financeiros com pensões	360				360
<b>Resultados em operações financeiras</b>	<b>27 769</b>	<b>21</b>	<b>6 883</b>		<b>34 673</b>
Rendimentos e receitas operacionais	3 347	( 95)			3 252
Encargos e gastos operacionais	( 7 009)	( 34)			( 7 043)
Outros impostos	( 8 128)	( 44)	( 73)		( 8 245)
<b>Rendimentos e encargos operacionais</b>	<b>( 11 790)</b>	<b>( 173)</b>	<b>( 73)</b>		<b>( 12 036)</b>
<b>Produto bancário</b>	<b>393 433</b>	<b>17 348</b>	<b>18 738</b>		<b>429 519</b>
Custos com pessoal	( 135 109)	( 4 219)	( 54)		( 139 382)
Gastos gerais administrativos	( 85 152)	( 2 219)	( 68)		( 87 439)
Depreciações e amortizações	( 10 070)	( 303)	( 7)		( 10 380)
<b>Custos de estrutura</b>	<b>( 230 331)</b>	<b>( 6 741)</b>	<b>( 129)</b>		<b>( 237 201)</b>
Recuperação de créditos, juros e despesas	6 420				6 420
Imparidade e provisões líquidas para crédito e garantias	( 56 129)	( 20 189)	1 260		( 75 058)
Imparidade e outras provisões líquidas	( 38 121)	1	( 668)		( 38 788)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>75 272</b>	<b>( 9 581)</b>	<b>19 201</b>		<b>84 892</b>
Impostos sobre lucros	( 5 052)				( 5 052)
<b>Resultado individual do Banco BPI</b>	<b>70 220</b>	<b>( 9 581)</b>	<b>19 201</b>		<b>79 840</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a segmentação do balanço do Banco BPI e dos investimentos efectuados em activos tangíveis e intangíveis por mercados geográficos é a seguinte:

	Portugal	Resto da Europa	Resto do Mundo	Operações entre segmentos	Banco BPI Individual
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	210 595	13 109			223 704
Disponibilidades em outras instituições de crédito	141 799	18 564	28 276	( 12 725)	175 914
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	417 190		13 933	( 13 460)	417 663
Activos financeiros disponíveis para venda	10 950 114	854	3 207		10 954 175
Aplicações em instituições de crédito	4 676 080	75 099	5 020 754	( 7 685 728)	2 086 205
Crédito a clientes	24 441 657	2 092 433	245 787		26 779 877
Derivados de cobertura	282 754		117 905	( 120 321)	280 338
Outros activos tangíveis	92 571	2 252	23	1	94 847
Activos intangíveis	6 860	884			7 744
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	502 624				502 624
Activos por impostos	855 653	4 627			860 280
Outros activos	842 722	7 510	13 601	( 99 438)	764 395
<b>Total do Activo</b>	<b>43 420 619</b>	<b>2 215 332</b>	<b>5 443 486</b>	<b>( 7 931 671)</b>	<b>43 147 766</b>
<b>PASSIVO</b>					
Recursos de bancos centrais	2 499 197				2 499 197
Passivos financeiros detidos para negociação	425 160	92	13 703	( 13 460)	425 495
Recursos de outras instituições de crédito	10 726 971	1 553 797	1 131 970	( 7 698 807)	5 713 931
Recursos de clientes e outros empréstimos	13 984 217	560 774	3 594 506		18 139 497
Responsabilidades representadas por títulos	6 487 661		247 378		6 735 039
Passivos financeiros associados a activos transferidos	7 765 634				7 765 634
Derivados de cobertura	742 190		40 181	( 120 321)	662 050
Provisões	222 165	17 858	1 945		241 968
Passivos por impostos	11 421				11 421
Outros passivos subordinados e títulos de participação	164 151		131 130		295 281
Outros passivos	606 567	10 194	98 927	( 99 083)	616 605
<b>Total do Passivo</b>	<b>43 635 334</b>	<b>2 142 715</b>	<b>5 259 740</b>	<b>( 7 931 671)</b>	<b>43 106 118</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>					
Capital, prémios de emissão e reservas	194 722	77 329	7 387		279 438
(Acções próprias)	( 21 020)				( 21 020)
Resultado individual do Banco BPI	( 388 417)	( 4 712)	176 359		( 216 770)
<b>Total dos Capitais Próprios</b>	<b>( 214 715)</b>	<b>72 617</b>	<b>183 746</b>		<b>41 648</b>
<b>Total do Passivo e dos Capitais Próprios</b>	<b>43 420 619</b>	<b>2 215 332</b>	<b>5 443 486</b>	<b>( 7 931 671)</b>	<b>43 147 766</b>
<b>Investimentos efectuados em:</b>					
Imóveis		65			65
Equipamento e outros activos tangíveis	7 984	111			8 095
Activos intangíveis	4 248	68			4 316

Em 30 de Junho de 2011 Proforma, a segmentação da demonstração de resultados individuais do Banco BPI por mercados geográficos é a seguinte:

	Portugal	Resto da Europa	Resto do Mundo	Operações entre segmentos	Banco BPI Individual
Juros e rendimentos similares	925 689	33 843	89 403	( 109 949)	938 986
Juros e encargos similares	( 763 020)	( 18 358)	( 91 311)	109 949	( 762 740)
<b>Margem financeira estrita</b>	<b>162 669</b>	<b>15 485</b>	<b>( 1 908)</b>		<b>176 246</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	98 204				98 204
Comissões líquidas associadas ao custo amortizado	12 073	2 109	736		14 918
<b>Margem financeira</b>	<b>272 946</b>	<b>17 594</b>	<b>( 1 172)</b>		<b>289 368</b>
Comissões recebidas	111 957	2 713	10	( 511)	114 169
Comissões pagas	( 20 728)	( 730)	( 2)	511	( 20 949)
Outros proveitos líquidos	10 647	251			10 898
<b>Comissões líquidas</b>	<b>101 876</b>	<b>2 234</b>	<b>8</b>		<b>104 118</b>
Ganhos e perdas em operações ao justo valor	17 071	( 12)	72 506		89 565
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda	( 70)				( 70)
Juros, ganhos e perdas financeiros com pensões	5 951				5 951
<b>Resultados em operações financeiras</b>	<b>22 952</b>	<b>( 12)</b>	<b>72 506</b>		<b>95 446</b>
Rendimentos e receitas operacionais	23 623	77			23 700
Encargos e gastos operacionais	( 11 414)	( 48)	( 5)		( 11 467)
Outros impostos	( 7 755)	( 65)	( 71)		( 7 891)
<b>Rendimentos e encargos operacionais</b>	<b>4 454</b>	<b>( 36)</b>	<b>( 76)</b>		<b>4 342</b>
<b>Produto bancário</b>	<b>402 228</b>	<b>19 780</b>	<b>71 266</b>		<b>493 274</b>
Custos com pessoal	( 190 597)	( 3 762)	( 52)		( 194 411)
Gastos gerais administrativos	( 88 744)	( 2 079)	( 61)		( 90 884)
Depreciações e amortizações	( 13 260)	( 354)	( 7)		( 13 621)
<b>Custos de estrutura</b>	<b>( 292 601)</b>	<b>( 6 195)</b>	<b>( 120)</b>		<b>( 298 916)</b>
Recuperação de créditos, juros e despesas	7 724	21			7 745
Imparidade e provisões líquidas para crédito e garantias	( 60 374)	( 6 275)	4 199		( 62 450)
Imparidade e outras provisões líquidas	( 36 277)		204		( 36 073)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>20 700</b>	<b>7 331</b>	<b>75 549</b>		<b>103 580</b>
Impostos sobre lucros	( 1 806)	( 3 053)			( 4 859)
<b>Resultado individual do Banco BPI</b>	<b>18 894</b>	<b>4 278</b>	<b>75 549</b>		<b>98 721</b>

## 4. NOTAS

### 4.1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Caixa	187 996	175 039
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	237 564	36 496
Depósitos à ordem em Bancos Centrais Estrangeiros	5 049	11 851
Juros a receber	1	318
	<b>430 610</b>	<b>223 704</b>

A rubrica depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

### 4.2. Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País		
Depósitos à ordem	4 571	2 310
Cheques a cobrar	67 431	97 799
Outras disponibilidades	553	1 800
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Depósitos à ordem	75 629	71 636
Cheques a cobrar	2 016	2 369
	<b>150 200</b>	<b>175 914</b>

O saldo da rubrica cheques a cobrar sobre Instituições de Crédito no País corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições monetárias residentes, os quais, em geral, não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

### 4.3. Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b><u>Activos financeiros detidos para negociação</u></b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Obrigações de emissores públicos nacionais		
Taxa fixa	3 624	55
Obrigações de outros emissores nacionais		
Dívida não subordinada	5 620	
Obrigações de outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada	4 680	5 639
Dívida subordinada	69	
	<b>13 993</b>	<b>5 694</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
Acções de emissores nacionais	70 814	81 903
Acções de emissores estrangeiros	2 570	1 228
	<b>73 384</b>	<b>83 131</b>
	<b>87 377</b>	<b>88 825</b>
<b><u>Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados</u></b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Obrigações de emissores estrangeiros	484	
	<b>484</b>	
<b>Instrumentos de capital</b>		
Acções de emissores estrangeiros	17 010	16 549
	<b>17 010</b>	<b>16 549</b>
<b><u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 4.4)</u></b>	<b>336 047</b>	<b>312 289</b>
	<b>440 918</b>	<b>417 663</b>

#### 4.4. Derivados

A rubrica instrumentos derivados detidos para negociação (Notas 4.3 e 4.14) tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12			31 Dez. 11		
	Valor nacional <sup>1</sup>	Valor de balanço		Valor nacional <sup>1</sup>	Valor de balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
<b>Cotados em bolsa</b>						
<b>Contratos sobre taxa de câmbio</b>						
Opções				1 087	6	
<b>Contratos sobre taxa de juro</b>						
Futuros	409		( 1)	92 568	1 172	( 6)
Opções				87 325	16	( 23)
<b>Contratos sobre acções</b>						
Futuros	335		( 12)			
<b>Mercado de balcão</b>						
<b>Contratos sobre taxa de câmbio</b>						
Forwards	128 342	142	( 17)	180 913	187	( 126)
Swaps	1 281 355	678	( 11)	1 085 855	742	( 48)
<b>Contratos sobre taxa de juro</b>						
Swaps	8 166 292	260 370	( 261 499)	8 597 666	228 341	( 222 949)
Opções	553 087	5 588	( 5 495)	878 657	7 630	( 7 556)
<b>Contratos sobre acções</b>						
Swaps	182 543	11 426	( 6 435)	232 051	7 582	( 3 293)
Opções	177 943	1 182	( 250)	196 986	1 923	( 349)
<b>Outros</b>						
Opções embutidas <sup>2</sup>	1 339 002	55 757	( 56 365)	1 502 996	64 068	( 64 215)
Outras opções <sup>3</sup>	2 242 359		( 2 045)	2 346 662		( 590)
<b>Derivados vencidos</b>						
		904			622	
	<b>14 071 667</b>	<b>336 047</b>	<b>( 332 130)</b>	<b>15 202 766</b>	<b>312 289</b>	<b>( 299 155)</b>

<sup>1</sup> No caso de swaps e forwards só foram considerados os valores activos.

<sup>2</sup> Partes de operações que são autonomizadas para efeitos contabilísticos e comumente designadas "derivados embutidos".

<sup>3</sup> Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, corresponde a derivados associados a Passivos financeiros associados a activos transferidos (Nota 4.18).

A rubrica instrumentos derivados detidos para cobertura tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12			31 Dez. 11		
	Valor nacional <sup>1</sup>	Valor de balanço		Valor nacional <sup>1</sup>	Valor de balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
<b>Cotados em bolsa</b>						
<b>Contratos sobre taxa de juro</b>						
Futuros	255 267	986	( 49)	1 981 482	451	( 5 727)
<b>Mercado de balcão</b>						
<b>Contratos sobre taxa de câmbio</b>						
Swaps	56 893	30		45 835	20	( 2)
<b>Contratos sobre taxa de juro</b>						
Swaps	16 412 068	266 613	( 642 902)	17 112 983	234 682	( 604 668)
<b>Contratos sobre acções</b>						
Swaps	316 272	969	( 5 475)	382 736	511	( 9 547)
<b>Contratos sobre eventos de crédito</b>						
Swaps	48 664	139	( 247)	48 730	272	( 588)
<b>Contratos sobre outro tipo de subjacente</b>						
Swaps	70 339	2 497	( 1 072)	73 053	4 217	( 1 333)
<b>Outros<sup>2</sup></b>						
Opções embutidas	688 203	36 877	( 36 877)	716 726	40 185	( 40 185)
	<b>17 847 706</b>	<b>308 111</b>	<b>( 686 622)</b>	<b>20 361 545</b>	<b>280 338</b>	<b>( 662 050)</b>

<sup>1</sup> No caso de swaps e forwards foram considerados apenas os valores activos.

<sup>2</sup> Parte de operações que são autonomizadas para efeitos contabilísticos e comumente designadas "derivados embutidos".

O Banco BPI realiza operações derivadas no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados (negociação), satisfazendo as necessidades dos seus Clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco BPI transacciona derivados financeiros, nomeadamente, sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro, sobre preços futuros de mercadorias e metais, sobre acções e sobre vários índices (sobre inflação, acções, etc.) ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter) e em mercados organizados (especialmente bolsas de valores).

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação própria desses mercados.

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes:

- No caso de relações interprofissionais, um Master Agreement da ISDA – International Swaps and Derivatives Association.
- No caso de relações com Clientes, um contrato próprio do BPI.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou feitos sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transacções por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transacções em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com o IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu valor de mercado.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O valor de mercado (fair value) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

Na nota 4.41 são apresentadas em detalhe as metodologias de determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

O valor de exposição corresponde à perda potencial, em termos de valor actual, no caso de incumprimento da contraparte. No caso de um contrato de derivados em que esteja prevista a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento o valor de exposição é igual à soma algébrica dos valores de mercado do conjunto das operações regidas por esse contrato quando positiva. No caso de operações cujo contrato não preveja a compensação de responsabilidades, o valor de exposição é igual à soma dos valores de mercado de cada transacção individual, quando positivos. A abrangência das cláusulas de compensação em caso de incumprimento é considerada pelo Grupo BPI de forma conservadora, sendo em caso de dúvida considerado que a compensação não existe.

A perda potencial de um conjunto de operações derivadas num dado momento é dada pelo seu valor de exposição nesse momento. No caso dos futuros, as contrapartes do Grupo BPI são bolsas de valores pelo que o risco de crédito é eliminado diariamente através da liquidação financeira. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações prevêem em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito. Com a finalidade de controlar o risco de crédito em derivados OTC, foram também assinados alguns acordos pelos quais o Banco recebe da (ou transfere para a) sua contraparte valores (em divisas ou em títulos) que servem de garantia ao bom cumprimento das responsabilidades.

Em 30 de Junho de 2012, a repartição do valor nocional por maturidades residuais é a seguinte:

	<b>&lt;= 3 meses</b>	<b>&gt; 3 meses &lt;= 6 meses</b>	<b>&gt; 6 meses &lt;= 1 ano</b>	<b>&gt; 1 ano &lt;= 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Contratos negociados em mercado de balcão</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>	<b>1 437 827</b>	<b>17 369</b>	<b>11 394</b>			<b>1 466 590</b>
Forwards	106 949	17 369	4 024			128 342
Swaps	1 330 878		7 370			1 338 248
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>	<b>4 241 791</b>	<b>1 391 187</b>	<b>3 984 349</b>	<b>9 504 984</b>	<b>6 009 136</b>	<b>25 131 447</b>
Swaps	4 232 386	1 374 440	3 944 473	9 040 937	5 986 124	24 578 360
Opções	9 405	16 747	39 876	464 047	23 012	553 087
<b>Contratos sobre índices e acções</b>	<b>219 766</b>	<b>1 225</b>	<b>235 606</b>	<b>220 161</b>		<b>676 758</b>
Swaps	219 766	1 225	89 737	188 087		498 815
Opções			145 869	32 074		177 943
<b>Contratos sobre eventos de crédito</b>		<b>33 500</b>		<b>15 164</b>		<b>48 664</b>
Swaps		33 500		15 164		48 664
<b>Contratos sobre outros subjacentes</b>		<b>37 504</b>	<b>9 708</b>	<b>23 127</b>		<b>70 339</b>
Swaps		37 504	9 708	23 127		70 339
<b>Outros</b>	<b>95 243</b>	<b>139 286</b>	<b>412 737</b>	<b>3 252 464</b>	<b>369 834</b>	<b>4 269 564</b>
Opções embutidas	95 243	139 286	412 737	1 010 105	369 834	2 027 205
Outras opções				2 242 359		2 242 359
	<b>5 994 627</b>	<b>1 620 071</b>	<b>4 653 794</b>	<b>13 015 900</b>	<b>6 378 970</b>	<b>31 663 362</b>
<b>Contratos negociados em mercados organizados</b>						
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>	<b>145 479</b>	<b>12 197</b>	<b>20 000</b>	<b>78 000</b>		<b>255 676</b>
Futuros	145 479	12 197	20 000	78 000		255 676
<b>Contratos sobre índices e acções</b>	<b>335</b>					<b>335</b>
Futuros	335					335
	<b>145 814</b>	<b>12 197</b>	<b>20 000</b>	<b>78 000</b>		<b>256 011</b>
	<b>6 140 441</b>	<b>1 632 268</b>	<b>4 673 794</b>	<b>13 093 900</b>	<b>6 378 970</b>	<b>31 919 373</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a repartição do valor nominal por maturidades residuais é a seguinte:

	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<b>Contratos negociados em mercado de balcão</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>	<b>1 260 152</b>	<b>7 892</b>	<b>44 559</b>			<b>1 312 603</b>
Forwards	162 994	7 892	10 027			180 913
Swaps	1 097 158		34 532			1 131 690
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>	<b>1 870 533</b>	<b>1 629 336</b>	<b>5 756 957</b>	<b>10 676 887</b>	<b>6 655 593</b>	<b>26 589 306</b>
Swaps	1 848 051	1 615 052	5 729 596	9 888 349	6 629 601	25 710 649
Opções	22 482	14 284	27 361	788 538	25 992	878 657
<b>Contratos sobre índices e acções</b>	<b>248 879</b>	<b>46 298</b>	<b>38 324</b>	<b>472 292</b>	<b>5 980</b>	<b>811 773</b>
Swaps	241 696	46 298	38 324	283 239	5 230	614 787
Opções	7 183			189 053	750	196 986
<b>Contratos sobre eventos de crédito</b>			<b>33 500</b>	<b>15 230</b>		<b>48 730</b>
Swaps			33 500	15 230		48 730
<b>Contratos sobre outros subjacentes</b>			<b>42 802</b>	<b>30 251</b>		<b>73 053</b>
Swaps			42 802	30 251		73 053
<b>Outros</b>	<b>41 921</b>	<b>94 867</b>	<b>254 313</b>	<b>3 648 455</b>	<b>526 828</b>	<b>4 566 384</b>
Opções embutidas	41 921	94 867	254 313	1 301 793	526 828	2 219 722
Outras opções				2 346 662		2 346 662
	<b>3 421 485</b>	<b>1 778 393</b>	<b>6 170 455</b>	<b>14 843 115</b>	<b>7 188 401</b>	<b>33 401 849</b>
<b>Contratos negociados em mercados organizados</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>	<b>1 087</b>					<b>1 087</b>
Opções	1 087					1 087
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>	<b>1 905 375</b>	<b>118 000</b>	<b>36 000</b>	<b>102 000</b>		<b>2 161 375</b>
Futuros	1 818 050	118 000	36 000	102 000		2 074 050
Opções	87 325					87 325
	<b>1 906 462</b>	<b>118 000</b>	<b>36 000</b>	<b>102 000</b>		<b>2 162 462</b>
	<b>5 327 947</b>	<b>1 896 393</b>	<b>6 206 455</b>	<b>14 945 115</b>	<b>7 188 401</b>	<b>35 564 311</b>

Em 30 de Junho de 2012, a repartição das operações derivadas por categorias de contrapartes é a seguinte:

	<b>Valor nocial</b> <sup>1</sup>	<b>Exposição líquida</b> <sup>2</sup>	<b>% Valor nocial</b>
<b>Mercado de Balcão</b>	<b>27 393 798</b>	<b>264 914</b>	<b>99,1</b>
OTC com Instituições Financeiras	23 170 930	9 546	83,8
OTC com Outros Intermediários Financeiros	1 945 784	34 372	7,0
OTC com Sector Público Admin. e Local	15 000	901	0,1
OTC com Empresas	6 000		
OTC com Particulares	23 222	1 167	0,1
OTC com Empresas do Grupo BPI	2 232 862	218 928	8,1
<b>Mercados Regulamentados</b>	<b>256 011</b>		<b>0,9</b>
Bolsas	256 011		0,9
<b>Total</b>	<b>27 649 809</b>	<b>264 914</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> Não inclui derivados embutidos e outras opções no valor de 4 269 564 m.euros.

<sup>2</sup> Valor de exposição líquido de acordos de netting e de prestações de colateral.

Em 31 de Dezembro de 2011, a repartição das operações derivadas por categorias de contrapartes é a seguinte:

	<b>Valor nocial</b> <sup>1</sup>	<b>Exposição líquida</b> <sup>2</sup>	<b>% Valor nocial</b>
<b>Mercado de Balcão</b>	<b>28 835 465</b>	<b>224 507</b>	<b>93,0</b>
OTC com Instituições Financeiras	24 049 935	19 163	77,6
OTC com Outros Intermediários Financeiros	1 781 159	3 799	5,7
OTC com Sector Público Admin. e Local	6 322	397	
OTC com Empresas	2 541 156	190 498	8,2
OTC com Particulares	26 617	1 266	0,1
OTC com Empresas do Grupo BPI	430 276	9 384	1,4
<b>Mercados Regulamentados</b>	<b>2 162 462</b>		<b>7,0</b>
Bolsas	2 162 462		7,0
<b>Total</b>	<b>30 997 927</b>	<b>224 507</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> Não inclui derivados embutidos e outras opções no valor de 4 566 384 m.euros.

<sup>2</sup> Valor de exposição líquido de acordos de netting e de prestações de colateral.

Em 30 de Junho de 2012, a repartição das operações derivadas por rating externo de contrapartes é a seguinte:

30 Jun. 12				
	Valor nacional <sup>1</sup>	Exposição bruta <sup>2</sup>	Exposição c/ netting <sup>3</sup>	Exposição líquida <sup>4</sup>
<b>Transaccionados em mercado de balcão (OTC)</b>				
AA	558 814	6 405	3 514	635
A	14 530 267	230 658	86 992	7 050
BBB	7 594 627	73 417	17 127	1 342
BB	98 900	10 356	7 090	163
B	7 500	312	312	312
N.R.	4 244 644	239 541	235 417	224 527
Empresas do Grupo BPI	359 046	31 352	30 885	30 885
	<b>27 393 798</b>	<b>592 041</b>	<b>381 337</b>	<b>264 914</b>
<b>Transaccionados em Bolsa</b>				
Futuros <sup>5</sup>	256 011			
	<b>256 011</b>			
	<b>27 649 809</b>	<b>592 041</b>	<b>381 337</b>	<b>264 914</b>

Nota: Os valores foram agregados por níveis de rating das contrapartes, tomando em conta os ratings da dívida senior de médio e longo prazos atribuídos pelas agências Moodys, Standard & Poor e Fitch e vigentes na data de referência. A escolha do rating a considerar para uma dada contraparte segue a regra aconselhada pelo Comité de Basileia (quando há ratings divergentes escolher o segundo melhor). As operações com entidades sem rating por estas agências (N.R.) representam sobretudo Clientes sujeitos a rating interno.

<sup>1</sup> Não inclui derivados embutidos e outras opções no valor de 4 269 564 m.euros.

<sup>2</sup> Valor de exposição sem considerar acordos de netting nem prestação de colateral.

<sup>3</sup> Valor de exposição sem considerar prestação de colateral.

<sup>4</sup> Valor de exposição considerando netting e prestação de colateral.

<sup>5</sup> A exposição dos futuros é nula, uma vez que são transaccionados em Bolsas de Valores e há liquidação diária.

Em 31 de Dezembro de 2011, a repartição das operações derivadas por rating externo de contrapartes é a seguinte:

31 Dez. 11				
	Valor nacional <sup>1</sup>	Exposição bruta <sup>2</sup>	Exposição c/ netting <sup>3</sup>	Exposição líquida <sup>4</sup>
<b>Transaccionados em mercado de balcão (OTC)</b>				
AA	1 195 123	19 633	3 301	1 264
A	17 392 330	248 028	80 670	15 803
BBB	4 971 815	30 141	517	517
BB	112 286	9 516	6 641	561
N.R.	4 733 636	204 610	201 002	196 978
Empresas do Grupo BPI	430 275	38 154	35 155	9 384
	<b>28 835 465</b>	<b>550 082</b>	<b>327 286</b>	<b>224 507</b>
<b>Transaccionados em Bolsa</b>				
Futuros <sup>5</sup>	2 074 050			
Opções <sup>5</sup>	88 412			
	<b>2 162 462</b>			
	<b>30 997 927</b>	<b>550 082</b>	<b>327 286</b>	<b>224 507</b>

Nota: Os valores foram agregados por níveis de rating das contrapartes, tomando em conta os ratings da dívida senior de médio e longo prazos atribuídos pelas agências Moodys, Standard & Poor e Fitch e vigentes na data de referência. A escolha do rating a considerar para uma dada contraparte segue a regra aconselhada pelo Comité de Basileia (quando há ratings divergentes escolher o segundo melhor). As operações com entidades sem rating por estas agências (N.R.) representam sobretudo Clientes sujeitos a rating interno.

<sup>1</sup> Não inclui derivados embutidos e outras opções no valor de 4 566 384 m.euros.

<sup>2</sup> Valor de exposição sem considerar acordos de netting nem prestação de colateral.

<sup>3</sup> Valor de exposição sem considerar prestação de colateral.

<sup>4</sup> Valor de exposição considerando netting e prestação de colateral.

<sup>5</sup> A exposição dos futuros e das opções é nula, uma vez que são transaccionados em Bolsas de Valores e há liquidação diária.

#### 4.5. Activos financeiros disponíveis para venda

Em 30 de Junho de 2012 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Valor de aquisição	Valor de balanço / Justo valor <sup>1</sup>	Valias de títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	Imparidade
<b>Instrumentos de dívida</b>	<b>14 333 637</b>	<b>13 708 562</b>	<b>( 703 545)</b>	<b>( 546 620)</b>	<b>( 17 674)</b>
<i>Emitidos por residentes</i>					
Dívida Pública Portuguesa	5 039 895	4 594 240	( 482 732)	( 235 015)	
Dívida subordinada					
Dívida não subordinada	6 860 972	6 864 632	( 16 214)	( 1 442)	
<i>Emitidos por não residentes</i>					
Emissores públicos estrangeiros	1 398 972	1 285 595	( 107 896)	( 188 226)	( 16 101)
Organismos financeiros internacionais					
Dívida subordinada	742 784	669 679	( 95 562)	( 88 144)	
Dívida não subordinada	291 014	294 416	( 1 141)	( 33 793)	( 1 573)
<b>Instrumentos de capital</b>	<b>131 488</b>	<b>82 524</b>	<b>6 899</b>		<b>( 55 863)</b>
<i>Emitidos por residentes</i>					
Acções	48 817	22 274	4 607		( 31 150)
Quotas	48 161	46 600	( 1 561)		
<i>Emitidos por não residentes</i>					
Acções	34 510	13 650	3 853		( 24 713)
<b>Unidades de participação</b>	<b>138 321</b>	<b>133 577</b>	<b>( 784)</b>		<b>( 3 960)</b>
<b>Títulos vencidos</b>	<b>1 077</b>				<b>( 1 077)</b>
<b>Total</b>	<b>14 604 523</b>	<b>13 924 663</b>	<b>( 697 430)</b>	<b>( 546 620)</b>	<b>( 78 574)</b>

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.28).

Em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	Valor de aquisição	Valor de balanço / Justo valor <sup>1</sup>	Valias de títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	Imparidade
<b>Instrumentos de dívida</b>	<b>11 978 813</b>	<b>10 735 923</b>	<b>(1 307 315)</b>	<b>( 460 050)</b>	<b>( 1 530)</b>
<i>Emitidos por residentes</i>					
Dívida Pública Portuguesa	2 961 439	2 056 957	( 916 064)	( 195 062)	
Dívida subordinada					
Dívida não subordinada	6 618 050	6 599 069	( 28 420)	( 1 588)	
<i>Emitidos por não residentes</i>					
Emissores públicos estrangeiros	1 360 873	1 162 752	( 214 013)	( 147 119)	
Organismos financeiros internacionais					
Dívida subordinada	740 482	628 198	( 133 959)	( 83 403)	
Dívida não subordinada	297 969	288 947	( 14 859)	( 32 878)	( 1 530)
<b>Instrumentos de capital</b>	<b>146 310</b>	<b>98 376</b>	<b>7 335</b>		<b>( 55 269)</b>
<i>Emitidos por residentes</i>					
Acções	63 739	38 028	4 866		( 30 577)
Quotas	48 161	48 161			
<i>Emitidos por não residentes</i>					
Acções	34 410	12 187	2 469		( 24 692)
<b>Unidades de participação</b>	<b>122 912</b>	<b>119 876</b>	<b>535</b>		<b>( 3 571)</b>
<b>Títulos vencidos</b>	<b>1 077</b>				<b>( 1 077)</b>
<b>Total</b>	<b>12 249 112</b>	<b>10 954 175</b>	<b>(1 299 445)</b>	<b>( 460 050)</b>	<b>( 61 447)</b>

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.28).

O Banco BPI detém uma carteira de obrigações de emitentes nacionais e internacionais a taxa fixa, incluindo dívida subordinada, cujo risco de taxa de juro está coberto por instrumentos derivados.

De acordo com a análise efectuada pelo Banco não foram identificados títulos com imparidade, para além dos montantes já registados.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011 o Banco BPI não desreconheceu títulos vendidos, cujos riscos e benefícios são mantidos pelo Banco ao abrigo de swaps, que permite a gestão discricionária da carteira de títulos vendida, dentro de determinados requisitos referidos no contrato. Pelos swaps, o Banco BPI paga uma taxa de juro e recebe os cupões e amortizações dos títulos mantendo também o impacto económico da alteração do valor da carteira (Nota 2.3 e 4.16).

Em 21 de Fevereiro de 2012, foram anunciados os termos do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, tendo resultado na troca dos títulos detidos pelo Banco BPI em 31 de Dezembro de 2011, registados na carteira de crédito a Clientes, por novos títulos emitidos pela Grécia. Os novos títulos recebidos, por se considerar que existe mercado activo, foram registados na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda. Em 30 de Junho de 2012 a rubrica Obrigações de emissores públicos estrangeiros inclui 38 746 m.euros relativos a estes títulos, para os quais o Banco BPI reconheceu imparidade no montante de 16 101 m.euros no primeiro semestre de 2012 (Nota 4.7, 4.19 e 4.41)

Os impactos contabilísticos relacionados com a reestruturação da dívida pública grega durante o exercício de 2011 são apresentados na Nota 4.41 - Exposição a dívida soberana.

No exercício de 2011 o montante associado a Quotas inclui a participação de 14% detida na Viacer - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda devido ao facto de o Banco BPI ter deixado de ter influência significativa sobre a sociedade durante 2011, decorrente da contribuição em espécie para o fundo de pensões do Banco BPI de 11% do capital daquela sociedade (Notas 1 e 2.2).

O movimento ocorrido nas imparidades durante os primeiros semestres de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 4.19.

Em 30 de Junho de 2012 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e Espécie dos Títulos	Valores unitários							
	Quantidade Montante	Valor Nominal	Cotação	Valor Aquisição	Val.Balanco Justo Valor <sup>1</sup>	Valias de títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	Imparidade
<b>Instrumentos de dívida</b>								
<b>Emitidos por residentes</b>								
De Dívida Pública Portuguesa								
Obrigações do Tesouro								
BILHETES DO TESOIRO-CZ-17.05.2013	99.046.000	1,00	0,97	95 154	95 924	198		
BILHETES DO TESOIRO-CZ-17.08.2012	413.500.000	1,00	1,00	404 662	412 545	1 321		
BILHETES DO TESOIRO-CZ-18.10.2013	87.353.000	1,00	0,95	81 578	82 662	214		
BILHETES DO TESOIRO-CZ-20.07.2012	288.000.000	1,00	1,00	287 029	287 781	169		
BILHETES DO TESOIRO-CZ-21.06.2013	227.441.000	1,00	0,96	218 609	218 059	( 1 115)		
BILHETES DO TESOIRO-CZ-21.12.2012	115.420.000	1,00	0,99	113 259	114 264	420		
BILHETES DO TESOIRO-CZ-22.02.2013	386.000.000	1,00	0,98	367 450	378 963	4 808		
BILHETES DO TESOIRO-CZ-22.03.2013	785.000.000	1,00	0,97	757 739	764 394	( 778)		
BILHETES DO TESOIRO-CZ-23.11.2012	18.773.000	1,00	0,99	18 462	18 579	29		
				2 343 942	2 373 171	5 266		
De Dívida Pública Portuguesa								
Obrigações do Tesouro								
OT - 3.35% (15.10.2015)	285.500.000	0,01	0,01	217 426	249 015	21 959		
OT - 3.85% (15.04.2021)	58.400.000	0,01	0,01	39 330	38 084	( 1 742)		
OT - 4.2% (15.10.2016)	296.300.000	0,01	0,01	217 090	247 609	19 561		
OT - 4.35% (16.10.2017)	48.200.000	0,01	0,01	36 052	38 440	847		
OT-4.45%-15.06.2018	141.700.000	0,01	0,01	100 636	104 813	3 715		
OT-4.75%-14.06.2019	1.700.000.000	0,01	0,01	1 804 908	1 216 065	( 566 783)	( 235 015)	
OT-4.8%-15.06.2020	32.000.000	0,01	0,01	22 586	22 234	( 434)		
OT-4.95%-25.10.2023	18.000.000	0,01	0,01	12 162	12 223	( 551)		
OT-6.4%-15.02.2016	318.000.000	0,01	0,01	245 763	292 586	35 430		
				2 695 953	2 221 069	( 487 998)	( 235 015)	
De Outros Residentes								
Adquiridos no âmbito oper.securitizacão								
Equipar.a first loss position								
SAGRES STC/DOURO MT S1 C.E 21.06.2056	8.008.402	44.491,12	44.491,12	8 008	8 008			
SAGRES STC/DOURO MT S2 C.E 21.04.2059	8.107.280	900,81	900,81	8 107	8 107			
SAGRES STC/DOURO MT S3 C.F 21.11.2060	438.000	1.000,00	1.000,00	438	438			
SAGRES STC/DOURO MT S4 C.D-21.09.2065	22.500.000	1.000,00	1.000,00	22 526	22 500			
SAGRES STC/DOURO MT S5 C.C-21.07.2064	21.000.000	50.000,00	50.000,00	21 008	21 000			
SAGRES STC/DOURO S1 C.D 21.11.2039	5.010.000	10.000,00	10.000,00	5 010	5 010			
SAGRES/DOURO SME NO.2-CL.C-21.12.2039	35.629.856	67.866,39	67.866,39	35 637	35 631			
				100 734	100 694			
De Outros Residentes								
Adquiridos no âmbito oper.securitizacão								
Outros								
SAGRES STC / DOURO MT S3 C.F. 21.11.2060	813.000	100,00	100,00	813	813			
SAGRES STC/DOURO MT N2 C.B 21.04.2059	5.507.062	564,83	317,15	2 953	3 102	( 92)		
SAGRES STC/DOURO MT N2 C.C 21.04.2059	1.694.480	564,83	225,93	678	681	( 116)		
SAGRES STC/DOURO MT N2 C.D 21.04.2059	2.202.825	564,83	246,26	868	965	( 17)		
SAGRES STC/DOURO MT S1 C.A 21.06.2056	66.492.629	16.519,91	12.389,93	50 328	49 883	( 2 008)		
SAGRES STC/DOURO MT S1 C.B 21.06.2056	4.637.989	20.253,23	12.253,20	2 806	2 807	( 186)		
SAGRES STC/DOURO MT S1 C.C-21.06.2056	4.253.170	20.253,19	10.248,11	2 015	2 153	( 141)		
SAGRES STC/DOURO MT S1 C.D 21.06.2056	4.313.929	20.253,19	9.478,49	1 715	2 020	40		
SAGRES STC/DOURO MT S2 C.A1 21.04.2059	850.429	19,96	12,97	553	554	( 29)		
SAGRES STC/DOURO MT S2 C.A2 21.04.2059	199.855.505	564,83	412,32	149 121	146 226	( 8 338)		
SAGRES STC/DOURO MT S3 C.A-21.11.2060	157.284.185	638,01	459,36	108 192	113 393	1 870		
SAGRES STC/DOURO MT S3 C.B 21.11.2060	20.902.949	849,71	849,71	20 903	20 923			
SAGRES STC/DOURO MT S3 C.C 21.11.2060	14.020.271	849,71	849,71	14 020	14 035			
SAGRES STC/DOURO MT S3 C.D 21.11.2060	12.108.416	849,71	403,83	11 898	5 770	( 6 151)		
SAGRES STC/DOURO MT S4 C.A-21.09.2065	1.238.713.183	988,99	988,99	1 238 713	1 238 963			
SAGRES STC/DOURO MT S4 C.B-21.09.2065	202.500.000	1.000,00	1.000,00	202 500	202 533			
SAGRES STC/DOURO MT S4 C.C-21.09.2065	45.000.000	1.000,00	1.000,00	45 000	45 007			
SAGRES STC/DOURO MT S5 C.A-21.07.2064	1.099.000.000	50.000,00	50.000,00	1 099 000	1 100 945			
SAGRES STC/DOURO MT S5 C.B-21.07.2064	301.000.000	50.000,00	50.000,00	301 000	301 419			
SAGRES STC/DOURO S1 C.C 21.11.2039	24.000.000	10.000,00	10.000,00	24 000	24 045			
SAGRES/DOURO SME NO.2-CL.A-21.12.2039	1.819.400.000	100.000,00	100.000,00	1 819 400	1 819 767			
SAGRES/DOURO SME NO.2-CL.B-21.12.2039	1.317.500.000	100.000,00	100.000,00	1 317 500	1 317 533			
SAGRES/DOURO SME NO.2-RES.NOTE-21.12.39	193.600.000	193.600.000,03	193.600.000,03	193 600	193 600			
				6 607 576	6 607 137	( 15 168)		

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.28).

Natureza e Espécie dos Títulos	Quantidade Montante	Valor Nominal	Cotação	Valores unitários				Imparidade
				Valor Aquisição	Val.Balanco Justo Valor <sup>1</sup>	Valias de títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	
Outros								
Divida nao subordinada								
Obrigacoes								
ANA - AEROP.PORTUGAL-TV-28.08.2013	50.000.000	50.000,00	50.749,50	50 000	52 471	750	( 987)	
BANCO SANT.TOTTA-3.25%-21.10.2014-OB.HIP	4.950.000	50.000,00	46.295,00	4 621	4 694	( 39)		
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015	37.763.000	1.000,00	1.006,25	38 419	40 277	( 418)		
CGD-4.375%-13.05.2013	40.150.000	50.000,00	49.062,50	39 179	39 628	207		
PARPUBLICA - 3.5% - 08.07.2013	20.000.000	50.000,00	46.666,50	19 948	19 351	( 1 426)	( 455)	
SEMAPA - 2006/2016	500.000	50.000,00	37.750,00	495	380	( 120)		
	45.000.000	1.000,00	1.000,00	45 000	45 007			
				152 662	156 801	( 1 046)	( 1 442)	
<b>Emitidos por não residentes</b>								
Emitidos por Nao Residentes								
Instrumentos de divida								
De Emissores Publicos Estrang.								
Obrigacoes								
BUONI POLIENNALI DEL T-4.25%-01.09.2019	800.000.000	1.000,00	936,55	818 068	760 479	( 63 835)	( 120 422)	
BUONI POLIENNALI DEL T-4.5%-01.03.2019	175.000.000	1.000,00	953,65	185 458	169 492	( 15 525)	( 27 004)	
HELLENIC REPUBLIC 2%-24.02.2032	7.680.000	1,00	0,14	1 831	1 117			804
HELLENIC REPUBLIC 2%-24.02.2033	7.680.000	1,00	0,14	1 831	1 106			813
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2023	7.200.000	1,00	0,18	2 004	1 332			788
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2024	7.200.000	1,00	0,16	1 938	1 210			839
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2025	7.200.000	1,00	0,16	1 860	1 172			793
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2026	7.200.000	1,00	0,15	1 854	1 149			806
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2027	7.200.000	1,00	0,15	1 788	1 127			758
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2028	7.680.000	1,00	0,15	1 862	1 175			787
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2029	7.680.000	1,00	0,14	1 869	1 158			808
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2030	7.680.000	1,00	0,14	1 869	1 144			820
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2031	7.680.000	1,00	0,14	1 831	1 132			791
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2034	7.680.000	1,00	0,14	1 824	1 101			810
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2035	7.680.000	1,00	0,14	1 831	1 097			819
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2036	7.680.000	1,00	0,14	1 811	1 096			799
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2037	7.680.000	1,00	0,14	1 811	1 095			799
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2038	7.680.000	1,00	0,13	1 811	1 085			808
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2039	7.680.000	1,00	0,13	1 811	1 085			807
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2040	7.680.000	1,00	0,13	1 811	1 085			805
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2041	7.680.000	1,00	0,13	1 822	1 085			816
HELLENIC REPUBLIC-2%-24.02.2042	7.680.000	1,00	0,14	1 847	1 094			831
IRISH TREASURY-4%-15.01.2014	20.000.000	0,01	0,01	20 124	20 058	( 418)	( 712)	
IRISH TREASURY-4.4%-18.06.2019	235.000.000	0,01	0,01	230 298	211 534	( 19 576)	( 27 891)	
IRISH TREASURY-5.9%-18.10.2019	100.000.000	0,01	0,01	108 108	101 387	( 8 542)	( 12 197)	
				1 398 972	1 285 595	( 107 896)	( 188 226)	16 101
Outros Emissores Estrangeiros								
Outros								
Divida nao subordinada								
Obrigacoes								
ALEUTIAN INV LLC-TV-25.10.2012	4.765.687	79.428,12	72.795,87	4 336	4 380	( 369)		
ALROSA FINANCE SA-8.875%-17.11.2014	10.325.655	794,28	873,30	11 917	11 462	559	( 1 077)	
ALTADIS EMIS.FINANCE - 4% (11.12.2015)	35.000.000	1.000,00	1.059,68	33 026	37 862	2 834	( 3 578)	
ATLANTES MORTGAGE -SR.1-CL.A (17.1.2036)	1.339.792	26.795,83	18.222,22	1 169	914	( 429)		
AVOCA CLO BV-SR.II-X-CL-A1-15.01.2020	447.814	559,77	557,75	437	450	3		
BANCA POPOLARE DI MILANO-TV-31.01.2014	500.000	1.000,00	925,19	494	463	( 36)		
BARCLAYS BANK PLC-TV-25.05.2017	3.500.000	50.000,00	32.910,45	2 528	2 304	( 302)		
CELF LOAN PART.BV-SR.2005-1X CL.A 2021	714.571	893,21	852,04	690	687	( 33)		
CM BANCAJA FTA-SR.1 CL.A TV.(22.12.2036)	138.170	6.908,49	6.321,27	118	127	6		
COSAN FINANCE LTD-7%-01.02.2017	15.885.624	794,28	856,83	15 522	17 597	1 425	( 3 953)	
COSIPA COMMERCIAL - 8.25% (14.06.2016)	8.339.952	794,28	855,68	9 354	9 015	226	( 1 392)	
DUCHESS-SR.V-X CL.B-TV.25.05.2021	800.000	1.000,00	770,00	742	617	( 146)		
EIRLES TWO LIMITED-TV. PERP.	800.000	100.000,00	80.000,00	794	645	( 160)		
EURO-VIP / 1990	4.765.687	794,28	548,05	4 766	3 296	95		1 573
FTA SANTANDER EMP-SR.1-CL.A2(04.11.38)	104.764	2.619,10	2.592,91	100	104	3		
GAZ CAPITAL(GAZPROM)-6.212% (22.11.2016)	25.814.138	794,28	865,60	25 725	28 301	2 358	( 4 946)	
HARVEST CLO-SR.II-X CL.A (21.05.2020)	515.474	9.725,93	8.990,65	499	477	( 39)		
HSBC FINANCE CORP-TV. (05.04.2013)	500.000	1.000,00	996,52	494	500	( 1)		
KION MORTGAGE FIN SR.06-1 CL.A-15.07.51	138.724	2.167,56	1.106,21	137	71	( 67)		
LAFARGE-4.25% (23.03.2016)	30.000.000	1.000,00	1.014,34	28 721	30 776	922	( 3 937)	
LAFARGE-6.5%-15.07.2016	7.148.531	794,28	850,61	7 351	7 868	425	( 1 288)	

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.28).

Natureza e Espécie dos Títulos	Quantidade Montante	Valor Nominal	Cotação	Valores unitários				Imparidade
				Valor Aquisição	Val.Balanco Justo Valor <sup>1</sup>	Valias de títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	
<b>Instrumentos de dívida - continuação</b>								
<b>Emitidos por não residentes</b>								
Outros Emissores Estrangeiros								
Outros								
Dívida não subordinada								
Obrigações								
MADISON AVENUE C.LTD(24.3.14)-O.HIP-CL.A	69.486	6.948,60	6.781,84	64	68			
MAGRITTE FINANCE NV-SR.2004-CLA(1.6.32)	464.719	46.471,93	45.050,38	444	451	( 14)		
ORION FINANCE PLC- T.V. (15.08.2040)	103.499	3.449,96	3.242,96	98	97	( 1)		
OTE PLC-4.625%-20.05.2016	15.500.000	50.000,00	30.200,00	15.433	9.443	( 6.115)	( 1.666)	
PEMEX PROJ.FDG MAST.TR - 6.375%- 2016	23.000.000	1.000,00	1.135,56	24.923	27.440	2.147	( 2.801)	
PORTUGAL TELCM INT FIN-4.375%(24.3.2017)	24.000.000	1.000,00	865,64	22.013	21.057	( 2.209)	( 3.783)	
TELECOM ITALIA SPA -4.75% (19.05.2014)	62.500.000	50.000,00	50.774,00	62.005	63.809	1.085	( 3.741)	
TELECOM ITALIA SPA-TV.(06.12.2012)	2.400.000	50.000,00	49.612,50	2.400	2.383	( 19)		
				276.300	282.664	2.148	( 32.162)	1.573
Dívida subordinada								
Obrigações								
ALLIANZ FINANCE BV-4.375% PERP.	135.000.000	1.000,00	848,13	128.393	116.660	( 17.386)	( 18.039)	
ALLIANZ FRANCE-4.625%-PERP	12.000.000	1.000,00	844,38	11.654	10.163	( 1.734)	( 1.166)	
AVOCA CLO SR.IV-X CL.B-TV.(18.02.2022)	800.000	100.000,00	71.490,00	746	577	( 203)		
AXA SA - 5.777% PERP/SUB	100.000.000	1.000,00	744,25	104.579	80.107	( 27.519)	( 11.919)	
BANCO SABADELL-5.234%-PERPETUA	50.000	50.000,00	24.750,00	49	27	( 25)		
BAYER AG - 5% (29.07.2105)	68.500.000	1.000,00	1.020,05	65.024	73.027	2.704	( 6.607)	
C8 CAPITAL SPV - 6.64% - PERPETUA	51.628.276	794,28	476,57	51.411	32.691	( 20.581)	( 5.681)	
CAJA AHORROS DE GALICIA-TV-PERPETUA	50.000	50.000,00	19.500,00	50	20	( 30)		
CIBELES FTYPME-SR.III-CL.BSA(26.11.2030)	45.981	11.495,17	11.150,31	45	45	( 1)		
CLARIS MILLESIME CDO-SR.1-CL.2(10.06.24)	500.000	500.000,00	352.500,00	450	353	( 111)		
CLOVERIE 2004-72-TX.VR.(17.11.2024)	500.000	500.000,00	21.425,00	475	22	( 460)		
DONG A/S - 5.5% (29.06.3005)	58.500.000	1,00	1,02	58.578	59.825	1.280	( 7.035)	
ELM BV (SWISS REIN CO) - TV - PERPETUA	48.000.000	50.000,00	43.083,50	48.364	41.609	( 6.787)	( 5.786)	
GENERALI FINANCE BV - 5.479% - PERPETUAS	75.000.000	50.000,00	34.479,00	76.049	53.324	( 23.767)	( 10.132)	
GRANITE MASTER-SR.2006-1A-CL.A5-20.12.54	982.826	178,70	170,30	971	937	( 46)		
GRANITE MORTG.-TV(20.3.2044)-SR.04-1/2C	500.000	100.000,00	76.280,00	499	382	( 119)		
GRANITE MORTG.-TV(20.3.2044)-SR.04-1/2M	500.000	100.000,00	81.500,00	499	408	( 92)		
GRANITE MORTG.-TV(20.9.2044)-SR.04-3/2C	153.488	383,72	270,76	152	108	( 45)		
HARBOURMASTER CLO-S.4X-CL.A3(11.10.2019)	500.000	1,00	0,70	491	352	( 144)		
HARVEST CLO SA-SR.IX-CL.B2 (29.3.2017)	750.000	250.000,00	214.125,00	745	646	( 108)		
HENKEL KGAA - T.V. (25.11.2104)	5.000.000	1.000,00	1.044,38	4.913	5.382	256	( 528)	
LUSITANO MTGE-SR.1-CL.D-TV (15.12.2035)	200.000	100.000,00	29.480,00	198	59	( 141)		
MADRID RMBS FTA-SR.06-1 CL.A2-22.06.2049	245.888	61.471,89	45.803,37	241	183	( 59)		
OLD MUTUAL PLC-OB.PERPETUA	25.000.000	1.000,00	875,00	24.324	22.691	( 2.883)	( 2.521)	
OPERA FINANCE(DE)-SR.GER3 CL.B-25.1.2022	1.000.000	50.000,00	38.000,00	937	762	( 198)		
PELICAN MORTGAGES-2/B (15.9.2036)	290.000	10.000,00	4.800,00	286	139	( 151)		
RHODIUM BV - SR.1X- CL.C (27.5.2084)	800.000	100.000,00	27.000,00	785	217	( 584)		
SIEMENS FINANCIERINGSMAT-5.25% 14.9.2066	43.500.000	1.000,00	1.065,30	44.311	48.150	2.472	( 5.477)	
VATTENFALL AB-TV. PERP.	58.500.000	1.000,00	1.020,05	57.758	59.681	1.456	( 7.017)	
VINCI - 6.25% PERPETUAS	18.100.000	50.000,00	49.937,50	18.181	18.788	( 63)	( 1.869)	
				701.158	627.335	( 95.069)	( 83.777)	
Ações preferenciais								
BPI CAP. FINANCE - PREFERENCIAIS SERIE C	2.101.000	1.000,00	475,00	1.050	1.004	( 221)		
				1.050	1.004	( 221)		
<b>Instrumentos de capital</b>								
<b>Emitidos por residentes</b>								
Instrumentos de capital								
Ações								
AGROGARANTE SA	121.010	1,00	1,00	121	121			
ALAR - EMP.IBERICA MATERIAL AERONAUTICO	2.200	4,99		20	20			
APIS-SOC.IND.PARQUETES AZARUJENSE (C)	65.000	4,99						
APOR-AG.P/MODERNIZAÇÃO PORTO - CL.B	5.665	5,00		26	26			
BOMBARDIER TRANSPORTATION PORTUGAL SA	31	5,00						

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registrado em reservas de reavaliação (Nota 4.28).

Natureza e Espécie dos Títulos	Quantidade Montante	Valor Nominal	Cotação	Valores unitários				Imparidade
				Valor Aquisição	Val.Balanco Justo Valor <sup>1</sup>	Vaias de títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	
<b>Instrumentos de capital - continuação</b>								
C <sup>3</sup> AG.FONTE SANTA MONFORTINHO-D.SUB/E.98	10	5,00						
CADERNO VERDE - COMUNICAÇÃO (C)	134.230	1,00		967				967
CARMO & BRAZ (C)	65.000	4,99						
CIMPOR - CIM.DE PORTUGAL-SGPS	3.565	1,00	3,08	7	11	4		
COIMBRAVITA - AGENCIA DESENV.REGIONAL	15.000	4,99		75	75			
COMP <sup>3</sup> AURIFICIA - N	1.186	7,00	1.111,30	25	1 318	1 293		
COMP <sup>3</sup> PRESTAMISTA PORTUGUEZA	10	1,00						
COMP <sup>3</sup> .FIAÇÃO E TECIDOS DE FAFE - P	240	4,99						
COMPANHIA DIAMANTES ANGOLA - P (I)-510	166.716	2,49						
COMPANHIA DIAMANTES ANGOLA - P (II)	1.000	2,49						
COMUNDO-CONSORCIO MUNDIAL IMP.EXP.	3.269	0,50		2	2			
CORTICEIRA AMORIM - SGPS	127.419	1,00	1,39	315	177	103		241
DIGITMARKET-SIST.INF.-N	4.950	1,00		743				743
EIA-ENSINO INVESTIGAÇÃO E ADMINIST.	10.000	4,99		50	34			16
EMP.CINEMATOGRAFICA S.PEDRO	100	4,99						
EMPRESA O COMERCIO DO PORTO	50	2,49		1	1			
ESENCE - SOC.NAC.CORTICEIRA - N	54.545	4,99						
ESTAMPARIA IMPERIO-EMP.IND.IMOBILIARIOS	170	4,99		1	1			
EURODEL-IND.METALURGICAS E PARTICIPAÇÕES	23	5,00						
EUROFIL - IND.PLAST.E FILAM.	11.280	4,99		25	25			
F.I.T.-FOM.IND.TOMATE - P	148	4,99		3	3			
FAB. VASCO DA GAMA - IND.TRANSF.	33	4,99		1	1			
FUTEBOL CLUBE DO PORTO	45.000	5,00	0,42	225	19			206
GAP - SGPS	548	4,99		3	3			
GARVAL - SOCIEDADE DE GARANTIA MUTUA	3.201.720	1,00	1,00	3 202	3 202			
GEIE - GESTÃO ESPAÇOS INC.EMPRESARIAL(C)	12.500	1,00		13				13
GESTINSUA - AQ.AL.PATRIMONIOS IMOB.MOB.	430	5,00		2				2
GREGORIO & CA.	1.510	4,99		4	4			
IMPRESA SGPS	6.200.000	0,50	0,35	27 971	2 170			25 801
INCAL-IND.E COM.DE ALIMENTAÇÃO	2.514	1,13		2	2			
INTERSIS AUTOMAÇÃO. ENG.DE SISTEMAS	42.147	4,99		2 460				2 460
J.SOARES CORREIA-ARMAZENS DE FERRO	1	5,00						
JOTOCAR - JOÃO TOMAS CARDOSO - P	3.020	4,99		8	8			
LISGARANTE - SOC.DE GARANTIA MUTUA	545.390	1,00	1,00	545	545			
LISNAVE - EST.NAVAIS	180	5,00		1	1			
MARGUEIRA-SOC.GEST.DE FUNDOS INV.IMOB.-N	3.511	5,00		18	18			
MATUR-SOC.EMPREEND.TURISTICOS DA MADEIRA	13.435	5,00		4				4
MATUR-SOC.EMPREEND.TURISTICOS MADEIRA-N	4	5,00						
MAXSTOR - SUP.E MATRIZES INFORMATICOS-C	8.190	4,99		41				41
METALURGIA CASAL - P	128	4,99		1	1			
MORETEXTILE,SGPS,SA	711	1,00		1	1			
NET - NOVAS EMPRESAS E TECNOLOGIAS - N	10.539	5,00	3,21	25	34	9		
NEWPLASTICS	1.445	1,00		1	1			
NORGARANTE - SOC.DE GARANTIA MUTUA	274.890	1,00	1,00	275	275			
NOTORIOUSWAY, SA	2.500	1,00		3	3			
NUTROTON SGPS - C	11.395	5,00	4,38	50	50			
OFICINA DA INOVACAO	10.000	5,00	6,97	50	70	29		9
PORTO DE CAVALEIROS , SGPS	2	4,99						
PORTUGAL CAP. VENTURES-SOC.CAP.RISCO	515.591	5,00		2 692	2 692			
PRIMUS-PROM.DESENVOL.REGIONAL,EMT,S.A.	8.000	4,99		40	16			
S.P.G.M.- SOCIEDADE DE INVESTIMENTO - N	665.150	1,00	1,00	664	665	1		
SALVOR - SOC.INV.HOTELIEIRO - P	10	5,00						
SANJIMO - SOCIEDADE IMOBILIARIA	1.620	4,99		8				8
SAPHETY LEVEL - TRUSTED SERVICES	5.069	1,00		98				98
SDEM -SOC.DE DESENV.EMPR.MADEIRA,SGPS-N	937.500	1,00	1,06	938	997	315		256
SENAL-SOC.NAC.DE PROMOÇÃO DE EMPRESAS-P	450	0,50						
SIBS - SGPS, SA	669.498	5,00		2 715	2 715			
SOC.CONSTRUÇÕES ERG	50	4,99						
SOC.CONSTRUÇÕES ERG (EM.93) - IR (C)	6	4,99						
SOC.INDUSTRIAL ALIANÇA (VN 500.\$00)	1	2,49						
SODIMUL-SOC.DE COMERCIO E TURISMO	25	14,96		2	2			
SOFID-SOC.P/FIN.DES.-INST.FIN.CREDITO SA	1.000.000	1,00	1,10	1 250	1 098			152
SOMOTEL-SOC.PORTUGUESA DE MOTEIS	1.420	2,50						
SONAE - SGPS	36.868	1,00	0,41	69	15	1		55
SOPEAL-SOC.PROM.EDUC.ALCACERENSE	100	4,99						
SPIDOURO-SOC.PROM.EMP.INV.DOURO E T.M.	15.000	4,99		75	21			54
STAR - SOC. TURISMO E AGENCIAS RIBAMAR	533	4,99		3	3			
TAEM - PROCESSAMENTO ALIMENTAR,SGPS, SA	125	1,00						
TAGUSPARQUE - N	436.407	5,00		2 177	2 177			
TELECINE MORO - SOC.PRODUTORA DE FILMES	170	4,99						
TEXTIL LOPES DA COSTA	4.900	4,99						
TUROPA-OPERADORES TURISTICOS	5	4,99						
UNICER - BEBIDAS DE PORTUGAL	1.002	1,00	8,07	8	8			
VIALITORAL - CONC. RODOVIARIA MADEIRA	4.750	161,25	766,95	791	3 643	2 852		
VINCOR SGPS	151	1,00						
XELB-CORK - COM.E INDUSTRIA DE CORTIÇA	87	4,99						
				48 817	22 274	4 607		31 150

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.28).

Natureza e Espécie dos Títulos	Valores unitários							Imparidade
	Quantidade Montante	Valor Nominal	Cotação	Valor Aquisição	Val.Balanco Justo Valor <sup>1</sup>	Valias de títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	
<b>Instrumentos de capital - continuação</b>								
Quotas								
PROPAÇO - SOC.IMOB.DE PAÇO D'ARCOS		1,00		1	1			
VIACER - SOC.GEST.PART.SOCIAIS, SA		1,00		48 160	46 599	( 1 561)		
				48 161	46 600	( 1 561)		
<b>Emitidos por não residentes</b>								
Instrumentos de capital								
Ações								
ALTITUDE SOFTWARE BV	4.220.831	0,04		23 666				23 666
AMSCO -USD	1.807	794,28		794				794
CREDIT LOGEMEN DEVELOPMENT	20	70,00	70,00	1	1			
EUROPEAN INVESTMENT FUND	9	1.000.000,00	1.124.052,40	9 409	10 116	707		
GROWELA CABO VERDE	19.000	9,07		172				172
OSEO - SOFARIS	13	107,89	107,89	2	2			
PARQUE INDUSTRIAL DA MATOLA - MZN	1.920.000	0,03		54				54
S.W.I.F.T.	67	125,00		127	127			
THARWA FINANCE - MAD	20.895	9,03		189	189			
UNIRISCO GALICIA	80	1.202,02	1.036,94	96	83	14		27
VISA EUROPE LIMITED	1	10,00						
VISA INC-CLASS C	32.134	0,79	97,55		3 132	3 132		
				34 510	13 650	3 853		24 713
<b>Outros títulos</b>								
<b>Emitidos por residentes</b>								
Unidades de participação								
CITEVE - CENT.TEC.IND.TEX.VEST.PORTUGAL	20	498,80		10	10			
EGP-UNIVERSITY OF PORTO BUS.SCHOOL ASS.	2	4,99		70	70			
FCR - FUNDO RECUPERACAO	95.000	1.000,00	986,21	95 000	93 690	( 1 310)		
FCR - INOVCAPITAL ACTEC	50		8.538,16	500	427	( 73)		
FCR F-HITEC (ES VENTURES)	10	50.000,00	45.651,14	500	457	( 43)		
FCR INOVCAPITAL	115	24.939,89	8.623,15	2 868	992			1 876
FCR INOVCAPITAL VALOR	40	24.939,89	10.103,63	997	404			593
FCR-TURISMO CAPITAL(TC TUR. CAP. SCR)	164	24.939,89	12.707,45	3 568	2 084			1 484
FUN.CAP.RISCO AICEP CAPITAL GLOBAL II	40	4.987,98	4.862,80	200	195	2		7
FUN.CAP.RISCO AICEP CAPITAL GLOBAL-FIEP	3.939	1.000,00	1.043,89	3 939	4 112	173		
FUNDO CAP. RISCO TURISMO INOVACAO CAT.B	40	50.000,00	50.665,93	2 000	2 027	27		
FUNDO CARAVELA	400	5.000,00	6.579,62	1 496	2 632	1 136		
FUNDO INTER-RISCO II - F.C.R.- CL.A	1.500	5.000,00	4.919,63	7 500	7 379	( 121)		
IMOFOMENTO	2.712.649		5,52	15 000	14 963	( 37)		
INEGI INSTITUTO DE ENGENHARIA MECANICA	5.000			25	25			
UNICAMPUS-FEIIF	3.000	1.000,00	1.003,87	3 000	3 012	12		
				136 673	132 479	( 234)		3 960
<b>Emitidos por não residentes</b>								
Unidades de participação								
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE-PVCI	1.648.230	1,00	0,67	1 648	1 098	( 550)		
				1 648	1 098	( 550)		
<b>Títulos não desreconhecidos</b>								
Operacoes taxa garantida - n/desreconhecidas								
Dívida não subordinada								
Obrigacoes								
OTE PLC-4.625%-20.05.2016	9.500.000	50.000,00	30.200,00	9 477	5 787	( 3 745)	( 1 021)	
PEMEX PROJ.FDG MAST.TR - 6.375%- 2016	5.000.000	1.000,00	1.135,56	5 237	5 965	456	( 610)	
				14 714	11 752	( 3 289)	( 1 631)	

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.28).

Natureza e Espécie dos Títulos	Valores unitários							Imparidade
	Quantidade Montante	Valor Nominal	Cotação	Valor Aquisição	Val.Balanco Justo Valor <sup>1</sup>	Valias de títulos <sup>2</sup>	Efeito da contabilidade de cobertura <sup>2</sup>	
Divida subordinada								
Obrigacoes								
ALLIANZ FRANCE-4.625%-PERP	8.000.000	1.000,00	844,38	7 835	6 775	( 1 155)	( 777)	
BAYER AG - 5% (29.07.2105)	6.500.000	1.000,00	1.020,05	6 243	6 930	254	( 627)	
DONG A/S - 5.5% (29.06.3005)	6.500.000	1,00	1,02	6 531	6 647	130	( 717)	
SIEMENS FINANCIERINGSMAT-5.25% 14.9.2066	6.500.000	1.000,00	1.065,30	6 588	7 195	369	( 818)	
VATTENFALL AB-TV. PERP.	6.500.000	1.000,00	1.020,05	6 461	6 631	149	( 716)	
VINCI - 6.25% PERPETUAS	6.900.000	50.000,00	49.937,50	6 918	7 162	( 19)	( 712)	
				40 576	41 340	( 272)	( 4 367)	
<b>Títulos Vencidos</b>								
Emitidos por Nao Residentes								
Capital								
KAUPTHING BANK HF-TX.VAR. (25.05.2010)	600.000	1.000,00		590				590
GLITNIR BANKI HF-TV-24.05.2011	500.000	1.000,00		487				487
				1 077				1 077
<b>Total</b>				14 604 523	13 924 663	( 697 430)	( 546 620)	78 574

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

<sup>2</sup> Valor registado em reservas de reavaliação (Nota 4.28).

Em 30 de Junho de 2012 esta rubrica inclui os seguintes títulos reclassificados durante o exercício de 2008 da rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no âmbito das alterações à IAS 39 e à IFRS 7 (Notas 2 e 4.41):

Natureza e Espécie dos Títulos	Quantidade Montante	Valor Balanco/ Justo Valor
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De outros emissores não residentes		
Divida nao subordinada		
Obrigações		
MADISON AVENUE C.LTD(24.3.14)-O.HIP-CL.A	69 486	68
		68

#### 4.6. Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Aplicações no Banco de Portugal		500 000
Aplicações em outras Instituições de Crédito no país		
Aplicações a muito curto prazo	38 566	145 569
Depósitos	6 673	
Empréstimos	35 800	30 017
Empréstimos titulados		107 846
Operações de compra com acordo de revenda	24 759	15 412
Outras aplicações	7 371	3 640
Juros a receber	709	3 183
	<b>113 878</b>	<b>805 667</b>
Aplicações em outras Instituições de Crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	16 283	352 882
Depósitos	11 920	49 189
Empréstimos	40	40
Operações de compra com acordo de revenda		122 967
Outras aplicações	882 885	755 964
Juros a receber	45	93
	<b>911 173</b>	<b>1 281 135</b>
Correcções de valor de activos objecto de cobertura		83
Comissões associadas ao custo amortizado	( 120)	( 30)
	<b>( 120)</b>	<b>53</b>
	<b>1 024 931</b>	<b>2 086 855</b>
Provisões e imparidades	( 1 320)	( 650)
	<b>1 023 611</b>	<b>2 086 205</b>

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante os primeiros semestres de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 4.19.

#### 4.7. Créditos a Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Crédito não titulado</b>		
Interno		
Empresas		
Desconto	142 669	160 850
Empréstimos	5 315 571	5 453 601
Créditos em conta corrente	1 189 672	1 233 680
Descobertos em depósitos à ordem	441 831	402 684
Créditos tomados - factoring	662 371	777 982
Locação financeira mobiliária	296 495	344 650
Locação financeira imobiliária	474 296	517 850
Outros créditos	26 511	21 628
Particulares		
Habitação	11 936 049	12 116 136
Risco / benefício cedido de crédito titularizado		( 762 157)
Consumo	865 083	1 016 800
Outros créditos	580 282	526 688
Ao exterior		
Empresas		
Desconto	2 156	1 564
Empréstimos	2 029 783	2 137 849
Créditos em conta corrente	120 219	121 404
Descobertos em depósitos à ordem	8 334	8 252
Créditos tomados - factoring	895	2 555
Locação financeira mobiliária	951	1 363
Locação financeira imobiliária	1 034	1 081
Outros créditos	288 569	277 609
Particulares		
Habitação	33 053	33 584
Consumo	3 785	4 244
Outros créditos	32 364	36 097
Juros a receber	84 834	78 507
	<b>24 536 807</b>	<b>24 514 501</b>
<b>Crédito titulado</b>		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida não subordinada		
Obrigações	616 070	643 441
Papel comercial	1 174 090	1 210 748
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros		
Títulos de dívida não subordinada		185 427
Obrigações	37 359	42 881
Juros a receber	6 021	5 473
Juros com rendimento diferido	( 944)	( 1 544)
	<b>1 832 596</b>	<b>2 086 426</b>
	<b>26 369 403</b>	<b>26 600 927</b>
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	45 019	35 889
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	( 2 464)	( 1 200)
	<b>26 411 958</b>	<b>26 635 616</b>
Crédito e juros vencidos	729 409	661 586
Provisões e imparidades	( 501 343)	( 517 325)
	<b>26 640 024</b>	<b>26 779 877</b>

O crédito a Clientes inclui os seguintes activos titularizados não desreconhecidos:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Activos titularizados não desreconhecidos <sup>1</sup></b>		
Crédito interno		
Crédito a PMEs	3 268 762	3 291 880
Crédito à habitação	4 954 123	5 047 434
Risco / benefício cedido		( 762 157)
Juros a receber	21 755	21 732
	<b>8 244 640</b>	<b>7 598 889</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito e juros vencidos.

Os créditos objecto de operações de titularização efectuadas pelo Banco BPI não foram desreconhecidos do balanço do Banco e estão registados na rubrica crédito não titulado. Os fundos recebidos pelo Banco BPI no âmbito destas operações estão registados na rubrica passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização (Notas 2.3.3 e 4.18). Em Dezembro de 2007 o Banco vendeu, ao Fundo de Pensões do Banco BPI, uma parcela do risco / benefício associado às operações de titularização de crédito à habitação. Os activos e passivos associados a estas operações foram desreconhecidos pela percentagem cedida, tendo sido a diferença para o produto da venda considerada em resultados.

No 1º semestre de 2012 o Banco BPI recomprou ao Fundo de Pensões do Banco BPI as obrigações anteriormente vendidas em Dezembro de 2007, pelo que passou a reconhecer a totalidade do risco / benefício associado às operações de titularização de crédito à habitação gerando um impacto na rubrica Crédito a Clientes de 765 322 m.euros (dos quais: 757 335 m.euros de crédito vincendo). O impacto desta recompra foi reconhecido em resultados no primeiro semestre de 2012 e ascendeu a um custo de 10 408 m.euros (Notas 4.18, 4.19 e 4.35).

No exercício de 2011 o Banco BPI efectuou uma operação de titularização de crédito a PMEs no valor global de 3 472 400 m.euros.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o crédito a Clientes inclui operações afectas aos Patrimónios Autónomos que servem de garantia às Obrigações Colateralizadas emitidas pelo Banco BPI (Nota 4.17), nomeadamente:

- 5 594 947 m.euros e 5 423 645 m.euros, respectivamente, afectos à garantia de obrigações hipotecárias;
- 214 606 m.euros e 530 848 m.euros, respectivamente, afectos à garantia de obrigações sobre o sector público.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Obrigações de emissores públicos estrangeiros refere-se a títulos de dívida pública emitidos pela Grécia. Durante o primeiro semestre de 2012, no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, estes títulos foram trocados por novos títulos emitidos pela Grécia, os quais foram registados na rubrica Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5 e 4.41).

Os impactos contabilísticos relacionados com a reestruturação da dívida pública grega durante o exercício de 2011 são apresentados na Nota 4.41 - Exposição a dívida soberana.

A 30 de Junho de 2012 o crédito titulado inclui uma carteira de títulos não desreconhecidos, cujos riscos e benefícios são mantidos pelo Banco BPI ao abrigo de swaps (Nota 2.3 e 4.16). A composição desta carteira é apresentada no quadro seguinte.

Em 30 de Junho de 2012 a rubrica do crédito titulado apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e Espécie dos Títulos	Quantidade Montante	Valor aquisição	Valor de balanço <sup>1</sup>	Imparidade	Juros corridos	Prémio e desconto
<b>Crédito titulado</b>						
<b>Emitidos por Residentes</b>						
Divida nao subordinada						
Papel Comercial		1 174 090	1 171 222	2 868	1 592	
Obrigações						
Asset Backed Securities (ABSs)						
TAGUS-SOC.TIT.CREDITO-CL.A-12.02.2025	95.993.549	95 994	95 994		95	
TAGUS-SOC.TIT.CREDITO-CL.B-12.02.2025	50.000	50	50			
		96 044	96 044		95	
Outras obrigações						
ADP-AGUAS DE PORTUGAL,SGPS-TV-20.06.2022	43.000.000	43 000	43 002		16	2
BA GLASS I-SERV.GEST.INV.-TV-22.12.15	17.500.000	17 500	17 500		19	
CELBI CELULOSE BEIRA IND.-TV(08.02.2015)	75.000.000	75 000	75 000		675	
EDIA SA-TV-30.01.2027	16.180.000	16 180	16 180		99	
EDIA-EMP.DES.DO ALQUEVA - TV-11.08.2030	19.250.000	19 250	19 250		297	
GALP-ENERGIA SGPS - TV - 20.05.2013	36.420.000	36 330	36 391		186	61
GRUPO VISABEIRA SGPS-TV-13.07.2014	5.000.000	5 000	5 000		55	
JERONIMO MARTINS-JM2012-TV-28.09.2012	17.500.000	17 500	17 500		80	
JMR-GESTAO EMPRESAS RETALHO-2007/2012	47.400.000	47 400	47 400		202	
MOTA-ENGIL SGPS-TV-30.12.2016	25.000.000	25 000	25 000		907	
POLIMAIA / 1989 - SR.C (AC.CRED.)	7					
PORTUCEL-EMP.CELU.PAPEL-TV.(27.10.2012)	6.900.000	6 902	6 902		28	
SEMAPA - 2006/2016 2ª	50.000.000	50 000	50 000		94	
SONAE CAPITAL SGPS - TV - 17.01.2016	10.000.000	10 000	10 000		270	
SONAE DISTRIBUIÇÃO SETEMBRO - 2007/2015	31.400.000	31 400	31 400		169	
ZON MULTIMEDIA 2010-2014	100.000.000	100 000	100 000		208	
		500 462	500 525		3 305	63
<b>Emitidos por Nao Residentes</b>						
Obrigações						
Structured Investment Vehicles (SIVs)						
LINKS FINANCE CORP-TV-15.06.2017	3.177.125	3 177		3 177		
NIGHTINGALE FIN LTD-TV-06.06.2017	3.971.406	3 971		3 971		
		7 148		7 148		
Asset Backed Securities (ABSs)						
GARANTI DIVERSIFIED-SR.2005-A-CL.1-2013	1.191.422	1 149	1 185		2	36
HSBC BRAZIL-SR.2006-A-15.04.2016	9.796.133	9 205	9 519		14	314
KAZAKH MORTGAGE-S.07-1-C.A-15.02.2029	351.708	352	352			
RED & BLACK PRIME RUS-S07-1 CA-01.19.35	1.060.152	1 060	1 060			
SARATOGA CLO I LTD-SR.2006-1X-CL-A2-2019	7.942.812	7 943	7 943		3	
SARATOGA CLO I LTD-SR.2006-1X-CL-B-2019	2.382.844	2 383	2 383		1	
VB DPR FIN CO-SR.2010-1A-CL.A-15.06.2014	1.757.537	1 692	1 723		1	31
VB DPR FIN CO-SR.2010-1A-CL.B-15.06.2014	3.159.770	3 064	3 109		1	45
YAPI KREDIT FIN-SR.2010-CL.C-21.11.2014	3.000.001	2 889	2 937		4	48
		29 737	30 211		26	474
<b>Crédito titulado não desreconhecido</b>						
<b>Emitidos por Residentes</b>						
Divida não subordinada						
Obrigações						
ADP-AGUAS DE PORTUGAL,SGPS-TV-20.06.2022	7.000.000	7 000	7 000		3	
PORTUCEL-EMP.CELU.PAPEL-TV.(27.10.2012)	6.500.000	6 514	6 501		24	( 13)
SONAE DISTRIBUIÇÃO SETEMBRO - 2007/2015	6.000.000	6 000	6 000		32	
		19 514	19 501		59	( 13)
<b>Total</b>		<b>1 826 995</b>	<b>1 817 503</b>	<b>10 016</b>	<b>5 077</b>	<b>524</b>

<sup>1</sup> Valor líquido de imparidade.

As imparidades registadas para a carteira de Structured Investment Vehicles (SIVs) acima referida tiveram como base o Net Asset Value nulo.

Relativamente à carteira de Asset Backed Securities (ABSs), a eventual existência de indícios de imparidade é analisada através do acompanhamento regular dos indicadores de performance das operações subjacentes. Em 30 de Junho de 2012, esta análise não revela a existência de outros títulos em situação de imparidade para além das imparidades já registadas.

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante os primeiros semestres de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 4.19. Em 30 de Junho de 2012, a estrutura sectorial das carteiras de crédito sobre Clientes e garantias prestadas do Banco BPI é a seguinte:

	Crédito sobre Clientes <sup>1</sup>		Garantias prestadas <sup>2</sup>	
	Valor	%	Valor	%
<b>Empresas:</b>	<b>12 828 876</b>		<b>2 175 187</b>	
Agricultura, produção animal e caça	228 413	0,9	3 570	0,2
Silvicultura e exploração florestal	13 245	0,1	884	
Pesca	80 615	0,3	1 043	
Indústrias extractivas	19 031	0,1	5 140	0,2
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	501 442	1,9	36 613	1,7
Indústrias têxtil e vestuário	107 090	0,4	13 738	0,6
Indústrias do couro e dos produtos do couro	24 383	0,1	1 265	0,1
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	77 767	0,3	23 935	1,1
Indústrias de pasta, de papel e cartão e impressão	249 964	1,0	3 378	0,2
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	76 093	0,3	4 773	0,2
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais excepto prod. farmacêuticos	111 150	0,4	8 072	0,4
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	23 177	0,1	720	
Indústrias da borracha e de matérias plásticas	60 620	0,2	10 667	0,5
Indústrias de outros produtos minerais não metálicos	212 893	0,8	26 413	1,2
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	198 394	0,8	34 980	1,6
Fabricação de equipam.informáticos, electrónicos, ópticos e eléctricos	78 047	0,3	22 943	1,0
Fabricação de material de transporte	41 704	0,2	29 353	1,3
Outras Indústrias transformadoras	73 887	0,3	16 368	0,7
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	734 534	2,8	87 408	4,0
Captação e tratamento de água	393 775	1,5	70 301	3,2
Construção	759 606	2,9	570 094	25,8
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1 838 115	7,0	219 858	9,9
Transportes e armazenagem	1 562 909	5,9	352 167	15,9
Alojamento, restauração e similares	327 234	1,2	54 400	2,5
Actividades de informação e de comunicação	327 209	1,2	50 635	2,3
Sociedades gestoras de participações sociais	1 275 461	4,9	199 359	9,0
Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões	173 639	0,7	101 807	4,6
Seguros, resseguros e fundos de pensões, excepto segurança social obrigatória	188		2 828	0,1
Actividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	63 019	0,2	213	
Actividades imobiliárias	608 044	2,3	75 261	3,4
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	451 752	1,7	67 325	3,0
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	166 413	0,6	18 883	0,9
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1 552 876	5,9	32 502	1,5
Educação	41 102	0,2	3 933	0,2
Actividades de saúde humana e apoio social	208 924	0,8	5 486	0,2
Actividades artísticas, de espectáculo, desportivas e recreativas	90 878	0,3	12 000	0,5
Outras actividades e serviços	67 652	0,2	3 807	0,3
Outras empresas <sup>3</sup>	7 631		3 068	0,1
<b>Particulares:</b>	<b>13 450 616</b>		<b>36 182</b>	
Crédito imobiliário	11 969 102	45,5		
Outros	1 481 514	5,6	36 182	1,6
	<b>26 279 492</b>	<b>99,9</b>	<b>2 211 369</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito, títulos e juros vencidos, juros a receber, juros com rendimento diferido, correcções de valor de activos objecto de cobertura e comissões associadas ao custo amortizado

<sup>2</sup> Inclui garantias e avals, transacções com recurso, cartas de crédito "stand-by", créditos documentários abertos e fianças e indemnizações.

<sup>3</sup> Empresas sem Código de Actividade Económica atribuído.

Em 31 de Dezembro de 2011, a estrutura sectorial das carteiras de crédito sobre Clientes e garantias prestadas do Banco BPI é a seguinte:

	Crédito sobre Clientes <sup>1</sup>		Garantias prestadas <sup>2</sup>	
	Valor	%	Valor	%
<b>Empresas:</b>	<b>13 547 099</b>		<b>2 370 729</b>	
Agricultura, produção animal e caça	228 163	0,9	5 760	0,2
Silvicultura e exploração florestal	10 949		704	
Pesca	72 939	0,3	11 750	0,5
Indústrias extractivas	38 937	0,1	11 693	0,5
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	467 164	1,8	32 775	1,4
Indústrias têxtil e vestuário	104 894	0,4	12 839	0,5
Indústrias do couro e dos produtos do couro	22 682	0,1	482	
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	80 027	0,3	24 592	1,0
Indústrias de pasta, de papel e cartão e impressão	233 563	0,9	3 060	0,1
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	111 292	0,4	4 773	0,2
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais excepto prod. farmacêuticos	118 739	0,4	7 593	0,3
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	27 410	0,1	1 811	0,1
Indústrias da borracha e de matérias plásticas	60 700	0,2	11 225	0,5
Indústrias de outros produtos minerais não metálicos	238 891	0,9	28 013	1,2
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	214 595	0,8	39 458	1,6
Fabricação de equipam.informáticos, electrónicos, ópticos e eléctricos	84 417	0,3	38 829	1,6
Fabricação de material de transporte	38 369	0,1	29 543	1,2
Outras Indústrias transformadoras	91 674	0,3	18 574	0,8
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	789 379	3,0	98 356	4,1
Captação e tratamento de água	409 129	1,5	73 647	3,0
Construção	796 208	3,0	639 602	26,4
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1 950 890	7,4	228 149	9,4
Transportes e armazenagem	1 562 973	5,9	360 231	14,9
Alojamento, restauração e similares	351 300	1,3	56 005	2,3
Actividades de informação e de comunicação	336 928	1,3	37 710	1,6
Sociedades gestoras de participações sociais	1 251 868	4,7	199 438	8,2
Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões	173 927	0,7	87 890	3,6
Seguros, resseguros e fundos de pensões, excepto segurança social obrigatória	216		3 613	0,1
Actividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	79 603	0,3	246	
Actividades imobiliárias	615 381	2,3	86 078	3,6
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	492 520	1,9	78 984	3,3
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	210 253	0,8	19 066	0,8
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1 763 493	6,7	34 772	1,4
Educação	48 995	0,2	5 955	0,2
Actividades de saúde humana e apoio social	227 441	0,9	7 054	0,3
Actividades artísticas, de espectáculo, desportivas e recreativas	105 433	0,4	36 950	1,5
Outras actividades e serviços	75 871	0,3	4 582	0,3
Outras empresas <sup>3</sup>	59 888	0,2	28 925	1,2
<b>Particulares:</b>	<b>12 971 392</b>		<b>49 758</b>	
Crédito imobiliário	11 387 563	42,9		
Outros	1 583 829	6,0	49 758	2,1
	<b>26 518 491</b>	<b>100,0</b>	<b>2 420 487</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito, títulos e juros vencidos, juros a receber, juros com rendimento diferido, correcções de valor de activos objecto de cobertura e comissões associadas ao custo amortizado

<sup>2</sup> Inclui garantias e avals, transacções com recurso, cartas de crédito "stand-by", créditos documentários abertos e fianças e indemnizações.

<sup>3</sup> Empresas sem Código de Actividade Económica atribuído.

#### 4.8. Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Valor bruto					Amortizações					Valor líquido	
	Saldo em 31.12.11	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 30.06.12	Saldo em 31.12.11	Amortizações do período	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 30.06.12	Saldo em 30.06.12	Saldo em 31.12.11
Imóveis em uso												
Imóveis de serviço próprio	41 073	2	( 586)	16	40 505	16 238	349	( 292)		16 295	24 210	24 835
Outros imóveis	313		( 123)		190	159	1	( 64)		96	94	154
Obras em imóveis arrendados	73 417	4	( 41)		73 380	71 137	602	( 41)		71 698	1 682	2 280
	<b>114 803</b>	<b>6</b>	<b>( 750)</b>	<b>16</b>	<b>114 075</b>	<b>87 534</b>	<b>952</b>	<b>( 397)</b>		<b>88 089</b>	<b>25 986</b>	<b>27 269</b>
Equipamento												
Mobiliário e material	36 958	14	( 244)		36 728	34 194	390	( 242)		34 342	2 386	2 764
Máquinas e ferramentas	9 962	16	( 191)		9 787	9 206	205	( 190)		9 221	566	756
Equipamento informático	159 452	118	( 992)	728	159 306	151 851	2 622	( 987)		153 486	5 820	7 601
Instalações interiores	140 490	14	( 419)	510	140 595	92 210	4 935	( 244)		96 901	43 694	48 280
Material de transporte	1 180	81	( 30)		1 231	980	44	( 30)		994	237	200
Equipamento de segurança	21 762	61	( 64)	99	21 858	19 833	392	( 65)		20 160	1 698	1 929
Outro equipamento	203		( 1)		202	203		( 1)		202		
	<b>370 007</b>	<b>304</b>	<b>( 1 941)</b>	<b>1 337</b>	<b>369 707</b>	<b>308 477</b>	<b>8 588</b>	<b>( 1 759)</b>		<b>315 306</b>	<b>54 401</b>	<b>61 530</b>
Activos tangíveis em curso	3 150	113		( 2 394)	869						869	3 150
Outros activos tangíveis	13 101		( 17)		13 084	10 203	143	( 8)		10 338	2 746	2 898
	<b>16 251</b>	<b>113</b>	<b>( 17)</b>	<b>( 2 394)</b>	<b>13 953</b>	<b>10 203</b>	<b>143</b>	<b>( 8)</b>		<b>10 338</b>	<b>3 615</b>	<b>6 048</b>
	<b>501 061</b>	<b>423</b>	<b>( 2 708)</b>	<b>( 1 041)</b>	<b>497 735</b>	<b>406 214</b>	<b>9 683</b>	<b>( 2 164)</b>		<b>413 733</b>	<b>84 002</b>	<b>94 847</b>

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o primeiro semestre de 2011 foi o seguinte:

	Valor bruto					Amortizações					Valor líquido	
	Saldo em 31.12.10	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 30.06.11	Saldo em 31.12.10	Amortizações do período	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 30.06.11	Saldo em 30.06.11	Saldo em 31.12.10
Imóveis em uso												
Imóveis de serviço próprio	78 493	14	( 31 293)	( 6 082)	41 132	32 491	367	( 14 764)	( 2 176)	15 918	25 214	46 002
Outros imóveis	454				454	200	3			203	251	254
Obras em imóveis arrendados	78 437	32	( 1 511)		76 958	74 260	1 060	( 1 498)		73 822	3 136	4 177
	<b>157 384</b>	<b>46</b>	<b>( 32 804)</b>	<b>( 6 082)</b>	<b>118 544</b>	<b>106 951</b>	<b>1 430</b>	<b>( 16 262)</b>	<b>( 2 176)</b>	<b>89 943</b>	<b>28 601</b>	<b>50 433</b>
Equipamento												
Mobiliário e material	37 202	51	( 23)	35	37 265	33 561	521	( 23)		34 059	3 206	3 641
Máquinas e ferramentas	10 453	22	( 80)	18	10 413	9 258	255	( 80)		9 433	980	1 195
Equipamento informático	157 846	825	( 1 021)	940	158 590	146 963	4 230	( 1 006)		150 187	8 403	10 883
Instalações interiores	143 495	32	( 5 741)	508	138 294	87 115	5 109	( 3 553)	( 81)	88 590	49 704	56 380
Material de transporte	1 190	33	( 123)	37	1 137	1 087	41	( 115)		1 013	124	103
Equipamento de segurança	21 737	23	( 85)	( 18)	21 657	19 516	428	( 81)	( 26)	19 837	1 820	2 221
Outro equipamento	203				203	202				202	1	1
	<b>372 126</b>	<b>986</b>	<b>( 7 073)</b>	<b>1 520</b>	<b>367 559</b>	<b>297 702</b>	<b>10 584</b>	<b>( 4 858)</b>	<b>( 107)</b>	<b>303 321</b>	<b>64 238</b>	<b>74 424</b>
Activos tangíveis em curso	5 241	698		( 1 673)	4 266						4 266	5 241
Outros activos tangíveis	13 532	9	( 416)	3	13 128	10 318	154	( 360)	( 4)	10 108	3 020	3 214
	<b>18 773</b>	<b>707</b>	<b>( 416)</b>	<b>( 1 670)</b>	<b>17 394</b>	<b>10 318</b>	<b>154</b>	<b>( 360)</b>	<b>( 4)</b>	<b>10 108</b>	<b>7 286</b>	<b>8 455</b>
	<b>548 283</b>	<b>1 739</b>	<b>( 40 293)</b>	<b>( 6 232)</b>	<b>503 497</b>	<b>414 971</b>	<b>12 168</b>	<b>( 21 480)</b>	<b>( 2 287)</b>	<b>403 372</b>	<b>100 125</b>	<b>133 312</b>

O valor líquido apresentado em Transferências e outros inclui 3 904 m.euros referente a imóveis de serviço próprio transferidos para a rubrica Outros Activos - Activos Tangíveis para Venda (Nota 4.12) decorrente da intenção do Banco em efectuar a sua alienação.

O valor líquido das rubricas Alienações e abates de imóveis de serviço próprio e instalações interiores inclui 16 486 m.euros e 1 365 m.euros, respectivamente, relativos à contribuição em espécie para o Fundo de Pensões do Banco BPI. O valor da contribuição ascendeu a 27 500 m.euros (Notas 4.24 e 4.36).

#### 4.9. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos outros activos intangíveis durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Valor bruto					Amortizações				Valor líquido	
	Saldo em 31.12.11	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 30.06.12	Saldo em 31.12.11	Amortizações do período	Abates	Saldo em 30.06.12	Saldo em 30.06.12	Saldo em 31.12.11
Despesas de estabelecimento	57				57	56			56	1	1
Sistema de tratamento automático de dados	52 852	195		983	54 030	51 004	688		51 692	2 338	1 848
Outros activos intangíveis	28 909		( 206)		28 703	26 214	9	( 206)	26 017	2 686	2 695
	<b>81 818</b>	<b>195</b>	<b>( 206)</b>	<b>983</b>	<b>82 790</b>	<b>77 274</b>	<b>697</b>	<b>( 206)</b>	<b>77 765</b>	<b>5 025</b>	<b>4 544</b>
Activos intangíveis em curso	3 200	789		23	4 012					4 012	3 200
	<b>85 018</b>	<b>984</b>	<b>( 206)</b>	<b>1 006</b>	<b>86 802</b>	<b>77 274</b>	<b>697</b>	<b>( 206)</b>	<b>77 765</b>	<b>9 037</b>	<b>7 744</b>

O movimento ocorrido nos outros activos intangíveis durante o primeiro semestre de 2011 foi o seguinte:

	Valor bruto					Amortizações				Valor líquido	
	Saldo em 31.12.10	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 30.06.11	Saldo em 31.12.10	Amortizações do período	Abates	Saldo em 30.06.11	Saldo em 30.06.11	Saldo em 31.12.10
Despesas de estabelecimento	57				57	56			56	1	1
Sistema de tratamento automático de dados	51 744	38		661	52 443	49 329	887		50 216	2 227	2 415
Outros activos intangíveis	29 499		( 1 326)		28 173	27 876	566	( 1 326)	27 116	1 057	1 623
	<b>81 300</b>	<b>38</b>	<b>( 1 326)</b>	<b>661</b>	<b>80 673</b>	<b>77 261</b>	<b>1 453</b>	<b>( 1 326)</b>	<b>77 388</b>	<b>3 285</b>	<b>4 039</b>
Activos intangíveis em curso	1 671	1 180		( 650)	2 201					2 201	1 671
	<b>82 971</b>	<b>1 218</b>	<b>( 1 326)</b>	<b>11</b>	<b>82 874</b>	<b>77 261</b>	<b>1 453</b>	<b>( 1 326)</b>	<b>77 388</b>	<b>5 486</b>	<b>5 710</b>

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica outros activos intangíveis inclui 234 m.euros relativos ao valor líquido de direitos de arrendamento de espaços para instalação de balcões.

#### 4.10. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em empresas filiais, associadas e entidades sob controlo conjunto correspondem a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço	
	30 Jun. 12	31 Dez. 11	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Investimentos em filiais</b>				
Banco de Fomento Angola, S.A.	50,1%	50,1%	15 119	15 119
Banco Português Investimento	100,0%	100,0%	29 130	29 130
BPI Capital Finance	100,0%	100,0%	4	4
BPI Dealer - Soc. Fin. Cor. (Moçambique)	92,7%	92,7%	21	21
BPI Gestão de Activos	100,0%	100,0%	5 192	5 192
BPI Global Investment Fund	100,0%	100,0%	150	150
BPI Incorporated	100,0%	100,0%	4	4
BPI Locação de Equipamentos	100,0%	100,0%	150	150
BPI Madeira SGPS	100,0%	100,0%	150 000	150 000
BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros	100,0%	100,0%	178 516	178 516
BPI Private Equity - Soc. Cap. Risco	100,0%	100,0%	24 534	24 534
<b>Investimentos em associadas</b>				
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	29,7%	29,7%	9 786	9 786
Companhia de Seguros Allianz Portugal	35,0%	35,0%	41 680	41 680
Cosec - Companhia de Seguros de Crédito	50,0%	50,0%	7 051	7 051
TC Turismo Capital - SCR, S.A.		25,0%		1 247
Finangeste - Emp.Fin.Gestão e Desenvolvimento	32,8%	32,8%	27 045	27 045
Unicre - Instituição Financeira de Crédito	20,7%	20,7%	5 389	5 389
Petrocer - SGPS	31,2%	31,2%	1	1
			<b>493 772</b>	<b>495 019</b>
<b>Prestações suplementares de capital</b>				
BPI Locação de Equipamentos			7 000	7 000
RVA de Colaboradores de empresas filiais (Nota 2.10)			( 14)	( 21)
BPI INC - Cauções			643	626
			<b>501 401</b>	<b>502 624</b>

Durante o 1º semestre de 2012, ocorreu a fusão por incorporação da TC Turismo Capital - SCR, S.A. e da Aicep Capital na Inovcapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A., com alteração da denominação desta para Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A. O Banco BPI deixou de deter uma participação de 25% na Turismo Capital - SCR, S.A. para passar a deter uma participação de 6,4% na Portugal Capital Ventures, que foi registada na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

#### 4.11. Activos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Activos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	8 126	7 700
	<b>8 126</b>	<b>7 700</b>
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias	650 125	770 121
Por prejuízos fiscais	78 387	82 459
	<b>728 512</b>	<b>852 580</b>
	<b>736 638</b>	<b>860 280</b>

A análise da rubrica “Activos por impostos diferidos” é apresentada na Nota 4.40.

## 4.12. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Devedores, outras aplicações e outros activos</b>		
Suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda	24 385	22 039
Devedores por operações sobre futuros	595	4 638
Outras aplicações	3 385	8 334
IVA a recuperar	2 534	5 344
Devedores por bonificações a receber	7 820	7 688
Outros devedores	157 588	138 187
Devedores e outras aplicações vencidos	164	161
Provisões e imparidades (Nota 4.19)		
Devedores diversos	( 65)	( 66)
Risco-país de outras aplicações	( 19 302)	( 13 139)
Outras aplicações	( 23)	( 42)
Suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda	( 19 603)	( 18 352)
<b>Outros activos</b>		
Ouro	74	61
Outras disponibilidades e outros activos	940	814
	158 492	155 667
<b>Activos tangíveis detidos para venda</b>		
Activos por recuperação de crédito	152 799	141 037
Outros activos tangíveis	4 314	4 314
Imparidade	( 59 624)	( 54 534)
	97 489	90 817
<b>Rendimentos a receber</b>		
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	225	255
Por serviços bancários prestados	7 149	17 210
Outros rendimentos a receber	77 296	26 266
	84 670	43 731
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Responsabilidades com pensões - Impacto do IAS 19		
Colaboradores	42 258	59 993
Administradores	32	64
Rendas	1 906	1 961
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósito	2 073	
Outras despesas com encargo diferido	16 987	5 287
	63 256	67 305
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 4.24)</b>		
Valor patrimonial do fundo de pensões		
Pensionistas e Colaboradores	882 233	
Administradores	28 493	
Responsabilidades por serviços passados		
Colaboradores	( 801 914)	
Administradores	( 29 120)	
Alteração das condições do Plano de Pensões por amortizar		
Administradores		69
	79 692	69
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	17 555	43 147
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	101 773	17 328
Operações activas a regularizar	227 663	346 331
	346 991	406 806
	<b>830 590</b>	<b>764 395</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outras aplicações inclui 489 m.euros e 7 456 m.euros relativos a um colateral dado em garantia no âmbito de operações de derivados relacionadas com as emissões de obrigações efectuadas através da Sagres - Sociedade de titularização de créditos, S.A.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outros devedores inclui 135 028 m.euros e 131 386 m.euros relativos a valores a receber pela venda de 49,90% do Banco de Fomento Angola, S.A., cujo recebimento é efectuado em prestações anuais de 2009 a 2016, acrescidas de uma compensação devida a título de correcção monetária. Adicionalmente, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Provisões para risco-país de outras aplicações inclui os montantes (13 503) m.euros e (13 139) m.euros, respectivamente, referentes a esta operação.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outros devedores inclui ainda 1 069 m.euros e 1 351 m.euros, respectivamente, de adiantamentos efectuados à BPI Vida e Pensões relativos a operações de taxa garantida.

O movimento ocorrido nos activos tangíveis detidos para venda durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31 Dez. 11			Aquisições	Vendas		Reforço / reversão de imparidade	Saldo em 30 Jun. 12		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido		Valor bruto	Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
<b>Activos por recuperação de crédito</b>										
Imóveis	138 905	( 53 516)	85 389	26 840	( 15 226)	2 530	( 7 605)	150 519	( 58 591)	91 928
Equipamento	2 071	( 751)	1 320	1 948	( 1 800)	199	( 214)	2 219	( 766)	1 453
Outros	61	( 61)						61	( 61)	
<b>Outros activos tangíveis</b>										
Imóveis	4 314	( 206)	4 108					4 314	( 206)	4 108
	<b>145 351</b>	<b>( 54 534)</b>	<b>90 817</b>	<b>28 788</b>	<b>( 17 026)</b>	<b>2 729</b>	<b>( 7 819)</b>	<b>157 113</b>	<b>( 59 624)</b>	<b>97 489</b>

O movimento ocorrido nos activos tangíveis detidos para venda durante o primeiro semestre de 2011 foi o seguinte:

	Saldo em 31 Dez. 10			Aquisições e transferências	Vendas		Reforço / reversão de imparidade	Saldo em 30 Jun. 11		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido		Valor bruto	Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
<b>Activos por recuperação de crédito</b>										
Imóveis	114 102	( 39 939)	74 163	19 499	( 11 334)	1 851	( 8 592)	122 267	( 46 680)	75 587
Equipamento	2 343	( 731)	1 612	2 712	( 2 516)	215	( 276)	2 539	( 792)	1 747
Outros	61	( 61)						61	( 61)	
<b>Outros activos tangíveis</b>										
Imóveis	407	( 98)	309	3 907			( 105)	4 314	( 203)	4 111
	<b>116 913</b>	<b>( 40 829)</b>	<b>76 084</b>	<b>26 118</b>	<b>( 13 850)</b>	<b>2 066</b>	<b>( 8 973)</b>	<b>129 181</b>	<b>( 47 736)</b>	<b>81 445</b>

No primeiro semestre de 2011, a rubrica Aquisições e transferências inclui 3 904 m.euros referentes a imóveis transferidos da rubrica Outros activos tangíveis – Imóveis de serviço próprio (Nota 4.8).

A rubrica Rendimentos a receber – por serviços bancários prestados inclui comissões a pagar pela BPI Gestão Activos pela comercialização de Fundos na rede do Banco.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Outros rendimentos a receber inclui 57 995 m.euros relativos a dividendos distribuídos pelo Banco de Fomento Angola, S.A. Sobre este montante foram registadas provisões para risco país incluídas na rubrica Provisões para risco-país de outras aplicações no montante de 5 799 m.euros.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outros rendimentos a receber inclui 9 672 m.euros e 18 575 m.euros, respectivamente, relativos à periodificação de comissões por participação nos resultados de seguros (Notas 2.14 e 4.34).

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outros rendimentos a receber inclui adicionalmente 2 012 m.euros e 4 657 m.euros, respectivamente, relativos à periodificação de comissões de colocação de produtos da BPI Vida e Pensões (Nota 4.34).

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Outras despesas com encargo diferido inclui 6 119 m.euros relativos à parte da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Financeiro paga antecipadamente em Junho de 2012.

Os valores registados em Despesas com encargo diferido - Responsabilidades com pensões estão relacionados com o impacto da introdução do IAS 19 na transição para as Normas de Contabilidade Ajustadas que, até 30 de Junho de 2008, estava a ser amortizado por contrapartida de Resultados Transitados pelo período de 5 anos com início no exercício de 2005, conforme previsto pelos Avisos 4/2005, de 28 de Fevereiro e 12/2005, de 30 de Dezembro do Banco de Portugal, excepto no que respeita aos benefícios de saúde e alteração de pressupostos relativos à tábua de mortalidade cujo período de diferimento terminava em Dezembro de 2011. Decorrente da entrada em vigor do Aviso nº 7/2008 do Banco de Portugal, o montante relativo ao impacto à data de transição que ainda se encontrava por reconhecer à data de 30 de Junho de 2008 passou a ser diferido por um período adicional de três anos face ao prazo inicialmente previsto (Nota 2.6).

Responsabilidades com pensões a diferir - Impacto do IAS 19	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Responsabilidades de Colaboradores</b>										
SAMS e Tábua de mortalidade	159 393	136 623	113 852	91 082	73 566	61 305	49 044	36 783	24 522	12 261
Outras responsabilidades	348 154	278 523	208 893	139 261	92 841	69 631	46 421	23 210		
	<b>507 547</b>	<b>415 146</b>	<b>322 745</b>	<b>230 343</b>	<b>166 407</b>	<b>130 936</b>	<b>95 465</b>	<b>59 993</b>	<b>24 522</b>	<b>12 261</b>
<b>Responsabilidades de Administradores</b>	956	765	574	382	255	191	127	64		
	<b>508 503</b>	<b>415 911</b>	<b>323 319</b>	<b>230 725</b>	<b>166 662</b>	<b>131 127</b>	<b>95 592</b>	<b>60 057</b>	<b>24 522</b>	<b>12 261</b>

Em 30 de Junho de 2012 e Dezembro de 2011, o saldo da rubrica operações activas a regularizar inclui:

- 141 680 m.euros e 202 787 m.euros, respectivamente, relacionados com as operações de titularização realizadas pelo Banco BPI (Notas 4.7 e 4.18), tendo origem na diferença temporal entre a liquidação dos créditos titularizados e a amortização do passivo por activos não desreconhecidos;
- 15 960 m.euros, relativos a impostos a regularizar, em ambas as datas, sendo 11 977 m.euros relativos a impostos em contencioso pagos ao abrigo do Decreto-Lei nº 248-A / 02, de 14 Novembro;
- 11 296 m.euros e 12 419 m.euros, respectivamente, referente a empréstimos à habitação a liquidar;
- 17 215 m.euros e 13 311 m.euros, respectivamente, referente a transferências no âmbito da SEPA (*Single Euro Payments Área*);

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante os primeiros semestres de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 4.19.

#### 4.13. Recursos de bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos	4 000 000	2 300 000
Juros a pagar	17 545	2 379
Recursos de Outros Bancos Centrais		
Depósitos	20 118	196 818
	<b>4 037 663</b>	<b>2 499 197</b>

Durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011 o Banco tomou fundos junto do Eurosistema, utilizando uma parcela da sua carteira de activos elegíveis para esse fim (Nota 4.30).

#### 4.14. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Vendas a descoberto</b>		
Instrumentos de dívida		
Dívida pública portuguesa	402	
De emissores públicos estrangeiros	27	126 340
<b>Instrumentos derivados com justo valor negativo (Nota 4.4)</b>	<b>332 130</b>	<b>299 155</b>
	<b>332 559</b>	<b>425 495</b>

#### 4.15. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Recursos de instituições de crédito no país</b>		
Recursos a muito curto prazo	903 958	522 265
Depósitos	1 782 945	2 017 273
Operações de venda com acordo de recompra		15 469
Outros recursos	7 576	138 211
Juros a pagar	11 866	24 104
	<b>2 706 345</b>	<b>2 717 322</b>
<b>Recursos de instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos de organismos financeiros internacionais	420 623	404 654
Recursos a muito curto prazo	50 521	37 423
Depósitos	1 018 016	1 375 073
Operações de venda com acordo de recompra	545 436	1 072 633
Outros recursos	141 043	98 768
Juros a pagar	1 472	3 022
	<b>2 177 111</b>	<b>2 991 573</b>
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	10 251	8 793
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	( 226)	( 3 757)
	<b>4 893 481</b>	<b>5 713 931</b>

O saldo da rubrica operações de venda com acordo de recompra corresponde a operações de reporte efectuadas em mercado monetário, sendo um instrumento para a gestão de tesouraria do banco.

#### 4.16. Recursos de Clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Depósitos à ordem	4 674 559	4 666 327
Depósitos a prazo	13 158 665	12 807 853
Depósitos de poupança	288 748	313 025
Depósitos obrigatórios	5 858	7 279
Cheques e ordens a pagar	49 205	33 728
Outros recursos de clientes	1 495	1 884
Empréstimos	41 000	41 000
Passivos por activos não desreconhecidos	76 619	80 813
	<b>18 296 149</b>	<b>17 951 909</b>
Juros a pagar	204 242	157 557
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	43 454	30 031
	<b>18 543 845</b>	<b>18 139 497</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os recursos de Clientes incluem, respectivamente, 45 091 m.euros e 65 608 m.euros de depósitos de fundos de investimento e de fundos de pensões geridos pelo Grupo BPI.

A rubrica Passivos por activos não desreconhecidos reflecte a componente a pagar ao abrigo de swaps nos quais o Banco mantém também os riscos e benefícios de uma carteira de títulos vendida (Notas 2.3, 4.5 e 4.7).

#### 4.17. Responsabilidades representadas por títulos

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30 Jun. 12				31 Dez. 11			
	Emissões	Recompras	Saldo	Taxa de juro média	Emissões	Recompras	Saldo	Taxa de juro média
<b>Obrigações Colateralizadas</b>								
EUR	4 525 000	(1 940 800)	2 584 200	2,3	4 525 000	(1 845 150)	2 679 850	2,7
	<b>4 525 000</b>	<b>(1 940 800)</b>	<b>2 584 200</b>		<b>4 525 000</b>	<b>(1 845 150)</b>	<b>2 679 850</b>	
<b>Obrigações de taxa fixa</b>								
EUR	1 970 964	( 352 538)	1 618 426	3,7	2 997 262	( 467 633)	2 529 629	3,5
CHF	827	( 58)	769	2,3	819	( 58)	761	2,3
USD	154 658	( 26 600)	128 058	3,5	150 487	( 20 315)	130 172	2,8
CAD	23 522	( 3 224)	20 298	4,2	22 910	( 3 000)	19 910	3,3
JPY	39 948		39 948	2,5	39 920		39 920	2,5
	<b>2 189 919</b>	<b>( 382 420)</b>	<b>1 807 499</b>		<b>3 211 398</b>	<b>( 491 006)</b>	<b>2 720 392</b>	
<b>Obrigações de taxa variável</b>								
EUR	442 000	( 327 000)	115 000	1,8	1 027 217	( 392 146)	635 071	2,5
	<b>442 000</b>	<b>( 327 000)</b>	<b>115 000</b>		<b>1 027 217</b>	<b>( 392 146)</b>	<b>635 071</b>	
<b>Obrigações de rendimento variável</b>								
EUR	739 109	( 263 003)	476 106		807 209	( 288 153)	519 056	
USD	35 346	( 29 218)	6 128		34 392	( 27 408)	6 984	
	<b>774 455</b>	<b>( 292 221)</b>	<b>482 234</b>		<b>841 601</b>	<b>( 315 561)</b>	<b>526 040</b>	
	<b>7 931 374</b>	<b>(2 942 441)</b>	<b>4 988 933</b>		<b>9 605 216</b>	<b>(3 043 863)</b>	<b>6 561 353</b>	
Juros a pagar			61 679				81 244	
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura			106 199				111 670	
Prémios e comissões líquidos			( 13 910)				( 19 228)	
			<b>153 968</b>				<b>173 686</b>	
			<b>5 142 901</b>				<b>6 735 039</b>	

As taxas de juro médias, referidas no quadro acima, foram calculadas através da ponderação da taxa de juro de cada emissão pelo respectivo valor nominal. No caso das Obrigações de Rendimento Variável não é possível calcular essa taxa por o rendimento das obrigações só ser conhecido no seu vencimento.

O Banco BPI emite obrigações de caixa como parte integrante do seu plano de financiamento de médio e longo prazo. Parte das obrigações são emitidas ao abrigo de um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN).

O montante máximo possível para emissões ao abrigo do programa EMTN é de EUR 10 000 000 000.

As obrigações de caixa só podem ser emitidas por instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. São um instrumento correntemente utilizado pelo Banco BPI para proporcionar soluções de investimentos aos seus Clientes, funcionando como alternativa aos depósitos a prazo.

As obrigações emitidas, sejam de caixa ou ao abrigo do Programa EMTN, podem ser denominadas em diferentes moedas.

Durante o exercício de 2008, o Banco BPI constituiu dois programas de emissões colateralizadas (de obrigações hipotecárias e de obrigações sobre o sector público), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 59/2006. No âmbito destes programas, o Banco BPI, efectuou duas emissões de obrigações hipotecárias em 2011, não tendo efectuado qualquer emissão no primeiro semestre de 2012.

Nos termos da lei, os detentores das obrigações colateralizadas possuem um privilégio creditório especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

### **Obrigações hipotecárias**

O programa de obrigações hipotecárias foi constituído até ao montante máximo de EUR 7 000 000 000.

As obrigações hipotecárias estão garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários e outros activos que conjuntamente constituem um património autónomo.

Poderão ser afectos ao património autónomo os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia e outros activos elegíveis, nomeadamente depósitos junto do Banco de Portugal, depósitos junto de instituições financeiras com notação de risco igual ou superior a "A -" e outros activos de baixo risco e elevada liquidez. O valor total dos outros activos não poderá exceder 20% do património afecto. O montante dos créditos hipotecários afectos não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados, no caso de imóveis destinados à habitação, nem 60% do valor dos bens hipotecados, para os imóveis destinados a fins comerciais.

A legislação aplicável às obrigações hipotecárias impõe limites prudenciais que deverão ser verificados durante o período de vigência das emissões:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar, em cada momento, o vencimento médio dos créditos hipotecários e dos restantes activos que lhes estejam afectos;
- O montante global dos juros a pagar relativos às obrigações hipotecárias não deve exceder, em cada momento, o montante dos juros a receber referentes aos créditos hipotecários e aos outros activos afectos às obrigações hipotecárias;
- O valor actual das responsabilidades assumidas pelo conjunto das obrigações hipotecárias em circulação, não pode ultrapassar, em cada momento, o valor actual do património afecto à garantia dessas obrigações, após consideração de eventuais instrumentos financeiros derivados. Adicionalmente, essa relação deverá manter-se quando se consideram deslocações paralelas da curva de rendimentos de 200 pontos base, para cima ou para baixo.
- O conjunto das posições em risco sobre instituições de crédito, com excepção das posições com prazo de vencimento residual inferior ou igual a 100 dias, não pode exceder 15% do valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação.

Em 30 de Junho de 2012, o montante das emissões de obrigações hipotecárias efectuadas pelo Grupo BPI era de EUR 4 125 000 000, repartido por 8 emissões com as seguintes características:

	OH - Serie 5	OH - Serie 6	OH - Serie 7	OH - Serie 8	OH - Serie 9	OH - Serie 10	OH - Serie 11	OH - Serie 12
<b>Data de Emissão</b>	28/05/2009	17/07/2009	15/01/2010	12/02/2010	21/05/2010	05/08/2010	25/01/2011	25/08/2011
<b>Montante Nominal</b>	EUR 175 000 000	EUR 1 000 000 000	EUR 1 000 000 000	EUR 200 000 000	EUR 350 000 000	EUR 600 000 000	EUR 200 000 000	EUR 600 000 000
<b>Código ISIN</b>	PTBB1XOE0006	PTBB24OE0000	PTBB5JOE0000	PTBB5WOE0003	PTBBP6OE0023	PTBBQQOE0024	PTBBPMOE0029	PTBBWAOE0024
<b>Data de Vencimento</b>	28/05/2016	17/07/2012	15/01/2015	12/02/2017	21/05/2025	05/08/2020	25/01/2018	25/08/2018
<b>Rating ( Moody's/S&amp;P/Fitch )</b>	Aaa/-/-	Aaa/AAA/AAA	Aaa/AAA/AAA	Aaa/-/-	Aaa/-/-	-/-/AAA	Aa1/AA/AA+	A3/A+/A-
<b>Reembolso</b>	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento
<b>Frequência de Pagamento de Juros</b>	Trimestral	Anual	Anual	Trimestral	Trimestral	Trimestral	Trimestral	Trimestral
<b>Taxa de Cupão</b>	Euribor 3 m + 1,20%	3,00%	3,25%	Euribor 3 m + 0,84%	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 4,60%	Euribor 3 m + 0,65%
<b>Obrigações readquiridas</b>	-	EUR 13 300 000	EUR 127 500 000	-	EUR 350 000 000	EUR 600 000 000	-	EUR 600 000 000

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o património autónomo afecto às obrigações hipotecárias ascendia respectivamente a 6 375 969 m.euros e 5 798 469 m.euros, sendo de crédito 5 594 947 m.euros e 5 423 645 m.euros (Nota 4.7).

### Obrigações sobre o sector público

O programa de obrigações sobre o sector público foi constituído até ao montante máximo de EUR 2 000 000 000.

As obrigações sobre o sector público estão garantidas por uma carteira de empréstimos a entidades do sector público e outros activos que conjuntamente constituem um património autónomo.

Podem ser afectos a este património autónomo os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa das mesmas entidades.

Os limites prudenciais aplicáveis às obrigações sobre o sector público são idênticos aos aplicáveis às obrigações hipotecárias com excepção do limite relativo ao valor nominal máximo de obrigações em circulação face aos créditos e outros activos afectos, que, para as obrigações sobre o sector público, é de 100%.

Em 30 de Junho de 2012 o montante das emissões de obrigações sobre o sector público em vida detidas pelo Banco BPI era de EUR 400 000 000, repartido por 2 emissões com as seguintes características:

	OSP - Serie 1	OSP - Serie 2
<b>Data de Emissão</b>	17/07/2008	30/09/2010
<b>Montante Nominal</b>	EUR 150 000 000	EUR 250 000 000
<b>Código ISIN</b>	PTBP14OE0006	PTBBRH0E0024
<b>Data de Vencimento</b>	15/06/2016	30/09/2017
<b>Rating ( Moody's/S&amp;P/Fitch )</b>	-/AAA/-	-/A/-
<b>Reembolso</b>	Integral na data de vencimento	Integral na data de vencimento
<b>Frequência de Pagamento de Juros</b>	Trimestral	Trimestral
<b>Taxa de Cupão</b>	Euribor 3 m - 0,004%	Euribor 3 m + 0,4%
<b>Obrigações readquiridas</b>	-	EUR 250 000 000

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o património autónomo afecto às obrigações sobre o sector público ascendia, respectivamente, a 678 686 m.euros e 672 298 m.euros, sendo de crédito 214 606 m.euros e 530 848 m.euros (Nota 4.7).

O Banco BPI emite regularmente obrigações com diferentes condições de remuneração:

- Taxa fixa – obrigações emitidas relativamente às quais o Banco BPI se compromete a pagar um rendimento previamente conhecido, calculado com base numa taxa de juro fixada na emissão e que vigorará até à respectiva maturidade;
- Taxa variável – obrigações emitidas relativamente às quais o Banco BPI se compromete a pagar um rendimento calculado com base num determinado indexante divulgado por fontes externas (de mercado);
- Rendimento variável – obrigações emitidas cujo rendimento não é conhecido, ou certo, na data de emissão, podendo estar sujeito à variação e comportamento de determinados activos subjacentes (índices ou indexantes) anunciados na data da emissão. Estas obrigações têm implícitos derivados que são registados em contas próprias, conforme determinado pelo IAS 39 (Nota 4.4).

Adicionalmente, o Banco BPI dispõe de opções para cobertura dos riscos de variação dos custos suportados com estas obrigações.

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco BPI durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Obrigações Colateralizadas	Obrigações de taxa fixa	Obrigações de taxa variável	Obrigações de rendimento variável	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>2 679 850</b>	<b>2 720 392</b>	<b>635 071</b>	<b>526 040</b>	<b>6 561 353</b>
Emissões efectuadas no período		42 021		7 600	49 621
Emissões reembolsadas		( 863 569)	( 520 071)	( 31 191)	(1 414 831)
Recompras (líquidas de vendas)	( 95 650)	( 95 521)		( 20 409)	( 211 580)
Variação cambial		4 176		194	4 370
<b>Saldo em 30 de Junho de 2012</b>	<b>2 584 200</b>	<b>1 807 499</b>	<b>115 000</b>	<b>482 234</b>	<b>4 988 933</b>

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco BPI durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	Obrigações Colateralizadas	Obrigações de taxa fixa	Obrigações de taxa variável	Obrigações de rendimento variável	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 Proforma</b>	<b>2 525 000</b>	<b>3 213 364</b>	<b>1 171 314</b>	<b>808 126</b>	<b>7 717 804</b>
Emissões efectuadas no período	800 000	1 020 174		94 100	1 914 274
Emissões reembolsadas		(1 426 640)	( 529 615)	( 310 278)	(2 591 082)
Recompras (líquidas de vendas)	( 645 150)	( 94 056)	( 6 628)	( 66 358)	( 487 643)
Variação cambial		7 550		450	8 000
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>2 679 850</b>	<b>2 720 392</b>	<b>635 071</b>	<b>526 040</b>	<b>6 561 353</b>

Em 30 de Junho de 2012, a dívida emitida pelo Banco BPI apresenta a seguinte composição por maturidade contratual:

	2012	2013	2014	2015-2018	> 2018	Total
<b>Obrigações Colateralizadas</b>						
EUR	986 700			1 597 500		2 584 200
	<b>986 700</b>			<b>1 597 500</b>		<b>2 584 200</b>
<b>Obrigações de taxa fixa</b>						
EUR	248 943	785 793	378 422	185 268	20 000	1 618 426
CHF		769				769
USD		117 339	10 719			128 058
CAD		20 298				20 298
JPY					39 948	39 948
	<b>248 943</b>	<b>924 199</b>	<b>389 141</b>	<b>185 268</b>	<b>59 948</b>	<b>1 807 499</b>
<b>Obrigações de taxa variável</b>						
EUR			115 000			115 000
			<b>115 000</b>			<b>115 000</b>
<b>Obrigações de rendimento variável</b>						
EUR	66 163	266 957	120 009	22 977		476 106
USD	2 355	3 773				6 128
	<b>68 518</b>	<b>270 730</b>	<b>120 009</b>	<b>22 977</b>		<b>482 234</b>
<b>Total</b>	<b>1 304 161</b>	<b>1 194 929</b>	<b>624 150</b>	<b>1 805 745</b>	<b>59 948</b>	<b>4 988 933</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a dívida emitida pelo Banco BPI apresenta a seguinte composição por maturidade contratual:

	2012	2013	2014	2015-2018	> 2018	Total
<b>Obrigações Colateralizadas</b>						
EUR	986 700			1 693 150		2 679 850
	<b>986 700</b>			<b>1 693 150</b>		<b>2 679 850</b>
<b>Obrigações de taxa fixa</b>						
EUR	1 119 576	814 319	352 597	198 094	45 043	2 529 629
CHF		761				761
USD		119 120	11 052			130 172
CAD		19 910				19 910
JPY					39 920	39 920
	<b>1 119 576</b>	<b>954 110</b>	<b>363 649</b>	<b>198 094</b>	<b>84 963</b>	<b>2 720 392</b>
<b>Obrigações de taxa variável</b>						
EUR	520 071		115 000			635 071
	<b>520 071</b>		<b>115 000</b>			<b>635 071</b>
<b>Obrigações de rendimento variável</b>						
EUR	98 674	278 878	122 527	18 977		519 056
USD	2 328	4 656				6 984
	<b>101 002</b>	<b>283 534</b>	<b>122 527</b>	<b>18 977</b>		<b>526 040</b>
<b>Total</b>	<b>2 727 349</b>	<b>1 237 644</b>	<b>601 176</b>	<b>1 910 221</b>	<b>84 963</b>	<b>6 561 353</b>

#### 4.18. Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização (Nota 4.7)</b>		
Crédito não titulado		
Crédito a PMEs	3 343 245	3 423 422
Crédito à habitação	5 021 358	5 107 409
Risco / benefício cedido de crédito à habitação		( 772 593)
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	( 3 073)	( 3 235)
Juros a pagar	8 091	10 631
	<b>8 369 621</b>	<b>7 765 634</b>

O Banco BPI, SA lançou um conjunto de operações de titularização, cujas principais características se resumem nos quadros abaixo, tendo as emissões sido efectuadas através da Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, SA.

Em Dezembro de 2007 o Banco vendeu uma parcela das obrigações de maior risco emitidas no âmbito das operações de titularização de crédito à habitação, normalmente referidas como equity pieces, tendo dessa forma cedido parte dos riscos e benefícios das operações. O impacto desta operação no passivo é apresentado no quadro acima. Os activos e passivos associados a estas operações foram desreconhecidos pela percentagem cedida, tendo sido a diferença para o produto da venda considerada em resultados. No primeiro semestre de 2012 o Banco BPI recomprou ao Fundo de Pensões do Banco BPI as obrigações anteriormente referidas, pelo que passou a reconhecer a totalidade do risco / benefício associado às operações de titularização de crédito à habitação. O impacto desta recompra foi reconhecido em resultados no primeiro semestre de 2012 e ascendeu a 10 408 m.euros (Notas 4.7, 4.19 e 4.35).

##### DOURO SME SÉRIES 1

Activos titularizados: Crédito a PMEs      Data de emissão: 06-04-2005      Montante inicial: 500 000

Descritivo	Montante 30 Jun. 12	Vida média residual estimada (anos)	Rating (Moody's, S&P, Fitch)	Garantia	Spread
▪ Class A Notes	14 774	0,51	Baa1/A-/A	Sem garantia	0,10%
▪ Class B Notes	26 000	0,65	Aaa/AAA/AAA	Fundo Europeu de Investimento	0,08%
▪ Class C Notes	24 000	0,65	nr	Fundo de Garantia de Titularização de Créditos	1,00%
▪ Class D Notes	5 010	0,65	nr	Sem garantia	2,00%
Total de emissões	69 784				
Fundo de reserva	( 1 250)				
Outros fundos	( 449)				
Valor total	68 085				

##### DOURO SME SÉRIES 2

Activos titularizados: Crédito a PMEs      Data de emissão: 11-02-2011      Montante inicial: 3 472 400

Descritivo	Montante 30 Jun. 12	Vida média residual estimada (anos)	Rating (Fitch / DBRS)	Garantia	Spread
▪ Class A Notes	1 819 400	2,64	A/A-	Sem garantia	0,15%
▪ Class B Notes	1 317 500	6,56	nr	Sem garantia	0,10%
▪ Class C Notes	35 630	0,57	nr	Sem garantia	0,10%
▪ Class D Notes	193 600	6,56	nr	Sem garantia	Juro Residual
Total de emissões	3 366 130				
Fundo de reserva	( 90 970)				
Valor total	3 275 160				

**DOURO MORTGAGES Nº 1**

Activos titularizados: Crédito à habitação Data de emissão: 24-11-2005 Montante inicial: 1 500 000

Descritivo	Montante 30 Jun. 12	Vida média residual estimada (anos)	Rating (Moody's, S&P, Fitch)	Spread <sup>1</sup>
▪ Class A Notes	473 791	6,93	Baa1/A-/A	0,14%
▪ Class B Notes	10 025	6,93	Ba2/BBB+/A	0,17%
▪ Class C Notes	9 114	6,93	B1/BB+/BBB	0,27%
▪ Class D Notes	7 595	6,93	B3/BB-/BB	0,47%
▪ Class E Notes	8 008	6,93	nr/nr/nr	Juro residual
Total de emissões	508 533			
Fundo de reserva	( 8 008)			
Outros fundos	3			
Valor total	500 528			

<sup>1</sup> Até à data da opção call (Setembro de 2014); após esta data o spread duplica se a opção não for exercida.**DOURO MORTGAGES Nº 2**

Activos titularizados: Crédito à habitação Data de emissão: 28-09-2006 Montante inicial: 1 500 000

Descritivo	Montante 30 Jun. 12	Vida média residual estimada (anos)	Rating (Moody's, S&P, Fitch)	Spread <sup>1</sup>
▪ Class A1 Notes	6 287	8,06	Baa1/A-/A	0,05%
▪ Class A2 Notes	635 430	8,06	Baa1/A-/A	0,14%
▪ Class B Notes	15 674	8,06	Ba3/BB/BBB	0,17%
▪ Class C Notes	10 167	8,06	B2/B/BB	0,23%
▪ Class D Notes	8 049	8,06	B3/B-/B	0,48%
▪ Class E Notes	8 107	8,06	nr/nr/nr	Juro residual
Total de emissões	683 714			
Fundo de reserva	( 8 107)			
Valor total	675 607			

<sup>1</sup> Até à data da opção call (Abril de 2015); após esta data o spread duplica se a opção não for exercida.**DOURO MORTGAGES Nº 3**

Activos titularizados: Crédito à habitação Data de emissão: 31-07-2007 Montante inicial: 1 500 000

Descritivo	Montante 30 Jun. 12	Vida média residual estimada (anos)	Rating (Moody's, S&P, Fitch)	Spread <sup>1</sup>
▪ Class A Notes	919 684	9,04	Baa1/A-/A	0,16%
▪ Class B Notes	23 580	9,04	nr/B/BBB	0,17%
▪ Class C Notes	14 020	9,04	nr/B-/BB	0,23%
▪ Class D Notes	12 108	9,04	nr/B-/B	0,48%
▪ Class E Notes	0	n/a	nr/A-/BBB-	0,50%
▪ Class F Notes	1 251	9,04	nr/nr/nr	Juro residual
Total de emissões	970 643			
Fundo de reserva	( 11 633)			
Valor total	959 011			

<sup>1</sup> Até à data da opção call (Agosto de 2016); após esta data o spread passa a ser 1.5x o inicial se a opção não for exercida.

**DOURO MORTGAGES Nº 4**

Activos titularizados: Crédito à habitação Data de emissão: 09-01-2009 Montante inicial: 1 522 500

<b>Descritivo</b>	<b>Montante 30 Jun. 12</b>	<b>Vida média residual estimada (anos)</b>	<b>Rating (S&amp;P/DBRS)</b>	<b>Spread</b>
▪ Class A Notes	1 238 713	8,64	A-/AA-	0,15%
▪ Class B Notes	202 500	22,79	nr/nr	0,20%
▪ Class C Notes	45 000	25,58	nr/nr	0,25%
▪ Class D Notes	22 500	25,58	nr/nr	Juro residual
Total de emissões	1 508 713			
Fundo de reserva	( 22 500)			
Valor total	1 486 213			

**DOURO MORTGAGES Nº 5**

Activos titularizados: Crédito à habitação Data de emissão: 06-08-2010 Montante inicial: 1 421 000

<b>Descritivo</b>	<b>Montante 30 Jun. 12</b>	<b>Vida média residual estimada (anos)</b>	<b>Rating (S&amp;P/DBRS)</b>	<b>Spread</b>
▪ Class A Notes	1 099 000	10,96	A/AA-	0,20%
▪ Class B Notes	301 000	26,32	nr/nr	0,00%
▪ Class C Notes	21 000	26,32	nr/nr	Juro residual
Total de emissões	1 421 000			
Fundo de reserva	( 21 000)			
Valor total	1 400 000			

#### 4.19. Provisões e imparidades

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades do Banco BPI durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Saldo 31 Dez.11	Variação cambial	Aumentos	Reposições / Reversões	Utilizações e outros	Saldo em 30 Jun. 12
<b>Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5)</b>	<b>61 447</b>	<b>22</b>	<b>17 105</b>			<b>78 574</b>
Instrumentos de capital	55 269	22	572			55 863
Instrumentos de dívida	2 607		16 144			18 751
Outros títulos	3 571		389			3 960
<b>Aplicações em instituições de crédito (Nota 4.6)</b>	<b>650</b>	<b>37</b>	<b>967</b>	<b>( 334)</b>		<b>1 320</b>
Aplicações vincendas		37	959			996
Risco país	650		8	( 334)		324
<b>Crédito a clientes (Nota 4.7)</b>	<b>517 325</b>	<b>193</b>	<b>118 066</b>	<b>( 39 525)</b>	<b>( 94 716)</b>	<b>501 343</b>
Crédito vencido	431 331		110 015	( 37 709)	( 33 319)	470 318
Cobrança duvidosa	5 632		3 918	( 17)		9 533
Risco país - crédito concedido	6 671		37	( 1 049)		5 659
Crédito titulado	73 691	193	4 096	( 750)	( 61 397)	15 833
<b>Outros activos (Nota 4.12)</b>	<b>86 133</b>		<b>27 477</b>	<b>( 12 232)</b>	<b>( 2 761)</b>	<b>98 617</b>
Suprimentos e prestações suplementares de capital	18 352		1 251			19 603
Risco país de outras aplicações	13 139		6 163			19 302
Devedores diversos	66			( 1)		65
Outras aplicações	42		13		( 32)	23
Activos tangíveis detidos para venda	54 534		20 050	( 12 231)	( 2 729)	59 624
<b>Outras provisões</b>	<b>241 968</b>		<b>5 914</b>	<b>( 3 592)</b>	<b>( 337)</b>	<b>243 953</b>
Risco Gerais de Crédito						
Crédito concedido	158 050		1	( 1 407)		156 644
Crédito por assinatura	21 831		1	( 2 076)		19 756
Risco país - crédito por assinatura	122		3	( 5)		120
Provisões diversas	61 965		5 909	( 104)	( 337)	67 433
	<b>907 523</b>	<b>252</b>	<b>169 529</b>	<b>( 55 683)</b>	<b>( 97 814)</b>	<b>923 807</b>

As utilizações de provisões para crédito a clientes efectuadas durante o primeiro semestre de 2012 incluem write-offs no montante de 33 113 m.euros, venda de créditos no montante de 206 m.euros e utilização de imparidades para títulos de dívida pública emitidos pela Grécia no montante de 61 397 m. euros, no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, tendo o Banco recebido os novos títulos emitidos pela Grécia e utilizado as imparidades para crédito constituídas no segundo semestre de 2011 (Nota 4.41).

No primeiro semestre de 2012, a rubrica aumentos de imparidades em activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de dívida inclui 16 101 m.euros relativos a imparidades para títulos de dívida pública emitidos pela Grécia (Nota 4.5).

No primeiro semestre de 2012 o Banco BPI recomprou ao Fundo de Pensões do Banco BPI as obrigações anteriormente vendidas em Dezembro de 2007, pelo que passou a reconhecer a totalidade do risco / benefício associado às operações de titularização de crédito à habitação. O impacto desta recompra teve por consequência o registo das correspondentes provisões para crédito a clientes no montante de 7 795 m.euros por contrapartida de resultados do primeiro semestre de 2012 (Notas 4.7, 4.18 e 4.35).

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades do Banco BPI durante o primeiro semestre de 2011 foi o seguinte:

	Saldo inicial 31 Dez.10 Proforma	Varição cambial	Aumentos	Reposições / Reversões	Utilizações e outros	Saldo final 30 Jun.11 Proforma
<b>Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5)</b>	<b>59 371</b>	<b>( 57)</b>	<b>212</b>	<b>( 111)</b>		<b>59 415</b>
Instrumentos de capital	53 592	( 57)	72			53 607
Instrumentos de dívida	2 558			( 111)		2 447
Outros títulos	3 221		140			3 361
<b>Aplicações em instituições de crédito (Nota 4.6)</b>	<b>1 131</b>	<b>( 8)</b>	<b>5 210</b>	<b>( 92)</b>	<b>( 371)</b>	<b>5 870</b>
Aplicações vincendas	379	( 8)			( 371)	
Risco país	752		5 210	( 92)		5 870
<b>Crédito a clientes (Nota 4.7)</b>	<b>405 480</b>	<b>( 508)</b>	<b>78 499</b>	<b>( 7 896)</b>	<b>( 44 251)</b>	<b>431 324</b>
Crédito vencido	374 839		71 641	( 8)	( 43 145)	403 327
Cobrança duvidosa	6 957		5 010	( 8)		11 959
Risco país - crédito concedido	12 048			( 4 336)		7 712
Crédito titulado	11 636	( 508)	1 848	( 3 544)	( 1 106)	8 326
<b>Outros activos (Nota 4.12)</b>	<b>61 587</b>		<b>23 426</b>	<b>( 4 508)</b>	<b>( 2 066)</b>	<b>78 439</b>
Suprimentos e prestações suplementares de capital	5 252		11 145			16 397
Risco país de outras aplicações	15 342			( 1 158)		14 184
Devedores diversos	98					98
Outras aplicações	66			( 42)		24
Activos tangíveis detidos para venda	40 829		12 281	( 3 308)	( 2 066)	47 736
<b>Outras provisões</b>	<b>247 377</b>		<b>12 444</b>	<b>( 8 661)</b>	<b>( 138)</b>	<b>251 022</b>
Risco Gerais de Crédito						
Crédito concedido	171 640			( 6 388)		165 252
Crédito por assinatura	25 665		49	( 1 525)		24 189
Risco país - crédito por assinatura	589			( 289)		300
Provisões diversas	49 483		12 395	( 459)	( 138)	61 281
	<b>774 946</b>	<b>( 573)</b>	<b>119 791</b>	<b>( 21 268)</b>	<b>( 46 826)</b>	<b>826 070</b>

As utilizações de provisões para crédito a clientes efectuadas durante o primeiro semestre de 2011 correspondem a write-offs e a venda de créditos, no montante de 43 056 m.euros e 1 195 m.euros, respectivamente.

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, as provisões para risco-país de outras aplicações referem-se a valores a receber pela venda do Banco de Fomento Angola, S.A. Adicionalmente, no primeiro semestre de 2012, aquele montante inclui valores relativos a dividendos a receber do Banco de Fomento Angola, S.A. (Nota 4.12).

#### 4.20. Passivos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
IRC a pagar	4 980	3 313
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias	35 012	8 108
	<b>39 992</b>	<b>11 421</b>

A análise da rubrica “Passivos por impostos diferidos” é apresentada na Nota 4.40.

#### 4.21. Obrigações subordinadas de conversão contingente

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12			
	Emissões	Recompras	Saldo	Taxa de juro média
<b>Obrigações subordinadas de conversão contingente</b>				
EUR	1 500 000		1 500 000	8,3%
	<b>1 500 000</b>		<b>1 500 000</b>	
Juros a pagar			694	
			<b>1 500 694</b>	

No início de Junho de 2012, o Conselho de Administração do Banco BPI aprovou o Plano de Recapitalização que visa reforçar os fundos próprios Core Tier 1, por forma a dar cumprimento aos rácios mínimos previstos pela Autoridade Bancária Europeia e pelo Banco de Portugal (Nota 4.43).

O Plano de Recapitalização, no montante total de 1 500 000 m.euros, compreende:

- um aumento de capital de 200 000 m.euros, com direito de preferência dos accionistas;
- a emissão de instrumentos de dívida elegíveis para fundos próprios, subscritos pelo Estado Português, no montante de 1 300 000 m.euros.

Em 29 de Junho de 2012, ocorreu a subscrição pelo Estado Português de instrumentos de dívida elegíveis para fundos próprios Core Tier 1 (obrigações subordinadas de conversão contingente), no montante de 1 500 000 m.euros. As características desses instrumentos estão definidas na Lei nº 63 – A/2008, de 24 de Novembro, republicada pela Lei nº 4/2012, de 11 de Janeiro (Lei da Recapitalização da Banca), na Portaria nº 150 – A/2012, de 17 de Maio e nos Termos e Condições constantes do Despacho nº 8840-A/2012, do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Junho de 2012. O período de investimento no instrumento referido é de 5 anos, a contar da data de emissão, sendo que o Plano de Recapitalização do Banco prevê amortizações parciais ao longo do período. Em 10 de Agosto de 2012, foi concluído o aumento de capital do Banco, no valor de 200 000 m.euros, com direito de preferência dos accionistas (Nota 4.25) e o respectivo encaixe foi, em 13 de Agosto de 2012, utilizado pelo Banco para reembolsar uma parte das obrigações subordinadas de conversão contingente, cujo valor nominal foi assim reduzido para 1 300 000 m.euros.

A remuneração das obrigações subordinadas de conversão contingente deverá ser paga semestralmente e corresponde a uma taxa anual efectiva de 8.5% no primeiro ano, aumentando 0.25% nos dois anos seguintes e 0.5% em cada ano posterior.

Estes instrumentos são convertíveis em acções do Banco BPI caso se verifique algum dos eventos para o efeito previstos nos Termos e Condições constantes do Despacho nº 8840-A/2012, do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Junho de 2012. Em termos sintéticos, estão previstos os seguintes eventos de conversão:

- termo do prazo de 5 anos sem os instrumentos se encontrarem integralmente recomprados (ver ponto 8.5. dos Termos e Condições);
- ocorrência de uma situação qualificada como incumprimento materialmente relevante nos termos do ponto 8.3. dos Termos e Condições;
- ocorrência do evento previsto no ponto 9.1. dos Termos e Condições (evento de viabilidade);
- ocorrência do evento previsto no ponto 10 dos Termos e Condições (evento regulatório - cessação da elegibilidade para Core Tier I) e terem sido esgotadas as soluções alternativas à conversão previstas nesse ponto;
- ocorrência de um evento qualificado como de alteração de controlo nos termos do ponto 9.2. dos Termos e Condições;
- exclusão das acções do Banco BPI da negociação em mercado regulamentado, nos termos previstos no parágrafo anterior;

A conversão em acções do Banco BPI acima referida, caso se verifique, será efectuada mediante a entrega de um número de acções que não é possível determinar antes de se verificar o evento que determina essa conversão, uma vez que (i) conforme decorre da definição de Preço de Conversão constante do ponto 1.1. dos Termos e Condições, esse preço depende da cotação/valor de mercado das acções no período que anteceder a verificação desse evento e (ii) a determinação daquele número de acções é feita em função desse Preço de Conversão.

Os Termos e Condições previam um evento de conversão adicional (em 1 de Outubro de 2012 o montante dos instrumentos emitidos exceder 1 300 000 m.euros), evento que já não se pode verificar por entretanto, e conforme acima mencionado, já ter ocorrido a recompra de 200 000 m.euros desses instrumentos e o seu montante se ter reduzido para aquele valor de 1 300 000 m.euros.

#### 4.22. Outros passivos subordinados e títulos de participação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12				31 Dez. 11			
	Emissões	Recompras	Saldo	Taxa de juro média	Emissões	Recompras	Saldo	Taxa de juro média
<b>Obrigações Perpétuas</b>								
EUR	325 000	( 196 573)	128 427	2,2%	325 000	( 196 573)	128 427	2,9%
JPY	74 903	( 74 903)		2,9%	74 850	( 74 850)		0,3%
	<b>399 903</b>	<b>( 271 476)</b>	<b>128 427</b>		<b>399 850</b>	<b>( 271 423)</b>	<b>128 427</b>	
<b>Outras Obrigações</b>								
EUR	404 200	( 281 931)	122 269	1,8%	404 200	( 242 533)	161 667	2,5%
JPY	174 773	( 174 773)		2,8%	174 651	( 174 651)		2,8%
	<b>578 973</b>	<b>( 456 704)</b>	<b>122 269</b>		<b>578 851</b>	<b>( 417 184)</b>	<b>161 667</b>	
	<b>978 876</b>	<b>( 728 180)</b>	<b>250 696</b>		<b>978 701</b>	<b>( 688 607)</b>	<b>290 094</b>	
<b>Títulos de Participação</b>								
EUR	28 081	( 23 863)	4 218	2,4%	28 081	( 23 486)	4 595	
	<b>28 081</b>	<b>( 23 863)</b>	<b>4 218</b>		<b>28 081</b>	<b>( 23 486)</b>	<b>4 595</b>	
	<b>1 006 957</b>	<b>( 752 043)</b>	<b>254 914</b>		<b>1 006 782</b>	<b>( 712 093)</b>	<b>294 689</b>	
Juros a pagar			492				559	
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura			82				99	
Prémios líquidos			( 45)				( 66)	
			<b>529</b>				<b>592</b>	
			<b>255 443</b>				<b>295 281</b>	

Durante o exercício de 2011, o Banco BPI recomprou a totalidade das emissões subordinadas BPI Cayman 13/03/2036 2,76 % JPY, BPI Obrigações Perpétuas Subordinada / 96 - JPY- Cayman e parte significativa da emissão BPI Cayman 2003 Perpétuas Subordinadas (Nota 4.35).

Durante o 1º semestre de 2012, o Banco BPI recomprou parte das emissões subordinadas BPI STEP-UP 16/04/2017 e BPI RENDIMENTO MAIS 2007, assim como parte das emissões de títulos de participação.

O movimento ocorrido em dívida emitida pelo Banco BPI durante o primeiro semestre de 2012, foi o seguinte:

	Obrigações Perpétuas	Outras Obrigações	Títulos de Participação	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>128 427</b>	<b>161 667</b>	<b>4 595</b>	<b>294 689</b>
Recompras (líquidas de vendas)		( 39 398)	( 377)	( 39 775)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2012</b>	<b>128 427</b>	<b>122 269</b>	<b>4 218</b>	<b>254 914</b>

O movimento ocorrido em dívida emitida pelo Banco BPI durante o exercício de 2011, foi o seguinte:

	Obrigações Perpétuas	Outras Obrigações	Títulos de Participação	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 Proforma</b>	<b>394 029</b>	<b>498 294</b>	<b>7 123</b>	<b>899 446</b>
Emissões reembolsadas		( 30 000)		( 30 000)
Recompras (líquidas de vendas)	( 271 423)	( 320 210)	( 2 528)	( 594 161)
Variação cambial	5 821	13 583		19 404
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>128 427</b>	<b>161 667</b>	<b>4 595</b>	<b>294 689</b>

Em 30 de Junho de 2012, as obrigações perpétuas e outras obrigações emitidas pelo Banco BPI apresentam a seguinte composição por maturidade contratual:

	Maturidade		
	2013	2015-2018	Total
<b>Obrigações Perpétuas <sup>1</sup></b>			
EUR	128 427		128 427
	<b>128 427</b>		<b>128 427</b>
<b>Outras Obrigações</b>			
EUR	2 369	119 900	122 269
	<b>2 369</b>	<b>119 900</b>	<b>122 269</b>
<b>Total</b>	<b>130 796</b>	<b>119 900</b>	<b>250 696</b>

<sup>1</sup> Na data da primeira opção call. Após esta data, a remuneração tem um step-up se a opção não for exercida.

Em 31 de Dezembro de 2011, as obrigações perpétuas e outras obrigações emitidas pelo Banco BPI apresentam a seguinte composição por maturidade contratual:

	Maturidade		
	2013	2015-2018	Total
<b>Obrigações Perpétuas <sup>1</sup></b>			
EUR	128 427		128 427
	<b>128 427</b>		<b>128 427</b>
<b>Outras Obrigações</b>			
EUR	2 369	159 298	161 667
	<b>2 369</b>	<b>159 298</b>	<b>161 667</b>
<b>Total</b>	<b>130 796</b>	<b>159 298</b>	<b>290 094</b>

<sup>1</sup> Na data da primeira opção call. Após esta data, a remuneração tem um step-up se a opção não for exercida.

Os Títulos de Participação podem ser reembolsados ao par quer por iniciativa dos participantes com acordo do Banco quer por iniciativa do Banco mediante pré-aviso de 6 meses.

#### 4.23. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Credores e outros recursos</b>		
Recursos consignados	32 091	13 543
Recursos conta cativa	7 874	6 798
Recursos conta caução	14 143	15 090
Sector público administrativo		
IVA a pagar	6 388	4 572
Retenção de impostos na fonte	20 855	14 907
Contribuições para a Segurança Social	4 261	4 379
Contribuições para outros sistemas de saúde	1 363	1 390
Credores por contratos de factoring	13 027	14 177
Credores por fornecimentos de bens	3 472	7 102
Credores por operações de leasing	3 793	3 722
Contribuição devida ao Fundo de Pensões (Nota 4.24)		
Pensionistas e Colaboradores		37 888
Administradores		2 729
Credores diversos	80 042	89 619
Despesas com encargo diferido	( 214)	( 85)
	187 095	215 831
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 4.24)</b>		
Responsabilidades por serviços passados		
Colaboradores		824 169
Administradores		28 429
Valor patrimonial do fundo de pensões		
Pensionistas e Colaboradores		( 786 281)
Administradores		( 25 700)
Alterações das condições do Plano de Pensões por amortizar		
Colaboradores	6 216	
Administradores	( 66)	
	6 150	40 617
<b>Encargos a pagar</b>		
Credores e outros recursos	568	303
Gastos com pessoal	92 868	72 329
Gastos gerais administrativos	18 133	16 953
Contribuições para o Sistema de Indemnização ao Investidor		5 799
Outros	1 072	1 179
	112 641	96 563
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	4 972	5 290
Outras	5 054	4 589
	10 026	9 879
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1 092	4 394
Operações passivas a regularizar	143 304	188 140
Outras operações a regularizar	67 302	61 181
	211 698	253 715
	<b>527 610</b>	<b>616 605</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica encargos a pagar – contribuições para o Sistema de Indemnização ao Investidor refere-se à contribuição a pagar pelo Banco BPI, conforme regulamento da CMVM, relativamente ao processo do Banco Privado Português.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica operações sobre valores mobiliários a regularizar corresponde à compra de valores mobiliários cuja liquidação só foi efectuada no mês seguinte.

A rubrica Responsabilidades com pensões e outros benefícios - outros corresponde ao impacto decorrente da alteração no cálculo do subsídio por morte, de acordo com o Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho, para Colaboradores no activo. De acordo com a IAS 19, na medida em que se trata de uma alteração das condições ao plano, este montante será reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano (Nota 4.24).

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica encargos a pagar gastos com pessoal inclui 25 000 m.euros relativos a acréscimos de custos com um programa de reformas antecipadas que se prevê abranger 120 Colaboradores do Grupo (Nota 4.24) e que será concretizado durante o segundo semestre de 2012.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica operações passivas a regularizar inclui:

- 72 675 m.euros e 75 429 m.euros, respectivamente, de operações relativas a transferências electrónicas interbancárias;
- 10 616 m.euros e 31 292 m.euros, respectivamente, respeitantes a operações com fundos de titularização de créditos.
- 14 546 m.euros e 13 993 m.euros, respectivamente, de operações ATMs/POS a regularizar com a SIBS;
- 3 222 m.euros e 26 362 m.euros, respectivamente, referentes a transferências efectuadas através do SPGT;

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica outras operações a regularizar inclui:

- 38 644 m.euros e 26 202 m.euros, respectivamente, referente a transferências no âmbito da SEPA (*Single Euro Payments Area*);
- 7 440 m.euros e 7 529 m.euros, respectivamente, de reavaliação das opções não exercidas dos programas de RVAs (esta rubrica tem contrapartida nos outros activos);
- 1 872 m.euros e 4 212 m.euros, respectivamente, de liquidações de pagamentos e recebimentos de operações de Leasing/ALD/Factoring.

#### **4.24. Responsabilidades com pensões e outros benefícios**

As responsabilidades por serviços passados de Pensionistas, de Colaboradores e de Administradores que estão, ou estiveram, ao serviço do Banco BPI e cuja cobertura se encontra assegurada por fundos de pensões são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19.

Com a publicação do Decreto-Lei n.1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social, a partir de 1 de Janeiro de 2011, passando a estar cobertos por este regime em matéria de pensões por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, cujos encargos o Banco deixará de suportar. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Na sequência das instruções do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros, o valor das responsabilidades com serviços passados manteve-se inalterado em 31 de Dezembro de 2010. O custo do serviço corrente reduziu-se a partir de 2011 e o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23.6%.

Em relação a estes trabalhadores, mantêm-se a cargo do Banco as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

O Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, prevê a transferência para a Segurança Social das responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 estavam nessa situação e se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (Pilar 1), bem como a correspondente entrega ao Estado de parte dos activos dos fundos de pensões que cobriam as referidas responsabilidades.

O Banco BPI, através do respectivo fundo de pensões, mantém a responsabilidade pelo pagamento (i) das actualizações do valor das pensões referidas anteriormente, de acordo com os critérios previstos no ACT; (ii) dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumidos pelo ACT; (iii) da contribuição sobre as pensões de reforma e sobrevivência para os Serviços de Apoio Médico-Social (SAMS); (iv) do subsídio por morte; (v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente desde que referente ao mesmo trabalhador e (vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012..

O valor dos activos dos fundos de pensões transferidos para o Estado deve ser igual ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social e foi determinado, tendo em consideração os seguintes pressupostos: (i) taxa de desconto de 4 %; (ii) tábuas de mortalidade, nos termos da regulamentação definida pelo Instituto de Seguros de Portugal: população masculina: TV 73/77 menos 1 ano; população feminina: TV 88/90.

A transferência de activos dos fundos de pensões foi constituída na sua totalidade por numerário.

A transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos: (i) até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a 55% do valor actual provisório das responsabilidades; (ii) até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades, como resultado da conclusão do processo de apuramento final das responsabilidades transferidas, realizado por uma entidade independente especializada e contratada para o efeito pelo Ministério das Finanças.

Dado que a transferência para a Segurança Social configura uma liquidação, com a extinção das correspondentes responsabilidades por parte do Banco BPI, a diferença entre o valor dos activos do fundo de pensões transferidos para o Estado Português e o valor das responsabilidades determinado com base em pressupostos actuariais utilizados pelo Banco BPI ascendeu a 99 304 m.euros e foi registada no exercício de 2011 na rubrica de Ganhos e perdas operacionais, conforme previsto no parágrafo 61 do IAS 19. Decorrente do apuramento final das responsabilidades transferidas para o estado e da correspondente transmissão total e definitiva dos activos dos fundos de pensões, resultou uma diferença face aos valores provisórios, apurados no final de 2011 de 1 395 m.euros nas responsabilidades e de 1 523 m.euros no fundo. A diferença positiva entre estes dois valores que ascendeu a 128 m.euros, foi registada em Junho de 2012 na rubrica Ganhos e perdas operacionais.

Decorrente do apuramento final das responsabilidades transferidas para o Estado e da correspondente transmissão total e definitiva dos activos dos fundos de pensões, foram apuradas diferenças, face aos valores provisórios apurados no final de 2011, de 1 395 m.euros nas responsabilidades e de 1 523 m.euros no fundo. A diferença positiva entre estes dois valores que ascendeu a 128 m.euros, foi registada em Junho de 2012 na rubrica Ganhos e perdas operacionais.

Os métodos de valorização actuarial utilizados são o “Projected Unit Credit”, para o cálculo do custo normal e das responsabilidades com serviços passados por velhice, e os Prémios Únicos Sucessivos, para o cálculo dos custos relativos aos benefícios de invalidez e sobrevivência.

A BPI Vida e Pensões é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência bem como a de gerir os fundos de pensões respectivos.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Realizado	
	30 Jun. 12	31 Dez. 11	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Pressupostos demográficos:</b>				
Tábua de mortalidade	TV 73/77-H - 1 ano <sup>1</sup> TV 88/90-M -1 ano <sup>1</sup>	TV 73/77-H - 1 ano <sup>1</sup> TV 88/90-M -1 ano <sup>1</sup>		
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80		
Taxa de rotação do pessoal	0,00%	0,00%		
Decrementos	Por mortalidade	Por mortalidade		
<b>Pressupostos financeiros:</b>				
Taxa de desconto activos	5,83%	5,83%		
Taxa de desconto reformados	5,00%	5,00%		
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	2,00%	2,00%	<sup>2</sup> 1,70%	<sup>3</sup>
Taxa de crescimento das pensões	1,25%	1,25%	<sup>5</sup> 0,00%	<sup>4</sup>
Taxa de rendimento dos activos dos fundos de pensões	5.50%	5,50%	<sup>6</sup> 8,03%	-7,25%

<sup>1</sup> Considerou-se uma esperança de vida superior em um ano face à tábua de mortalidade utilizada.

<sup>2</sup> Taxa apenas apurada anualmente.

<sup>3</sup> Calculada com base na variação dos salários pensionáveis dos trabalhadores que se encontram no activo no início e no final de ano (inclui alterações de nível remuneratório e não reflecte entradas e saídas de Colaboradores).

<sup>4</sup> Corresponde à taxa de actualização da tabela do ACT.

<sup>5</sup> Até à data, não foi fechado o acordo para revisão da tabela de salários e preços.

<sup>6</sup> Taxa relativa ao primeiro semestre de 2012, não anualizada.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da segurança social que, nos termos do ACT do sector bancário, deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento dos salários para efeitos do cálculo da pensão da Segurança Social	3%
Taxa de revalorização dos salários para efeitos do cálculo da pensão da Segurança Social	2%
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social	1,25%
Factor de sustentabilidade	Aumento médio da esperança de vida de 0,1 anos por cada ano

O apuramento das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência do Banco BPI com referência a 30 de Junho de 2012 foi efectuado com base em projecções dos valores da avaliação actuarial de 31 de Dezembro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2011, os Pensionistas e Colaboradores beneficiários de planos de pensões financiados pelos fundos de pensões são em número de:

	30 Jun. 12
Pensionistas por reforma	6 850
Pensionistas por sobrevivência	1 182
Colaboradores em actividade	6 233
Ex-trabalhadores (cláusulas 137 <sup>o</sup> A e 140 <sup>o</sup> do ACTV)	2 729
	<b>16 994</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades por serviços passados de Pensionistas e Colaboradores do Banco BPI e a respectiva cobertura no Fundo de Pensões é:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Responsabilidades totais por serviços passados		
Responsabilidades por pensões em pagamento	448 053	476 824
Das quais : [acréscimo de responsabilidades resultante de reformas antecipadas]		[ 45 991]
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo e de ex-Colaboradores	353 861	347 345
	<b>801 914</b>	<b>824 169</b>
Situação patrimonial dos Fundos de Pensões	882 233	786 281
Contribuições a transferir para o fundo de pensões		37 888
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	80 319	
Grau de cobertura das responsabilidades	110%	100%

Em 31 de Dezembro de 2011 o Banco registou na rubrica Outros Passivos – Contribuições devidas ao fundo de pensões (Nota 4.23) o montante de 37 888 m.euros relativo à contribuição de 2011 efectuada em 2012, após a qual o grau de cobertura das responsabilidades nessa data é de 100%.

A evolução do grau de cobertura das responsabilidades nos últimos cinco anos é a seguinte:

	30 Jun. 12	2011	2010 Proforma	2009	2008
Responsabilidades totais por serviços passados	801 914	824 169	2 286 825	2 255 652	2 278 654
Situação patrimonial dos Fundos de Pensões	882 233	786 281	2 389 354	2 444 033	2 130 010
Contribuições a transferir para o fundo de pensões		37 888	1 297		119 286
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	80 319		103 826	188 381	( 29 358)
Grau de cobertura das responsabilidades	110%	100%	105%	108%	99%

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011 relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados foi o seguinte:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Responsabilidades no início do período	824 169	2 286 825
Custo do serviço corrente		
Do Banco BPI	748	5 432
Dos Colaboradores	1 716	3 403
Custo dos juros	21 964	117 697
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	( 638)	( 235 522)
Reformas antecipadas		45 991
Alteração das condições ao plano - Subsídio por morte		
Activos (Nota 4.23)	( 6 216)	
Reformados	( 32 238)	
Pensões estimadas pelo Fundo de Pensões	( 8 986)	( 130 400)
Transferências		1 715
Transferência parcial de responsabilidades com pensões de reformados e pensionistas para a Segurança Social	1 395	(1 270 972)
<b>Responsabilidades no fim do período</b>	<b>801 914</b>	<b>824 169</b>

O enquadramento legal do subsídio por morte devido pela Segurança Social foi alterado pelo Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho, com aplicação a partir de 1 de Julho, o qual veio estabelecer um limite máximo para o valor do subsídio de morte. Uma vez que no sector bancário o subsídio de morte constitui encargo dos próprios bancos, e que, nos termos do ACT de Sector Bancário, este subsídio é calculado nos termos da legislação da Segurança Social, a publicação do Decreto-Lei nº 133/2012 determinou uma alteração nas condições do plano de benefícios pós reforma a cargo do Banco BPI. De acordo com a IAS 19, o impacto relacionado com Colaboradores no activo será reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano (Nota 4.23) e o impacto relativo a Reformados (32 238 m.euros) é reconhecido integralmente em resultados no período em que se verifica a alteração (Nota 4.37).

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011 no fundo de pensões foi o seguinte:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Situação patrimonial do fundo de Pensões no início do período	786 281	2 389 354
Contribuições efectuadas		
Pelo Banco BPI	37 888	66 798
Pelos Colaboradores	1 716	3 403
Rendimento dos fundos de pensões (líquido)	63 152	( 173 111)
Pensões pagas pelos Fundos de Pensões	( 8 327)	( 131 602)
Transferências		1 715
Transferência parcial de responsabilidades com pensões de reformados e pensionistas para a Segurança Social	1 523	(1 370 276)
<b>Situação patrimonial do Fundo de Pensões</b>	<b>882 233</b>	<b>786 281</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011<sup>1</sup> os elementos que compõem o valor do activo dos Fundos de Pensões apresentam a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Liquidez	2,2%	15,9%
Obrigações Taxa Fixa	25,4%	20,3%
Obrigações Taxa Indexada	7,2%	7,2%
Ações Portuguesas	21,0%	27,3%
Ações Estrangeiras	1,7%	0,0%
Imobiliário	41,1%	26,2%
Outros	1,4%	3,2%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

<sup>1</sup> Em 31 de Dezembro de 2011, considera a totalidade de activos do fundo, incluindo o montante, no valor de 606 052 m.euros, transferido para o Estado Português no final de Junho de 2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro.

No primeiro semestre de 2012 as contribuições efectuadas pelo Banco para o fundo de pensões foram realizadas em dinheiro.

No exercício de 2011 as contribuições efectuadas pelo Banco para o fundo de pensões foram realizadas da seguinte forma: (i) em imóveis no montante de 27 661 m.euros (4.36); (ii) em dinheiro no montante de 1 297 m.euros; e (iii) pela transmissão de 11% da participação no capital social da Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda no montante de 37 840 m.euros.

No primeiro semestre de 2012, o movimento no justo valor dos activos dos fundos de pensões utilizados por entidades do Banco BPI ou representativos de títulos emitidos por essas entidades decompõem-se da seguinte forma:

	31 Dez. 11	Aquisições	Variações no justo valor	Alienações	30 Jun. 12
Justo valor dos activos do plano:					
Instrumentos financeiros emitidos pelo Banco BPI					
Acções	2 721		322		3 043
Obrigações	60 088		( 35)		60 053
	<b>62 809</b>		<b>287</b>		<b>63 096</b>
Imóveis utilizados pelo Banco BPI					
	223 855		( 8 701)		215 154
	<b>286 664</b>		<b>( 8 414)</b>		<b>278 250</b>

No exercício de 2011, o movimento no justo valor dos activos dos fundos de pensões utilizados por entidades do Banco BPI ou representativos de títulos emitidos por essas entidades decompõem-se da seguinte forma:

	31 Dez. 10 Proforma	Aquisições	Variações no justo valor	Alienações	31 Dez. 11
Justo valor dos activos do plano:					
Instrumentos financeiros emitidos pelo Banco BPI					
Acções	7 119		( 4 398)		2 721
Obrigações	79 242		143	19 297	60 088
	<b>86 361</b>		<b>( 4 255)</b>	<b>19 297</b>	<b>62 809</b>
Imóveis utilizados pelo Banco BPI					
	202 363	27 660	( 4 988)	1 180	223 855
	<b>288 724</b>	<b>27 660</b>	<b>( 9 243)</b>	<b>20 477</b>	<b>286 664</b>

Conforme referido na Nota 2.1 e 2.7, no exercício de 2011, o Banco alterou a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na Demonstração de rendimento integral, no período em que ocorrem, conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as despesas com encargo diferido que serão reconhecidas por contrapartida de Resultados Transitados nos termos do Aviso 4/2005 do Banco de Portugal ascendem a 24 522 m.euros e 59 993 m.euros, respectivamente (Nota 4.12).

O movimento ocorrido nos desvios actuariais<sup>1</sup> durante os exercícios de 2007 a 2012 foi o seguinte:

<b>Valor em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>42 885</b>
Actualização acima do previsto da Tabela ACTV	( 2 445)
Alteração de pressupostos actuariais	199 579
Desvios de rendimento do fundo de pensões	( 730 850)
Desvios de pensões pagas	( 115)
Desvios de mortalidade	( 8 000)
Outros desvios	( 1 007)
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>( 499 953)</b>
Amortização de desvios fora do corredor	10 728
Actualização abaixo do previsto da Tabela ACTV	17 231
Alteração de pressupostos actuariais	82 864
Desvios de rendimento do fundo de pensões	194 474
Desvios de pensões pagas	( 1 635)
Desvios de mortalidade	( 5 545)
Outros desvios	( 4 506)
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2009 Proforma</b>	<b>( 206 342)</b>
Amortização de desvios fora do corredor	673
Actualização abaixo do previsto da Tabela ACTV	16 995
Desvios de rendimento do fundo de pensões	( 59 284)
Desvios de pensões pagas	635
Desvios de mortalidade	( 6 621)
Outros desvios	( 1 269)
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2010 Proforma</b>	<b>( 255 213)</b>
Actualização abaixo do previsto da Tabela ACTV	39 317
Alteração de pressupostos actuariais	177 246
Desvios das pensões CGA <sup>2</sup>	16 370
Desvios de rendimento do fundo de pensões	( 299 335)
Desvios de pensões pagas	( 1 202)
Outros desvios	2 590
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>( 320 227)</b>
Desvios de rendimento do fundo de pensões	40 820
Desvios de pensões pagas	660
Outros desvios	638
<b>Valor em 30 de Junho de 2012</b>	<b>( 278 109)</b>
<b>Dos quais:</b>	
Desvios associados às responsabilidades transferidas	( 194 046)
Desvios associados às responsabilidades que permanecem no Banco	( 84 063)

<sup>1</sup> Ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e os valores efectivamente realizados e de alterações nos pressupostos actuarias.

<sup>2</sup> Alteração das regras de apuramento e pagamento das pensões CGA - Caixa Geral de Aposentações, que teve por consequência a redução do valor da pensão a cargo do Banco relativamente aos colaboradores a quem foi reconhecido tempo de serviço na Função Pública.

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras individuais registam nas rubricas juros, ganhos e perdas financeiros com pensões (Nota 4.35), em ganhos operacionais (Nota 4.36) e em custos com o pessoal (Nota 4.37) os seguintes valores relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
Juros, ganhos e perdas financeiros com pensões		
Custo dos juros	21 964	58 556
Rendimento esperado do fundo de pensões	( 22 332)	( 64 508)
	<b>( 368)</b>	<b>( 5 952)</b>
Custos com o pessoal		
Custo do serviço corrente	747	2 838
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas <sup>(1)</sup>	21 000	34 922
Compensação por reformas antecipadas <sup>(2)</sup>	4 000	4 986
Alteração das condições do plano de pensões	( 32 238)	35
	<b>( 6 618)</b>	<b>42 781</b>
Ganhos operacionais	<b>128</b>	
	<b>( 6 490)</b>	<b>42 781</b>

(1) Em Jun 12 refere-se a programa de reformas antecipadas que se prevê abranger 120 colaboradores e que será concretizado durante o segundo semestre de 2012 (nota 4.23).

(2) Em Jun 12 refere-se ao programa indicado na alínea anterior (Nota 4.23).

Os Administradores que integram a Comissão Executiva do Banco BPI, S.A. beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma e sobrevivência. Em 31 de Dezembro de 2006 foi constituído um fundo de pensões para cobertura destas responsabilidades.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões dos Administradores são:

	Pressupostos		Realizado	
	30 Jun. 12	31 Dez. 11	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Pressupostos demográficos:</b>				
Tábua de mortalidade	TV 73/77-H - 1 ano <sup>1</sup>	TV 73/77-H - 1 ano <sup>1</sup>		
	TV 88/90-M - 1 ano <sup>1</sup>	TV 88/90-M - 1 ano <sup>1</sup>		
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80		
Taxa de rotação do pessoal	0,00%	0,00%		
Decrementos	Por mortalidade	Por mortalidade		
<b>Pressupostos financeiros:</b>				
Taxa de desconto	5,50%	5,50%		
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	1,25%	1,25%	<sup>2</sup>	1,20% <sup>3</sup>
Taxa de crescimento das pensões <sup>4</sup>	1,75%	1,75%	0,00%	1,40%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos de pensões	5,50%	5,50%	2,29% <sup>5</sup>	-1,14%

<sup>1</sup> Considerou-se uma esperança de vida superior um ano face à tábua de mortalidade utilizada.

<sup>2</sup> Taxa apenas apurada anualmente

<sup>3</sup> Calculada com base na variação dos salários pensionáveis dos Administradores que se encontram no activo no início e no final de ano.

<sup>4</sup> Aumento igual à taxa de variação do IPC conforme regras do plano de pensões.

<sup>5</sup> Taxa relativa ao primeiro semestre de 2012, não anualizada.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades por serviços passados e respectiva cobertura deste plano apresentam a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Valor actual das responsabilidades por serviços passados:		
Responsabilidades por pensões em pagamento	15 732	15 962
Responsabilidades por serviços passados de Administradores no activo e de ex-Administradores	13 388	12 467
	<b>29 120</b>	<b>28 429</b>
Situação patrimonial do Fundo de Pensões	28 493	25 700
Contribuições a transferir para o fundo de pensões		2 729
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	( 627)	
Grau de cobertura das responsabilidades	98%	100%

Em 31 de Dezembro de 2011 o Banco registou na rubrica Outros Passivos - Contribuição devida ao Fundo de Pensões (Nota 4.23) o montante de 2 729 m.euros relativo à contribuição de 2011 a efectuar em 2012, após a qual o grau de cobertura das responsabilidades nessa data é de 100%.

A evolução do grau de cobertura das responsabilidades nos últimos cinco anos é a seguinte:

	30 Jun. 12	2011	2010 Proforma	2009	2008
Responsabilidades totais por serviços passados	29 120	28 429	26 719	25 213	21 993
Situação patrimonial dos Fundos de Pensões	28 493	25 700	26 756	23 905	19 852
Contribuições a transferir para o fundo de pensões		2 729		1 308	1 511
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	( 627)		37		( 630)
Grau de cobertura das responsabilidades	98%	100%	100%	100%	97%

<sup>1</sup> O fundo de pensões foi constituído em Dezembro de 2006.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011 relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados deste plano foi o seguinte:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Responsabilidades no início do período	28 429	26 719
Custo do serviço corrente	548	1 309
Custo dos juros	794	1 487
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades		( 589)
Pensões a pagar (valor esperado)	( 651)	( 874)
Outros		377
<b>Responsabilidades no fim do período</b>	<b>29 120</b>	<b>28 429</b>

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011 no fundo de pensões foi o seguinte:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Situação patrimonial do Fundo de Pensões no início do período	25 700	26 756
Contribuições efectuadas	2 729	
Rendimento dos Fundos de Pensões (líquido)	588	( 305)
Pensões pagas pelos Fundos de Pensões	( 524)	( 751)
<b>Situação patrimonial do Fundo de Pensões</b>	<b>28 493</b>	<b>25 700</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 os elementos que compõem o valor do activo dos Fundos de Pensões apresentam a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Liquidez	8,1%	15,8%
Obrigações Taxa Fixa	50,4%	37,5%
Obrigações Taxa Indexada	10,2%	6,5%
Acções	28,9%	33,7%
Imobiliário	1,9%	2,2%
Outros	0,5%	4,3%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Conforme referido na Nota 2.1 e 2.7, no exercício de 2011, o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na Demonstração de rendimento integral, no momento em que ocorram, conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2011, as despesas com encargo diferido que serão reconhecidas por contrapartida de Resultados Transitados nos termos do Aviso 4/2005 do Banco de Portugal ascendem a 64 m.euros (Nota 4.12).

O movimento ocorrido nos desvios actuariais durante os exercícios de 2007 a 2012 foi o seguinte:

<b>Valor em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>2 015</b>
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 2 679)
Alteração de pressupostos actuariais	1 062
Desvios de pensões pagas	( 39)
Outros desvios	( 757)
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>( 415)</b>
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	495
Alteração de pressupostos actuariais	891
Desvios de pensões pagas	( 25)
Outros desvios	( 744)
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2009 Proforma</b>	<b>202</b>
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 718)
Desvios de pensões pagas	134
Outros desvios	239
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2010 Proforma</b>	<b>( 143)</b>
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 1 745)
Alteração de pressupostos actuariais	589
Desvios de pensões pagas	123
<b>Valor em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>( 1 176)</b>
Desvios de rendimento dos fundos de pensões	( 198)
Desvios de pensões pagas	127
<b>Valor em 30 de Junho de 2012</b>	<b>( 1 247)</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras individuais registam nas rubricas juros, ganhos e perdas financeiros com pensões (Nota 4.35) e em custos com pessoal (Nota 4.37) os seguintes valores relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões de Administradores:

	<b>30 Jun. 12</b>	<b>30 Jun. 11 Proforma</b>
Juros, ganhos e perdas financeiras		
Custo dos juros	794	725
Rendimento esperado do fundo	( 786)	( 724)
	<b>8</b>	<b>1</b>
Custos com o pessoal		
Custo do serviço corrente	547	667
Custo dos serviços passados	1	
Amortização de desvios actuariais e de alteração dos pressupostos		
Alteração das condições do plano de pensões	2	47
	<b>550</b>	<b>714</b>

#### 4.25. Capital

Em 27 de Abril de 2011, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou um aumento do capital social do Banco BPI de 900 000 m.euros para 990 000 m.euros através da emissão de 90 000 000 acções ordinárias nominativas e escriturais com o valor nominal de 1 euro por incorporação de reservas.

Em 31 de Maio de 2012, a Assembleia Geral de Accionistas concedeu ao Conselho de Administração do Banco BPI uma autorização (válida pelo período de 18 meses) para este:

- a) Adquirir acções do Banco BPI representativas de até 10% do seu capital social, desde que se trate:
  - i) de aquisição realizada em mercado registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (adiante CMVM) por um preço que deverá situar-se dentro de um intervalo correspondente a 120% e 80% da média ponderada da cotação das acções do Banco BPI nas 10 sessões do mercado de cotações oficiais gerido pela Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A (adiante Euronext) anteriores à data da aquisição; ou,
  - ii) de aquisição decorrente de acordo de dação em pagamento destinada a extinguir obrigações emergentes de contratos de financiamento celebrados pelo Banco BPI e desde que às acções seja, para o efeito e por referência à data de celebração daquele acordo, atribuído um valor que não ultrapasse o valor determinado por aplicação do critério definido em (i);
  
- b) Alienar acções do Banco BPI desde que se trate:
  - i) de alienação aos Administradores e Colaboradores do Banco BPI e de sociedades por ele dominadas, de acções, incluindo as que resultem do exercício de opções de compra de acções do Banco BPI por aqueles Administradores e Colaboradores, nos termos e condições constantes do RVA;
  - ou,
  - ii) de alienação a terceiros em que se cumpram os seguintes dois requisitos:
    - 1. alienação em mercado registado na CMVM; e
    - 2. alienação por um preço que não seja inferior a 80% da média ponderada da cotação das acções do Banco BPI nas 10 sessões do mercado de cotações oficiais gerido pela Euronext anteriores à data da alienação;
  
- c) Realizar operações de reporte ou empréstimo de acções do Banco BPI, desde que tais operações sejam realizadas com investidores qualificados que reúnam os requisitos para serem contrapartes elegíveis do Banco BPI, nos termos dos artigos 30º e 317º-D do Código dos Valores Mobiliários

Em 27 de Junho de 2012, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou que as acções do Banco BPI passassem a ser acções sem valor nominal.

Sublinha-se, ainda, que, na mesma Assembleia Geral:

- a) No quadro da aprovação da emissão dos instrumentos financeiros elegíveis para fundos próprios Core Tier 1 (obrigações subordinadas de conversão contingente), no valor nominal global de 1 500 000 m.euros, foram aprovados os aumentos de capital que, se se verificar algum dos eventos de conversão previstos nos respectivos Termos e Condições (que vieram a ser consagrados no Despacho nº 8840-A/2012, do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Junho de 2012), se tornarão necessários;
- b) Foi concedida autorização ao Conselho de Administração para deliberar os aumentos de capital necessários ao exercício da faculdade, prevista no ponto 6.4. daqueles Termos e Condições, de pagamento em acções da remuneração dos instrumentos acima mencionados;
- c) Foi deliberada a supressão do direito de preferência dos accionistas na subscrição dos instrumentos referidos em a) e nos aumentos de capital referidos em b);
- d) Foi concedida autorização ao Conselho de Administração para poder utilizar acções próprias do Banco BPI para efeitos do pagamento em acções da remuneração dos instrumentos acima mencionados.

Em 10 de Julho de 2012, ao abrigo da autorização introduzida nos Estatutos do Banco BPI por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 27 de Junho de 2012, o Conselho de Administração deliberou o aumento de capital social do Banco de 990 000 m.euros para 1 190 000 m.euros, por novas entradas em numerário e com reserva de preferência dos accionistas, deliberação que foi tomada no quadro do Plano de Recapitalização aprovado nessa mesma Assembleia e com o objectivo de reforçar os fundos próprios Core Tier 1 por forma a dar cumprimento aos rácios mínimos estabelecidos pela Autoridade Bancária Europeia e pelo Banco de Portugal (Notas 4.23 e 4.50). Este aumento de capital foi realizado através da emissão de 400 000 000 acções ordinárias, sem valor

nominal, nominativas e escriturais com o valor de emissão de 0.5 euros. O processo do aumento de capital foi concluído em 10 de Agosto de 2012, tendo sido integralmente subscritas as acções oferecidas à subscrição no seu âmbito, pelo que o capital social do Banco BPI passou a ser 1 190 000 m.euros representado por 1 390 000 acções ordinárias, sem valor nominal, nominativas e escriturais.

#### 4.26. Prémios de emissão

O movimento ocorrido nos prémios de emissão no exercício de 2011 e no primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 ( Proforma )</b>	<b>441 306</b>
Utilização de prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos (Nota 4.29)	( 312 874)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>128 432</b>
Utilização de prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos (Nota 4.29)	( 128 432)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2012</b>	

Em 31 de Maio de 2012, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a utilização de 128 432 m.euros de prémios de emissão e de 113 632 m.euros de outras reservas para cobertura de resultados transitados negativos (Nota 4.29).

Em 27 de Abril de 2011, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a utilização de 312 874 m.euros de prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos (Nota 4.29).

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República - I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

#### 4.27. Outros instrumentos de capital e acções próprias

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Outros instrumentos de capital</b>		
Custos com acções a disponibilizar a Colaboradores do Grupo		
RVA 2008		49
RVA 2009	6	12
RVA 2010	79	65
RVA 2011	1	3
RVA 2012	1	
Custos com opções não exercidas (prémios)		
RVA 2007	5 725	5 725
RVA 2008	828	828
RVA 2009	814	814
RVA 2010	449	401
RVA 2011	130	133
RVA 2012	46	
	<b>8 079</b>	<b>8 030</b>
<b>Acções próprias</b>		
Acções a disponibilizar a Colaboradores do Grupo		
RVA 2008		43
RVA 2009	7	14
RVA 2010	4	6
RVA 2011	3	
Acções para cobertura de opções do RVA		
RVA 2007	14 619	14 619
RVA 2008	3 045	3 045
RVA 2009	3 147	3 147
RVA 2010	118	146
	<b>20 943</b>	<b>21 020</b>

A rubrica outros instrumentos de capital inclui o valor dos custos do RVA já periodificados com acções a disponibilizar e opções ainda não exercidas.

O detalhe da informação relacionada com o Programa de Remuneração Variável (RVA) é apresentado na Nota 4.42.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, nas demonstrações financeiras do Banco BPI estão reconhecidas 7 029 802 e 7 071 117 acções próprias, respectivamente, das quais 14 590 e 46 737 correspondem a acções a disponibilizar no âmbito do RVA e cuja propriedade foi transferida para os Colaboradores na data de atribuição.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, o Banco reconheceu, directamente nos capitais próprios, 35 m.euros e 1 218 m.euros de mais valias na venda de acções próprias associadas à cobertura do RVA.

#### 4.28. Reservas de reavaliação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5):		
Instrumentos de dívida		
Títulos	( 703 545)	(1 307 315)
Derivados de cobertura	( 546 620)	( 460 050)
Instrumentos de capital	6 899	7 335
Outros	( 785)	535
Reservas associadas a diferenças cambiais em investimentos em entidades estrangeiras	( 100)	( 100)
	<b>(1 244 151)</b>	<b>(1 759 595)</b>
<b>Reservas por impostos diferidos</b>		
Resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.40):		
Impostos activos	389 362	510 839
Impostos passivos	( 29 134)	( 1 940)
	<b>360 228</b>	<b>508 899</b>
	<b>( 883 923)</b>	<b>(1 250 696)</b>

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação actualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

#### 4.29. Outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Reservas</b>		
Reserva legal	68 377	68 377
Reserva de fusão	( 2 463)	( 2 463)
Desvios actuariais	( 279 356)	( 321 403)
Impostos associados a desvios actuariais	80 441	92 789
Outras reservas	477 768	595 044
	<b>344 767</b>	<b>432 344</b>
Menos valias em acções próprias	( 891)	( 4 510)
Impostos associados a valias em acções próprias	1 139	1 132
Resultados transitados	( 12 647)	( 25 294)
	<b>332 368</b>	<b>403 672</b>

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, o Banco BPI deve destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

No exercício de 2011 foi efectuado um aumento de capital no montante de 90.000 m.euros por incorporação de Reserva legal (Nota 4.25).

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os Resultados transitados incluem (17 767) m.euros e (35 535) m.euros, respectivamente, relativos à amortização de custos com pensões (impacto do IAS 19), nos termos do Aviso 4/2005 do Banco de Portugal e 5 120 m.euros e 10 241 m.euros, respectivamente, relativos a impostos associados a esses custos com pensões.

Em 31 de Maio de 2012, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a utilização de 128 432 m.euros de prémios de emissão e de 113 632 m.euros de outras reservas para cobertura de resultados transitados negativos (Nota 4.26).

Durante o exercício de 2011, foram utilizados prémios de emissão para cobertura de resultados transitados negativos no montante de 312 874 m.euros (Nota 4.26).

No exercício de 2011, o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios (Notas 2.1, 2.7 e 4.24). O enquadramento fiscal desta alteração está previsto na Lei nº 64 – B/2011, de 30 de Dezembro, relativa ao Orçamento de Estado para 2012, que estabelece que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios actuariais serão aceites fiscalmente, em partes iguais, no período de tributação que se inicie em 1 de Janeiro de 2012 e nos nove períodos de tributação seguintes, pelo que foram registados os respectivos impostos diferidos activos (Nota 4.40).

#### 4.30. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	2 100 446	2 305 830
Transacções com recurso	17 500	17 500
Cartas de crédito "stand-by"	13 684	26 349
Créditos documentários abertos	79 659	70 733
Fianças e indemnizações	80	75
	<b>2 211 369</b>	<b>2 420 487</b>
Activos dados em garantia		
Sistema Europeu de Bancos Centrais	11 321 707	7 451 090
Fundo Garantia de Depósitos	72 577	44 442
Sistema de Indemnização aos Investidores	6 218	4 205
Bolsas Estrangeiras	664 447	328 287
Colaterais de titularizações	9 291	
	<b>12 074 240</b>	<b>7 828 024</b>
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Opções sobre activos	54 778	54 780
Linhas de crédito irrevogáveis	1 355	1 152
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	37 613	37 613
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	8 663	9 390
Subscrição de títulos	192 500	179 400
Outros compromissos irrevogáveis	4 955 694	4 970 698
Compromissos revogáveis	2 148 189	2 401 130
	<b>7 398 792</b>	<b>7 654 163</b>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	17 492 998	16 384 177
Por cobrança de valores	142 444	150 259
Por valores administrados pela instituição		769 102
Outros	271	240
	<b>17 635 713</b>	<b>17 303 778</b>

Durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011, o Banco BPI procedeu ao aumento da sua carteira de activos elegíveis para obter financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE). Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica Activos dados em garantia – Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui, respectivamente, 3 756 607 m.euros e 549 450 m.euros de crédito cativo e 7 565 099 m.euros e 6 901 640 m.euros de títulos. Durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011 o Banco recorreu ao financiamento junto do BCE (Nota 4.13).

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro 2011, o saldo da rubrica activos dados em garantia inclui títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento, respectivamente, no montante de 664 447 m.euros e 328 287 m.euros.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos corresponde ao compromisso irrevogável que o Banco BPI assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores corresponde à obrigação irrevogável que o Banco BPI assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica opções sobre activos refere-se a opções sobre acções emitidas pelo Banco BPI no âmbito do programa RVA – Remuneração variável em acções.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica subscrição de títulos em compromissos perante terceiros, corresponde ao valor em que o Banco BPI se compromete a subscrever de papel comercial, caso as emissões não sejam total ou parcialmente colocadas no mercado.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica outros compromissos irrevogáveis inclui, respectivamente, 4 955 291 m.euros e 4 970 294 m.euros relativos à garantia de pagamento de possíveis emissões de papel comercial ao abrigo do programa de “Euro Commercial Paper” do Banco BPI Cayman Ltd.

#### 4.31. Margem financeira estrita

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades	1 153	2 424
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	4 534	6 711
Juros de crédito a Clientes	432 261	393 593
Juros de crédito vencido	2 650	2 560
Juros de títulos detidos para negociação e disponíveis para venda	193 907	147 597
Juros de derivados	256 370	381 094
Juros de devedores e outras aplicações	2 224	1 971
Outros juros e rendimentos similares	2 574	3 036
	<b>895 673</b>	<b>938 986</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos		
De Bancos Centrais	18 894	7 429
De outras Instituições de Crédito	59 100	64 268
Depósitos de Clientes	221 562	134 313
Débitos representados por títulos	82 821	107 249
Juros de vendas a descoberto	2 243	83
Juros de derivados	269 628	392 786
Juros de passivos relacionados com activos não desreconhecidos em operações de titularização	52 224	43 400
Juros de passivos subordinados	3 974	12 063
Outros juros e encargos similares	1 411	1 149
	<b>711 857</b>	<b>762 740</b>

#### 4.32. Rendimento de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Digitmarket - Sist. Inf. - N	50	50
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços	971	969
Unicampus - FEIIP	86	89
Viacer - Soc. Gest. Part. Sociais, S.A.	1 561	
Imofomento	63	
Outros	20	64
<b>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</b>		
Companhia de Seguros Allianz Portugal - N	10 962	13 758
Banco Comercial e de Investimentos SARL (Moçambique)	1 947	1 545
Banco de Fomento Angola, S.A.	64 413	57 493
BPI Gestão de Activos – Gestão de Fundos de Inv. Mob., S.A.	13 500	11 547
BPI – Global Investment Fund Management Company, S.A.		910
BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.	29	25
BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.		3 586
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	995	1 512
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	2 036	2 237
TC Turismo Capital - SCR	114	20
Finangeste – Emp. Financ. de Gestão e Desenv., S.A.	338	1 524
Viacer - Soc. Gest. Part. Sociais, S.A.		2 875
	<b>97 085</b>	<b>98 204</b>

#### 4.33. Comissões líquidas associadas ao custo amortizado

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
<b>Comissões recebidas associadas ao custo amortizado</b>		
De crédito a clientes	16 138	18 468
De outras operações	864	1 042
<b>Comissões pagas associadas ao custo amortizado</b>		
De crédito a clientes	( 3 265)	( 3 671)
De outras operações	( 906)	( 921)
	<b>12 831</b>	<b>14 918</b>

#### 4.34. Comissões líquidas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
<b>Comissões recebidas</b>		
Por garantias prestadas	10 030	10 879
Por compromissos assumidos perante terceiros	930	612
Por serviços bancários prestados	88 263	76 303
Por serviços de mediação de seguros	21 231	21 062
Por operações realizadas por conta de terceiros	2 100	2 653
Outras	461	2 660
	<b>123 015</b>	<b>114 169</b>
<b>Comissões pagas</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	15 927	17 199
Por operações realizadas por terceiros	3 126	3 457
Outras	84	293
	<b>19 137</b>	<b>20 949</b>
<b>Outros proveitos líquidos</b>		
Reembolso de despesas	10 424	11 946
Rendimentos de prestação de serviços diversos	4 053	3 513
Encargos equiparados a comissões	( 5 205)	( 4 561)
	<b>9 272</b>	<b>10 898</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, a rubrica Outras comissões recebidas inclui operações de montagem e estruturação de operações de project finance.

As comissões por prestação de serviços de mediação de seguros apresentam a seguinte repartição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
<b>Ramo Vida</b>		
Poupança	2 012	2 436
Habitação	9 527	8 930
Consumo	1 773	1 538
Outros	2 388	2 618
	<b>15 700</b>	<b>15 522</b>
<b>Ramo Não Vida</b>		
Poupança		
Habitação	2 053	2 076
Consumo	887	1 476
Outros	2 591	1 988
	<b>5 531</b>	<b>5 540</b>
	<b>21 231</b>	<b>21 062</b>

As remunerações por serviços de mediação de seguros foram recebidas integralmente em numerário e mais de 80% das comissões resultaram da intermediação de seguros da Allianz.

As comissões por prestação de serviços de mediação de seguros que se encontram por receber em 30 de Junho de 2012 são registadas numa rubrica de Outros Activos (Nota 4.12).

#### 4.35. Resultados líquidos em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
<b>Ganhos e perdas em operações ao justo valor</b>		
Operações cambiais	3 557	2 985
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida	4 311	639
Instrumentos de capital	( 5 016)	6 673
Instrumentos derivados	( 1 903)	( 5 076)
Outros activos financeiros avaliados ao justo valor através da conta de resultados	503	( 101)
Passivos financeiros de negociação	( 12 501)	399
Activos e passivos cobertos por derivados	118 645	104 582
Instrumentos derivados de cobertura	( 91 308)	( 21 648)
Outras operações financeiras	225	1 112
	<b>16 513</b>	<b>89 565</b>
<b>Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda</b>		
Alienação de créditos a clientes	( 3 111)	175
Activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	20 412	( 536)
Instrumentos de capital	499	79
Outros		212
	<b>17 800</b>	<b>( 70)</b>
<b>Juros, ganhos e perdas financeiros com pensões (Nota 4.24)</b>		
Custo dos juros	( 22 758)	( 59 281)
Rendimento esperado do fundo	23 118	65 232
	<b>360</b>	<b>5 951</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, a rubrica Instrumentos derivados em Activos financeiros detidos para negociação inclui 4 900 m.euros e (6 717) m.euros, respectivamente, referentes a equity swaps, efectuados com Clientes cuja cobertura é feita com acções classificadas na rubrica Instrumentos de capital.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica activos e passivos cobertos por derivados inclui ganhos na recompra de emissões de obrigações próprias no montante 26 325 m.euros, destacando-se as seguintes: Obrigações Hipotecárias - Série 7, 17 107 m.euros, obrigações de taxa fixa BPI Cayman 24/02/36 4,6%, 7 199 m.euros, obrigações subordinadas BPI Step-Up 16/04/2017 e BPI Rendimento Mais 2007, 1 303 m.euros (Notas 4.17 e 4.22).

Em 30 de Junho de 2011, as rubricas activos e passivos cobertos por derivados e instrumentos derivados de cobertura incluem um ganho na recompra de duas emissões de obrigações próprias de 74 238 m.euros (Nota 4.22).

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda – Alienação de créditos a clientes inclui 2 613 m.euros relativos a perdas decorrentes da recompra de operações de titularização de crédito habitação (Notas 4.7 e 4.18).

#### 4.36. Rendimentos e encargos operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
<b>Rendimentos e receitas operacionais</b>		
Ganhos na alienação de investimentos em filiais e associadas	240	
Ganhos em activos tangíveis detidos para venda	366	423
Ganhos em outros activos tangíveis	1 388	15 251
Outras receitas operacionais	1 258	8 026
	<b>3 252</b>	<b>23 700</b>
<b>Encargos e gastos operacionais</b>		
Quotizações e donativos	1 627	1 762
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	2 073	1 661
Perdas em activos tangíveis detidos para venda	165	323
Perdas em outros activos tangíveis e intangíveis	2 357	7 055
Transferência parcial das responsabilidades com pensões para a Segurança Social	( 128)	
Outros gastos operacionais	949	666
	<b>7 043</b>	<b>11 467</b>
<b>Outros impostos</b>		
Impostos indirectos	1 228	1 374
Impostos directos	7 017	6 517
	<b>8 245</b>	<b>7 891</b>

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica Ganhos em outros activos tangíveis inclui 9 649 m.euros relativos à contribuição em espécie (imóveis) para o Fundo de Pensões do Banco BPI (Nota 4.8 e 4.24).

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, a rubrica Outros impostos directos inclui respectivamente 6 441 m.euros e 5 749 m.euros, relativos ao imposto retido sobre os dividendos do Banco de Fomento Angola S.A.

#### 4.37. Custos com o pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
Remunerações	109 614	114 054
Prémios de antiguidade (Nota 2.7)	1 453	1 029
Fundos de pensões (Nota 4.24)	1 297	3 587
Reformas antecipadas (Nota 4.24)	25 000	39 908
Subsídio de morte (Nota 4.24)	( 32 238)	
Encargos sociais obrigatórios	30 653	32 354
Outros custos com o pessoal	3 603	3 479
	<b>139 382</b>	<b>194 411</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, a rubrica remunerações inclui os seguintes custos relativos a remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco BPI:

- 1 851 m.euros e 2 327 m.euros, respectivamente, relativo a remunerações pagas em numerário; e
- 57 m.euros e 128 m.euros, respectivamente, relativo à periodificação de custos com remunerações pagas em acções e opções (RVA) nos termos do IFRS2.

#### 4.38. Efectivos

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, o número de efectivos<sup>1</sup>, em média e no final do período, eram os seguintes:

	30 Jun. 12		30 Jun. 11 Proforma	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Administradores	7	7	7	7
Quadros superiores	445	441	464	461
Outros quadros	4 973	5 028	5 181	5 180
Administrativos	1 031	950	1 307	1 165
Outros colaboradores	118	118	118	118
	<b>6 574</b>	<b>6 544</b>	<b>7 077</b>	<b>6 931</b>

<sup>1</sup> Inclui os efectivos ao serviço das sucursais do Banco BPI no exterior. Inclui 2 Administradores do Banco Português de Investimento que são quadros do Banco BPI.

#### 4.39. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
<b>Gastos gerais administrativos</b>		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	5 160	4 134
Material de consumo corrente	1 874	2 407
Outros fornecimentos de terceiros	232	359
Com serviços		
Rendas e alugueres	21 602	21 995
Comunicação e informática	17 530	19 343
Deslocações, estadas e representações	2 206	2 417
Publicidade e edição de publicações	5 419	6 263
Conservação e reparação	6 587	7 847
Seguros	1 422	1 704
Avenças e honorários	1 181	871
Serviços judiciais, contencioso e notariado	1 261	1 195
Segurança, vigilância e limpeza	2 178	2 405
Serviço de informações	1 076	985
Mão de obra eventual	1 924	1 371
Estudos, consultas e auditoria	3 939	1 582
SIBS	7 022	8 059
Outros serviços de terceiros	6 826	7 947
	<b>87 439</b>	<b>90 884</b>

#### 4.40. Impostos sobre os lucros

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
Impostos correntes sobre os lucros		
Do período	567	13 350
Correcção de exercícios anteriores	21	( 4)
	<b>588</b>	<b>13 346</b>
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	( 5 727)	( 15 964)
Por prejuízos fiscais reportáveis	4 072	500
	<b>( 1 655)</b>	<b>( 15 464)</b>
Contribuição sobre o sector financeiro	<b>6 119</b>	<b>6 977</b>
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>5 052</b>	<b>4 859</b>
Resultado antes de impostos	84 892	103 580
Carga fiscal	6,0%	4,7%

A Lei do Orçamento do Estado, Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, no seu artigo 141º, veio aprovar uma contribuição sobre o sector bancário. No dia 30 de Março de 2011, foram publicadas as condições de aplicabilidade da nova contribuição sobre o sector bancário, através da Portaria nº 121/2011. Face a esta alteração legislativa, o Banco registou nos primeiros semestres de 2012 e 2011, respectivamente, um encargo de 6 119 m.euros e de 6 977 m.euros relativo a esta contribuição.

Adicionalmente, nos primeiros semestres de 2012 e 2011, o Banco reconheceu directamente em resultados transitados impostos sobre lucros no valor de:

- (7) m.euros e 351 m.euros, respectivamente, resultantes de valias em acções próprias reconhecidas em capitais próprios (Nota 4.27);
- 5 120 m.euros e 5 115 m.euros, respectivamente, resultantes de custos com pensões pela amortização do impacto do IAS 19 na transição para as normas de contabilidade ajustadas (NCA).

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, foram igualmente reconhecidos em capitais próprios (12 348) m.euros e 92 789 m.euros, respectivamente, de impostos associados a desvios actuariais com pensões do período (Nota 4.29).

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos primeiros semestres de 2012 e 2011, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	30 Jun. 12		30 Jun. 11 Proforma	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		84 892		103 580
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	31,4%	26 631	28,8%	29 872
Efeito das taxas de imposto aplicadas em sucursais no estrangeiro	-0,1%	( 95)	-0,3%	( 304)
Mais-valias e imparidades em participações (líquidas)	0,1%	63	-1,3%	( 1 358)
Mais-valias em activos tangíveis (líquidas)	0,1%	97	-2,4%	( 2 465)
Dividendos não tributáveis	-35,8%	( 30 386)	-27,0%	( 28 001)
Benefícios fiscais	-1,3%	( 1 143)	-1,0%	( 991)
Impostos sobre dividendos de empresas filiais e associadas	2,5%	2 109	1,7%	1 790
Custos com pensões não aceites	-0,2%	( 199)	0,0%	( 42)
Resultado do Banco BPI Cayman	0,3%	292	0,4%	457
Correcções de exercícios anteriores	0,5%	435	-2,1%	( 2 192)
Contribuição sobre o sector financeiro	7,2%	6 119	6,7%	6 977
Tributação autónoma	0,7%	567	0,5%	503
Diferencial de taxa de imposto nos prejuízos fiscais <sup>1</sup>	1,4%	1 204	0,3%	327
Outros proveitos e custos não relevantes fiscalmente	-0,8%	( 642)	0,3%	286
	6,0%	5 052	4,7%	4 859

<sup>1</sup> O cálculo dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais tem por base a taxa de IRC de 25% e não a taxa nominal de impostos (esta inclui a derrama municipal e estadual).

Os lucros distribuídos ao Banco BPI por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51<sup>o</sup> do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, para o período a que se reportam os resultados. A taxa nominal de imposto decompõe-se da seguinte forma:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
IRC	25,0%	25,0%
Derrama <sup>1</sup> :	6,4%	3,8%
<b>Taxa nominal de imposto (%)</b>	<b>31,4%</b>	<b>28,8%</b>

<sup>1</sup> Taxa média ponderada em função do universo dos municípios em que o Banco BPI possui estabelecimentos estáveis. Inclui também a taxa de 5% relativa à derrama estadual.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais dão também origem ao registo de impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o valor dos impostos diferidos activos e passivos é o seguinte:

	30 Jun. 12	31 Dez. 11
<b>Impostos diferidos</b>		
Activos (Nota 4.11)	728 512	852 580
Passivos (Nota 4.20)	( 35 012)	( 8 108)
	<b>693 500</b>	<b>844 472</b>
<b>Registados por contrapartida de:</b>		
Resultados transitados	243 790	121 665
Outras reservas - desvios actuariais	87 827	92 789
Reserva de reavaliação (Nota 4.28)		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	360 227	508 899
Resultado líquido	1 656	121 119
	<b>693 500</b>	<b>844 472</b>

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante o primeiro semestre de 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31 Dez. 11	Por resultados		Por reservas e res. trans.		Saldo em 30 Jun. 12
		Custos	Proveitos	Aumentos	Diminuições	
<b>Impostos diferidos activos</b>						
Responsabilidades com pensões	9 493	( 12 405)		3 419		507
Reformas antecipadas	29 450		669	1 701		31 820
Campanhas de publicidade	261	( 129)				132
Concurso Banco Universo	170	( 2)				168
Provisões e imparidades tributadas	91 372		14 379			105 751
Prémio de Antiguidade	6 670		46			6 716
Prejuízos fiscais	82 460		( 4 072)			78 388
Desvios actuariais <sup>1</sup>	92 789	( 4 622)			( 340)	87 827
Desvios actuariais após 2011			8 744		( 8 744)	
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	510 867				( 121 926)	388 941
Resultados do Banco BPI Cayman	225					225
RVAs - periodificação	154		10			164
Transferência parcial de responsabilidades com pensões de reformados e pensionistas para a Segurança Social <sup>2</sup>	28 669	( 796)				27 873
	<b>852 580</b>	<b>( 17 954)</b>	<b>19 776</b>	<b>5 120</b>	<b>( 131 010)</b>	<b>728 512</b>
<b>Impostos diferidos passivos</b>						
Reavaliações de imobilizado corpóreo	( 755)		34			( 721)
Reavaliação de títulos	( 443)	( 132)				( 575)
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	( 6 910)	( 61)			( 26 745)	( 33 716)
	<b>( 8 108)</b>	<b>( 200)</b>	<b>34</b>	<b>7</b>	<b>( 26 745)</b>	<b>( 35 012)</b>
	<b>844 472</b>	<b>( 18 154)</b>	<b>19 810</b>	<b>5 127</b>	<b>( 157 755)</b>	<b>693 500</b>

<sup>1</sup> Enquadramento fiscal descrito na Nota 2.1.

<sup>2</sup> Enquadramento fiscal descrito na Nota 2.7.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante o primeiro semestre de 2011 foi o seguinte:

	Saldo em 31 Dez. 10 Proforma	Por resultados		Por reservas e res. trans.		Saldo em 30 Jun. 11 Proforma
		Custos	Proveitos	Aumentos	Diminuições	
<b>Impostos diferidos activos</b>						
Responsabilidades com pensões	8 861	( 3 120)		3 416		9 156
Reformas antecipadas	23 480		5 979	1 699		31 158
Campanhas de publicidade	907	( 323)				584
Concurso Banco Universo	174	( 3)				171
Desvios actuariais	73 645	( 112)		5 920		79 453
Provisões e imparidades tributadas	71 512		12 529			84 041
Prémio de Antiguidade	7 063	( 126)				6 937
Prejuízos fiscais	2 965	( 500)				2 465
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	275 052		163	157 665		432 879
Resultados do Banco BPI Cayman	225					225
RVAs - periodificação	114		20			134
	<b>463 998</b>	<b>( 4 184)</b>	<b>18 690</b>	<b>168 700</b>		<b>647 204</b>
<b>Impostos diferidos passivos</b>						
Reavaliações de imobilizado corpóreo	( 1 878)		1 105			( 773)
Reavaliação de títulos	( 1 463)		992			( 471)
RVAs - cobertura de opções			351		( 351)	
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	( 3 448)	( 1 488)		1 515		( 3 421)
	<b>( 6 789)</b>	<b>( 1 488)</b>	<b>2 447</b>	<b>1 515</b>	<b>( 351)</b>	<b>( 4 666)</b>
	<b>457 209</b>	<b>( 5 672)</b>	<b>21 136</b>	<b>170 215</b>	<b>( 351)</b>	<b>642 537</b>

## 4.41. Riscos financeiros

### Justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado activo. Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efectuam transacções de forma regular.

A valorização de instrumentos financeiros para os quais não existam cotações em mercado activo é descrita nos pontos seguintes.

#### Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor

##### Instrumentos de dívida e instrumentos de capital

Para instrumentos de dívida em que não exista mercado activo, por falta de liquidez e ausência de transacções regulares, são utilizados métodos alternativos de avaliação, nomeadamente:

- avaliação com base em preços de compra de terceiros (bids indicativos) considerados fidedignos;
- avaliação com base no Net Asset Value actualizado e divulgado pelos respectivos gestores;
- avaliação com base em preços indicativos divulgados pelas entidades que participam na estruturação das operações; ou,
- avaliação por realização de testes de imparidade com base nos indicadores de performance das operações subjacentes (grau de protecção por subordinação às tranches detidas, taxas de delinquência dos activos subjacentes, evolução dos ratings).

No caso de acções não cotadas, o justo valor é estimado com base na análise da posição financeira e resultados do emitente, perfil de risco e de valorizações de mercado ou transacções para empresas com características idênticas.

Sempre que não esteja disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, os instrumentos de capital encontram-se reconhecidos ao custo histórico e são sujeitos a testes de imparidade.

##### Instrumentos financeiros derivados

As transacções de derivados financeiros, sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro, sobre acções ou índices de acções, sobre a inflação ou sobre uma combinação destes subjacentes são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-The-Counter) e em mercados organizados (especialmente bolsas de valores).

Para as operações de derivados OTC (swaps, frans, caps, floors e opções normalizadas) a respectiva avaliação é calculada com base em métodos geralmente aceites:

- a partir do valor actual dos fluxos futuros (cash flows), com base na curva de taxa de juro relevante vigente no momento do cálculo (mark to market: ex. swaps) ou,
- por recurso a modelos que procuram determinar o preço a partir de modelos estatísticos (por exemplo Black & Scholes), com base em princípios geralmente aceites no mercado (mark to model: ex. opções).

As técnicas de valorização utilizam como *inputs* variáveis representativas das condições de mercado à data das demonstrações financeiras.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (ex: Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

No caso de derivados em que se tenha verificado incumprimento pela contraparte no pagamento de fluxos contratuais, o justo valor corresponde ao seu valor de substituição na data de liquidação antecipada, ajustado pela expectativa de recebimento.

Na determinação do justo valor de derivados são ainda utilizadas valorizações específicas fornecidas pelas contrapartes das operações ou por entidades externas, assegurando-se neste último caso a fiabilidade da informação fornecida através da monitorização e validação regular das valorizações obtidas, e através de *backtesting* periódico face a operações observáveis no mercado.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 7:

- Nível 1 – cotações em mercado activo

Esta categoria, para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (bids executáveis) divulgados através de plataformas de negociação.

- Nível 2 – técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, incluindo preços observáveis no mercado para activos financeiros em que se tenham observado reduções significativas no volume de transacções, ou em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (bids indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

- Nível 3 – técnicas de valorização utilizando principalmente inputs não baseados em dados observáveis em mercado

Os activos e passivos financeiros são classificados no nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de inputs não observáveis em mercado, nomeadamente:

- acções não cotadas, obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; e
- obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos.

### **Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado**

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco BPI apura o respectivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Nesta nota, estes instrumentos financeiros são apresentados no nível 3, na medida em que se considera que o seu justo valor depende de dados relevantes não observáveis em mercado.

Refira-se que o justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação, não tendo sido determinado com esse objectivo.

As técnicas de valorização utilizadas têm por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respectivos cash flows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

- nas operações interbancárias (Aplicações em instituições de crédito e Recursos de outras instituições de crédito), aplicam-se as curvas de taxa de juro para operações interbancárias na data de referência das demonstrações financeiras.
- nas operações com Clientes (Crédito a clientes e Recursos de clientes e outros empréstimos), considera-se a média ponderada dos spreads sobre as taxas de referência utilizadas pelo Banco no mês anterior para operações similares, considerando para cada classe de produtos uma amostra significativa de operações.
- nas emissões de obrigações (Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados) são aplicadas as taxas de juro de referência e os spreads disponíveis no mercado, tendo em conta o prazo residual e o grau de subordinação. Historicamente eram usadas as curvas do mercado monetário e de swaps para as obrigações hipotecárias e do sector público e as curvas obtidas a partir de estimativas provenientes de cotações de mercado para obrigações não colateralizadas por activos. Em 31 de Dezembro de 2011, dada a falta de outras referências no mercado, foram utilizados pontos da curva de dívida pública portuguesa acrescidos de spread no caso de emissões seniores não colateralizadas por activos tendo essas curvas (mais spreads) passado, em 30 de Junho de 2012, a ser utilizadas para todas as emissões não subordinadas. Para a dívida subordinada foi considerado como valor de referência, em ambas as datas, o valor que ocorreu na recompra de uma emissão subordinada do Grupo BPI efectuada em Dezembro de 2011.

As taxas de referência utilizadas para cálculo dos factores de desconto em 30 de Junho de 2012 são as constantes no seguinte quadro. Para cada conjunto de operações são somados a essas taxas os spreads aplicáveis de acordo com o exposto acima.

	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos	30 anos
EUR	0,37%	0,65%	0,93%	1,21%	0,86%	0,95%	1,31%	1,65%	2,00%	2,28%
GBP	0,62%	0,90%	1,18%	1,68%	0,96%	1,00%	1,27%	1,62%	2,10%	2,97%
USD	0,25%	0,46%	0,73%	1,07%	0,55%	0,63%	0,97%	1,34%	1,76%	2,46%
JPY	0,14%	0,20%	0,33%	0,55%	0,34%	0,34%	0,40%	0,54%	0,84%	1,71%

Nas operações à vista (nomeadamente Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e depósitos à ordem incluídos em Recursos de clientes e outros empréstimos) o justo valor corresponde ao respectivo valor de balanço.

Em 30 de Junho de 2012, o justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumido conforme quadro seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Activos e passivos valorizados ao justo valor						Activos valorizados ao custo histórico (1)	Valor contabilístico total
	Metodologia de apuramento do justo valor				Total Justo valor	Diferença		
	Valor contabilístico (líquido)	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização					
Dados de mercado (Nível 2)			Modelos (Nível 3)					
<i>Activos</i>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	430 610			430 610	430 610			430 610
Disponibilidades em outras instituições de crédito	150 200			150 200	150 200			150 200
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	104 871	81 489	19 674	3 708	104 871			104 871
Activos financeiros disponíveis para venda	13 913 900	6 852 036	86 817	6 975 047	13 913 900		10 763	13 924 663
Aplicações em instituições de crédito	1 023 611			1 023 584	1 023 584	( 27)		1 023 611
Crédito a clientes	26 640 024			24 225 693	24 225 693	(2 414 331)		26 640 024
Provisões para riscos gerais de crédito	( 176 400)			( 39 738)	( 39 738)	136 662		( 176 400)
Derivados de negociação	336 047		270 387	65 660	336 047			336 047
Derivados de cobertura	308 111	986	223 375	83 750	308 111			308 111
	<u>42 730 974</u>	<u>6 934 511</u>	<u>600 253</u>	<u>32 918 514</u>	<u>40 453 278</u>	<u>(2 277 696)</u>	<u>10 763</u>	<u>42 741 737</u>
<i>Passivos</i>								
Recursos de bancos centrais	4 037 663			4 037 584	4 037 584	79		4 037 663
Passivos financeiros detidos para negociação	429	429			429			429
Recursos de outras instituições de crédito	4 893 481			4 925 778	4 925 778	( 32 297)		4 893 481
Recursos de clientes e outros empréstimos	18 543 845			18 569 029	18 569 029	( 25 184)		18 543 845
Responsabilidades representadas por títulos	5 142 901			4 395 290	4 395 290	747 611		5 142 901
Passivos financeiros associados a activos transferidos	8 369 621			7 309 686	7 309 686	1 059 935		8 369 621
Derivados de negociação	332 130	13	266 313	65 804	332 130			332 130
Derivados de cobertura	686 622	49	641 470	45 103	686 622			686 622
Obrigações subordinadas de conversão contingente	1 500 694			1 500 694	1 500 694			1 500 694
Outros passivos subordinados e títulos de participação	255 443			130 108	130 108	125 335		255 443
	<u>43 762 829</u>	<u>491</u>	<u>907 783</u>	<u>40 979 076</u>	<u>41 887 350</u>	<u>1 875 479</u>		<u>43 762 829</u>
	<u>(1 031 855)</u>	<u>6 934 020</u>	<u>( 307 530)</u>	<u>(8 060 562)</u>	<u>(1 434 072)</u>	<u>( 402 217)</u>	<u>10 763</u>	<u>(1 021 092)</u>
Diferenças de valorização de activos financeiros reconhecidas em reservas de reavaliação						(1 244 050)		
<b>Total</b>						<b>(1 646 267)</b>		

(1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2011, o justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumido conforme quadro seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Activos e passivos valorizados ao justo valor					Diferença	Activos valorizados ao custo histórico (1)	Valor contabilístico total
	Metodologia de apuramento do justo valor				Total Justo valor		Valor contabilístico	
	Valor contabilístico (líquido)	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização			Diferença		
Dados de mercado (Nível 2)			Modelos (Nível 3)					
<i>Activos</i>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	223 704			223 704	223 704			223 704
Disponibilidades em outras instituições de crédito	175 914			175 914	175 914			175 914
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	105 374	83 275	16 549	5 550	105 374			105 374
Activos financeiros disponíveis para venda	10 943 659	4 123 162	63 054	6 757 443	10 943 659		10 516	10 954 175
Aplicações em instituições de crédito	2 086 205			2 083 474	2 083 474	( 2 731)		2 086 205
Crédito a clientes	26 779 877			23 732 807	23 732 807	(3 047 070)		26 779 877
Provisões para riscos gerais de crédito	( 179 881)			( 30 858)	( 30 858)	149 023		( 179 881)
Derivados de negociação	312 289	1 194	234 233	76 862	312 289			312 289
Derivados de cobertura	280 338	451	188 093	91 794	280 338			280 338
	40 727 479	4 208 082	501 929	33 116 690	37 826 701	(2 900 778)	10 516	40 737 995
<i>Passivos</i>								
Recursos de bancos centrais	2 499 197			2 499 360	2 499 360	( 163)		2 499 197
Passivos financeiros detidos para negociação	126 340	126 340			126 340			126 340
Recursos de outras instituições de crédito	5 713 931			5 755 667	5 755 667	( 41 736)		5 713 931
Recursos de clientes e outros empréstimos	18 139 497			18 121 544	18 121 544	17 953		18 139 497
Responsabilidades representadas por títulos	6 735 039			6 394 042	6 394 042	340 997		6 735 039
Passivos financeiros associados a activos transferidos	7 765 634			6 497 070	6 497 070	1 268 564		7 765 634
Derivados de negociação	299 155	29	224 604	74 522	299 155			299 155
Derivados de cobertura	662 050	5 727	603 875	52 448	662 050			662 050
Outros passivos subordinados e títulos de participação	295 281			150 350	150 350	144 931		295 281
	42 236 124	132 096	828 479	39 545 003	40 505 578	1 730 546		42 236 124
	(1 508 645)	4 075 986	( 326 550)	(6 428 313)	(2 678 877)	(1 170 232)	10 516	(1 498 129)
Diferenças de valorização de activos financeiros reconhecidas em reservas de reavaliação						(1 759 495)		
<b>Total</b>						<b>(2 929 727)</b>		

(1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados incluídos no nível 3 referem-se principalmente a obrigações valorizadas através de bids indicativos baseados em modelos teóricos ou através de modelos desenvolvidos internamente.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os activos financeiros disponíveis para venda incluídos no nível 3 incluem obrigações colateralizadas por activos (ABS) nomeadamente as obrigações associadas às operações de titularização detidas pelo Banco, e investimentos em private equity.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os derivados de negociação e cobertura incluídos no nível 3 referem-se principalmente a:

- opções ou swaps negociados com clientes em que exista uma componente opcional e respectivas coberturas com o mercado;
- opções embutidas em obrigações estruturadas emitidas pelo Banco BPI, com remuneração indexada a cabazes de acções / índices de acções, commodities e taxas de câmbio, e operações negociadas com o mercado para cobertura do risco opcional destas obrigações.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012 nos activos e passivos classificados no nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

	Detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	Disponíveis para venda	Derivados de negociação (Líquido)	Derivados de cobertura (Líquido)	Total
<b>Activos e passivos financeiros</b>					
<b>Valor de balanço líquido em 31 Dez.10 Proforma</b>	<b>5 550</b>	<b>6 757 443</b>	<b>2 340</b>	<b>39 346</b>	<b>6 804 679</b>
Juros corridos (valor em 31 Dez.10 Proforma)	( 2)	( 9 268)	( 281)	11 202	1 651
Resultados em operações financeiras	1		( 2 769)	( 2 979)	( 5 747)
Valias potenciais	1		( 2 769)	( 2 979)	( 5 747)
Imparidades		( 291)			( 291)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de reavaliação		4 929			4 929
Aquisições	2	276 335			276 337
Vendas / Reembolsos	( 1 845)	( 70 224)			( 72 069)
Transferências para outros níveis		( 1 011)			( 1 011)
Juros corridos (valor em 31 Dez.11)	2	17 134	566	( 8 922)	8 780
<b>Valor de balanço líquido em 31 Dez.11</b>	<b>3 708</b>	<b>6 975 047</b>	<b>( 144)</b>	<b>38 647</b>	<b>7 017 258</b>

As aquisições de Activos disponíveis para venda incluem o montante de 249 442 m.euros relativo às obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 nos activos e passivos classificados no nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

	Detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	Disponíveis para venda	Derivados de negociação (Líquido)	Derivados de cobertura (Líquido)	Total
<b>Activos e passivos financeiros</b>					
<b>Valor de balanço líquido em 31 Dez.10 Proforma</b>	<b>5 230</b>	<b>3 268 235</b>	<b>3 569</b>	<b>28 439</b>	<b>3 305 473</b>
Juros corridos (valor em 31 Dez.10 Proforma)	( 4)	( 5 771)	( 1 424)	24 845	17 646
Resultados em operações financeiras	( 227)	373	( 86)	( 2 736)	( 2 676)
Valias potenciais	( 227)		( 86)	( 2 736)	( 3 049)
Valias efectivas		373			373
Imparidades		( 539)			( 539)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de reavaliação		( 14 409)			( 14 409)
Aquisições	246	3 537 926			3 538 172
Vendas / Reembolsos	( 129)	( 37 824)			( 37 953)
Transferências de outros níveis	432	184			616
Juros corridos (valor em 31 Dez.11)	2	9 268	281	( 11 202)	( 1 651)
<b>Valor de balanço líquido em 31 Dez.11</b>	<b>5 550</b>	<b>6 757 443</b>	<b>2 340</b>	<b>39 346</b>	<b>6 804 679</b>

As aquisições de Activos disponíveis para venda incluem o montante de 3 472 400 m.euros relativo às obrigações emitidas no âmbito da operação de titularização Douro SME Series 2 concretizada em Fevereiro de 2011.

#### Desreconhecimento de instrumentos financeiros

Durante o primeiro semestre de 2012 e o exercício de 2011, não foram desreconhecidos instrumentos financeiros para os quais não fosse possível determinar de forma fiável o justo valor, pelo que o impacto em resultados é nulo.

#### Reclassificação de activos

O Banco BPI procedeu à reclassificação de obrigações de Activos financeiros detidos para negociação para Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5) e Crédito a clientes (Nota 4.7) e à reclassificação de obrigações de Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4.5) para Crédito a clientes (Nota 4.7) de acordo com o seguinte detalhe:

	30 Jun.12			31 Dez.11			Taxa de juro efectiva na data da reclassificação
	Valor de balanço na data da reclassificação	Valor de balanço em 30 Jun.12	Justo valor em 30 Jun.12	Valor de balanço na data da reclassificação	Valor de balanço em 31 Dez. 11	Justo valor em 31 Dez. 11	
<b>Obrigações reclassificadas no exercício de 2008</b>							
Activos financeiros detidos para negociação	( 1 638)			( 1 638)			
Activos financeiros disponíveis para venda	1 638	68	68	1 638	370	370	5,81%
<b>Obrigações reclassificadas no exercício de 2011</b>							
Activos financeiros disponíveis para venda				( 182 184)			
Crédito titulado				182 184	124 030	98 808	11,14%
		<b>68</b>	<b>68</b>		<b>124 400</b>	<b>99 178</b>	

No exercício de 2008, no contexto da falta de liquidez no mercado de obrigações, os preços de valorização possíveis de obter para os títulos em questão não reflectiam cotações num mercado activo com transacções de forma regular. O Banco BPI optou por isso por os reclassificar da carteira de negociação para a carteira de disponíveis para venda. Na determinação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, foram utilizados métodos alternativos de avaliação, conforme descrito anteriormente nesta nota.

No exercício de 2011, dada a significativa diminuição dos volumes transaccionados dos títulos de dívida soberana emitidos pela Grécia, o Grupo BPI reclassificou os títulos da carteira de activos disponíveis para venda para a carteira de crédito titulado pelo seu justo valor na data de reclassificação (31 de Outubro de 2011). Durante o primeiro semestre de 2012, estes títulos foram trocados no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega e os novos títulos recebidos foram registados na rubrica Activos financeiros disponíveis para venda.

À data da reclassificação, para efeitos de determinação da taxa efectiva dos activos reclassificados, o Banco BPI estimou recuperar a totalidade dos fluxos de caixa futuros associados às obrigações objecto de reclassificação, excepto na posição sobre dívida Grega em que se estimou receber metade desses fluxos.

Após a data de reclassificação, os ganhos/(perdas) associadas à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos/(perdas) reconhecidos em reservas e em resultados do exercício para as obrigações reclassificadas na carteira de Activos Financeiros de Negociação, apresentam o seguinte detalhe:

	30 Jun.12			31 Dez.11		
	Ganhos / (perdas) associadas à variação no justo valor não reconhecidas em resultados	Outros ganhos / (perdas) reconhecidas em:		Ganhos / (perdas) associadas à variação no justo valor não reconhecidas em resultados	Outros ganhos / (perdas) reconhecidas em:	
		Reservas	Resultados		Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	( 1)	( 1)	1	970	970	933
	<b>( 1)</b>	<b>( 1)</b>	<b>1</b>	<b>970</b>	<b>970</b>	<b>933</b>

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

Relativamente aos títulos de dívida soberana emitidos pela Grécia reclassificados da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a carteira de crédito titulado não existem impactos não reconhecidos em resultados, dado que foram registadas as correspondentes perdas por imparidade determinadas com base no valor actual dos novos títulos recebidos na Oferta de Troca (explicação apresentada na Secção "Exposição à dívida soberana"). O diferencial entre o valor de balanço líquido de imparidades destes títulos e o seu justo valor, determinado com base nos preços em 31 de Dezembro de 2011, ascende a 25 222 m.euros.

#### Riscos resultantes de Instrumentos financeiros

A avaliação e controlo do Risco é feita no Banco BPI de acordo com as melhores práticas e em cumprimento das normas e regulamentos prudenciais, seguindo os preceitos, definições e valorimetria estipulados, de acordo com as recomendações do Comité de Basileia de Supervisão Bancária nos seus três pilares.

O Relatório de Gestão apresentado em simultâneo com as Notas às demonstrações financeiras do Banco BPI inclui também uma secção relativa à Gestão dos riscos, na qual é apresentada informação complementar sobre a natureza e extensão dos riscos financeiros do Banco BPI.

## Exposição a dívida soberana

Em 30 de Junho de 2012, o Banco BPI tem a seguinte exposição à dívida dos países que solicitaram apoio financeiro à União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

	Valor nominal	Valor de balanço líquido/ Justo valor	Valias líquidas em títulos	Efeito da contabilidade de cobertura	Imparidade reconhecida
<b>Negociação e reavaliados ao justo valor através de resultados</b>	<b>155 928</b>	<b>4 108</b>	<b>436</b>		
Portugal	4 728	3 624	( 48)		
Grécia	151 200	484	484		
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>5 824 832</b>	<b>4 949 864</b>	<b>( 511 268)</b>	<b>( 275 815)</b>	<b>( 16 101)</b>
Portugal	5 318 633	4 594 240	( 482 732)	( 235 015)	
Grécia	151 199	22 645			( 16 101)
Irlanda	355 000	332 979	( 28 536)	( 40 800)	
<b>Total da exposição</b>	<b>5 980 760</b>	<b>4 953 972</b>	<b>( 510 832)</b>	<b>( 275 815)</b>	<b>( 16 101)</b>

O valor de balanço líquido apresentado para as exposições de Portugal e Irlanda corresponde ao justo valor, que foi determinado com base nos preços praticados nos mercados internacionais, estando as valias potenciais e o efeito da contabilidade de cobertura reflectidos em contas próprias de reservas ou de resultados, dependendo dos títulos estarem classificados na carteira de títulos disponíveis para venda ou na carteira de títulos detidos para negociação, respectivamente. No que diz respeito às exposições a Portugal e Irlanda, o Banco BPI considera que em 30 de Junho de 2012 não existe qualquer evidência objectiva de imparidade.

Relativamente à exposição aos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia em 30 de Junho de 2012, estes títulos resultaram da troca, no âmbito do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, dos títulos detidos pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2011, conforme referido abaixo.

Em 21 de Fevereiro de 2012, foram anunciados os termos do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, tendo sido emitidos vários documentos relativamente a esta matéria: “Comunicado do Eurogroup”, “Comunicado do Ministério das Finanças da República Grega” e “Invitation Memorandum da República Grega”. Os principais termos do acordo anunciado foram os seguintes:

- perdão de dívida de 53,5% do valor nominal dos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia detidos pelos privados;
- troca de 46,5% dos anteriores títulos de dívida pública emitidos pela Grécia por:
  - (i) novos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia com um valor nominal total igual a 31,5% do valor nominal dos títulos anteriormente detidos. Estes novos títulos têm maturidade em 2042, com reembolsos parciais a partir de 2023 e a seguinte remuneração: 2% anual até 2015; 3% anual entre 2015 e 2020; 3,65% em 2021 e 4,3% anual após 2021; e
  - (ii) títulos de dívida do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira com maturidade de um e dois anos e com um valor nominal total igual a 15% do valor nominal dos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia anteriormente detidos.
- emissão de títulos da República Grega (“Detachable GDP-Linked Securities”), de valor nominal igual ao valor nominal dos novos títulos da dívida pública grega, que podem ter uma remuneração anual de 1% a partir de 2015 se o Produto Interno Bruto Grego atingir determinadas metas;
- troca dos juros corridos até 24 de Fevereiro de 2012 associados aos anteriores títulos de dívida pública grega por títulos de dívida do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira com maturidade de seis meses.

O Banco BPI decidiu aceitar os termos da Oferta de Troca, tendo a transacção ocorrido em 12 de Março de 2012.

Os termos da Oferta de Troca representaram uma perda de aproximadamente 77%, em termos do valor actual dos novos títulos recebidos na Oferta de Troca face ao valor nominal dos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia detidos pelo Grupo BPI em 31 de Dezembro de 2011. O valor actual dos novos títulos recebidos na Oferta de Troca foi determinado da seguinte forma:

- (i) preços de mercado na data da Oferta de Troca (12 de Março de 2012) dos novos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia e dos títulos de dívida emitidos pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira;
- (ii) actualização dos valores considerados em (i) para 31 de Dezembro de 2011 com base na taxa de juro efectiva original dos anteriores títulos de dívida pública emitidos pela Grécia;

(iii) atribuição de um valor nulo aos títulos da República Grega "Detachable GDP-Linked Securities".

Deste modo, relativamente à exposição aos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia, no exercício de 2011 o Banco BPI registou imparidades de 468 898 m.euros. A determinação destas perdas foi efectuada nos seguintes termos:

- Com referência a 31 de Outubro de 2011, o Banco BPI reconheceu imparidade para os títulos de dívida pública emitidos pela Grécia na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (valor nominal de 480 000 m.euros). As perdas por imparidade registadas em resultados no montante de 400 549 m.euros, tiveram por base o preço de mercado nessa data (36,25%) e incluíram 54 346 m.euros de menos-valias potenciais decorrentes do efeito da contabilidade de cobertura do risco de taxa de juro (Nota 4.5). Estas perdas por imparidade foram reconhecidas na rubrica de Imparidade e outras provisões líquidas.

Dada a significativa diminuição dos volumes transaccionados dos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia, após o reconhecimento da imparidade, o Banco BPI reclassificou estes títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a carteira de crédito titulado em 31 de Outubro de 2011, pelo seu justo valor na data de reclassificação (182 184 m.euros). A taxa de juro efectiva na data da reclassificação foi determinada com base na informação disponível à data e considerando uma expectativa de um valor recuperável equivalente a 50% do capital e juros destas obrigações. Conforme previsto no IAS 39, esta passou a ser a taxa de juro relevante para o cálculo do custo amortizado destes títulos na carteira de Crédito e Outros Valores a Receber, após a reclassificação.

- Após o anúncio dos termos de troca acima referidos, o Banco BPI reconheceu perdas por imparidade adicionais nos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia registados na carteira de Crédito e Outros Valores a Receber no montante de 68 349 m.euros nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2011, incluindo 6 952 m.euros relacionados com o efeito da contabilidade de cobertura. Este montante foi registado em resultados na rubrica de Imparidade e provisões líquidas para crédito e garantias.

Durante o primeiro semestre de 2012 foi concretizada a Oferta de Troca, tendo o Banco BPI recebido os novos títulos emitidos pela Grécia que, por se considerar que existe mercado activo, foram registados na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda. Em 30 de Junho de 2012, o Banco BPI reconheceu imparidade nestes títulos no montante de 16 102 m.euros, determinada com base no respectivo justo valor, de acordo com os preços praticados nos mercados internacionais (Notas 4.5 e 4.19).

O Banco BPI recebeu ainda títulos emitidos pela Grécia indexados ao PIB ("Detachable GDP-Linked Securities"), que pelas suas características de instrumento financeiro derivado foram classificadas na carteira de activos reavaliados ao justo valor através de resultados. Em 30 de Junho de 2012, o Banco BPI reconheceu um ganho na reavaliação destes títulos no montante de 484 m.euros.

Em 30 de Junho de 2012, a exposição do Banco BPI à dívida dos países que solicitaram apoio financeiro à União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, apresenta a seguinte repartição por prazos residuais de vencimento:

<b>Maturidades</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014 a 2019</b>	<b>&gt; 2020</b>	<b>Total</b>
Portugal	833 168	1 540 748	2 150 336	73 612	4 597 864
Grécia				22 646	22 646
Irlanda			332 979		332 979
	<b>833 168</b>	<b>1 540 748</b>	<b>2 483 315</b>	<b>96 258</b>	<b>4 953 489</b>

Os ratings de Portugal, Grécia e Irlanda são os seguintes:

	30 Jun. 12			31 Dez. 11		
	S&P	Moody's	Fitch	S&P	Moody's	Fitch
Portugal	BB	Ba3	BB+	BBB-	Ba2	BB+
Grécia	CCC	C	CCC	CC	Ca	CCC
Irlanda	BBB+	Ba1	BBB+	BBB+	Ba1	BBB+

## Risco de crédito

### Exposição máxima ao risco de crédito

O risco de crédito é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco BPI. Mais informação relativa a este risco, nomeadamente quanto ao processo de gestão para os diversos segmentos de crédito pode ser encontrada na secção relativa à Gestão de Riscos do Relatório de Gestão.

Em 30 de Junho de 2012, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	Valor nominal	Valor contabilístico bruto	Provisões	Valor contabilístico líquido
<b>Patrimoniais</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	150 200	150 200		150 200
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	250 443	104 871		104 871
Aplicações em instituições de crédito	1 024 297	1 024 931	( 1 320)	1 023 611
Activos financeiros disponíveis para venda	14 604 523	14 003 237	( 78 574)	13 924 663
Crédito a clientes	27 008 901	27 141 367	( 657 987)	26 483 380
Derivados:				
De negociação <sup>1</sup>		336 047		336 047
De cobertura		308 111		308 111
	43 038 364	43 068 764	( 737 881)	42 330 883
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Garantias prestadas	2 211 369	2 211 369	( 19 863)	2 191 506
Linhas de crédito irrevogáveis	1 355	1 355	( 13)	1 342
	2 212 724	2 212 724	( 19 876)	2 192 848
	45 251 088	45 281 488	( 757 757)	44 523 731

<sup>1</sup> No balanço este montante é apresentado na linha de Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados.

As provisões para crédito a clientes incluem 156 644 m.euros de provisões para riscos gerais de crédito (crédito concedido).

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	Valor nominal	Valor contabilístico bruto	Provisões	Valor contabilístico líquido
<b>Patrimoniais</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	175 914	175 914		175 914
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	259 806	105 374		105 374
Aplicações em instituições de crédito	2 083 526	2 086 855	( 650)	2 086 205
Activos financeiros disponíveis para venda	12 249 112	11 015 622	( 61 447)	10 954 175
Crédito a clientes	27 180 077	27 297 202	( 675 375)	26 621 827
Derivados:				
De negociação <sup>1</sup>		312 289		312 289
De cobertura		280 338		280 338
	<b>41 948 435</b>	<b>41 273 594</b>	<b>( 737 472)</b>	<b>40 536 122</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Garantias prestadas	2 420 487	2 420 487	( 21 942)	2 398 545
Linhas de crédito irrevogáveis	1 152	1 152	( 11)	1 141
	<b>2 421 639</b>	<b>2 421 639</b>	<b>( 21 953)</b>	<b>2 399 686</b>
	<b>44 370 074</b>	<b>43 695 233</b>	<b>( 759 425)</b>	<b>42 935 808</b>

<sup>1</sup> No balanço este montante é apresentado na linha de Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados.

As provisões para crédito a clientes incluem 158 050 m.euros de provisões para riscos gerais de crédito (crédito concedido).

#### Composição do crédito vencido

Em 30 de Junho de 2012, as aplicações em instituições de crédito e o crédito e juros vencidos não titulados apresentam a seguinte composição por classes de incumprimento:

	Classes de incumprimento					Total
	até 3 meses	de 3 meses a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	de 1 ano a 3 anos	mais de 3 anos	
Crédito vencido						
Valor bruto	22 837	30 383	158 334	271 558	246 297	729 409
Provisões	( 218)	( 3 965)	( 41 792)	( 189 744)	( 234 599)	( 470 318)
	<b>22 619</b>	<b>26 418</b>	<b>116 542</b>	<b>81 814</b>	<b>11 698</b>	<b>259 091</b>

Não inclui provisões para crédito de cobrança duvidosa e para risco-país.

Em 31 de Dezembro de 2011, as aplicações em instituições de crédito e o crédito e juros vencidos não titulados apresentam a seguinte composição por classes de incumprimento:

	Classes de incumprimento					Total
	até 3 meses	de 3 meses a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	de 1 ano a 3 anos	mais de 3 anos	
Crédito vencido						
Valor bruto	37 016	43 716	97 443	255 285	228 126	661 586
Provisões	( 360)	( 5 239)	( 29 188)	( 181 052)	( 215 492)	( 431 331)
	<b>36 656</b>	<b>38 477</b>	<b>68 255</b>	<b>74 233</b>	<b>12 634</b>	<b>230 255</b>

Não inclui provisões para crédito de cobrança duvidosa e para risco-país.

## Colaterais

No âmbito da actividade de concessão de crédito, o Banco recebe, entre outras, as seguintes garantias reais (colaterais):

- hipotecas sobre habitação própria;
- hipotecas sobre imóveis e terrenos;
- depósitos junto do Grupo BPI;
- penhor de valores mobiliários;
- garantias prestadas por outras instituições de crédito.

O justo valor dos colaterais recebidos é apurado com base no valor de mercado tendo em conta as suas especificidades. Por exemplo, os imóveis recebidos em garantia são avaliados através de avaliadores externos ou por unidades do Banco com métodos julgados adequados.

Em 30 de Junho de 2012, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais apresenta a seguinte decomposição:

Grau de cobertura	Crédito com incumprimento			Colaterais <sup>1</sup>		Provisões		
	Vincendo associado a cred. vencido	Vencido	Total	Hipotecas	Outras Gar. Reais <sup>2</sup>	Créd. Vencido	Cred. Cob Duvidosa	Riscos Gerais de Crédito
>=100%	222 530	212 357	434 887	415 844	19 043	121 963	857	1 151
>=75% e <100%	96 293	82 104	178 397	149 715	14 751	54 611	3 015	608
>=50% e <75%	8 040	16 460	24 500	14 363	1 263	12 637	109	68
>=25% e <50%	741	8 815	9 556	3 774	457	5 465	9	6
>=0 e <25%	26 455	6 878	33 333	690	1 545	4 950	10	263
Sem garantia	82 368	402 795	485 163			270 692	4 631	588
<b>Total</b>	<b>436 427</b>	<b>729 409</b>	<b>1 165 836</b>	<b>584 386</b>	<b>37 059</b>	<b>470 318</b>	<b>8 631</b>	<b>2 684</b>

<sup>1</sup> O valor apresentado de Colaterais corresponde ao mínimo entre o justo valor dos colaterais recebidos e o valor em dívida em 30 de Junho de 2012.

<sup>2</sup> Outras garantias reais incluem penhor de depósitos e de valores mobiliários.

Em 31 de Dezembro de 2011, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais apresenta a seguinte decomposição:

Grau de cobertura	Crédito com incumprimento			Colaterais <sup>1</sup>		Provisões		
	Vincendo associado a cred. vencido	Vencido	Total	Hipotecas	Outras Gar. Reais <sup>2</sup>	Créd. Vencido	Cred. Cob Duvidosa	Riscos Gerais de Crédito
>=100%	208 556	222 031	430 587	394 207	36 380	126 606	314	975
>=75% e <100%	71 179	59 011	130 190	111 766	9 418	36 197	2 709	467
>=50% e <75%	1 714	10 507	12 221	6 791	1 132	7 708	174	4
>=25% e <50%	946	3 497	4 443	1 494	327	3 106	9	4
>=0 e <25%	85	2 095	2 180	129	150	1 701	1	
Sem garantia	61 094	364 445	425 539			256 012	1 359	387
<b>Total</b>	<b>343 574</b>	<b>661 586</b>	<b>1 005 160</b>	<b>514 387</b>	<b>47 407</b>	<b>431 330</b>	<b>4 566</b>	<b>1 837</b>

<sup>1</sup> O valor apresentado de Colaterais corresponde ao mínimo entre o justo valor dos colaterais recebidos e o valor em dívida em 31 de Dezembro de 2011.

<sup>2</sup> Outras garantias reais incluem penhor de depósitos e de valores mobiliários.

## Qualidade do risco de crédito (rating)

Nesta secção é apresentada informação relativamente à qualidade do risco de crédito dos principais activos financeiros do Banco BPI, excluindo instrumentos financeiros derivados que são analisados detalhadamente na Nota 4.4.. Relativamente aos activos financeiros para os quais se encontra disponível o rating atribuído pelas agências internacionais de rating (Moody, Standard & Poor e Fitch) foram seguidas as normas constantes na regulamentação prudencial emitida pelo Banco de Portugal, escolhendo-se o segundo melhor no caso de haver ratings externos diferenciados para o mesmo instrumento. No caso de não haver ratings externos específicos para o instrumento em causa são utilizados os ratings externos atribuídos ao emissor para instrumentos com o mesmo grau de subordinação. No caso dos órgãos de poder local, bancos e outras instituições equiparadas, o rating usado é baseado no rating externo atribuído ao Estado onde a referida entidade tenha a sua sede. No caso específico dos bancos centrais parte da zona Euro o rating é AAA. O rating externo é um elemento importante a ter em conta na gestão de posições, sobretudo nas carteiras de títulos, sendo igualmente utilizado para efeitos de cálculo dos ponderadores a utilizar no apuramento do capital prudencial pelo método standard, de acordo com os normativos emitidos pelo Banco de Portugal.

Para o crédito, as exposições sem rating externo atribuído foram divididas pelas classes de rating (para exposição de empresas), por níveis de qualidade (para project finance) ou por scorings (para exposição sobre Clientes particulares). Os ratings, quer internos quer externos, quando existentes, são um indicador com crescente importância para efeitos de gestão interna do crédito no Banco BPI, utilizado pelas equipas responsáveis pelo acompanhamento dos Clientes, com vista a informar a decisão relativa a novos créditos ou a situação das exposições existentes.

Os actuais sistemas de ratings/scorings internos incluem dez classes para operações regulares, de E01/01 (menor probabilidade de incumprimento) a E10/10 (maior probabilidade de incumprimento); duas classes (ED1/D01 e ED2/D02) para “incidentes” (situações em que há atrasos no pagamento inferiores a 60 e 90 dias, respectivamente) e, finalmente, uma classe para incumprimentos (ED3/D03), que ocorre sempre que a falha de pagamento de um dado montante por uma dada contraparte exceda os 90 dias.

As operações de Project Finance têm uma classificação interna distinta das restantes operações de crédito, em função da sua especificidade e que visa indicar a cada momento a qualidade do risco de crédito (de Fraco até Forte).

Em 30 de Junho de 2012 a composição das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rtg Grade Class	Montante	
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	Rtg Externo	AAA a AA-	907 134	
		A+ a A-	2 081	
		BBB+ a BBB-	58 072	
		BB+ a BB-	133 986	
		B+ a B-	2 950	
	N/D	N/D	827	
			Exposição Bruta	1 105 050
			Provisões	1 320
			Exposição Líquida	1 103 730

Nota: A exposição bruta corresponde ao valor nominal ajustado pelas correcções de valor. Não inclui cheques a cobrar.

Em 30 de Junho de 2012 a composição dos títulos em carteira por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rtg Grade Class	Montante	
Títulos	Rtg Externo	AAA a AA-	9 970	
		A+ a A-	5 571 805	
		BBB+ a BBB-	929 391	
		BB+ a BB-	4 791 840	
		B+ a B-	73 856	
	< B-	73 322		
	N/D	N/D	2 657 924	
			Exposição Bruta	14 108 108
			Imparidade	78 574
			Exposição Líquida	14 029 534

Em 30 de Junho de 2012 a composição do crédito a Clientes por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rtg Grade Class	Montante
Crédito a clientes	Rtg Externo	AAA a AA-	7 944
		A+ a A-	9 519
		BBB+ a BBB-	120 260
		BB+ a BB-	1 576 501
		B+ a B-	57 045
	< B-	192 377	
	Rtg Project Finance	Forte	249 480
		Bom	986 323
		Satisfatório	155 724
	Rtg Interno	Fraco	251 879
		E01 a E03	1 908 590
		E04 a E06	2 461 218
		E07 a E10	1 606 806
		ED1 a ED3	533 895
	Scoring	01 a 03	8 148 429
		04 a 06	3 475 902
		07 a 10	971 800
		D01 a D03	657 570
	N/D	N/D	3 682 658
			Exposição Bruta
		Provisões	501 343
		Exposição Líquida	26 552 577

Nota: A exposição bruta corresponde ao valor nominal ajustado pelas correcções de valor.

Em 31 de Dezembro de 2011 a composição das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rtg Grade Class	Montante
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito		AAA a AA-	1 280 984
		A+ a A-	12 191
	Rtg Externo	BBB+ a BBB-	106 956
		BB+ a BB-	754 582
		B+ a B-	2 866
	N/D	N/D	1 776
		Exposição Bruta	2 159 355
		Provisões	650
		Exposição Líquida	2 158 705

Nota: A exposição bruta corresponde ao valor nominal ajustado pelas correcções de valor. Não inclui cheques a cobrar.

Em 31 de Dezembro de 2011 a composição dos títulos em carteira por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rtg Grade Class	Montante
Títulos		AAA a AA-	3 084 498
	Rtg Externo	A+ a A-	2 181 176
		BBB+ a BBB-	961 650
		BB+ a BB-	2 146 475
		B+ a B-	23 516
		< B-	28 764
	N/D	N/D	2 694 917
		Exposição Bruta	11 120 996
		Imparidade	61 447
		Exposição Líquida	11 059 549

Em 31 de Dezembro de 2011 a composição do crédito a Clientes por ratings era a que segue:

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rtg Grade Class	Montante
Crédito a clientes		AAA a AA-	7 729
		A+ a A-	110 662
	Rtg Externo	BBB+ a BBB-	19 456
		BB+ a BB-	1 657 662
		B+ a B-	48 839
		< B-	303 231
		Forte	258 543
	Rtg Project Finance	Bom	977 338
		Satisfatório	143 413
		Fraco	259 609
	Rtg Interno	E01 a E03	1 696 416
		E04 a E06	2 922 064
		E07 a E10	1 650 124
		ED1 a ED3	446 395
		01 a 03	8 012 127
	Scoring	04 a 06	3 086 983
		07 a 10	1 023 528
		D01 a D03	569 497
	N/D	N/D	4 022 350
		Exposição Bruta	27 215 966
	Provisões	517 325	
	Exposição Líquida	26 698 641	

Nota: A exposição bruta corresponde ao valor nominal ajustado pelas correcções de valor.

### Crédito reestruturado

Foram consideradas como operações de crédito reestruturado as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito (podendo ou não estar em incumprimento), após reforço de garantias ou pagamento integral dos juros e outros encargos vencidos, e para as quais não se encontra registada Imparidade por análise individual nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco BPI. Refira-se que as operações de crédito renegociadas com imparidade por análise individual não são apresentadas nesta secção.

A carteira de crédito não titulado e garantias está sujeita à constituição de provisões nas demonstrações financeiras individuais e a imparidades nas demonstrações financeiras consolidadas.

Foram identificadas as seguintes operações de crédito reestruturado, sem imparidade por análise individual, com referência a 30 de Junho de 2012:

	<b>Crédito</b>			<b>Provisões específicas</b>
	<b>Vivo</b>	<b>Vencido</b>	<b>Total</b>	
Sem imparidade				
Empresas	291 721	9 228	300 949	2 620
Particulares				
Habituação	67 266	29 269	96 535	15 951
Outros créditos	32 814	4 912	37 726	3 121
	<b>391 801</b>	<b>43 409</b>	<b>435 210</b>	<b>21 692</b>

### **31 de Dezembro de 2011**

	<b>Crédito</b>			<b>Provisões específicas</b>
	<b>Vivo</b>	<b>Vencido</b>	<b>Total</b>	
Sem imparidade				
Empresas	280 312	3 854	284 166	1 148
Particulares				
Habituação	56 946	26 080	83 026	13 430
Outros créditos	28 438	3 395	31 833	2 485
	<b>365 696</b>	<b>33 329</b>	<b>399 025</b>	<b>17 063</b>

O Banco BPI continua a desenvolver esforços no sentido de melhorar a informação disponível sobre as diversas alterações das operações de crédito ao longo do tempo, nomeadamente sobre situações de reestruturação.

## **Risco de liquidez**

De seguida apresentam-se os mapas preparados com base nos requisitos definidos no IFRS 7 relativamente a Risco de Liquidez, considerando a totalidade dos cash-flows contratuais não descontados que se prevêem vir a ser pagos ou recebidos nos períodos indicados relativos a operações em vida na data de referência.

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros abaixo apresentados são os seguintes:

- no caso de juros dependentes de indexantes de mercado ou outros referenciais apenas determináveis em data futura (por exemplo os juros baseados na Euribor) foram feitas hipóteses quanto ao valor futuro desses referenciais, baseadas no último valor conhecido;
- não são considerados incumprimentos ou reembolsos antecipados (salvo no caso de instrumentos de dívida perpétuos);
- as ações e o crédito vencido são incluídos (pelo seu valor de balanço) na coluna "indeterminado";
- os depósitos à ordem (incluindo juros) e as notas e moedas em "caixa" são considerados na coluna "à vista";
- as operações da carteira de negociação e de todos os derivados, são consideradas nestes mapas pelos cash flows previsionais ou estimados, nas datas contratuais, e não pelo valor de mercado que seria obtido por uma sua eventual alienação a curto prazo.

Em 30 de Junho de 2012, os cash-flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	430 609						430 609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80 752	69 448					150 200
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados		98	2 149	9 469	2 761	90 394	104 871
Activos financeiros disponíveis para venda		1 948 080	1 554 937	2 136 041	8 069 504	216 101	13 924 663
Aplicações em instituições de crédito		969 555	1 170	42 062	11 510		1 024 297
Crédito a clientes		4 463 497	2 074 715	6 753 164	12 988 116	729 409	27 008 901
Derivados de negociação <sup>1</sup>		458 708	902 269	5 186 846	1 801 012		8 348 835
Derivados de cobertura <sup>1</sup>		4 098 389	4 698 362	4 704 330	3 346 262		16 847 343
Cash flow de juros contratuais							
De activos financeiros	1	226 346	1 472 265	2 582 875	3 298 699		7 580 186
De derivados		143 994	275 069	707 563	418 423		1 545 049
	511 362	12 378 115	10 980 936	22 122 350	29 936 287	1 035 904	76 964 954
<b>Passivos</b>							
Recursos de bancos centrais		20 118		4 000 000			4 020 118
Passivos financeiros detidos para negociação				193	236		429
Recursos de outras instituições de crédito		3 856 739	711 624	230 597	71 158		4 870 118
Recursos de clientes e outros empréstimos	4 749 837	6 689 414	5 920 910	895 624	40 364		18 296 149
Responsabilidades representadas por títulos		1 200 097	991 839	2 517 201	279 796		4 988 933
Passivos financeiros associados a activos transferidos				2 203 230	6 161 373		8 364 603
Derivados de negociação <sup>1</sup>		447 509	892 986	5 198 666	1 809 719		8 348 880
Derivados de cobertura <sup>1</sup>		4 098 358	4 690 017	4 703 851	3 333 634		16 825 860
Obrigações subordinadas de conversão contingente				1 500 000			1 500 000
Outros passivos subordinados e títulos de participação			16 268	137 770	100 876		254 914
Cash flow de juros contratuais							
De passivos financeiros		102 828	326 018	1 085 046	257 692		1 771 584
De derivados		132 684	302 252	1 053 900	554 401		2 043 237
	4 749 837	16 547 747	13 851 914	23 526 078	12 609 249		71 284 825

<sup>1</sup> Inclui o valor nominal das operações de swap.

Em 31 de Dezembro de 2011, os cash-flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	223 386						223 386
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75 747	100 167					175 914
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados			138	5 521	35	99 680	105 374
Activos financeiros disponíveis para venda		1 376 880	948 710	788 120	7 622 213	218 252	10 954 175
Aplicações em instituições de crédito		1 983 406	4 836	47 849	47 435		2 083 526
Crédito a clientes		4 370 659	2 483 911	6 638 915	13 025 006	661 586	27 180 077
Derivados de negociação <sup>1</sup>		293 490	652 059	3 875 041	4 009 128		8 829 718
Derivados de cobertura <sup>1</sup>		1 553 720	5 101 418	7 487 042	3 475 323		17 617 503
Cash flow de juros contratuais							
De activos financeiros	318	250 766	1 440 546	2 691 064	4 221 511		8 604 205
De derivados		112 639	334 141	817 246	538 826		1 802 852
	299 451	10 041 727	10 965 759	22 350 798	32 939 477	979 518	77 576 730
<b>Passivos</b>							
Recursos de bancos centrais		496 818		2 000 000			2 496 818
Passivos financeiros detidos para negociação					126 340		126 340
Recursos de outras instituições de crédito		4 204 618	1 182 125	224 570	70 456		5 681 769
Recursos de clientes e outros empréstimos	4 744 839	5 496 008	7 035 786	622 292	52 984		17 951 909
Responsabilidades representadas por títulos		1 123 554	1 592 864	3 340 636	504 299		6 561 353
Passivos financeiros associados a activos transferidos				1 532 441	6 225 797		7 758 238
Derivados de negociação <sup>1</sup>		347 232	644 974	3 852 085	3 984 779		8 829 070
Derivados de cobertura <sup>1</sup>		1 541 193	5 107 869	7 483 977	3 465 993		17 599 032
Outros passivos subordinados e títulos de participação				131 018	163 671		294 689
Cash flow de juros contratuais							
De passivos financeiros		417 257	495 786	620 770	545 439		2 079 252
De derivados		123 094	379 629	1 334 286	774 458		2 611 467
	4 744 839	13 749 774	16 439 033	21 142 075	15 914 216		71 989 937

<sup>1</sup> Inclui o valor nominal das operações de swap.

O Banco acompanha em permanência a evolução da sua liquidez, monitorizando em tempo real as entradas e saídas de fundos. São efectuadas projecções de liquidez de curto e de médio prazo que têm por objectivo ajudar a planear a estratégia de financiamento no mercado monetário e no mercado de capitais. Durante o primeiro semestre de 2012, o Grupo BPI reembolsou dívida de médio e longo prazo no valor de 897 000 m.euros (valor líquido de recompras) e a carteira de títulos foi objecto de reembolsos no valor de 1 228 000 m.euros. No final de Junho de 2012 concretizou-se a emissão de instrumentos de capital core tier 1 no valor de 1 500 000 m.euros, ao abrigo da linha de recapitalização dos bancos portugueses, que foi subscrita integralmente pelo

Estado Português. O valor do financiamento obtido junto do BCE era de 4 000 000 m.euros em Junho de 2012, com maturidade de 1 ano e possibilidade de reembolso antecipado.. O Banco dispõe de uma carteira de activos que pode utilizar para obter financiamento junto do BCE cujo valor líquido das margens de avaliação do BCE, era, em 30 de Junho de 2012, de 9 780 122 m.euros. Deste montante, 4 543 092 m.euros estavam disponíveis para utilização imediata.

## Risco de Mercado

O risco de mercado (taxa de juro, taxa de câmbio, preço das acções, preço de mercadorias e spread) define-se como a possibilidade de incorrer em perdas, devido a variações inesperadas do preço de instrumentos ou de operações (“preço” inclui o valor de um índice, da taxa de juro ou da taxa de câmbio). O risco de spread é o risco proveniente da variabilidade das taxas de juro de algumas contrapartes relativamente à taxa de juro tomada como referência.

A gestão do risco de mercado no Grupo BPI é da responsabilidade da Comissão Executiva para Riscos Globais (CERG) e é diferenciada no que concerne à carteira de negociação (trading) relativamente à restante actividade. No caso específico do risco cambial, a avaliação é feita para a actividade como um todo (trading e não-trading).

Mais informação sobre os riscos de mercado no Grupo BPI está disponível no capítulo Gestão dos Riscos do Relatório de Gestão.

### Carteira de negociação (trading)

As posições de trading são geridas autonomamente pelos traders, dentro dos limites estabelecidos pelo Manual da Sala de Mercados, único para todo o Grupo BPI, aprovado pela Comissão Executiva do Conselho de Administração. A carteira de negociação é definida para efeitos de gestão financeira e de risco de forma independente da classificação contabilística (embora os conceitos coincidam em boa parte) e inclui todo o tipo de instrumentos financeiros negociados pelas Salas de Mercados (derivados, reportes, acções e obrigações) que produzem vários tipos de risco de mercado, nomeadamente os riscos de taxa de juro, acções, cambial, mercadorias e spread.

A avaliação e controlo dos riscos de mercado em operações de trading é executada diariamente mediante o uso de uma rotina de cálculo do VaR – Value at Risk – que utiliza um modelo standartizado (do tipo “variância co-variância”), com base na actividade dos Bancos do Grupo BPI no seu conjunto, pelo que os valores abaixo se referem à actividade consolidada.

O VaR calculado equivale à perda máxima potencial, com um nível de confiança de 99%, resultante de uma evolução desfavorável dos factores de risco num horizonte temporal de duas semanas (factores de risco são as taxas de crescimento dos preços, índices e taxas de juro que informam o valor da carteira, ou que são tomados como representativos desses mesmos preços, índices e taxas). O modelo utiliza como volatilidade dos factores de risco os desvios padrão de amostras históricas dos seus valores com uma dimensão anual e ponderação uniforme. No cálculo do risco global o efeito de diversificação dos investimentos é capturado no modelo a partir da consideração do efeito estatístico da correlação entre factores de risco (a correlação utilizada é calculada a partir de amostras históricas de dimensão anual e ponderação uniforme dos pares de factores de risco relevantes). É assumida uma distribuição normal dos factores de risco, com média zero e desvio padrão que leve ao nível de confiança acima referido.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, o VaR nos livros de trading do Banco foi o seguinte:

	30 Jun.12		30 Jun.11 Pro forma	
	VaR Médio	VaR Máximo	VaR Médio	VaR Máximo
Risco de taxa de juro	2 943	8 131	296	855
Risco cambial	468	1 018	310	1 418
Risco de acções	646	2 610	315	1 527
Mercadorias	1	17		

Nota: A gestão do risco de mercado é efectuada numa base consolidada, pelo que os valores acima apresentados correspondem ao VaR do Grupo.

No cumprimento das suas obrigações legais o Banco BPI produz igualmente informação prudencial para efeitos de controlo pelo supervisor e cálculo do capital regulamentar relativo a riscos de mercado de acordo com metodologia standard constante das normas publicadas pelo Banco de Portugal.

### Carteira bancária (não-trading)

O Comité Financeiro, presidido pelo elemento da Comissão Executiva com o pelouro Financeiro, acompanha e faz a gestão corrente das posições que fazem parte da carteira bancária, a partir de relatórios produzidos para o efeito e dentro das orientações da CERG. Quando necessário é pedida uma reunião extraordinária da CERG para tomada de decisões mais importantes.

### Risco de taxa de juro

De seguida apresentamos a análise de sensibilidade da margem financeira do Banco BPI a uma descida de 2% das taxas de juro de referência, considerando a totalidade dos instrumentos da carteira bancária sensíveis à taxa de juro.

Banda temporal	30 Jun.12			30 Jun.11		
	Margem financeira					
	Posição	Factor de ponderação	Posição ponderada	Posição	Factor de ponderação	Posição ponderada
à vista	1 632 529	2,00%	32 651	1 044 748	2,00%	20 895
à vista - 1 mês	(3 420 549)	1,92%	( 65 675)	(1 027 476)	1,92%	( 19 728)
1 - 2 meses	892 531	1,75%	15 619	404 672	1,75%	7 082
2 - 3 meses	2 612 544	1,58%	41 278	4 003 012	1,58%	63 248
3 - 4 meses	142 659	1,42%	2 026	360 048	1,42%	5 113
4 - 5 meses	( 725 138)	1,25%	( 9 064)	( 284 642)	1,25%	( 3 558)
5 - 6 meses	2 540 403	1,08%	27 436	2 357 173	1,08%	25 457
6 - 7 meses	404 209	0,92%	3 719	339 403	0,92%	3 123
7 - 8 meses	303 482	0,75%	2 276	( 65 844)	0,75%	( 494)
8 - 9 meses	794 282	0,58%	4 607	( 380 589)	0,58%	( 2 207)
9 - 10 meses	( 59 590)	0,42%	( 250)	( 323 917)	0,42%	( 1 360)
10 - 11 meses	129 786	0,25%	324	( 128 117)	0,25%	( 320)
11 - 12 meses	136 216	0,08%	109	( 135 743)	0,08%	( 109)
<b>Total</b>			<b>55 056</b>			<b>97 141</b>

Nota: As posições foram distribuídas pelas colunas de activo, passivo e pelas respectivas classes de maturidade.

Os valores das posições ponderadas indicam uma estimativa do impacto na margem financeira obtida no final dos 12 meses iniciados a 1 de Janeiro do respectivo ano provenientes em cada caso de uma variação única e instantânea de 2% no conjunto das taxas de juro de mercado que afectam as respectivas posições. Assim, o valor do impacto em cada data depende da existência e distribuição no tempo dos gaps de repricing.

O risco de taxa de juro das operações activas e passivas a taxa fixa é coberto através de derivados, ou encontra-se compensado por operações de balanço de perfil de risco inverso. Em 30 de Junho de 2012, o Banco BPI detinha uma posição passiva de 1 500 000 m.euros a taxa fixa, correspondente às obrigações subordinadas de conversão contingente, que era parcialmente compensada por 891 045 m.euros de activos a taxa fixa (dívida pública portuguesa). O GAP de repricing deste conjunto de operações foi parcialmente anulado quando, a 13 de Agosto de 2012, o BPI procedeu ao reembolso antecipado de 200 000 m.euros do passivo. Em 30 de Junho de 2011, o Banco BPI não detinha exposições significativas de médio e longo prazo com taxa de juro fixa ao longo da vida das operações.

### Risco acções

De acordo com os requisitos prudenciais, o Banco BPI apura o impacto da descida de 20% da cotação das acções e das unidades de participação classificadas em Activos financeiros disponíveis para venda e Activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados. A realização deste stress test teve por base as seguintes exposições em acções e unidades de participação:

	31 Jun.12	31 Dez.11
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	17 009	16 549
Activos financeiros disponíveis para venda		
- ao justo valor e sem imparidade	151 463	149 989
Activos financeiros disponíveis para venda		
- ao justo valor e com imparidade	7 275	9 583
Activos financeiros disponíveis para venda valorizados ao custo histórico	10 763	10 516
	<b>186 510</b>	<b>186 637</b>

Nota: Não inclui a carteira de negociação que está incluída no risco de mercado.

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a descida de 20% da cotação dos títulos acima referidos (excepto títulos a custo histórico e unidades de participação em fundos imobiliários e assumindo que não são identificadas situações adicionais de imparidade

face às que existam na data de referência das demonstrações financeiras) traduzir-se-ia numa redução do respectivo justo valor em 35 149 m.euros e 35 225 m.euros, respectivamente, implicando o reconhecimento de um custo no montante de 4 857 m.euros e 5 227 m.euros, respectivamente, sendo a restante desvalorização reflectida na reserva de justo valor.

## Risco cambial

Em 30 de Junho de 2012, a repartição dos activos e passivos financeiros por moeda apresenta a seguinte estrutura:

	Moeda			Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras moedas	
<b>Activos</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	421 148	6 651	2 811	430 610
Disponibilidades em outras instituições de crédito	103 918	7 147	39 127	150 200
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	405 861	34 477	580	440 918
Activos financeiros disponíveis para venda <sup>1</sup>	15 016 918	151 435	360	15 168 713
Aplicações em instituições de crédito	675 152	342 439	6 020	1 023 611
Crédito a clientes	26 302 290	174 148	163 586	26 640 024
Derivados de cobertura	295 250	4 901	7 960	308 111
Outros activos	90 149	135 402	60 028	285 579
	<b>43 310 686</b>	<b>856 600</b>	<b>280 472</b>	<b>44 447 766</b>
<b>Passivos</b>				
Recursos de bancos centrais	4 037 663			4 037 663
Passivos financeiros detidos para negociação	316 275	16 179	105	332 559
Recursos de outras instituições de crédito	3 948 706	908 884	35 891	4 893 481
Recursos de clientes e outros empréstimos	17 241 595	1 136 138	166 112	18 543 845
Responsabilidades representadas por títulos	4 937 391	136 729	68 781	5 142 901
Passivos financeiros associados a activos transferidos	8 369 621			8 369 621
Derivados de cobertura	666 787	19 472	363	686 622
Obrigações subordinadas de conversão contingente	1 500 694			1 500 694
Outros passivos subordinados e títulos de participação	255 443			255 443
	<b>41 274 175</b>	<b>2 217 402</b>	<b>271 252</b>	<b>43 762 829</b>
<b>Operações cambiais a liquidar</b>	<b>(1 391 993)</b>	<b>1 362 700</b>	<b>47 638</b>	<b>18 345</b>
<b>Exposição líquida</b>		<b>1 898</b>	<b>56 858</b>	
<b>Stress Test</b>		<b>380</b>	<b>11 372</b>	

<sup>1</sup> Exclui os valores registados na reserva de justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2011, a repartição dos activos e passivos financeiros por moeda apresenta a seguinte estrutura:

	Moeda			Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras moedas	
<b>Activos</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	213 679	6 842	3 183	223 704
Disponibilidades em outras instituições de crédito	139 776	7 571	28 567	175 914
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	376 123	41 300	240	417 663
Activos financeiros disponíveis para venda <sup>1</sup>	12 566 008	147 301	361	12 713 670
Aplicações em instituições de crédito	1 542 320	534 044	9 841	2 086 205
Crédito a clientes	26 430 994	186 815	162 068	26 779 877
Derivados de cobertura	267 751	5 204	7 383	280 338
Outros activos	54 837	131 386	6	186 229
	<b>41 591 488</b>	<b>1 060 463</b>	<b>211 649</b>	<b>42 863 600</b>
<b>Passivos</b>				
Recursos de bancos centrais	2 499 197			2 499 197
Passivos financeiros detidos para negociação	402 083	23 240	172	425 495
Recursos de outras instituições de crédito	4 722 806	927 736	63 389	5 713 931
Recursos de clientes e outros empréstimos	16 907 014	1 083 629	148 854	18 139 497
Responsabilidades representadas por títulos	6 526 842	140 570	67 627	6 735 039
Passivos financeiros associados a activos transferidos	7 765 634			7 765 634
Derivados de cobertura	641 386	20 200	464	662 050
Outros passivos subordinados e títulos de participação	295 281			295 281
	<b>39 760 243</b>	<b>2 195 375</b>	<b>280 506</b>	<b>42 236 124</b>
<b>Operações cambiais a liquidar</b>	<b>(1 136 353)</b>	<b>1 128 031</b>	<b>51 947</b>	<b>43 625</b>
<b>Exposição líquida</b>		<b>( 6 881)</b>	<b>( 16 910)</b>	
<b>Stress Test</b>		<b>( 1 376)</b>	<b>( 3 382)</b>	

<sup>1</sup> Exclui os valores registados na reserva de justo valor.

O stress test realizado consiste em avaliar o impacto da variação de 20% no câmbio de cada moeda contra o euro. Os valores apresentados são valores absolutos e correspondem ao impacto potencial (antes de impostos) no total dos capitais próprios.

## Contabilidade de cobertura

O Banco BPI aplica Contabilidade de Cobertura de justo valor em várias linhas de negócio, entre as quais a cobertura de:

- depósitos a taxa fixa;
- emissões de dívida a taxa fixa;
- emissões de dívida estruturada;
- títulos em carteira remunerados a taxa fixa.

O Banco BPI dispõe de relações de cobertura “back-to-back” e de macro-coberturas.

O Banco BPI assegura a cobertura do risco de taxa de juro e do risco cambial associado aos elementos cobertos acima descritos.

Os principais instrumentos de cobertura utilizados para o efeito são swaps de taxa de juro e os forwards cambiais.

De referir que a aplicação de Contabilidade de Cobertura permite eliminar o “accounting mismatch” que resultaria do reconhecimento ao custo amortizado dos elementos cobertos, enquanto os instrumentos de cobertura (instrumentos financeiros derivados) teriam de ser obrigatoriamente registados ao justo valor através de resultados. O valor dos instrumentos financeiros cobertos é a sua exposição (valor nominal contratado).

Em 30 de Junho de 2012, os saldos de balanço relativos a elementos cobertos e a instrumentos de cobertura têm a seguinte decomposição:

Tipo de coberturas de justo valor	Elementos cobertos					Instrumentos de cobertura			
	Montante nominal	Juros, prémios e valias potenciais	Provisões	Correcções de valor	Total	Montante nominal	Juros e prémios	Reavaliação	Justo valor
<b>Activos</b>									
Crédito a clientes	496 455	4 149	( 4 653)	45 019	540 970	559 693	( 6 786)	( 45 532)	( 52 318)
Títulos em carteira a taxa fixa	4 142 500	(1 198 461)		546 620	3 490 659	4 543 936	( 32 935)	( 547 637)	( 580 572)
	<b>4 638 955</b>	<b>(1 194 312)</b>	<b>( 4 653)</b>	<b>591 639</b>	<b>4 031 629</b>	<b>5 103 629</b>	<b>( 39 721)</b>	<b>( 593 169)</b>	<b>( 632 890)</b>
<b>Passivos</b>									
Recursos de instituições de crédito	76 791	380		10 251	87 422	56 893	15	15	30
Depósitos de clientes	6 414 119	93 884		43 454	6 551 457	7 017 190	77 446	22 733	100 179
Emissões de dívida	4 150 918	30 743		106 281	4 287 942	4 981 791	15 460	138 710	154 170
	<b>10 641 828</b>	<b>125 007</b>		<b>159 986</b>	<b>10 926 821</b>	<b>12 055 874</b>	<b>92 921</b>	<b>161 458</b>	<b>254 379</b>

Não foi incluído neste quadro o montante nominal das opções embutidas.

Em 31 de Dezembro de 2011, os saldos de balanço relativos a elementos cobertos e a instrumentos de cobertura têm a seguinte decomposição:

Tipo de coberturas de justo valor	Elementos cobertos					Instrumentos de cobertura			
	Montante nominal	Juros, prémios e valias potenciais	Provisões	Correcções de valor	Total	Montante nominal	Juros e prémios	Reavaliação	Justo valor
<b>Activos</b>									
Aplicações em instituições de crédito	100 000	2 706		83	102 789	108 981	( 679)	( 8 147)	( 8 826)
Crédito a clientes	999 629	( 290 663)	( 66 296)	35 889	678 559	840 455	( 7 375)	( 58 504)	( 65 879)
Títulos em carteira a taxa fixa	5 172 500	(1 537 298)		460 050	4 095 252	6 070 817	( 61 332)	( 461 861)	( 523 193)
	<b>6 272 129</b>	<b>(1 825 255)</b>	<b>( 66 296)</b>	<b>496 022</b>	<b>4 876 600</b>	<b>7 020 253</b>	<b>( 69 386)</b>	<b>( 528 512)</b>	<b>( 597 898)</b>
<b>Passivos</b>									
Recursos de instituições de crédito	65 792	812		8 793	75 397	65 835	658	8 778	9 436
Depósitos de clientes	5 631 407	78 829		30 031	5 740 267	5 979 808	53 817	11 713	65 530
Emissões de dívida	5 203 267	37 077		111 769	5 352 113	6 578 923	14 255	126 966	141 221
	<b>10 900 466</b>	<b>116 718</b>		<b>150 593</b>	<b>11 167 777</b>	<b>12 624 566</b>	<b>68 730</b>	<b>147 457</b>	<b>216 187</b>

Não foi incluído neste quadro o montante nominal das opções embutidas.

São apresentados os montantes nominais dos elementos cobertos para os quais se encontra a ser aplicada contabilidade de cobertura. O valor nominal dos instrumentos de cobertura apresentado corresponde ao somatório dos nominais dos derivados de cobertura contratados, incluindo os forward start (swaps e futuros), pelo que este valor nominal pode ser superior aos valores nominais dos elementos cobertos. Para um determinado activo ou passivo (nomeadamente em títulos de taxa fixa) podem existir vários derivados a cobrir os respectivos fluxos futuros.

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos instrumentos financeiros derivados de cobertura e nos elementos cobertos foram os seguintes:

Tipo de coberturas de justo valor	30 Jun. 12	30 Jun. 11
Derivados de cobertura	( 91 308)	( 21 648)
Aplicações em ICs	( 83)	( 979)
Crédito a clientes	9 130	( 7 201)
Títulos em carteira a taxa fixa	96 272	( 50 926)
Recursos de ICs	( 1 458)	1 896
Depósitos de clientes	( 13 423)	15 570
Emissões de dívida	28 207	146 222
	<b>118 645</b>	<b>104 582</b>
	<b>27 337</b>	<b>82 934</b>

Em 30 de Junho de 2012 e 2011, a rubrica ganhos em emissões de dívida inclui 26 325 m.euros e 74 238 m.euros, respectivamente, relativos a ganhos na recompra de obrigações próprias.

#### 4.42. Programa de remuneração variável em acções (RVA)

O Programa de Remuneração Variável em Acções (RVA) é um programa que prevê que, sempre que seja decidida a atribuição de remuneração variável aos Administradores Executivos e aos Colaboradores do Grupo BPI (neste caso, desde que superior a 2500 euros), esta seja, em parte, composta por acções representativas do capital social do Banco BPI (acções BPI) e em opções de compra de acções BPI. A parcela de remuneração variável individual que corresponde ao RVA oscila entre 10% e 50%, sendo a percentagem tanto maior quanto maior for o nível de responsabilidade do seu beneficiário.

No que respeita aos Colaboradores as acções atribuídas no âmbito do RVA transmitem-se, na sua totalidade, na data da atribuição, para a titularidade dos mesmos, mas essa transmissão fica, quanto a 75% das acções em causa, sujeita a condição resolutive (traduzida na cessação da relação laboral, salvo se feita com justa causa do Colaborador), sujeição essa que cessa de uma forma gradual ao longo dos três anos seguintes à data de atribuição (25% em cada ano). As opções de compra de acções podem ser exercidas entre o 90º dia e o quinto ano a contar da data de atribuição. A cessação da relação laboral do Colaborador com o Grupo BPI afecta, também, nos termos previstos no Regulamento do RVA, as opções atribuídas.

No que respeita aos Administradores Executivos, até ao RVA 2009, inclusive, as condições de atribuição das acções e opções sobre acções eram idênticas às referidas anteriormente para os Colaboradores. A partir do RVA 2010, as acções e as opções sobre acções atribuídas aos Administradores Executivos no âmbito do RVA ficam sujeitas à seguinte condição suspensiva: a situação líquida do Banco BPI, apurada com base nas suas contas consolidadas relativas ao terceiro exercício posterior àquele a que respeita a remuneração variável ser de valor superior à situação líquida do Banco BPI, apurada com base nas suas contas consolidadas relativas ao exercício a que respeita a remuneração variável, observados, para o efeito, os pressupostos previstos no Regulamento do RVA. A atribuição de acções fica, ainda, sujeita, também como condição suspensiva, à não verificação da cessação da relação de administração ou laboral nos termos previstos pelo Regulamento do RVA. Para além das condições referidas, a atribuição de acções fica também sujeita a um termo suspensivo de 3 anos a contar da data de atribuição, o período de exercício para as opções sobre acções inicia-se após o decurso desse mesmo prazo.

Durante o período do investimento público, não serão pagas aos membros da Comissão Executiva do Banco BPI quaisquer remunerações variáveis, isto sem prejuízo de a Comissão de Remunerações poder continuar a realizar anualmente a avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração e a determinação do valor da remuneração variável que lhes caberia por aplicação das regras da Política de Remuneração aprovadas pela Assembleia Geral de Abril de 2011, valor esse cujo pagamento ficará dependente de uma decisão da Comissão de Remunerações então em funções, a tomar após o reembolso integral do investimento público.

No RVA 2007, os colaboradores cujo montante de remuneração variável atribuído foi superior ou igual a 2 500 euros e inferior ou igual a 10 000 euros puderam optar, por receber esse valor totalmente em "cash". Nos RVAs 2008, 2009, 2010 e 2011 os Administradores Executivos e os colaboradores, cujo montante de remuneração variável atribuído foi superior ou igual a 2 500 euros, puderam optar por receber a remuneração variável totalmente em "cash", sem prejuízo da aplicação das regras do diferimento da disponibilização e sujeição à Condição de Acesso acima referidos ao valor de até 50% da remuneração variável paga aos Administradores Executivos.

Em 2006 não houve RVA por o Banco se encontrar sob uma oferta pública de aquisição. Todos os outros programas de RVA mantêm-se em vigor, nas condições referidas nesta nota.

O preço de atribuição das acções resulta da média ponderada pelas quantidades transaccionadas das cotações das acções BPI nas últimas dez sessões de bolsa anteriores à data de atribuição das referidas acções. O preço de atribuição das acções corresponde igualmente ao preço de exercício das opções.

A disponibilização das acções e das opções sobre acções aos Administradores Executivos está condicionada a uma cláusula suspensiva, conforme descrito anteriormente. Os preços de atribuição bem como o período de disponibilização das acções e das opções sobre acções encontram-se resumidos nos quadros seguintes:

Programa	Acções		
	Data de atribuição	Valor de atribuição	Data de disponibilização
RVA 2010	29-04-2011	1,25	29-04-2014

Programa	Opções			
	Data de atribuição	Preço de exercício (1)	Período de exercício	
			De	A
RVA 2010	29-04-2011	1,13	29-04-2014	29-04-2017

(1) Preço de exercício após o efeito do aumento de capital do BBPI, realizado em Maio de 2011.

A disponibilização das acções (nos três anos subsequentes à atribuição) está condicionada à permanência dos Colaboradores no Grupo BPI. Os preços de atribuição (os preços abaixo, depois de 2007, estão corrigidos após o aumento de capital ocorrido em Maio de 2011), bem como o período de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Programa	Acções				
	Data de atribuição	Valor de atribuição	Data de disponibilização das tranches		
			2ª	3ª	4ª
RVA 2007	21-03-2008	3,33	21-03-2009	21-03-2010	21-03-2011
RVA 2008	16-03-2009	1,29	16-03-2010	16-03-2011	16-03-2012
RVA 2009	11-03-2010	1,76	11-03-2011	11-03-2012	11-03-2013
RVA 2010	29-04-2011	1,25	29-04-2012	29-04-2013	29-04-2014
RVA 2011	28-05-2012	0,37	28-05-2013	28-05-2014	28-05-2015

As opções são exercíveis pelos Colaboradores entre o 90º dia e o final do 5º ano a contar da data de atribuição. A cessação da permanência dos Colaboradores no Grupo BPI interfere com o vencimento e exercício das opções.

Os preços de exercício das opções, bem como o respectivo período de exercício encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Programa	Opções			
	Data de atribuição	Preço de exercício (1)	Período de exercício	
			De	A
RVA 2005	23-02-2006	4,27	24-05-2006	23-02-2011
RVA 2007	21-03-2008	2,91	23-06-2008	21-03-2013
RVA 2008	16-03-2009	1,29	17-06-2009	16-03-2014
RVA 2009	11-03-2010	1,76	12-06-2010	11-03-2015
RVA 2010	29-04-2011	1,13	30-07-2011	29-04-2016
RVA 2011	28-05-2012	0,37	29-08-2012	28-05-2017

(1) Preço de exercício após o efeito do aumento de capital do BBPI, realizado em Maio de 2011.

O número de colaboradores abrangidos pelos programas RVA 2011 e RVA 2010 é o seguinte:

	RVA 2011	RVA 2010
Administradores	0	6
Colaboradores	54	85
	54	91

O custo do total dos Programas RVA de Administradores e Colaboradores do Banco BPI encontra-se resumido no quadro seguinte:

Programa	Custo total		
	Acções	Opções	Total
RVA 2001	1 790	1 790	3 580
RVA 2002	1 974	1 974	3 948
RVA 2003	2 611	1 765	4 376
RVA 2004	3 211	1 768	4 979
RVA 2005	3 338	2 507	5 845
RVA 2007	2 446	4 461	6 907
RVA 2008	113	441	554
RVA 2009	27	608	635
RVA 2010	27	544	571
RVA 2011	8	187	195
RVA 2012	3	80	83
	<b>15 548</b>	<b>16 125</b>	<b>31 673</b>

Os valores do programa RVA 2012 são estimados para o exercício.

## MODELO DE VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CAPITAL ATRIBUÍDOS AOS COLABORADORES DO GRUPO BPI

### Acções

Para as remunerações variáveis em acções, o Banco adquire uma carteira de acções BPI e transmite a propriedade das acções para os Colaboradores na data de atribuição do RVA.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, o movimento ocorrido no número de acções ainda não disponibilizadas aos Colaboradores do Banco BPI, bem como o justo valor dos respectivos instrumentos de capital é o seguinte:

	RVA 2008			RVA 2009			RVA 2010			RVA 2011		
	Número	Justo valor		Número	Justo valor		Número	Justo valor		Número	Justo valor	
		Na data de Atribuição	Na data de Referencia		Na data de Atribuição	Na data de Referencia		Na data de Atribuição	Na data de Referencia		Na data de Atribuição	Na data de Referencia
Acções atribuídas até 2010	125 322	177	174	13 825	27	19						
Acções disponibilizadas até 2010	60 835	86	84	3 496	7	5						
Acções disponibilizadas antecipadamente até 2010	5 659	8	8									
Acções recusadas até 2010												
Acções não disponíveis em 31 de Dezembro de 2010	58 828	83	81	10 329	20	14						
Acções não disponíveis em 31 de Dezembro de 2010 de Participadas	1 462	2	2	834	2	1						
<b>Total de Acções não disponíveis em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>60 290</b>	<b>85</b>	<b>83</b>	<b>11 163</b>	<b>22</b>	<b>15</b>						
Acções atribuídas em 2011	2 981	4	1	714	1		7 059	8	3			
Acções disponibilizadas em 2011	29 414	38	14	3 403	6	2	1 651	2	1			
Acções disponibilizadas antecipadamente em 2011				120								
Acções recusadas em 2011												
Acções não disponíveis em 31 de Dezembro de 2011	32 395	42	16	7 520	13	4	5 408	6	3			
Acções não disponíveis em 31 de Dezembro de 2011 de Participadas	803	1		611	1							
<b>Total de Acções não disponíveis em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>33 198</b>	<b>43</b>	<b>16</b>	<b>8 131</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>5 408</b>	<b>6</b>	<b>3</b>			
Acções atribuídas em 2012										9 168	3	5
Acções disponibilizadas em 2012	32 395	42	17	3 731	7	2	1 780	2	1	2 301	1	1
Acções disponibilizadas antecipadamente em 2012												
Acções recusadas em 2012												
Acções não disponíveis em 30 de Junho de 2012				3 789	7	2	3 628	4	2	6 867	3	4
Acções não disponíveis em 30 de Junho de 2012 de Participadas				306	1							
<b>Total de Acções não disponíveis em 30 de Junho de 2012</b>				<b>4 095</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>3 628</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>6 867</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Em caso de morte, invalidez ou reforma do Colaborador, as acções indisponíveis são antecipadamente disponibilizadas, passando a estar livremente à sua disposição ou à disposição dos respectivos herdeiros.

As acções recusadas incluem as acções atribuídas mas não disponíveis, às quais os colaboradores perderam o direito por terem deixado de estar ao serviço do Banco.

## Opções

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, o movimento ocorrido no número de opções sobre ações em circulação detidas pelos Colaboradores do Banco BPI (opções que podem ser exercidas), bem como o respectivo justo valor é o seguinte:

	RVA 2005			RVA 2007			RVA 2008			RVA 2009			RVA 2010			RVA 2011		
	Justo valor			Justo valor			Justo valor			Justo valor			Justo valor			Justo valor		
	Número	Na data de Atribuição	Na data de Referencia	Número	Na data de Atribuição	Na data de Referencia	Número	Na data de Atribuição	Na data de Referencia	Número	Na data de Atribuição	Na data de Referencia	Número	Na data de Atribuição	Na data de Referencia	Número	Na data de Atribuição	Na data de Referencia
Opções atribuídas até 2010	5 658 488	2 444	1	11 325 405	4 462	170	2 539 502	950	635	1 622 121	595	230						
Opções de Colaboradores transferidos para o Banco BPI																		
Opções disponibilizadas até 2010	5 658 488	2 444	1	11 325 405	4 462	170	2 539 502	950	635	1 622 121	595	230						
Opções canceladas até 2010	10 581	5		154 452	61	2												
Opções exercidas até 2010	3 538 043	1 528		1 878	1		952 440	356	238									
Opções em circulação e exercíveis em 31 de Dezembro de 2010	2 109 864	911		11 169 075	4 401	168	1 587 062	594	397	1 622 121	595	230						
Opções exercíveis em 31 de Dezembro de 2010 de Participadas	734 527	317		3 371 274	1 328	51	632 373	237	158	457 871	168	65						
Total de opções exercíveis em 31 de Dezembro de 2010	2 844 391	1 228		14 540 349	5 729	219	2 219 435	831	555	2 079 992	763	295						
Opções em circulação em 31 de Dezembro de 2010	2 109 864	911		11 169 075	3 999		1 587 062	540	9	1 622 121	542	4						
Opções atribuídas em 2011	3 705	2		1 026 968	368		155 056	53	1	162 116	54		743 177	187	14			
Opções disponibilizadas em 2011	3 705	2		1 026 968	368		155 056	53	1	162 116	54		743 177	187	14			
Opções canceladas em 2011	2 113 569	913		11 946	4		4 853	2										
Opções exercidas em 2011																		
Opções em circulação e exercíveis em 31 de Dezembro de 2011				12 184 097	4 362		1 737 265	591	10	1 784 237	596	4	743 177	187	14			
Opções exercíveis em 31 de Dezembro de 2011 de Participadas				3 631 483	1 300		686 773	234	4	503 648	168	1	94 304	24	2			
Total de opções exercíveis em 31 de Dezembro de 2011				15 815 580	5 662		2 424 038	825	14	2 287 885	764	5	837 481	211	16			
Opções em circulação em 31 de Dezembro de 2011				12 184 097	4 362		1 737 265	591	22	1 784 237	596	24	743 177	187	54			
Opções atribuídas em 2012																643 106	80	185
Opções disponibilizadas em 2012																643 106	80	185
Opções canceladas em 2012				562														
Opções exercidas em 2012																		
Opções em circulação e exercíveis em 30 de Junho de 2012				12 183 535	4 362		1 737 265	591	22	1 784 237	596	24	743 177	187	54	643 106	80	185
Opções exercíveis em 30 de Junho de 2012 de Participadas				3 631 483	1 300		686 773	234	9	503 648	168	7	94 304	24	7	525 424	65	151
Total de opções exercíveis em 30 de Junho de 2012				15 815 018	5 662		2 424 038	825	31	2 287 885	764	31	837 481	211	61	1 168 530	145	336

As disponibilizações e atribuições de Ações e Opções ocorridas em 2011 no âmbito dos programas RVA de 2005, 2007, 2008 e 2009 resultam do aumento de capital por incorporação de reservas ocorrido em Maio de 2011.

Quando o Colaborador deixa de estar ao serviço do Grupo BPI, perde o direito às opções que lhe tinham sido atribuídas e que ainda estavam indisponíveis. No caso das opções já disponíveis mas que ainda não tinham sido exercidas, os colaboradores dispõem de um prazo máximo de 30 dias para o exercício das opções, a contar da data da cessação da relação de trabalho, findo o qual as opções expiram (opções canceladas).

Em caso de morte, invalidez ou reforma dos Colaboradores, as opções atribuídas tornam-se imediatamente exercíveis, devendo esse exercício ocorrer (sob pena de caducidade das opções) no prazo máximo de 2 anos a contar da data de ocorrência do evento respectivo. As opções canceladas incluem as opções não exercidas durante este período.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011 não foram exercidas opções.

Para a determinação do número de opções a atribuir aos Colaboradores e Administradores, o Banco BPI apura, à data de atribuição das opções, o valor económico da opção.

O prémio das opções sobre ações do Banco BPI foi apurado de acordo com um modelo desenvolvido internamente, baseado na metodologia "Black-Scholes" para os Programas RVA 2003 a RVA 2010.

Os factores críticos do modelo utilizado para efeitos de gestão do programa RVA são os seguintes:

- Volatilidade das ações do Banco BPI, a qual é apurada da seguinte forma:
  - 60% da volatilidade histórica das ações do Banco BPI nos últimos 3,33 anos;
  - 10% da volatilidade do índice VIX;
  - 10% da volatilidade do índice VDAX;
  - 20% da volatilidade implícita nas opções cotadas transaccionadas em Espanha sobre ações de bancos espanhóis com características semelhantes ao Banco BPI.
- Vida média esperada da opção, a qual depende, entre outros, dos seguintes factores:
  - Nível de responsabilidade dos beneficiários: Administradores e restantes Colaboradores;
  - Rácio entre o preço de mercado e o preço de exercício (strike); e
  - Volatilidade do preço das ações.

O modelo permite igualmente determinar o número necessário de ações do Banco BPI para assegurar uma adequada cobertura do risco inerente à emissão de opções no âmbito do RVA.

Os parâmetros utilizados para a determinação, na data de atribuição, do valor económico da opção de cada um dos Programas RVA encontram-se resumidos no quadro seguinte:

	RVA 2005	RVA 2007	RVA 2008	RVA 2009	RVA 2010	RVA 2011
Cotação BPI	4,47	3,33	1,41	1,94	1,25	0,37
Preço de exercício	4,44	3,33	1,41	1,94	1,25	0,37
Volatilidade implícita	17,10%	29,34%	44,27%	32,25%	35,97%	41,70%
Taxa de juro	3,08%	3,73%	3,10%	2,68%	5,15%	3,87%
Dividendos esperados	0,12	0,19	0,07	0,08	0,00	0,00
Valor da opção	0,45	0,41	0,37	0,37	0,28	0,12

(1) O preço de exercício não considera o efeito do ajustamento relacionando com os aumentos de capital de Junho de 2008 e Maio de 2011.

Em 30 de Junho de 2012, o número de opções *outstanding*, de colaboradores do Banco BPI, relativamente a cada um dos Programas RVA, bem como o respectivo justo valor pode ser resumido da seguinte forma:

	RVA 2007	RVA 2008	RVA 2009	RVA 2010	RVA 2011
Nº opções outstanding	12 183 535	1 737 265	1 784 237	743 177	643 106
Preço de exercício	2,91	1,29	1,76	1,13	0,37
Valor da opção	0,00	0,01	0,01	0,07	0,29

Em 31 de Dezembro de 2011, o número de opções *outstanding*, de colaboradores do Banco BPI, relativamente a cada um dos Programas RVA, bem como o respectivo justo valor pode ser resumido da seguinte forma:

	RVA 2007	RVA 2008	RVA 2009	RVA 2010.
Nº opções outstanding	12 184 097	1 737 265	1 784 237	743 177
Preço de exercício	2,91	1,29	1,76	1,13
Valor da opção	0,00	0,01	0,00	0,02

## IMPACTO CONTABILÍSTICO DO PROGRAMA RVA

### Acções

Para cobertura das remunerações variáveis em acções dos Colaboradores do Banco BPI e das suas Participadas, o Banco adquire uma carteira de acções próprias no momento da atribuição do RVA. Estas acções permanecem na carteira do Banco BPI até à data de disponibilização aos Colaboradores do Grupo BPI. Na data da disponibilização, as acções próprias são desreconhecidas em contrapartida dos custos acumulados na rubrica Outros Instrumentos de Capital.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, a composição dos saldos contabilísticos e do justo valor relativo à componente de acções do Programa RVA ainda não disponibilizadas aos Colaboradores / Administradores nestas datas, é a seguinte:

Acções	Programa	30.Jun. 12			31.Dez. 11		
		Valor contabilístico	Número de acções	Justo valor	Valor contabilístico	Número de acções	Justo valor
Custo reconhecido nos Capitais Próprios com acções a disponibilizar a Colaboradores	RVA 2008				48		
	RVA 2009	6			11		
	RVA 2010	79			65		
	RVA 2011	1			3		
	RVA 2012	1					
	No Banco BPI		87			127	
Nas Participadas					2		
	<b>Total</b>	87			129		
Custo não reconhecido nos Capitais Próprios com acções a disponibilizar a Colaboradores	RVA 2008				2		
	RVA 2009	1			2		
	RVA 2010	( 75)			( 59)		
	RVA 2011	2			5		
	RVA 2012	2					
	No Banco BPI		( 70)			( 50)	
Nas Participadas		0			0		
	<b>Total</b>	( 70)			( 50)		
<b>Custo Total</b>		17	14 590	8	79	46 737	23
Acções próprias disponibilizadas antecipadamente a Colaboradores do Grupo	RVA 2008	8			8		
	No Banco BPI	8			8		
	Nas Participadas						
	<b>Total</b>	8			8		
Acções próprias a disponibilizar a Colaboradores	RVA 2008				42	32 395	16
	RVA 2009	7	3 789	2	13	7 520	4
	RVA 2010	4	3 628	2	6	5 408	3
	RVA 2011	3	6 867	4			
	No Banco BPI	14	14 284	8	61	45 323	23
	Nas Participadas	0	306	0	2	1 414	0
	<b>Total</b>	14	14 590	8	63	46 737	23

## Opções

Para as remunerações variáveis em opções dos Colaboradores do Banco BPI e das suas Participadas, o Banco BPI constituiu uma carteira de acções BPI de modo a assegurar a cobertura das responsabilidades decorrentes da emissão de opções de compra de acções BPI de acordo com uma estratégia de cobertura de delta (determinada por um modelo de avaliação de opções do BPI desenvolvido internamente e baseado na metodologia Black-Scholes). Esta estratégia corresponde a constituir uma carteira com delta acções por cada opção emitida, sendo que o montante delta corresponde à relação entre a variação do preço de uma opção e a variação do preço da acção subjacente. As acções próprias detidas para cobrir o risco de variação do valor das opções vendidas são registadas na rubrica de Acções Próprias para cobertura do RVA onde permanecem enquanto estiverem afectas àquela finalidade.

Na data de exercício das opções, as acções próprias são desreconhecidas em simultâneo com a transmissão de propriedade para os Colaboradores do Banco BPI e das suas Participadas. Nesta data é reconhecida uma mais ou menos-valia correspondente à diferença entre o preço de exercício e o custo médio de aquisição da carteira de acções próprias afecta à cobertura de cada um dos programas, deduzida dos custos com prémios de opções acumulados na rubrica Outros Instrumentos de Capital.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, a composição dos saldos contabilísticos e do justo valor relativo à componente de opções *outstanding* do Programa RVA atribuídas aos Colaboradores / Administradores nestas datas, é a seguinte:

Opções	Programa	30.Jun. 12			31.Dez. 11		
		Valor contabilístico	Justo valor	Mais / (menos) valia potencial	Valor contabilístico	Justo valor	Mais / (menos) valia potencial
Custo reconhecido nos Capitais Próprios com opções "outstanding" (prémios)	RVA 2007	4 362			4 362		
	RVA 2008	591			591		
	RVA 2009	596			596		
	RVA 2010	187			187		
	RVA 2011	80			118		
	RVA 2012	25					
	No Banco BPI		5 841			5 854	
Nas Participadas		2 151			2 047		
	<b>Total</b>		7 992			7 901	
Custo não reconhecido nos Capitais Próprios com opções "outstanding" (prémios)	RVA 2011					69	
	RVA 2012		55				
	No Banco BPI		55			69	
	Nas Participadas		44			9	
	<b>Total</b>		99			78	
<b>Custo Total</b>		<b>8 091</b>	<b>496</b>	<b>7 595</b>	<b>7 979</b>	<b>708</b>	<b>7 271</b>
Acções próprias para cobertura de opções do RVA	RVA 2007	14 619	2 404	( 12 215)	14 619	2 149	( 12 470)
	RVA 2008	3 045	795	( 2 250)	3 045	711	( 2 334)
	RVA 2009	3 147	554	( 2 593)	3 147	495	( 2 652)
	RVA 2010	118	21	( 97)	146	23	( 123)
	<b>Total</b>	<b>20 929</b>	<b>3 774</b>	<b>( 17 155)</b>	<b>20 957</b>	<b>3 378</b>	<b>( 17 579)</b>
<b>Mais / (menos) valias potenciais</b>					( 9 560)		( 10 308)

As mais e menos-valias realizadas em acções próprias na cobertura e exercício de opções do RVA, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

No primeiro semestre de 2012 e no exercício de 2011, os resultados realizados na disponibilização de acções e no exercício de opções, bem como na respectiva cobertura, registados em capitais próprios, podem ser resumidos como se segue:

Mais - menos valia		Programa	30 Jun.12	31 Dez.11
Acções	Na disponibilização de acções	RVA 2010		( 14)
		RVA 2011	( 25)	( 14)
			( 25)	( 14)
Opções	No exercício de opções	RVA 2005		( 7)
				( 7)
				( 7)
	Na venda de acções de cobertura	RVA 2005		1 166
				1 166
<b>Custos de transacção / Devolução de dividendos</b>			<b>60</b>	<b>73</b>
			<b>35</b>	<b>1 218</b>

Os custos com o programa de remunerações variáveis em acções são periodificados em custos com pessoal pela parte correspondente aos Colaboradores do Banco BPI e na rubrica de Investimentos em filiais e associadas pela parte correspondente aos Colaboradores das suas participadas, em contrapartida da rubrica Outros Instrumentos de Capital, conforme definido na IFRS 2 para programas de share-based payment. O custo das acções e dos prémios das opções na data de atribuição são periodificados de forma linear desde o início do ano do programa (1 de Janeiro) até à respectiva data de disponibilização ao Colaborador.

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, o custo total reconhecido relativo aos programas de *share-based payment*, pode ser resumido da seguinte forma:

Programa	30 Jun. 12			30 Jun. 11		
	Acções	Opções	Total	Acções	Opções	Total
RVA 2007				( 53)		( 53)
RVA 2008	( 6)		( 6)	8		8
RVA 2009	1		1	3		3
RVA 2010	16	40	56	37	( 86)	( 49)
RVA 2011	( 1)	( 47)	( 48)	17	99	116
RVA 2012	1	25	26			
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>18</b>	<b>29</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>25</b>

#### 4.43. Gestão do capital

No âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado em Maio de 2011 entre o Estado Português e o FMI, o BCE e a Comissão Europeia, o Banco de Portugal aumentou as exigências de capital e de solvabilidade dos bancos portugueses, fixando requisitos mínimos de rácio Core Tier I de 9% para o final de 2011 e de 10% para o final de 2012, em base consolidada.

Por outro lado, no Conselho Europeu de 26 de Outubro de 2011 foram também aprovadas medidas tendo em vista restabelecer a confiança dos mercados sobre os riscos soberanos dos países da União Europeia e reforçar a estabilidade dos respectivos sistemas financeiros. De acordo com a Recomendação da European Banking Authority (EBA), de 8 de Dezembro de 2011 (EBA/REC/2011/1), as autoridades de supervisão devem determinar aos bancos que constituam um buffer temporário de capital que lhes permita atingir um rácio de Core Tier I, em base consolidada, de 9% em 30 de Junho de 2012, considerando as exposições de dívida soberana em 30 de Setembro de 2011 valorizadas a preços de mercado dessa data. Esta Recomendação foi acolhida pelo Banco de Portugal através do Aviso nº 5/2012.

##### **Buffer temporário de capital definido pela EBA para a exposição a dívida soberana**

O Banco BPI foi um dos 71 bancos europeus submetidos ao exercício de recapitalização proposto pela EBA. Com base nos valores observados em 30 de Setembro de 2011 para o Grupo BPI foi identificada a necessidade de um buffer temporário de capital de 1 389 milhões de euros, resultante na sua quase totalidade da exposição a dívida soberana (1 359 milhões de euros), nomeadamente dívida soberana portuguesa (989 milhões de euros).

##### **Buffer da EBA para exposição a soberanos**

30 Set. 11 (milhões de euros)	Exposição (valor nominal)	Buffer de capital
<b>Obrigações do Tesouro</b>		
<b>Portugal</b>		
OT - 5% - JUNHO - 2002/2012	1 030	69
OT-4.75%-14.06.2019	1 700	639
<b>Itália</b>		
Buoni Poliennali Del T-4.25%-01.09.2019	800	112
Buoni Poliennali Del T-4.5%-01.03.2019	175	27
<b>Irlanda</b>		
Irish Treasury-4%-15.01.2014	20	1
Irish Treasury-4.4%-18.06.2019	235	38
Irish Treasury-5.9%-18.10.2019	100	17
<b>Grécia</b>		
Rep Grecia-6%-19.07.2019	480	276
Valor já deduzido ao core capital em 30/9/11		-101
Crédito à Administração Central e Local	1 058	281
<b>Total</b>		<b>1 359</b>

Para efeitos da determinação do buffer temporário de capital, foi definido pela EBA que os preços de mercado relevantes para valorizar as exposições a dívida soberana fossem os preços do dia 30 de Setembro de 2011. Foi ainda indicado pela EBA que o valor do buffer temporário de capital seria fixo e que não seria alterado pela variação dos preços de mercado nem pela venda ou reembolso posterior dos títulos da dívida soberana em causa.

Neste contexto, tendo em conta a natureza temporária do buffer de capital para fazer face aos riscos de soberanos, em Junho 2012 o Banco BPI aprovou um Plano de Recapitalização para reforço do rácio de capital Core Tier I, por forma a dar cumprimento aos rácios mínimos estabelecidos pela EBA e pelo Banco de Portugal, conforme referido na Nota 4.25. O Plano de Recapitalização, no montante total de 1 500 000 m.euros, compreende:

- a) um aumento de capital de 200 000 m.euros, com direito de preferência dos accionistas;
- b) a emissão de instrumentos financeiros elegíveis para fundos próprios Core Tier I (obrigações subordinadas de conversão contingente), subscritos pelo Estado Português, no montante de 1 300 000 m.euros.

Em 29 de Junho de 2012, concretizou-se a subscrição pelo Estado Português dos instrumentos referidos em b) supra, no montante de 1 500 000 m.euros, o qual foi reduzido para 1 300 000 m.euros logo após a realização do aumento de capital acima mencionado em a). As características desses instrumentos estão definidas na Lei nº63-A/2008, de 24 de Novembro, republicada pela Lei nº 4/2012, de 11 de Janeiro (Lei da Recapitalização da Banca), na Portaria nº 150-A/2012, de 17 de Maio e nos Termos e Condições constantes do Despacho nº 8840-A/2012, do Ministro de Estado e das Finanças de 28 de Junho de 2012. O período de investimento no instrumento referido é de 5 anos, a contar da data de emissão, sendo que o Plano de Recapitalização do Banco prevê amortizações parciais ao longo do período. Em 10 de Agosto de 2012, foi concluído o aumento de capital do Banco, no valor de 200 000 m.euros, com direito de preferência dos accionistas e, em 13 de Agosto de 2012, o respectivo encaixe foi utilizado pelo Banco para reembolsar uma parte das obrigações subordinadas de conversão contingente, cujo valor foi assim reduzido para 1 300 000 m.euros.

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os Fundos Próprios do Banco BPI têm a seguinte composição:

	30 Jun.12	31 Dez.11
<b>Fundos próprios de base</b>		
Capital, prémios e reservas	1 400 043	1 305 318
Obrigações subordinadas de conversão contingente	1 500 000	
Acções próprias	( 12 864)	( 12 990)
Pensões	( 66)	( 69)
Activos intangíveis	( 9 037)	( 7 743)
Impacto IAS a diferir	( 6 027)	( 12 054)
Dedução associada a depósitos contratados com taxa de juro elevada	( 3 784)	( 831)
Transferência parcial das responsabilidades com pensões de reformados e pensionistas para a Segurança Social <sup>1</sup>		383 458
Desvios actuariais enquadrados no corredor prudencial	62 255	
<b>Fundos próprios de base</b>	<b>2 930 519</b>	<b>1 655 088</b>
<b>Fundos próprios complementares</b>		
Reservas de reavaliação	4 241	3 709
Dívida subordinada perpétua	127 423	128 427
Imparidade	5 236	69 132
Outra dívida subordinada	125 066	164 841
<b>Fundos próprios complementares</b>	<b>261 966</b>	<b>366 109</b>
<b>Deduções</b>		
Deduções em ICs e seguradoras	( 114 828)	( 162 319)
Outras deduções	( 1 978)	( 6 123)
<b>Deduções</b>	<b>( 116 806)</b>	<b>( 168 442)</b>
<b>Total de fundos próprios</b>	<b>3 075 679</b>	<b>1 852 755</b>
<b>Activos ponderados pelo risco <sup>2</sup></b>	<b>22 391 324</b>	<b>22 643 680</b>
Rácio de requisitos de fundos próprios	13,7%	8,2%
Tier I <sup>3</sup>	12,8%	7,0%
Tier II	0,9%	1,2%

<sup>1</sup> No final de 2011, o Banco BPI acordou com o Estado Português a transferência para a Segurança Social de parte das responsabilidades com pensões em pagamento. Conforme previsto no Aviso 1/2012 do Banco de Portugal, o impacto desta operação no core capital foi reflectido apenas em 30 de Junho de 2012.

<sup>2</sup> Requisitos totais x 12.5.

<sup>3</sup> Calculado de acordo com a instrução 16/2004 do Banco de Portugal.

## Política de dividendos

A partir da alteração aos estatutos do Banco BPI aprovada na Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Abril de 2006, passou a constar dos mesmos a regra seguinte (artigo 26º nº 3): "A Assembleia Geral deverá deliberar sobre a política de dividendos a longo prazo proposta pelo Conselho de Administração o qual deverá justificar os desvios que em relação à mesma eventualmente se verifiquem".

Em cumprimento desta regra estatutária, na Assembleia Geral de 19 de Abril de 2007, foi aprovada a Política de Dividendos de Longo Prazo do Banco BPI e cuja linha mestra é a de, salvo circunstâncias excepcionais, ser distribuído um dividendo anual tendencialmente não inferior a 40% do lucro líquido consolidado do exercício.

Relativamente ao ano de 2011, não houve qualquer distribuição de dividendos.

De acordo com as condições de emissão das obrigações subordinadas de conversão contingente não serão distribuídos dividendos ou reservas até que se encontrem totalmente amortizados aqueles instrumentos.

#### 4.44. Partes relacionadas

Em 30 de Junho de 2012, as entidades relacionadas do Banco BPI são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede	Participação efectiva	Participação directa
<b>Accionistas do Banco BPI <sup>1</sup></b>			
Grupo La Caixa <sup>2</sup>	Espanha	49,0%	49,0%
<b>Empresas associadas e de controlo conjunto</b>			
Banco de Fomento, SARL	Angola	50,1%	50,1%
Banco Português Investimento, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%
BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund	Portugal	85,1%	
BPI Capital Finance, Ltd	Ilhas Cayman	100,0%	100,0%
BPI Dealer - Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique)	Moçambique	92,7%	13,5%
BPI Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%
BPI - Global Investment Fund Management Company, S.A.	Luxemburgo	100,0%	100,0%
BPI Incorporated	E.U.A	100,0%	100,0%
BPI Locação de Equipamentos, LDA	Portugal	100,0%	100,0%
BPI Madeira SGPS	Portugal	100,0%	100,0%
BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%
BPI Taxa Variável	Portugal	35,5%	
BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A..	Portugal	100,0%	100,0%
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Portugal	49,0%	
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Moçambique	30,0%	29,7%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA	Portugal	35,0%	35,0%
Cosec - Companhia de Seguros de Crédito, SA	Portugal	50,0%	50,0%
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA	Portugal	32,8%	32,8%
BPI (Suisse), S.A.	Suíça	99,9%	
BPI Capital Africa (Proprietary) Limited	África do Sul	100,0%	
Banco BPI Cayman, Ltd.	Ilhas Cayman	100,0%	
Ulissipaír ACE	Portugal	50,0%	
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	21,0%	20,7%
<b>Membros do Conselho de Administração do Banco BPI <sup>1</sup></b>			
Artur Santos Silva			
Fernando Ulrich			
Alfredo Rezende de Almeida			
Antonio Domingues			
António Farinha Morais			
António Lobo Xavier			
Armando Leite de Pinho			
Carlos Moreira da Silva			
Edgar Alves Ferreira			
Allianz Europe Ltd. - Representada por Herbert Walter			
Ignacio Alvarez-Rendueles			
Isidro Fainé Casas			
José Pena do Amaral			
Juan Nin Génova			
Klaus Duhrop			
Manuel Ferreira da Silva			
Marcelino Armenter Vidal			
Maria Celeste Hagatong			
Mário Leite da Silva			
Pedro Bissaia Barreto			
Tomaz Jervell			
<b>Fundos de Pensões de Colaboradores do Grupo BPI</b>			
Fundo de Pensões Banco BPI	Portugal	100,0%	100,0%
Fundo de Pensões Aberto BPI Acções	Portugal	16,1%	16,1%
Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização	Portugal	30,6%	30,6%
Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança	Portugal	30,6%	30,6%
Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia	Portugal	14,3%	14,3%

<sup>1</sup> Em 3 de Maio de 2012, o Grupo La Caixa adquiriu a participação de 18.9% anteriormente detida pelo Grupo Itaú. Os mapas apresentados para 2011 incluem a informação relativa a operações com o Grupo Itaú, bem como a informação relacionada com os membros do Conselho de Administração nomeados pelo Grupo Itaú (Carlos da Câmara Pestana, Henri Penchas e Ricardo Villela Marino).

<sup>2</sup> Em 2 de Julho de 2012, concretizou-se a venda pelo Grupo La Caixa à sociedade Santoro Finance – Prestação de Serviços, S.A de 9.436% do capital social do Banco BPI após a declaração de não oposição do Banco de Portugal, passando o Grupo La Caixa a deter uma participação de 39.536%. Após o aumento de capital concluído a 10 de Agosto de 2012, tendo por base a última informação recebida da Interbolsa, reportada a 31 de Julho de 2012, e os resultados apurados no referido aumento de capital, o Grupo La Caixa passou a deter uma participação de 46.22% no capital social do Banco BPI.

De acordo com o IAS 24, são consideradas entidades relacionadas, aquelas em que o Banco BPI, directa ou indirectamente, controla ou sobre as quais exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira – Empresas filiais, associadas e de controlo conjunto e Fundos de pensões – e as entidades que exercem uma influência significativa sobre a gestão do Banco – Accionistas e Membros do Conselho de Administração do Banco BPI.

Em 30 de Junho de 2012, o montante global dos activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com empresas filiais, associadas e de controlo conjunto e com os Fundos de Pensões de colaboradores do Banco BPI têm a seguinte composição:

	<b>Empresas associadas e de controlo conjunto</b>	<b>Fundos de Pensões de Colaboradores do Grupo BPI</b>	<b>Total</b>
<b>Activos</b>			
Aplicações financeiras	49 005		<b>49 005</b>
Activos financeiros detidos para negociação e derivados	29 244		<b>29 244</b>
Activos financeiros disponíveis para venda	1 004		<b>1 004</b>
Crédito	46 470		<b>46 470</b>
Outros activos	68 305		<b>68 305</b>
	<b>194 028</b>		<b>194 028</b>
<b>Passivos</b>			
Passivos financeiros de negociação e derivados	2 649		<b>2 649</b>
Depósitos e provisões técnicas	3 642 620	4 053	<b>3 646 673</b>
Outros recursos financeiros	243 107		<b>243 107</b>
Outros passivos	156		<b>156</b>
	<b>3 888 532</b>	<b>4 053</b>	<b>3 892 585</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais			
Garantias e avals	14 144		<b>14 144</b>
Responsabilidades por prestação de serviços			
De depósitos e guarda de valores	14 020		<b>14 020</b>
Operações cambiais e instrumentos de derivados			
Compra	307 091		<b>307 091</b>
Venda	( 300 247)		<b>( 300 247)</b>
Serviços prestados por terceiros	81 532		<b>81 532</b>
	<b>116 540</b>		<b>116 540</b>

Em 30 de Junho de 2012, o montante global dos activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com accionistas, membros de Conselho de Administração e sociedades em que estes têm influência significativa têm a seguinte composição:

	Accionistas do Banco BPI <sup>1</sup>	Membros do Conselho de Administração do Banco BPI <sup>2</sup>	Sociedades onde os Membros do Conselho de Administração do Banco BPI têm influência significativa	Total
<b>Activos</b>				
Aplicações financeiras	3 871			3 871
Activos financeiros detidos para negociação e derivados	11 456			11 456
Activos financeiros disponíveis para venda			8	8
Crédito		10 984	244 417	255 401
Outros activos			24	24
	<b>15 327</b>	<b>10 984</b>	<b>244 449</b>	<b>270 760</b>
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros de negociação e derivados	4 563			4 563
Depósitos e provisões técnicas	8 966	3 182	55 500	67 648
Outros passivos	21	25	125	171
	<b>13 550</b>	<b>3 207</b>	<b>55 625</b>	<b>72 382</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais				
Garantias e avales	50	93	82 380	82 523
Compromissos perante terceiros				
Compromisso revogáveis			9 500	9 500
Responsabilidades por prestação de serviços				
De depósitos e guarda de valores		3 388	120 406	123 794
Outras			96 850	96 850
Operações cambiais e instrumentos de derivados				
Compra	400 000		58 711	458 711
Venda	( 400 000)		( 58 733)	( 458 733)
	<b>50</b>	<b>3 481</b>	<b>309 114</b>	<b>312 645</b>

<sup>1</sup> Com influência significativa sobre a gestão do Banco. Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

<sup>2</sup> Em nome individual.

Em 31 de Dezembro de 2011, o montante global dos activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com empresas filiais, associadas e de controlo conjunto e com os Fundos de Pensões de colaboradores do Banco BPI têm a seguinte composição:

	<b>Empresas associadas e de controlo conjunto</b>	<b>Fundos de Pensões de Colaboradores do Grupo BPI</b>	<b>Total</b>
<b>Activos</b>			
Aplicações financeiras	68 953		<b>68 953</b>
Activos financeiros detidos para negociação e derivados	34 142		<b>34 142</b>
Crédito	38 711		<b>38 711</b>
Outros activos	18 875		<b>18 875</b>
	<b>160 681</b>		<b>160 681</b>
<b>Passivos</b>			
Passivos financeiros de negociação e derivados	2 769		<b>2 769</b>
Depósitos e provisões técnicas	3 785 241	715	<b>3 785 956</b>
Outros recursos financeiros	288 260		<b>288 260</b>
Outros passivos	27 589		<b>27 589</b>
	<b>4 103 859</b>	<b>715</b>	<b>4 104 574</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais			
Garantias e avales	14 600		<b>14 600</b>
Responsabilidades por prestação de serviços			
De depósitos e guarda de valores	27 279		<b>27 279</b>
Operações cambiais e instrumentos de derivados			
Compra	369 706		<b>369 706</b>
Venda	( 394 541)		<b>( 394 541)</b>
Serviços prestados por terceiros	71 501		<b>71 501</b>
	<b>88 545</b>		<b>88 545</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, o montante global dos activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com accionistas, membros de Conselho de Administração e sociedades em que estes têm influência significativa têm a seguinte composição:

	Accionistas do Banco BPI <sup>1</sup>	Membros do Conselho de Administração do Banco BPI <sup>2</sup>	Sociedades onde os Membros do Conselho de Administração do Banco BPI têm influência significativa	Total
<b>Activos</b>				
Aplicações financeiras	34 388			34 388
Activos financeiros detidos para negociação e derivados	5 270			5 270
Activos financeiros disponíveis para venda			8	8
Crédito	410	10 914	259 657	270 981
Outros activos	1		67	68
	<b>40 069</b>	<b>10 914</b>	<b>259 732</b>	<b>310 715</b>
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros de negociação e derivados	5 153			5 153
Depósitos e provisões técnicas	130 020	3 342	10 233	143 595
Outros passivos	222	25	122	369
	<b>135 395</b>	<b>3 367</b>	<b>10 355</b>	<b>149 117</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais				
Garantias e avais	94	93	69 875	70 062
Responsabilidades por prestação de serviços				
De depósitos e guarda de valores		3 121	116 808	119 929
Operações cambiais e instrumentos de derivados				
Compra	400 000		50 241	450 241
Venda	( 400 000)		( 50 275)	( 450 275)
	<b>94</b>	<b>3 214</b>	<b>186 649</b>	<b>189 957</b>

<sup>1</sup> Com influência significativa sobre a gestão do Banco. Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

<sup>2</sup> Em nome individual.

Em 30 de Junho de 2012, o montante global dos proveitos e custos relativos a operações realizadas com empresas filiais, associadas e de controlo conjunto e com os Fundos de Pensões de colaboradores do Banco BPI têm a seguinte composição:

	Empresas filiais, associadas e de controlo conjunto	Fundos de Pensões de Colaboradores do Grupo BPI	Total
<b>Resultados</b>			
Margem financeira estrita	( 45 204)	( 18)	( 45 222)
Comissões líquidas	6 152		6 152
Ganhos e perdas em operações financeiras	8 323		8 323
Rendimentos e encargos operacionais	218		218
Gastos gerais administrativos	( 1 552)	( 7 504)	( 9 056)
Outros proveitos	31		31
	<b>( 32 032)</b>	<b>( 7 522)</b>	<b>( 39 554)</b>

Em 30 de Junho de 2012, o montante global dos proveitos e custos relativos a operações realizadas com accionistas, membros de Conselho de Administração e sociedades em que estes têm influência significativa têm a seguinte composição:

	Accionistas do Banco BPI <sup>1</sup>	Membros do Conselho de Administração do Banco BPI <sup>2</sup>	Sociedades onde os Membros do Conselho de Administração do Banco BPI têm influência significativa	Total
<b>Resultados</b>				
Margem financeira estrita	808	( 69)	1 649	<b>2 388</b>
Comissões líquidas			2	<b>2</b>
	<b>808</b>	<b>( 69)</b>	<b>1 651</b>	<b>2 390</b>

<sup>1</sup> Com influência significativa sobre a gestão do Banco. Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

<sup>2</sup> Em nome individual.

Em 30 de Junho de 2011, o montante global dos proveitos e custos relativos a operações realizadas com empresas filiais, associadas e de controlo conjunto e com os Fundos de Pensões de colaboradores do Banco BPI têm a seguinte composição:

	Empresas filiais, associadas e de controlo conjunto	Fundos de Pensões de Colaboradores do Grupo BPI	Total
<b>Resultados</b>			
Margem financeira estrita	( 37 871)	( 6)	<b>( 37 877)</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	97 033		<b>97 033</b>
Comissões líquidas	7 004		<b>7 004</b>
Ganhos e perdas em operações financeiras	4 654		<b>4 654</b>
Rendimentos e encargos operacionais	31	9 649	<b>9 680</b>
Gastos gerais administrativos	( 1 213)	( 6 853)	<b>( 8 066)</b>
	<b>69 638</b>	<b>2 790</b>	<b>72 428</b>

Em 30 de Junho de 2011, o montante global dos proveitos e custos relativos a operações realizadas com accionistas, membros de Conselho de Administração e sociedades em que estes têm influência significativa têm a seguinte composição:

	Accionistas do Banco BPI <sup>1</sup>	Membros do Conselho de Administração do Banco BPI <sup>2</sup>	Sociedades onde os Membros do Conselho de Administração do Banco BPI têm influência significativa	Total
<b>Resultados</b>				
Margem financeira estrita	1 767	( 14)	( 1 196)	<b>557</b>
Comissões líquidas			5	<b>5</b>
Ganhos e perdas em operações financeiras	( 3 221)			<b>( 3 221)</b>
	<b>( 1 454)</b>	<b>( 14)</b>	<b>( 1 191)</b>	<b>( 2 659)</b>

<sup>1</sup> Com influência significativa sobre a gestão do Banco. Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

<sup>2</sup> Em nome individual.

Nos primeiros semestres de 2012 e 2011, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco BPI apresentam a seguinte composição:

	30 Jun. 12	30 Jun. 11 Proforma
Remunerações em numerário	1 851	2 327
Remunerações com base em instrumentos de capital		348
Pensões pagas	660	481
	<b>2 511</b>	<b>3 156</b>

De acordo com a política definida, os membros da Comissão Executiva do Banco BPI beneficiam do Regime de Concessão de Crédito à Habitação em vigor nos Bancos para todos os seus Colaboradores. Deste modo, em 30 de Junho de 2012, o saldo global do crédito hipotecário concedido aos membros da Comissão Executiva por Bancos do Grupo com vista à aquisição de habitação própria ascendia a 1 782 m.euros.

No âmbito do programa RVA - Remuneração Variável em Acções, os membros da Comissão Executiva do Banco BPI beneficiaram do regime de concessão de crédito para aquisição de acções BPI pelo exercício das opções atribuídas no RVA, em vigor nos Bancos para todos os seus Colaboradores. Em 30 de Junho de 2012, o saldo do crédito concedido aos membros da Comissão Executiva neste âmbito ascendia a 5 699 m.euros.

Foi igualmente disponibilizada uma linha de crédito em vigor nos Bancos para todos os seus colaboradores para aquisição de acções BPI no âmbito do aumento de capital. Em 30 de Junho de 2012, o saldo do crédito concedido aos membros da Comissão Executiva neste âmbito ascendia a 974 m.euros.

Deste modo, em 30 de Junho de 2012, o saldo global destes créditos concedidos aos membros da Comissão Executiva por Bancos do Grupo ascendia a 6 673 m.euros.

#### 4.45. Eventos subsequentes

Em 10 de Agosto de 2012, foi concluído o aumento de capital do Banco, no valor de 200 000 m.euros, com direito de preferência dos accionistas e o respectivo encaixe foi, em 13 de Agosto de 2012, utilizado pelo Banco para reembolsar uma parte das obrigações subordinadas de conversão contingente, cujo valor nominal foi assim reduzido para 1 300 000 m.euros (Notas 4.21 e 4.25).

## RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE

### A INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

(Montantes expressos em milhares de Euros – m.euros)

#### **Introdução**

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas relativas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2012 do Banco BPI, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço Individual em 30 de Junho de 2012 (que evidencia um activo total de 45.079.805 m.euros e capitais próprios totais de 505.421 m.euros, incluindo um resultado líquido individual de 79.840 m.euros), as Demonstrações Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do período de seis meses findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual do Banco, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos individuais de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira, o seu resultado ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual do Banco BPI, S.A. em 30 de Junho de 2012, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos individuais de caixa no período de seis meses findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

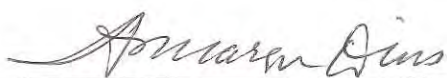
**Ênfases**

6. Até 30 de Junho de 2011, inclusive, o Banco utilizava o método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19 – Benefícios a Empregados, para o reconhecimento das perdas e ganhos actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido. Em Dezembro de 2011, o Banco alterou esta política contabilística e passou a utilizar o método de reconhecimento das perdas e ganhos actuariais directamente nos capitais próprios (Rendimento integral) no período em que ocorrem, conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19. De acordo com os requisitos do IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, quando existe uma alteração voluntária numa política contabilística é necessário proceder à aplicação retrospectiva da nova política nas demonstrações financeiras da entidade (“restatement”), com referência ao primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras, ou seja, 1 de Janeiro de 2011. Neste sentido, o Balanço Individual em 1 de Janeiro de 2011 e as Demonstrações Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 apresentadas em anexo são pro-forma, tendo o impacto desta reexpressão consistido numa diminuição do capital próprio individual do Banco em 1 de Janeiro de 2011 no montante de 181.711 m.euros, num aumento do resultado líquido individual do primeiro semestre de 2011 em 276 m.euros, e numa diminuição do capital próprio individual em 30 de Junho de 2011 no montante de 196.043 m.euros, após considerado o efeito fiscal (Nota 2).
7. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. O Banco preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

**Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação financeira individual constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do semestre findo em 30 de Junho de 2012.

Lisboa, 28 de Agosto de 2012



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por António Marques Dias

